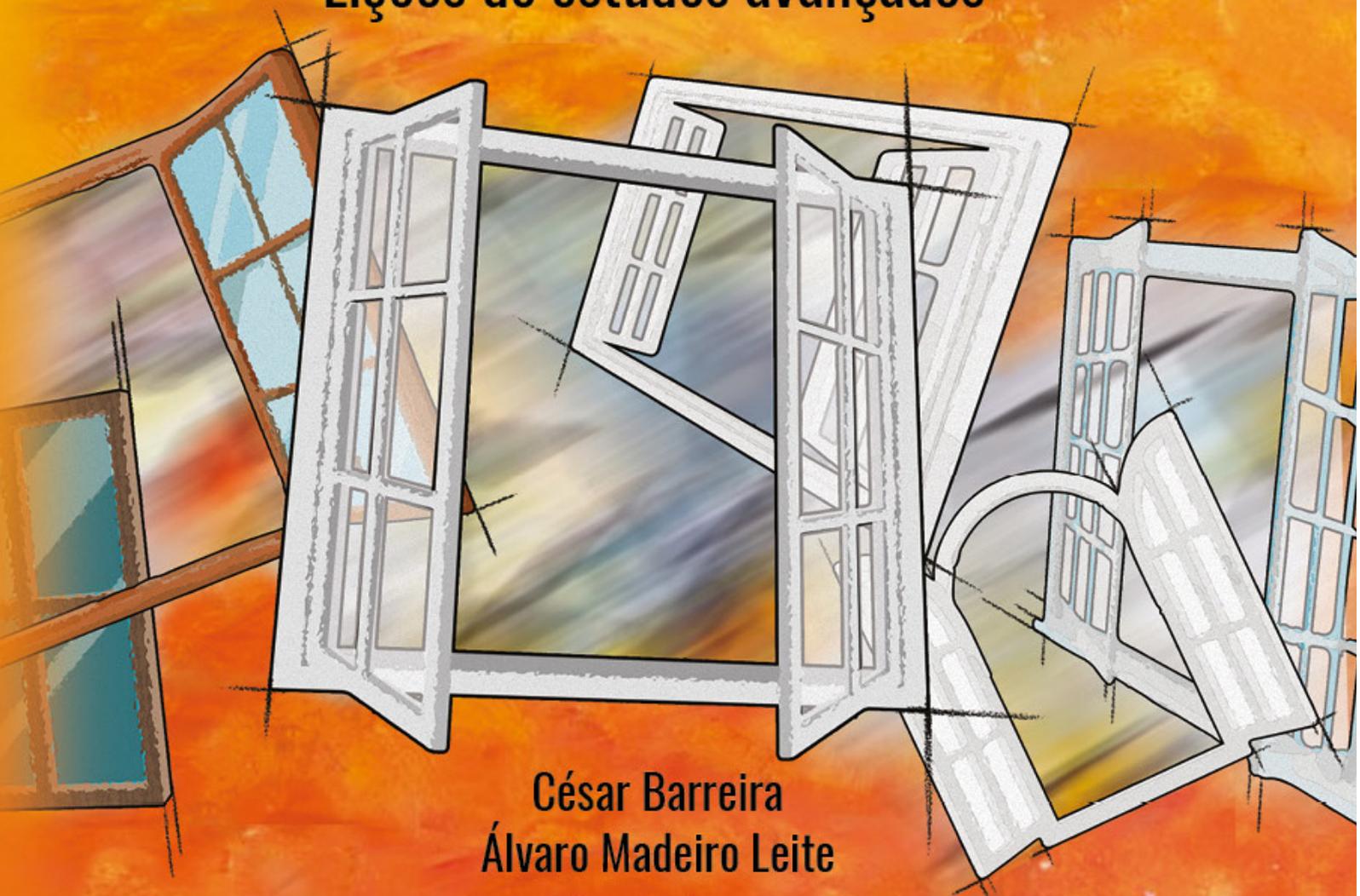


# Ciências, interdisciplinaridade e utopias

Lições de estudos avançados



César Barreira  
Álvaro Madeiro Leite  
Organizadores

**EDIÇÕES  
INESP**



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**CIÊNCIAS, INTERDISCIPLINARIDADE E UTOPIAS – lições de estudos avançados**

César Barreira  
Álvaro Madeiro Leite  
(Orgs.)

**CIÊNCIAS, INTERDISCIPLINARIDADE E UTOPIAS – lições de estudos avançados**

**INESP**

Fortaleza - Ceará  
2021

Copyright © 2021 by INESP

Coordenação Editorial

**João Milton Cunha de Miranda**

Assistente Editorial

**Rachel Garcia, Valquiria Moreira**

Diagramação

**Mario Giffoni**

Capa

**José Gotardo Filho**

Revisão

**Sandra Bastos Mesquita, Lúcia Jacó Rocha**

Coordenação de impressão

**Ernandes do Carmo**

Impressão e Acabamento

**Inesp**

**Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

**VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS**

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

C569 Ciências, interdisciplinaridade e utopias [livro eletrônico]: lições de estudos avançados / organizadores, César Barreira, Álvaro Madeiro Leite. – Fortaleza: INESP, 2021.  
5220 Kb ; PDF

ISBN: 978-65-88252-63-5

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciência aberta. 3. Pesquisa. I. Barreira, César. II. Leite, Álvaro Madeiro. III. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado.

CDD 370.1

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

**Inesp**

Av. Desembargador Moreira, 2807

Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

[al.ce.gov.br/inesp](http://al.ce.gov.br/inesp)

[inesp@al.ce.gov.br](mailto:inesp@al.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O fortalecimento do convívio e do diálogo universitário, por meio de painéis interdisciplinares, conferências e debates científicos estimula o ambiente de estudos avançados e impulsiona a consolidação do universo multidisciplinar, gerando frutos como o livro \_Ciências, Interdisciplinaridades e Utopias: lições de estudos avançados.

A obra apresenta os trabalhos realizados nos quatro primeiros anos de gestão do Colégio de Estudos Avançados – CEA, e abordam temas de sustentabilidade, cultura, saúde, tecnologia e meio ambiente, tão caros à sociedade, e, por conseguinte, a esta Casa Legislativa.

Além de explicar sobre a construção do CEA, da Universidade Federal do Estado do Ceará - UFC, este trabalho discorre sobre a infância e a velhice, suas vulnerabilidades, e as desigualdades enfrentadas por quem vive no município de Fortaleza.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará – Alece, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, orgulhosamente, edita e publica este livro por considerá-lo um instrumento de valorização da pesquisa, estimulando a produção de textos científicos por estudiosos das diversas áreas do conhecimento.

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará



## INESP

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp, criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais, que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se, "Edições Inesp" e "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados.

O "Edições Inesp Digital" obedecem a um formato, que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações, segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O livro *Ciências, Interdisciplinaridades e Utopias: lição de estudos avançados* mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital", e que direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

**Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda**  
Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará



## PRÓLOGO

César Barreira e Álvaro Madeiro Leite (Orgs.)

O Colégio de Estudos Avançados – CEA, da UFC, foi acalentado por mais de quatro anos, tendo como propósito, inicial, fortalecer espaços de convivialidade democrática entre a comunidade universitária, por meio de diálogos interdisciplinares inovadores e criativos.

No processo de criação e consolidação do CEA, foram organizados painéis interdisciplinares, mesas redondas e conferências que estão apresentadas nesse livro intitulado: “Ciências, interdisciplinaridade e utopias – lições de estudos avançados”. A organização dessa coletânea registra a memória recente do CEA, capturada em debates e reflexões, que envolvem temas da atualidade da vida contemporânea (ou contemporaneidade), presentes nas múltiplas interfaces do conhecimento científico.

O CEA da Universidade Federal do Ceará– UFC, foi instituído na reunião do Conselho Universitário – Consuni, realizada em 29 de abril de 2016, com a missão de estimular um ambiente de estudos avançados de caráter multidisciplinar, voltado para a discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos. A constituição e implementação do Colégio de Estudos Avançados, é fruto do trabalho dedicado de muitos dirigentes, professores e servidores da UFC, bem como de professores de outras universidades brasileiras que trouxeram suas experiências, saberes, apoio e incentivo para a consecução deste nobre sonho.

O CEA foi inaugurado num momento muito importante da vida da UFC, quando se classificou em 10º lugar no ranking das universidades brasileiras, segundo o Ranking Universitário da Folha de S. Paulo (RUF), e a 1ª das regiões Norte-Nordeste. No entanto, logo em seguida, a sociedade brasileira foi tomada por uma disputa política, permeada pela disseminação do ódio e pela difusão de fakenews, que revelaram entranhas populistas em nosso tecido social muito próxima (e mesmo, constituídas), de espírito antidemocrático, como evidenciado e noticiado pela maioria dos órgãos de comunicação, bem como por setores representativos da sociedade brasileira.

Ainda, assim, foram realizadas articulações com múltiplos setores da comunidade universitária e da sociedade civil local, no intuito de viabilizar e garantir a pauta do CEA nas iniciativas de interdisciplinaridade, inovação e da complexidade. Os trabalhos apresentados ao longo dos quatro anos iniciais de gestão do CEA, presentes nessa coletânea, abordam temas de sustentabilidade, cultura, saúde, tecnologia e meio ambiente, como tópicos fundamentais a serem enfrentadas pelo saber científico e acadêmico.

Configuram valiosas dimensões de construção reflexiva, que visam à promoção do conhecimento e, sobretudo, da sua efetivação em projetos e programas estruturantes, articulados a redes mundiais de pesquisa, considerando o complexo desafio de aplicação do conhecimento, com políticas públicas nacionais e regionais.

Em carta aberta à comunidade universitária, às instituições e institutos parceiros do CEA, no período de 2016-2020, os diretores do CEA destacaram:

“Ao tempo em que vimos manifestar nossa mais profunda satisfação, em termos merecido a confiança dessa universidade para comandar o processo de implantação de nosso Colégio de Estudos Avançados - CEA, almejamos, agora, salientar alguns aspectos desse mandato de quatro anos, previsto em regulamento e que por ora se encerra” (esse legado de produção científica e acadêmica que compõe essa obra). ...e que “durante os quatro anos de gestão, nos pautamos, rigorosamente, pelas regras do CEA, privilegiando a missão de criar um ambiente de estudos avançados de caráter multidisciplinar, voltado para a discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos contemporâneos”.

## O LIVRO

Em uma tentativa de concatenar os trabalhos apresentados nas conferências, painéis, mesas redondas, o livro foi dividido em quatro partes.

A primeira parte, "A universidade como morada da ciência", aborda a construção de um instituto de estudo avançado na UFC, bem como em outras universidades do Brasil, apontando seus dilemas e reconfigurações. As experiências e contribuições de professores visitantes e de pós-doutorados são resgatadas na busca de uma melhor configuração do CEA. A ampliação e interiorização da UFC são tratadas como fruto de um planejamento audacioso, amadurecido e concatenado. As rupturas e continuidades entre ciência e reflexão epistemológica, fazem jus ao subtítulo do painel que originou um dos capítulos, amparando o diálogo entre filosofia e ciência.

A segunda parte da coletânea, denominada, "Afetos e subjetividade sob o olhar da ciência", repensa as representações do humano, no interior do campo científico. Os afetos e subjetividade aparecem nos diálogos sobre a felicidade, mas, também, na depressão, no mal-estar e nas práticas suicidas, tendo como cenário fundante as sociedades desiguais e opressoras.

A terceira parte intitulada, "Marcadores temporais da vida e representações literárias", aborda os extremos da vida, - a infância e a velhice com suas vulnerabilidades, dificuldades e dramas, mas também as vantagens. A pobreza e as medidas protetivas aparecem em um cenário mais amplo. A literatura aborda representações sobre o mundo, apresentando, ainda, os contornos da ecologia, da natureza e animais não humanos.

A quarta e última parte, "Desafios da ciência: por uma modernidade sustentável", inicia com a discussão sobre o Ceará - 400 anos, abordando, também, Fortaleza com suas desigualdades e contradições presentes, tanto nos limites do planejamento como na busca de patamares mais elevados de modernidade. O livro fecha com uma temática que abriu as discussões do CEA, tratando dos recursos hídricos, que são fundamentais para o entendimento da realidade cearense.

Destacamos, ainda, que a coletânea traz a marca dos afetos e simbolismos que atravessaram gestões da UFC. Essa coletânea representa um registro vivo dos debates e da expansão de parcerias de nossa universidade, bem como um olhar para dentro da instituição, como homenagem e um agradecimento aos dirigentes máximos de nossa UFC e aos seus professores. Também, conta com a colaboração de dois ex-reitores, um vice-reitor e membros do Conselho Deliberativo e Consultivo do CEA. Destacam-se, também, professores visitantes, pós-doutores e pesquisadores, que trouxeram vitalidade criativa ao Colégio de Estudos Avançados da UFC, colaborando tanto para o seu êxito institucional como para o debate científico exposto nos artigos.

Para encerrar, deixamos um agradecimento todo especial a dois profissionais (técnico-administrativos), que deram suporte a esse conjunto de práticas, viabilizando apoio material para as conferências e trabalhos cotidianos. Sem o trabalho de Alexandre Silva e Dona Sonia Aguiar, teria sido impossível reunir nas páginas desses escritos, o legado de quatro anos do CEA. Os agradecimentos são extensivos aos professores visitantes, que contribuíram para o trabalho cotidiano do CEA, Paulo Henrique Martins, Luís Silva Barros, Roberto Briceño-León, o pós-doutorando Maurício Russo e as pós-doutorandas Daniele Michelle Moura de Araújo e a Irlena Maria Malheiros da Costa. Também, os bolsistas do Programa de Iniciação Acadêmica da PRAE/UFC, Isadora Machado, Janaína Nascimento, Isabel da Silva, Bruno Albuquerque, Creusa Bandeira de Melo, Lucas Rodrigues, Abacel Melo, Diego Duarte e Inês da Silva.

## PREFÁCIO

Henry de Holanda Campos<sup>1</sup>

A leitura e releituras deste livro comemorativo dos quatro anos do Colégio de Estudos Avançados da UFC (CEA-UFC), "Ciências, interdisciplinaridade, utopias – lições de estudos avançados" consolidaram a minha convicção de que aquele órgão se constituiu em um dos mais importantes espaços da nossa Universidade, como promotor da integração interdisciplinar das questões fundamentais da ciência, da cultura, um locus fecundo de valorização da pesquisa e do debate acadêmico. A sua criação foi aprovada por unanimidade em reunião do egrégio Conselho Universitário, por mim conduzida, na condição, de Reitor interino no dia 29 de abril de 2016. A ideia de criação do órgão foi gestada a profícua e marcante segunda gestão do Reitor Jesualdo Farias, um entusiasta da ideia, afastado da Reitoria para assumir a Secretaria do Ensino Superior, do Ministério da Educação (SESu-MEC). O CEA-UFC iniciou as suas atividades em 14 de outubro do mesmo ano, pouco depois de ter eu assumido o mandato para o cargo máximo da instituição, em agosto. Foi-me dado, pois, o privilégio de acompanhar o notável crescimento e consolidação do CEA-UFC, promotor de eventos diversificados e do cultivo da excelência nacional e internacional.

É mencionado em um dos 24 artigos desta coletânea, que apenas 47 instituições universitárias no mundo, têm em suas hostes a sua "cidade de pesquisadores". Assim denomina o filósofo Gaston Bachelard, em seu "A Poética dos Espaços", esses centros do livre pensamento, que "fortalecem novas ideias, resultantes do convívio, do conjunto e da interação entre as diversas áreas do trabalho intelectual", como expressou José Goldenberg, em 1986, por ocasião da fundação do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), pioneiro e um dos mais renomados do país.

Já em sua origem, o CEA-UFC guiado por seus eminentes condutores, professores César Barreira e Álvaro Madeiro Leite, trilhou o caminho da construção coletiva, o que fez a nossa Universidade encontrar-se com a sua própria história, como é evidenciado no processo de criação colegiada e no estabelecimento de seus objetivos, como descreve, no capítulo introdutório desta obra, o professor César Barreira. Ao longo de seu crescimento, o CEA-UFC, vivenciou com a participação de forças vivas do "ouro da casa" e de expressões de vulto do pensamento nacional e internacional, a ativação de um espaço de reflexão, permanentemente autoavaliado, sem qualquer relativismo rampante ou solipsismo sentimental, sempre aprimorado por sugestões do nosso coletivo, o mundo acadêmico. Os dirigentes do CEA-UFC, já citados, fizeram com que, desde os seus primeiros passos, o Colégio estivesse irmanado com seus congêneres de grande expressão, como os da USP, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), entre outros.

Ao me confiarem de modo generoso, a escrita do prefácio desta obra primorosa, os colegas César Barreira e Álvaro Madeiro Leite, conferiram-me vultosa responsabilidade, pela excepcional qualidade dos vinte e quatro textos que a compõem. Fruto da mente fértil, da inteligência aguçada e da sensibilidade que transpiram em seus dois organizadores, este livro retrata muito bem a capacidade mobilizadora de conhecimento que moveu o CEA-UFC, em seus primeiros quatro anos de existência.

Instigante e convidativo à leitura desde o seu título, esta coletânea nos chega, de modo brilhantemente organizado, que traduz com fidedignidade as "marcas acadêmicas e afetivas", impressas pelo CEA-UFC nessa brilhante largada. A obra é organizada em quatro capítulos, ou partes, como denominam os seus organizadores: I - "A universidade como morada da ciência"; II - "Afetos e subjetividade sob o olhar da ciência"; III - "Marcadores

---

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Medicina da UFC, e Ex-Reitor (2015-2019)

temporais da vida e representações literárias"; IV -"Desafios da ciência: por uma modernidade sustentável". Essa organização capitular, que não divide ou separa, reproduz e imbricam brilhantíssimas falas, conversas despretensiosas e atuais sobre temas vibrantes e por demais caras ao gênero humano, o que conferiu ao CEA-UFC, uma condição de ethos privilegiado em momentos de reafirmação e felicidade por conquistas institucionais, e da necessária reflexão sobre uma sociedade crescentemente polarizada. Os textos expressam o entendimento sistêmico e o respeito à complexidade do gênero humano, passeiam pelos extremos da existência, pelas ambiguidades que a louvam e as que podem levar à sua finitude, demonstram com clareza a contribuição desejável da Universidade para as sociedades em transformação lidarem com os grandes desafios globais. A obra deixa bem visível o aumento promovido pelo CEA-UFC, no diálogo com a sociedade, a notável convergência de diferentes saberes, e chega a proposições bem fundamentadas para a superação em forma de políticas públicas.

Difícil resistir à tentação frente a tanta riqueza, que encerram de tecer considerações sobre cada um dos preciosos artigos contidos nesta obra, o que fugiria ao propósito que me foi confiado. Temos aqui oipsis litteris da missão fidalgamente cumprida, o demonstrativo do alcance de um espaço de "trabalho intelectual aberto, capaz de atrair talentos das diversas áreas da ciência, humanidades, artes e cultura para o trabalho interdisciplinar".

Aos que sucedem a César Barreira e Álvaro Madeiro Leite, fica um enorme legado, como também a responsabilidade de continuar promovendo a partilha do conhecimento, onde, como nos ensina Nietzsche, "não há fatos eternos, como não há verdades absolutas". A Universidade tem entre suas grandes e nobres missões, o dever de acolher a criatividade do espírito humano, longe da moralidade anestesiante ou do controle institucionalizado.

## SUMÁRIO

<b>PARTE I - A UNIVERSIDADE COMO MORADA DA CIÊNCIA.....</b>	<b>15</b>
<b>COLÉGIO DE ESTUDOS AVANÇADOS: ideias que tomaram forma</b>	
César Barreira.....	17
<b>A FABRICAÇÃO DOS ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES: COMPLEXIDADE, CRIATIVIDADE E CRÍTICA</b>	
José Vicente Tavares dos Santos .....	29
<b>FILOSOFIA E CIÊNCIA: CONTINUIDADE E RUPTURAS</b>	
Custódio Almeida .....	48
<b>O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFC E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	
Jesualdo Pereira Farias.....	57
<b>MATEMÁTICA E CIDADANIA</b>	
João Lucas Marques Barbosa .....	69
<b>PARTE II - AFETOS E SUBJETIVIDADE SOB O OLHAR DA CIÊNCIA.....</b>	<b>75</b>
<b>CONQUISTAS E DESAFIOS: o que o Colégio de Estudos Avançados- CEA, nos ensinou</b>	
Irlena Maria Malheiros da Costa	
Luís Silva Barros.....	77
<b>O QUE O CAMPO INTELECTUAL PODE FAZER PARA LIDAR COM O MAL-ESTAR NA CRISE?</b>	
Paulo Henrique Martins .....	82
<b>DEPRESSÃO E MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE: APROXIMAÇÕES A PARTIR DA PSICANÁLISE</b>	
Laéria Fontenele.....	96
<b>DIÁLOGOS SOBRE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: A EXPERIÊNCIA DO PRAVIDA ENQUANTO PIONEIRO NA PREVENÇÃO DO SUICÍDIO NO CONTEXTO BRASILEIRO</b>	
Luísa Weber Bisol	
Fabio Gomes de Matos e Souza .....	107
<b>DIÁLOGOS SOBRE A FELICIDADE: A FELICIDADE DOS FILÓSOFOS GREGOS</b>	<b>120</b>
Maria Aparecida de Paiva Montenegro	
Gamaliel Bramel Simões Ferreira.....	120
<b>QUAIS AFETOS POLÍTICOS? IMAGINANDO OUTROS TERRITÓRIOS E NOVAS NARRATIVAS</b>	
Filipe Campello .....	132
<b>A UTOPIA DA FELICIDADE</b>	
Valton de Miranda Leitão .....	141

<b>PARTE III - MARCADORES TEMPORAIS DA VIDA E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS .....</b>	<b>147</b>
<b>OS EXTREMOS DA VIDA E AS METAMORFOSES DA INFÂNCIA</b> Álvaro Jorge Madeiro Leite.....	<b>149</b>
<b>OS EXTREMOS DA VIDA E AS METAMORFOSES DA VELHICE</b> Guita Grin Debert.....	<b>160</b>
<b>CLARICE LISPECTOR: PERTO DO CORAÇÃO DE ANIMAIS E PLANTAS</b> Fernanda Coutinho .....	<b>171</b>
<b>EMPOEMAR, A CIÊNCIA</b> Francisco Silva Cavalcante Junior.....	<b>180</b>
<b>RIOBALDO, PROFESSOR</b> Gustavo Castro Silva .....	<b>188</b>
<b>PARTE IV - DESAFIOS DA CIÊNCIA: POR UMA MODERNIDADE SUSTENTÁVEL</b>	<b>197</b>
<b>O CEARÁ QUATROCENTÃO</b> José Augusto Bezerra .....	<b>199</b>
<b>CIDADES: DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA COLETIVA</b> Irllys Alencar F. Barreira .....	<b>210</b>
<b>FORTALEZA COMO UMA MATRIZ DE INTERCÂMBIO SUSTENTÁVEL, ACESSÍVEL E JUSTA.</b> Fausto Nilo.....	<b>219</b>
<b>MODERNIDADE MESTIÇA E NOVOS CONFLITOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA</b> Roberto Briceño-León .....	<b>230</b>
<b>A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E OS NOVOS CONFLITOS URBANOS</b> Prof. Dr. Wellington Sousa Aguiar .....	<b>246</b>
<b>PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO DO ESTADO DO CEARÁ: PLATAFORMA CEARÁ 2050</b> José de Paula Barros Neto José Welliton Silva do Nascimento Expedito José de Sá Parente Júnior.....	<b>255</b>
<b>ÁGUAS NO CEARÁ: EM BUSCA DA SEGURANÇA HÍDRICA</b> Francisco de Assis de Souza Filho .....	<b>271</b>

# PARTE I

## A UNIVERSIDADE COMO MORADA DA CIÊNCIA



## COLÉGIO DE ESTUDOS AVANÇADOS: ideias que tomaram forma

César Barreira

A ideia da criação de um Instituto de Estudos Avançados – IEA, no Ceará, foi se concretizando aos poucos, em uma mistura de acasos, desejos e oportunidades. Por ocasião de uma ida a Porto Alegre para participar de um seminário sobre universidades, fui convocado para fazer parte de outra reunião não prevista na minha agenda. Naquela ocasião, vários institutos avançados do Brasil, discutiam as experiências e propostas de intercâmbio de várias universidades brasileiras. Participaram desse encontro os representantes do Instituto de Estudos Avançados da USP, da UFMG, da Unila, da Unicamp e UFRGS. Na ocasião, foram tratados aspectos gerais de funcionamento dos institutos e, mais especificamente, a maneira de articular os trabalhos dos distintos órgãos, visando a ampliar e racionalizar os recursos na área da pesquisa, incluindo intercâmbio de pesquisadores nacionais e estrangeiros. Esse contato formal com os institutos, o primeiro, deu corpo a um antigo sonho de realizar uma proposta semelhante na UFC. Nesse encontro, foi elaborada uma carta de proposta de criação de um Fórum dos Institutos de Estudos Avançados – FIEAs, assinada pelos representantes, transcrita a seguir.

### CARTA DO FÓRUM BRASILEIRO DE INSTITUTOS DE ESTUDOS AVANÇADOS

#### Preâmbulo

*Nós, Diretores dos Institutos de Estudos Avançados de Universidades Brasileiras, imbuídos do propósito de conjugar os esforços para a criação e desenvolvimento de programas cooperativos, atividades, projetos e ações, de abrangência nacional e internacional que contribuam de forma significativa para o progresso acadêmico, científico, tecnológico e cultural, reunidos no II Encontro Nacional de Institutos de Estudos Avançados, declaramos:*

- 1. Conscientes de que a missão dos IEAs vai ao encontro dos objetivos institucionais, que priorizam o ensino público gratuito, a inclusão social, a sustentabilidade, o padrão mundial e a educação de qualidade;*
- 2. Conscientes de que a colaboração acadêmica interinstitucional, o intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes entre universidades e instituições nacionais e internacionais, são metas constituintes da gestão dos Institutos;*
- 3. Conscientes de que as atividades desenvolvidas através de parcerias, convênios e acordos buscam aprofundar a discussão multidisciplinar e transdisciplinar sobre as questões sociais e científicas da contemporaneidade, possibilitam incorporar ao debate acadêmico, temas de relevância e complexidade nas ciências e humanidades;*
- 4. Conscientes de que os IEAs são espaços de desenvolvimento do conhecimento e de realização de programas estruturantes, articulados a redes mundiais de pesquisa;*
- 5. Conscientes, também, de que é preciso aplicar o conhecimento e subsidiar as políticas públicas nacionais,*

Resolvem promulgar a:

## **CARTA DE PORTO ALEGRE**

Os Diretores dos Institutos e Centros de Estudos Avançados de Universidades Brasileiras, reunidos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, nos dias 23 e 24 de agosto de 2013, após amplo debate acerca dos objetivos, projetos e metas institucionais, consagram nesta Carta a proposta de criação do Fórum de Institutos de Estudos Avançados – FIEAs, como espaço de reflexão sobre os desafios e urgências, visando à promoção e à difusão de estudos e pesquisas prospectivas e de antecipação do futuro para a universidade, a fim de ampliar a discussão pública sobre os grandes temas sociais, culturais e científicos contemporâneos, na perspectiva da transdisciplinaridade.

### **Assinados os participantes.**

Na Carta, observa-se o destaque conferido ao ensino público gratuito, à inclusão social e à sustentabilidade, bem como ao padrão mundial e à educação de qualidade. Considera, ainda, dita missiva a necessidade de se criar um espaço de reflexão sobre os grandes temas sociais, culturais e científicos contemporâneos, na perspectiva da transdisciplinaridade.

Em ocasião oportuna, segui com o propósito de levar adiante a proposta de construção de um Instituto avançado na Universidade Federal do Ceará - UFC. Marquei uma audiência com o Reitor da UFC, Prof. Dr. Jesualdo Farias (2008 – 2015), para discutir o projeto e verificar as possibilidades. A ideia foi muito bem acolhida e iniciamos os trâmites burocráticos para realizar essa meta. Logo em seguida, o Reitor me procurou para dizer que apressássemos os trabalhos. A proposta deveria ser encarada como um presente que a Universidade iria receber em seus 60 anos de fundação. Alguns entraves burocráticos se interpuseram. O primeiro deles era superar o fato de a UFC não poder incluir o formato "instituto", conforme as regras do Regimento. A inspiração para superar o entrave veio do Colégio Brasileiro de Altos Estudos, da UFRJ, sendo a nomeação colégio adaptada às conveniências locais da UFC. Feita a escolha do nome, Colégio de Estudos Avançados da UFC, foi concluído o Regimento que seria aprovado no Conselho Universitário.

Neste íterim, participei de outra reunião dos Institutos Avançados, da UFMG, onde foi criado o Fórum Brasileiro de Estudos Avançados, dando continuidade à decisão tomada no Encontro em Porto Alegre. O Prof. José Vicente Tavares dos Santos (ILEA/UFRGS), foi eleito Presidente do Fórum, sendo elaborada a seguinte carta:

## **CARTA DE BELO HORIZONTE**

Os dirigentes dos Institutos e Centros de Estudos Avançados de Universidades Brasileiras, reunidos na Universidade Federal de Minas Gerais, nos dias 11 e 12 de agosto de 2015, criam o Fórum Brasileiro de Estudos Avançados – FOBREAV, como espaço de ação e reflexão crítica criativa sobre os desafios estratégicos na implementação de estudos e pesquisas prospectivas de caráter interdisciplinar.

Em consonância com o Planejamento Estratégico do CNPq 2015 (2014), e o Plano Nacional de Pós-graduação 2011-2020 da CAPES (2010), o Fórum Brasileiro de Estudos Avançados se propõe a conceber e desenvolver iniciativas e programas visando à integração entre universidades, governo, empresas e organizações sociais, por meio da construção de redes de produção de conhecimento, baseadas na inter e transdisciplinaridade e na responsabilidade pública do conhecimento. O FOBREAV deve contribuir para a mundialização da Universidade brasileira e a ampliação e fortalecimento da rede de institutos avançados.

Considera a transversalidade como fundamental para a produção da ciência, da cultura e das tecnologias, a fim de incrementar o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural do país.

O Fórum Brasileiro de Estudos Avançados deve participar da reflexão acerca das políticas públicas estratégicas para o futuro da Universidade e Sociedade.

**José Vicente Tavares dos Santos - ILEA / UFRGS**

**Estevam Barbosa de Las Casas - IEAT / UFMG**

**José Sérgio Leite Lopes - Colégio Brasileiro de Altos Estudos / UFRJ**

**Júlio César Hadler Neto - PENSES / UNICAMP**

**César Barreira - Colégio de Estudos Avançados / UFC**

**Martin Grossmann - IEA / USP**

**Paulo Henrique Martins - Instituto de Estudos da América Latina / UFPE**

**Alexandre Câmera Varella - IMEA / UNILA**

**Fabiana Dultra Britto – UFBA**

O encontro enfatizou os Institutos, como espaço de ação e reflexão crítica criativa, direcionados, fundamentalmente, para os desafios estratégicos na implementação de estudos e pesquisas de caráter interdisciplinar. Ganhou novamente realce, nessa carta, a transversalidade como fundamental para a produção da ciência, da cultura e das tecnologias, a fim de incrementar o desenvolvimento científico, socioeconômico e cultural do País.

Retornei, ainda, mais empolgado com a ideia de implantar o Instituto, após o grande destaque conferido à Universidade Federal do Ceará - UFC, colocando-a como uma universidade com um perfil capaz de acolher a proposta. Naquela ocasião, assinei a carta por insistência dos participantes do evento, mesmo não tendo sido oficializada a criação do Colégio de Estudos Avançados da UFC.

A oficialização e implantação do projeto não foram possíveis no reitorado do Prof. Jesualdo. Os trâmites continuaram no novo reitorado, do Prof. Henry de Holanda Campos (2015-2019). Achemos prudente, que o Reitor nomeasse uma comissão formada por professores dos distintos centros e faculdades, para pensar os princípios filosóficos e políticos do Colégio de Estudos Avançados. A comissão foi formada pelos professores César Barreira, do Centro de Humanidades, Luiz Antônio Maciel de Paula, do Centro de Ciências Agrárias, Maria Naiúla Monteiro da Silva, da Faculdade de Economia, Administração Atuária e Contabilidade, Regnoberto Marques de Melo Júnior, da Faculdade de Direito, Ricardo Figueiredo Bezerra, do Centro de Tecnologia, Álvaro Jorge Madeiro Leite, da Faculdade de Medicina, José Soares Andrade Júnior, do Centro de Ciências, e Fernanda Maria Abreu Coutinho, do Centro de Humanidades. A comissão presidida por mim teve a incumbência de, no prazo de 90 (noventa) dias, elaborar projeto de organização, funcionamento e objetivos, inclusive, proposta de Regimento, com vistas à criação, pelo Conselho Universitário, do Colégio de Estudos Avançados - CEA/UFC.

As atividades da comissão foram logo iniciadas, tendo como principal objetivo, a valorização de uma proposta dessa natureza para a Universidade e o lugar de destaque que ele deveria ocupar na sua estrutura acadêmica. As discussões políticas-filosóficas passaram pelo significado da palavra "avançado" e pela abrangência de atuação do projeto no ensino, na pesquisa e na extensão. O "avançado", ganhou destaque na pesquisa e na produção do conhecimento "de ponta", supondo-se a perspectiva de avançar, de estar avançando no conhecimento não restrito as elites. Nesta dimensão, seriam privilegiados os trabalhos inter e multidisciplinares, dando destaque aos grupos de pesquisa que articulavam trabalhos nas áreas distintas do conhecimento, incluindo grupos internacionais de pesquisa. Os trabalhos seriam iniciados com os programas de pós-graduação, avaliados com notas 5, 6

e 7 pela CAPES e com pesquisadores de produtividade do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq. A comissão contou com o suporte dos assessores jurídicos da UFC, Dr. Carlos Marques e Dr. Edmar Ribeiro.

A comissão concluiu os seus trabalhos, no início de 2016, elaborando um Regimento do Colégio de Estudos Avançados e um ofício, datado do dia 04/03/2016, encaminhado ao Magnífico Reitor, solicitando que o mesmo fosse enviado ao Conselho Universitário para discussão e aprovação.

## **UM SONHO CONCRETIZADO**

Em reunião do Conselho Universitário – Consuni, da UFC, no dia 29 de abril de 2016, o Colégio de Estudos Avançados - CEA/UFC, foi pauta de discussão. Abertos os trabalhos do Consuni, o Reitor Henry Campos, como presidente, me convocou para apresentar os motivos, importância e pertinência de criação de um Instituto de Estudos Avançados na UFC. Fiz a argumentação, em comum acordo com a Comissão nomeada pelo Reitor, baseando-me nos seguintes motivos:

### **Exposição de Motivos**

1. O presente instrumento resulta de diálogos realizados com docentes, gestores e representantes de instituições universitárias, incluindo, principalmente, a Universidade Federal do Ceará - UFC, visando à criação de um ambiente de estudos avançados de caráter multidisciplinar, voltado para a discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos contemporâneos.
2. Considerando os objetivos institucionais da UFC, desde a sua criação em 1955, a saber, promover a formação humana e profissional de seus egressos, preparando-os para uma atuação responsável e construtiva na sociedade; fomentar a geração de conhecimentos voltados para o desenvolvimento sustentável do Ceará e do Nordeste; impulsionar o desenvolvimento, a produção e a preservação da cultura e das artes, com ênfase para as manifestações regionais; promover a interação com a sociedade, através da difusão científica, tecnológica, artística e cultural e do desenvolvimento comunitário, sintonizados com as demandas sociais; incentivar a capacitação permanente dos quadros docente e técnico-administrativo; intensificar e ampliar as relações de parceria e intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e não governamentais; buscar a profissionalização da gestão administrativa, apoiada em processos de planejamento e avaliação, executada com base em modelo organizacional flexível, eficiente e eficaz; exercitar, permanentemente, a autonomia universitária superando restrições e estabelecendo novos parâmetros na gestão e nas relações institucionais; assegurar a qualidade no desenvolvimento de todas as ações administrativas e acadêmicas; distinguir-se como referência pela excelência acadêmica de suas ações nas áreas do ensino, geração do conhecimento e prestação de serviços à população, bem como na produção de arte e cultura, o Colégio de Estudos Avançados da Universidade Federal do Ceará – CEA/UFC almeja a promoção de uma esfera pública crítica e representativa de sua missão científica, cultural e social que se expande para dentro e fora do País. Nesse sentido, reforçam os desafios e projeções, hoje, postos no âmbito regional, nacional e internacional, com o fim de promover o saber em suas diversas áreas do conhecimento, ciente de que a articulação entre diversos campos científicos do conhecimento dará subsídios a projetos e reflexões de caráter nacional e internacional, capazes de fomentar políticas públicas enfatizando os pilares da UFC baseados na pesquisa, ensino e extensão.

3. Hoje, os atores do desenvolvimento percebem que a questão da desigualdade social e econômica pode e deve ser reintroduzida com base em outros marcos analíticos, que considerem a complexidade e a diversidade cultural e ambiental inseparável das questões postas pelo mundo globalizado. Esse é um tema que abrange todas as áreas do conhecimento da Universidade Federal do Ceará. Repensar as demandas de reflexão hoje postas na esfera pública, implica incorporar os temas da sustentabilidade, da cultura, saúde, tecnologia e meio ambiente, como tarefas fundamentais a serem enfrentadas pelo saber científico e acadêmico.
4. É em tal perspectiva, que será criado o CEA-UFC, com plena potencialidade de dialogar com outros centros da mesma natureza, comungando com o espírito de outras entidades análogas, considerando que a colaboração acadêmica interinstitucional, o intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes entre universidades e instituições nacionais e internacionais, são metas constituintes de relevante interesse da universidade. Metas que estão a amparar-se no amplo legado acadêmico da UFC, que alcança as mais diversas áreas do conhecimento, tendo em vista reforçar o papel de liderança da instituição no diálogo científico interinstitucional.
5. Sumarizam-se, assim, os objetivos do CEA-UFC: (a) Apoiar a cooperação internacional com vistas a incrementar o diálogo e a pesquisa científica e tecnológica entre universidades, associações científicas e centros de pesquisas do Brasil com outros congêneres, com vistas a se pensar os novos marcos da cooperação internacional científica; (b) Conjuguar, esforços para a criação e desenvolvimento de programas cooperativos, atividades, projetos e ações, de abrangência nacional e internacional; (c) Incrementar atividades científicas de interesse da UFC, desenvolvidas através de parcerias, convênios, acordos e projetos vários de extensão; (d) Aprofundar a discussão multidisciplinar e transdisciplinar sobre as temáticas sociais, científicas e tecnológicas da contemporaneidade; (e) Articular-se com outras iniciativas institucionais que conferem prioridade ao ensino público gratuito, à inclusão social, à sustentabilidade e à educação de qualidade; (f) O CEA-UFC, se alinha às restantes entidades de estudos avançados existentes no País e em todo o mundo. Enfim, todas valiosas dimensões de construção reflexiva ao visio da promoção do saber e do conhecimento e, sobretudo, da sua efetivação em projetos e programas estruturantes, articulados a redes mundiais de pesquisa, considerando o ingente e complexo desafio de aplicação do conhecimento, que coadjuve políticas públicas nacionais e regionais.

A matéria foi muito bem apreciada, ganhando vários destaques, pelos conselheiros, tendo o Conselheiro Lindberg Gonçalves ressaltado, que esse instituto era um antigo sonho de uma boa parcela de professores da UFC. O Reitor agradeceu o empenho da comissão e colocou em regime de votação, tendo sido aprovadas por unanimidade a instalação e oficialização do Colégio de Estudos Avançados no âmbito da Universidade Federal do Ceará.

Em seguida, foi discutido o Regimento do CEA, tendo em vista sua aprovação. O Prof. Custódio Almeida, vice-reitor da UFC, sugeriu que o CEA ficasse vinculado à Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica – EIDEIA, sugestão acatada pelo Con-suni. A proposta inicial da Comissão que elaborou o Regimento era de que inicialmente o CEA ficasse vinculado diretamente ao Gabinete do Reitor. Foi destacada, em seguida, a missão do Colégio, que é a criação de um ambiente de estudos avançados de caráter multidisciplinar, voltado para a discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos contemporâneos. Os dois grandes eixos de atuação expressos foram os seguintes: 1) Apoiar a cooperação internacional, com vistas a incrementar o diálogo e a pesquisa científica e tecnológica entre universidades, associações científicas e centros de pesquisas do Brasil com outros congêneres, com vistas a se pensar os novos marcos da cooperação internacional científica; 2) Aprofundar a discussão multidisciplinar

e transdisciplinar sobre as temáticas sociais, científicas e tecnológicas da contemporaneidade. Nessa perspectiva, os dois grandes condutores de atuação do CEA/UFC, referiram-se à internacionalização e ao caráter interdisciplinar de suas atuações.

## **ABRINDO AS CORTINAS – projeções e ações**

As atividades do Colégio de Estudos Avançados foram oficialmente abertas, no dia 14 outubro de 2016, com uma mesa que contou com a participação do Reitor, Prof. Henry Campos, e outras autoridades da UFC.

Na mesa oficial, conferi a seguinte fala de abertura e de boas-vindas aos participantes desta solenidade.

Bom dia a todos e a todas!

*Gostaria, inicialmente, agradecer a presença de todos vocês nessa solenidade de abertura oficial, das atividades do Colégio de Estudos Avançados, e saudar todos os componentes da mesa iniciando pelo nosso amigo e colega de batalhas por uma UFC melhor no campo do ensino, pesquisa e extensão. Saudando o nosso Magnífico Reitor o Professor Henry Campos, saúdo todas as autoridades e professores aqui presentes.*

*A construção e implementação do Colégio de Estudos Avançados, é fruto do trabalho dedicado de muitos. É importante, inicialmente, ressaltar e agradecer o apoio recebido do Professor Jesualdo Farias, ex-reitor da nossa Universidade, do Professor Henry Campos, do Professor Custódio Almeida, vice-reitor da UFC e do Professor Antônio Gomes, pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação e presidente do Conselho Deliberativo do CEA.*

*Destaco, nesse processo, o trabalho realizado pelos professores Ricardo Bezerra, da arquitetura, do José Soares, da Física, do Regnoberto Melo Junior, do Direito, do Álvaro Madeiro, da Medicina e vice-diretor do CEA, das professoras Naiúla da Silva, da Economia e Fernanda Coutinho, da Literatura, componentes da Comissão nomeada pelo Reitor para pensar a filosofia e o Regimento do CEA. Ressalto o suporte jurídico do Carlos Marques e do amigo, Edmar Ribeiro.*

Agradeço a presença de todos os diretores de Institutos e Colégios de estudos avançados do Brasil, nessa solenidade de abertura, destacando todo o apoio recebido na gestação da ideia de abertura de um instituto dessa natureza na UFC. O apoio e incentivo recebido pelo professor José Vicente Tavares dos Santos, presidente do Fórum Brasileiro dos Institutos de Estudos Avançados foi fundamental para assumirmos esta nobre e grande empreitada.

Ressalto que a realização desse sonho, que é a abertura do CEA da UFC, não é só meu ou do Professor Álvaro Madeira, vice-diretor do Colégio, sendo há muito acalentado por toda a comunidade acadêmica da UFC, incluindo dirigentes e professores.

O CEA é resultado de diálogos realizados com docentes, gestores e representantes de instituições universitárias, incluindo, principalmente, a Universidade Federal do Ceará – UFC. A proposta visa, principalmente, a criação de um ambiente de estudos avançados de caráter multidisciplinar, voltado para a discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos contemporâneos.

O Colégio surge em um momento político de dificuldades, não só econômicas, mas atinentes a tensões provenientes da ameaça de restrição de valores democráticos. Trata-se, também, de um momento rico e desafiador. O CEA inicia as suas atividades em um clima muito positivo para toda a comunidade acadêmica da UFC, que foi a recente avaliação, que

classificou esta Universidade, em 8º lugar no ranking das universidades brasileiras. Estas classificações, ao mesmo tempo em que nos engrandecem, exigem maiores responsabilidades.

As universidades e este colégio são chamados e conclamados para reafirmar, cada vez mais, os valores e princípios de um Estado Democrático de Direito, principalmente, em defesa de uma universidade pública de qualidade.

O CEA se insere com todas as letras nos objetivos institucionais da UFC, desde a sua criação em 1955, a saber:

- Promover a formação humana e profissional de seus egressos, preparando-os para uma atuação responsável e construtiva na sociedade;
- Fomentar a geração de conhecimentos voltados para o desenvolvimento sustentável do Ceará e do Nordeste, e, agora, como resultado do seu processo de maturidade, podemos dizer do Brasil;
- Impulsionar o desenvolvimento, a produção e a preservação da cultura e das artes, com ênfase para as manifestações regionais;
- Promover a interação com a sociedade, através da difusão científica, tecnológica, artística, cultural e do desenvolvimento comunitário, sintonizados com as demandas sociais;
- Incentivar a capacitação permanente dos quadros docente e técnico-administrativo;
- Intensificar e ampliar as relações de parceria e intercâmbio com instituições nacionais e estrangeiras, governamentais e não governamentais;
- Buscar a profissionalização da gestão administrativa, apoiada em processos de planejamento e avaliação, executada com base em modelo organizacional flexível, eficiente e eficaz;
- Exercitar, permanentemente, a autonomia universitária superando restrições e estabelecendo novos parâmetros na gestão e nas relações institucionais;
- Assegurar a qualidade no desenvolvimento de todas as ações administrativas e acadêmicas;
- Distinguir-se como referência pela excelência acadêmica de suas ações nas áreas do ensino, geração do conhecimento e prestação de serviços à população, bem como na produção de arte e cultura.

O Colégio de Estudos Avançados da Universidade Federal do Ceará - CEA-UFC almeja a promoção de uma esfera pública crítica e representativa de sua missão científica, cultural e social, que se expande para dentro e fora do País. Nesse sentido, reforçam os desafios e projeções, hoje, postos no âmbito regional, nacional e internacional, com o fim de promover o saber em suas diversas áreas do conhecimento, ciente de que a articulação entre diversos campos científicos do conhecimento dará subsídios a projetos e reflexões de caráter nacional e internacional, capazes de fomentar políticas públicas enfatizando os pilares da UFC, baseados na pesquisa, ensino e extensão.

Hoje, os atores do desenvolvimento percebem que, a questão da desigualdade social e econômica pode e deve ser reintroduzida com base em outros marcos analíticos, que considerem a complexidade e a diversidade cultural e ambiental inseparável das questões postas pelo mundo globalizado. Esse é um tema que abrange todas as áreas do conhecimento da Universidade Federal do Ceará. Repensar as demandas de reflexão, hoje, postas na esfera pública, implica incorporar os temas da sustentabilidade, da cultura, saúde, tecnologia e meio ambiente, como tarefas fundamentais a serem enfrentadas pelo saber científico e acadêmico. É nessa perspectiva, que iniciamos os nossos trabalhos com a te-

mática de Segurança Hídrica, que é tão cara ao nosso Estado, formulando novas questões a respeito de um tema já refletido por grandes estudiosos.

O CEA da UFC é criado com plena potencialidade de dialogar com outros centros da mesma natureza, comungando com o espírito de outras entidades análogas, considerando que a colaboração acadêmica interinstitucional, o intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes entre Universidades e instituições nacionais e internacionais, são metas constituintes de relevante interesse da universidade. Metas que estão a amparar-se no amplo legado acadêmico da UFC, que alcança as mais diversas áreas do conhecimento, tendo em vista, reforçar o papel de liderança da instituição no diálogo científico interinstitucional.

Podemos sumarizar assim os objetivos do CEA-UFC:

- a. Apoiar a cooperação internacional, com vistas a incrementar o diálogo e a pesquisa científica e tecnológica entre universidades, associações científicas e centros de pesquisas do Brasil com outros congêneres, com vistas a se pensar os novos marcos da cooperação internacional científica;
- b. Conjuguar, esforços para a criação e desenvolvimento de programas cooperativos, atividades, projetos e ações, de abrangência nacional e internacional;
- c. Incrementar atividades científicas de interesse da UFC, desenvolvidas através de parcerias, convênios, acordos e projetos vários de extensão;
- d. Aprofundar a discussão multidisciplinar e transdisciplinar sobre as temáticas sociais, científicas e tecnológicas da contemporaneidade;
- e. Articular-se com outras iniciativas institucionais que conferem prioridade ao ensino público gratuito, à inclusão social, à sustentabilidade e à educação de qualidade;
- f. O CEA-UFC se alinha às restantes entidades de estudos avançados existentes no País, e podemos dizer em todo o mundo.

Enfim, todas as valiosas dimensões de construção reflexiva que visa à promoção do saber e do conhecimento e, sobretudo, da sua efetivação em projetos e programas estruturantes, articulados a redes mundiais de pesquisa, considerando o complexo desafio de aplicação do conhecimento com políticas públicas nacionais e regionais.

Os desafios para o Colégio são muitos, mas para enfrentá-los e torná-los mais prazeroso e exequível, contamos com o nosso entusiasmo, meu e do Professor Álvaro Madeira e, principalmente, com o apoio da comunidade acadêmica da UFC. Contamos também, em âmbito estadual, principalmente, com o apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap, tendo à frente o professor Tarcísio Pequeno, e apoio do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, através do Professor Marcos Holanda.

Encerrando, gostaria de agradecer o apoio logístico e técnico recebido, até agora, pela Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica - Eideia, principalmente, dos seus Diretores Teresa e Bernadete e dos funcionários Alexandre e Lucélia.

Dando continuidade às atividades de abertura do CEA, foi realizada uma mesa-redonda: "Institutos de Estudos Avançados: desafios e perspectivas": com a participação do Prof. Paulo Hilário Nascimento Saldiva (Diretor do Instituto de Estudos Avançados - IEA/USP), através de videoconferência, com a participação presencial dos Professores Alexandre Câmara Varella (coordenador do Instituto Mercosul de Estudos Avançados - IMEA, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila), José Sérgio Leite Lopes (diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos/UFRJ), José Vicente Tavares dos Santos (presidente do Fórum Brasileiro de Estudos Avançados e Diretor do Instituto), e Paulo Henrique Martins (coordenador do Instituto de Estudos da América Latina/UFPE).

A segunda mesa-redonda, "Segurança hídrica: diálogos interdisciplinares", contou com os seguintes participantes: Profa. Rosana Garjulli (socióloga e consultora em Gestão Participativa de Políticas Públicas), Prof. Francisco de Assis de Souza Filho (coordenador do Grupo de Pesquisa) "Gerenciamento do Risco Climático para a Sustentabilidade Hídrica" da UFC; Professora Ana Paula Francalanza (Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP); e, Dr. Francisco José Coelho Teixeira (secretário dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará).

A escolha desta temática para iniciar as atividades do CEA, foi carregada de significados e simbolismos, sendo, provavelmente, a temática mais cara ao estado do Ceará, não só pelas severas e decantadas secas, mas também, pelo avanço das descobertas científicas e fortalecimento das políticas públicas em recursos hídricos locais, servindo de modelo para outros estados, bem como para outros países. Auferiram destaque nesta área os professores e pesquisadores da UFC, os quais desenvolvem pesquisas "de ponta" e em perfeita articulação com o Estado, configurando uma nova realidade hídrica para o Ceará.

O ano de 2016 foi o de montagem do CEA, com a constituição da diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo, nomeados pelo Reitor, como regula o Regimento da UFC. O ano foi também de amadurecimento dos principais eixos de atuação do Colégio, visando articular a demanda da comunidade acadêmica com as reais possibilidades de programação. Nesta configuração, os diálogos com a direção da universidade, bem como debates com os Conselhos Deliberativo e Consultivo, foram fundamentais. Desse processo, resultou uma programação dirigida para dar visibilidade ao CEA e conjugar, esforços na seara da internacionalização e interdisciplinaridade. A programação, iniciada em 2017, concretizou as discussões elaboradas com os participantes do Colégio.

A primeira atividade, denominada "Painel Interdisciplinar – Rompendo Fronteiras Ciência, Cultura e Arte", representou uma proposta de criação de um ambiente ligado à discussão pública a respeito de temas científicos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos contemporâneos. Por meio dele, o CEA/UFC, almejava a promoção de uma esfera pública crítica e representativa de sua missão científica, cultural e social, capaz de se expandir para o exterior dos muros universitários. Reforçava os desafios e projeções, hoje, expressos nos âmbitos regional, nacional e internacional, com o fim de promover o saber em suas diversas áreas. Isso configura incrementar a articulação entre diversos campos científicos, dando subsídios a projetos e reflexões de caráter nacional e internacional, habilitados a fomentar políticas públicas, enfatizando os pilares da UFC baseados na pesquisa, ensino e extensão. Operacionalmente, para cada Painel Interdisciplinar, foram convidados dois professores/ pesquisadores com notório saber, e que atuam em diversas áreas do saber, ou terrenos distintos de mesma área, para apresentarem suas compreensões sobre tema proposto pela Diretoria do CEA. As matérias ocuparam um vasto âmbito do conhecimento: Ciência e Criatividade, Segurança Hídrica e Qualidade de Vida, Filosofia e Ciência: Continuidade e Rupturas, Os Extremos da Vida – Infância e Velhice, Medicinas Integrativas e Novas Fronteiras da Saúde, Cidades: Desafios da Convivência Coletiva, A Universidade como Projeto: Desafios e Estratégias de Produção de Conhecimento, Ciência e Cidadania, Ciência e Poesia, Desafio das Cidades: Mobilidade Urbana e Redes Complexas, Diálogos sobre o Suicídio, Diálogos sobre a Felicidade, CEARÁ 2050: Plataforma Estratégica de Desenvolvimento de Longo Prazo; Depressão e mal-estar na universidade, Modernização e Novos Conflitos Urbanos.

O CEA/UFC estabeleceu e aforou em seus programas, a realização de entrevistas com professores/pesquisadores da UFC, envolvendo cientistas das variegadas sendas da Ciência, em uma busca de "Olhares Transversais", para a montagem de uma memória da pesquisa no Ceará, privilegiando a inovação do pensamento científico. O resultado das entrevistas, além do acervo biográfico, servirá como material de pesquisa e fortalecimento de

outros trabalhos. Essa atividade foi nominada "Conversa com Cientistas", estando vinculada à constituição de uma memória das trajetórias pessoais e acadêmicas dos renomados pesquisadores da UFC, nacional e internacionalmente. Nas entrevistas, procurou-se recobrir as trajetórias de vida, as experiências acadêmicas, as propostas de pesquisa, a formação dos grupos-redes de investigação científica, os desafios científicos e éticos enfrentados ao extenso da trajetória e os efeitos ou influxos sociais e econômicos das pesquisas. Buscou-se entrevistar pesquisadores que são referência nas suas áreas de estudo, cientista de produtividade do CNPq, lideranças acadêmicas e investigadores que pertencem a grupos e redes de pesquisa Internacionais.

Nesse interim, foi realizada uma conferência dentro da atividade denominada, "Temas Contemporâneos", evento que visou promover a reflexão de temas contemporâneos, expressa por pesquisadores. Para realizar a primeira edição desse evento, foi convidado o Prof. Boaventura de Sousa Santos (sociólogo, catedrático da Universidade de Coimbra), que falou sobre o tema: "Epistemologias do Sul e a Defesa da Universidade". A segunda conferência foi proferida pelo Prof. Tarcísio Pequeno (Presidente da Funcap e Professor da UFC, com título de Professor Emérito da Instituição), com o tema: "Para que Servem as Ciências Inúteis: resposta a uma pergunta impertinente".

Demonstrando a importância que tem a Literatura e a produção do conhecimento das áreas das Ciências Humanas, para o Colégio de Estudos Avançados da UFC, no dia de posse da Diretoria e dos novos conselheiros do Conselho Deliberativo e Consultivo, para o biênio 2019/2020, foi programada uma mesa-redonda sobre literatura. A mesa-redonda, intitulada, "Ana Miranda e Ângela Gutiérrez dialogam sobre Literatura", contou com a presença das novas conselheiras do CEA, Ana Maria Nóbrega Miranda, escritora e doutora *honoris causa* da UFC, e Ângela Maria Rossas Mota de Gutiérrez, escritora, docente da UFC e Presidente da Academia Cearense de Letras. Para a mediação desse diálogo, foi convidada a Professora Maria Inês Pinheiro Cardoso, do Departamento de Letras Estrangeiras da UFC. As novas conselheiras exibiram suas vivências e trajetórias, abordando temas como: a relação entre contemporaneidade e literatura; a importância da literatura nas universidades; o lugar da infância na nossa literatura; a geografia pessoal na nossa obra literária; e, a literatura cearense.

Outra atividade, na área da Literatura, que ganhou espaço no CEA/UFC, foi "O dia D", homenagem realizada todos os anos, em diversas cidades brasileiras, no dia 31 de outubro, aniversário de nascimento do nosso excepcional poeta Carlos Drummond de Andrade. Em 2019, essa atividade foi intitulada "Dia 'D' de Jaleco – Medicina e Literatura: Mãos Dadas", organizada pelo CEA, Iprede e UFC, tendo à frente o Professor Álvaro Madeiro (Medicina) e a Professora Fernanda Coutinho (Literatura), contando com a participação do Professor Jesus Irajacy Fernandes da Costa (Professor de Radiologia/UFC) e Nathália Farias Vasconcelos (Acadêmica de Medicina da UFC).

Nestes tempos de pandemia pelo covid-19, isolamento social e atividades remotas, demandou-se cuidar de temas com olhares transversais e interdisciplinares sobre esse problema, privilegiando as pesquisas realizadas na universidade, bem como as implicações pedagógicas com e em atividades *on-line* e remotas. Foram realizadas 18 *lives*, em parceria com o Laboratório de Estudos da Violência da UFC, sobre Pandemia e Violência, duas *lives* "Grandes temas Avançados", uma sobre Indicadores Epidemiológicos e Modelos de Predição no Enfrentamento da Epidemia de COVID- 19 – a experiência do Ceará, e outra atinente a Desafios Pedagógicos em Tempo de Pandemia. Foi mantida uma programação mensal com nove *podcasts* e uma programação semanal, com temas ligados às pesquisas realizadas na UFC. As referidas atividades foram muito bem recebidas, possibilitando profícuos diálogos interdisciplinares de pesquisadores da saúde com sociólogos e de físicos

com infectologistas. Os diálogos possibilitaram uma rica aproximação entre as pesquisas qualitativas e quantitativas.

## EXPERIÊNCIA MARCANTE

A experiência no CEA produziu marcas acadêmicas e afetivas. Destaco, particularmente, a relação mantida com Álvaro Madeiro, vice-diretor, nessa trajetória, incluindo reuniões semanais, troca permanente de ideias e projetos, visando dar uma dinâmica relevante aos encontros. Sua sensibilidade literária e índole humanitária sedimentada no conhecimento teórico de Edgar Morin representou o exemplo vivo de que a interdisciplinaridade é uma construção intelectual e afetiva. Recorro à reflexão de Veena Das, antropóloga indiana, quando afirma que a sua trajetória intelectual foi definida, tanto pelas amizades intelectuais que ela fez (inclusive com alunos), quanto por sua curiosidade. Ela assinala que, em vez de buscar um plano claro, ou fazer escolhas prévias deliberadas em seus projetos, costuma ser levada a reagir e a receber instruções do que aparece por meio de intensas interações, às vezes, inusitada. Penso que minha trajetória no Colégio de Estudos Avançados da UFC, foi regada pelas amizades intelectuais, estabelecidas em quase cinco décadas no interior da universidade e, também fora dela, tanto no Brasil, como no Exterior. A minha inserção intensa no cotidiano do Departamento de Ciências Sociais, bem como no Programa de Pós-graduação em Sociologia, me possibilitou ricos conhecimentos no fazer universitário. Uma produção do conhecimento em diversificadas matizes com toda a riqueza, complexidade do conhecimento em aberto. Nessa perspectiva, fui sempre guiado pela curiosidade do infundável, em termos de uma área, de uma ciência ou de uma disciplina. A interdisciplinaridade, como principal eixo dos Institutos Avançados, acendeu uma forte luz em minhas curiosidades, inquietações e dúvidas. Trata-se de rica experiência, que deu continuidade às atividades desenvolvidas quando participei do Comitê Multidisciplinar da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, possibilitando experiência na senda vastíssima do conhecimento científico. Aí, foram abertas as primeiras caixinhas que não se esgotavam em si mesmas. O conceito interdisciplinar qualifica, de maneira bastante precisa o que é comum a duas ou mais disciplinas, ou ramalhos outros do conhecimento. Destaco o fato de que constitui a ligação entre as diversas áreas, também, abarcando um processo pedagógico. Muitos aspectos, ainda, são suscitados no interior da Epistemologia, considerando-se a negação de um recorte único e direcionado da realidade, tendo em vista a complexidade dos objetos de estudo.

O CEA valorizou em seus diálogos interdisciplinares, as trocas de conhecimento, ocupando um espaço central nos institutos avançados. Nesta busca, nessas aproximações, releva evidenciar o fato de que a interdisciplinaridade, como uma troca, tem que preservar o modo de fazer das disciplinas, diversas umas das outras. Existe um *iter facere*, ou uma produção do conhecimento, da Sociologia, da Antropologia, da Ciência Política, da Física e das Engenharias, que tem que ser preservado. Isto possibilita a manutenção e consolidação do *habitus* acadêmico.

Um aspecto importante, é que a interdisciplinaridade é uma lavra de estudos, que cruza os limites tradicionais entre várias disciplinas acadêmicas ou de variadas escolas de pensamento. A interdisciplinaridade muda ou altera o enfoque metodológico, trabalhando objetos de investigação em sua multiplicidade. Conforma uma busca sistemática de integração das teorias, normas, métodos e linguagens.

Neste mesmo diapasão, a caminhada do CEA perseguiu a complexidade dos fenômenos, como destaca Edgar Morin, filósofo francês, quando chama atenção para o pensa-

mento complexo, enfatizando a capacidade de conectar dimensões diversas da realidade ou a capacidade reflexiva, bem como a estratégia que busca abranger todos os fenômenos.

Ressalto, ainda, a abordagem de Edgar Morin, quando diz que o pensamento complexo é uma grande rede, cujos fios finos se entrelaçam e relacionam seus componentes. Seguindo nessa direção, o CEA tinha como meta monitorar, em sua programação, um edital de apoio à pesquisa sobre interdisciplinaridade e complexidade. Visava a selecionar propostas para apoio financeiro, a projetos com foco nas atividades de investigação realizadas por pesquisadores da UFC, que buscam, com amparo em terrenos variados de especialização, desenvolver abordagens interdisciplinares e complexas, que contribuam para a formação de um corpo científico transversal, reforçando e inovando, significativamente, o desenvolvimento científico, do Ceará, nas áreas de ciência, arte e tecnologia. O objetivo era privilegiar alguns eixos, como, por exemplos: novas epistemologias científicas; internacionalização do saber científico; pesquisa científica e usos no ambiente externo da UFC; inovações em políticas públicas com participação; e, pesquisa sobre temas emergentes em meio ambiente, saúde, educação, segurança e trabalho.

A Diretoria do CEA, juntamente, com o Conselho Deliberativo, também estabeleceu na sua programação de atividades, a criação de uma Cátedra de Estudos Avançados da UFC. A cátedra universitária seria uma instância de troca de experiências acadêmicas de curta duração, realizada por cientistas sêniores, destinada a fortalecer áreas do conhecimento e linhas de pesquisa, fomentando debates teóricos e experiências inovadoras, em prol do avanço do conhecimento. É importante evidenciar a ideia de que a existência de cátedras universitárias e de redes de pesquisas faz parte do rol de exigências para integrar a *University-Based Institutes for Advanced Study* (UBIAS). A UBIAS é uma rede global de intercâmbio acadêmico, para a elaboração de conhecimentos interdisciplinares e a promoção da internacionalização da ciência. A rede foi criada pela necessidade de propagar o papel de destaque dos institutos nas universidades que, dificilmente, desenvolveriam projetos transdisciplinares sem a existência destes espaços de reflexão no mais alto nível.

A programação do CEA/UFC era ousada, visando a articular numa perspectiva transdisciplinar e transversal, os conhecimentos científicos produzidos nas diversas áreas do conhecimento, abrindo a instituição para os novos desafios tecnológicos e humanistas, dando subsídios a projetos e reflexões de caráter nacional e internacional, capazes de fomentar políticas públicas, enfatizando os pilares da UFC, baseados na pesquisa, no ensino e na extensão.

As universidades públicas e os institutos avançados ocupam um lugar central, neste contexto de predomínio das ideias negacionistas que se fazem acompanhar de valores individualistas e privatistas. Como afirmou o Professor Paulo Henrique Martins, ex-professor visitante da UFC e do CEA: "Defender os valores do bem comum e público, constitui uma prioridade para os gestores das universidades públicas no Brasil. Estamos vivendo um mundo de ultrapassagem de fronteiras culturais e intelectuais, exigindo que a produção e a divulgação do conhecimento científico, sejam ampliadas para novos públicos, tanto facilitando a democratização do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, como promovendo a internacionalização do conhecimento".

A Academia, de modo geral, é feita de continuidades e descontinuidades, considerando, ainda, que muitas das ações têm poderes de sementes sempre dispostas a germinar. Os caminhos da interdisciplinaridade, da complexidade e da democracia foram plantados no Colégio de Estudos Avançados da UFC.

# A FABRICAÇÃO DOS ESTUDOS AVANÇADOS EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES: complexidade, criatividade e crítica

José Vicente Tavares dos Santos <sup>2</sup>

## 1 INTRODUÇÃO

Na história, sucedendo à Era dos Extremos Hobsbawm (1994), desenvolve-se a mundialização da sociedade mediante a constituição de formas sociais, marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeadoras de novos conflitos sociais e que, por vezes, estabelecem novos limites à atuação do Estado. O século XXI, iniciado em 1991, pode ser caracterizado como um processo de mundialização, marcado pela globalização da economia, o avanço do capital especulativo, a expansão da produção pós-industrial e a precarização das relações do trabalho assalariado, e pela expansão das conflitualidades, conformando uma crise social mundial.

A sociedade contemporânea tem sido definida como “uma sociedade do conhecimento, cujas características principais, são: a comunicação, as redes, a criatividade e a inovação” (SALES e FOURNIER, 2007, p. 3). Vivemos em uma sociedade informacional, onde a integração de novas tecnologias, como microeletrônica, sistemas de informação e telecomunicações oferecem uma plataforma digital que está produzindo uma nova era da sociedade mundial, na qual cresce o poder da comunicação (CASTELLS, 2009).

As categorias do conhecimento sociológico, também foram modificadas por tais movimentos de mudança social, fazendo com que a sociedade contemporânea seja definida tanto pela integração e pela homogeneização, quanto por desigualdades, diferenciações e exclusões sociais. O processo de formação de uma sociedade mundial ocorre de modo contraditório, heterogêneo e desigual: trata-se de uma profunda modificação no espaço-tempo social, pois a globalização econômica gera novas formas de desigualdades, as quais incidem, não apenas, sobre os sistemas sociais em grande escala, mas também, sobre os contextos locais e grupos sociais situados em distintas regiões do planeta (IANNI, 1992 e 2000).

Em virtude das grandes mudanças que marcaram os dois últimos séculos, fez-se a necessidade da criação de uma instituição destinada a estudá-las. A experiência internacional dos Institutos de Estudos Avançados data de 1907, quando Margareth Sage destinou um fundo à Fundação Russell Sage, de Nova Iorque, para ser aplicado na “melhoria das condições sociais e de vida nos Estados Unidos” e no enfrentamento dos “problemas maiores e mais difíceis”. Em 1930, foi criado o Instituto de Estudos Avançados de Princeton, nos Estados Unidos, com a missão de “incentivar e apoiar, a investigação fundamental na

---

<sup>2</sup> José Vicente Tavares dos Santos - Professor Titular do Departamento de Sociologia, professor dos Programas de Pós-graduação em Segurança Cidadã, Sociologia e Políticas Públicas do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Porto Alegre, Brasil; Pesquisador do CNPq (desde 1988). Pesquisador visitante do CALAS – Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados, Universidad de Guadalajara/University of Bielefeld, México (2019-2020). Titulação: Sociólogo (UFRGS, 1971), Mestre (USP, 1977), Docteur d’Etat (Univ. Paris-Nanterre, 1987), Estágio de Pós-doutorado (Univ. Cambridge, 2008). Cargos anteriores: Diretor do ILEA – Instituto Latino-americano de Estudos Avançados - da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (2012-2020). Secretário Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (2015-2019); Presidente da – Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS (1998-2001); Presidente da Associação Latino-americana de Sociología - ALAS (2003-2005); Membro do Comitê Executivo da ISA – Associação Internacional de Sociologia; Presidente da ADUFRGS (1979/1981); Pró-Reitor de Pesquisa, Diretor do IFCH, Representante Docente no CONSUN da UFRGS. Coordenador do GT Violência, Segurança e Cidadania do CLACSO (2013-2019). Coordenador do G.P. Violência e Cidadania (CNPq) e R.C. Social Control and Deviance - ISA.

área das ciências e humanidades, – o pensamento que produz avanços no conhecimento e muda a maneira como entendemos o mundo" (<http://www.ias.edu>). Estávamos no início do novo conhecimento científico (BACHELARD, 1984).

Atualmente, há 47 Institutos de Estudos Avançados no mundo, distribuídos pela Europa, América do Norte, Ásia, América do Sul e África. Eles foram criados em momentos histórico cruciais: no início do século XX, entre 1907 a 1963, houve a formação de cinco; no período da crise global de 1968 a 1978, outros quatro; e, depois, mais cinco até 1991. Desde 1992, acompanhando a Era da Mundialização das Conflitualidades e de Globalização da Economia, assistimos à implantação de mais 33 institutos e a formação de duas redes mundiais.

A primeira rede é o consorcio *Some Institutes for Advanced Study* – SIAS, com a seguinte definição: "deve ser um lugar para estudos avançados em termos de um compromisso com os mais elevados padrões" que, se propõe, a "oferecer um programa de bolsas genuíno e competitivo, no qual cada candidato individual seja submetido a uma avaliação". Seu "financiamento deve ser estável o suficiente, para garantir que continuará a operar no futuro previsível", pois "a instituição pode ser parte do sistema acadêmico, mas deve ser independente" ([https://en.wikipedia.org/wiki/Some\\_Institutes\\_for\\_Advanced\\_Study](https://en.wikipedia.org/wiki/Some_Institutes_for_Advanced_Study)).

A segunda rede mundial é o UBIAS, Institutos de Estudos Avançados baseados em Universidades, composta por 37 Institutos de Estudos Avançados:

*The UBIAS network was initiated in 2010, when representatives from 32 research institutes worldwide met at the conference entitled `University-Based Institutes for Advanced Study in a Global Perspective: Promises, Challenges, New Frontiers`, hosted by the Freiburg Institute of Advanced Studies, Germany. Unlike traditional Institutes for Advanced Study, UBIAS institutes are associated with or embedded within a university, and actively contribute to the academic culture and the scientific achievements of their home University. (<http://www.ubias.net>)*

Essa rede mundial compreende instituições voltadas à pesquisa, à reflexão crítica e à relevância social do conhecimento, com a ideia de liberdade permeando a multiplicidade de visões científicas e humanistas.

No Brasil, existem diversos IEAs: o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, desde 1986; o Instituto Latino-americano de Estudos Avançados - ILEA, da UFRGS, criado em 1994; o Colégio Brasileiro de Altos Estudos, da UFRJ, de 2004; o Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da UFMG, de 2007; o Instituto Mercosul de Estudos Avançados, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila, fundado em 2009; o Instituto de Estudos Avançados da Unicamp, de 2009; o Colégio de Estudos Avançados, da IFC, de 2016; o Centro de Estudos Avançados da UFRRJ, de 2019.

Essas instituições respondem a duas exigências. Por um lado, acompanhar as vicissitudes da democratização da sociedade brasileira, desde 1985, abrangendo as experiências de políticas públicas pelo desenvolvimento inclusivo, e avaliar as tentativas de dilapidar o estado de bem-estar social, desde 2016. Por outro lado, trata-se de seguir a constituição da revolução científica contemporânea, desde a física quântica, a biologia molecular, a ciência da computação, as ciências humanas e as humanidades, entre outras.

Em síntese, os IEAs estão tentando fabricar um conhecimento interdisciplinar, envolvendo as ciências sociais e as ciências da computação, a incorporação do paradigma da complexidade na prática sociológica, associados a uma perspectiva de uma sociedade da

informação, na qual a democracia possa ser participativa com inclusão digital. Nesse quadro, emergem as necessidades explicativas das novas questões sociais mundiais <sup>3</sup>.

## 2 AS NOVAS QUESTÕES SOCIAIS MUNDIAIS

Nesse passo, novos dilemas e problemas sociais emergem no horizonte planetário, configurando novas questões sociais mundiais. Tais questões sociais, que se manifestam, de forma articulada e análoga, mas com distintas especificidades, nas diferentes sociedades, analogamente aos objetos fractais. Paradoxalmente, o internacionalismo está fundado em problemas sociais, tais como: a violência, as discriminações por gênero, os vários racismos, a exclusão social e a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009).

A nova morfologia do social, produzida pelo processo de formação da sociedade mundial apresenta múltiplas dimensões. O Estado cede passo à sociedade, acossado a nível macro, pelas formas supraestatais, como diversas organizações da Organização das Nações Unidas – ONU, e os variados acordos de integração regional e as empresas transnacionais, a nível micro, pelo exercício de diversas redes de poder entre os agentes sociais. Multiplicaram-se as formas de organização dos grupos sociais, para além dos interesses sócios profissionais, mediante as infindáveis possibilidades de associações, em torno de interesses e de objetivos variados. As coletividades desencadeiam diferentes modalidades de formas de representação e de mediação política, aquém e além dos partidos, tais como: as Organizações Não Governamentais - ONGs, reconhecidas pelos Governos e organismos internacionais como mediadores legítimos entre os cidadãos e o Estado; ou os movimentos sociais orientados pela retomada da historicidade. Desencadeiam-se processos variados de formação e de consolidação do tecido social, por grupos que organizam conflitivamente, seus interesses particulares e se articulam em poliformes contratos de sociabilidade, o que não evita esgarçamentos no tecido social.

As questões sociais, desde o século XIX, centradas em torno do trabalho (CASTEL, 1998), tornaram-se questões complexas e mundiais, pois várias são as dimensões do social que passam a ser socialmente questionada, entre elas, a questão dos laços sociais. Os processos de integração social estão, cada vez mais, ameaçados por processos de fragmentação social. Em outras palavras, estamos diante de processos de massificação paralelos a processos de individualismo exacerbado e de solidão narcisista.

No panorama das novas questões sociais mundiais, podemos indicar algumas das inúmeras que têm sido debatidas nos IEAs: a desigualdade social, a violência difusa, as transformações culturais da modernidade tardia, as metodologias informacionais, a necessidade da fabricação de um conhecimento complexo, e a imaginação científica criativa<sup>4</sup>.

### 2.1 A desigualdade social

A desigualdade é um fenômeno complexo e multifacetado decorrente da construção histórico-cultural de nossa sociedade, da falta de investimentos visando à construção de políticas públicas de combate à desigualdade e da falta de continuidade. Um economista dotado de uma perspectiva interdisciplinar acentua, segundo Pikety (2014, p. 27):

---

<sup>3</sup> Este artigo se nutre de oito anos de experiências enquanto Diretor do ILEA – Instituto Latino-americano de Estudos Avançados - da Universidade Federal de Rio Grande do Sul (2012-2020).

<sup>4</sup> Outras questões relevantes, tais como as relações de gênero e o racismo, serão objeto de um futuro estudo.

A história da desigualdade é moldada pela forma de como os atores políticos, sociais e econômicos, enxergam o que é justo e o que não o é, assim como pela influência relativa de cada um desses atores e pelas escolhas coletivas que disso decorrem. Ou seja, ela é fruto da combinação, do jogo de forças, de todos os atores envolvidos.

Há um consenso de que a desigualdade está associada à desigualdade econômica, à má distribuição de renda e a falta de investimento em programas sociais. De acordo com Pikety (2020, p. 812), predominam duas clivagens:

A clivagem identitária, diz respeito à questão da fronteira, ou seja, aos limites da comunidade política, com a qual se identificam e às origens e identidades étnico-religiosas de seus membros. A clivagem classista, diz respeito às questões de desigualdade socioeconômica e de redistribuição e, em especial, à da propriedade.

Os efeitos das desigualdades sociais estão presentes nas cidades, como desigualdades sócioespaciais: tais contrastes manifestam-se em maiores índices de crime e violência, sentimento de infelicidade, falta de saúde, de educação e de habitação.

No caso brasileiro, a herança do escravismo, a extrema concentração da propriedade da terra e da renda, tem provocado a manutenção dos privilégios econômicos, políticos e educacionais, das classes situadas no alto da estratificação social, os ricos, analisados pela obra de Antonio Cattani<sup>5</sup>. Uma singular revolução burguesa que mais acentuou o poder dos proprietários (FERNANDES, 1975). Acentua-se uma naturalização da desigualdade social, mediante um culturalismo racista e conservador (SOUZA, 2012).

As desigualdades sociais levam à exclusão e a condições de vida precária de parte da população, ainda mais, para a população em situação de rua (SCHUCH, GEHLEN, SANTOS, 2017). As populações que vivem em regiões onde não existe saneamento básico sofrem as suas consequências e, ao mesmo tempo, contribuem para um maior dano ambiental, pois jogam seus dejetos nos riachos e em locais inapropriados, aprofundando o impacto ambiental. A sustentabilidade considera que os problemas da sociedade são complexos e, propõe que sejam analisados sob três dimensões: a social, a econômica e a ambiental, a fim de que as soluções sejam projetadas numa perspectiva sistêmica e o desenvolvimento alcançado contemple tais dimensões.

O conhecimento aplicado em melhorias no saneamento básico, acesso à saúde, acesso à educação de qualidade e políticas públicas de inclusão, certamente, poderá contribuir para diminuir a desigualdade. A abordagem sobre as desigualdades deve ser multidisciplinar, direcionada à diminuição das formas da desigualdade materiais (renda, habitação, consumo, instabilidade, violência), e das desigualdades de oportunidades (redes de educação, sistema jurídico e de saúde inclusivos, lutas contra o racismo e a discriminação). A avaliação e o estudo de situações urbanas relativas às populações de baixas rendas nas universidades são parte importante, na formação dos futuros profissionais que irão se confrontar com esta realidade conflituosa.

5 Cattani, Antonio D. Riqueza e Desigualdade na América Latina - 2ª edição. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

Cattani, Antonio D. Caríssimos Ricos. 1. ed. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

Cattani, Antonio D. Ricos, podres de ricos 2ª ed. revista e ampliada. 2. ed. Porto Alegre: Marcavvisual / Tomo Editorial, 2018.

Cattani, Antonio D. A riqueza desmistificada. 3. ed. Porto Alegre: Cirkula - Marcavvisual, 2018.

## 2.2 A violência difusa

Outra das novas questões sociais mundiais tem sido a violência no espaço escolar, marcada pela violência simbólica e pela territorialidade do crime organizado, um sintoma da crise da juventude masculina (YOUNG, 1999; ZALUAR, 2004).

As diferentes formas de violência presentes no social poderiam ser explicadas se, em uma primeira aproximação, compreendêssemos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009, p. 39 - 42). Podemos desenvolver uma definição da violência difusa, configurada pela microfísica da violência. Temos uma série de elementos fundamentais na definição da violência. A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero, ou etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo, específico, na coerção com dano que se efetiva.

A afirmação de um dano supõe o reconhecimento das normas sociais vigentes, pertinentes a cada sociedade, em um período histórico determinado, normas que balizarão os padrões de legitimidade: a violência define-se como um fenômeno cultural e histórico. Revela-se como um procedimento de caráter racional, o qual envolve, em sua própria racionalidade, o arbítrio, na medida em que o desencadear da violência, produz efeitos incontrolláveis e imprevisíveis. A microfísica da violência significa uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação a outro; não deixando de considerar as composições macrossociais de tais relações de excesso de poder, pois a violência, também, alicerça uma sociedade dividida.

Subjacente a todas as formas possíveis de violência, percebe-se, como foco ordenador da lógica de coerção social, como efetividade ou virtualidade nunca esquecida, ou como princípio operatório das relações, o exercício da violência física. A violência física incide sobre o corpo, com extrema minúcia e precisão no dilaceramento da carne, com o intuito de mortificá-lo, pela tortura, pelo fogo, pela humilhação e pela morte; corpos das classes populares, nas grandes cidades; corpos de índios, de negros, de caboclos, de descendentes de imigrantes europeus; são corpos de camponeses, de trabalhadores rurais, de posseiros, de trabalhadores e colonos sem terra; de homens, mulheres, velhos e crianças. A violência física recoloca, como questão irrenunciável dos grupos sociais, o direito à vida. Ainda mais, porque se configura como uma rotina de violência, expressando-se por um ritual de suplício, um ritual de dominação que se exerce por uma anatomia política do suplício, uma anatomia do dilaceramento do corpo.

A prática da violência vai se inserir em uma rede de dominações, de vários tipos, como: classe, gênero, etnia, por categoria social e violência simbólica, que resultam na fabricação de uma teia de discriminações, estigmas e exclusões, possivelmente, sobrepostas. Pois, a violência aparece dotada de características de um procedimento racional, uma racionalidade específica. A violência apresenta uma relação de alteridade, que tem como característica o uso da força, o recurso à coerção, e que atinge, com dano, o outro. A violência é uma relação social inegociável, posto que atinja, no limite, as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas, daquele percebido como outro, anormal ou desigual, pelo agente da violência.

Podemos considerar a microfísica da violência como um dispositivo de poder-saber, no qual se exerce uma relação específica com o outro, mediante o uso da força e da coerção: isso significa estarmos diante de uma modalidade de prática disciplinar, um dispositivo, que produz um dano social; ou seja, uma relação que atinge o outro com algum tipo de

dano; compõe-se por linhas de força, consiste em um ato de excesso presente nas relações de poder: as relações de violência efetivam-se em um espaço-tempo múltiplo, reclusos e abertos, instaurando-se uma racionalidade específica. Vale dizer, que a violência é antecedida, ou justificada, prévia ou, posteriormente, por uma violência simbólica, que se exerce mediante modos de subjetivação dos agentes sociais envolvidos na relação (BOURDIEU, 1990).

Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder, do nível macro, do Estado, ao nível micro, entre os grupos sociais, vem a configurar a microfísica da violência difusa contemporânea.

Partindo-se do pressuposto de que a violência é o discurso da recusa e que nasce da palavra e do gesto emparedados, faz-se necessário, compreender as mensagens que os atos de violência contêm. A violência é uma recusa da palavra, é a negação do outro como ato social, razão pela qual, é necessário entender as mensagens implícitas nos atos de violência. Diante desse cenário, fica clara a necessidade de desnaturalizarmos a violência sob a pena de, em não o fazendo, acabarmos por banalizá-la a tal ponto, que nada mais tocará nossa sensibilidade, tornando-nos cada vez mais duros com o outro, menos solidários e fraternos. Ou acostumados à violência como norma, aceitando esse outro tipo de poder da norma, a violência e a crueldade, em uma perspectiva multidimensional. Para Barreira (2008, p. 21):

"Considero que a violência ocupa diversas dimensões. A primeira vem ao encontro de um grande apelo social, que decorre, fundamentalmente, do seu crescimento por meio da criminalidade nas sociedades contemporâneas, originando o aumento da insegurança e da instabilidade, propiciando uma propalada 'cultura do medo'. A segunda é a necessidade de que essa temática seja constituída com todo o rigor e imaginação sociológica, para superar os modismos, a tentação dos apelos sociais e os estereótipos".

A noção de insegurança, medo líquido e vulnerabilidade, estão no livro de Bauman (2006, p. 21), *Liquid Fear*, que cita: o objetivo é "um (incompleto, muito preliminar) inventário dos modernos medos fluídos". Sobretudo, o medo da exclusão: "*Fears of a personal catastrophe. Fears of becoming a selected target, era marked for personal doom. (...) Fear of being left behind. Fears of exclusion*" (BAUMAN, 2006:18). Outra estratégia da modernidade fluída, "*consists in the marginalization of concerns with finality, through the devaluation of anything durable, long-lasting, long term*" (BAUMAN, 2006, p.39). Revive a violência, com o efeito de uma ilegitimidade: "*acts of enforcement and so of violence; that is, as specimens of illegitimate coercion. A widespread impression of a fast-rising volume of violence results: another prolific source of contemporary fears*". (BAUMAN, 2006, p. 142)

Configura-se, assim, tanto a perspectiva de uma fenomenologia da violência, quanto à necessidade de reconstruir as representações sociais constitutivas das práticas de violência (GROSSI-PORTO, 2010), e as novas faces da violência, derivadas da criminalidade quanto dos órgãos repressivos do Estado (BRICEÑO-LEÓN, CAMARDIEL, PERDOMO, 2019), sobretudo, na América Latina da modernidade tardia.

### 2.3 A cultura na modernidade tardia

O estudo das representações sociais, e em particular da produção literária, adquire enorme relevância se recordamos que o nascimento das ciências humanas ocorreu quando se agregou à positividade do produzir, do viver e do falar, a representação da positividade para Foucault (1966, p. 367):

A 'região sociológica' teria encontrado seu lugar lá onde o indivíduo que trabalha produz e consome, se confere a representação da sociedade em que se exerce essa atividade, dos grupos e dos indivíduos entre os quais se repartem os imperativos, as sanções, os ritos, as festas e as crenças mediante os quais ela é sustentada ou regulada; enfim, naquela região onde reinam as leis e as formas de uma linguagem, mas onde, entretanto, elas permanecem à margem de si mesmas, permitindo ao homem fazer aí passar o jogo de suas representações; lá nasce o estudo das literaturas e dos mitos, das manifestações orais e de todos os documentos escritos.

Na sociologia clássica, Émile Durkheim discutiu o papel da consciência coletiva sobre a sociedade e sobre o Estado. Essa consciência é constituída pelos valores comuns à média dos membros da sociedade, que determinam modos de agir e pensar. Durkheim aponta o crime como uma ruptura em um vínculo de solidariedade estabelecido: é crime, tudo o que fere a consciência coletiva, o que será codificado no código penal. A punição, como prerrogativa do Estado, está em sintonia com as suas próprias funções: combater as desigualdades, impedir o retorno da anomia e manter a justiça. Podemos supor que, crime e punição constituem dois lados de um mesmo princípio determinado pela consciência coletiva, em que o crime representa o conflito, e a sanção (a punição) restitui a ordem. Daí surge à diferença entre o crime e a violência, pois esta é sancionada pela consciência coletiva.

A cultura adquire uma centralidade na "modernidade tardia": a disseminação de uma cultura de "ganhadores ou perdedores" acentua os valores do individualismo competitivo e a criação de uma cultura popular unidimensional, hedonista e imediatista, induz as populações a viverem em novos grupos sociais eletivos e autorreferidos (YOUNG, 2004).

Aparecem processos de simbolização da violência pelos meios de comunicação, pela linguagem romanesca, ou no próprio senso comum, configurando uma cultura da violência. Por um lado, estamos vivendo em um horizonte de representações sociais da violência, para cuja disseminação em muito contribuem os meios de comunicação de massa, produzindo a dramatização da violência e difundindo sua espetacularização, enquanto um efeito da violência exercida pelo "campo jornalístico". Vivemos uma situação de incerteza fabricada, porque os meios de comunicação criam uma imagem de criminalidade, que transmitem processos de indução de alarme social (SARLO, 2010, p. 59-97). Sobretudo, de acordo com Barreira (2013, p. 34), na compreensão das cidades, o uso do conceito de narrativas é heurístico, ou seja:

...as narrativas chamam a atenção para o uso de linguagens hegemônicas envoltas em disputas simbólicas pela apresentação legítima de apreciações sobre o espaço urbano. A reflexão abre possibilidades para a percepção ideológica de naturalização de objetos urbanos, incluindo o confronto entre usos dos espaços e suas referências justificadoras,

Precisamos tentar entender as mensagens expressas e escondidas nos atos de violência, e reconhecer o conflito como parte da dinâmica social, pois "a violência é sempre construída, em função de necessidades, desejos, paixões, mas também sonhos e loucuras mortíferas de governantes. Ela se adquire pela educação" (HÉRITIER, 1996, p. 32). Sabemos que, "todas as relações sociais (...) contém "elos imaginários, enquanto componentes internos, constitutivos", os quais se realizam por práticas simbólicas". Escreve Godelier (2007, p. 178): "Por ideal, entendo o conjunto de representações, de regras de conduta, de valores, positivos ou negativos, ligados pelo conteúdo e pela lógica de uma cultura, aos seres, às coisas, às ações, aos acontecimentos que cercam os indivíduos".

Por um lado, nos deparamos com as realidades ideais: "O imaginário é, inicialmente, um mundo ideal composto por ideias, imagens, representações de toda sorte que tem sua fonte no pensamento. (...) O imaginário, é o conjunto de interpretações (religiosas, científicas, literárias), que a humanidade inventou para explicar a ordem ou a desordem" (GODELIER, 2007, p. 38). Ou seja, "o domínio do simbólico é o conjunto de meios ou de processos, pelos quais as realidades ideais se encarnam tanto em realidades materiais, quanto em práticas que lhes conferem um modo de existência concreto, visível, social". (GODELIER, 2007, p. 38). Os homens e mulheres devem produzir a sociedade para continuar a viver, começando sua vida por interiorizar uma visão de si e dos outros, por um *habitus*. Depois, o sujeito social aparece como um "indivíduo inserido em uma rede de relações com os outros que fazem sentido para ele e para os outros" (GODELIER, 2007, p. 180).

Em outras palavras, a sociedade contemporânea presencia a negação da alteridade, mediante um processo de negação do outro, classe, gênero, etnia, orientação sexual, grupo étnico ou grupo cultural. A expansão das práticas de violência simbólica e física, expressa pela violência letal, sexual e pelo espartilhamento, denota uma crise das instituições e dos valores, falindo a autoridade legítima. Se a cultura é "o conjunto de representações e de princípios que organizam conscientemente aspectos da vida social, assim como, o conjunto de normas, positivas ou negativas, e de valores ligados a essas maneiras de agir e de pensar" (GODELIER, 2007, p. 146), a relação entre violência e cultura está se conformando na América Latina a partir de um contexto político.

As relações entre romance e sociedade, o romance policial e o poder, expõem várias dimensões da modernidade: são figurações da sociedade moderna. Trata-se de analisar as figurações sobre a violência na modernidade, com base em uma sociologia do romance policial e, depois, do romance da violência. Necessitamos de uma explicação sociológica crítica dessa complexidade cultural, em termos de uma história cultural do social como proposta por Christophe Charles (2018, p. 178): "Uma das principais funções da literatura (...) é fazer com que, por intermédio dos *faits divers*, das canções e dos romances folhetins (...), a população se mantenha na ordem social global e na necessidade de a ela se conformar". Tal dimensão é acentuada por um economista que utiliza tanto bases mundiais de dados estatísticos, quanto à produção romanesca. Para Pikety (2014, p. 10; CF. PIKETY, 2020, p. 25):

O cinema e a literatura, em particular os romances do século XIX, trazem informações extremamente precisas sobre os padrões de vida e níveis de fortuna dos diferentes grupos sociais, e revela a estrutura profunda da desigualdade, o modo como a disparidade se justifica e influencia a vida de cada um.

Estamos desse modo, diante da possibilidade de analisar a infinita diversidade dos objetos culturais, como: a literatura, o teatro, o jazz, ou o romance policial. Uma história social do jazz foi escrita por Hobsbawm. O historiador inglês assinalava que os escravos negros tinham trazido elementos musicais, que foram se mesclando com as tradições europeias no Caribe, e identificou cinco características básicas do jazz: 1. O jazz tem certas peculiaridades musicais derivadas, principalmente, do uso de escalas originárias da África Ocidental, a escala blue usada na melodia; 2. Ele se apoia em outro elemento africano, o ritmo; 3. O jazz utiliza instrumentos próprios com grande originalidade; 4. Desenvolveu certas formas musicais específicas, como os blues e as baladas; 5. Enfim, o jazz é uma música de executantes, subordinada à individualidade dos músicos, tendo a improvisação individual e coletiva uma importância grande (CF. HOBBSAWM, 2014, p. 48 - 55). Finalmente, Hobsbawm acentuava "o caráter de protesto e de rebeldia presente no jazz, origi-

nário da música dos povos e das classes oprimidas buscando a felicidade" (HOBSBAWM, 2014, p. 342).

Tempos depois, uma história social do romance policial foi escrita por Ernest Mandel, assinalando que "o verdadeiro tema dos primeiros romances policiais não é o crime ou o assassinato, mas o enigma" (MANDEL, 1988, p. 37). Os temas recorrentes foram o dinheiro, o poder, o sexo, a diferenciação social e a distinção. O problema era analítico: "o herói do romance policial clássico (...) confronta argúcia analítica com astúcia criminal. (...). A lógica formal reinava acima de tudo" (MANDEL, 1988, p. 51). Pôde, então, concluir: "A desordem reconduzida à ordem e, esta, voltando à desordem; a irracionalidade perturbando a racionalidade; a racionalidade restaurada após as sublevações irracionais: aí está o cerne da ideologia do romance policial" (MANDEL, 1988, p. 76).

Também, Michel Foucault recordava que o romance policial no século XIX, tinha "por função, mostrar que o delinquente pertence a um mundo inteiramente outro, sem relação com a existência cotidiana e familiar" (FOUCAULT, 1975, p. 292). Esse movimento de estranhamento do criminoso ocorreu em um momento de substituição dos ilegalismos, no qual houve a criminalização dos ilegalismos populares e aconteceu a transformação dos bandidos sociais em bandidos, ainda que dourados, como Arsène Lupin. Deu-se, na Era da mundialização das conflitualidades, a emergência do romance da violência (TAVARES-DOS-SANTOS, 2020).

## 2.4 As políticas públicas

Desde a inauguração do IEA da USP, em 1986, a preocupação com as políticas públicas faz parte das atividades dos estudos avançados no Brasil.

A análise histórica das políticas públicas no Brasil possibilita realizar um diagnóstico da eficácia e eficiência das medidas, desde o Período da Nova República, iniciado em 1995, a Constituição Cidadã de 1988, e os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Para tanto, pode ser utilizado o conceito de Mannheim sobre "técnicas sociais": "As práticas e operações cujo objetivo último é modelar o comportamento humano, as relações sociais serão por nós definidas como técnicas sociais" (MANNHEIM, 1982, p. 21). A partir daí, o planejamento pode ser definido por Luiz Pereira (1970, p. 15) da seguinte forma:

...entendemos que o planejamento como processo social, consiste numa diferenciação histórica do processo genérico de controle social. Isso significa dizer que, o planejamento só pode ser aprendido, como categoria histórica, no quadro de uma sociologia diferencial e nunca no de uma sociologia analítica, anistórica.

Pereira (1982, p. 21-22), chegou a uma definição sociológica do planejamento: "(...) podemos caracterizar típico-idealmente o planejamento como processo social: forma histórica de controle social, inovador, racional, indireto, especializado, centralizado e inclusivo pluridimensional". Na mesma linha, Foracchi (in MANNHEIM, 1982, p. 21 – 22), sintetizando o pensamento de Mannheim, afirmava que o planejamento democrático significava um processo histórico-social que supõe "(...) uma coordenação racional de diferentes técnicas sociais. (...). Desta perspectiva, podemos entender o planejamento em seu duplo aspecto de técnica social e de processo social (...)".

O planejamento significava para Mannheim (1982, p. 197), em uma perspectiva de progresso linear, o grau máximo de garantias da liberdade:

No estágio mais alto, a liberdade somente pode existir quando é assegurada pelo planejamento. (...) Seja a autoridade soberana um indivíduo ou um grupo ou uma assembleia popular, ela deve ser compelida através do controle democrático a permitir em seu plano um campo de ação total para a liberdade.

Em outras palavras, muito atuais, o Autor acentua: "... o planejamento sob o controle comunitário, incorporando as salvaguardas da nova liberdade, é a única solução possível no atual estágio da técnica social." (MANNHEIM, 1982, p. 199). Desde aquele contexto histórico, a planificação podia ser investigada e analisada no âmbito de uma "sociologia aplicada", proposta por Florestan Fernandes (1960, p. 109):

[...] a Sociologia aplicada constitui uma das subdivisões fundamentais da Sociologia. Embora nela se cuide, predominantemente, do estudo de problemas sociológicos de interesse prático, ele é feito segundo as normas do conhecimento científico e de acordo com os requisitos empíricos e lógicos da explicação sociológica.

Em outras palavras, trata-se de uma "análise dos efeitos disnômicos da vida social e das condições previsíveis de intervenção racional, no controle de situações, que neles emergem socialmente" (FERNANDES, 1960, p. 151). Fernandes (1980, p. 96), vinte anos depois, formula um conjunto análogo de intenções para o trabalho sociológico, agora sob a denominação de uma "sociologia concreta":

[...] a sociologia concreta responde à necessidade histórica da formação de um pensamento sociológico objetivo (como fonte de explicação de situações histórico-sociais), teórico (como fonte de previsão de alterações em processo, sob o controle parcial deliberado, no quadro das instituições, das comunidades locais, da sociedade nacional e do sistema internacional de poder) e prático (como fonte de maior eficácia no uso dos planos, no controle de seus efeitos e na satisfação das expectativas reais dos produtores).

Nos marcos de uma ciência social aplicada, esta invenção de tecnologias sociais - formas de planificação, construção da cidadania e expansão a governamentalidade, - poderia inspirar-se nas lutas sociais atuais: "1) lutas sociais pela redução da exclusão social: ações para reduzir a miséria, a fome e o analfabetismo; ações em relação à expansão do emprego, da moradia, da saúde e da educação; 2) lutas sociais pela expansão da solidariedade social, local e comunitária: ações em relação à prevenção e redução da drogadição; ações de assistência social aos idosos; ações em relação às pessoas portadoras de necessidades especiais; lutas sociais pela difusão dos valores da solidariedade e responsabilidade social, pelo respeito à dignidade humana; 4) lutas sociais contra a violência, pela expansão da cidadania e da participação na vida política, pela segurança do cidadão e pelo acesso à justiça; 5) lutas sociais pela implementação de ações sociais, com vistas a um desenvolvimento com sustentabilidade na sociedade brasileira; 6) lutas sociais pelo reconhecimento dos direitos da diferença específica, incorporando as diferenças de classe, de gênero, de raça, de grupo cultural e de grupos geracionais; 7) lutas sociais pela participação popular na decisão e controle das ações estatais; a organização de Conselhos Sociais orientados para a gestão de questões sociais; o trabalho com redes de grupos, de movimentos e de associações, redes sociais de cidadania; 8) lutas sociais pela refuncionalização dos espaços urbanos nas áreas centrais das grandes cidades; 9) lutas sociais pela inclusão digital, ampliando as possibilidades das metodologias informacionais e da Internet; 10) lutas sociais por uma administração pública e privada orientada pela participação, transparência e prestação de contas à sociedade" (TAVARES-DOS-SANTOS, 2009, p. 27).

Ressalta-se, a necessidade de se fabricar um conhecimento crítico, complexo e criativo.

## 2.5 As metodologias informacionais

Desde a revolução da microeletrônica e o desenvolvimento das ciências da computação, nos anos de 1980, o tratamento computacional de informações passou a se disseminar, sobretudo, face ao acesso ampliado aos microcomputadores. As tecnologias da informação constituem uma inteligência social coletiva com a qual interagimos (GONZALEZ CASANOVA, 2004). Enfatiza Castells (2009, p. 35), que “no novo modo informatizado de desenvolvimento, a fonte da produtividade encontra-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos”.

Ou seja, qual o significado epistemológico a respeito dos efeitos das metodologias informatizadas, na construção do conhecimento sociológico acerca das novas questões sociais mundiais? Alguns programas aplicativos propiciam esta revolução científica, exigindo um aumento da capacidade de armazenamento e de análise de dados, documentos e informações. O uso de dados e informações, e dos Big Data, supõe um espaço de relações nas quais está envolvido o pesquisador.

Nessa perspectiva, a utilização dos Big Data constitui um novo desafio para a pesquisa, principalmente, em políticas públicas e sustentabilidade.

Vivenciamos um momento profícuo de transformações no trabalho científico, no qual a lógica da crítica, a perspectiva da descoberta científica e o espírito criativo, foram alterados pela constituição das coletividades científicas informacionais.

O desafio intelectual é questionar em que medida essas ferramentas do processo cognitivo, acarretam novas implicações para a lógica da investigação e da explanação nas ciências sociais. Retomamos, enfim, as questões metodológicas:

1. Qual o efeito dos programas aplicativos que permitem planejar a pesquisa?
2. Qual é o efeito das grandes bases de dados (BigData) para a indução analítica, a comparação ou o gerenciamento de informações?
3. Qual o efeito do uso de programas na análise da explanação de variáveis quantitativas, mediante a análise estatística de dados, análises multivariadas ou de correspondência?
4. Quais as novas possibilidades para a pesquisa histórica com a digitalização de grandes massas de documentos, livros e arquivos?
5. O que se alterou na construção do conhecimento sociológico pelas de redes de informação?
6. Como está se disseminando um *habitus* da pesquisa informacional, superando antigas antinomias, pelo uso combinado de métodos quantitativos e qualitativos?

Existe um uso contumaz das metodologias de investigação, quantitativas ou qualitativas; e, encontra-se a reflexão epistemológica sobre a metodologia nas ciências sociais. Esta alternativa residiria na constituição pelas coletividades informacionais de núcleos de atividades sociológicas e informacionais. A linguagem informacional poderá possibilitar a superação de antigas antinomias, pelo uso combinado e aplicado de diversos métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa, vindo a configurar um padrão de trabalho científico que poderíamos denominar de metodologias informacionais.

Ao fazermos as transcrições de entrevistas semiestruturadas, de grupos focais ou de histórias de vida, reaparece a utilidade dos gravadores digitais e dos programas de pro-

cessamento de texto; do mesmo modo, na análise de informações qualitativas não estruturadas, em e-mails, entrevistas, histórias de vida e histórias orais. Os historiadores, agora, vão aos arquivos com um scanner manual, depois utilizam programas de digitalização de imagens e de documentos históricos. Caberia lembrar, ainda, as imensas possibilidades que surgem com os sistemas de análises de georreferenciamento, abrindo-se possibilidades para toda uma construção sociológica de cartografias sociais e simbólicas.

Diversas são as atividades da investigação em ciências sociais e humanas que podem utilizar ferramentas informacionais, mediante a mundialização do modo de informação. Podemos resumir tais atividades nas várias etapas da pesquisa:

1. Há novas possibilidades no momento do registro de dados, de documentos históricos, da produção bibliográfica, das imagens e das informações observáveis;
2. No processo de construção da explicação científica, os métodos computacionais propiciam novas relações entre os procedimentos de indução e os procedimentos de dedução;
3. Multiplicam-se as possibilidades da formulação de hipóteses, visto que os meios de operacionalização contam com procedimentos relacionais complexos de validação;
4. No processo de construção de categorias para a codificação dos materiais empíricos, a fim de trabalhar sobre as informações, há novas possibilidades de identificação das fontes e de sua apreensão;
5. A capacidade humana de interpretação das bases de dados aumenta, desenvolvendo-se a "mineração de dados", partindo-se de Big Data;
6. Há uma potenciação teórica na construção de conceitos, pois a teoria crítica supõe um trabalho de desconstrução e reconstrução de conceitos, em permanente reconceitualização.

Na utilização do método histórico – comparativo, o uso de programas de digitalização e de construção de bases de dados é particularmente interessante.

Estamos diante da possibilidade informacional de registrar um conjunto flexível de práticas coerentes, de relações de força e de estratégias, que organizam a realidade social entrelaçando experiências, poderes e saberes, com visibilidade, enunciação e fissuras. Podemos, assim, buscar semelhanças e diferenças, sincrônicas e diacrônicas, entre os fenômenos sociais estudados. Ainda mais, analisar fenômenos sociais particulares em contextos informacionais, permite perceber seu panorama histórico e social.

O uso de programas aplicativos para análise de discursos, documentos e imagens abre novas possibilidades de investigação. Entre outros, o programa NVIVO12, produz um ambiente informacional no qual se pode criar, gerenciar e explorar ideias e categorias, minimizando as rotinas de trabalho e maximizando a flexibilidade da análise, para descobrir novas categorias. Um momento avançado da análise informacional é a elaboração das cartografias sociais e simbólicas. Vários são os programas aplicativos que podem ser utilizados: NVIVO12, o ArcGIS, o SPSS, o R e o MATLAB.

Os estudos sobre redes sociais aparecem em número crescente. Os métodos de análise de redes sociais incluem medidas de centralidade, identificação de subgrupos, análise de papéis, teoria dos gráficos, e análise estatística baseada em permutas. Contém ainda, rotinas de análise matricial, análise multivariada e análise de correspondência. O programa UCINET desenvolve tais possibilidades para análise de redes sociais, dentre outros.

## 2.6 O paradigma da complexidade

O paradigma da complexidade propõe-se a investigar a possibilidade de verdade, mediante um conhecimento multidimensional que busca reconstruir a diversidade e a multiplicidade. Arma as condições de produção do conhecimento, de um modo de relacionar, relativizar e de historicizar, articulando a linguagem, a consciência e o pensamento em um racionalismo aplicado. Isso implica sempre no conhecimento do conhecimento, uma autorreflexão cognitiva, mediante uma interrogação radical na perspectiva bio-antropo-sociológica.

A expansão da microcomputação produziu efeitos sobre a própria concepção do pensamento, pois a computação passou a ser considerado um elemento central do processo cognitivo. Para Morin (1986, p. 122): "devemos completar o cogito ergo sum cartesiano por um cogito ergo computo ergo sum".

Portanto, há uma reintegração do sujeito com a historicidade da consciência, a reflexividade e a reflexão subjetiva. Se aceita que todo pensamento complexo é intersubjetivo: uma nova relação sujeito – objeto, recíproca e reversível. Por exemplo, na física quântica, na microeletrônica, ou nas ciências humanas. Ao mesmo tempo, o procedimento intelectual volta-se ao conhecimento empírico pela observação, experiência e verificação, que segundo Morin (1994, p. 24):

Assim, vemos que o próprio progresso do conhecimento científico, exige que o observador se inclua na sua observação, que o conceptor se inclua na sua concepção, em suma, que o sujeito se reintroduza de forma autocrítica e autoreflexiva no seu conhecimento dos objetos.

Morin (1994) identifica três momentos: primeiro, a biologia do conhecimento, que supõe a computação informacional, simbólica, memorial e programática: computar significa uma autoprodução, a organização do sujeito, uma auto-eco-organização. Segundo, a animalidade do conhecimento implica que no aparelho neurocerebral, funcionam sinapses capazes de estabelecer regras de codificação e regras de percepção. Terceiro, somos tributários da cultura, da linguagem e da elaboração de conceitos. Quarto, o cérebro consiste em uma máquina hipercomplexa, que permite problematizar e resolver problemas (MORIN, 1986). Em síntese, ainda, segundo Morin (1994, p. 249):

No seu computo e no seu comportamento, o ser vivo apropria-se da e identifica consigo a determinação genética, a qual não deixa de ser determinação, fornecendo-lhe ao mesmo tempo as aptidões organizadoras que lhe permitem não sofrer passivamente os determinismos e acasos do ambiente. (...). Aqui, há de compreender que o computo comporta a possibilidade de decisão nas situações ambíguas, incertas, onde é possível uma escolha.

Ou seja, a representação que estabelece o conhecimento, implica tanto nas estratégias de aprendizagem quanto o exercício da curiosidade. A linguagem e a computação nos possibilitam computar e pensar de modo multidimensional, buscando reconstruir a multicausalidade dos fenômenos. O conhecimento desenvolve-se por um duplo jogo entre o mito e o logos: inteligência, pensamento e consciência. Em síntese, "conhecer é articular fenômenos empíricos com o pensamento e a consciência, aceitando a presença do onírico: os fenômenos, a racionalidade lógica e a imaginação operam um realismo relacional, relativo e múltiplo" (MORIN, 1986, p. 221). Estamos diante de uma "organização complexa do conhecimento, marcado pela interdependência, pela multidimensionalidade e pela pre-

sença do paradoxo" (MORIN, 19886, p. 232). Uma reviravolta do pensamento está ocorrendo, pois permitiram, segundo Morin (IN PENA-VEGA *et al.*, 2011, p. 156):

Permitiram conceber que, para compreender o que se passa no campo da física, da biologia, da psicologia, da sociologia não é preciso, absolutamente, opor ordem e desordem, mas compreender essa dialógica, essa complementariedade no antagonismo, noções de ordem e de desordem que permitem que nasçam organizações, ou seja, os sistemas.

Encontramos no acontecimento o universal singular e o tempo, em uma dialética sem síntese, pela qual se fabrica, ainda que sempre dentro da incerteza, o conhecimento do mundo contemporâneo. Em muito, mediante os esforços dos estudos avançados.

## 2.7 Pensamento complexo e a imaginação criativa

Na sociedade do conhecimento, a abordagem interdisciplinar traz a criatividade como uma dinâmica fundamental na experiência, apresentando propriedades apropriadas, para a mente humana: imaginação, percepção, descoberta e invenção. Segundo Böhm (2004, p. 5), "a ação de aprendizagem interdisciplinar, é um trabalho de produção de criatividade e de inovação". Neste estado de espírito, o ser humano é capaz de explicar as formas de matéria em níveis de aumento de complexidade.

A partir da organização da vida em diferentes níveis de complexidade, podemos considerar que, "a criatividade supõe um alto nível de complexidade cognitiva, caracterizada por duas dimensões sociais: a internacionalização das múltiplas culturas e a prática de evocação cultural ampla, identificando a fabricação de culturas híbridas" (SALES E FOURNIER, 2007, p. 18-19; CANCLINI, 2003).

O desenvolvimento ampliado da criatividade necessita tanto de condições institucionais, quanto de mentes humanas que nela trabalhem. Este tipo de orientação está sendo fabricado com a participação de instituições e cientistas em redes intelectuais: "as redes intelectuais são caracterizadas pela circulação e rearranjo de ideias, argumentos intensos, bem como pela energia emocional" (SALES E FOURNIER, 2007, p. 20; BAUMGARTEN, 2005).

A mente dos cientistas deve trabalhar em um processo dinâmico, que permita a criatividade e a originalidade, incorporadas na própria psique e na experiência cotidiana. O físico David Böhm (2004) estimula o caminho intelectual através de várias trilhas do conhecimento: arte, música, arquitetura e matemática, a teoria quântica e a sociologia. Böhm (2004, p. 20) propõe um estado de espírito criativo:

Em um ato criativo de percepção, alguém fica consciente (geralmente, de um modo não verbal) de um novo conjunto de diferenças relevantes, e começa a perceber ou a notar um novo conjunto de semelhanças (...). Isto leva a uma nova ordem, a qual dá origem a uma hierarquia de novas ordens, que constitui um conjunto de novos tipos de estrutura.

O físico menciona uma "imaginação construtiva", combinando as ciências físicas e matemáticas e as artes, não muito longe do conceito de "imaginação sociológica" desenvolvido por Wright Mills, em 1959. Para Mills (2000, p. 5 – 6):

O que eles precisam, e que eles sentem que precisam, é uma qualidade de espírito que irá ajudá-los a usar informações e desenvolver a razão, a fim de alcançar somatórios lúcidos do que está acontecendo no mundo e do que

pode estar acontecendo dentro de si. É essa qualidade, eu vou lutar, que os jornalistas e acadêmicos, artistas e públicos, cientistas e editores estão vindo a esperar do que pode ser chamado de imaginação sociológica. (...). Nós vimos, a saber, que cada indivíduo vive, de uma geração para a outra, de alguma sociedade; que ele vive uma biografia, e que ele vive dentro de alguma sequência histórica. (...) A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre os dois dentro da sociedade.

Recentemente, Young (2011) elabora um conceito semelhante para entender o controle e o desvio social na modernidade tardia, a "imaginação criminológica", relacionando o delito com outras dimensões, tais como poder, desigualdade, estigma e exclusão.

Para desenvolver a imaginação construtiva na ciência, proposta por tão diferentes autores, é necessário, de acordo com Böhm (2004, p. 55), reafirmar o trabalho com hipóteses definidas, como a principal ferramenta para exercer a criatividade:

A hipótese, geralmente, envolve novas formas, arranjos, conexões e significados das imagens já disponíveis na mente. Assim, uma hipótese é, principalmente, uma forma de fantasia, ou de pensamento construtivo, cuja validade do que tem de ser, continuamente testada por mais referências ao fato observado.

O aspecto central da abordagem interdisciplinar nos levou a criatividade e inovação, como um vetor e uma esperança para o futuro. De acordo com Sales e Fournier (2007, p. 23):

A circulação de ideias, conversas, debates e conflitos que ocorre dentro de instituições de pesquisa e de redes mobilizam indivíduos, alguns dos quais, talvez graças a sua alta complexidade cognitiva, terão sucesso em produzir rearranjos criativos, o que vai mudar o pensamento, cultura e as práticas sociais.

A produção criativa do conhecimento, também, reconhece a descontinuidade do pensamento científico, enquanto prioridade à investigação que tem a finalidade de: a) descobrir novos fatos; b) inventar novas técnicas de conhecimento; c) estabelecer categorias, no sentido de conceitos fundamentais, que determinam o tipo dos objetos científicos e constituem um novo campo científico (CANGHILHEM, 1983). Deste modo, o conhecimento interdisciplinar pode gerar inovações científicas e tecnológicas.

### **3 CONCLUSÃO: os IEAs, enquanto uma cidade de pesquisadores**

Talvez, essas análises sobre as novas questões sociais mundiais e as reflexões sobre a complexidade, as metodologias informacionais e a criatividade, permitam, em um próximo tempo, fabricar o que Bachelard (1984) denomina "a cidade dos pesquisadores", na qual o conhecimento é produzido por uma crítica da experiência e do problema a ser investigado, construído mediante uma abordagem complexa, com respeito ao outro e por um diálogo incessante, na perspectiva do pluralismo teórico e metodológico.

Há uma necessidade de conhecimentos para a formação e o desenvolvimento de uma política pública, e identificar e reconhecer os problemas de relevância social. As informações, princípios e diretrizes para a formulação das políticas públicas, podem ser resultado de pesquisa científica desenvolvida nas áreas sociais. Inclusive, a avaliação destas políticas visa verificar seu impacto (efetividade), estratégia e monitoramento. Seria esta, a missão dos IEAs.

O Instituto Latino-americano de Estudos Avançados – ILEA, da UFRGS, foi fundado em 1994, com a missão de desenvolver um espaço de debate e pesquisas, orientados pelos seguintes princípios: complexidade, interdisciplinaridade, crítica, criatividade e interação com a sociedade e a difusão cultural. Nos últimos oito anos, estiveram em foco as questões do desenvolvimento, da superação das desigualdades sociais e da análise das políticas públicas, desde a formação de agenda até a avaliação. Assumiu um compromisso científico com a inclusão e a sustentabilidade, visando à democratização do conhecimento, um novo patamar metodológico para as pesquisas e a imaginação de um novo modelo de desenvolvimento. Nessa perspectiva, foram privilegiadas as propostas de colaboração acadêmica interinstitucional, em articulação com as unidades e órgãos da universidade. Ao mesmo tempo, foi fortalecido o intercâmbio de professores, pesquisadores, técnicos e estudantes entre Universidades e instituições acadêmicas nacionais e internacionais.

A gestão 2012-2020 do ILEA partiu de uma proposta de uma universidade pública com qualidade, inclusão social e sustentabilidade, expressando o desejo de construção de uma UFRGS criativa e com responsabilidade social, estimulando a mundialização acadêmica e nos posicionando como Universidade de Classe Mundial. Um conjunto de princípios norteou a missão no ILEA. Primeiro, a expansão da inovação científica, tecnológica, social e cultural, em um processo no qual, a educação estimula a descoberta e a criatividade, seguindo a complexidade, ou seja, a multidimensionalidade, multicausalidade e interrelação entre fenômenos múltiplos, mediante o estabelecimento de redes de pesquisa (BAUMGARTEN, 2005). Segundo, o reconhecimento da diversidade social e cultural, assumindo a tarefa civilizatória de construir uma cidadania ampliada e transformadora. Terceiro, a busca da participação do Estado e da sociedade civil nos planos de pesquisa, ensino e extensão, assumindo a responsabilidade social da universidade e o compromisso com as ações afirmativas. Em quarto lugar, supõe a circularidade fecunda entre ensino, pesquisa e extensão, com planejamento e avaliação, mediante o diálogo entre saberes teóricos e práticos. Enfim, a universidade orienta-se pela perspectiva da mundialização solidária, buscando uma sociedade justa, com redução das desigualdades sociais, respeito aos direitos humanos e oferecendo um melhor destino às novas gerações.

Houve reiteradas tentativas de expandir o diálogo interdisciplinar entre as ciências e as humanidades, desde as matemáticas, as engenharias, as ciências da computação, a física quântica, a biologia molecular e as ciências da saúde e da medicina, até as artes, as letras, as ciências humanas e as ciências sociais aplicadas. O ILEA inscreve-se na diversidade cultural, envolvendo as diversas culturas brasileiras, as contribuições da imigração europeia, asiática e dos países africanos, em particular os de língua portuguesa.

Para Tavares-dos-Santos - A Universidade do Futuro (2020, p. 14 - 18), não só debatemos a crise social e científica, como refletimos sobre a Universidade do Futuro:

Partimos de uma concepção criativa e dinâmica da Universidade, enquanto centro de formação de recursos humanos qualificados e de cidadãos conscientes, núcleo de produção de conhecimento pela atividade regular de pesquisa e polo irradiador de novos saberes para a sociedade em seu conjunto. A Universidade precisa combinar audácia administrativa e ações empreendedoras, combinando eficiência com a participação social. (...). Mais do que nunca, a Universidade Pública precisa preservar o exercício da liberdade acadêmica e da criatividade intelectual. Trata-se da amplitude de visão e da audácia de orientar a instituição para o futuro, a fim de produzir, pela investigação sistemática e crítica, modos de pensar e de imaginar uma nova Sociedade e uma nova Universidade.

A cidade dos pesquisadores, na qual cumpre reconhecer um lugar para os Institutos de Estudos Avançados existentes no mundo atual, deveria incluir a paixão de fazer ciên-

cia, mediante o prazer que a ciência pode nos propiciar, através da beleza explanativa e de sua capacidade de transformação do mundo. As distintas novas questões sociais mundiais – entre elas, a desigualdade social, a violência difusa, as transformações culturais da modernidade tardia, as metodologias informacionais, a necessidade da fabricação de um conhecimento complexo, e a imaginação científica criativa – exigem um conhecimento interdisciplinar.

Os estudos avançados expressam a complexidade dos elementos do pensamento científico, – investigação científica, compromisso político e imaginação sociológica –, que se forjaram em uma tensa e estimulante inserção na perspectiva do espaço-tempo mundial, unindo o rigor da pesquisa e as metodologias informacionais ao pensamento crítico e criativo nas ciências e humanidades.

Os Institutos de Estudos Avançados constituem uma “cidade de pesquisadores” de âmbito mundial, na qual a lógica da criação e da descoberta científica permite desenvolver a ciência interdisciplinar, contribuindo à transformação social para fabricar uma sociedade mais justa, equânime e criativa. Trata-se de aglomerar experiências, práticas e discursos sobre a Sociedade Mundial Contemporânea, e sobre a difícil reinvenção das utopias. Enfim, há que assumir o compromisso de pensar o futuro como possíveis tempos, delineando sonhos de sociedade, na perspectiva de recriar horizontes de esperanças.

## REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *Le nouvel esprit scientifique*. Paris, PUF, 1984 (1ª ed. 1934).
- BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado**: cenas de uma violência difusa. Campinas, Pontes, 2008.
- BARREIRA, Irllys. **A cidade como narrativa**. Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Fear*. Cambridge, Polity, 2006.
- BAUMGARTEN, Maira (org.). **Conhecimento e Redes**. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 2005.
- BOHM, Davids. *On Creativity*. London, Routledge, 2004.
- BRICENO-LEON, Roberto; CAMARDIEL, Alberto; PERDOMO, Gloria (Orgs.). **Los nuevos rostros de la violencia: empobrecimiento y letalidad policial**. Caracas, Alfa, 2019.
- CANGHILHEM, Georges. *Études d’Histoire et de philosophie des Sciences*. Paris. Vrin. 5.ed. 1983.
- CASTELLS, Manuel. *Communication Power*. Oxford, Oxford University Press, 2009.
- CATTANI, Antonio D. **Riqueza e Desigualdade na América Latina** - 2ª edição. 2ª. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.
- CATTANI, Antonio D. **Carií\$\$imos Ricos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

- CATTANI, Antonio D. **Ricos, podres de ricos**. 2ª ed. Revista e Ampliada. 2. ed. Porto Alegre: Marcavisual / Tomo Editorial, 2018.
- CATTANI, Antonio D. **A riqueza desmistificada**. 3. ed. Porto Alegre: Cirkula - Marcavisual, 2018.
- CHARLES, Christophe. **Homo historicus**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 2018.
- FERNANDES, Florestan **Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada**. São Paulo: Pioneira. 1960.
- FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional. 1967.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil** (ensaio de interpretação sociológica). Rio de Janeiro: Zahar. 1975.
- FERNANDES, 1980. **A Natureza Sociológica da Sociologia**. São Paulo: Ática. 1980.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**. Paris, Gallimard, 1975.
- FOUCAULT, Michel. **Les mots et les choses**. Paris. Gallimard, 1966.
- GODELIER, Maurice. **Aux fondements des sociétés humaines**. Paris. Albin Michel, 2007.
- GONZALEZ-CASANOVA, Pablo. **Las Nuevas Ciencias y las Humanidades**. Barcelona, Anthropos / UNAM, 2004.
- HÉRITIER, Françoise. **De la Violence**. Paris. Odile Jacob, 1996.
- HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. **História social do Jazz**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2014.
- IANNI, O. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.
- IANNI, Otávio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo. Perspectiva, 1998.
- MANDEL, Ernest. **Delícias do Crime: história social do romance policial**. São Paulo. Busca Vida, 1988.
- MANNHEIM, Karl. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática (Org. de Marialice M. Foracchi). 1982.
- MILLS, Wright. **The Sociological Imagination**. Oxford, Oxford University Press, 2000 (First edition:1959).
- MORIN, Edgar. **La Méthode III: La connaissance de la connaissance**. Paris, Seuil, 1986.

- PENA-VEJA, Alfredo *et al.*, (Orgs.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. 4a. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- PIKETY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2014.
- PIKETY, Thomas. **Capital e Ideologia**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.
- SALES, Arnaud & FOURNIER, Marcel. **Knowledge, Communication and Creativity**. London, SAGE, 2007.
- SARLO, Beatriz. **La Ciudad vista: mercancías y cultura urbana**. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2010.
- SCHUCH, Patrice; GEHLEN, Ivaldo; SANTOS, Simone R. dos (Orgs.). **População de Rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre. Cirkula, 2017.
- SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**. 2.ed. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2012.
- TAVARES-dos-SANTOS, José Vicente. **O romance da violência sociologia das metamorfoses**. Do romance policial. Porto alegre.TOMO, 2020.
- TAVARES-dos-SANTOS, José Vicente (Editor). **A Universidade do Futuro**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2020.
- TAVARES-dos-SANTOS, José Vicente. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre. Tomo Editorial, 2009.
- YOUNG, Jock. **The Criminological Imagination**. London, Polity Press, 2011.
- YOUNG, Jock. **The Exclusive Society**. London: Sage, 1999.
- YOUNG, Jock. **The Vertigo of Late Modernity**. London, SAGE, 2000.
- ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Vargas, 2004.

## FILOSOFIA E CIÊNCIA: continuidade e rupturas

Custódio Almeida

Universidade Federal do Ceará

O título desse texto remete a uma relação interna, íntima e imbricada entre Filosofia e Ciência, que pressupõe continuidades e rupturas, portanto, anuncia semelhanças e distinções. É compreensível o dito, que muitas vezes escutamos do senso comum, de que a ciência é rebento (filha) da filosofia, pois foi necessário o estabelecimento e o amadurecimento da razão crítica e a crítica da razão, para tornar possível esse determinado modo de observar, compreender e de interpretar que resultaram, primeiro, na Grécia antiga, na filosofia, e bem mais tarde, no renascimento europeu, nas chamadas ciências modernas.

Partiremos, então, com a filosofia grega até chegarmos à modernidade e ao nascimento das ciências particulares. Mas, antes, temos aqui dois pontos para esclarecimentos: 1) A filosofia é grega. Isso significa que, em nenhum lugar do mundo antes da Grécia antiga, foi estruturado tal modo de pensar e de perguntar. Com isso, devemos entender que a filosofia despertou na Grécia, que ela é grega porque o mundo grego, a partir de suas condições sociais e históricas específicas, tornou possível a sua manifestação. "De repente" e, talvez, fruto de uma longa gestação na mitologia, o que era mais familiar começou a ficar estranho. Como bem apontou e abalizou o oráculo de Delfos: "*Conhece-te a ti mesmo*<sup>6</sup>", era chegada a hora de criar a pergunta originária, aquela que jamais permitiria voltar à acomodação das respostas ingênuas e dogmáticas, era a hora da saída da "caverna", tal como Platão ensaiou e prospectou na *República*<sup>7</sup>. A partir de então, a razão passou a se perguntar por si mesma e se deu o começo da História da Filosofia, que como Hegel (2013) a interpretou na sua "Fenomenologia do Espírito", trata-se da ciência da experiência da consciência, um longo e árduo percurso sobre como o pensamento pensa a si mesmo, sobre como a razão opera e desvela a verdade e a realidade, numa palavra, sobre a conquista do modo de ser humano, pelo próprio ser humano: autoconsciência, e de sua capacidade de escolher o seu caminho: autodeterminação. 2) O nascimento das Ciências particulares é parte do percurso da História da Filosofia. No momento em que os tempos ficaram maduros e Immanuel Kant pôde escrever as suas "críticas", a razão se deu conta das suas condições de possibilidade e estabeleceu os limites do conhecimento possível; aí, nesse mesmo tempo histórico, Filosofia e Ciência se estranham e se separam; mas, não se pode dizer que essa ruptura se deu por incompatibilidade, mas, sim, por diferenciação. Foi como a chegada em uma encruzilhada, com outras opções de percursos, e ali a ciência tomou uma direção inédita: assumiu um papel que não existia antes, ou só existia como "semente", plantada pela filosofia. O certo é que o nascimento das ciências na modernidade também lançou novas luzes sobre a filosofia, atualizando o oráculo de Delfos; e a pergunta "o que é Filosofia?", voltou ao começo – ao lugar mais profundo, inexato e sempre carente de atualização.

### FILOSOFIA: filha da finitude e guardiã da razão

Começemos pela etimologia da palavra filosofia, do grego *Φιλοσοφία*, transliterado: *philosophía*, traduzida, literalmente, por Amor à Sabedoria; porém, trata-se de um amor sem fim, que nunca cessa de buscar o que deseja e nunca possui o desejado, no máximo,

6 Aforismo grego antigo "*conhece-te a ti mesmo*" (γνῶθι σεαυτόν), transliterado: *gnōthi sauton*; é uma máxima inscrita no pátio do Templo de Apolo, em Delfos. Platão emprega essa máxima via Sócrates e deixa claro que, Sócrates está se referindo a uma sabedoria de longa data. Benjamin Jowett em sua tradução dos Diálogos de Platão enumerou seis diálogos que discutem ou exploram o ditado de Delfos: Cármites (164D), Protágoras (343B), Fedro (229E), Filebo (48C), Leis (II.923A), Alcibiades I (124A, 129A, 132C).

7 PLATÃO, *A República*. Livro VII (514a-517d). 2001.

aproxima-se dele em lampejos efêmeros. É um desejo infinito de conhecer, que revela a incompletude do ser humano e, assim, essa amizade à sabedoria se traduz em vontade de completude. E é desse modo que a filosofia se define, desde o começo, como o movimento de conquista da visão de conjunto<sup>8</sup>, uma visão que sempre será carente de atualização, já que é, definitivamente, inacabada. E o filósofo fica condenado a perguntar e seguir perguntando e sempre atualizando as respostas, perseguindo a visão de conjunto e ensaiando aproximações com a Sabedoria. Isso significa que, tanto a Sabedoria como a Verdade e o Bem aparece lá, no horizonte, convidando-o a filosofar.

Já a partir de Aristóteles, a filosofia construiu visões de mundo, melhor dizendo, elaborou saberes logicamente articulado nos campos teórico, prático e poético<sup>9</sup>, enquanto, metafísica, ética, política e estética. Esses saberes, em seu conjunto, foram denominados na modernidade de ciências, mas não pelos seus conteúdos, mas, sim, por sua exigência de legitimação racional rigorosa. Mais tarde, quando essa exigência de legitimação racional pôde ser articulada à escolha de determinados objetos de estudo, nasceram as chamadas, ciências particulares<sup>10</sup>, e o que se passou a entender por ciência ficou circunscrito a esses domínios específicos de conhecimento. No entanto, podemos dizer que o que constitui a filosofia, no seu modo mais originário de ser, não são as visões de mundo por ela elaboradas e nem o seu rigor lógico, mas, o que constitui a natureza da filosofia é o despertar para a alteridade, para a estranheza, para a diferença, isto é, a consciência da finitude; é esse o seu lugar, inalienável, desde quando foi despertada no mundo espiritual grego; por isso é que os gregos situaram e compreenderam o nascimento da filosofia com espanto e admiração. E assim, o começo, a sustentação e a foz da filosofia é a pergunta sempre originária, que atesta a condição humana aberta e finita, impulsionando a elaboração de respostas correntes e sistemáticas. Lançados no *mediun*, já que o antes e o depois são dúvidas e mistério, os seres humanos são tempo presente, remetidos ao passado e ao futuro que se tornam grandes e meros horizontes.

Essa é a razão porque a dialética se concretiza na forma de perguntas e respostas, ou seja, todo o saber acaba passando pela pergunta. Perguntar quer dizer colocar no aberto. A abertura daquilo sobre o que se pergunta, consiste no fato de não possuir uma resposta fixa. Aquilo que se interroga deve permanecer em suspenso na espera da sentença que fixa e decide. O sentido de perguntar consiste em colocar em aberto aquilo sobre o que se pergunta em sua questionabilidade. Ele tem de ser colocado em suspenso de maneira que se equilibrem o pró e o contra. O sentido de qualquer pergunta só se realiza na passagem por essa suspensão, onde se converte numa pergunta aberta. Toda verdadeira a pergunta requer essa abertura, e quando essa falta, ela é, no fundo, uma pergunta aparente que não tem um sentido autêntico de pergunta<sup>11</sup>.

A filosofia se estabeleceu como guardiã da razão, mas seu modo próprio e específico de ser não é procedimental, que é contingente; a filosofia não é filosofia por guardar e defender modos específicos de operar, racionalmente, possibilidades de dizer e de legitimar o dito, mas por guardar a própria razão em sua abertura e por defender os diferentes modos de ser racional. Se a filosofia fizesse alguma escolha definitiva de algum modo específico de proceder racionalmente, ela estaria solapando a própria razão, tirando da razão a sua natureza (abertura) racional. Ser guardiã da razão é preservar sempre e a todo custo a liberdade de pensar e articular sentido, assim como de comunicar publicamente o sentido pensado, o que vai exigir lucidez e coerência.

8 Cf. PLATÃO, *A República*, Livro VII, 537c. 2001.

9 ARISTÓTELES, *Metafísica*. 2012.

10 Mais adiante retomaremos essa distinção entre Filosofia e Ciência estabelecida na modernidade.

11 Cf. GADAMER, Hans-Georg – *Verdade e Método I*, p. 474.

Tomou de Heidegger (2009) um entendimento magistral sobre o lugar da Filosofia na existência humana. No livro *Introdução à Filosofia*, ele começa implicando com a palavra "introdução", uma vez que introduzir significa iniciar algo ausente e, segundo ele, a filosofia sempre esteve presente no nosso mundo. Aqui, já encontramos uma radical diferença da filosofia em relação às ciências, que pode ser compreendida por dois conceitos opostos e complementares em significação: necessidade e contingência. A filosofia pertence à dimensão "necessária" do modo de ser humano, enquanto as ciências se inserem no nosso modo contingente de existir. Enquanto dimensão necessária, a filosofia constitui o modo próprio de ser humano, isto é, não temos escolha, a filosofia está em nós e nos pertence, assim como estamos nela e a ela pertencemos. De outra parte, as ciências são um tipo determinado de saber, constituído a partir de determinados critérios historicamente estabelecidos, realizada a partir de teorias também determinadas e por objetos produzidos em seus contextos específicos. Sendo necessária, a filosofia faz parte da nossa existência e de nossa identidade, sem ela deixamos de ser humanos; sendo contingentes, as ciências podem ser, assim como de igual modo, poderiam não ser. Afirmamos que as ciências são rebentos da filosofia, mas poderiam não ser, porque poderiam nem existir. Dizemos que as ciências são filiadas à filosofia por um determinado modo de buscar respostas, pelo compromisso com a legitimação racional, feito por meio de teorias e métodos; no entanto, esse modo de ser das ciências hoje poderá não ser assim no futuro, as ciências particulares poderão até desaparecer, ou seja, trata-se de um tipo de saber contingente.

"A questão é que não estamos de forma alguma "fora" da filosofia; e isso não porque, por exemplo, talvez tenhamos certa bagagem de conhecimentos sobre filosofia. Mesmo que não saibamos, expressamente, nada sobre filosofia, já estamos na filosofia porque a filosofia está em nós e nos pertence; e, em verdade, no sentido de que já sempre filosofamos. Filosofamos, mesmo quando não sabemos nada sobre isso, mesmo que não "façamos filosofia". Não filosofamos apenas vez por outra, mas de modo constante e necessário, porquanto existimos como homens. Ser-aí como homem significa filosofar. O animal não pode filosofar; Deus não precisa de filosofia. Um Deus que filosofasse não seria um Deus, porque a essência da filosofia é ser uma possibilidade finita de um ente finito. Ser homem já significa filosofar. Segundo sua essência, o ser-aí humano como tal já se encontra na filosofia, e isso não de modo ocasional. Como o ser-homem tem, contudo, diversas possibilidades, múltiplos níveis e graus de lucidez, o homem pode encontrar-se de diversas maneiras na filosofia. De modo correspondente, a filosofia como tal pode permanecer velada ou manifestar-se no mito, na religião, na poesia, nas ciências, sem que seja reconhecida como filosofia. E, visto que a filosofia como tal, também, pode se constituir de modo efetivo e exposto, parece que aqueles que não tomam parte no filosofar exposto estão fora da filosofia<sup>12</sup>".

Nós perguntamos, nós desejamos, nós projetamos, nós esperamos, numa palavra, nós somos finitos, pois somos marcados ontologicamente pelo inacabamento, pela abertura que sempre nos lança ao outro, ao desconhecido, ao mais. É isso que nos faz filosofantes por natureza, e é isso que faz a filosofia, desde o seu começo na Grécia antiga, ser dialética: busca do todo, da visão de conjunto. As perguntas filosóficas originárias apontavam para o comum na multiplicidade<sup>13</sup>; para o uno: o elo entre os diferentes; para a arché: princípio de todas as coisas, definido como começo, sustentação e fim, causa primeira e última. Porque somos finitos, isto é, sempre carentes de atualização, é que filosofamos mesmo quando não sabemos nada sobre isso, mesmo que não façamos filosofia. Assim, é que a essência da filosofia é ser uma possibilidade finita de um ente finito. A filosofia carrega e atesta a finitude humana, sua constituição é abertura e liberdade. Nós só nos sabemos livres por-

12 Cf. HEIDEGGER – *Introdução à filosofia*. p. 3-4. 2009.

13 Platão afirma que, "os filósofos são aqueles que são capazes de atingir aquilo que se mantém sempre do mesmo modo, e que aqueles que não são, mas se perdem no que é múltiplo e variável, não são filósofos". Cf. PLATÃO, *A República*, Livro VI, 484b.

que a filosofia vive em nós e ao longo da sua história foi se configurando e consolidação a consciência dessas finitude, que nos faz filosofar sempre e de seus desdobramentos. Aqui, subjaz o *princípio (arché)* filosófico supremo. A consciência da finitude é a essência da filosofia, cujo despertar começou no mundo grego antigo.

Não filosofamos apenas vez por outra, mas de modo constante e necessário porquanto existimos como homens. Assim, mesmo sem conhecimentos e bagagem filosófica nós filosofamos, e não apenas em momentos especiais, ou movidos por alguma inspiração extraordinária, mas no ordinário do nosso cotidiano, no dia a dia da vida. Ser-aí como homem significa filosofar. A existência humana é filosófica porque não estamos encerrados na imanência, mas lançados, permanentemente, na transcendência, e isso faz com que tudo em nós seja abertura ao mais, ao diferente, ao outro, inclusive, toda a imanência na qual estamos estabelecidos; desse modo, nada nos enclausura, ao contrário, tudo nos faz dialogar e filosofia é diálogo. Interpelados pela ausência de porto seguro, os seres humanos buscam respostas para a seu estado de deriva e perguntam, e dialogam. "Aí" está a filosofia instalando sentido nas brechas da existência. E o sentido se alimenta do mistério e da falta; e, quanto mais precária se mostra a condição humana, mais sentido pode ser articulado. Por isso, Heidegger nos diz que "o animal não pode filosofar e que Deus não precisa de filosofia, porque nem o animal nem Deus padecem de "finitude"". Os animais (não humanos), não despertaram para a "consciência da finitude", pois eles vivem na clausura feliz da sua completude; não precisam de respostas, por isso, não fazem perguntas e nem dialogam. E Deus não precisa articular e instalar sentido porque não carece de atualidade. Então, ali onde parece estar a nossa fragilidade: na incerteza existencial, na temporalidade que nos açoita, no desconhecimento sobre a nossa origem e na incompletude que nos arrasta é ali mesmo que mora a nossa humanidade e a nossa fortaleza. Somos humanos porque somos assim: destinados à filosofia, condenados a filosofar.

Na Grécia antiga, a "filosofia" que se utilizava do mito, da arte e da religião para se manifestar, ou seja, que se manifestava de modo indireto, encoberto e passivo, começou a ser elaborada e mostrada de modo direto e ativo; e, é nesse sentido que podemos falar de uma "introdução" à filosofia e de um começo. Heidegger (2009) nos mostra, que a certidão de nascimento da filosofia é grega. A Grécia clássica maturou as condições para o "começo" da filosofia de forma explícita. A Grécia emprestou o seu útero (a sua Paideia<sup>14</sup>) para gestar e parir a filosofia, que nasceu com a missão de guardar a razão<sup>15</sup> e a linguagem; e os gregos foram apoderados por ela e lhe deram voz para fazer ecoar umas novas interpretações do mundo e estilos de vida orientados pela razão.

A palavra *philosophía* diz-nos, que a filosofia é algo que pela primeira vez e, antes de tudo, vinca a existência do mundo grego. Não só isto — a *philosophía* determina também a linha mestra de nossa história ocidental-europeia. A batida expressão "filosofia ocidental-europeia" é, na verdade, uma tautologia. Por quê? Porque a "filosofia" é grega em sua essência, e grego aqui significa: a filosofia é nas origens de sua essência de tal natureza que ela primeiro se apoderou do mundo grego e só dele, usando-o para se desenvolver (HEIDEGGER, 2009).

E a filosofia seguiu adiante, desenvolveu-se, determinado a linha mestra da história do Ocidente, interpelando e abalizando a religião, a arte, a política e a ética. E na sua missão apolínea, e quando ela outra vez se voltou para a natureza, após ter se demorado por séculos nas coisas humanas (antropologia filosófica), a filosofia pariu as primeiras ciências, as ciências da natureza: física, biologia, química, criando um novo modo de ler o

14 **Paideia** (παιδεία) é a denominação do sistema de Educação e Formação da Grécia Antiga, surgida em tempos homéricos, que incluía vários saberes e formas de ensinamento e aprendizagem.

15 Cf. HEIDEGGER, Martin – *O que é isto – a filosofia?*, p. 11.

mundo. E assim, após essa guinada, o novo modelo de leitura e interpretação dos objetos ganhou identidade própria, estabeleceu-se como conhecimento racional, sistemático, metódico, rigoroso e universal, e se expandiu, a partir da modernidade, para todos os recantos da natureza e da sociedade. E a filha diletta cresceu, atingiu a maioridade e reivindicou a sua autonomia.

É razoável dizer, que as ciências jamais podem se emancipar da filosofia completamente, pois operam com pressupostos filosóficos inelimináveis. Para os cientistas, por exemplo, a realidade, em todas as suas dimensões, é racional e linguisticamente articulável, mas, isso, permanece fora do escopo das ciências e da atividade científica, ou seja, permanece não tematizado por ela, mas é seu ponto de partida necessário. Não assumir a racionalidade da natureza e da sociedade tornaria a pesquisa científica desprovida de sentido. No mesmo sentido, o modo como as ciências compreendem o ser das coisas, isto é, que a realidade é composta de substratos, propriedades e relações, é um pressuposto ontológico assumido, passivamente, e uma condição necessária para o fazer científico, porém, a ciência mesma não o questiona, pois colocá-lo em dúvida implicaria sabotar a própria atividade científica. O empreendimento teórico do cientista pressupõe que a realidade é inteligível e dizível.

## **CIÊNCIA: empreendimento racional circunscrito a objetos**

E partir da modernidade foi estabelecido, filosoficamente, o estatuto científico do mundo. A subjetividade teve sua elaboração consumada, a consciência se conquistou a si mesma e o sujeito se colocou no centro da cena histórica, inaugurando o período do antropocentrismo, resultando na separação radical entre pensamento e ser (mundo), marcando a distinção entre sujeito cognoscente e objeto cognoscível. Observe-se, também, que o momento histórico do nascimento das ciências particulares (modernas) coincide com o período do nascimento da filosofia do sujeito, ou filosofia da consciência, porque é o tempo da história da filosofia em que um projeto grego antigo é alcançado, isto é, conquista-se a ciência da experiência da consciência sobre si mesma. Inaugura-se uma nova maneira de entender o conhecimento, não mais com a pretensão de reportar-se às coisas em si mesmas (mundo, realidade), mas como a representação que o sujeito tem delas.

“Filosofia de agora em diante é ‘investigação transcendental’, isto é, não um conhecimento de objetos, mas da maneira de conhecer os objetos, sendo essa possível a priori (KrV B 26, A 13). Nesse sentido, filosofia é, essencialmente, reflexão enquanto retorno do conhecimento a partir de suas formas concretas de efetivação às suas condições de possibilidade. Trata-se, então, de um autoconhecimento dos elementos aprióricos que constituem o conhecimento enquanto tal<sup>16</sup>”.

Isso significa que o conhecimento se refere aos fenômenos, isto é, àquilo que é alcançável pelos sentidos: não interessa mais as coisas nelas mesmas, mas, sim, o como as coisas são recepcionadas por nós, a maneira de conhecer os objetos, e isso, também, quer dizer que as coisas não se manifestam ativamente, a partir delas mesmas, e, sim, que são representadas pelo aparato categorial da subjetividade. Sujeito e Ser se separam de modo abissal, assim como teoria e mundo. E desse modo, a Subjetividade conquista um lugar privilegiado e diferenciado na filosofia, desbancando o Ser.

Esse é o contexto de formação do estatuto científico do mundo: a conquista da subjetividade. Somente do “alto” do poder manipulador dos sujeitos foi possível pretender mapear a natureza e a sociedade, definir fronteiras de acordo com suas conveniências,

16 Cf. OLIVEIRA, Manfredo - *Antropologia filosófica contemporânea: subjetividade e inversão teórica*, p. 6.

especificar campos de conhecimento e produzir os objetos de estudo. A visão de conjunto foi mais e mais cedendo espaço para as especialidades, gestadas segundo os interesses sociais. Do centro da histórica, o ser humano se sentiu capaz de decidir o destino do planeta e da sociedade. Detentor do poder que ele mesmo se concedeu, passou a fragmentar para conhecer, mesmo que o fragmentado não pudesse ou não devesse ser desvinculado do acoplamento estrutural ao qual pertence. A partir de suas teorias e métodos, e dos seus objetos particulares, as ciências passaram a realizar os seus empreendimentos e a produzir os seus saberes, ao mesmo tempo em que a interdependência entre todos os entes, era e continua a ser desfeita, em nome de um projeto insustentável de independência.

Autorizados pelo “poder” central da subjetividade, os empreendimentos científicos criam os seus protocolos e suas regras. Com suas teorias e métodos e, também, com a produção de seus objetos específicos, as ciências passam a representar as múltiplas dimensões da realidade, gerando, ao fim dos seus processos protocolares, o que denominamos conhecimento científico.

No entanto, nossa tarefa aqui é tratar das continuidades e rupturas entre a filosofia e as ciências. De certa forma, já demos conta das continuidades, isto é, do que há de comum entre elas. Em síntese, concluímos que as ciências rebentaram da filosofia, a partir da conquista da subjetividade e da autoconsciência; que as primeiras ciências modernas surgiram da retomada da pesquisa sobre a natureza pela filosofia. Assim, podemos dizer que o lugar comum entre filosofia e ciência é o projeto racional e teórico de ambas; tanto uma quanto a outra levantam a pretensão de verdade e se estabelecem no âmbito da razão, onde as dúvidas são consentidas e há exigência de legitimação das suas afirmações por meio de argumentos racionais, intersubjetivos e intercambiáveis.

Então, é preciso esclarecer onde se deu a ruptura que levou à separação entre ciência e filosofia. Se o lugar comum entre elas é o modo de legitimar o que afirmam, ou seja, a dimensão metodológica, e o compromisso irrevogável com a racionalidade das proposições, então, o ponto de ruptura tem a ver com o conteúdo, portanto, dá-se no momento em que a natureza (primeiramente) e a sociedade (posteriormente) passam a ser mapeadas e divididas em campos distintos de saber, produzindo objetos específicos de conhecimento. Sendo assim, as ciências tematizam e circunscrevem o particular, enquanto a filosofia mantém-se no domínio do universal.

Vale aqui trazer outra concepção de filosofia (diferente da concepção de Heidegger), defendida pelo filósofo analítico Ernst Tugendhat (2013), para ele a Filosofia é antes de tudo Ciência, e isso desde o seu nascimento na Grécia antiga; entretanto, percebamos que aqui, ciência não é entendida no sentido que entendemos as ciências particulares que conhecemos desde o início da modernidade. Trata-se de uma concepção mais extensa de ciência, ou seja, um saber teórico e rigoroso, pautado pela argumentação e sempre exigente de legitimação racional. E, nesse sentido, Tugendhat (2013) entende que a filosofia pertence à ciência, isto é, é um saber teórico, referido à verdade e obrigatoriamente fundamentado (circunscrito à razão).

A filosofia pertence à ciência, ela é, em certo sentido, ela mesma ciência, e isso quer dizer, está referida à verdade, aliás, a maneira de uma fundamentação. Seu meio é o questionamento e, por isso mesmo, a dúvida e, seu procedimento, uma vez que ele consiste em indagar pela razão de ser, é argumentativo e metódico. Seu meio é de tal forma, a dúvida que permanece em aberto se nós na filosofia de todo saímos da dúvida, do saber de que não sabemos<sup>17</sup>.

---

17 TUGENDHAT, Ernst – *O que é filosofia?*, p. 16. 2013.

A necessidade de distinguir a filosofia das ciências surge a partir do aparecimento das ciências particulares. Vejamos que, também, por essa concepção de filosofia como ciência, indicada acima e que já havia sido expressa, anteriormente, por Hegel, as ciências particulares se filiam à filosofia e são rebentos da longa tradição filosófica pela exigência de rigor e legitimação racional que vem desde a antiguidade grega. Portanto, a distinção entre ambas consiste, basicamente, na questão do conteúdo, pois a filosofia se refere ao todo, mesmo quando parte de entes determinados, enquanto as ciências particulares se referem a objetos e ficam circunscritas a eles. Assim, pode-se dizer que as ciências tratam de objetos e filosofia trata do universal e não trata de objetos. Por isso, é possível e factível demarcar o campo de atuação das ciências particulares (física, biologia, química, sociologia etc.), as suas fronteiras e os seus limites, já que isso tem a ver com seus domínios específicos. Já em relação à filosofia, quanto ao seu conteúdo, essa tarefa parece permanecer indefinida e indeterminada, ao longo de toda a história da filosofia, pois a filosofia trata do universal e pode tematizar qualquer coisa e começar de qualquer lugar.

Ainda tratando da especificidade das ciências, vale perguntar se as ciências particulares tematizam os domínios nos quais elas pesquisam, isto é, vale indagar, por exemplo, se a física se pergunta pela natureza da natureza, ou se a biologia se questiona sobre a vida enquanto vida; ou, ainda, se o direito tem domínio sobre o conceito de justiça, se a sociologia tem autoridade científica para tratar do conceito de paz e a medicina para tratar do conceito de saúde. A resposta parece ser negativa, pois esses conteúdos não podem ser reduzidos a e definidos como objetos, pois são universais, e a autoridade teórica e metodológica das ciências se aplica aos os seus objetos particulares. Portanto, o que não é mais tema de qualquer ciência determinada e comum a todos os domínios de objeto, pertence ao domínio temático da filosofia. Sobre isso, Tugendhat (2013) busca no berço da filosofia uma definição de objeto e, também, faz um esclarecimento do que não é objeto para apontar os distintos domínios de conteúdo da filosofia e das ciências particulares.

Tomemos, por exemplo, o próprio conceito de objeto. Há objetos da física, objetos da matemática, mas o que é então comum a eles, o que é um objeto enquanto objeto? Assim, chegamos à maneira pelo qual Aristóteles determina aquilo que caracterizou como "filosofia primeira", ele não utiliza a palavra objeto, mas, sim, a palavra ente (Seiendes). Tudo o que é precisamente; ou seja, é ente (seiend). A primeira questão da filosofia é, portanto, segundo Aristóteles: o que é o ente enquanto ente, em outras palavras, o que devemos entender quando se diz que algo em geral é. E Aristóteles acrescenta: e, também tudo o mais que pertence ao ente enquanto ente. Com esse "tudo o mais", Aristóteles tem em mente os demais conceitos que são, igualmente, tão universais, que não pertencem ao domínio de objetos de uma ciência especial<sup>18</sup>.

Percebe-se que mesmo quando as ciências particulares ainda não existiam para assumir o domínio de objetos, as perguntas filosóficas já se dirigiam para o universal (o que é o ente enquanto ente?). A pergunta não é sobre um objeto, que seria formulada, simplesmente assim: o que é o ente? Ou o que é a natureza? Ou o que é qualquer outro domínio específico de objetos? Mas, trata-se de perguntar pela natureza dos objetos pesquisados, sobre o que faz algo ser o que é, portanto, perguntas voltadas ao todo. Sendo assim, não é o caso de se dizer que a filosofia abriu mão de um domínio de saber que antes lhe pertencia em favor das ciências. A filosofia sempre esteve voltada para o todo, para a visão de conjunto, para o comum entre os diferentes: o universal. O espaço ocupado pelas ciências particulares é um espaço novo, aberto pelo amadurecimento dos tempos e pelo avanço crítico da filosofia.

---

18 TUGENDHAT, Ernst – *O que é filosofia?* p. 18. 2013.

O filósofo austríaco Karl Popper (1974) nos deixou como legado, uma demarcação das fronteiras do saber científico. Enquanto filósofo da ciência, ele quis definir o domínio da saber científico e, assim, também pôde estabelecer o que não é ciência. Com o projeto de Popper (1974), ficou mais claro que as ciências modernas são caracterizadas por seus objetos determinados, configurando-se mesmo como ciências particulares, com suas teorias e métodos específicos. E ele vai mais além, pois a condição de existência dos objetos científicos é que possa ser testada, assim, cada ciência particular, deve poder construir sua base empírica de testes. Para Popper (1974), se uma teoria é testável, significa que é falseável, e essa é a condição de possibilidade para ser uma teoria científica: se um objeto é falseável, então é científico, se não for falseável é porque pertence a outro domínio de saber. Desse modo, Popper (1974) garante a criticidade do saber científico e afasta das ciências todas as formas de dogmatismo; para ele, no campo científico não há espaço para certezas, pois um novo experimento pode por abaixo qualquer verdade anteriormente estabelecida, assim, a verdade passa a ser admitida, mas apenas de modo fraco e provisório.

Contudo, nós falsificacionistas acreditamos, à diferença dos irracionalistas, que descobrimos, também, um meio de realizar um antigo ideal de distinguir a ciência racional das várias formas de superstição, apesar do colapso do programa original indutivista ou justificacionista. Nós sustentamos que este ideal pode ser realizado, muito simplesmente, em se reconhecendo que a racionalidade da ciência não reside no hábito de se apelar para a evidência empírica, a fim de dar suporte a seus dogmas – isso os astrólogos, também, o fazem – porém, apenas na abordagem crítica: em uma atitude que, obviamente, envolve, entre outros argumentos, o uso crítico da evidência empírica (especialmente em refutações). Para nós, portanto, a ciência nada tem a ver com a busca de certeza, de probabilidade ou de confiabilidade. Não estamos interessados em estatuir teorias científicas, como seguras certas e prováveis. Conscientes de nossa falseabilidade, estamos apenas interessados em criticá-las e testá-las, na esperança de descobrir quais são as que são erradas, em aprender com nossos erros; e, se tivermos sorte, em desenvolver teorias melhores<sup>19</sup>.

Podemos concluir, então, dizendo que apesar das rupturas e distanciamentos, a filosofia e as ciências são os saberes que compartilham a guarda da razão, servindo de base teórica e epistemológica para as garantias universais de direitos humanos e da natureza, e constituindo-se como os conhecimentos que combatem todos os tipos de obscurantismo (político, ideológico, religioso etc.), de demência moral e de negacionismo fantasmagórico. A filosofia e as ciências constituem e compõem os saberes que são as bases racionais de sustentação da vida em todas as suas dimensões, do direito das gentes e da natureza, da democracia, da liberdade, da justiça e do bem. Fora disso, ficamos reféns da violência física e social, do autoritarismo e de todas as formas de fascismo que oprimem, matam e destroem.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. São Paulo: Editora Edipro, 2012.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I**, 9ª. edição. Petrópolis. (RJ): Vozes, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito** - 8ªED. Ed. Vozes. 2013.

---

19 POPPER, Karl – *Conjectures and Refutations*, p. 228-229.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à filosofia**, 2<sup>a</sup>. edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HEIDEGGER, Martin. **O que é isto, a filosofia?** Petrópolis (RJ): Vozes, 2018.

OLIVEIRA, Manfredo. **Antropologia filosófica contemporânea**: subjetividade e inversão teórica. São Paulo: Editora Paulus, 2012.

PLATÃO. **A República**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

POPPER, Karl. **Conjectures and Refutations**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1974.

TUGENDHAT, Ernst. **O que é filosofia?** Texto apresentado em congresso de filosofia no Brasil. 2013. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/54460768/Tugendhat-O-que-e-filosofia>. Ou <https://www.passeidireto.com/arquivo/6750029/ernst-tugendhat-o-que-e-filosofia>.

## O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DA UFC E SEUS IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

**Jesualdo Pereira Farias**  
Prof. Titular da UFC, Aposentado

A Universidade Federal do Ceará - UFC, criada em 16 de dezembro de 1954, foi instalada em 25 de junho, do ano seguinte. Durante os seus primeiros 46 anos, a UFC concentrou as suas infraestruturas física, laboratorial e de recursos humanos na cidade de Fortaleza, sempre procurando contemplar todas as regiões do Estado com as suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e promoção social.

No final do século passado, intensificaram-se os movimentos de políticos e de diversos setores da sociedade cearense, para que a UFC iniciasse a implantação de unidades descentralizadas de ensino, pesquisa e extensão no interior do Estado.

No livro "*Minha Universidade, Minha História*" [01], o Prof. Roberto Cláudio, ex-reitor da UFC, fez um resumo do processo inicial da interiorização da UFC. Destacam-se, a seguir, alguns trechos.

"Aproximava-se o final do século e a UFC seguia como uma universidade ancorada na Capital, de frente para a praia e de costas para o Sertão, como observou, certa vez, o Governador Tasso Jereissati". Foi a partir dessa provocação, que se deu início à interiorização dos nossos cursos. Era patente, na época, a grande carência de profissionais da saúde no interior do Estado. Sentia-se, igualmente, a necessidade de formar médicos lá mesmo, onde eles iriam atuar, e não apenas em Fortaleza. Então, nos lançamos em um esforço hercúleo para instalar extensões de nossa Faculdade de Medicina, uma na região Norte, outra na região Sul. Tratava-se de fato, da criação de duas graduações, em dois campi distintos e distantes, o que exigia todo um aparato burocrático e de financiamento. A dimensão do projeto pressupunha uma ampla teia de apoios, envolvendo a universidade, governo do Estado, prefeituras, instituições hospitalares e, no caso de Sobral, também, a Universidade Vale do Acaraú (UVA). Os cursos teriam como base os dois únicos hospitais terciários, até então, existentes no interior do Ceará – a Santa Casa de Misericórdia, em Sobral, e o Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, em Barbalha. Com essas unidades, negociamos a estrutura hospitalar que receberia os estudantes. Ambas tinham interesse no internato e, ainda, se beneficiariam com o recebimento de novos equipamentos (não hospitalares), a serem fornecidos pelo governo do Estado. As estruturas físicas foram cedidas pelas prefeituras. Em Sobral, o então Prefeito Cid Gomes, de forma bem ousada, construiu a sede do curso. Em Barbalha, a Prefeitura cedeu o prédio do antigo Colégio Santo Antônio. As obras de adaptação das estruturas demoraram bastante, mesmo porque, o Município não tinha a mesma pujança econômica de Sobral e revelou dificuldades em cumprir, integralmente, os compromissos assumidos. Foi necessário, que o governo do Estado desse um apoio complementar. Em uma ida minha à Secretaria de Educação Superior encontrei Maculan com uma série de encaminhamentos muito auspiciosos: expansão da Universidade Federal do Piauí, novos campi para a Universidade Federal de Pernambuco, outros para a da Bahia, mais uma universidade no Rio Grande do Norte, na região Nordeste e em todo o País, uma série de *campi* e novas IFES deveriam surgir, menos no Ceará. Não obstante, tínhamos aqui, dois cursos de medicina já instalados no interior do Estado, prontos para servirem de base a uma expansão da UFC. Com veemência, senão com indignação, fiz ver a Maculan, que considerava um absurdo não termos sido contemplados nos planos de Governo. Também partilhei com o Reitor René Teixeira Barreira meu descontentamento e decepção. Resolvemos falar com Ciro Gomes. O então Ministro da Integração

Nacional ficou, igualmente, indignado e foi ao lado de Maculan e de René, discutir o tema com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Nessa audiência, ficou decidido que a Universidade Federal do Ceará, implantaria um campus na cidade de Sobral e outro no Cariri, ali, onde já funcionavam extensões do curso de Medicina".

Nesse início de interiorização, a UFC procurou atender regiões estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado. Nesta perspectiva, a UFC entendeu que o progresso do processo de interiorização da instituição deveria contemplar, entre outros critérios definidos pelo Ministério da Educação - MEC, o aspecto geográfico como forma de irradiar regionalmente as suas ações, a partir de cidades polos, que dispusessem de infraestrutura e equipamentos públicos necessários, para dar apoio às atividades, decorrentes da implantação dos cursos de graduação, contemplados nos novos *campi*, especialmente, os cursos da área de saúde.

Nessa primeira etapa de expansão para o interior, em 2001, como destacou o Prof. Roberto Cláudio [01], a UFC contou com o apoio relevante do governo do Estado e das prefeituras dos dois municípios, para as demandas de infraestrutura física e laboratorial. A autorização de concursos para a contratação dos recursos humanos necessários para o funcionamento dos dois cursos de medicina, assim como a liberação de recursos para as despesas de custeio das atividades necessárias ficaram a cargo do governo federal.

No ano de 2005, o MEC iniciou a primeira etapa de um processo robusto de expansão das universidades federais brasileiras, com uma forte política de interiorização da educação superior pública, na perspectiva da inclusão e do fomento ao desenvolvimento regional, a partir da educação e do conhecimento. Nessa etapa, após as legítimas pressões no MEC, descritas pelo Prof. Roberto Cláudio [01], a UFC foi contemplada com dois *campi* a serem implantados nas regiões sul e norte do estado, considerando a existência dos cursos de medicina, já em funcionamento nas cidades de Barbalha e Sobral. De acordo com a pactuação celebrada entre o Ministério da Educação - MEC e a UFC, cada *campus* deveria iniciar as suas atividades com cinco cursos de graduação, além do curso de medicina.

Considerando-se a importância dessas duas regiões para o desenvolvimento econômico do estado do Ceará, o Conselho Universitário da UFC, decidiu que os dois *campi* deveriam ter cursos de graduação que contemplassem, pelo menos, três áreas do conhecimento. Assim, seria mais rápida a consolidação das duas unidades para uma futura transformação em novas universidades federais. Esse entendimento partia do fato de existir no Ceará, apenas uma universidade federal, mesmo sendo o estado penúltimo colocado em oferta de ensino superior público federal, por habitante, em todo o País.

O *campus* da UFC, no Cariri, iniciou as suas atividades em 2006, com os cursos de medicina, agronomia, engenharia civil, filosofia, biblioteconomia e administração. No mesmo ano, o *campus* de Sobral, iniciou o seu funcionamento com os cursos de medicina, engenharia da computação, engenharia elétrica, psicologia, odontologia e economia.

O sucesso dessa segunda etapa da expansão da UFC é inquestionável. Qualquer avaliação socioeconômica, dessas duas regiões do Estado, irá indicar o impacto positivo e determinante da chegada da UFC, em Sobral e no Cariri cearense. É visível a influência no setor de serviço, com a criação e expansão de hotéis, pousadas, shopping centers, bares e restaurantes, além do forte impacto no setor imobiliário. Além disso, a repercussão financeira referente a salários de servidores e professores, bolsas e auxílios aos estudantes, assim como a geração de emprego direta e indireta, são fatores relevantes que aceleram o desenvolvimento regional e alcançam, não apenas, as cidades sede, mas toda a região no seu entorno.

Há de se considerar, ainda, a importância para a região, da fixação de profissionais altamente qualificados nas diferentes áreas de atuação do *campus*. Além disso, pequenos

municípios da região, no entorno do *campus* universitário, dificilmente teriam acesso à mão de obra especializada, se a universidade pública não estivesse ali para possibilitar o acesso e a permanência dos jovens que, historicamente, estiveram excluídos da educação superior pública federal que se concentrava, exclusivamente, na capital do Estado.

Após a criação dos *campi* da UFC, no Cariri e em Sobral, intensificaram-se manifestações de diversos setores da sociedade e da classe política cearense, para que a UFC ampliasse a sua presença no interior do Estado. Vários foram os movimentos para que se implantassem *campus* da UFC na região Centro-sul, no Sertão central, na Serra Grande, no Baixo Jaguaribe, no sertão de Crateús e no Sertão dos Inhamuns, para citar os mais recorrentes.

Houve a compreensão, no âmbito da instituição, que futuras expansões deveriam ser feitas, em cidades localizadas em regiões ainda não contempladas. Dessa forma, ficou entendido, que novas expansões deveriam incluir um critério geográfico. Considerando que as regiões Norte (*Campus* de Sobral) e Sul (*Campus* do Cariri) já estavam contempladas com as primeiras e segundas fases da interiorização, futuras expansões deveriam atender as regiões localizadas nos extremos Leste e Oeste e no Sertão Central. Assim, por capilaridade, os *campi* localizados nestas três regiões poderiam atingir, praticamente, todos os municípios ainda não alcançados com a criação do *campus* do Cariri e de Sobral.

Considerando este critério, ficaram definidas as cidades que poderiam ser contempladas com futuros *campi* da UFC no interior. A Tabela I apresenta a população das quinze maiores cidades do Ceará, em 2010, excluindo-se as cidades localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza. É possível constatar que a escolha das cidades de Russas, na Região Leste; de Crateús, na Região Oeste e de Quixadá no Sertão Central, atendeu aos critérios de maior população e relevância econômica em cada uma das três regiões geográficas. Ressalte-se, que os três municípios dispõem de infraestrutura de rede de fibra ótica conectados ao cinturão digital. Tratam-se, ainda, de municípios polo em suas regiões de abrangência.

**Tabela I** – População de Municípios Cearenses

Município	Região de Referência	População	Campus
Juazeiro do Norte	Região Sul (Cariri)	249.939	UFCA
Sobral	Região Norte	188.233	UFC
Crato	Região Sul (Cariri)	121.428	UFCA
Itapipoca	Região Norte	116.065	-
Iguatú	Centro Sul	96.495	-
Quixadá	Sertão Central	80.604	UFC
Canindé	Norte	74.473	-
Crateús	Oeste	72.812	UFC
Quixeramobim	Sertão Central	71.887	-
Russas	Leste	69.833	UFC
Aracati	Leste	69.159	-
Tianguá	Norte	68.892	-
Icó	Sul	65.456	UFCA
Morada Nova	Leste	62.065	-
Camocim	Norte	60.158	-

Fonte: IBGE, 2012.

É importante ressaltar, que após a criação dos dois primeiros *campi* nas regiões mais desenvolvidas do Estado, que deveriam ter naturalmente as suas transformações em universidades federais, decidiu-se adotar o modelo de *campus* temático para as novas etapas do processo de interiorização da UFC. Decidiu-se, ainda, que os novos *campi* a serem implantados, no interior, deveriam contemplar áreas do conhecimento, com potencial de contribuir para o preenchimento das lacunas, que impediam o País de avançar economicamente, contribuindo também para o processo de desenvolvimento industrial e tecnológico, em curso, no estado do Ceará. Nesse contexto, é importante destacar o papel estratégico do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, assim como os desdobramentos da consolidação do Ceará, como o segundo maior hub tecnológico do mundo.

Fruto de um planejamento audacioso, nos últimos 30 anos, o Ceará investiu pesado na consolidação de sua infraestrutura para a atração de indústrias e de empresas de base tecnológica com atuação em diferentes setores, especialmente, nas áreas de siderurgia, energia e de tecnologia da informação. Assim, nos últimos dez anos, o Ceará vem se destacando, nacionalmente, na geração de energia eólica e fotovoltaica, além da produção de aço, com o início de funcionamento da Companhia Siderúrgica do Pecém. Outro grande empreendimento, no setor industrial, está previsto com a instalação de uma refinaria no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Tratativas, nesse sentido, continuam sendo feitas pelo governo do Estado com investidores internacionais.

Ressaltam-se, ainda, os avanços do Ceará com a consolidação do segundo maior hub tecnológico do mundo, em Fortaleza, com 12 cabos submarinos de fibra óptica conectada. De acordo com levantamento realizado pela *Telegeograph database*, especialista em mercado de telecomunicações, Fortaleza só perde para Fujairah, nos Emirados Árabes Unidos, que conta com 13 cabos conectados [02]. Com isso, o Ceará vai se consolidando como um centro de atratividade para *players* nacionais e internacionais, a partir da sua conectividade global de baixa latência e com alta capacidade [02].

Com base em todos esses aspectos, em seu processo de expansão para o interior, a UFC não poderia deixar de contemplar a atração de profissionais qualificados, com mestrado e doutorado, em áreas tecnológicas para intensificar a formação de recursos humanos e dar suporte às diversas demandas de empresas dos setores industriais e de serviços, nas áreas de engenharia e de Tecnologia da Informação e comunicação - TIC.

Além das perspectivas emergentes quanto ao desenvolvimento tecnológico do estado do Ceará, a UFC também esteve atenta às demandas nacionais e ao cenário internacional. Deve-se ressaltar que no início da década passada, o Brasil precisou autorizar a entrada de engenheiros e profissionais de Tecnologia da Informação e Comunicação (estrangeiros), para atender diferentes demandas por falta de profissionais brasileiros qualificados. Foram várias as matérias veiculadas, no período de 2010 a 2013, que retratavam a realidade do mercado nacional e as demandas por profissionais capacitados em áreas estratégicas [03, 04, 05]. Foi com base nesse cenário, dentre outros critérios já citados, anteriormente, que a UFC decidiu implantar somente cursos de Engenharia e de Tecnologia da Informação e Comunicação, nos seus três novos *campi*, a partir de 2007.

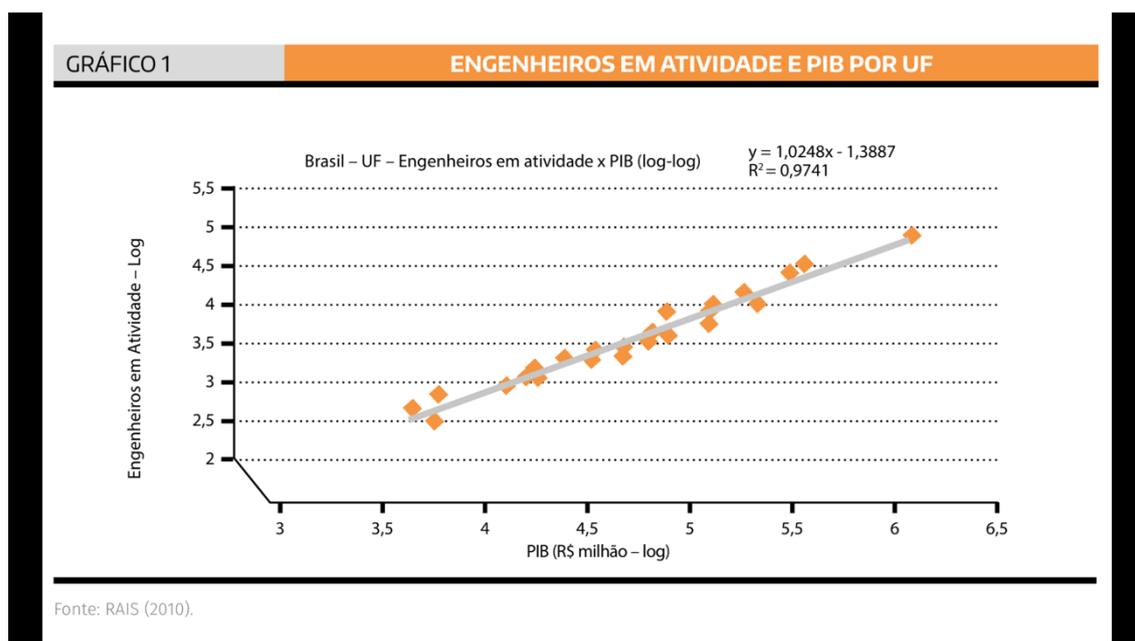
Como se depreende, a decisão da UFC de concentrar os novos cursos de graduação, por ocasião de novos programas de expansão nas áreas de engenharia, tecnologia da informação e comunicação, atendia as demandas locais e nacionais. Além disso, houve um esforço do governo federal para aumentar a oferta de vagas de cursos de engenharia e de tecnologia da informação e comunicação, na segunda fase do processo de expansão das universidades federais, o que atendia, plenamente, os anseios da UFC. Todas essas iniciativas coadunam com as necessidades do País se integrar, rapidamente, à Quarta Revolução Industrial, que ocorre neste século, também conhecida como Indústria 4.0, que utiliza Sis-

temas Cyber-Físicos, Internet das Coisas e Internet dos Serviços, para tornar os processos de produção cada vez mais eficientes, autônomos e customizáveis [06, 07]. O Brasil precisa avançar, rapidamente, no domínio dessas tecnologias para tornar as suas empresas mais qualificadas e competitivas internacionalmente.

Em um trabalho, realizado pela Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI/CNI [08] observa-se que, para compreender melhor a relação entre o desenvolvimento econômico e social e a engenharia, pode-se avaliar a quantidade de engenheiros trabalhando com carteira assinada, em cada uma das unidades federativas do Brasil e relacionar estes dados com o Produto Interno Bruto – PIB, de cada uma das unidades. Dados de 2010 indicaram que a menor quantidade de engenheiros com carteira assinada estava em Roraima, ou seja, 425. Neste mesmo ano, Roraima apresentou o menor PIB do Brasil, na ordem de R\$ 6,34 milhões. Já São Paulo com o maior PIB, em torno de R\$ 1.247.596 milhões, tinha 78.806 engenheiros trabalhando com carteira assinada [08].

No Gráfico I, reproduzido do trabalho da MEI/CNI, pode-se observar a correlação entre as variáveis PIB e engenheiros, por unidade da federação, indicando como uma constante a existência de um valor médio do número de engenheiros por unidade de milhão de PIB [08].

**Gráfico I** – Relação entre Engenheiros em atividade e PIB por unidade da federação [08]



Conclui-se que, em 2010, havia um engenheiro por cada 10 milhões de reais do PIB, o que dá, aproximadamente, um engenheiro por 5 milhões de dólares de PIB (pelo câmbio médio do período). Considerando uma taxa média de investimento de, aproximadamente, 20% do PIB, pode-se estimar que há um engenheiro para cada novo milhão de dólares de investimento [08].

Hoje, a situação do País é dramática, quando se avalia o impacto das crises política e econômica, no setor industrial, especialmente, na indústria de transformação. Em 2011, com um PIB de US\$ 2,48 trilhões, o Brasil ultrapassava o Reino Unido e assumia a 6ª posição entre as maiores economias do mundo e aproximava-se da França, a 5ª maior economia mundial, com um PIB de US\$ 2,56 trilhões. Com a desaceleração do crescimento, impulsionada pela queda no preço das *commodities*, em especial do barril de petróleo e, com os desdobramentos da crise política e da "Lava Jato" e ainda, com a desvalorização do real, o PIB brasileiro, em 2018, caiu para US\$ 2,14 trilhões, o que resultou na queda

do País para a 9ª economia mundial. O subsetor de transformação é o de maior demanda tecnológica e respondeu por apenas 11,3% do PIB, o menor patamar alcançado em toda a série histórica. Ressalta-se, que de acordo com dados de 2020, compilados pelo Fundo Monetário Internacional - FMI, o Canadá, a Coreia do Sul e a Rússia ultrapassaram o Brasil, que passa a ocupar a 12ª posição entre as maiores economias do mundo, com um PIB de US\$ 1,4 trilhão [09].

Para superar esse quadro, o Brasil precisa resolver a crise política, encontrar uma solução para a recuperação do setor industrial, em particular da indústria pesada e de energia, que foram, fortemente, atingidas pelos desdobramentos da operação "Lava Jato" e voltar a investir pesado em infraestrutura, educação, ciência, tecnologia e inovação.

Deve-se lembrar de que esse quadro de estagnação econômica atinge, fortemente, o estímulo dos jovens que desejam fazer cursos de graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento tecnológico. Sem perspectivas de crescimento econômico, diminui a demanda por profissionais de engenharia e tecnologias afins e comprime, de forma bastante visível, a quantidade de matrículas nos respectivos cursos de graduação. No entanto, essa situação pode, também, ser encarada como uma enorme e talvez única oportunidade do século, para se intensificar a formação de profissionais das áreas tecnológicas no nosso país.

A demanda por cursos de engenharia segue, aproximadamente, as oscilações do PIB. Mas, isso pode significar somente um reflexo das condições de salário e empregabilidade da profissão, sem ligação com o desenvolvimento real e proporcional da economia. Há que se ressaltar, ainda, que o campo de trabalho do engenheiro inovador e empreendedor não se limita ao mercado de trabalho formal, uma vez que, esse profissional pode atuar de forma independente, por meio da criação de seu próprio negócio [08].

É nesse contexto, que se deve enfrentar o debate para o fortalecimento do ensino de engenharia e TIC no Brasil. Esses novos cursos, ministrados no interior do estado do Ceará pela UFC, estão investindo na formação de jovens empreendedores, para que consigam vencer os desafios impostos pela crise econômica e que encontrem neles, oportunidades para gerar novos negócios e competir internacionalmente. Assim, se poderia analisar de forma diferente, o Gráfico I, ou seja, quanto maior a quantidade de engenheiros empreendedores, maior o PIB. Países como a Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Israel, dentre outros, são exemplos de superação, a partir do investimento em infraestrutura, educação, ciência, tecnologia e inovação.

O terceiro *campus*, fora de sede da UFC, foi criado na cidade de Quixadá, para atender as demandas das cidades localizadas no sertão central. O Conselho Universitário da UFC decidiu que esse seria um *Campus* temático, contemplando as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação. A decisão do Conselho Universitário da UFC dialoga com os esforços necessários, para impulsionar o desenvolvimento do estado do Ceará e do País.

O *campus* de Quixadá iniciou as suas atividades, em 2007, com o curso de Bacharelado em Sistemas de Informação. No ano de 2010, foram criados os cursos de Bacharelado em Engenharia de Software e o curso Tecnológico em Redes de Computadores. Em 2013, o *campus* iniciou o quarto curso de Tecnologia de Informação e Comunicação, Ciência da Computação. Com o objetivo de expandir e consolidar o *campus* de Quixadá na área de TIC, no ano de 2013, foi pactuado com o MEC a criação de dois novos cursos: Engenharia de Computação e Design Digital. Hoje, além dos seis cursos de graduação, o *campus*

de Quixadá já oferta o seu primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu*, o mestrado em Computação.

O *campus* de Quixadá destaca-se pela oferta de cursos de graduação para a formação de profissionais de excelência em áreas científicas e tecnológicas, bastante, demandadas pelo mercado cearense, nacional e internacional. Trata-se de uma grande oportunidade para os estudantes que concluem o ensino médio da região, interessados pela demanda global por profissionais de computação, dando-lhes oportunidade de uma carreira promissora e, ainda, favorecendo o desenvolvimento regional através da produção de TIC. Mais que isso, os egressos dos cursos do *campus* de Quixadá, são também capacitados para atuar em atividades de pesquisa, possibilitando sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor de TIC. Tal desenvolvimento pode influenciar, diretamente, na criação de novas empresas, no setor de TIC, ou inovação para serviços já existentes, mais uma vez reforçando o potencial do Sertão Central cearense como polo produtor de TIC [10].

Deve-se ressaltar que, inicialmente, a expansão das universidades federais foi pensada para reduzir as assimetrias regionais e, sobretudo interiorizar o ensino superior público federal de qualidade. No entanto, essa interiorização poderia também ser acompanhada de programas robustos de internacionalização, contemplando, principalmente, os países da América Latina e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Assim, essas instituições poderiam, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, estreitar laços históricos e culturais dos países latino-americanos e dos países membros da CPLP com o Brasil. Desse modo, duas universidades federais foram, organicamente, pensadas pelo MEC para fortalecer a integração internacional do Brasil com a América Latina e com os Estados membros da CPLP: a UNILA e a Unilab [11].

Nesse contexto, surgiu a oportunidade de se criar, no Ceará, mais uma Universidade Federal. A sede da Universidade foi escolhida pelo MEC, para homenagear a primeira cidade brasileira a libertar todos os seus escravos. Assim, em 2010, foi criada a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, com o objetivo de integrar a educação superior brasileira aos países membros da CPLP, em especial ao continente africano e à região de Macau. A sede da Unilab está localizada na cidade de Redenção, com instalações, também, na cidade de Acarape, que fazem parte do Polo Serra de Guaramiranga. A Unilab possui, ainda, um *campus* na cidade de São Francisco do Conde, na Bahia.

Em 2013, após sete anos de funcionamento, o *campus* da UFC, no Cariri (distribuído nas cidades do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), foi desmembrado e deu origem à Universidade Federal do Cariri – UFCA. No projeto da sua criação, a UFCA já fora contemplada com dois novos *campi*, nas cidades de Icó e Brejo Santo. A UFC ficou então com apenas dois *campi* no interior: o *campus* de Sobral e o *campus* de Quixadá.

A sua transformação na terceira Universidade Federal do Estado do Ceará, já é um reflexo do sucesso do *campus* da UFC no Cariri e demonstra, claramente, que o Conselho Universitário estava correto, quando aprovou a implantação de um *campus* multidisciplinar, como nucleação de uma nova Universidade Federal para o Ceará. Hoje, com 25 cursos de graduação, cinco de mestrado e um de doutorado; a UFCA, presente nas cidades de Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Icó e Brejo Santo já está, integralmente, inserido nos processos de desenvolvimento da região do Cariri cearense, além de contribuir com suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e promoção social para o desenvolvimento de todo o Estado do Ceará e do País.

O campus de Sobral também cresceu de forma extraordinária, contando hoje com 13 cursos, sendo oito de graduação e cinco de pós-graduação, a saber: mestrado em Saúde da Família, mestrado em Biotecnologia, mestrado em Psicologia e Políticas Públicas, mestrado em Eng. Elétrica e Computação e o Programa de Residência Médica. Essa forte inserção na pós-graduação vem consolidando o *campus* de Sobral como aquele que mais avançou na pesquisa e pós-graduação no interior do estado. Este é um aspecto importante a considerar, uma vez que o êxito do processo de expansão para o interior se consolida, rapidamente, por meio de atuações da universidade no ensino de graduação e de pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na promoção social. A forte inserção na pós-graduação vem contribuindo para reduzir as assimetrias regionais na oferta de cursos de mestrado e, em breve, certamente, de doutorado.

Ressalte-se, que o Campus de Sobral reúne algumas iniciativas inovadoras: como o primeiro Centro de Especialidades Odontológicas, funcionando dentro de um *campus*, com a participação efetiva de professores e estudantes da Universidade e um Serviço de Psicologia Aplicada – SPA, em parceria com municípios da região norte, que atende pessoas carentes que estariam excluídas desse tipo de serviço, se não estivesse ali à presença da Universidade Pública, focada na promoção social da região em que está inserida. Destaca-se, ainda, o importante protagonismo do *campus* da UFC em Sobral, na área de saúde, devido a sua grande inserção nos dois grandes hospitais da região. Os estudantes têm participação ativa nos programas de internato e residência, sob a supervisão de professores de diferentes especialidades da área médica. Ressalte-se, ainda, a frequente participação de docentes do *campus* na gestão pública de saúde no município.

Não há dúvidas de que o *campus* de Sobral está pronto para ser, a exemplo do *campus* do Cariri, também desmembrado para a sua transformação em uma Universidade Federal. Todas as condições, incluindo áreas de atuação na graduação, na pesquisa, na pós-graduação, na extensão e na promoção social, que são reflexos da elevada qualificação do seu corpo docente e técnico-administrativo e de seus estudantes, credenciam o *campus* para se transformar em uma importante universidade que, a exemplo da UFCA, contribuirá para o desenvolvimento regional e de todo o estado do Ceará.

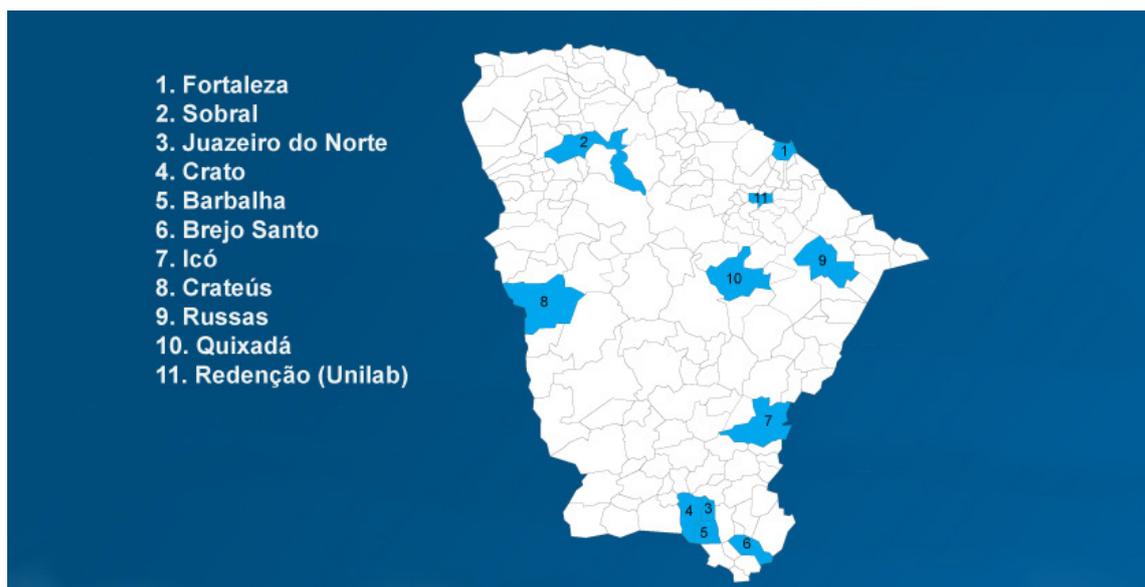
Durante o processo de criação da Universidade Federal do Cariri, foi acertado com o MEC, que a UFC cederia toda a sua infraestrutura de recursos humanos, laboratorial e predial disponível no *campus* do Cariri, para a criação da nova universidade. Em contrapartida, a UFC foi autorizada a implantar dois novos *campi*.

Considerando que as regiões Norte, Sul e central do Estado já estavam contempladas com a presença da Universidade Pública Federal, além do Polo Serra de Guaramiranga, iniciaram-se os esforços para a implantação de um *campus* na Região Oeste e outro na Região Leste do Estado, atendendo, além dos critérios estabelecidos pelo MEC, ao critério geográfico.

Dessa forma, ficou acertado que um *campus* seria instalado na cidade de Russas (Região Leste) no baixo Jaguaribe e o outro na cidade de Crateús (Região Oeste), nos Sertões de Crateús. Com isso, estariam contempladas as regiões Norte, Sul, Leste, Oeste e central. Ressalte-se, que essas duas cidades dispõem de infraestrutura e apoio institucional e logístico, para a implantação de um *campus* universitário.

O mapa, a seguir, indica a localização de todas as Universidades Federais e seus *campi* no estado do Ceará, no ano de 2020.

**Figura 1** - Localização das Universidades Federais e seus *Campi* no Ceará.



Os *campi* de Juazeiro do Norte (3), Crato (4), Barbalha (5), Brejo Santo (6) e Icó (7) fazem parte da Universidade Federal do Cariri. Os *campi* de Sobral (2), Quixadá (10), Russas (9), Crateús (8) e aqueles sediados na cidade de Fortaleza (1), fazem parte da Universidade Federal do Ceará. O *campus* de Redenção (11) integra a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, que também contempla o vizinho município de Acarape.

Os *campi* de Crateús e Russas foram criados na Universidade Federal do Ceará em 2012. Seguindo as premissas da política de interiorização, a criação desses dois *campi* proporcionou o aumento de vagas públicas que se diferenciou do tradicional modelo de oferta de vagas nas capitais. Essa expansão, que é absolutamente indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, é um instrumento que permite que seja suprida a carência de profissionais qualificados em áreas estratégicas, não apenas nas regiões do baixo Jaguaribe e do sertão de Crateús, mas em todo o estado e no País. Neste contexto, é que nos *campi* de Crateús e de Russas foram implantados cursos voltados para as engenharias e computação, que como visto anteriormente, são áreas estratégicas para o desenvolvimento.

As atividades acadêmicas do *campus* de Crateús tiveram início, no segundo semestre de 2014, com a oferta da primeira turma do curso de Ciência da Computação. No primeiro semestre de 2015, iniciaram-se as atividades dos cursos de Engenharia Civil, Engenharia Ambiental e Sistemas de Informação. Com a oferta do curso de Engenharia de Minas, no primeiro semestre de 2016, passaram a funcionar os cinco cursos previstos para a implantação do *campus*.

O *campus* de Russas iniciou as suas atividades, em 2014, com o curso de Engenharia de Software, e em 2015, foram ofertados mais quatro cursos de graduação: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica e Engenharia de Produção. Além da oferta de cursos de graduação, o *campus* conta ainda com um anexo localizado no centro da cidade de Russas, onde funcionarão as empresas Juniores, e um escritório de Integração Universidade/Empresas, que realizará a intermediação entre a Universidade e as empresas da região, visando ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão de interesse do setor industrial e empresarial público e privado.

Como se vê, o processo de interiorização da Universidade Federal do Ceará foi realizado em quatro etapas: a primeira ocorreu em 2001, com a criação dos cursos de medicina

em Sobral (Região Norte) e em Barbalha (Região Sul). A segunda, em 2006, com a criação dos *campi* de Sobral e do Cariri, a partir dos dois cursos de medicina. A terceira foi a criação do *campus* de Quixadá em 2007. A quarta, em 2014, se deu com o desmembramento do *campus* do Cariri, para a criação da Universidade Federal do Cariri e a criação dos *campi* de Russas e Crateús.

Os dois últimos *campi* implantados, ainda estão em fase de consolidação de suas infraestruturas física, de recursos humanos e laboratoriais. No entanto, já são visíveis os impactos econômicos e sociais nas duas regiões, em decorrência da instalação dos cursos de engenharia e de TIC nas cidades de Russas e Crateús.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, “as universidades públicas estão entre as mais importantes fontes de conhecimento para o desenvolvimento econômico, social e cultural das sociedades”. Nesse contexto, a Universidade Pública não pode ser vista, apenas, como “construtora de conhecimento”, mas, também, como potencializadora de conhecimento para processos inovadores, colaborando para o local onde está inserida [12].

Os impactos diretos e indiretos esperados, de uma universidade no desenvolvimento regional podem ser agrupados em seis blocos: influência sobre a demanda agregada; dinamização das economias regionais; influência sobre o ambiente empresarial; influência sobre o ambiente cultural; modificação da infraestrutura local e geração de emprego e renda [12]. Seguindo, rigorosamente, a metodologia descrita neste modelo, identificam-se a seguir, os impactos decorrentes da instalação dos *campi* da UFC no interior do estado.

- **A influência sobre a demanda agregada:** o *campus* cria ou amplia demanda, a partir dos investimentos em infraestrutura, de despesas de custeio, da aquisição de equipamentos, da necessidade de mão de obra qualificada, de habitação, de serviços públicos, de lazer e de convivência, entre outros;
- **A influência sobre o ambiente artístico e cultural:** a presença da comunidade universitária induz a disseminação de grupos artísticos, intensifica a cultura da formação crítica e cidadã e do resgate e da preservação da cultura regional;
- **A influência sobre o ambiente empresarial:** as atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas no *campus* podem contribuir para a melhora da cultura organizacional vigente, com a qualificação de recursos humanos, com indução e suporte ao surgimento de novos empreendimentos, com a formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica, com indução e suporte ao surgimento de ambiente de inovação e com a oferta de suporte científico e tecnológico;
- **A influência na geração de emprego e renda:** antes mesmo do início das atividades do *campus*, já se observa o seu impacto na geração de postos de trabalhos diretos e indiretos, durante as obras de construção da sua infraestrutura física. Com o início do seu funcionamento, o *campus* exerce forte impacto na geração de emprego e renda com a contratação de profissionais, de empresas de prestação de serviços, com a distribuição de bolsa de estudos e auxílios aos estudantes, com a demanda por estágios remunerados, com a atração de empresas de base tecnológica, com a dinamização da economia criativa, com a elaboração de políticas públicas, na área social, e com atividades de extensão para melhoria da renda dos trabalhadores;
- **A influência sobre a economia regional:** além da formação de recursos humanos, o *campus* desenvolve pesquisas e atividades de extensão com o objetivo de melhorar a qualidade, a produtividade e a competitividade dos setores empresariais públicos e privados da região, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos, colaborando na potencialização de recursos locais, contribuindo na melhor alocação das atividades

produtivas no território, auxiliando na qualificação das políticas públicas, colaborando no acesso a recursos externos à região e propiciando desenvolvimento e transferência de capital intelectual;

- **A influência sobre a infraestrutura local:** a presença do *campus* induz a melhoria da estrutura em educação, do sistema de transporte (aeroporto, transporte municipal e intermunicipal), a demanda por habitação, por comércio e serviços especializados, por serviços públicos e demanda por rede hoteleira.

É importante que sejam realizados estudos para se determinar qual é a influência das três Universidades Federais e dos *campi* da UFC, no PIB do estado do Ceará. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, em seu comunicado nº 75 destaca, que “ao gastar R\$1,00 em educação pública, o PIB aumentará em R\$1,85, pelo simples processo de multiplicação da renda que esta atividade propicia” [13]. Um estudo recente, realizado pelo professor Moisés Diniz Vassalo, na Universidade Federal de Itajubá – Unifei avaliou o custo para o governo manter a Universidade e o retorno que a sociedade recebe em termos de movimentação econômica, geração de renda, empregos e arrecadações de impostos [14].

Segundo o estudo, pode-se dizer que, para cada 1,0 real investido na universidade, a população recebe R\$ 3,28 em renda, ao longo da vida dos egressos. A pesquisa indica, ainda, que a taxa de retorno do investimento feito pelo governo na educação dos alunos da Unifei, é cerca de 22% ao ano. O estudo conclui que, todo o ecossistema da Unifei é responsável por 6,6% do PIB de Itajubá, ou seja, de toda a renda gerada no município, seja em forma de salários, lucros ou aluguéis. Em termos de empregos, a universidade é responsável por 20,7% da totalidade de ocupações formais e informais do município. Ou seja, pode-se afirmar que, além dos R\$ 715 milhões em renda, que a Instituição gera por acréscimo salarial em cada turma de egressos, a Unifei e a movimentação econômica por ela gerada acrescentam mais de R\$ 300 milhões em renda (PIB) no Brasil.

Conclui-se, que a Universidade Pública com suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, acelera o desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, cultural, social e ambiental, proporcionando experiências inovadoras que, sem a sua presença, dificilmente, surgiriam em regiões inóspitas tão comuns no semiárido nordestino. É esse o contributo que se espera das universidades federais, que concentram grande parte da inteligência do País. Somente com educação de qualidade e conhecimento será possível a inclusão de jovens pobres do interior, como protagonistas no processo de desenvolvimento regional sustentável.

## REFERÊNCIAS

[01] Bezerra, R.C.F; Gurgel, I.: Minha Universidade, Minha História. Fortaleza, 2017. Edições UFC. 272 pp.

[02] Fortaleza tem o segundo maior hub de cabos do mundo. Fortaleza, fevereiro, 2019. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/economia/2019/02/32190-fortaleza-tem-o-segundo-maior-hub-de-cabos-do-mundo.html>.

[03] **Demanda por engenheiros aumenta e mercado importa profissionais.** Portal G1. Edição do dia 10/12/2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2010/12/demanda-por-engenheiros-aumenta-e-empresas-buscam-profissionais-no-exterior.html>.

[04] Portella, K. Falta de engenheiros aumenta importação de mão de obra. Economia - iG. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/falta-de-engenheiros-aumenta-importacao-de-mao-de-obra/n1237753706634.html>. Agosto de 2010.

[05] **Além de médicos, Brasil precisará importar mão de obra de outras áreas.** 2013. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/09/22/internas\\_economia,451737/alem-de-medicos-brasil-precisara-importar-mao-de-obra-de-outras-areas.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2013/09/22/internas_economia,451737/alem-de-medicos-brasil-precisara-importar-mao-de-obra-de-outras-areas.shtml).

[06] *William MacDougall. Industry 4.0 – Smart Manufacturing for the Future. GTAI – Germany Trade & Invest. July, 2014. 40pp.*

[07] David Lira Nunez e Milton Borsato. Panorama atual dos Sistemas Ciber-Físicos no Contexto da Manufatura. 10o Congresso Brasileiro de Gestão da Inovação e Desenvolvimento de Produtos. Itajubá, MG. Setembro, 2015. 11 pp.

[08] Mobilização Empresarial pela Inovação – MEI. Fortalecimento das Engenharias. Confederação Nacional da Indústria – CNI. 2015. 94 pp.

[09] **Brasil está prestes a deixar grupo das 10 maiores economias do mundo.** Porta Exame, novembro de 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/brasil-esta-prestes-a-deixar-grupo-das-10-maiores-economias-do-mundo/>.

[10] **Universidade Federal do Ceará - UFC**, Campus de Quixadá. Disponível em: [www.quixada.ufc.br](http://www.quixada.ufc.br). Conheça o Campus.

[11] Costa, L. C. e Farias, J. P.: Expansão das Universidades Federais e os Desafios da Internacionalização. 30 Anos de ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira, pp. 97-121. Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2017.

[12] Hoff, D.N.; Pereira, C.A.; De Paula, L.G.N: O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. Revista do Desenvolvimento Regional – Redes. V. 22 No 1, janeiro-abril, 2017. Pp. 510-527.

[13] Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda. Comunicados do Ipea. No 75, 16 pp. Fevereiro, 2011.

[14] Estudo inédito sobre retorno dos investimentos em educação mostra que a UNIFEI agrega à sociedade muito mais valor do que o seu orçamento anual. Outubro, 2020. Disponível em: <https://unifei.edu.br/blog/estudo-inedito-sobre-retorno-dos-investimentos-em-educacao-mostra-que-a-unifei-agrega-a-sociedade-muito-mais-valor-do-que-o-seu-orcamento-anual/>.

## MATEMÁTICA E CIDADANIA

João Lucas Marques Barbosa

O Cesar desafiou-me a apresentar o tema Matemática e Cidadania nesta conversa, que faz parte da programação de atividades do Colégio de Altos Estudos. Agora, apresento o texto da conversa para publicação.

Como todos sabem, cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais, estabelecidos na Constituição de um país. A cidadania, também, pode ser definida como a condição do indivíduo que vive de acordo com um conjunto de estatutos, pertencentes a uma comunidade politicamente e socialmente articulada.

A matemática básica é aquela lecionada nas escolas para crianças e adolescentes. Assim sendo, é matéria de conhecimento comum de todos aqueles que concluem o ensino fundamental.

É comum que ao mencionarmos a palavra matemática, mesmo em um ambiente de amigos, recebamos de imediato, a reação de algumas pessoas que dizem detestá-la. Outros mencionam que escolheram um curso universitário pelo fato de não incluir a matemática. Em geral, a reação é muito negativa. E, se alguém como eu diz gostar da matemática e trabalhar com matemática, é considerado ou um gênio, ou alguém estranho à sociedade. De fato, tais reações são injustificadas e me dizem apenas que o ensino dessa ciência nas escolas tem algum pecado de base que precisa, eventualmente, ser eliminado.

Minha conversa com vocês vai se balizar por alguns tópicos bem elementares da matemática, os quais são à base da nossa vida e, portanto, da cidadania.

Vamos começar pela numeração. Ao mesmo tempo em que são alfabetizadas, as crianças aprendem, nas escolas, a contar e atribuir um número ao resultado da contagem. Aos sete anos, qualquer aluno cursando, normalmente, a escola saberá de cor os números em ordem de 1 a 100 e terá uma ideia de como prosseguir daí em diante. A contagem é um processo essencial para o ser humano. Mesmo no interior, um camponês semianalfabeto conta os animais ao retornarem do campo para saber se falta algum, conta os animais que foram vacinados, conta as estacas que foram preparadas para construir uma cerca e utiliza contagem em muitas outras situações. Contamos latas de cerveja, pessoas em filas, livros que iremos distribuir ou vender, tijolos e lajotas para construção, crianças que vêm a uma festa, etc. Sem dúvida, a contagem é um processo bastante primitivo que está na origem, mesmo antes da criação da matemática. É interessante observar, que a contagem leva a um processo de comparação. Por exemplo, no supermercado, onde há várias caixas, procuramos sempre aquele em que a fila é menor. Fila menor significa aquela que possui um número menor de pessoas.

Passemos agora às **operações fundamentais**, ou seja, soma, subtração, multiplicação e divisão. Ainda se pode encontrar em municípios do interior do Estado, comerciantes que não possuem uma máquina registradora para efetivar suas vendas. Como no passado, eles simplesmente anotam em um papel os valores a serem pagos, arrumando-os um abaixo do outro e depois somam. Mas, qualquer pessoa que vá a uma loja, irá somar os valores dos objetos que selecionou para adquirir, para ter certeza de que poderá efetivar a compra. Se pagar em dinheiro, irá conferir o troco, ou seja, irá fazer uma subtração do valor que entregou ao caixa menos o total da compra. Se comprar vários objetos iguais, terá de multiplicar o valor unitário pelo número de objetos para saber o custo total. Assim, o domínio das operações fundamentais é essencial para viver no mundo moderno e conviver com os que nos são próximo.

## FRAÇÕES

A introdução da operação de divisão abre portas para o conceito de fração. Se nós tomarmos uma pizza e a dividimos em quatro pedaços iguais, dizemos que cada pedaço representa  $\frac{1}{4}$  da pizza. Se dividirmos em 8, cada pedaço representa  $\frac{1}{8}$  da pizza. Se, desta divisão em oito pedaços dermos 2 pedaços a uma pessoa, ela receberá  $\frac{2}{8}$  da pizza, se dermos 3, ela receberá  $\frac{3}{8}$ , etc. Em geral, uma fração é representada por um traço com um número em cima (o numerador) e um embaixo (o denominador). O número de baixo, o denominador, nos diz-nos em quantas partes o todo foi dividido e o numerador quantas partes foram tomadas. Apesar da simplicidade, este é um assunto que muita gente, que concluiu com sucesso a escola, não domina. Entretanto, a ferramenta matemática "frações" é de grande importância na vida moderna. Primeiramente, uma fração é o indicativo de uma divisão que pode ser realizada chegando-se a um resultado decimal. Por exemplo,  $\frac{2}{8}$  é igual a 0,25. Os números decimais são de uso comum. Todos que já usaram uma trena ou uma régua sabem o que significa 0,25 cm ou 3,5 cm ou 1,2 cm, etc. Desde criança, quando nossos pais mediam nossas alturas e diziam o resultado, digamos: você está agora medindo 0,98cm ou 1,15 cm, etc., nós estávamos tendo um primeiro contato com os números decimais. Em segundo lugar, as velocidades, os pesos e, em geral, os resultados de medições são apresentados como um número decimal. A comparação entre moedas, por exemplo, a taxa de câmbio do dólar é apresentada como um número decimal. A nossa moeda, o real, tem subdivisões em centavos, e assim, o valor de uma mercadoria deve ser dado como um número decimal. É comum ver, em algumas lojas, produtos que custam 99,99 reais. Por último, as porcentagens, de que vou falar em seguida são dadas como números decimais: 22,5%, 13,1%, etc. A consideração das frações, introduz na matemática o conceito de número racional, que nada mais é do que o quociente de dois números inteiros. Também aprofunda a ideia de que a matemática, mais do que uma ciência, é uma linguagem que deve ser dominada, ao mesmo tempo em que a criança domina a língua materna. E as duas, em conjunto, serão o instrumento que permitirá a pessoa se expressar de modo inteligível com seus compatriotas.

## PORCENTAGENS

É comum que, uma vez ao ano, discuta-se um reajuste salarial. O início do processo de discussão de tal reajuste inclui o cálculo do aumento pleiteado. Geralmente, seguindo um índice conhecido de todos e que é estabelecido, anualmente, pelo governo. Para isto, toma-se o valor atual do salário e multiplica-se pelo índice, dividindo-se em seguida por 100. Se for considerado adequado, ótimo. Se não, outro percentual será escolhido, maior certamente, e o processo se repete. Depois que a escolha for feita, inicia-se a luta com os patrões pelo aumento do salário.

O procedimento para cálculo de um percentual é algo que inclui somente as operações fundamentais. Mas é de grande utilidade na vida de qualquer cidadão. Ela é usada desde a discussão salarial, passando pelos aumentos dos preços dos gêneros alimentícios, pelo aumento do valor de mensalidades, pelas transações bancárias, pelo entendimento dos comentários esportivos, até pelo entendimento do que é publicado nos jornais e do que aparece na TV. Vale a pena ressaltar, que porcentagens aparecem em todas as profissões. Isso é claro para aquelas profissões que são baseadas nas ciências exatas. Mas, elas estão presentes na medicina, na enfermagem, no direito, na sociologia e nas ciências sociais em geral. E também é claro, que porcentagens fazem parte do dia a dia do comércio e da indústria. A ferramenta "porcentagens", é uma ferramenta matemática essencial para nossa vida diária. Precisamos dela para entender o noticiário, para discutir no sindicato,

para debater sobre resultados esportivos, para fazer projetos de novos negócios, para entender quanto devemos pagar de imposto ao governo, para decidir em quantas prestações iremos fazer uma compra (de um carro, de uma casa, ou mesmo de uma simples camisa), para decidir se vamos, ou não fazer um determinado empréstimo. Assim, porcentagens nos acompanham sempre, ao longo de toda nossa vida e estão presentes até nos nossos relacionamentos e na luta por nossos direitos.

## **TABELAS E GRÁFICOS**

É comum o uso de tabelas, com dados de algumas variáveis, ao longo do tempo. Por exemplo, uma tabela em que as colunas apresentam dados de alguns anos e as linhas os dados das variáveis que se pretende estudar, ou apresentar para efeitos de uma demonstração, ou ilustrar para o leitor de uma forma cabal o que vem acontecendo com a evolução daquelas variáveis. Por exemplo, apresentam-se preços de vários produtos em três anos para ilustrar como o preço de alguns deles evoluíram de forma mais drástica, do que os outros, ou para apresentar os resultados obtidos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes - PISA, na área de matemática, para alguns países, ao longo dos últimos quatro anos, ou para apresentar a evolução da renda dos trabalhadores em alguns países, ao longo do tempo. Geralmente, os estudos econômicos e sociológicos produzem tabelas de dados, que são usadas para que se estude a evolução das variáveis observadas. Por exemplo, uma tabela pode apresentar a tendência do eleitorado em votar em determinados candidatos, sendo os dados apresentados por sexo, idade, salário, e local de moradia. As conclusões são, então, tiradas a partir do exame e da aplicação de testes estatísticos aos dados da tabela. Mas, o importante é observar, que apesar do nível de conhecimento que tenhamos atingido, é sempre necessário ser capaz de observar uma tabela simples e tirar dela as nossas próprias conclusões.

Os jornalistas e autores preferem explicitar o resultado de sua apreciação de tabelas, usando gráficos. Por exemplo, podemos encontrar, em um jornal, um gráfico que apresenta três colunas, cada uma representando um ano, e cujas alturas representam, por exemplo, o PIB do nosso país, ou em uma reunião no sindicato, podem nos apresentar uma tabela, também de três colunas, cada uma representando um ano, cujas alturas representam o valor médio do salário dos associados, corrigido pelo valor do dólar. Com isso, os trabalhadores presentes vão ter uma ideia clara de como o seu salário evoluiu ao longo dos últimos três anos. Este é um ano eleitoral e, brevemente, os meios de comunicação, escritos, televisivos, etc., estarão exibindo gráficos, mostrando a evolução da preferência popular pelos vários candidatos, resultados obtidos, a partir de pesquisas eleitorais. O uso de tabelas e gráficos é essencial para transmitir, de forma inquestionável, determinados pontos de vista. Tabelas e gráficos, quando tratam de assuntos de interesse da comunidade, acabam por provocar discursões e debates, muitas vezes acalorados, em torno dos resultados apresentados.

## **PROBABILIDADES**

A julgar pelo número de loterias oficiais existentes, o brasileiro gosta muito de jogar. Mas, qual a possibilidade de que uma determinada pessoa venha a ganhar uma loteria? Este é um assunto elementar de matemática, que quase não é visto na escola. Portanto, poucas pessoas sabem do que realmente se trata. A probabilidade básica obtém-se quando uma pessoa joga uma moeda e aposta se vai dar cara ou coroa. Nesse caso, a probabilidade de obtermos cara será de 50%, a de obtermos coroa também de 50%. Em geral, para

obtermos a probabilidade de um evento devemos tomar uma fração em que o numerador é um e o denominador é o número de possibilidade que o jogo possibilita. Assim, se estamos fazendo um sorteio, uma rifa, por exemplo, com 100 números, cada concorrente tem a probabilidade de ganhar de  $1/100$ , ou seja,  $0,01$ . Em uma loteria em que estão concorrendo 1.000.000 de números, cada cartela tem a probabilidade de ganhar de apenas  $1/1.000.000$ , ou seja,  $0,000001$ . A teoria das probabilidades é um assunto matemático muito ligado à Estatística e que apresenta resultados, às vezes, surpreendentes. Ela é à base de atuação dos cassinos e dos jogos legais, que através de seus cálculos estabelecem regras tais, que mesmo que sempre haja um ganhador, o dono do jogo ganha sempre e muito bem.

## GEOMETRIA

A geometria é um assunto que, naturalmente, é mais bem entendido, levando-se em conta a dimensão onde se está trabalhando. A primeira dimensão a considerar, a dimensão 1, trata apenas da geometria da reta. Ali, deve-se estabelecer um comprimento padrão que se denomina unidade de comprimento, relativamente, as quais as medidas de qualquer intervalo da reta serão consideradas. Se você já trabalhou com uma trena, sabe que podemos obter a medida da união de dois segmentos, apenas, somando as suas medidas. Você pode fazer a diferença entre as medidas de dois segmentos. No caso de dimensão dois, a geometria fica muito mais rica. Passamos a ter figuras planas muito conhecidas, o triângulo, o retângulo, o quadrado, o círculo, etc. Se você já comprou um terreno e o registrou, teve com certeza de estabelecer com precisão a sua área. A área básica, em geometria, é a de um quadrado cujo lado é a unidade de medida linear que se está adotando, geralmente, o metro. A área de um terreno é então expressa em metros quadrados. Assim, um terreno de 200 metros quadrados, significa um terreno cuja área é igual a área de duzentos quadrados de um metro de lado. No estudo da geometria plana, aprende-se a calcular a área de várias figuras planas usando, apenas, as medidas dos seus lados e alguns de seus ângulos. A geometria plana é largamente utilizada na construção civil por engenheiros, mestres de obras, pedreiros, carpinteiros, etc. Alguns conceitos da geometria plana são bastante importantes, por exemplo, o conceito de retas paralelas, de retas perpendiculares, de diagonal, de ângulo, etc. Estes conceitos fazem parte de nosso dia a dia. Nossas casas e apartamentos são construídos de modo que os ângulos entre as paredes sejam retos. Isto facilita a colocação de piso e de placas de gesso, e a acomodação dos móveis. Quando ocorre que algum de tais ângulos não é reto, cria-se, geralmente, um problema para a colocação de móveis, para a decoração, e etc. Se olharmos de cima para a cidade de Fortaleza, vai ver que a maioria das ruas são paralelas umas às outras e que as ruas que se cortam, o fazem segundo ângulos retos. Podemos cobrir um plano por dois feixes de retas paralelas, os quais são perpendiculares um ao outro. Essa é a base para o estabelecimento de coordenadas no plano. Tomamos duas retas perpendiculares com eixos básicos. Cada ponto do plano é então associada um par de números  $(x,y)$ , onde  $x$  representa a distância a um eixo e  $y$  a distância ao outro eixo. Tais coordenadas são denominadas coordenadas cartesianas do plano. Elas foram pela primeira vez introduzida por Rene Descartes. Descartes observou que se usando tais coordenadas, era possível traduzir qualquer equação ou desigualdade em duas variáveis  $x$  e  $y$ , em um local geométrico no plano. Inversamente, ele observou que os locais geométricos do plano podem ser representados por equações ou desigualdades em duas variáveis. Isso permitiu que Descartes algebrizasse a geometria plana, traduzindo os teoremas geométricos em proposições algébricas envolvendo duas variáveis. Inversamente, ele mostrou que alguns problemas algébricos poderiam ser resolvidos por métodos geométricos. É claro não ser necessário chegar ao nível de conhecimento de Descartes para ser um cidadão, mas a ideia da geometria analítica e seu uso para o desenho de gráficos fazem parte do conhecimento básico que todos nós devemos ter.

## A LÓGICA

O estudo da matemática leva-nos, naturalmente, ao raciocínio lógico. Esse, por sua vez, é de uso corrente e aparece a cada momento em nossa vida, mesmo em situações em que seja difícil identificar qualquer correlação com a matemática. A maneira mais prática de ver como a lógica funciona por meio do uso de diagramas da Teoria dos Conjuntos. Por exemplo, tomemos um círculo que represente o universo dos políticos brasileiros, ou seja, cada ponto representa um político brasileiro. Desenhemos, agora, outro círculo e concordemos que cada ponto de dentro desse círculo representa um corrupto. A região de intersecção dos dois círculos representa, agora, os políticos que são corruptos. Haverá uma região que representa os políticos não corruptos e outra que representa os corruptos que não são políticos. Digamos que um partido seja representado por um terceiro círculo. Como os membros do partido são todos políticos, então, tal círculo deverá ser desenhado dentro do círculo dos políticos.

## USOS DA MATEMÁTICA ATRAVÉS DA TECNOLOGIA

Mesmo para uma pessoa que não frequentou a escola, que é totalmente ignorante a respeito de números, frações, porcentagens, etc., por viver no nosso mundo moderno, certamente, utilizarão eletricidade, um telefone celular, uma televisão, algum meio de transporte, uma geladeira, etc. Tais equipamentos, no grau de desenvolvimento atual, existem pelo uso de ciência de ponta, e, particularmente pelo uso de matemática bastante avançada. Assim sendo, mesmo não dominando a matemática em qualquer nível, será um usuário da matemática através de tais equipamentos. Agora, imagine que você tenha algum conhecimento matemático, embora deteste essa ciência. Você será também um usuário de tais equipamentos e, portanto, um usuário de matemática de alto nível. Concluo dizendo, que todos nós somos usuários da matemática, e com um pouco de esforço, podemos nos tornar excelentes usuários por dominar os conceitos básicos dessa ciência, sobre os quais lhe falei hoje.



# **PARTE II**

## **AFETOS E SUBJETIVIDADE SOB O OLHAR DA CIÊNCIA**



## CONQUISTAS E DESAFIOS: o que o Colégio de Estudos Avançados- CEA, nos ensinou

Irlena Maria Malheiros da Costa<sup>20</sup>

Luís Silva Barros<sup>21</sup>

### INTRODUÇÃO

A intenção deste capítulo é relatar nossa experiência de trabalho no Colégio de Estudos Avançado da Universidade Federal do Ceará - CEA-UFC, respondendo à necessidade de refletir sobre o significado desse tipo de instituição em uma universidade brasileira. Entendendo que estudos avançados pressupõem uma ênfase e uma valorização das pesquisas científicas de ponta, tanto nacionais quanto internacionais. Como colocar, em prática, esse desafio? Essa pergunta percorreu nosso cotidiano ao longo desses quatro anos de história.

O início desse processo foi convencer que o CEA era uma boa ideia. Passada essa etapa, o "como fazer" tomou novas proporções e tem sido um problema cada vez menos desafiador à medida que o fazemos. Logicamente, instituições embrionárias são desafiadas, especialmente, por seus poucos recursos, afinal, ninguém nasce grande. As muitas ideias passavam pelos diversos filtros da realidade, e outras questões foram surgindo: como desenvolver pesquisas científicas de ponta, promovendo também interdisciplinaridade e internacionalização? A resposta para essa pergunta será fornecida por meio de um olhar introspectivo do nosso trabalho realizado no CEA-UFC. Acreditamos que esse olhar seja essencial para o planejamento e execução de seus próximos passos.

Sabemos que os frutos desse trabalho estão disponíveis publicamente e de certa forma, falam por si. Entretanto, nosso objetivo é detalhar como chegamos até aqui, como todo nosso trabalho, ao longo dos anos, possibilitou a entrega de tais produtos. Vale ressaltar, também, que as seções abaixo foram escritas, a partir da visão e memória de dois pesquisadores-colaboradores do CEA-UFC: Irlena Maria Malheiros da Costa, pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC - PPGS-UFC, entre 2018 e 2021, e Luís Silva Barros, que atuou como professor visitante no PPGS – UFC, desde a fundação do colégio até 2019 e também na condição de pós-doutorando, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil (POSDEHA - UFC), no período de 2019 a 2021.

Enquanto instituição jovem, pulsante e, até então, pioneira no Estado, o CEA-UFC desenvolveu suas atividades nesses quatro anos, tendo grandes horizontes, mas também grandes limitações. Entre conquistas e desafios, trazemos, aqui, uma narrativa resumida dos nossos passos, com o objetivo de deixar registrado esse importante processo e fornecer subsídios para seus caminhos futuros.

### MUITAS IDEIAS, POUCOS RECURSOS E A QUESTÃO DA IDENTIDADE

Até onde sabemos, o CEA foi e continua sendo um experimento pioneiro no estado de Ceará. Seu status, na Universidade, foi adquirido mais por meio de um capital social e simbólico, do que por uma prerrogativa institucional. A ausência de recursos para a criação de um instituto ligado, diretamente à reitoria, exigiu dos membros do colégio certo

---

20 Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora-colaboradora do Colégio de Estudos Avançados no período de 2018-2021.

21 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisador-colaborador do Colégio de Estudos Avançados no período de 2017-2021.

"malabarismo", na concepção e realização de atividades condizentes com as propostas de interdisciplinaridade e de internacionalização previstas no estatuto da instituição.

Esse "malabarismo" consistiu, primeiramente, em um esforço identitário por parte dos membros, para estabelecer o lugar da nova instituição dentro da estrutura universitária. Nesse processo, definimos, claramente, que o CEA é uma instituição de altos estudos, focada na promoção da interdisciplinaridade por meio da articulação dos diversos centros de produção científica da universidade, assim como uma instituição voltada para a articulação de interesses com outros centros de pesquisa fora do País (ou seja, a internacionalização). Do mesmo modo, decidimos que o CEA não seria uma espécie de seara da ciência voltado para o ensino médio ou o ensino de graduação, tampouco seria um órgão de extensão.

Trabalhando de forma autônoma, o CEA desenvolveu uma série de atividades para estabelecer uma presença na UFC. Primeiramente, garantiu um corpo de pesquisadores, por meio de contratação de professores visitantes, vinculados a um Programa de Pós-Graduação da Universidade. Adicionalmente, propomos uma cátedra que garantisse recursos, para que um pesquisador pudesse divulgar seu trabalho, em uma linha interdisciplinar de pesquisa, por meio de palestras, aulas e congressos.

A fim de promover sua proposta de divulgador do que há de mais avançado em pesquisa realizada na UFC, o CEA produziu no canal de YouTube o programa *Conversa com Cientistas*, desenvolvido em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social & Marketing Institucional da UFC, *Conversa com Cientistas* trouxe depoimentos de seis grandes especialistas, referências em suas áreas de atuação, sobre sua trajetória de vida e pesquisas desenvolvidas em suas respectivas expertises.

Entretanto, a alma do CEA, em seus primeiros anos, foi a organização de painéis interdisciplinares sobre um tema comum às duas áreas distintas do conhecimento humano. A proposta era promover a interdisciplinaridade sobre assuntos considerados de grande relevância social, tendo como articuladores especialistas de suas respectivas áreas de atuação. Esse processo acabou proporcionando ao público um debate interdisciplinar de alto nível acadêmico, ainda mais enriquecedor do que o monólogo disciplinar característico do ambiente de sala de aula.

Na frente da internacionalização, o CEA participou da 5ª Conferência do *University-Based Institutes of Advanced Studies* - UBIAS, 2018, que reuniu diversos institutos de estudos avançados para discutir parcerias e propostas de integração internacional. O CEA pôde se apresentar na categoria de "instituto incipiente" e coletou informações sobre a integração na rede do UBIAS e sobre o formato institucional adotado por diversas universidades, para garantir o crescimento e a expansão dos institutos. Posteriormente, já no final do ano, tivemos a oportunidade de organizar, a conferência "Epistemologias do Sul e a Defesa da Universidade", proferida pelo Prof. Dr. Boaventura de Sousa Santos, uma das grandes referências internacionais na área de estudos sobre o sul global.

O ano de 2020 foi marcado pela conquista, no contexto de internacionalização ao vencermos um edital de contratação de um professor visitante sênior estrangeiro. O Prof. Dr. Roberto Briceño-León, com seu currículo bastante respeitado pela comunidade acadêmica, é natural da Venezuela e um dos maiores especialistas em pesquisas relativas às áreas de violência e saúde. Ligado, diretamente, ao programa de pós-graduação, um dos principais parceiros do CEA, nesses quatro anos, Briceño-León trouxe contribuições fundamentais para o desenvolvimento, tanto no PPGS quanto no CEA. Entendemos que a presença de um pesquisador sênior pode abrir as portas para a criação de uma futura cátedra.

Sabemos que a internacionalização, ainda, é incipiente e seus desafios são muitos. Mas, acreditamos que ao longo dos anos vindouros, eles devem ser enfrentados para que a própria UFC alcance, cada vez mais, novos patamares de excelência internacional.

No âmbito local, pudemos desenvolver atividades com mais facilidade. Organizamos, por exemplo, a conferência intitulada: *“Para que servem as ciências inúteis: resposta a uma pergunta impertinente”*, proferida pelo Prof. Dr. Tarcísio Pequeno, a qual foi bastante elogiada. Outro momento marcante foi a mesa-redonda, ocorrida em 2019, com as renomadas professoras e escritoras Ana Miranda e Ângela Gutiérrez, que dialogaram sobre a literatura como espaço de pensar e produzir realidades individuais e coletivas.

Outro trabalho de alta relevância realizada pelo CEA, foi a aproximação dos saberes médicos e das humanidades, seja com o Dia D, no qual Carlos Drummond de Andrade (2019) foi homenageado por especialistas da medicina e da literatura, bem como na série de palestras do programa Humanidades Médicas (2020, duas temporadas). Acreditamos que o CEA conseguiu articular aproximação interdisciplinar, que poderão trazer impacto positivo, na formação de profissionais graduados, mestres e doutores capazes de pensar para além dos conteúdos discutidos, em suas grades curriculares, e, conseqüentemente, transformações positivas em suas respectivas áreas de atuação.

Outro momento interessante na história do CEA foi a abertura do concurso para projetos do programa de internacionalização pela CAPES, o CAPES-Print. A UFC, ao garantir sua participação, conseguiu desenvolver projetos interdisciplinares para realizar pesquisas de ponta nos cursos de pós-graduação de nível 6 e 7 na avaliação da CAPES. A proposta visava fornecer recursos para que os vencedores pudessem realizar ou fortalecer parcerias internacionais de colaboração científica, no âmbito da pesquisa e ensino da pós-graduação. O CEA propôs-se a ser um agregador de todos os projetos, realizando um convite para seus cientistas-coordenadores apresentarem uma fala sobre a pesquisa a ser feita. Entretanto, por causa da Pandemia do Covid-19, esse congresso só foi possível de ser realizado, em 2021, via plataforma online.

A proposta do CAPES-Print, possibilitou uma parceria entre o Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Departamento de Ciências Sociais da UFC, com o Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, do Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental da mesma Universidade. Esse é um exemplo prático de como a atuação do CEA, em promover a interdisciplinaridade, impacta no desenvolvimento de parcerias e estudos científicos avançados.

Podemos dizer, que nestes primeiros quatro anos, promover a interdisciplinaridade de pesquisas de ponta foi nossa principal conquista, aproximando disciplinas como física, matemática, arquitetura, sociologia, psicologia, engenharia, medicina, promovendo discussões que nunca poderiam ocorrer fora desse espaço. Trabalhamos também pelo bem-estar das pessoas que fazem a UFC, discutindo assuntos pertinentes e demandados pela própria comunidade universitária a exemplo, depressão, felicidade e mal-estar na Universidade.

Por outro lado, os poucos recursos limitaram nossas ações de forma que muitas ideias acabaram não se concretizando, especialmente, (mas não somente), aquelas que demandariam recursos financeiros. Como exemplo disso, podemos elencar: 1) O estabelecimento de uma cátedra específica para o CEA; 2) O convite de pesquisadores de renome nacional e internacional para UFC; 3) A publicação de manuscritos produzidos a partir de atividades realizadas pelo CEA; 4) A divulgação do trabalho nas mais diversas mídias; 5) A comemoração dos 400 anos do estado do Ceará; 6) A homenagem a grandes pesquisadores nacionais e internacionais; 7) A compilação de dados de todos os pesquisadores visitantes, lotados nos grupos de pesquisa da UFC.

Sabemos que as questões relativas aos contextos de crise econômica, política e sanitária, em termos locais, nacionais e internacionais, influenciaram decisivamente nessas dificuldades. Por outro lado, nos próximos anos, o CEA poderá continuar seu trabalho já realizado, de forma a melhorá-lo, aprofundá-lo e ampliá-lo, assim como produzir novos caminhos que coloquem o CEA entre as principais instituições de estudos avançados do País. Entendemos, que se sua missão é colocada como um norte, essas limitações não impediram e não impedirão o CEA de realizar um trabalho primoroso de promoção no que há de mais avançado na ciência internacional.

## O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ATUAÇÃO DO CEA

A Pandemia de Covid-19 mudou o comportamento do mundo inteiro, trazendo medos, incertezas e desafios nos mais diversos âmbitos da vida humana. No CEA, não foi diferente. Naquela altura foi preciso reestruturar toda a dinâmica de trabalho e rever todo o planejamento feito para o ano de 2020. Tudo, desde as reuniões semanais até as atividades públicas, passou a ser virtual. Isso, também transformou os produtos desenvolvidos pelo CEA. Desses, podemos destacar três: uma série de *lives* intitulada "*Grandes Temas Avançados*", o Ciclo de Debates "*Pandemia e Violência*" e uma série de *Podcasts*.

Após a reorganização de trabalho do CEA, respeitando os protocolos de segurança sanitária indicada pelos órgãos competentes, em março de 2020, colocamos em prática uma versão do que antes chamamos de painéis interdisciplinares. Desenvolvemos a série de *lives* intitulada "*Grandes Temas Avançados*". *Live 1* – "Indicadores epidemiológicos e modelos de predição no enfrentamento da epidemia de covid-19: a experiência do Ceará"; *Live 2* – "Desafios pedagógicos em tempos de pandemia"; *Live 3* – "Covid 19: a cultura da enfermidade e os riscos da liberdade"; e, *Live 4* – "O que as eleições de 2020 anunciam? Atores e enredos". Essa experiência trouxe novas formas de pensar e discutir a ciência, assim como possibilitar a maior publicização dos temas. Além disso, nós, como equipe CEA, precisamos aprender a utilizar novas plataformas para alcançar nossos objetivos.

Já o ciclo de debates *Pandemia e Violência*, foram realizados em parceria com o Laboratório de Estudos da Violência - LEV-UFC, e teve como objetivo desenvolver uma série de debates entre os mais diversos atores da área de violência, de segurança pública e de direitos humanos, focando em questões relacionadas ao contexto da crescente violência vivenciada, no Brasil, e agravada em virtude da Pandemia de Covid-19. De caráter semanal, foram organizadas 18 sessões que ocorreram ao longo de 2020, com a participação de especialistas na área.

Por fim, os *podcasts* concretizaram o nosso objetivo de ampliar o acesso das pessoas ao conhecimento científico de forma objetiva, sem perder a profundidade. Para tanto, criamos o canal do CEA em uma plataforma de *podcasts* e convidamos intelectuais dos mais diversos temas contemporâneos. Foram 15 episódios, em formato de áudio, que variaram de cinco a dez minutos de duração cada, sendo o episódio 1 – Desafios pedagógicos em tempos de pandemia; episódio 2 - Desafios pedagógicos em tempos de pandemia; episódio 3 – Centenário de Clarice Lispector; episódio 4 - Desafios pedagógicos em tempos de pandemia; episódio 5 – Desenvolvimento Sexual Infantil: prejuízos trazidos pela violência sexual; episódio 6 – Desenvolvimento Sexual Infantil; episódio 7 – Filme, "*Preciosa: uma história de esperança*"; episódio 8 – Desenvolvimento Sexual Infantil: proteção contra as violências sexuais; episódio 9 – Universidade, Pesquisa e Pandemia; episódio 10 – Quino e sua personagem Mafalda; episódio 11 - Universidade, Pesquisa e Pandemia; episódio 12 – Dilemas e Desafios da Vida Urbana em Fortaleza; episódio 13 - Dilemas e Desafios da Vida Urbana em Fortaleza.

## O QUE APRENDEMOS NESSES QUATRO ANOS

Nossa intenção foi utilizar essa seção, para relatar da forma mais objetiva e direta, o trabalho realizado no CEA. Esperamos que o leitor venha a ter uma maior apreciação sobre o que foi possível fazer, dadas às condições que se apresentaram ao longo dos quatro anos de existência do Colégio.

Dos anos de formação, aprendemos que a realização de práticas interdisciplinares ainda requer um esforço monumental e, dificilmente, seria concretizada sem uma instituição coordenadora. O CEA, com todas as dificuldades, conseguiu desempenhar esse papel coordenador no que diz respeito à divulgação da interdisciplinaridade para o público universitário. Além disso, o CEA deu seus primeiros passos em direção a uma internacionalização mais abrangente, contratando professores estrangeiros, organizando conferência com nomes internacionais e buscando divulgar parcerias internacionais.

Com a pandemia, demos continuidade a esses esforços por outros meios, valendo-nos de recursos digitais capazes de alcançar um público maior. Acreditamos que essa tendência seguirá após a crise sanitária, o que representa uma oportunidade de unir pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, tanto da UFC quanto de outras universidades.

Trabalhar no CEA foi uma fonte de imenso orgulho e acreditamos que o trabalho feito nesses anos, será uma fundação para projetos ainda mais ambiciosos, que levarão a UFC a um patamar, cada vez mais, respeitado internacionalmente.

## O QUE O CAMPO INTELECTUAL PODE FAZER PARA LIDAR COM O MAL-ESTAR NA CRISE?

Paulo Henrique Martins<sup>22</sup>

### MAL-ESTAR NOS TEMPOS DO ANTIMODERNO

A crise econômica, política e moral, que vive o Brasil há alguns anos, vem se ampliando com os impactos da Covid 19, na saúde da população e no aumento da desigualdade social, do desemprego e da exclusão social. Ou seja, a pandemia vem agravando os problemas estruturais de um país, que exalta o sucesso financeiro do agronegócio e das finanças, mas que assiste ao crescimento assustador do desemprego, da falência dos pequenos negócios e do desaparecimento das políticas de cidadania e inclusão social. A economia brasileira revela as dificuldades de se conciliar crescimento econômico, beneficiando alguns setores empresariais, sobretudo, ligados ao capitalismo internacionalizado, distribuição de renda e políticas de integração social.

Diga-se de passagem, que Lula e o PT até tentaram reverter esta equação, mas foram sabotados pelos grupos de interesse situados à direita do espectro político, e que ficaram incomodados com as perspectivas de sucesso de um programa neodesenvolvimentista sustentado por uma aliança de centro-esquerda. Os sinais de ingovernabilidade que o Brasil vem apresentando há algum tempo, se aceleraram com a ascensão da direita populista liderada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, e que vem ameaçando as garantias constitucionais. Tais sinais, também, se tornam visíveis pelos desencontros políticos, administrativos e técnicos, e pela incapacidade das instâncias administrativas e jurídicas do Estado brasileiro para planejar e executar programas sanitários, capazes de neutralizar os impactos destrutivos do Covid 19 sobre a saúde da população. Assim, se por um lado, o contexto mundial revela sinais muito preocupantes devido à amplitude da pandemia, por outro, o quadro brasileiro é, particularmente, assustador devido a esta desgovernança que tem como primeiro responsável o governo populista de direita e negacionista de Bolsonaro, que vem contribuindo para ampliar a mortandade no país. O desgoverno atingiu as instituições, em geral, e vem se alastrando no campo das subjetividades coletivas e individuais, gerando uma agonia que parece não ter fim pela ausência de certezas sobre o fim da crise e da pandemia.

A situação revela o quadro de mal-estar e de processos depressivos que já tinham sido antecipadas por S. Freud (2010), ao relatar as experiências de sofrimento que o sistema psíquico, impõe, necessariamente, a nossas ambições de felicidade e de bem-estar civilizacional. O contexto do sofrimento no Brasil é particularmente dramático, devido a vários fatores, como: incapacidade dos governantes de pensar as saídas da crise fora do modelo neoliberal, aumento do número de desempregos atingindo milhões de famílias que não têm renda fixa, ou fontes de sustentação alimentar, multiplicação das ações predatórias de desmatamento e destruição do meio ambiente, como, igualmente, desindustrialização, crescimento da violência e do medo.

A maioria dos brasileiros está muito sensível às perspectivas angustiantes desses tempos de incertezas, embora não consiga traduzir este mal-estar numa prática política consequente, voltada para fortalecer políticas públicas abrangentes e participativas. Ficar sem emprego e perder a dignidade, assistir o desamparo dos familiares, vizinhos e amigos, ou o abandono crescente das populações vulneráveis atingidas pela fome e pela pandemia, gera experiências dramáticas. O mal-estar não se traduz, necessariamente, e de imediato,

<sup>22</sup> Professor titular de sociologia da UFPE.

em depressão coletiva e/ou individual. Antes de chegar nesse nível, há vivências intermediárias dolorosas de angústias, receios, ansiedades, melancolias e abandonos, que podem, eventualmente, se transformar em transtornos graves de humor e de perda de sentido de viver. Mas, as dificuldades de se visualizar saídas em médio prazo para a maioria dos indivíduos, contribuem claro, para ampliar este quadro clínico.

Esse mal-estar vem sendo objeto de ampla discussão na mídia, embora, reconheçamos, as perspectivas de superação da insegurança ontológica tende a aumentar, à medida que se observa a deterioração das instituições democráticas. Ser brasileiro, hoje, é fonte de tristeza e preocupação e, também, de raiva e ressentimento. O fato, é que o desaparecimento da utopia do progresso histórico está achatando de modo preocupante às perspectivas de vida dos indivíduos, comprometendo a capacidade de sonhar (RIBEIRO, 2019), agravando este clima sombrio do cotidiano. A perda de referência com relação a um futuro de bem-estar social generalizado, que era uma promessa da modernidade, é agravada pelo ceticismo com relação à ciência e com relação à importância de uma crítica cultural voltada para a emancipação de programas plurais e participativos.

## **EMERGÊNCIA DO ANTI-INTELECTUALISMO**

O anti-intelectualismo é um tema que vem emergindo, ultimamente, na onda das crenças fascistas e fundamentalistas, revelando práticas negacionistas que se justificam pela ignorância, mas, também, por sentimentos conservadores ligados à valorização de uma ordem patriarcal e protetora, que nega a diferença e a diversidade. Ele emerge nesse clima em que as forças conservadoras e obscurantistas, contestam as perspectivas de uma atividade intelectual reflexiva e que marca a história do humanismo científico, desde que se fundaram as universidades modernas. Do ponto de vista filosófico, poderíamos dizer que esse anti-intelectualismo é um bloqueio à potência imaginativa do sujeito na organização de seu mundo imediato, uma resistência ao "instante criativo" (BACHELARD, 1985) do humano na construção de sua experiência de liberdade poética e científica.

O anti-intelectualismo é antigo na história da humanidade e, de modo geral, revela o embate entre ciência e religião. Mas, no contexto atual de declínio da modernidade ocidental (GIDDENS, 1991; BAUMAN, 1998), ele revela um antimodernismo que está conectado com os interesses neoliberais e com os avanços da inteligência artificial. Esse movimento antimoderno, expõe a perda dos pressupostos éticos que inspiravam o pensar o mundo, pela perspectiva do humano que foi forjado na ética grego-cristã, e que supunha um equilíbrio sistêmico, inspirando as comunidades humanas dentro de um universo cósmico fixo e inesgotável. No momento atual, a onda negacionista se rebela contra a ciência, contra a democracia, o pluralismo e contra os limites ecológicos na busca de uma realidade conservadora, que apenas existe no plano ficcional.

Essa não é uma experiência limitada a países nos quais as forças populistas de direita venceram nesta segunda década, as eleições presidenciais como: o Brasil, a Hungria e os Estados Unidos. Ele aparece, sobretudo, como um processo mais geral, que atinge em maior ou menor grau, todas as sociedades no centro e na periferia do sistema mundial, testemunhando, em última instância, a crise de um programa de imaginação da civilização que não tem mais sustentabilidade no contexto de crise ambiental e climática da era do antropoceno (DANOWSKI E VIVEIROS DE CASTRO, 2014; LATOUR, 2020).

Há várias razões que explicam a emergência destes processos ideológicos reacionários, que namoram o fascismo. Entre essas razões, vale lembrar, a extrema desigualdade de riquezas materiais, que foram apropriadas por uma elite cada vez mais fechada no seu círculo de convivência e que aliena o humano pelo excesso, ou pela falta de respostas a um

consumismo irrefreável que transforma as pessoas em mercadorias (BAUMAN, 2007); ou então, por uma paixão auto consumptiva, como sugere R. Sennett (2006, p. 139), pela qual o indivíduo vive a fantasia utilitária e a potência da máquina. A representação do projeto de vida como consumo ilimitado é uma alienação que rompe as utopias da modernidade, estimulando uma cultura de poder autoritária que banaliza a violência e a miséria social, virando as costas para as difíceis condições de vida dos precarizados e abandonados.

"A nova elite oligárquica, não se move mais pela ambição da riqueza como resultado do crescimento da sociedade industrial e dos valores do trabalho produtivo. Ela se volta, agora, para a vida supérflua em que os indivíduos valem, primeiramente, como consumidores antes de serem produtores" (BAUMAN, 2007, p. 160). Suas emoções são irrigadas pelo racismo e pelo ódio aos que contestam o desejo de onipotência e que acenam com um ideal de humano, baseado na distribuição de renda, na justiça social e na solidariedade democrática. Por isso, esses indivíduos não se interessam por políticas de correção das injustiças sociais e econômicas, que eram parcialmente enfrentadas pelas políticas públicas inspiradas no ideal do estado do bem-estar social.

O aparelho estatal é visto como fim e não como solução política, para forjar pactos entre o capital e o trabalho como aconteceu, anteriormente, na época de hegemonia do capitalismo industrial entre os séculos XIX e XX. Tais rupturas no imaginário histórico moderno colocam problemas importantes para o intelectual, que pensa a sociedade como libertação do humano. Se ele, ainda, tinha a pretensão de aparecer como legislador num mundo voltado para a expansão material, agora ele é obrigado a se assumir como intérprete da cultura (BAUMAN, 2010). Para sobreviver, é obrigado a reorganizar sua imaginação e sua experiência, abandonando qualquer ambição de controle sobre a realidade externa. Diz T. Ingold (2019, p. 15), "as questões em jogo, vão além daquelas a respeito de como podemos conhecer o mundo. Fundamentalmente, elas são questões sobre como pode haver um mundo a ser conhecido". E para isso, é necessário "levar os outros a sério".

O caso da modernidade ocidental, que conhecíamos como observadores e legisladores são testemunhados pela formação de uma nova oligarquia econômica transnacional, revelando os horizontes do humanismo que inspirou os movimentos científicos, literários e artísticos. Logo, o humanismo cientificista que legitimou a função pública como base da organização das políticas sociais, culturais e econômicas, nestes dois séculos de organização dos Estados Nacionais, também está declinando. Os excessos de afetos negativos, germinados no individualismo consumista que tal humanismo ajudou a emancipar está, mesmo que, involuntariamente, contribuindo para expandir a capacidade depredadora dos agentes da colonização e do desenvolvimento. Assim, percebe-se a falência de um modelo de produção de conhecimentos humanistas, que vem perdendo sentido no turbilhão do poder do consumo e da ruptura entre ética e finalidades históricas.

A separação entre cultura e natureza, contribuiu para gerar o egocentrismo moderno e a ambição de crescimento sem limites, como o esclareceu I. Illich (1976), a qual é agora radicalizada pela lógica especulativa das novas elites oligárquicas. O antimoderno das novas forças populistas constitui um desdobramento lógico de uma organização territorial de base cartesiana, que dividiu o mundo entre razão e natureza, entre cognição e afetos, gerando uma esquizofrenia cultural, que se revela nas novas patologias contemporâneas e que é acelerada pelo culto a novas tecnologias de controle social e cultural. O anti-humanismo dessas elites é, radicalmente, autocentrado e se volta contra o mesmo mundo do trabalho que ela ajudou a emancipar, quando da emergência do capitalismo industrial que inspirou o marxismo.

Ou seja, o próprio humanismo científico que se inspirou numa representação egocêntrica, heroica e romântica do humano, é a fonte que gerou o anti-humanismo que levou à

antimodernidade. Nessa perspectiva, a crítica anti-intelectual ao humanismo científico, ganha adeptos, pelo fato de que as ciências humanas se apoiam, ainda, numa representação do vivente que está desaparecendo sob os fragmentos da modernidade, a saber, uma representação egocêntrica que não responde aos desafios holísticos da sobrevivência humana. Nesse sentido, precisamos repensar as representações do humano, a partir da complexidade imposta pela sociedade cosmopolita globalizada, que exige se incluir o estranho, inclusive, no plano da vida comunitária local. E, também, para entender como o crescimento da desigualdade e da discriminação vem gerando hordas de estranhos que não se miram mais na sociedade do trabalho e do mérito (SANDEL, 2020), mas na busca de líderes salvacionistas que flertam com o fascismo.

## O MAL-ESTAR ENTRE ESTRANHOS E PRÓXIMOS

Na introdução de seu livro "O mal-estar da pós-modernidade", Z. Bauman (1999) procura explicar os deslocamentos da ideia de mal-estar entre o moderno e o pós-moderno. O autor explora um ditado, que segundo ele, estaria presente na reflexão de Freud, a saber, quando se ganha alguma coisa, habitualmente, se perde outra coisa. Para Bauman (1999), a perspectiva do mal-estar na civilização encobre três valores da modernidade, a beleza, a pureza e a ordem, que estariam subjacentes no processo de disciplina dos seres humanos em sociedade, impondo grandes sacrifícios à sexualidade e à agressividade do homem. A submissão do princípio do prazer ao princípio da realidade em Freud significaria, que "dentro de uma civilização que escolheu limitar a liberdade em nome da segurança, mais ordem significa mais mal-estar" (BAUMAN, 1998, p. 8 - 9)<sup>23</sup>.

No contexto que o sociólogo polonês chama de pós-moderno, teria havido, segundo ele, uma inversão das representações. No domínio do liberalismo expandido, a liberdade individual passou a ser a medida de todos os valores e das normas e resoluções supraindividuais. Diz ele: "A liberdade individual, outrora, uma responsabilidade e um problema para todos os edificadores da ordem, tornou-se o maior dos predicados e recursos na perpetuação do universo humano" (BAUMAN, op. cit., p. 9). Por outro lado, o aumento da procura do prazer e da felicidade como valor supremo da liberdade individual, gerou a diminuição da segurança individual e social, com o enfraquecimento das instituições intermediárias como sistemas familiares, de vizinhanças e comunitários tradicionais.

Um dos resultados desse processo de individualismo foi a emergência do estranho, como figura retórica e política, servindo como limite e possibilidade de transgressão<sup>24</sup>, radicalizando um fenômeno social, que se aprofundou historicamente com as migrações e os deslocamentos populacionais. A meta de valorizar o imaginário da liberdade individual radical coloca em pauta novas desordens que precisam ser reguladas. Toda sociedade produz seus estranhos para traçar seus mapas estéticos, cognitivos e morais (BAUMAN, op. cit., p. 27), mas a sociedade moderna teria multiplicado a estranheza, gerando duas saídas. "Uma é a do liberalismo, sugerindo que a diversidade produzida pelas diferenças culturais herdadas do provincialismo cultural, seria absorvida pelo universalismo da razão humana. A outra, a do racismo-nacionalista, sugere que a reconstrução cultural tem limites que ne-

<sup>23</sup> Na verdade, em Freud (1996) este mal-estar o levou a sistematizar uma teoria pulsional a partir da verificação clínica dos fenômenos do narcisismo e da repetição, que se abre para duas dimensões opostas e complementares: a pulsão de morte implicada com o desinvestimento, e a pulsão de vida, com o investimento na estrutura psíquica. Esta observação é relevante para demonstrar que a questão do mal-estar tanto se expressa no campo da clínica, e do indivíduo, como da vida social e institucional, e do coletivo, em geral.

<sup>24</sup> O tema do estranho tem sido considerado nos campos da psicanálise, da literatura e da sociologia. Freud (1969) abordou o tema num texto em que vê o estranho como repetição do diferente. Simmel (1999, p. 661) entende que o estrangeiro cria uma articulação ao grupo que implica simultaneamente uma exterioridade e um face a face. Os fatores de repulsão e de distanciamento criam uma forma de coexistência no grupo. A. Camus (1972) no seu romance "O Estrangeiro", define o estrangeiro-estranho por dois movimentos, a invisibilidade e o choque. Há variações do tema na sociologia quando se sai do entendimento do estrangeiro como referência geográfica e se entra no tema do normal x anormal, como vemos no tratamento que H. Becker (2008) dá aos indivíduos que não seguem as regras do considerado socialmente "normal".

nhum esforço pode transcender, pois certas pessoas jamais poderão ser convertidas e não podem se livrar de seus defeitos" (BAUMAN, op. cit., p. 29). Assim, a aniquilação cultural e física dos estranhos e do diferente, seria uma destruição criativa de mutilação e correção, pensam os populistas autoritários.

Essa reflexão é da maior atualidade para se entender a fragmentação do mundo contemporâneo. Mas, a denominação de pós-moderno como sugerido por Bauman (1998), parece-nos inadequada para explicar a normalização dos estados de exceção, que segundo Agamben (2004), deixou de ser um dispositivo provisório para situações de perigo, para aparecer como norma que coloca o cidadão como figura suspeita, normalizando, logo, as perspectivas da ilegalidade e do golpe permanente. Ou seja, o termo pós-moderno é inadequado para definir esses novos sistemas de poder, que significam ruptura com a ordem civilizatória moderna, e que disseminam processos complexos de fragmentação de instituições e de identidades. Com Zizek (2017, p. 8 - 9) podemos dizer, que "os tempos atuais inauguram um acontecimento, algo novo que solapa qualquer esquema estável, pois se situa numa brecha aberta pelos excessos das causas, antes, geradas pela modernidade".

Melhor dizer, então, que as duas tendências ideológicas presentes no processo da modernidade, no momento atual, a do liberalismo e a do racismo-nacionalista, se libertaram de quaisquer perspectivas de um racionalismo cultural e científico universalista. Tais tendências fomentam uma guerra de mundos, que reorganiza os antigos conflitos modernos de classes, a partir de preconceitos fundados em variáveis étnicas, nacionalistas e religiosas, envolvendo tanto nações, como populações dentro de uma mesma sociedade nacional, e que apenas se referem, parcialmente, à lógica binária moderna do capital e do trabalho. Por um lado, a utopia liberal se fundava na perspectiva de uma liberdade universal, que livraria todos os indivíduos com relação a memórias dos lugares e das comunidades de nascimento. Hoje, esse liberalismo está refluindo para um paroquialismo burguês, nutrido pela acumulação especulativa e pela paixão autoconsumista, que é acessível a uma parcela restrita da população.

Por outro lado, a utopia racista-nacionalista que tinha sido condenada pelas atrocidades do nazismo e do fascismo, se liberta do paroquialismo para aparecer como um valor cosmopolita, visto como condição para enfrentar os migrantes, os refugiados e todos aqueles estranhos, marcados por línguas, nacionalidades, etnias e religiões distintas das diversas comunidades de pertencimento defensivas. As populações abandonadas pelo liberalismo paroquial passaram a identificar nos movimentos racistas nacionalistas, a razão de existir num mundo incerto e caótico, comprometendo as perspectivas de um Estado Nacional republicano que seria responsável pela organização dos dispositivos representativos e participativos da democracia.

As incertezas do presente são geradas do ponto de vista moral, pela perda das referências comunitárias e familiares, que bem ou mal, asseguravam certa estabilidade existencial e social aos indivíduos, por um lado, e pelo apelo hipnótico do consumo, levando a sacrificar os laços primários de solidariedade e de lealdade, por outro. No lugar da paz, a violência; da amizade, a inimizade; da competição criativa, a competição destrutiva; do amor, o ódio e o ressentimento. A perda de confiança nas instituições que garantiam as liberdades coletivas da cidadania na sociedade moderna, relativamente, desigual, se tornaram ganhos de desconfiança, de medo, de rancor. A nova desordem mundial se revela, pelas estratégias das grandes empresas multinacionais ancoradas nos discursos de economistas neoliberais, para desregular os dispositivos de proteção social e de financiamento das políticas públicas nacionais, com a finalidade de acelerar os processos de privatização dos recursos vitais, sejam eles energéticos, minerais, tecnológicos ou financeiros. Consequentemente, a guerra entre novos liberais paroquiais, que são os neoliberais, apenas preocupados com o individualismo extremado, e os racistas-nacionalistas, voltados para

reorganizar comunidades de pertencimento, exclusivas, amplia o estranhamento entre os indivíduos e grupos sociais agravando o quadro de vulnerabilidade existencial, cultural, institucional e política.

Numa outra perspectiva, há que se ressaltar a situação dos movimentos sociais que, inicialmente, sob a forte influência do marxismo e do movimento operário, ambicionavam aparecer como fenômenos internacionalistas capazes de reverter à ordem capitalista. Progressivamente, ao longo do século XX, as lutas pela libertação de identidades que tinham sido oprimidas pelo colonialismo imperial, tanto nas sociedades centrais, como nas periféricas, como são os casos das lutas feministas e étnicas, levaram a importantes revisões teóricas dos movimentos sociais. A agenda da diversidade inspirou as ruas e a produção intelectual, aspirando a uma ampliação em massa da participação democrática. No entanto, as tensões sistêmicas resultantes das transmutações do liberalismo em neoliberalismo, por um lado, e do nacionalismo comunitarista em racismo nacionalista, por outro, terminaram comprometendo as contribuições das agendas reformistas dos movimentos pela diversidade para a liberação de uma democracia participativa ampliada.

Há, também, de se ressaltar, as dificuldades de algumas tendências mais radicais dos movimentos pela diversidade, em saírem de uma agenda de protesto definida pela identidade exclusiva (feminista, LGBTQI+, afrodescendentes, indígenas, entre outros), para acessarem outras identidades mais amplas e cosmopolitas, que valorizassem a democracia participativa ampliada. Isso levou à emergência de fenômenos neotribais acelerados pelas redes virtuais, que tanto revelam a abertura para a liberação expressiva do indivíduo contemporâneo, como as dificuldades de se avançar na organização da política como político, que no entender de H. Arendt (1993), deveria se constituir no lugar de articulação da comunidade e da reciprocidade de seres humanos diferentes e plurais. Para Bauman (2007, p. 243), o fenômeno neotribal que ele designa também de "tribos postuladas", deriva dessa dificuldade de articular a comunidade maior, de valorização excessiva da autoridade autocrática e de escolhas múltiplas que têm duração precária, pois o que vale, diz ele, é que "os que escolhem, conservem a sua liberdade de escolher, de modo que estejam livres para anular sua decisão, quando surgir esta necessidade". Então, a liberdade de escolha que em si mesma é um valor central para a emancipação humana, termina sendo tragada pela generalização de um sentimento étnico e tribal, que racha os movimentos sociais e favorece saídas autoritárias presentes nas correntes hegemônicas neoliberais e racistas-nacionalistas.

## **O DECLÍNIO DO HUMANO E A CRIAÇÃO CULTURAL**

Já, no final dos anos de 1970, C. Castoriadis (2009, p. 10) afirmou que, o que está para morrer hoje é a cultura ocidental.

Isso morre como conjunto de normas e de valores, como formas de socialização e de vida cultural, como tipo social-histórico dos indivíduos, como significação da relação da coletividade, consigo mesma, com os que a compõem, com o tempo e com suas próprias obras.

Essa afirmação, já faz quase vinte anos e demonstra que o processo corrosivo é longo. A ampliação do abismo humano passa a se reproduzir em formas de ondas agitadas, destruindo as instituições civilizatórias atingindo, não somente, as populações mais vulneráveis do ponto de vista social, sexual, étnico e religioso, mas, também, pondo em cheque todo o edifício das ciências humanas, que foram construídas com a finalidade de promover um programa humanista inclusivo e emancipatório.

De certo modo, podemos dizer que neoliberais paroquiais e racistas nacionalistas cosmopolitas, terminam se unindo para parir novo pacto de dominação inspirado no estado de exceção, hierárquico e antidemocrático. Eles elegem como inimigo principal, todas as memórias, valores e instituições emancipatórias da modernidade, como o humanismo cientificista, e que tinham sido aperfeiçoadas pelos Estados Nacionais republicanos e democráticos. Assim, inauguram um novo modo de servidão involuntária, que é na sua essência antimoderno, reavivando lógicas para feudelistas, que reinstalam a intransigência, o desconhecimento e a negação. Tais posturas morais e emocionais comprometem as pilstras da modernidade, como os ideais dos direitos humanos universais e da cidadania cosmopolita sugerida por I. Kant (1990), em 1795, ou o da eticidade como momento crucial de emancipação do sujeito como vemos em Hegel. Inspirando-se neste último, Honneth (2007, p. 106) sugere, que "a eticidade como condição de libertação, fica condicionada pelas lutas por autorrealização e reconhecimento, justamente, o que os anti-intelectuais fascistas buscam eliminar".

Vilém Flusser no seu *Pós-História* (2011, p. 33), explica que "a manipulação da técnica passou a ser rotina e que vivemos numa época, em que não se trata mais da oposição entre a fé e o saber, mas de crise de confiança no homem, inclusive, no saber humano". Nesse contexto, os pressupostos da ciência como teoria do conhecimento implícito, passam a serem objeto de suspeitas, assim, como as religiões, tradicionalmente, estabelecidas. Esclarece ele que, curiosamente, os dogmas passam a ser bem-vindos para certas camadas da sociedade, que percebem "quão difícil é viver sem confiança no outro e sem autoconfiança", pois as pessoas preferem sacrificar a razão, para reconquistar pela fé a confiança perdida. Em outras palavras, "entrar pela fé pelas portas do fundo". Flussen (2011) propõe que a atualidade, exige que repensemos as noções de destino, de causalidade e de programa. Aquela do destino, que remete à tradição religiosa, propunha metas que estão se tornando insustentáveis, revelando a ingenuidade de situações programáticas. A imagem da predeterminação e da finalística, coloca um problema grande para a liberdade humana, desafiando o homem com a questão angustiante de saber se pode, ou não, se opor a sua livre vontade ao fatalismo e ao destino. Para o autor Flussen (2011, p. 38 – 39), "dentro da imagem programática parece, até agora, impossível, sequer, formular o problema da liberdade". Ainda de acordo com Flussen (2011, p. 190 – 191), esse é o contexto da pós-história, ou seja, "(Ela) está raiando em duas formas: na da estupidez dos aparelhos programadores, e na forma da estupidez dos bárbaros destruidores de aparelhos", que observamos pelas sucessivas ondas de mentiras propagadas pela internet.

As incertezas sobre o fim de um mundo, que nos dava alguma segurança existencial, ampliam o desencanto com relação ao otimismo humanista, que vigorou nos últimos quatro séculos da história do Ocidente, e aprofundam o medo da sobrevivência, como lembram D. Danowski e Eduardo Viveiros de Castro no livro: 'Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins' (2014). Os mais vulneráveis se sentem atraídos pelas personalidades autoritárias, que segundo Adorno (1950), transita entre o esclarecimento e a superstição, e que passam a ser valorizadas como solução extrema para preservar as tradições e a ordem num mundo desconhecido. O discurso do ódio contra os estranhos (à outra classe, à outra etnia, ao outro sexo, à outra religião e mesmo ao próximo), se dissemina criando o clima ideal para os regimes populistas e fascistas.

O campo científico não tem ficado passivo em face de esses deslizamentos abissais da vida social e à necessidade de recriação do social. Há estudiosos de diversas disciplinas, que está buscando reconfigurar a ideia de humano, a partir de uma perspectiva ecológica mais ampla e mais realista. Autores como Latour, Chakrabarty, Stengers e Viveiros de Castro, concordam que o ser humano não é mais um vivente entre outros, cuja evolução seria resultado de certa adaptação passiva ao meio ambiente. Esses autores defendem a tese

de que o ser humano é, agora, um agente ambiental cuja ação impacta, ativamente, sobre o equilíbrio planetário. O homem é um antropoceno, cuja interferência nos ecossistemas está abrindo uma nova era geológica. Essas mudanças na percepção do humano, que já vinha ocorrendo lentamente, se aceleraram nas últimas décadas, gerando perplexidades e incertezas. O fato de que a emergência do antropoceno coloca em xeque as perspectivas finalísticas de um futuro promissor para a humanidade, eleva o grau de angústia dos indivíduos e aprofunda o estranhamento social, cada um desconfiando do vizinho ao lado. Mas, ao mesmo tempo em que a história não tem volta, temos que começar a entender a época do antropoceno nas nossas vidas cotidianas.

## O INTELLECTUAL FACE À METÁFORA ANGUSTIANTE DO FIM DO MUNDO

A revisão do lugar do humano nas ciências sociais é uma tarefa intelectual e ética, que não pode ser evitada, porque tem impactos sobre o futuro da democracia. Podemos propor, que somente pelo mergulho no entendimento crítico dos elementos escatológicos e racistas presentes nos discursos e nos programas autoritários, é possível ao intelectual, escapar do fatalismo vulgar e se reorganizar como sujeito pensante e de ação dotada de sentido. Esse é um desafio político, ético e existencial, gerador de profundo mal-estar (ou liberador de bem-estar), na medida em que implica certo posicionamento político, com relação ao viver como indivíduo em sociedade. Entre os desafios, há aquele de se entender mais claramente, os dispositivos de aprisionamento institucional e de fabricação do ódio, que desmantela os laços sociais para, então, se discernir novos caminhos solidários. Há que se inventarem outros entendimentos dos universos das emoções e dos afetos, para organizar uma nova política de vida que não mira recompensa simbólica imediata, para poder viabilizar e ampliar, numa outra direção, os dispositivos criativos do sistema psíquico e emocional do pesquisador-observador-ator.

Os acontecimentos geram mutações relevantes, que exigem da atividade intelectual novos desafios com relação a seu agir criativo e ético. Ehremberg (2000) lembra que a criação de outra sociedade não mais regida pela disciplina e pela culpa, exige responsabilidade e iniciativa que podem gerar cansaço, ansiedade e mesmo depressão. Esta, explica ele, "nos lembra de que não podemos nos liberar do humano, e que este, resta prisioneiro de um sistema de significações que o ultrapassa e que o constitui, simultaneamente, a depressão desenha para cada um o estilo do não administrável na era da possibilidade ilimitada" (EHREMBERG, op. cit, p.292-293). Evidentemente, os caminhos são árduos, pois o pesquisador é humano como qualquer outro. Mas, ele não pode se perder no caos conjuntural gerado pela perda de referência da noção tradicional de progresso humano.

G. Peters (2019) salienta, que "a redução ou perda da capacidade de sentir, globalmente, a própria imersão na realidade, através do corpo e dos sentidos como veículos de ressonâncias afetivas, transparece na referência à dificuldade de "tocar" no mundo e em outras pessoas" (PETERS, 2019, p. 4). Conseqüentemente, ainda segundo Peters (2019, p. 8):

Uma experiência comum na depressão é, portanto, a corrosão da suscetibilidade corpóreo-afetiva, que nos permite, normalmente, estabelecer um senso genuíno de conexão com outras pessoas e, mais amplamente, com as atmosferas afetivas compartilhadas nos ambientes sociais em que circulamos.

Por outro lado, A. Perrusi (2015, p. 140) argumenta que, se pode dizer que, atualmente, o sofrimento psíquico está bem além da velha "dor moral". Virou um fato social. Não só é comum, mas, também, "tem tanta importância quanto à dor somática...". E complemen-

ta: "existe, assim, uma generalização do sofrimento psíquico: ele faz parte de todo o espaço institucional. Por isso, as instituições assumem, agora, a responsabilidade de eliminá-lo: escola, família, igrejas, empresas, bancos". Para Honneth (2007, p. 106), "a saída está na busca de autorrealização, que ocorre quando se verifica uma conexão interna entre diagnóstico do sofrimento e teoria da justiça, o que resulta uma primeira condição mínima que a esfera ética tem de satisfazer".

Assim, um dos temas que emerge na nova agenda científica, é aquele de ressignificar o humano como condição moral, afetiva e política. O debate sobre a política do antropoceno, que emerge com o reconhecimento da espécie humana não apenas como ator social, mas como agente ecológico, impacta sobre a representação da dimensão corpóreo-afetivo-afetiva e do entendimento do humano, como vivente no interior de um universo cosmocêntrico, mais geral. Não há saída, penso, para as ciências sociais se reinaugurarem, caso elas não incorporem a relação que existe entre a mobilização da vontade e do afeto do intelectual, na libertação de uma imaginação criativa e ética, que reorganiza a relação entre ação profissional e fenomenal. Então, o centro do problema das ciências sociais e do trabalho acadêmico, está menos na condição conjuntural adversa e mais na reconfiguração do humano e do natural, como objeto de entendimento intelectual e de vivência afetiva e moral da vida. Para T. Ingold (op. cit., p. 53 e 56), é fundamental se superar a concepção bipartida do ser humano, "com um pé na natureza e o outro na sociedade", para se entender que a pessoa e o organismo constituem uma coisa só. Aí, estão em jogo os destinos futuros da vida acadêmica e dos estudos em ciências sociais e em sociologia traduzidas pela necessidade, inadiável, de se superar a atual divisão interdisciplinar para refundar a ciência da sociedade.

Há muitas pistas nos estudos fenomenológicos, psicanalíticos e nas psicologias corporais, que demonstram que o corpo humano não é apenas uma representação mental, mas, a agente central de produção dos sentidos e que nos oferece um lugar especial de visibilidade no existir. A consciência corporal viabiliza a atividade mental e sentimental, que nos permitem conectar com os demais viventes, que nos favorece sonhar, planejar e viver socialmente. Referência clássica no assunto é a fenomenologia de Merleau-Ponty. Na crítica ao dualismo cartesiano, esse autor propõe que o corpo é um sentir total. No campo da psicanálise, uma referência central nos estudos sobre o corpo foi W. Reich (1968), que elaborou a teoria da energia orgânica, para explorar os problemas da moral sexual e seus efeitos sobre as instituições como, o casamento e a política. Um importante discípulo de Reich, A. Lowen (1988) aprofundou os estudos sobre a potência orgástica, desenvolvendo técnicas de eliminação das couraças corporais, com vistas a liberar as potencialidades do amor.

A superação de uma visão mecânica do corpo visto, apenas, como suporte físico da atividade mental, a partir da crítica filosófica e das atividades clínicas, aparece como passo essencial, para se superar a alienação das crenças humanistas sobre o destino programado do humano, por um lado, e para desfazer o desespero da perda de sentido na vida que leva a processos depressivos, de modo a liberar um entendimento ecológico do antropoceno, por outro. Ao adentrar-se no sistema corporal, percebe-se a complexidade dos mecanismos emocionais e afetivos na organização do aparelho perceptivo, sensorial e cognitivo, na produção da experiência e do sentido de si e do mundo. J. P. Sartre (2017) na sua obra de juventude, "Esboço para uma teoria das emoções", publicada em 1939, já entendia a relevância de uma fenomenologia dos sentimentos. Para ele, a emoção é uma transformação do mundo que deve ser vivida antes mesmo de ser elaborada mentalmente. Assim, diz ele, que "através de uma mudança de intenção, como numa mudança de conduta, apreendemos um objeto novo ou um objeto antigo, de uma maneira nova. Não há necessidade de colocar-se primeiro no plano reflexivo" (SARTRE, 2017, p. 62 - 63).

A antropologia e a sociologia do corpo e das emoções (LE BRETON, 1999; SCRIBANO, 2007), vem avançando na revisão das subjetividades individuais e coletivas, a partir desses novos questionamentos sobre o universo das sensações. Certamente, os estudos sobre os processos de subjetivação, devem começar pela leitura correta da prática corporal e sobre seu impacto nas representações cognitivas e na experimentação da realidade. Nesse plano, o budismo tem contribuição importante para os pesquisadores acadêmicos, ao explicar que a fonte do sofrimento humano está na ignorância com relação aos venenos emocionais. A "ignorância, nessa tradição, é à base de emoções perturbadoras que são: o orgulho, a inveja, o apego, a obtusidade mental, a carência e a raiva/medo" (SANTEM, 2001, p. 57). A superação dos venenos emocionais esclarece essa tradição oriental, que apenas é possível mediante a determinação pessoal de cada indivíduo, de promover emoções positivas de generosidade, bondade e gentileza.

Não precisamos ser budistas para notar nas nossas relações cotidianas, o quanto os indivíduos contaminados por esses elementos negativos, por razões compreensíveis, como busca de reconhecimento ou de fortalecimento da autoestima, terminam sendo inconvenientes e irritantes. Cada um de nós, pessoalmente, já viveu momentos em que ao sermos dominados pelo medo ou pelo orgulho, passamos a tomar decisões (ou deixar de tomá-las), o que nos leva sempre a arrependimentos posteriores. Então, a academia precisa abandonar seus preconceitos contra as tradições da clínica, ou de outras voltadas para a experiência interior, para ampliar o entendimento prático das subjetividades individuais e coletivas. O assunto era de domínio do sociólogo Bataille (2016), ele mesmo um meditador, que escreveu um livro clássico sobre o assunto intitulado, "A experiência interior". Bataille (2016, p. 33), define essa experiência, como "uma viagem ao extremo do possível do homem para nos curar como doença da natureza, uma experiência nua, livre de amarras, e mesmo de origem que prendam a qualquer confissão que seja".

## AS REDES SOCIAIS E A RECONSTRUÇÃO DE NEXOS E SIGNIFICAÇÕES

Falando de corpo e emoções, levantamos, inevitavelmente, uma dúvida metodológica sobre o entendimento limitado que temos do corpo, visto como estrutura mecânica, imagem herdada do cartesianismo. Essa leitura do corpo, somente se sustenta, com "o dualismo metodológico separando sujeito e objeto, a qual está na base do humanismo cientificista que despertou a *hybris*<sup>25</sup>, o desejo de poder ilimitado de controlar a natureza emocional e ambiental, que resultou num novo tipo de escravidão na qual a máquina se tornou déspota do humano" (ILLICH, 1976, p.10).

Por outro lado, quando passamos a ampliar o entendimento do sujeito, como vivente seguindo as tendências mais contemporâneas da biologia, da psicanálise e das ciências sociais, e buscamos uma sociedade convivial em que "o homem controla a ferramenta" (ILLICH, op. cit. p. 11), então, somos levados a deslocar nossa reflexão para o plano da afetividade e dos operadores simbólicos, que nos permitem significar a vida em nós. O corpo se revela como sistema vivo, complexo, movido por emoções e afetos, que interferem sobre a atividade mental, sobre o processo cognitivo e sobre a experiência real.

Nessa direção, procurei demonstrar, seguindo as tendências mais contemporâneas do debate, que para se sair da representação cognitiva do corpo temos que vivê-lo como prática. Isso já vem sendo demonstrado por várias disciplinas terapêuticas, mas cujos conteúdos, ainda, precisam ser mais bem lapidados do ponto de vista conceitual e incorporados, metodologicamente, no interior das ciências sociais. Para avançar nos usos sociológicos desses deslocamentos, não apenas do olhar, mas da vivência sensível, temos que explorar

<sup>25</sup> *Hybris* é um termo grego que significa o desafio, o crime do excesso e do ultraje. Traduz-se num comportamento de provocação aos deuses e à ordem estabelecida.

os caminhos da libertação do indivíduo, como sujeito político e reflexivo na sociedade fragmentada. A ideia de rede é importante nesse desenvolvimento. Não rede, na perspectiva geométrica que serve para ilustrar estratégias de ação racional da *network analysis*, por exemplo, que se oferece a curiosos e, frequentemente, inúteis desenhos geométricos, mas na rede como sistema de construção de solidariedades num movimento pendular entre o indivíduo e o grupo social, como fluxos afetivo e semiótico entre viventes. Num texto sobre o assunto (MARTINS, 2014), proponho, seguindo uma abordagem interacionista, - já presente de modo implícito ou explícito em autores como Simmel, Mauss, Elias e Mellucci -, que é importante valorizar a importância do simbolismo e da nossa capacidade de imaginação criadora, para articular as vivências subjetivas com as práticas objetivas. Assim, podemos entender as redes como fluxos paradoxais e abertos ao diálogo com outros sistemas interativos (dimensão hermenêutica), valorizando a vivência dos atores sociais na organização das experiências compartilhadas (dimensão fenomenológica), e aceitando as obrigações coletivas que nascem da dívida simbólica entre indivíduos e grupos (dimensão da dádiva).

Os estudos sobre a dádiva, segundo Mauss (2003); Caillé (2002) e Martins (2005), na medida em que contribuem para definir as redes de solidariedade e de fraternidade, como sistemas interativos e dinâmicos, aparecem como fundamentais para revelar as novas faces do sujeito, não como uma unidade fixa, mas como ponto de interação aberto a várias significações. Na perspectiva dos estudos sobre a dádiva, as redes podem ser vistas como sistema de trocas imprescindíveis, para a existência singular do sujeito dotado de reflexividade e de responsabilidade, como para a organização dos pactos sociais (dando-recebendo-retribuindo). Vale lembrar, que isso não é apenas uma teoria cultural visando montar um enquadramento mental de uma realidade externa. Aqui, estamos falando da dádiva como mapa e como campo de observação, simultaneamente. Observando-se as trocas simbólicas entre crianças, ou os rituais de aproximação afetiva e amorosa entre adultos, ou mesmo os modos como os pássaros se comunicam entre si, podemos perceber a força desta obrigação de viver juntos. Ela gera uma dívida simbólica e o impulso para retribuir, para poder estar ou continuar convivendo no ambiente.

A relação com os animais, por exemplo, revela a força da dádiva para criar laços afetivos e de parcerias sólidos. Ter um cão ou um gato em casa, não é apenas um entretenimento, mas um modo de viver, amorosamente, desenvolvendo afetos que compensam as frustrações do cotidiano. Há estudos importantes sobre a dádiva na natureza humana e não humana, ou entre humanos e não humanos. J. Porcher, do Instituto Nacional de Pesquisas Agronômicas da França – INRA, propõe, inclusive, que viver saudavelmente com os animais, é a condição para se elaborar uma nova utopia para o século XXI (PORCHER, 2011). Enfim, trata-se de entender, que a dádiva funciona como cimento para moldar vínculos sociais que liberam o sujeito humano para novas experiências, ao tempo que é influenciado por elas, abrindo as perspectivas de um humanismo ecológico e dinâmico.

Os usos da dádiva para organizar redes autossustentáveis na vida cotidiana, não é apenas objeto de interesse de cientistas sociais e filósofos. Avanços recentes no campo das terapias familiares demonstram o interesse prático da abordagem. Hellinger (1999), fundador da terapia das constelações sistêmicas e familiares, uma abordagem fenomenológica dos sistemas sociais, explica que “em todos os relacionamentos há necessidades fundamentais que são de três ordens: A necessidade de pertencer, de vinculação; a necessidade de preservar o equilíbrio entre o dar e o receber; e, a necessidade de segurança proporcionada pela convenção e previsibilidade sociais” (HELLINGER, 1999, p. 25).

Enfim, a mobilização das emoções corporais em favor de práticas sentimentais positivas e reflexivas, construídas em redes de pertencimento nos planos primários e secundários, como familiares e profissionais, é o antídoto adequado para se evitar a solidão de-

pressiva. Mas, essas redes, apenas, podem se mobilizar quando os indivíduos se colocam disponíveis para interagir de forma criativa e amorosa nos seus círculos de pertencimento, empoderando a si mesmo e liberando os outros para que também se empoderem. Isso diz respeito à vivência entre humanos e, sobretudo, entre os humanos e a natureza em geral. Enfim, tal empreitada, leva a se repensar o sentido da política da vida na organização de instituições democráticas e para ressignificar, moralmente e afetivamente, os eventos geradores de mal-estar e sofrimento psíquico, como a depressão, não apenas como enfermidades psíquicas, mas como processos simbólicos de sujeitos em mutação num mundo fragmentado.

## LUZES DE ESPERANÇAS NO HORIZONTE DA POLÍTICA

Para finalizar essa reflexão, vamos voltar a lembrar de o que alguns dos autores acima citados e lembrados por suas críticas dos tempos modernos, têm a dizer sobre os acontecimentos contemporâneos, produtores de mal-estar e depressão. Flussen (2011), apesar de sua forte crítica ao programa de destruição construído pelos modernos, encerra seu livro sobre a Pós-História com uma mensagem de esperança. Para ele, não somos, necessariamente, programados para sermos robôs. "Podemos, igualmente, ser jogadores que jogam em função do outro... Romper a simbolização alienada e retornar à experiência concreta da própria morte no outro. Retornar, em suma, para sermos homens" (FLUSSEN, 2011, p. 191). Sua posição aproxima-se da de I. Illich (1976), sobre a importância do ser humano escapar do despotismo da ferramenta, que já lembramos acima, com vistas a fundar uma sociedade convivial.

Para Agamben (2004) não existe, primeiro, a vida como dado biológico natural e a anomia como estado da natureza e, depois, sua implicação no direito como estado de exceção. Ao contrário, "a própria possibilidade de distinguir entre vida e direito, anomia e nomos, coincide com sua articulação na máquina biopolítica" (AGAMBEN, op. cit, p. 132). Se a separação entre vida e direito resulta de uma ficção, continua ele, seu desmascaramento exige "mostrar o direito em sua não relação com a vida e a vida em sua não relação com o direito, significando abrir entre eles, um espaço para a ação humana, que há algum tempo, reivindicava para si o nome política" (AGAMBEN, op. cit., p. 133). Zizek (op. cit. 2017, p. 165) se pergunta: quais "as chances de um acontecimento político, autêntico, nessas condições depressivas em que o processo predominante é o de desfazer acontecimentos passados?". Então, ele explica que considerando, que no capitalismo as coisas precisam mudar o tempo todo para continuarem as mesmas, então, o verdadeiro acontecimento seria transformar o próprio processo de mudança. E voltar para o ponto de partida. "Talvez, devamos começar renunciando, efetivamente, ao mito de um Grande Despertar, – o momento em que, se não a classe trabalhadora, então, uma nova aliança de despossuídos, de multidão, o do que quer que seja, irá juntar suas forças e capitanear uma intervenção decisiva" (ZIZEK, op. cit., p. 169). Essa intervenção, segundo ele, "motivada por demanda de justiça, deve delinear os contornos de um acontecimento político" (ZIZEK, op. cit., p. 175).

Enfim, Bauman (2010) afirma que a liberdade é nosso destino e que a liberdade do livre requer a liberdade de todos, mas que essa, somente pode ser obtida, não individualmente, mas mediante a "comunidade política" (BAUMAN, op. cit. p. 252 - 255). Ou seja, "para cada indivíduo livre, estar livre do medo da privação e da falta de emprego, é necessário que todos estejam livres da genuína privação e da falta de emprego" (BAUMAN, op. cit., p. 255). O que observamos em todos esses autores, fortes críticos dos tempos atuais, é que a solução da crise civilizacional passa por outro acontecimento, que volte para o ponto de partida, que reorganize o humano, que promova a política como um bem comum de todos e não apenas de alguns indivíduos. Certamente, o cientista do social tem que estar

aberto para escutar e dialogar com outras disciplinas médicas, filosóficas e religiosas, a respeito do mal-estar e dos caminhos para sua superação. Mas, há uma particularidade nas leituras sociológicas e antropológicas, que diz respeito à imprescindibilidade do fator fenomenal na promoção de uma cultura do bem-estar, e que passa não apenas por uma reflexão sobre o destino individual, mas, principalmente, pelas implicações éticas e políticas do fazer coletivo.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T.; FRENKEL-Brunswik, E.; LEVINSON, D., SANFORD, Nevitt (1950). *The Authoritarian Personality*. Nova York: Harper.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo. 2004.

ARENDT, H. *Que'est-ce la politique*. Paris: Seuil. 1995.

BACHELARD, G. *L'intuition de l'instant*. Paris : Denoel. 1985.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio: Zahar. 1998.

BAUMAN, Z. **Vida para o consumo**. A transformação do humano em mercadoria. Rio: Zahar. 2007.

BAUMAN, Z. **Legisladores e intérpretes**. Rio: Zahar. 2010.

BECKER, H. **Outsiders**. Estudos de sociologia do desvio. Rio: Zahar. 2008.

CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes. 2002.

CAMUS, A. **O Estrangeiro**, São Paulo: Abril Cultural. 1972.

CASTORIADIS, C. **Janela sobre o caos**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2009.

DANOWSKI, D. ; Viveiros de Castro, E. **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Florianópolis: Desterro. 2014.

EHRENBERG, A. *La fatigue d'être soi. Dépression et société*. Paris : Odile Jacob. 2000.

FLUSSER, V. **Pós-História**. São Paulo: AnnaBlume. 2011.

FREUD, S. **"O Estranho"** (1919). In: **Freud. História de uma neurose infantil**. E.S.B., Vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago. 1969.

FREUD, S. **Além do princípio do prazer**. In J. Strachey, Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 18). Rio de Janeiro: Imago. 1996. (Originalmente publicado em 1920)

FREUD, S. **O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2010.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP. 1991.

- HELLINGER, B. **A simetria oculta do amor**. Porque o amor faz os relacionamentos darem certo. São Paulo: Cultrix. 1999.
- ILLICH, I. **A convivencialidade**. Lisboa: Publicações Europa-América. 1976.
- INGOLD, T. **Antropologia. Para que serve?** Petrópolis: Editora Vozes. 2019.
- KANT, I. **A Paz Perpétua e outros Opúsculos**, Edições 70, Lisboa, 1990.
- LATOURETTE, B. **Diante de Gaia**. Oito conferências sobre a natureza no antropoceno. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades. 2020.
- LE BRETON, D. **Adeus ao corpo**. Campinas: Papirus. 1999.
- LOWEN, A. Amor e orgasmo. Guia revolucionário para a plena realização sexual. São Paulo: Summus Editorial. 1988.
- MARTINS, P.H. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, Dezembro. p. 45-66. 2005.
- MARTINS, P.H. *Redes sociales: un nuevo paradigma en el horizonte sociológico*. F. OSÓRIO (Org.) **Epistemología y ciencias sociales: ensayos latinoamericanos**. Santiago: LOM Ediciones. 2014.
- MAUSS, M. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.
- MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.
- PERRUSI, A. Sofrimento psíquico, individualismo e uso de psicotrópicos. Tempo Social. **Revista de sociologia da USP**, v. 27, n. 1, pp. 139-159. 2015.
- PETERS, G. **A solidão dos deprimidos**: sobre virada afetiva e depressão. 2019. Disponível em: <https://blogdosociofilo.com/2019/05/21/a-solidao-dos-deprimidos-sobre-virada-afetiva-e-depressao-por-gabriel-peters/>.
- PORCHER, J. **Vivre avec les animaux. Une utopie pour le XXI siècle**. Paris : La Découverte. 2011.
- REICH, W. **A revolução sexual**, 8ª. Edição, Rio: Zahar. 1968.
- Ribeiro, S. **O oráculo da noite**: A história e a ciência do sonho. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.
- SANDEL, M. **A tirania do mérito**. Rio: Civilização Brasileira. 2020.
- SAMTEN, Padma. **Meditando a vida**. São Paulo: Peirópolis. 2001.
- SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio: Record. 2006.
- SIMMEL, G. **Sociologie. Etudes sur les formes de socialization**. Paris: PUF. 1999.
- SCRIBANO, A. **Mapeando interiores: cuerpo, conflicto y sensaciones**. Cordoba: Universitas - Editorial Científica Universitária. 2007.
- ZIZEK, S. **Acontecimento. Uma viagem filo**.

## DEPRESSÃO E MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE: aproximações a partir da psicanálise

Laéria Fontenele<sup>26</sup>

Procuramos retomar aqui, de forma mais ordenada e sistematizada, muito embora de modo sintético, as principais questões que desenvolvemos oralmente, a partir do ponto de vista da psicanálise, em nossa intervenção durante o Painel Interdisciplinar intitulado Depressão e Mal-estar na Universidade promovido pelo Colégio de Estudos Avançados da UFC, ocorrido em 13 de junho de 2019.

Para que nossas considerações sobre o tema possam atingir os objetivos de uma interlocução interdisciplinar - a qual parte do pressuposto de que a amplitude do real favorece com que um determinado problema, dotado de múltipla determinação e complexidade, possa vir a ser tratado a partir da especificidade de diferentes saberes, possibilitando, assim, a manutenção de uma lógica suplementar (e não complementar) à construção do conhecimento, afeita à abertura e à diversidade, que marca a própria incompletude de cada um deles quanto aos seus objetos em sua relação com o real -, consideramos fundamental a delimitação do alcance psicanalítico das duas categorias nele envolvidas para, então, dele realizarmos o seu necessário recorte.

### A NOÇÃO FREUDIANA DE MAL-ESTAR NA CULTURA

Começamos pela noção de mal-estar, a qual é originalmente fruto das elaborações de Freud sobre sua teoria das pulsões e não tem precedentes como categoria na história da Psicopatologia, das Psicologia ou das demais Ciências Humanas, tendo, no entanto, sido em certos contextos incorporada, mas muitas vezes em um sentido que lhe é alheio ou parcial. Essa noção aparece, de forma implícita desde sua apresentação do conceito de pulsão nos seus Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905/1986) e tem sua visibilidade intensificada em seu estudo As Pulsões e seus destinos (1914/1986), em que a pulsão é definida como aquilo que do corpo se faz representar na alma, sendo eminentemente diferente do instinto sexual dos demais animais, que possui um objeto fixo, uma programação pelo saber da espécie e uma regularidade na sua manifestação. Ao contrário disso, a pulsão: possui um objeto variável, é contingencial em sua expressão, ocorre como uma força constante e tem por meta invariável a satisfação. Nesse texto, Freud (1914/1986) assevera que quando a pulsão não pode ser satisfeita de forma direta, devido a impedimentos que lhe são intrínsecos ou decorrentes dos imperativos concernentes à lei que funda a Cultura ou a determinantes sociais, adota um dos quatro caminhos como outras forma possível de satisfação: o retorno da pulsão em direção à própria pessoa, a transformação em seu contrário, o recalque e a sublimação. A delimitação desses caminhos serve, concomitantemente, ao esclarecimento de que o insucesso da pulsão em atingir sua satisfação gera mal-estar. É, no entanto, no ensaio "O mal-estar na cultura" (1930-1929/1986) que Freud confere à essa noção uma maior precisão do seu sentido e de suas determinações de base. Primeiramente, demonstra ser o mal-estar indissociável do conflito - intrínseco à vida pulsional - que ocorre entre o princípio do prazer e o que o contraria (a pulsão de morte); e por outro lado, que a cultura, enquanto indica o horizonte da criação humana no combate ao mal-estar, também se revela fonte dele, levando a um embate entre os homens e a cultura que resulta paradoxalmente em mal-estar: as regras criadas pra minimizar o sofrimento humano são ao mesmo tempo as fontes de sua miséria. Freud (1930-1929/1986) advoga a irredutibili-

<sup>26</sup> Professora Titular da Universidade Federal do Ceará, onde Coordena o Laboratório de Psicanálise da UFC. Diretora do Corpo Freudiano Escola de Psicanálise – Seção Fortaleza. Membro da Academia Cearense de Letras e da Academia de Letras e Artes do Nordeste – Núcleo Fortaleza.

dade desse conflito: não existe possibilidade da existência humana na cultura sem que ela seja responsável por constranger as pulsões, portanto não há cultura que não produza um déficit na felicidade almejada por seus membros. Desse modo, o constrangimento das pulsões e seu correspondente déficit de felicidade, o qual serve de definição para o mal-estar, é proveniente de fatores intrapsíquicos e de fatores culturais e sociais. Esse entendimento, torna utópica a ideia de uma cultura não propiciadora da frustração das pulsões, bem como seria impensável, a partir dele, imaginar o seu progresso sem a busca individual ou coletiva do homem por livrar-se do mal-estar, na qual a atividade do desejo tem um valor fundamental. Da mesma forma que demonstra a irredutibilidade do mal-estar na Cultura, Freud assevera que não há uma saída universal para o seu combate, mas que cabe a cada um buscar por seus próprios meios a amenização de seu mal-estar na cultura; de inventar seus próprios calmantes para a angústia, que pode ser considerada o índice clínico da magnitude com que ele se manifesta ele para o sujeito. O mal-estar teria, assim, a potencialidade de desencadear sintomas, mas não se confunde com eles e nem os determina.

O conflito entre pulsão e cultura dá a tônica ao próprio processo civilizatório e às sociedades, pois o seu enfrentamento resulta em possibilidades de emancipação humana, a qual consoante Freud, tem um alcance limitado, dado o caráter insatisfatório da pulsão e irrealizável do desejo inconsciente. Freud sugere que nas comunidades de cultura que adotam por base a dimensão simbólica da lei, em que a exceção é a marca de sua flexibilidade - o que se opõe ao totalitarismo -, encontram-se mais condições no domínio ético e concreto do fomento de espaços para abrigar coletivamente o mal-estar. Com todos os problemas que lhe são inerentes, portanto, não haveria melhor espaço para isso do que as sociedades em que vigora uma maior igualdade de condições materiais e consideração pelos sujeitos em sua singularidade, bem como a vigência dos regimes democráticos comprometidos com os ideais humanísticos e com o progresso da razão, a que a psicanálise ilumina com o desejo. (FONTENELE, 2001) Assim, as sociedades desiguais, opressoras e/ou totalitárias seriam potencialmente fontes de uma maior magnitude de mal-estar, na medida em que nelas a precarização da existência, o ódio à diferença que busca a eliminação da alteridade não apenas imaginária e simbólica, mas sobretudo real, se disseminam no laço social, nas lutas dos movimentos sociais e nas instituições de poder. Por outro lado, é evidente que, em diferentes culturas ou em diferentes momentos histórico-sociais, os fatores capazes de desencadear mal-estar variam e são refletidos subjetivamente através do modo como os sujeitos se relacionam aos imperativos éticos e morais nesses contextos particulares.

Retomando o tema do debate, consoante a doutrina freudiana, o mal-estar tem por vocação o seu próprio enfrentamento e requer uma posição afirmativa do sujeito perante à vida, não tendo por corolário a produção de depressão. Com isso, podemos depreender que o mal-estar só pode admitir, por resposta a depressão, se as forças subjetivas ou sócio-históricas produzirem passividade ou paralisia no seu combate.

## **DEPRESSÃO, SINTOMA E ESTADOS DEPRESSIVOS**

Vimos que, para a psicanálise, mal-estar não tem por destino causar depressão e que ambos não podem ser confundidos. Mas o que é depressão? Qual o sentido que se dá a esse termo hoje e como situar essa categoria no âmbito da psicanálise?

O escopo desse texto impossibilita uma retomada aprofundada sobre o surgimento do uso do termo depressão como sucedâneo da categoria nosográfica de melancolia e dos desdobramentos disso no campo psicanalítico. No entanto, para que possamos vislumbrar a posição da psicanálise sobre os discursos que circulam sobre a depressão na atualidade,

necessitamos, pelo menos, de uma breve e esquemática retrospectiva sobre esse deslocamento.

A categoria depressão tal como hoje é compreendida e utilizada no campo da psiquiatria e da psicologia, não fazia parte da psicopatologia vigente à época de Freud e não condiz com aquilo a que tende a ser associada como sendo sua forma antiga, a clássica melancolia, a qual em sua semântica histórica não havia a referência à sintomas de tristeza e designava tão simplesmente a loucura em sua vinculação com a teoria dos humores de Hipócrates, onde se vincula a uma alteração da bÍlis negra ou em sua associação aristotélica com o temperamento atrabiliário dos homens considerados excepcionais. (Peres, 1996). Tampouco encontra uma correspondência precisa no entendimento da melancolia pela psiquiatria do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, em que perde sua acepção popular, poética e romântica. Segundo Berrios (2012), a transformação dessa categoria psicopatológica decorreu de mudanças nas novas formas de concepção de doença, na definição psicológica de comportamento e nos critérios orientadores da produção das taxonomias. Reflexos dessas mudanças passaram a ser expressos em versões diferentes acerca da melancolia, que, baseadas nos estudos das então denominadas faculdades mentais (afeto, intelecto e cognição) serviram ao aparecimento do termo depressão. O seu emprego viria a dissolver o conceito intelectualista de melancolia, como um sintoma amplo que incluiria vários subtipos de melancolia, que seriam caracterizados com base em um transtorno primário do afeto, sem incorrer em alterações cognitivas e nem intelectuais. O progressivo prestÍgio dessa categoria no meio médico, associado ao aparecimento de drogas que passaram a ser utilizadas no seu tratamento, e algumas descobertas das neurociências acerca da química dos neurotransmissores, ocorridas na segunda metade do século XX, concorreram para sua popularização, tal como hoje é observada, para a mutação de seu sentido psicopatológico, para sua absorção por diversos outros saberes e para a sua apropriação pela comunidade de cultura, onde se encontra amplamente disseminada.

Freud, em ralação ao contexto da psicopatologia do final do século XIX e primórdios do Século XX e já nos primeiros exames que fez da melancolia, não adotou o termo depressão e manteve o termo melancolia, admitindo-a em suas variadas formas de manifestação. Deu-lhe, no entanto, uma explicação inédita e um sentido que a particulariza a partir de balizas estruturais e não simplesmente de suas manifestações fenomenológicas ou comportamentais, as quais foram progressivamente concebidas e que se encontram descritas, discutidas e apresentadas de forma mais sistematizada em seu ensaio Luto e Melancolia (1917/1986). Nesse texto, que tomaremos como referência ao problema, Freud se faz valer de uma analogia entre o luto e a melancolia para perseguir a compreensão metapsicológica dessa última. O luto é definido como um processo normal que serve à elaboração psÍquica da perda de um objeto real investido pela libido e que conduz a um retraimento narcísico transitório dessa, condição para que a libido possa estar disponível para novos investimentos em outros objetos da realidade. No trabalho de luto, o lugar de Eros é fundamental, pois permite com que a dor, ocasionada pela perda, seja superada por meio do redirecionamento da libido. Por seu turno, a melancolia é definida como uma espécie de luto patológico em que o redirecionamento da libido não pode ser realizado. A esse respeito, Freud afirma que a sombra do objeto perdido recai sobre o eu, que com ele se identifica, o que provoca uma hemorragia narcísica que impossibilita a delimitação do objeto que foi perdido. No sujeito melancólico, diferentemente do enlutado, a perda é sentida como difusa: não sabe exatamente o que perdeu, mas considera-se irremediavelmente culpado por isso. A razão dessa condição, que se repete em sua relação consigo mesmo, com o outro e com a vida, deve-se a um conflito estrutural de grande proporção entre o eu e o supereu que, por ter se constituído de modo rÍgido e cruel, sobrepõe-se ao eu e lhe faz exigências impossÍveis de serem alcançadas, fragilizando-o. Esse modo do melancólico de estar na vida não é transitório e, sendo fruto de um tipo de clivagem do eu, não pode ser confundido com a de-

pressão, que mesmo podendo se manifestar como um sintoma da melancolia, não é o que a caracteriza e a define como quadro clínico, talvez por isso, conforme já anteriormente observado por Peres (2003), Delouya (1999) e Pereira (2008), não se observa, na definição dada à melancolia por Freud, o esforço em traçar uma diferença entre ela e a depressão.

No entanto, se considerarmos a especificidade da noção freudiana de luto, podemos dizer que ele pode ser comparado a uma psicoterapia espontânea do psiquismo humano diante da depressão acarretada normalmente pelo desamparo, o trauma, o medo, a angústia. Desse modo, fica subtendido que a depressão pode ser irmanada à concepção de luto como reação imunológica do aparelho psíquico a uma situação extrema que envolve perigo à sobrevivência ou a uma dolorosa perda e nisso poderíamos vislumbrar a sua especificidade em relação à melancolia.

A partir desses apontamentos, destacamos como fundamental ao nosso debate, a demarcação freudiana de que a depressão não é uma afecção psíquica ou doença, mas alude a uma resposta sintomática que pode se manifestar nas neuroses, nas perversões e nas psicoses. Quanto a isso, Berlink & Fedidá (2000) consideram prudente caracterizar a depressão como um estado que ocorre em todas as citadas estruturas clínicas, mas ponderam que "não seria correto falar de uma depressão neurótica, uma depressão perversa e uma depressão psicótica" (p.12). Tratar-se-ia, em todos os casos de depressão, ou seja: da ocorrência de uma letargia da sensorialidade que produz a alteração do sistema vegetativo vital, que pode estar presente entre todos os animais e seres vivos. No caso dos seres humanos, esse estado, ganha um sentido inconsciente, que se encontra associado à projeção psíquica da imagem do eu e às identificações e fantasias inconscientes, podendo variar de intensidade dependendo da gravidade do quadro clínico a que se relaciona e da magnitude da angústia nele presente. Para a investigação da especificidade de cada caso, e para o direcionamento das estratégias necessárias ao seu enfrentamento clínico, é imprescindível que seja realizado o discernimento entre sintoma e os traços estruturais pertinentes às neuroses, a psicoses e à perversão e o sintoma correlato de um estado depressivo.

A depressão - se perde sua vinculação com o luto como relativo à própria constituição do psiquismo humano e apresenta-se vinculado a estruturas clínicas especificadas por modos de diferenciais de defesa, assim como outras formas de sintomas a essas associados - não é algo a ser eliminado pelo tratamento psicanalítico, sob pena de seu fortalecimento. Uma vez que, para a psicanálise, o sintoma é tido como um índice do sujeito e que se refere a uma verdade inerente à história de sua constituição e da qual está afastado como resultado da operação de recalque, faz-se necessário retomar analiticamente os caminhos tomados para a sua formação, o seu sentido, sua vinculação com a fantasia inconsciente e o ganho substituto que proporciona, malgrado ser uma resposta inapropriada, mas a única que foi possível, para o conflito pulsional. Ou seja: diante da impossibilidade de elaboração ou sublimação da frustração pulsional e da magnitude da quebra ocorrida na tessitura do eu pelo conflito, o sintoma gera insatisfação e, ao mesmo tempo, produz um modo de satisfação substitutiva, a que o sujeito de fixa. Dada a dimensão paradoxal presente em todo sintoma humano, numa psicanálise, trata-se, ao contrário de buscar o seu desaparecimento, de fornecer as condições à sua expressividade e à sua simbolização, sem as quais não se torna exequível uma mudança em sua expressão vital e subjetiva e nem uma modificação da posição do sujeito frente a ele. Nesse trabalho, o discernimento da verdade histórica em relação à verdade material correlativos ao recalque e ao seu retorno são fundamentais para o desfecho do tratamento do sintoma.

O diagnóstico em psicanálise - uma vez que leva em consideração a delimitação de cada quadro ou estrutura clínica, e em seguida, a correlação entre os sintomas apresentados e a operação de defesa que fornece as determinações para um determinado modo de resposta patológica ao conflito pulsional - é incompatível com as atuais formas diagnósti-

cas que servem a identificação da depressão. Nesses, o critério é o da identificação de dois ou mais sintomas definidores de uma afecção psíquica, a que hoje a psiquiatria denomina de "transtorno", categoria pouco precisa que veio substituir a categoria de doença e que não possui solo nocional no contexto dos saberes psicopatológico, psicológicos ou psiquiátricos que lhe são anteriores. Nessa metodologia diagnóstica, o qual serve de parâmetro para a definição dada de depressão pelas organizações de saúde, vigora o modelo sindrômico baseado na coleta de dados a partir da definição de um certo número de critérios previamente definidos e extremamente delimitados e controversos. (FONTENELE, 2006). De modo que a leitura diferencial que a psicanálise faz deles e dos dados por ele disseminados como verdades científicas é digno de nota.

## AS ESTATÍSTICAS SOBRE A OCORRÊNCIA DA DEPRESSÃO

A partir do final do século XX, as estatísticas da Organização Mundial de Saúde, que adota a nomenclatura da classificação internacional de transtornos mentais, assinalam um crescente aumento no número de pessoas acometidas por depressão. No seu último boletim, em que divulgou as estatísticas sobre o que denomina de transtornos mais prevalentes na população mundial, os transtornos depressivos aparecem em primeiro lugar. Sendo eles, nessa publicação, assim definidos de forma esquemática:

Os transtornos depressivos são caracterizados por tristeza, perda de interesse ou prazer, sentimentos de culpa ou baixa autoestima, sono ou apetite perturbados, sensação de cansaço e falta de concentração. A depressão pode ser de longa duração ou recorrente, prejudicando substancialmente a capacidade de um indivíduo de funcionar no trabalho ou na escola ou de lidar com a vida diária. Em sua forma mais grave, a depressão pode levar ao suicídio. (DEPRESSION AND OTHER COMMON MENTAL DISORDERS, Global Health Estimates, 2017, p.5).<sup>27</sup>

Nessa caracterização do quadro, destaca-se a prevalência de traços emocionais, notadamente relacionados ao humor, e comportamentais em que se mesclam alguns sintomas presentes na "antiga" melancolia e nos estados depressivos, sem deles fazer qualquer distinção. Além disso, nela se encontra inserido o seu caráter incapacitante para o desempenho das mais fundamentais atividades do cotidiano de uma pessoa. O reconhecimento diagnóstico de um conjunto dessas características ou da totalidade delas, é apontado como sendo o parâmetro chave para o registro desse transtorno.

Conforme o referido boletim, a proporção da população mundial acometida de depressão seria de 4,4%, algo que daria em torno 322 milhões de pessoas identificadas como deprimidas, estando mais presente em mulheres (5,1%) do que em homens (3,6%). Além disso, nele é acentuado o fato de que a sua incidência tem crescido mais significativamente em países de baixa renda, além de vir sendo uma das causas principais do afastamento das pessoas do trabalho e, concomitantemente, de seus laços sociais. Aliás, ato esse que se encontra potencialmente justificado, na medida em que na referida definição são traçados os prejuízos que pode acarretar nas múltiplas atividades da pessoa. Tal prognóstico não leva em consideração as dimensões constitucionais do quadro clínico depressivo, do ponto de vista psicopatológico, e reforça sua redução ao comportamento observável e serve de indício da subordinação da definição adotada pela OMS à visão hegemônica da psiquiatria americana de origem pragmática, que se esconde sob a fachada do pretensão "ateorismo" apregoado como fundamento metodológico do Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais (MANUAL DIAGNOSTICO E ESTATÍSTICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS

---

<sup>27</sup> Livre tradução.

– DSM IV, 1993; ), que, na atualidade, tem sido o principal guia para a realização da tarefa diagnóstica pelos profissionais do campo da saúde mental.

A cifra de pessoas deprimidas no mundo, fornecida pela OMS, é orientada pelo número de diagnósticos de depressão resultantes de avaliações médicas e psiquiátricas, não cabendo qualquer dúvida de que foram realizados de fato. Trata-se de um dado material e objetivamente determinado que, no entanto, merece reflexões sobre sua veracidade científica, uma vez que estatísticas demandam interpretações que merecem exame.

Psicanalistas, psicólogos e psiquiatras relatam terem recebido em tratamento, com certa regularidade, pacientes com falsos diagnósticos de depressão, que consideram decorrentes de anamneses ligeiras ou superficiais induzidas pela falta de condições adequadas para o exercício das atividades desses profissionais no âmbito da saúde coletiva (sobretudo em países onde essa é precária) ou da eleição, pura e simples, de critérios comportamentais sem a devida consideração pela variedade dos quadros clínicos a que a depressão pode estar associada, o cotejamento da dimensão sincrônica da queixa do paciente em contraposição com a diacronia de sua história como sujeito ou a presença de outros fatores, inclusive endógenos, que podem ocasionar o rebaixamento da sensorialidade dos mesmos, dentre outros determinantes.

É fato amplamente observável, e registrado em revistas especializadas, boletins, blogs, bulas de remédio ou por meio do testemunho dos próprios pacientes, que a clínica médica tem feito o uso cada vez mais frequente de drogas antidepressivas - sob forma isolada ou como coadjuvantes de outros fármacos - para o tratamento de diversas doenças, tais como: a fibromialgia, a síndrome do tunel do carpo, a tensão pré-menstrual, a obesidade, certas formas de demência, etc. Nesses casos, mesmo que não se tratem de pessoas com depressão, a prescrição desse tipo de medicamento encontra-se associada ao registro diagnóstico da depressão, levando com que os pacientes acometidos desses outros males estejam incluídos na lista de depressivos.

Numa direção aproximativa ao anteriormente exposto, um estudo realizado por Philippe Pignarre, repertoriado por Peres (2003), problematizou o "caráter epidêmico" da depressão na contemporaneidade e, nele, apresentou a tese segundo a qual a depressão não poderia ser considerada sem sua íntima relação com a indústria farmacêutica, que têm realizado uma intensa divulgação de antidepressivos fabricados por seus laboratórios junto a médicos generalistas, o que tem propiciado o diagnóstico de depressão como resultante das respostas a esses medicamentos por pacientes com sintomas os mais diversos: fadiga, insônia, dores, irritabilidade, alcoolismo, tabagismo, dentre muitos outros.

Darian Leader (2015), também atento ao considerável crescimento do número de diagnósticos de depressão - a partir da década de 1980 - e da sua versão maníaca ou biolar - a partir da década de 1990, estabelece uma relação entre essa popularidade e o vencimento das patentes dos antidepressivos populares mais vendidos. Segundo ele, em vez de procurar produzir antidepressivos de maior eficácia, a indústria "optou por comercializar uma nova marca - um novo conjunto de transtornos, chamado bipolar em vez de um novo medicamento (p.12). A essa colonização, o autor atribui a proliferação de categorias de transtorno de humor, que passaram a ser designadas a partir de sua mensuração por diferentes graus, o que "gerou uma expansão colossal do mercado farmacêutico" (p.12), e o convite generalizado de seus potenciais consumidores ao autodiagnóstico, o qual uma vez confirmando através das designações previamente ofertadas - depressão ou bipolaridade - passa a servir à autoatribuição de uma nomeação como justificativa para suas dificuldades subjetivas e sociais.

Os aspectos acima elencados, além de alguns outros problemas que poderiam ser levantados - como por exemplo o diagnóstico induzido por pacientes portadores de sinto-

mas de depressão por empréstimo – merecem a pergunta: existem, de fato, 322 milhões de pessoas deprimidas no mundo? Seria plausível considerar a depressão como a patologia psíquica predominante em nosso tempo, incluindo aí sua versão maníaca? A nossa sociedade estaria se tornando cada vez mais depressiva?

## **O DISCURSO CONTEMPORÂNEO SOBRE A DEPRESSÃO**

Os dados divulgados pela OMS, que levam com que venha se definindo a depressão como o mal do nosso século, têm sido associados, por alguns estudiosos do campo da saúde mental e das Ciências Sociais, às modificações de concepções do psicopatológico, aos interesses mercadológicos e ao imaginário espetacular do capitalismo, bem como ao atual estado de precarização de várias dimensões da vida humana devida às transmutações do capitalismo da modernidade à pós-modernidade. As incertezas, o sentimento de impotência e desamparo diante delas, são estimadas como algumas de suas possíveis determinações. O fato é que, do mesmo modo que as estatísticas fantásticas, os discursos dos saberes que assumem maior prestígio em nossa sociedade apresentam a “mesma ideologia espetacular implícita em suas práticas correspondentes e refletem um ideal de saúde que obedece, por sua vez, toda a lógica consumista e mercadológica típica da nossa atualidade.” (TAVARES, 2010, p.67).

Conforme Leader (2015), desde a década de 1980 e 1990, concomitantemente ao crescimento dos diagnósticos de depressão, tem ocorrido o aumento significativo de outro transtorno de humor que, de certa forma lhe diz respeito: o transtorno bipolar (episódios depressivos seguidos de episódios maníacos). Segundo ele, a nossa sociedade, sobretudo o mundo do trabalho, valoriza a mania em detrimento da depressão.

Não a toa, em estudo lateral ao tema (Fontenele & Carvalho, 1999) constatou-se, quanto ao discurso apregoado da meritocracia, que os ideais de produtividade, de realização e de sucesso, praticamente impossíveis de serem alcançados pelas pessoas, levam com que elas se sintam fracassadas, tristes e culpadas seja pela sua condição subjetiva, seja material. Trata-se de um discurso cínico, em que a verdade não se encontra preservada e em que as pessoas são convocadas a aprender como atingir os ideais apregoados através de caminhos e estratégias para alcançarem realização e sucesso. Esse tipo de demanda encontra-se mais claramente em vigor na literatura de autoajuda e nos manuais de conduta empresariais. Nessa forma de discurso, desde a possibilidade do insucesso subjetivo no plano pessoal até à sua ocorrência coletiva (como por exemplo a perda de prestígio, de emprego ou decréscimo da imagem de si pelo outro, etc.) são concebidos como próprios da condição de cada um, da fraqueza de seu eu, de sua falta de habilidade ou de inteligência emocional para lidar com situações conflitantes e desafios que lhe são lançados cotidianamente. Essa condição gera angústia e culpa, que normalmente servem à expressão dos estados depressivos, e o mal-estar, gerado por essas situações, é facilmente concebido ou nomeado como depressão, sendo mais problemático nisso o modo como os sujeitos, sob uma ilusão de autonomia, se fazem dependentes de uma engrenagem circular sem saída e se alienam ao seu movimento e à sua lógica.

A afirmação de Leader (2015), segundo a qual nossa sociedade incitaria cada vez em maior grau o comportamento maníaco, condizente com os ideais de produtividade e consumo, pode também ser vista por outro prisma: da mesma forma que se dá o cultivo do ideal maníaco, em que a busca de uma ligação com o outro e o mundo se faz acompanhar de euforia, confiança e intensa energia, ocorre também a banalização da depressão, a qual admite algumas hipóteses: emerge como consequência da exaustão a que os trabalhadores são hoje submetidos por seu excesso de compromissos e tarefas, sendo plenamente

admissível como natural e própria às intensas e desgastantes atividades laborais; pode estar, também, relacionada ao amparo que a visão biológica e neurofisiológica, presente na sua concepção mercadológica, oferece às pessoas por possibilitar a identificação entre elas e a depressão e pela melhoria do estado afetivo propiciada pelo medicamento que, ao mesmo tempo a legitima. Não à toa, não é mais causa estranhamento social que alguém seja tachado de depressivo ou bipolar. Ao contrário disso, tornou-se corriqueiro as próprias pessoas assim se denominarem e, inclusive, avolumou-se a publicação de depoimentos e autobiografias, de autoria de artistas e pessoas de destaque na sociedade, relatando suas próprias experiências com a vivência da depressão ou da bipolaridade. Nelas, a condição subjacente, que pode ser apreendida nas entrelinhas dos discursos, é de que esses indivíduos são vítimas dessas condições por determinações da química cerebral ou da transmissão genética. A responsabilidade e a implicação do sujeito por seu padecer são amplamente neutralizados, assim como são, também, as determinações culturais e sociais que servem não de causas para tais estados, mas de potenciais desencadeadores deles.

Em todas as situações, até aqui enumeradas, a consideração - pela indagação sobre o lugar do sujeito na produção de seu mal-estar, do modo como se vincula, por meio de sua fantasia, aos ideais e aos objetos vendidos como fontes de felicidade, das consequências de sua posição para a sua atividade intrapsíquica e para o seu protagonismo social - nos vale mais do que uma possível leitura disso a partir de um determinismo mecanicista do social sobre o individual que remontaria muito mais à lógica inerente ao culturalismo pós-freudiano ou à naturalização de formas históricas do inconsciente geradoras de cosmovisões e avessas ao discurso psicanalítico sobre o mal-estar. Por isso:

Se o inconsciente é o discurso do Outro (Lacan), não é falso supor que as mudanças sobrevindas no discurso do Outro provoquem efeitos no sujeito, sob a condição de não se perder de vista que o inconsciente possui características estruturais que presidem seu funcionamento, independentemente dos "conteúdos" (no inconsciente não há conteúdos, supô-lo implicaria sua ontologização. (KOREN, 2011,P.114).

Embora possamos considerar que o constrangimento pulsional, produzido no âmbito da cultura pós-moderna, não seja, necessariamente e em todos os casos, devido aos mesmos fatores descritos por Freud no cotejamento que fez daquele em sua incidência na cultura moderna - onde tudo que era sólido se desfazia no ar - e que se apresente na atualidade associado aos semblantes fornecidos pela razão liberal, isso não modifica a relação dos sujeitos, inseridos nesse contexto, com as balizas de sua estrutura psíquica enquanto humanos mergulhados num mundo de linguagem. Assim, o que os psicanalistas atestam encontrarem, em seus consultórios ou instituições de saúde onde realizam sua prática, é a comprovação de que, em tais sujeitos, seus sintomas envolvem os mesmos mecanismos de formação que foram descritos por Freud em seu tempo, os quais são pertinentes ao conflito entre o inconsciente e a consciência, entre a pulsão e a cultura e ao que carece de sua resolução no que tange ao desejo e ao gozo. Dito de outro modo, as mudanças nas formas de produção do mal-estar cultural não alteram suas coordenadas estruturais. Portanto, naquilo que se transformou há de serem levadas em conta as invariantes e suas implicações a um só tempo subjetivas e sociais.

Resta considerar, que afirmar a depressão como o mal-estar característico da subjetividade de nossa época e fazê-la tributária, de forma mecanicista, de mudanças sociais que teriam proporcionado alterações nos modos de estruturação psíquica, sem que se meça o alcance disso, nos parece o que há de mais problemático nesse tipo de discurso, dada a generalidade de sua explicação e a impostura de conceber a depressão, em si mesma e sem sua distinção da melancolia, como um problema e dissolvê-la inadequadamente na noção

de mal estar, negando-lhe, com isso, seu caráter de estado transitório necessário à lida com as frustrações das pulsões, notadamente no que elas têm de real, como aquilo que, para além do simbólico e do imaginário, não cessa de não se inscrever, consoante Lacan (1974-75/2017).

Além disso, o reconhecimento, pela psicanálise, de que diferentes formas de mal-estar podem ser produzidas em diferentes épocas, admitindo com isso uma mutação tanto nelas como no fornecimento de novas fórmulas, saídas e remédios para o seu combate, não implica que isso sirva de chave para apontar uma saída coletiva padrão para o mal-estar social quer seja o de nosso tempo ou de qualquer outro. Mais fundamental que isso, quanto ao que se aponta como depressão e mal-estar, é a leitura e o discernimento que se possa traçar dos liames discursivos presentes nos dispositivos sociais e culturais que geram angústia e tristeza, bem como o modo como os sujeitos são afetados e respondem a isso, sobretudo no que tange a sua lida com a precariedade da existência e sua transitoriedade, sendo esse o caminho para que ocorra a elucidação da razão da dificuldade ou da passividade dos sujeitos diante dessas experiências de desamparo.

## **DEPRESSÃO E MAL-ESTAR NA UNIVERSIDADE**

A partir dos dados anteriormente levantados e da retomada da posição da psicanálise em relação ao problema do mal-estar e da depressão, chegamos à sua contextualização na Universidade que, por suas especificidades educacionais e científicas, enseja formas discursivas no laço social pertinente aos diferentes modos com que são nela conduzidos o processo de ensino e aprendizagem e a produção e difusão de seus conhecimentos. Tais discursos evidenciam, em diferentes escalas, modos de liame do sujeito com o saber, a verdade e o gozo que se refletem nas relações transferenciais, gerando demandas, que podem ser legitimadas pela realidade concreta ou, em grande parte, por fantasias imaginárias, cujo não atendimento pode decorrer em descontentamento, desencanto, falta de motivação ou revolta. Também, na Universidade, não está incluída a possibilidade de uma felicidade geral e irrestrita. No entanto, quando ele se manifesta, merece atentarmos para a lógica pertinente à sua magnitude e as condições de seu fomento, as quais sem serem explicitados e evidenciadas tornam-se crônicas e motivos de reiteradas queixas, que se lançam ao vazio. Ocorre que, por diversas razões, o ambiente institucional propício a isso possa ser inviabilizado e o seu combate ceifado.

Por outro lado, a Universidade não está fora do seu tempo, de modo que vale como um palco microfísico dos fatores desencadeadores característicos do modo de organização da sociedade a que pertence. Aplicando-se a ela o que foi anteriormente ponderado sobre o mal-estar contemporâneo. Acrescidas a essa dimensão mais ampla, estão as políticas que lhe dirige o poder público, as quais porquanto interfiram na manutenção e no fortalecimento de seus princípios de base, na vitalidade de suas ações e na consecução de suas metas, restam propícias à criação de mal-estar, vindo a impactar negativamente o modo como se dá a organização do trabalho, o fluxo de comunicação entre suas diversas instâncias e os consequentes danos para a comunidade acadêmica em geral.

Não podemos, de nenhuma forma, passar ao largo da maneira como a Universidade tem sido tolhida em sua autonomia nos últimos anos e desrespeitada em suas deliberações coletivas, nem do descontentamento amplamente manifesto na comunidade universitária sobre o modo como se amiam, em sua experiência institucional, e no laço entre gestores, funcionários, professores e estudantes, as exigências cada vez mais rígidas e desproporcionais em termos de produtividade e da crescente falta de condições para o desenvolvimento das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão que lhe são fundamentais. A

intromissão de uma lógica liberal em sua gestão e a sua contradição com os valores éticos afirmativos do programa emancipatório iniciado pelas ciências modernas, tem feito decair a interlocução catalizadora da confluência de saberes e empobrecido o diálogo dos pesquisadores entre si e deles com os estudantes e a comunidade. Decorre disso, dentre outros fatores, a crescente formação de tribos, ou de indivíduos isolados, em seu seio, os quais, buscando escapar por seus próprios meios a esse estado de coisas, contribuem para o incentivo da competição, do dissenso e da discórdia entre eles. Sob a pretensa liberdade de competir por recursos que lhes permitam trabalhar em seus projetos acadêmicos, muitos de seus atores alienam-se na ilusão de sua suposta autonomia e à lógica do mercado, da qual hoje as Universidade públicas infortunadamente não estão isentas. Assim, se a produção dos bens simbólicos, tão caros à Universidade em seu vínculo com a comunidade de cultura, são moldados a partir dessenexo, o bem-estar coletivo cede lugar à busca de felicidade individual e ao narcisismo das pequenas diferenças, ambos potencialmente desencorajadores e profundamente entristecedores. Com isso, o pagamento é dado pelos corpos de todos os que padecem dessa desdita, por variados tipos de adoecimento, em que se confrontam as balizas estruturais de cada um com suas contingências desencadeadoras que, no entanto, não podem ser generalizados.

Desse modo, a compreensão psicanalítica que poderíamos dar à ampla queixa de depressão e mal estar manifesta pela comunidade acadêmica só seria viável se uma escuta mais detida de suas narrativas e, com ela, desse a oportunidade para realizar o discernimento entre suas verdades objetivas e suas verdades submersas e recalçadas, que sem dúvida estão vindo à tona e se manifestando de forma sintomática; mesmo porque o motivo da queixa não surge do nada, refere-se a um processo que vem se construindo no decurso das mutações históricas, sociais e subjetivas. Portanto, da mesma forma que recusamos a banalização da depressão como forma de mal-estar da sociedade contemporânea, aplicamos o mesmo em relação à Universidade.

Por último, pensamos o enfrentamento do problema que se nomeia de mal-estar e depressão na Universidade mediante a adoção de atitudes políticas comprometidas com uma ética norteada pela singularidade em jogo nas verdades implicadas no constrangimento dos valores afirmativos do Homem e de uma Ciência com eles comprometidos. Talvez a depressão e o mal-estar esteja na pergunta: por que essa comunidade não está reagindo a isso?, porque está se tornando dócil a formas de controle que destroem à Instituição que integram e estragam suas vidas? O que não está cessando de não se inscrever nessa paralisia?

## REFERÊNCIAS

FONTENELE, L. **A interpretação**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

FONTENELE, L. Considerações epistemológicas e clínicas sobre a classificação dos transtornos mentais In: COLAÇO, V. (Org). **Reflexos3 - PET - Psicologia/UFC: Políticas de Subjetivação nas Práticas Sociais**. Fortaleza: Editora UFC, 2006, p. 12-22.

FONTENELE, L; CARVALHO, D. F. De como se pretende convencer o escravo que ele pode vir a ser um cínico: considerações psicanalíticas sobre a literatura de autoajuda. Em: LIMA, M. M. **Saber fazer com o real: diálogos entre Psicanálise e Arte**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009, p. 393-408.

FREUD, S. Tres ensayos de teoría sexual (1905). Em: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986, vol.7.

\_\_\_\_\_, S. Pulsiones y destinos de pulsión (1914). Em: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986, vol. 14.

\_\_\_\_\_, S. El malestar en la cultura (1930-1929). Em: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986, vol. 21.

\_\_\_\_\_, S. Duelo y Melancolia. (1915). Em: FREUD, S. **Obras Completas de Sigmund Freud**, Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1986, vol. 14.

BERLINK, M.T; FÉDIDA, P. A clínica das depressões: questões atuais. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo: , v. 3, n. 2, p. 9 – 25, jun. 2000.

BERRIOS, G.E. Melancolia e depressão durante o Século XIX: uma história conceitual. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo: v. 15, n. 3, p. 590-608, set. 2012.

**DEPRESSION AND OTHER COMMON MENTAL DISORDERS**, Global Health Estimates. Geneva: World Health Organization; 2017.

**MANUAL DIAGNOSTICO E ESTATÍSTICO DOS TRANSTORNOS MENTAIS – DSM IV**. Associação Psiquiátrica Americana, Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

KOREN, D. Cultura sexual e nervosismo hipermoderno. Nestor Braustein & Betty Fuks (Orgs.). **100 anos de novidade. A moral sexual “cultural” e o nervosismo moderno de Sigmund Freud [1908-2008]**. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2011, p. 99-136.

LACAN, J. RSI. (1974-1975). In: LACAN, Jacques. **L. Les seminaires (1952-1978)**. Transcription de l'Association Lacanienne Internationale. Paris, [2017]. CD-ROM.

LEADER, D. **Simplesmente Bipolar**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2015.

PEREIRA, M. E. C. **Pânico e desamparo**. São Paulo: Escuta, 1999.

PERES, U. T. **Dúvida melancólica, dívida melancólica, vida melancólica**. Em: Urânia Tourino Peres (Org.). Melancolia. São Paulo: Escuta, 1996.

PERES, U. T. **Depressão e Melancolia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

TAVARES, L.A.T. A depressão como “mal-estar” contemporâneo. Em: TAVARES, L.A.T. **A depressão como “mal-estar” contemporâneo: medicalização e (ex)-sistência do sujeito depressive [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p.67-99.

# DIÁLOGOS SOBRE PREVENÇÃO DO SUICÍDIO: a experiência do PRAVIDA enquanto pioneiro na prevenção do suicídio no contexto brasileiro

Luísa Weber Bisol<sup>28</sup>

Fabio Gomes de Matos e Souza<sup>29</sup>

## CONCEITO

O suicídio é definido como "o ato de tirar a própria vida", trata-se de um comportamento que existe ao longo dos séculos, em diferentes culturas da civilização humana. Essa questão complexa, geralmente, reflete a angústia, a dor e a desesperança do indivíduo, em um estado emocional e social, criticamente negativo<sup>1</sup>.

Inicialmente, é necessário apresentar as definições atuais sugeridas pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças<sup>2</sup> e que serão utilizadas neste texto:

- Ideação suicida: pensar, considerar ou planejar o suicídio;
- Tentativa de suicídio: comportamento não fatal, autodirigido e potencialmente prejudicial, com a intenção de morrer como resultado do comportamento; pode não resultar em ferimentos;
- Suicídio: morte causada por comportamento injurioso autodirigido com a intenção de morrer como resultado desse comportamento.

O comportamento suicida pode ser entendido como resultante da interação de diferentes fatores: biológicos, sociológicos, epidemiológicos, filosóficos, psicológicos e culturais, tanto de natureza intrapsíquica quanto interpessoal. Contemplar todos os aspectos pode garantir uma visão mais abrangente e evitar o reducionismo. Constitui importante causa de morte e incapacidade<sup>3,4</sup>.

## EPIDEMIOLOGIA

Entre os indivíduos portadores de transtornos mentais, verifica-se mortalidade mais precoce e redução de cerca de 10 anos na expectativa de vida, quando comparada à população geral<sup>3,4</sup>. O suicídio é um fenômeno complexo e grande problema de saúde pública, que ocorre em todas as faixas etárias e regiões do mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS ocorrem mais de 800 mil suicídios por ano, que significa uma taxa de 11,4 suicídios por 100.000 habitantes. É responsável por 1,4% de todas as mortes no mundo, tornando-se, em 2012, a 15<sup>a</sup> causa de mortalidade na população geral e a 2<sup>a</sup>, entre os jovens de 15 a 29 anos.

No Brasil, em 2016, foi registrada a taxa de óbitos de 6,13 por 100 mil habitantes, por suicídio (9,8 para homens e 2,5 para mulheres), totalizando 11.433 mortes<sup>5</sup>.

Dados publicados no Boletim Epidemiológico 24, da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil, entre 2011 e 2018, foram registrados 339.730 casos de violência autoprovoada, dos quais, 154.279 (45,4%) ocorreram na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 103.881 (67,3%) nas mulheres, e 50.388 (32,7%) nos homens. Do total de registros de violência autoprovoada entre jovens de 15 a 29 anos, 52.444 (34,0%) casos

28 Ph.D. em Ciências Biológicas: Bioquímica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, professora adjunta de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFC.

29 Ph.D. em Psiquiatria pela Universidade de Edimburgo, professor titular de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC, coordenador do Programa de Apoio à Vida (PRAVIDA)

puderam ser classificados como tentativas de suicídio. Ao longo do período, houve aumento substancial da proporção de registros de tentativas de suicídio, em relação ao total de lesões autoprovocadas, passando de 18,3%, em 2011, para 39,9% em 2018. Entre 2011 e 2017, verificou-se um aumento no número de óbitos decorrentes de suicídio, em indivíduos da faixa etária de 15 a 29 anos, sendo 8,7% entre os homens e 7,3% entre as mulheres<sup>6</sup>.

Entre os anos de 1996 e 2016, a taxa de mortalidade por suicídio, no Brasil, teve incremento de 29,4%. Tal aumento, foi verificado nas cinco regiões brasileiras: Região Nordeste (+104,9%), Região Norte (54,9%), Região Sudeste (16,9%), Região Centro-Oeste (15,6%) e Região Sul (7,2%)<sup>5</sup>.

Na cidade de Fortaleza, capital do estado do Ceará, no período compreendido entre os anos de 2000 e 2009, foram identificados 1903 suicídios, dos quais, 81% foram em homens (razão 4,3:1). Tal levantamento apontou que os métodos mais utilizados foram enforcamento, envenenamento, arma de fogo e pular de locais altos<sup>7</sup>.

Uma ampla pesquisa que englobou o período de 1959 a 2001, que incluiu 15.629 suicídios ocorridos na população geral, verificou-se que em 97% dos casos, havia um transtorno mental diagnosticado nos indivíduos no momento do óbito<sup>8</sup>. Os transtornos mentais mais associados a suicídio são: transtorno depressivo maior, transtorno bipolar, esquizofrenia, transtorno por uso de álcool e substâncias e transtorno de personalidade borderline<sup>4</sup>,<sup>9</sup>. É possível afirmar, que a presença de um transtorno mental é necessária, mas não suficiente para o comportamento suicida<sup>3, 4</sup>.

De forma mais ampla, quando a análise envolve o leque comportamento suicida incluindo ideação suicida, planejamento, tentativa de suicídio e suicídio, verifica-se impacto ainda maior. Para cada morte por suicídio, estima-se a ocorrência de mais de 20 tentativas. É importante destacar, que a ideação suicida e tentativa de suicídio não fatal, também, acarretam sofrimento e prejuízos significativos. Em nível global, verificam-se taxas de prevalência ao longo da vida, de aproximadamente 9,2% para ideação suicida e 2,7% para tentativa de suicídio. Ideação e tentativas de suicídio são preditores de mortes por suicídio e podem acarretar ferimentos graves, hospitalização e a necessidade de restrição temporária da liberdade, acarretando altos custos econômicos diretos e indiretos. Em conjunto, suicídio e comportamento suicida, constituem a 19ª causa de *Global Disease Burden* - GDB [carga global de doenças que inclui anos perdidos por incapacidade, doença ou morte precoce] e a 6ª e 9ª causas de GDB entre homens e mulheres com idades entre 15 e 44 anos, respectivamente<sup>10</sup>.

## SUBNOTIFICAÇÃO

O contexto apresentado nos níveis mundial, nacional e local, aponta para a necessidade de melhor conhecer tal fenômeno e prevenir comportamento suicida e suicídio. Considerando-se, que a subnotificação de mortes por suicídio é uma realidade, percebe-se a necessidade de políticas públicas que contemplem estratégias de prevenção do suicídio em todos os níveis.

Ainda, merece atenção o impacto que tal tipo de perda causa em familiares, amigos e na comunidade; é como uma pedra que cai na água e gera muitas ondas de dor e sofrimento. O suicídio de um ente querido costuma ser um grande golpe para parentes e amigos, ainda mais quando se trata de uma notícia inesperada. Esse é, especialmente, o caso quando a vítima é jovem ou fisicamente saudável. A dor e o choque que causam, frequentemente, traumatizam e deixam seus entes queridos angustiados. Estima-se, que 6 a 10 pessoas são, fortemente, impactadas pelo suicídio de alguém, ou seja, é um contingente de pelo menos 4,8 milhões de pessoas enlutadas no mundo, por ano, pelo suicídio. Alguns

autores sugerem que o suicídio é um dos tipos de morte mais dolorido para as famílias lidarem. *Postvention* (termo original em inglês) significa intervenção após, e foi proposto em 1967, por Edwin Shneudman. Posvenção refere-se ao cuidado com os enlutados por suicídio (sobreviventes), para ajudá-los a lidar com os aspectos específicos desse tipo de perda e prevenir o suicídio entre os sobreviventes. Pode-se pensar em diferentes eixos de auxílio: informação, suporte, aconselhamento psicológico e serviços de saúde mental, entre outros. Em Fortaleza, há uma Organização Não Governamental – ONG, Instituto Bia Dote, que oferece atendimentos com foco em posvenção<sup>11</sup>.

## FATORES DE RISCO PARA SUICÍDIO

Os fatores de risco para suicídio têm sido investigados em nível populacional e individual; além disso, fatores predisponentes e eventos precipitantes são também descritos, principalmente, em nível individual. Uma abordagem para entender o suicídio, leva em conta a análise do curso de vida, que se baseia na premissa de que os fatores de risco atuam em diferentes fases da vida e que o suicídio é o resultado cumulativo dos fatores de risco ao longo da vida<sup>12</sup>.

Fatores individuais, particularmente, transtornos mentais, têm o efeito robusto nas taxas de suicídio. Depressão, transtorno bipolar, transtornos do espectro da esquizofrenia, transtornos por uso de substância e transtorno de personalidade borderline, aumentam o risco de suicídio em uma ordem de 3. Outros fatores predisponentes incluem tentativa anterior de suicídio (o maior fator), abuso sexual na infância, história familiar de comportamento suicida, perda de um dos pais por suicídio na primeira infância. Também se verifica uma assimetria quanto ao sexo; as mulheres fazem maior número de tentativas, mas são os homens que morrem mais por suicídio<sup>9</sup>.

As informações coletadas com pessoas que morreram por suicídio ("autópsia psicológica"), indicam que a maioria dos indivíduos padecia de transtornos depressivos, bipolares e por uso de substâncias. Sendo o transtorno bipolar de todos os transtornos mentais aquele que está mais associado ao suicídio.

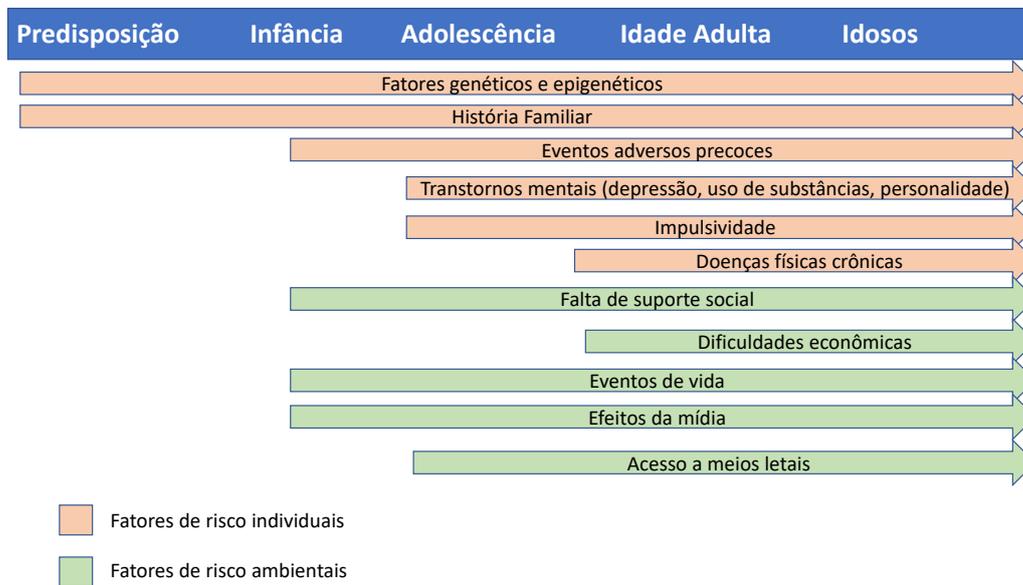
Acredita-se, que os fatores predisponentes para o suicídio, interajam com os fatores precipitantes, e os fatores predisponentes podem ter diferentes efeitos, dependendo da resiliência individual. Conjuntamente, fatores predisponentes e precipitantes, resultam em mudanças psicológicas, incluindo sentir-se sozinho, sem esperança e sobrecarregado, que por sua vez, levam ao isolamento social. Essas mudanças psicológicas, combinadas com o acesso aos meios letais, podem precipitar o comportamento suicida.

Entre os fatores precipitantes, eventos de vida estressantes podem preceder suicídios e tentativas de suicídio. Tais eventos incluem dificuldades de relacionamento (particularmente separação ou divórcio), morte de um parceiro e morte por suicídio de alguém próximo. Um fator muito relevante na situação do Brasil é o desemprego. Outros fatores precipitantes incluem receber um diagnóstico de uma doença crônica, especialmente, na primeira semana após o diagnóstico de câncer. O risco de suicídio também é alto, entre as vítimas de agressões, pessoas que foram presas e prisioneiros, pessoas do grupo LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, intersexo, assexual, +). Outro extrato populacional, extremamente, vulnerável ao suicídio é a população indígena.

Em nível populacional, os desastres naturais podem atuar como gatilhos para o suicídio, supostamente, em uma forma de dose-resposta em alguns casos. Há aumento nas taxas de suicídio, após o suicídio de uma celebridade, e o efeito é ampliado quando as diretrizes da imprensa para evitar descrições explícitas da morte e especulações sobre as causas são desconsideradas<sup>12</sup>.

Fatores sociais, particularmente, adversidade econômica, modificam a influência de muitos fatores de risco para o suicídio. Pessoas em profissões não qualificadas têm um risco aumentado de suicídio, o que é parcialmente explicado por um maior estresse psicossocial; no entanto, pessoas em profissões com acesso a meios letais para o suicídio, apresentam taxas elevadas, como: fazendeiros, enfermeiras, veterinários, médicos e policiais<sup>12</sup>.

**Figura 1.** Fatores de Risco para comportamento suicida



## MODELOS PSICOLÓGICOS DE SUICÍDIO

Um modelo psicológico de diátese de estresse, explica o risco de suicídio como uma combinação de fatores de estresse em pessoas vulneráveis. Considera-se, que a vulnerabilidade individual se expressa na ideação e é ampliada pela impulsividade e agressividade, que aumentam a probabilidade de agir com base em ideias suicidas. A sensação de sobrecarregar os outros e não ser aceito em grupos sociais, interage com a sensação de desesperança de que essas percepções não mudem<sup>9</sup>

A impulsividade é um componente da maioria dos modelos psicológicos de suicídio. Esse traço é, parcialmente, familiar e tem grande influência no risco de suicídio entre os jovens. O perfeccionismo pode ser outro traço de personalidade, que contribui levando ao isolamento por medo de ser estigmatizado por uma crise interpessoal. Rigidez, inflexibilidade e ruminação, prejudicam a resolução de problemas com relação aos estressores comuns, incluindo a tentativa de encontrar soluções para problemas financeiros, desemprego, envolvimento na justiça criminal, conflitos interpessoais e conflitos familiares<sup>9</sup>

Deve ser lembrado, que o indivíduo não é suicida, e sim, ele está suicida. O que isso quer dizer? Existe, também, uma ambivalência entre a vontade de viver e a vontade de morrer. Assim, horas a pessoa quer se suicidar, outras ela deseja ser resgatada da situação que coloca a "SUA" vida em risco. É extremamente importante, que se evitem os contextos de vida que possam aumentar a probabilidade de suicídio<sup>14</sup>.

História familiar de suicídio constitui um fator de risco para suicídio, e o efeito do suicídio parental é maior nas crianças pequenas, quando comparadas aos adolescentes; ou seja, crianças cujos pais apresentaram comportamento suicida, terão maior risco de suicídio ao longo da vida. Esse risco é, parcialmente, explicado pelos transtornos mentais

dos pais, traços de impulsividade e agressividade ou transtornos neurocognitivos, todos sendo parcialmente herdáveis geneticamente. No entanto, os estudos não foram capazes de separar imitação comportamental do suicídio de um membro da família e predisposição genética para o suicídio, como fatores explicativos. Estudos com gêmeos produziram estimativas da contribuição genética para o risco de comportamento suicida, que variam de 30 a 50%. Apesar da aparente herdabilidade do comportamento suicida, os genes de risco não foram identificados<sup>12</sup>.

## INTERVENÇÕES PARA REDUZIR O RISCO DE SUICÍDIO

As estratégias de prevenção de suicídio podem ser classificadas, como universais (em nível populacional) ou podem ser direcionadas a pessoas de alto risco<sup>13, 14</sup>.

As medidas populacionais incluem a restrição do acesso aos meios de suicídio, particularmente, se certos métodos são letais e, frequentemente, usados em uma determinada população e incluem:

- Proibição da venda de pesticidas;
- Controle de venda de medicamentos;
- Restrição de posse de armas;
- Construção de barreiras em pontos de suicídio, em potencial, como pontes, prédios altos e trilhos de trem;
- Embalagens menores de certos medicamentos vendidos sem prescrição que são usados para suicídio;
- Campanhas de prevenção do suicídio.

As estratégias individuais (ou seletivas) são direcionadas à população-alvo de indivíduos, que apresentam maior risco de suicídio. Fazem parte desse grupo, os portadores de transtornos mentais, adolescentes, pessoas com doenças crônicas (exemplo: epilepsia), entre outros.

Outra proposta de divisão das estratégias de prevenção do suicídio divide-se em:

- **Prevenção Primária:** visa à população, em geral, antes que pensamentos ou comportamentos suicidas ocorram, e inclui vasta gama de intervenções, como: programa de desenvolvimento de habilidades, abordagens educacionais, campanhas para redução do estigma e políticas para aumentar o acesso aos cuidados de saúde, ou restringir o acesso a meios letais;
- **Prevenção Secundária:** programas como o de treinamento de "gatekeepers", que busca treinar indivíduos que possam adquirir conhecimento e desenvolver habilidades e atitudes, para identificar aqueles que estejam em risco; determinar os níveis de risco e fazer referências ou encaminhamentos quando necessário; intervenções em escolas envolvendo administração, professores, funcionários da parte administrativa e de infraestrutura, estudantes; triagem em sala de emergência médica e unidades de cuidados primários;
- **Prevenção Terciária:** intervenções destinadas aos indivíduos que fizeram tentativa de suicídio e incluem intervenções psicoterápicas, farmacológicas, abordando o indivíduo e sua rede de apoio<sup>13</sup>.

## COMO IDENTIFICAR UMA PESSOA EM RISCO DE SUICÍDIO

Não há um roteiro aceito, consensualmente, que identifique pessoas em risco de suicídio. Entretanto, algumas frases podem sugerir um maior risco e podem ser utilizadas pelos profissionais não especialistas em saúde mental:

### 1. Você tem planos para o futuro?

A resposta do paciente com risco de suicídio é não.

### 2. A vida vale a pena ser vivida?

A resposta do paciente com risco de suicídio novamente é não.

### 3. Se a morte viesse, ela seria bem-vinda?

Desta vez a resposta será sim para aqueles que querem morrer.

Se o paciente respondeu como foi referido acima, o profissional de saúde fará essas próximas perguntas:

### 4. Você está pensando em se machucar/se ferir/fazer mal a você/em morrer?

### 5. Você tem algum plano específico para morrer/se matar/tirar sua vida?

### 6. Você fez alguma tentativa de suicídio recentemente?<sup>15</sup>

## MITOS EM RELAÇÃO AO SUICÍDIO

Erros e preconceitos com relação ao suicídio e sua prevenção, são muito frequentes e reforçam o estigma, em torno dos transtornos mentais e do comportamento suicida. Como consequência da discriminação, as pessoas são levadas a sentimentos como: vergonha, exclusão e discriminação. O conhecimento pode contribuir para a redução do estigma em torno do comportamento suicida. A Tabela 1 ilustra os mitos sobre o comportamento suicida.

**Tabela 1** - Mitos sobre o suicídio<sup>15</sup>

Mitos	Verdades
O suicídio é uma decisão individual, já que cada um tem pleno direito a exercer o seu livre arbítrio.	FALSO. Os indivíduos que estão em risco de suicídio padecem quase que, invariavelmente, de um transtorno mental que altera, de forma radical, a sua percepção da realidade e interfere em seu livre arbítrio. Tratamentos eficazes dos transtornos mentais são pilares fundamentais da prevenção do suicídio. Após o tratamento do transtorno mental o desejo de se matar desaparece.
Quando uma pessoa pensa em se suicidar terá risco de suicídio para o resto da vida.	FALSO. O risco de suicídio pode ser, eficazmente, tratado e, após o tratamento, terá seu risco reduzido.
As pessoas que ameaçam se matar não o farão pois querem apenas chamar a atenção.	FALSO. A maioria das pessoas com risco de suicídio fala ou dá sinais sobre suas ideias de morte. Grande parte dos suicidas expressou em dias ou semanas anteriores, frequentemente, aos profissionais de saúde, seu desejo de cometer suicídio.

Mitos	Verdades
Se uma pessoa que se sentia deprimida e pensava em suicidar-se, em um momento seguinte passa a se sentir melhor, normalmente, significa que o problema já passou.	FALSO. Se alguém que pensava em cometer suicídio e, de repente, parece tranquilo, aliviado, não significa que o problema já passou. Uma pessoa que decidiu cometer suicídio pode sentir-se “melhor” ou sentir-se aliviado, simplesmente, por ter tomado a decisão de se matar e não apresentar ambivalência.
Quando um indivíduo mostra sinais de melhora ou sobrevive a uma tentativa de suicídio, está fora de perigo.	FALSO. Um dos períodos mais perigosos é quando o indivíduo está melhorando da crise que motivou a tentativa, ou quando a pessoa ainda está no hospital, na sequência de uma tentativa. A semana que se segue à alta hospitalar é um período durante o qual a pessoa está, particularmente, fragilizada. Como um preditor do comportamento futuro é o comportamento passado, a pessoa que fez uma tentativa de suicídio muitas vezes continua em alto risco.
Não devemos falar sobre suicídio, pois isso pode aumentar o risco.	FALSO. Falar sobre suicídio não aumenta o risco. Muito pelo contrário, falar com alguém sobre o assunto pode aliviar a angústia e a tensão que esses pensamentos trazem.
É proibido que a mídia aborde o tema suicídio.	FALSO. A mídia tem obrigação social de tratar desse importante assunto de saúde pública e abordar esse tema de forma adequada. Isto não aumenta o risco de uma pessoa se matar; ao contrário, é fundamental dar informações à população sobre o problema, onde buscar ajuda.

Fonte: Adaptada de “Cartilha Suicídio Informando para Prevenir – ABP/CFM, 2014”.

## PRAVIDA<sup>16</sup>

O Programa de Apoio à Vida PRAVIDA, foi criado na cidade de Fortaleza, no ano de 2004, como projeto de extensão vinculado ao Departamento de Medicina Clínica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará - UFC. A ideia de implementar o PRAVIDA, surgiu em decorrência da grande quantidade de pacientes com histórico de ideação e tentativa de suicídio que chegavam ao Instituto Doutor José Frota – IJF, que por sua vez, eram encaminhados ao Ambulatório de Saúde Mental do Hospital Universitário Walter Cantídio – HUWC. Na época, não havia nenhum programa especializado para oferecer atendimento a esses pacientes, logo, viu-se a possibilidade para o desenvolvimento do projeto.

O nome PRAVIDA, foi escolhido durante uma reunião de equipe, na qual vários nomes relacionados ao tema “suicídio” eram sugeridos, até que um estudante apontou que o projeto tinha como objetivo promover e apoiar a vida, então, o projeto foi batizado “Projeto de Apoio à Vida”.

No ano de 2007, o PRAVIDA tornou-se um programa de extensão da UFC, o qual se caracteriza por um, “[...] conjunto de atividades integradas, de médio e longo prazo, orientadas a um objetivo comum, articulando projetos e outras atividades de extensão, cujas diretrizes e escopo de interação com a sociedade, integrem-se às linhas de ensino

e pesquisa desenvolvidas na UFC, nos termos de seus projetos político-pedagógico e de desenvolvimento institucional".

Como programa, o PRAVIDA realiza suas atividades baseando-se no tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. No que pauta o primeiro eixo, tem-se por objetivo o aperfeiçoamento teórico e a divulgação dos conhecimentos a respeito da prevenção do suicídio para estudantes de graduação e pós-graduação, profissionais da área da saúde e população em geral. Para isso, realizam-se capacitações internas e externas, palestras, minicursos e, anualmente, realiza-se o Curso de Prevenção do Suicídio que já foi realizado mais de uma dezena de vezes. Em 2020, diante do cenário da pandemia de COVID-19, o curso precisou adaptar-se ao contexto das plataformas digitais e contou com mais de 5000 inscritos.

## **PRAVIDA E PESQUISA**

No que concerne à pesquisa, tem-se como locais de atuação os hospitais HUWC e IJF. Desde 2004, existe o convênio entre o PRAVIDA e o IJF, mas, só em 2013, esse convênio foi institucionalizado.

No Ambulatório de Saúde Mental do HUWC, todos os pacientes que ingressam no PRAVIDA, são convidados a responderem alguns instrumentos validados e amplamente utilizados para que a equipe possa, inicialmente, conhecer melhor o indivíduo e, posteriormente, utilizar tais dados para finalidade de pesquisa.

No IJF, uma equipe formada por extensionistas, juntamente com um supervisor, direcionam-se diariamente ao IJF, para realizar busca ativa de pacientes que estão hospitalizados por tentativa de suicídio. As entrevistas são realizadas pelos extensionistas do programa e os dados obtidos são inseridos em um software para tabulação e, posteriormente, a realização de pesquisas.

Além da entrevista, é realizada uma escuta terapêutica e orientações sobre a Rede de Saúde Mental para o cuidado do paciente. É pertinente destacar, que nos casos entrevistados, o contato inicial tem a finalidade de investigar e coletar informações, oferecer apoio emocional e estabelecer um vínculo. É importante explanar, que esses pacientes quando recebe alta, são encaminhados para acompanhamento no PRAVIDA.

Os dois projetos foram submetidos à apreciação dos comitês de ética das duas instituições e devidamente aprovados.

## **PRAVIDA E EXTENSÃO**

No que se refere à extensão, essa é realizada, semanalmente, no HUWC, no ambulatório de saúde mental, às quintas-feiras, no horário de 13h as 17h. O paciente que está com ideação suicida grave, ou que teve tentativa recente de suicídio, é acompanhado pela equipe interdisciplinar por, aproximadamente, 12 sessões, o que equivale três meses. Esse período de tempo foi assim definido, porque o PRAVIDA trabalha com intervenções no período de crise e de maneira precoce, pois os primeiros meses, após uma tentativa de suicídio são um intervalo de tempo em que o risco para uma nova tentativa é alto. Os atendimentos são realizados, semanalmente, sendo cada paciente atendido por extensionistas que estão no programa, e a supervisão dos casos é feita por profissionais da UFC, HUWC, ou voluntários.

Quanto à adesão ao tratamento, é pertinente frisar que há uma elevada assiduidade e um engajamento dos pacientes da rede de apoio, no acompanhamento interdisciplinar do PRAVIDA. A maioria deles frequentam as doze semanas do tratamento, excetuando-se casos, em que o usuário é encaminhado para a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, após a identificação e avaliação do risco, esse diminuído antes das doze sessões. Por fim, quanto aos resultados do acompanhamento do PRAVIDA, em 17 anos de história, não houve nenhum suicídio de paciente durante o período de atendimento no programa.

## **PRAVIDA E PROJETOS**

Devido à grande demanda para atendimentos, solicitações de palestras, intervenções em outros locais como: escolas, empresas, unidades de saúde, surgiram outros projetos dentro do programa, o PRAVIDA Itinerante, PRAVIDA nas Escolas e o PRAVIDA na comunidade surda.

### **PRAVIDA ITINERANTE**

O PRAVIDA Itinerante iniciou suas atividades por meio de uma solicitação realizada no município de Paracuru/CE, em 2013. Um grupo de estudantes, juntamente, com o coordenador e outros colaboradores, se disponibilizou para atender solicitações externas ao atendimento ambulatorial.

Como já dito, a primeira atividade do projeto ocorreu em Paracuru, no ano de 2013. Profissionais da Rede de Atenção à Saúde Mental desse município entraram em contato com o PRAVIDA, solicitando capacitação aos profissionais do município, para que esses pudessem trabalhar a prevenção do suicídio e minimizar os indicadores.

Inicialmente, foi realizada uma capacitação com gestores e profissionais do município. A atividade teve duração de 17 horas, dividida em dois dias, sendo o conteúdo da capacitação:

1º dia: Suicidologia, entrevista com o paciente suicida, depressão, transtorno bipolar e transtorno de personalidade *borderline*;

2º dia: *Feedback* e tira-dúvidas, mesa redonda com prefeito e secretários. Encerrando-se com a assinatura dos secretários e prefeito em um termo de ajustamento de conduta, para que o Ministério Público – MP, garantisse a realização de um Plano Municipal de Prevenção do Suicídio - PMPS.

Em setembro de 2014, foi lançado o PMPS com a presença de membros do PRAVIDA. O plano seguiu a sugestão que o programa indicou, ou seja, que o PMPS fosse baseado na divisão de três eixos: ensino, pesquisa e assistência.

As atividades realizadas pelo Itinerante vão desde palestras sobre a temática do suicídio, até planos de intervenção local em vista da questão do suicídio. É válido destacar que, em 2018, o PRAVIDA Itinerante realizou atividades nos municípios de: Horizonte, Quixeré, Canindé, Teresina, Salvador, entre outros.

Em 2019, o PRAVIDA foi convidado a integrar a equipe que formulou o Plano Municipal de Promoção da Saúde, Prevenção e Posvenção do Suicídio do município de Fortaleza<sup>17</sup>

## **PRAVIDA NAS ESCOLAS**

O PRAVIDA nas escolas teve início, em 2016, a partir da demanda de duas escolas públicas, que entraram em contato com o programa. Devido ao surgimento dessa demanda ao programa, o PRAVIDA sentiu a necessidade de realizar um grupo de estudos específico, para capacitar e preparar os extensionistas para atuar em campo escolar.

Sabe-se, que cada contexto, por exemplo, o clínico e o laboral, exigem diferentes estratégias e, até então, os integrantes do programa não haviam estudado sobre prevenção do suicídio no contexto escolar. Tal grupo teve duração de um semestre e nele estudou-se a literatura científica, baseando-se em intervenções que aconteceram no mundo.

O interesse inicial das escolas era a realização de uma palestra, no entanto, o grupo optou em elaborar intervenções por saber que os resultados seriam mais eficazes do que uma palestra. O primeiro desafio foi sensibilizar a equipe da escola, e isso ocorreu por meio de diálogo com a direção para que as intervenções fossem aprovadas. Entre as atividades, houve uma capacitação inicial com professores de ambas as escolas e foram discutidos temas de prevenção do suicídio e adolescência.

No segundo semestre, deu-se início a intervenção em uma das escolas, inicialmente, ocorreu à aplicação de um questionário para a coleta de dados sociodemográficos. Os encontros tinham duração média de uma hora e aconteciam uma vez por semana, um grupo pela manhã e outro à tarde, no horário de aula, com uma média entre sete e dez participantes. Em cada encontro, trabalhava-se um tema específico, que se relacionava com a prevenção do suicídio, e os estudantes treinavam, em grupo, novas habilidades, novas ferramentas para lidar com o sofrimento.

Em 2017, o projeto realizou um evento para mais de 20 escolas, entre públicas e privadas e, a partir desse evento, foram feitas inscrições de novas escolas interessadas em receber as atividades do projeto. Após esse contato inicial, foram selecionadas escolas participantes da primeira fase, priorizando as escolas públicas, tendo em vista a escassez de profissionais da saúde mental nas referidas escolas. Para as escolas particulares, até o presente momento, estão sendo desenvolvidas capacitações para os profissionais.

## **PRAVIDA DOS SURDOS**

O projeto PRAVIDA dos Surdos surgiu no ano de 2017, idealizado por uma psicóloga, que também é intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e militante na comunidade surda. A inspiração para a criação do mesmo ocorreu devido a um suicídio de uma jovem universitária surda, em 2017. Esse fato abalou a comunidade surda de Fortaleza e inspirou a criação desse projeto, como forma de prevenir outros suicídios e, também, como homenagem à jovem surda, que era bastante ativa na comunidade.

A partir deste episódio e de outro caso, que ocorreu no ano de 2016, foi percebida a necessidade de desenvolver um projeto para atender essa comunidade, em específico, com isso, o PRAVIDA dos surdos inicia suas atividades no Setembro Amarelo, em 2017. É oportuno salientar, que o objetivo central desse projeto é atender a demanda da comunidade surda em relação à prevenção do suicídio.

Os atendimentos do PRAVIDA na comunidade surda ocorrem no Ambulatório de Saúde Mental do HUWC. Conta com uma equipe formada por psicólogos, estudantes de psicologia, além dos intérpretes de Libras, que são voluntários.

As atividades desenvolvidas pelo projeto iniciaram-se em setembro, ocasião em que a comunidade surda de Fortaleza, foi convidada a estar presente na Caminhada Pela Vida,

que, anualmente, o PRAVIDA organiza. Além das atividades que foram promovidas pelo programa nesse mês, o PRAVIDA dos surdos tem atuado na conscientização da prevenção do suicídio na comunidade surda, nos espaços em que os surdos são assistidos, como: nas escolas bilíngues, nas associações de surdos, locais em que a equipe do PRAVIDA se coloca disponível para realização de ações diversas, no sentido de promover conscientização e levar informação de forma acessível.

## **PRAVIDA E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR**

Atualmente, a equipe que integra o programa conta com vários extensionistas (graduandos em psicologia, serviço social, enfermagem e medicina), dois professores de psiquiatria da Universidade Federal do Ceará, três profissionais do HUWC (uma assistente social, uma psicóloga e uma enfermeira) e profissionais voluntários de enfermagem e psicologia. Recebe estudantes do oitavo semestre do curso de medicina da UFC, e os residentes da Residência Multiprofissional – RESMULTI, e Residência Médica em Psiquiatria (RESMED) do HUWC/UFC.

Conforme se observa, o trabalho que ocorre no PRAVIDA é interdisciplinar, onde os profissionais e estudantes das referidas áreas idealizam, planejam e executam juntos os atendimentos e as atividades do programa. É importante frisar, que a interdisciplinaridade se caracteriza pela emergência de subdisciplinas densas, conceitualmente, especializadas em novos objetos, com novos métodos de investigação e novas perspectivas teóricas, fruto de “disciplinas mães” interrelacionadas. No PRAVIDA, todos os casos passam pela supervisão da Medicina – psiquiatria, enfermagem, psicologia e serviço social, proporcionando a visão biopsicossocial do paciente<sup>16</sup>.

Os profissionais que estão no programa devem, portanto, agir em conjunto, apoiando e entendendo os motivos, ou o contexto que levaram o paciente a pensar na morte como solução de seus conflitos e de seu sofrimento, sem preconceitos e pré-julgamentos.

Uma atuação interdisciplinar no atendimento aos pacientes do PRAVIDA implica em uma organização articulada em equipe, de modo que cada profissão faça uso de suas técnicas e, ao mesmo tempo, dialoguem e realizem intervenções para o bem do paciente. Para que isso ocorra, é crucial que cada profissão respeite o saber e autonomia que outra profissão tem.

Por fim, pode-se observar que o trabalho que a equipe interdisciplinar realiza no PRAVIDA, caracteriza-se por ser uma estratégia importante para a prevenção ao suicídio. A intervenção de uma equipe interdisciplinar é fundamental para assegurar uma abordagem terapêutica integral, capaz de cumprir, também, o papel de mediadora entre os demais recursos da rede de saúde, o paciente e sua família.

## **PRAVIDA E A CAMPANHA SETEMBRO AMARELO**

O PRAVIDA realiza, anualmente, no domingo mais próximo do dia 10/09 (Dia Mundial de Prevenção do Suicídio), uma caminhada na Avenida Beira Mar, em Fortaleza. É motivo de orgulho para o programa, que tal iniciativa tenha servido de inspiração para a Campanha Setembro Amarelo, que desde 2014, ocorre em todo o território brasileiro e que trabalha intensamente na prevenção do suicídio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

São necessários esforços, para desenvolver projetos que engajem toda a sociedade nas estratégias de prevenção do suicídio. Trata-se de uma questão de saúde pública e a causa de morte evitável. É dever de todos, sensibilizar os gestores para as questões que envolvem agravos para a saúde mental da população, e que terão impacto, ajudando a reduzir as estatísticas relativas ao suicídio. O PRAVIDA é um programa pioneiro, no Brasil, que atua em prevenção ao suicídio, nos níveis primário, secundário e terciário.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSIQUIATRIA (ABP). **Suicídio**: informando para prevenir / Associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio – Brasília: CFM/ABP, 2014.

BERTOLETE, J.M.; FLEISCHMANN A. “*Suicide and psychiatric diagnosis: a worldwide perspective*”. *World Psychiatry*. 2002; 1(3):181-5.

BOTEGA, N.J. **Crise suicida**: avaliação e manejo. 1. Ed. Porto Alegre: ArtMed, 2015.

BRASIL. **Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde do Brasil**. Boletim Epidemiológico 24, volume 50. 2019.

FAZEL. S, Runeson B. **Suicide**. *N Engl J Med*. 2020 Jan 16;382(3):266-274.

KLONSKY E.D.; MAY A.M.; SAFFER, B.Y. *Suicide, Suicide Attempts, and Suicidal Ideation*. *Annu Rev Clin Psychol*. 2016;12:307-30.

MARCOLAN, J. F; Silva, D.A. O comportamento suicida na realidade brasileira: aspectos epidemiológicos e da política de prevenção. *Revista M. Estudos sobre a morte, os mortos e o morrer*, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 31-44, sep. 2019.

MELEIRO, A.M.A.S.; Correa, H. Comportamento Suicida. In: MELEIRO, A.M.A.S. (Org.). **Psiquiatria**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. P. 633-649.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Plano Municipal de Promoção da Saúde, Prevenção e Posvenção do Suicídio** – Fortaleza: setembro de 2019.

SÁ, I.S.L.B. de; REBOUÇAS, E.F; NOBRE, L.V.; SILVA, V.H.D., PESSOA, L.F.O.; GURGEL W.S.; SOUZA, F.G.M. *Suicide rates in Fortaleza increased 157% in ten years*. *Rev Med UFC*. 2020;60(3):5-10.

SCAVACINI, K.; MELEIRO, A.M.A.S. Posvenção / Sobreviventes do Suicídio. In: MELEIRO, A.M.A.S. (Org.). **Psiquiatria**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. P. 671- 677.

SOUZA, F.G.M.; OLIVEIRA, M.I.V.; REBOUÇAS, E.F; BISOL, L.W. (Org.). **Prevenção ao suicídio**: temas relevantes. 1.ed. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2018.

SOUZA, N.B.; MENEZES, G.D. Todos pela Vida: 14 anos de trabalho interdisciplinar do Programa de Apoio à Vida (PRAVIDA) na prevenção do suicídio no Estado do Ceará. In: Referência capítulo do livro do PRAVIDA). In: Souza, F.G.M.; Oliveira, M.I.V.; Rebouças, E.F.; Bisol, L.W. (Org.). **Prevenção ao suicídio**: temas relevantes. Fortaleza: Premium Gráfica e Editora, 2018. P. 307-319.

SOUZA, F.G.M.; MELEIRO, A.M.A.S. Estratégias Preventivas e Tratamento do Comportamento Suicida. In: MELEIRO, A.M.A.S. (Org.). **Psiquiatria**: estudos fundamentais. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. P. 656-671.

WONG, J.C. **Predicting Suicide and its Prevention**. *Ann Acad Med Singap*. 2018; 47(9):357-359.

WILCOX HC; WYMAN PA. **Suicide Prevention Strategies for Improving Population Health**. *Child Adolesc Psychiatr Clin N Am*. 2016 Apr;25(2):219-33.

## DIÁLOGOS SOBRE A FELICIDADE: a felicidade dos filósofos gregos

Maria Aparecida de Paiva Montenegro<sup>30</sup>  
mariamontenegro@ufc.br

Gamaliel Bramel Simões Ferreira<sup>31</sup>  
gamalielferreira@gmail.com

*... Não tem cabimento voltar a perguntar por que deseja ser feliz quem é feliz. Essa vontade (...), esse amor (...) são comuns a todos os homens.  
Platão, O Banquete, 205a*

*De fato, é a partir dos modos de viver que se julga o que é o bem e a felicidade.  
Aristóteles, Ética a Nicômaco, I, 3, 1095b14-16.*

Boa noite a todos!

Confesso que estou impressionada com a magnitude desse evento para o qual fui convidada. Com muita honra estou aqui, muito agradecida. Agradeço em nome do Professor Álvaro Madeiro Leite, Vice-Diretor do Colégio de Estudos Avançados – CEA, da Universidade Federal do Ceará – UFC, e coordenador da mesa, o convite do estimado Professor César Barreira, Diretor do CEA e organizador, juntamente, com o Prof. Álvaro, desse ciclo de palestras.

É, igualmente, uma honra dividir a mesa com o Dr. Valton Miranda, uma referência para todos nós na área da Psicanálise. Quando fui aluna do curso de Psicologia da UFC, o nome dele já era bastante conhecido, sempre figurando entre os psicanalistas mais importantes do Ceará. Anos depois, como docente dessa casa, tive a oportunidade de conduzi-lo até essa mesma mesa, quando ele recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*. Então, para mim, é uma alegria e uma honra estar aqui, novamente, ao lado dele, compartilhando deste momento.

Saúdo, também, os meus colegas: Professor Custódio Almeida, que é o nosso Vice-Reitor, a Professora Mirtes Amorim, o Professor Konrad Utz, o Professor Manuel Furtado, a Professora Sônia Castelo Branco, o Professor Raimundo Costa Filho e, em nome deles, os amigos que estão aqui. Agradeço, desde já, a presença de todos vocês.

\*\*\*

A princípio, gostaria de dizer que minha fala vai ser um tanto informal, pois o próprio título dessa mesa-redonda, assim, o sugere: "Diálogos sobre a felicidade". Acredito, que preservo mais esse espírito de diálogo se discorrer sobre o tema da felicidade de modo menos acadêmico, mesmo porque essa questão nos toca a todos de uma maneira muito direta e pessoal, convocando-nos a nos voltarmos sobre a nossa própria forma de conceber o nosso lugar e a razão de estarmos no mundo. Por isso, eu não planejei ler um texto, como é o costume, pelo menos nos eventos de filosofia.

Dada à amplitude do tema e das diferentes perspectivas sob as quais ele pode ser abordado, trarei, apenas, algumas reflexões acerca da felicidade à luz da área de investigação, à qual venho me dedicando nos últimos 20 anos: a Filosofia Antiga; mesmo porque, a

<sup>30</sup> Professora do Curso de Filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

<sup>31</sup> Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Responsável pela transcrição, organização e edição do texto

outra vertente sob a qual eu poderia abordar a felicidade, a da Psicanálise, o Dr. Valton, certamente, se encarregará de fazê-lo com muito mais propriedade e eloquência. Aliás, minhas investidas no campo da filosofia antiga se devem à minha crescente preocupação com os problemas contemporâneos; quanto mais me angustio com o colapso do mundo ocidental, mais eu recuo meus interesses de investigação para a Antiguidade Grega, no afã de entender os dilemas hodiernos, a partir de suas manifestações mais originárias. Assim, todo o meu interesse na pesquisa em Filosofia Antiga não é outro, senão o de tentar compreender melhor a contemporaneidade, a partir das reflexões daqueles que colocaram no centro de seus interesses o exame criterioso acerca de como ver e viver a vida. Não vejo na distância cronológica e tecnológica entre a Antiguidade Grega e a atualidade, razão suficiente para julgar que tudo que foi pensado sobre a condição humana naquele contexto e época, sobretudo no que diz respeito a sua finitude e fragilidade, esteja ultrapassado e tenha apenas valor histórico - o que, aliás, já não seria pouco. Enfim, penso que esse movimento nos ajuda bastante a entender o porquê de sermos assim e os motivos pelos quais nós somos como somos: claudicantes e cegos quando se trata de pensarmos a nós mesmos e na dificuldade de sermos felizes.

Essas primeiras indagações acerca da felicidade, pelo menos no Ocidente, têm origem, conforme já anunciamos, na Grécia Antiga. Podemos ver que esse tema já aparece na poesia grega, portanto, em um momento anterior ao período em que a Filosofia emerge.

Temos, na poesia homérica, certa concepção trágica *avant la lettre*, uma vez que o ser humano não é descrito como alguém para quem a felicidade seria possível. Antes de a tragédia aparecer como gênero literário, no século V a.C., já se tem, por volta do século VIII a.C. (que se supõe ser o século de Homero), essa concepção de que felizes só seriam os deuses.

O motivo por trás dessa concepção está relacionado à convicção de que a felicidade dos deuses se deve a sua condição imortal. O termo felicidade usado para os deuses é *makários* (μακάριος), sendo *makariótes* (μακαριότης), essa felicidade própria às divindades, decorrente de sua imortalidade e, conseqüentemente, de sua capacidade de tudo ver e saber. Desde a tradição homérica, portanto, tem-se a noção de que os deuses tudo sabem, tudo podem, e estão sempre certos. Percebemos, com isso, uma concepção de felicidade ligada tanto à infinitude, quanto à sabedoria e à onipotência, estando o ser humano, por sua natureza mortal e ignorante, inapto a ser feliz. Contudo, Jean-Pierre Vernant (1996), atenta para a possibilidade, no universo homérico, de certa felicidade cabível aos mortais, qual seja: a de poder alcançar alguma imortalidade, à medida que permanece vivo na memória dos pósteros.

Nesse período em que a atividade que pautava as relações de posse e de poder era a guerra, a vida mais virtuosa era a do guerreiro. Isto, justamente, porque ele enfrentava o temor da própria morte no auge de sua juventude, trocando, por assim dizer, a vida que teria pela frente por uma imortalidade perpetuada pelos cantos, que glorificavam seus belos feitos pela posteridade. O termo grego para glória é *kléos* (κλέος). O *kléos* (κλέος), sendo o meio que daria a possibilidade dessa imortalidade cabível aos humanos, deveria então ser buscado durante toda a vida, podendo ser obtido através do cultivo da virtude da coragem.

Há, ainda, outros termos, que também apontam para certa noção de felicidade na Antiguidade Arcaica: a *eutiquía* (εὐτυχία), em que o prefixo *eú* (εὐ), significa bom/boa, e *tiché* (τύχη), aquilo que simplesmente acontece, podendo ser traduzido por sorte ou fortuna. Alguém que tivesse uma boa sorte seria tido como feliz. Porém, o destino, ora referido como *Móros* (Μόρος), ora como *Moîra* (Μοῖρα), indica o lote, a parte que cabe a cada um de nós quando nascemos e cujo limite é a nossa morte. Nosso lote nunca guarda apenas acontecimentos favoráveis; há sempre a intervenção da dor e do pesar estando eles, diretamente,

ligados à morte. No mundo de Homero e, posteriormente, no âmbito da poesia trágica, não há um só ser humano que não esteja fadado ao sofrimento e à dor. Portanto, essa *eutiquía*, essa condição de bem-estar, plenitude, beatitude, ou plenificação é sempre transitória, a menos que se relacione com aquela ideia de imortalidade viabilizada pela glória. E é claro que, para se obter a glória, é preciso enfrentar o medo da morte.

Note-se, que nesse contexto, a ideia de felicidade não, necessariamente, se relaciona ao prazer. Refiro-me, ao prazer obtido pelo atendimento de apetites, como a fome, a sede e a sexualidade. Quanto ao desejo de riqueza, há uma palavra, *olbía* (ολβία), que se refere à felicidade advinda desse tipo de posse, do acúmulo de dinheiro. O termo *eudaimonía* (εὐδαιμονία) para designar a felicidade é mais utilizado no campo da Filosofia. O *daímon* (δαίμων) é uma espécie de gênio, um ser, digamos, de transição: nem é totalmente divino, nem é humano. Cada um de nós seria dotado de um *daímon* (δαίμων), que nos guiaria e que nos conduziria durante a nossa vida. A *eudaimonía* (εὐδαιμονία) implica, portanto, um bom gênio, esse *daímon* (δαίμων) bom que nos habita. Poderíamos dizer um bom humor, porém, num sentido mais profundo do que aquele usado coloquialmente, pois remete a um estado de espírito ou forma de vida que será mais desenvolvido no âmbito da Filosofia.

Temos, então, na tradição poética, começando por Homero, essa visão mais trágica de uma felicidade que é alcançada apenas indireta e, parcialmente, através da imortalidade obtida pela glória do herói. Quanto à felicidade pensada como bom destino, ou boa sorte (*eutiquía*), deve-se levar em conta, que se tal fortuna decorrer da proteção de algum deus, ela é sempre limitada; pois que se um deus protege um mortal, seja ele um herói ou não, há sempre um deus rival que o punirá, ou perseguirá - a tragédia Hipólito, de Eurípedes, é uma boa ilustração disso.

Ora, essa visão começa a ser modificada, à medida que se passa a perceber (e isso tem a ver com a emergência da filosofia dos primeiros pensadores, os naturalistas), a condição do ser humano como um ser da natureza. Nesse novo contexto, a natureza adquire um estatuto divino, porquanto, é pensada como princípio, fonte primordial (*arché*), a partir da qual toda a realidade se constitui, além de existir independente da ação humana. O caráter divino da natureza atribuído por esses primeiros pensadores, - Tales, Anaximandro, Anaxímenes, entre outros -, contribui sobremaneira para destituir as figuras da poesia, os deuses olímpicos, de seu estatuto de divindade. Antes, serão aqueles constituintes primordiais (a que Aristóteles vai chamar depois de elementos) da natureza, - água, terra, fogo e ar -, que adquirem um caráter divino. E o ser humano, por ser um ser da natureza, também vai participar dessa divindade.

Com isso, começa a se tornar possível a felicidade pensável para o ser humano. E o que vemos em Platão, e de certa forma, também, em Aristóteles, é a ideia de que ser feliz não diz respeito somente aos desejos de ter saúde, posses, beleza, poder, amor e/ou prazer; antes, implica em poder realizar a natureza própria de cada um. Essa ligação do ser humano com a natureza possibilita pensar, tal como se depreende de diálogos como "A República", que ser feliz depende diretamente da justiça e aqui devemos entender justiça tanto no sentido jurídico-político, quanto no sentido de justeza, de adequação - este é o ponto sobre o qual pretendo enfatizar minha reflexão aqui.

Assim, é possível ser feliz se a cidade onde se vive permitir que a natureza de cada um se realizasse; ou seja, se criar condições para que aquilo para o qual se tenha mais pendor passe a ser a função que cada um vai exercer na coletividade. Se o pendor natural de alguém é o de ser agricultor, artesão, comerciante, guardião, político ou filósofo, ele (ela) deverá descobrir a partir da educação que vier a receber desde cedo.

Outra possibilidade de se pensar a felicidade humana que começa a ganhar força, - talvez, a partir de uma influência advinda do Oriente -, emerge através da crença na alma

imortal. Quando pensadores como os pitagóricos, Xenófanos e Heráclito admitem que a natureza seja lógica (inteligente e inteligível) e que o ser humano, também, partilha da imortalidade da natureza por possuir uma alma imortal, tem-se uma elevação da condição humana a um patamar mais próximo ao dos deuses, isto é, daquilo que é divino. Mais uma vez, a possibilidade da felicidade se torna mais viável ao ser humano e, além dessa concepção do ser humano como um ser da natureza emergirá, também, a concepção de natureza humana.

Essa natureza humana, ou ainda, aquilo que caracteriza o humano, é o fato de ele ser dotado de uma potencialidade que os outros seres mortais não têm, a saber, a capacidade de investigar, pensar, falar, conversar, calcular, ponderar, prever etc. O *logos* (λόγος), comumente traduzido por razão ou racionalidade, - tradução que diminui muito o âmbito de significação desse termo -, equivale, em Heráclito, à própria natureza. Sendo o ser humano um ser da natureza, a natureza humana adquire o estatuto de *logikós* (λογικός). Posteriormente, é Aristóteles quem sistematiza a definição de ser humano como um animal racional *zoón logikón* (ζοόν λογικόν). É um animal que pensa, que fala, que investiga, examina, argumenta, formula, pondera, conta, calcula, que é capaz de sequenciar e ordenar dados, bem como prever eventos. Essas características conferem ao gênero humano, a possibilidade de ser feliz, desde que essa natureza se realize. Portanto, a vida voltada para a investigação, para a especulação, para o raciocínio, para esse mundo do *logos* (λόγος), seria, para Heráclito e (ainda, que de um modo distinto), também para Platão, condição – não a garantia – para a vida feliz.

Temos, então, a *eudaimonía* (εὐδαιμονία) pensada como essa atividade humana, que desenvolve em si aquilo que é típico, que é próprio da sua natureza. Observe-se, que mais uma vez, nós nos afastamos de uma concepção que pressupõe a felicidade como plenificação de faltas relacionadas aos apetites. Há uma palavra grega que designa essa plenificação: a *pleonexia* (πλεονεξία). Isso ocorre, quando alguém se enche e se torna pleno de algo que acreditava lhe faltar. Gosto de utilizar a expressão "empanturrar-se", pois é bem esse o caso. No diálogo *Górgias*, Platão cria o personagem Cálicles para representar e defender ferrenha e agressivamente, a tese de que a felicidade é prazer, e prazer é a *pleonexia* (πλεονεξία). Vejamos o que ele diz a Sócrates a esse respeito:

(...) Como poderia ser feliz o homem que é escravo de quem quer que seja? Mas o belo e o justo por natureza, para te dizer agora com franqueza, é o seguinte: o homem que pretende ter uma vida correta deve permitir que seus próprios apetites dilatam-se ao máximo e não refreá-los, e, uma vez supra dilatados, ser suficiente para servir-lhes com coragem e inteligência, e satisfazer o apetite sempre que lhe advier. Mas isso julgo eu, é impossível à massa: ela, assim, vitupera tais homens por vergonha para encobrir a sua própria impotência e afirma que é vergonhosa a intemperança (...) e escraviza os melhores homens por natureza; ela própria, incapaz de prover a satisfação de seus prazeres, louva a temperança e a justiça por falta de hombridade (GÓRG., 491d - 492b).

Ora, o que Platão pretende mostrar nesse contexto é que a posição de Cálicles, supostamente, contrária ao que, na aparência, sustenta a maioria é, no fundo, o fortalecimento de uma visão de uma maioria que não se coloca em exame e, apenas, esconde o que deveras deseja. Sócrates, que representa a posição do filósofo, vai inverter o valor do que defende Cálicles. Para tanto, lança mão de certo contador de mitos (*mythologōn*), um homem refinado, para quem essa noção de felicidade como *pleonexía* é a visão dos estultos (*anōetus*). Para esse homem, a quem Sócrates julga ser proveniente da Sicília ou da Itália, provavelmente, Platão lança mão da tradição órfico-pitagórica, segundo a qual a alma é imortal e transmigra em várias encarnações, quando julgamos que ser feliz é nos empanturrar de

tudo: comida, bebida, sexo, riquezas, poder e outras opulências; quando pensamos que se encher, se plenificar nesse sentido é o que seria a felicidade, pensamos estar vivos, mas na verdade estamos mortos, tal que nosso corpo (*sôma*) seja nosso sepulcro (*sêma*). Em outras palavras, Sócrates, diferentemente de Cálicles, supõe que a maioria (*οἱ πολλοί*; os muitos), é insensata, mas não porque tem vergonha de admitir que o que mais deseja é a *pleonexia*; antes, a tendência a se deixar conduzir como rebanho se deve à falta de uma formação que tivesse ensinado cada um a governar a si mesmo pela parte da alma que pensa, pondera e antevê as consequências de suas decisões. Vejamos o que diz Sócrates:

É nobre como enfrenta a discussão e falas com franqueza, Cálicles, pois agora dizes claramente o que os outros pensam, embora não desejem exprimi-lo. (...) Talvez estejamos, realmente, mortos e o corpo (*sôma*) é nosso sepulcro (*sêma*), e a parte da alma onde estão os apetites, a parte intemperante e inestancável, figurou-a como um jarro roto devido a sua insaciabilidade. Esse homem mostra, ao contrário de ti, Cálicles, que dentre os habitantes do Hades (...) os não iniciados são os mais infelizes e que guarneceram de água um vaso roto, com um crivo igualmente roto. (...) Esse crivo é a alma (...) por ser ela incapaz de saciar-se devido à incredulidade e ao esquecimento. (...) Os homens ordenados são mais felizes que os intemperantes<sup>32</sup>.

"A posição do filósofo, portanto, é oposta à de Cálicles, que no fundo, é alimentada pelos *hoi polloi*": enquanto ele sustenta que quem não vive para saciar plenamente os apetites, é escravo das convenções, o filósofo diz que quem, assim pensa, é que é escravo dos próprios apetites. A menção ao Hades, morada dos mortos, além de antecipar o mito do julgamento das almas após a morte, que é narrada por Sócrates ao final do diálogo, serve para ilustrar o equívoco de Cálicles; pois, que tem lá um dos escravos, um dos castigados do Hades, condenado a carregar por toda a eternidade, sacos cheios de água ou de vinho e encher vasos que estão furados. O que a um parece um prêmio, ao outro é uma punição e, conseqüentemente, a mais infeliz das condições.

Esse debate entre senso comum e filosofia, já se travava nesse período, e aponta para o fortalecimento de uma percepção diferente acerca da natureza humana. Com efeito, empanturrar-se ou viver para atender da forma mais imediata aos apetites, é um traço da natureza de qualquer outro animal. A nossa natureza, aquilo que nos caracteriza, que nos distingue, é o *logistikón* (*λογιστικόν*), essa propriedade de pensar, falar, conversar, dialogar, investigar, submeter a exame, sopesar, calcular, ordenar, antever. Quando não desenvolvemos essa parte de nossa alma, segundo a concepção platônica, estamos sempre mais distantes da felicidade, pois não estamos realizando a nossa própria natureza.

Aristóteles é mais incisivo nesse sentido. Ele supõe que só os seres humanos podem ser felizes no sentido da *eudaimonía* (*εὐδαιμονία*), porque os deuses, conforme já mencionado antes, são *makariótes* (*μακαριότης*), *makáριοι* (*μακάριοι*). Os seres humanos são felizes no sentido da *eudaimonía* (*εὐδαιμονία*), pois, são entre os seres que pisam sobre a terra, ou que estão na terra, os únicos dotados da propriedade do *logistikón* (*λογιστικόν*). Então, os demais animais, por serem destituídos dessa propriedade ou capacidade, não podem ser felizes. Isso é particularmente interessante, porque na tradição poética, desde Homero na poesia trágica, a visão é exatamente contrária. Há uma passagem da *Iliada* que diz: "ninguém, entre os que aspiram o ar e andam na terra, é mais infeliz (*δυστήνοισι - dysténoisi*) do que o homem, mais infeliz (*οἰζυρότερον - hoizyróteron*)<sup>33</sup>". Com efeito, por saber-se mortal e nada saber sobre quando e por que morrerá, Homero retrata o ser humano como o mais infeliz de todos os viventes. Na célebre tragédia *Édipo Rei*, de Sófocles, encontramos a seguinte passagem, entoada pelo coro: "Vossa existência, frágeis mortais,

32 Platão. *Górgias*, 493a-d.

33 Homero, *Iliada*, 17, 445.

é aos meus olhos menos que nada. Felicidade só conhece imaginada; vossa ilusão logo é seguida pela desdita”<sup>34</sup>.

Há, portanto, uma mudança de concepção promovida pela Filosofia no sentido de nos permitir pensar a felicidade humana. Não como a multidão insensata (*os hói polloi*), que pressupõe que seria a plenificação, o empanturrar-se, mas o esforço para desenvolver essa potencialidade especulativa, o *logistikón*, única dimensão da alma capaz de promover a *eudaimonía*.

Há, ainda, na filosofia platônica, uma concepção que Aristóteles, também, desenvolverá e que diz respeito à natureza coletiva da felicidade. Dados os limites de nosso tempo, abordaremos essa questão de forma um tanto apressada.<sup>35</sup> A frase: “É impossível ser feliz sozinho”, entoada numa canção bastante conhecida por nós brasileiros, já é, de certo modo, pressuposta na Filosofia Antiga. E a razão por ela apontada, é a de que não somos autossuficientes; precisamos uns dos outros para ter as nossas necessidades e demandas atendidas. Consequentemente, a felicidade só pode se dar na vida coletiva; melhor dizendo, na vida política, no sentido que o termo *polítiké* tem em tal contexto. E essa condição política é outro traço da natureza humana destacado por Aristóteles na *Ética à Nicômaco*<sup>36</sup>. Assim, o ser humano é feliz quando realiza sua natureza e só a realiza quando desenvolve seu *logistikón* no interior de uma *pólis*, em termos mais contemporâneos, de uma coletividade organizada.

Antes de começarmos esse nosso “diálogo sobre a felicidade”, Dr. Valton e eu fomos entrevistados e a mim indagaram sobre a recorrência, a incidência tão grande da depressão nos nossos dias. Uma das razões que eu apontei, foi a de que, talvez, o nosso mundo contemporâneo seja muito pouco político, no sentido original do termo. Pois, não somos educados para reconhecer a verdadeira dimensão do papel, que cada um de nós desempenha na coletividade. É como se cada um de nós fosse estimulado, apenas, para o sucesso individual, bastando, assim, tão-somente salvaguardar a si e aos próprios interesses.

A dimensão do coletivo como imprescindível para a nossa felicidade se perdeu ao longo da história da cultura ocidental, e a era do indivíduo atinge proeminência, a partir do pensamento moderno, mantendo-se cada vez mais predominante no mundo contemporâneo. Isso daria outra fala, posto que requeira uma detalhada mediação. Direi apenas que o individualismo, acirrado ao extremo na contemporaneidade, retira da condição humana esse entendimento; essa compreensão de que a única maneira de desenvolver a nossa racionalidade, essa nossa potência por natureza é no plano coletivo, é tão óbvia e ao mesmo tempo tão ignorada! Afinal, é somente com os outros que aprendemos. E, é, precisamente, essa interdependência que impõe à vida coletiva a necessidade da justiça, sobretudo em virtude dos conflitos de interesses. Assim, Platão pressupõe que ser feliz só é possível para quem for justo; ou seja, a felicidade está ligada à justiça, ela não é meramente a realização de prazeres.

Entretanto, Platão não vai deixar de reconhecer a importância dos prazeres, - é fundamental mencionarmos isso-, pois há quem julgue Platão, alguém que nega o prazer e só reverencia o intelecto. O que ele preconiza, ao contrário, é que uma vez havendo prazeres de vários tipos, cabe-nos uma formação que nos oriente a estabelecer algo como uma hierarquia de prazeres: quais os prazeres decorrentes de desejos necessários e quais os que advêm de desejos desnecessários? Quais os mais duradouros? Quais os prazeres que são menos fugazes e menos enganadores, que têm uma tendência a perdurar, a serem difun-

34 Sófocles, *Édipo Rei*, 1393-1396

35 Deixo aqui uma recomendação de leitura acerca do assunto: Fermani, Arianna. *A vida feliz humana: diálogos com Platão e Aristóteles*. São Paulo: Paulus, 2015.

36 Cf. Aristotle, *Ethics*, I, 1941a20 – b1. Nesse trecho, o Estagirita admite que a Ciência Política é, no âmbito da racionalidade prática, a ciência maior, uma vez que a sua finalidade – o bem humano – faz convergir, além de regular, as finalidades das demais ciências.

didados, compartilhados também pelo coletivo? Toda essa reflexão é realizada em Platão. Ele defende que o homem injusto é muito infeliz, exatamente por ser injusto. Não é possível ser feliz sem a justiça. E justiça em Platão, como já mencionado anteriormente, também, está ligada à noção de justeza, de adequação. Esta, por sua vez, implica a realização da própria natureza dentro da cidade, dentro da coletividade; quer dizer, cada um dos cidadãos desenvolvendo aquilo para o qual tem mais pendor, será dentro do coletivo, mais feliz; pois, tem um lugar melhor, mais ajustado à sua natureza. Assim, ele será mais bem inserido e, conseqüentemente, melhor acolhido, podendo dar o melhor de si para essa coletividade e, conseqüentemente, para si mesmo.

Ainda, no diálogo *Górgias*, o personagem Sócrates lança mão de um canto no qual se enumeram as melhores coisas da vida, na seguinte ordem: primeiro, ter saúde; segundo, tornar-se um belo homem; terceiro, enriquecer-se sem dolo<sup>37</sup>. Com isso, pretende estabelecer uma relação de equivalência entre corpo, alma e cidade, a fim de refutar a tese do personagem Górgias, para quem a retórica é o maior entre todos os bens humanos, uma vez que é "a causa simultânea de liberdade para os próprios homens e, para cada um deles, de domínio sobre os outros na sua própria cidade<sup>38</sup>". À luz da analogia com o corpo, torna-se possível mostrar o seguinte: como para ele, o bem maior é a saúde, obtida através da boa alimentação e da prática de exercícios, para a alma, a saúde é obtida através da investigação filosófica e não da retórica, arte da persuasão; quanto à cidade, a saúde é alcançada pela atividade política. No caso em que o corpo adocece, a saúde é restabelecida através da medicina, que pode prescrever remédios e tratamentos, muitas vezes, amargos e dolorosos. Analogamente, tanto a alma, quanto a cidade, vai restaurar sua saúde através da justiça, o que pode exigir penas dolorosas e amargas, como a escravidão ou o ostracismo.

Essa equivalência entre o corpo, a alma humana e a alma da cidade proposta por Platão, além de bastante original, ainda não foi exaurida, mesmo tendo-se passado 25 séculos. É, exatamente, por termos perdido esse caráter indissociável da felicidade individual com a nossa (justa) inserção na coletividade, que se dá a meu ver, tanto a emergência da depressão; a sensação de ausência de sentido da própria vida, o recurso desesperado ao suicídio, como única saída para o sofrimento. Não é à toa que a Psicanálise se remete ao mito grego de Narciso, para relacionar transtornos como a depressão ao narcisismo característico da psique humana. Numa sociedade individualista, há uma exacerbação do narcisismo, de modo que qualquer perda de objeto ou frustração é vivida como perda (irreparável) do eu.

Segundo a filosofia platônica, quando se é inserido na coletividade para desempenhar as atividades para as quais se tem maior inclinação (por natureza), abre-se a possibilidade da justiça (justeza), pois o cidadão recebe uma formação que o leve a conhecer qual a sua natureza e quais as melhores escolhas para realizá-la. Ao ser capaz de saber o seu lugar e a sua respectiva função no coletivo, o indivíduo tem mais condições de compreender o seu papel no mundo, não se sentindo perdido numa busca interior pelo sentido de sua vida. Conseqüentemente, torna-se capaz de reconhecer a si mesmo no todo, podendo, finalmente, compreender em que consiste a felicidade. O homem injusto seria incapaz de ser feliz, pois não se tornou capaz de se conhecer para saber escolher o que é melhor para si à luz de uma visão do todo; é governado não pela melhor parte de si, mas pela pluralidade de seus apetites, entre eles a ganância pela riqueza e pelo poder. Tal é o caso do tirano: Platão dedica boa parte de sua reflexão sobre a justiça, para mostrar que o tirano é a figura mais infeliz que se possa imaginar. Sendo escravo dos seus apetites, ele apenas atende a essas demandas da plenificação, do empanturrar-se. Ele se entope de riqueza e poder e, por isso não tem condição de se autogovernar pelo *logismós* (λογισμός), característico do *logistikón* (λογιστικόν).

37 Platão, *Górgias*, 451-c.

38 *Ibid.* 452-d

Na perspectiva platônica, estamos redondamente equivocados quando supomos, que quem tem tudo o que quer e que manda em todo mundo, - como na caricatura da rainha de copas que vocifera: "Prendam-no!" "Cortem-lhe a cabeça!" "Faça apenas o que eu ordeno!" -, é feliz por isso. Platão vai dizer que é exatamente o contrário. Essa pessoa é a mais infeliz de todas, porque, ao invés de senhora, ela é escrava de seus próprios impulsos, no mais das vezes contraditórios. Não conseguiu compreender que desenvolver a melhor parte de si, o *logistikón*, é a melhor escolha de vida. Por ser injusta consigo e com aqueles à que governa, está muito mais distante da felicidade do que as vítimas de sua injustiça. Entender que quem sofre injustiça é menos infeliz do que quem pratica, é algo que temos dificuldade de aceitar. Afinal, parece incoerente pensar que sofrendo injustiça, eu seja menos infeliz do que quem a praticou. Contudo, o que praticou a injustiça, ainda, é mais infeliz do que quem a sofreu, pois ele é incapaz de se desenvolver na direção daquilo que realiza a excelência humana. E, pior ainda do que praticar injustiça, é praticar a injustiça e não ser punido, não ter a chance de admitir a responsabilidade pelos atos praticados e acertar as contas no âmbito da coletividade.

Essa é a dimensão que Platão abre para o pensamento, para cultura: insere a felicidade no plano do coletivo, na atividade política, na realização da natureza racional e social de cada ser humano. Mas, ele também quis mostrar como tal projeto de vida é recebido na realidade tão distante de seu sonho feliz de cidade. Sócrates, personagem histórico que é elevado em seus diálogos à condição de modelo de filósofo acabou capturado por aquilo que faz o *hoi polloi*, as multidões que se permitem guiar por tiranos; ou seja, consideraram Sócrates uma ameaça à sociedade. Enfatizando isto, Platão quis mostrar que o lugar do filósofo, esse que é apresentado como o mais justo de todos os homens, é precisamente o lugar de quem é acusado e condenado injustamente. O filósofo, na concepção platônica, é aquele que não aceita guiar a própria vida apenas a partir do que ditam as opiniões da maioria, ou daquilo que parece óbvio; antes, submete tais opiniões e também a si mesmo, a constante exame e investigação (através do método dialético, assunto que, também, não poderemos abordar aqui)<sup>39</sup>.

Por isso, inversamente ao que costuma fazer a maioria, Sócrates aceita a condenação, mesmo sabendo-a injusta; recusa a oferta de amigos que insistem em subornar os guardas para ajudá-lo a fugir, pois conclui que se a sua própria cidade o condenou, o que não lhe fariam as demais cidades, onde ele não passaria de um estrangeiro? Ao retratar a morte de Sócrates em estado de plena serenidade, inclusive discutindo, tranquilamente, com seus amigos sobre a tese da imortalidade da alma e consolando aqueles que choravam diante de sua partida, Platão define o filósofo como aquele que inverte a opinião (*dóxa*) que parece a mais óbvia e, supostamente, a verdadeira. Em uma palavra, Platão apresenta o filósofo como o pensador da "*pàra dóxa*"; isto é, aquele que se posiciona contrariamente ao que defende a maioria irrefletida. Assim, immortaliza um Sócrates que transforma sua condenação à morte em um presente, ao invés de uma punição, como pensaria o *hòì pollói*. Com efeito, para o filósofo, a morte é o melhor que lhe pode acontecer; isso porque implica na separação da alma em relação ao corpo e, conseqüentemente, permite-lhe exercer, sem os apelos corporais, a atividade para a qual a sua alma tem mais pendor, a saber, o *logismós*.

Ao propor, na *República*, um debate sobre quem é mais feliz, - aquele que é justo, ou o que é injusto? -, Platão mostra que é enganoso supor que o mais feliz dos mortais seria o tirano, uma vez que só visa atender, imediatamente, a todos os seus apetites e praticar injustiças sem sofrer punição. Como pensador da *pàra dóxa*, Platão inverte a opinião comum que valoriza a tirania e associa-a a mais infeliz de todas as formas de vida; pois, que o tirano, além de não ser senhor de si mesmo, não pode confiar em ninguém, vivendo sempre à espera de alguém que venha destituí-lo do poder. Ao identificar a degeneração da

39 Para os interessados, recomendo o livro de Monique Dixaut: *Métamorphose de ladialectiquedansles dialogues de Platon*. Paris, Vrin, 2001.

democracia em tirania, - algo que deveras ocorreu na Atenas de seu tempo, conduzindo-a ao declínio e à dominação pelos macedônios e, posteriormente, pelos romanos -, Platão nos deixa um valioso legado, a saber: a necessidade de nos mantermos atentos aos perigos de um governo tirânico. Portanto, é da mais crucial importância refletirmos sobre as consequências desastrosas de um projeto de governo e de vida, que não levem em consideração a justiça e a felicidade aliada a esse valor.

As escolas filosóficas que emergiram no cenário de desmonte da *pólis* e da restrição das liberdades democráticas foram consideradas, por alguns historiadores da filosofia (MURRAY, 1912), como distanciadas do debate político. Segundo tal perspectiva, teriam buscado refúgio no convívio com um limitado grupo de amigos, - como teria sido o caso do Epicurismo; ou ainda, naquilo que passa a ser chamado de 'cidadela interior' -, isto é, no interior de si próprio, como no caso do Estoicismo. Apesar de combater essa interpretação que considera preconceituosa, Pierre Hadot (1999) ressalta que, no contexto das conquistas alexandrinas, o filósofo passa a ser pensado como um cidadão do mundo (*kosmopolitês*), e não mais, como aquele cujo vínculo de pertença à *pólis*, caracterizava a figura de um *politês* como Sócrates. Seja como for, as mudanças e perdas sofridas pelos gregos concorrem para que a felicidade se relacione à noção de imperturbabilidade, cujo termo grego é *ataraxia* (αταραξία).

Ora, em tempos de tirania e dominação, a tendência parece ser a de abrir mão de saídas coletivas, para apostar em saídas individuais ou em pequenos grupos, já que o campo do político, do coletivo, parece minado. Isso me remete aos dias atuais, em que se assiste ao movimento cada vez mais frequente de deixar o país sem ser propriamente exilado, para buscar melhores condições de vida em outras paragens. Com efeito, para muitos, parece ser a melhor solução. Ante tais escolhas, é difícil não pensar na decisão de Sócrates de não fugir para escapar da condenação à morte. Afinal, o que será de um país em que seus melhores quadros o abandonam, justamente na hora em que deles mais precisa? Esse tipo de (pseudo) solução é típico de uma sociedade pautada no individualismo.

Voltando ao período da Filosofia Antiga, chamado de Período Helenístico, vemos, ainda, que se mantenha vivo o interesse pela política, propagar-se uma concepção de felicidade ligada à imperturbabilidade ou à indiferença frente às convenções sociais. São várias escolas, não poderei me deter aqui nem mesmo a respeito daquelas que mencionei acima<sup>40</sup>. De todo modo, é interessante notar a mudança de perspectiva em relação à noção de felicidade, que parece se tornar inviável no âmbito do político, levando à busca por outra versão do 'conhece-te a ti mesmo', sobre o qual falaremos a seguir; ele parece transformado em 'cuidado de si', da 'cidadela interior', e seu objetivo é alcançar a felicidade não propriamente na *sophrosyne* (temperança) e na *phrônesis* (sabedoria prática) socráticas, mas na imperturbabilidade e na *autarchéia* (domínio de si).

Apesar de todas essas mudanças, o tema do autoconhecimento ligado a certa promessa de felicidade, perpassa toda a Antiguidade Grega. A célebre máxima 'Conhece-te a ti mesmo' não é filosófica propriamente, mas Platão vai associá-la ao modo de vida levado por Sócrates. Trata-se de uma máxima cultuada muito antes dele, sendo atribuída a figuras um tanto míticas, - os sete sábios. Conta à lenda que sete grandes sábios gregos, num belo dia, ter-se-iam encontrado em torno do Oráculo de Delfos e lá teriam elencado algumas máximas para orientarem a bela vida, a vida feliz. Além de 'Conhece-te a ti mesmo', há outra, também mencionada por Platão, que é: 'Nada em excesso' (μη δὲν ἄγαν/ *Mè den ágan*). Essas duas máximas pautam a noção de felicidade desde a tradição pós-homérica, chegando, posteriormente, à filosofia.

<sup>40</sup> Para os interessados, recomendo a obra de Pierre Hadot: *O que é a Filosofia Antiga?* São Paulo, Loyola, 1999.

A felicidade, nessa perspectiva, tem a ver com a medida, com o *métro* (μέτρον); ou seja, deve consistir em buscar a moderação das próprias paixões e apetites, não buscar nada em excesso. A possibilidade de obter essa medida se dá com o autoconhecimento. Quando me conheço, posso saber o que preciso e o que não preciso, de modo a não incorrer no excesso. Uma amiga, professora de Filosofia Antiga da UFMG, traduz a máxima 'Conhece-te a ti mesmo' de uma forma divertida e que considero bastante pertinente. A frase em grego é: 'gnōthi seauton' (γνώθι σεαυτόν) que contraída, fica: 'gnōthi sautón' (γνώθι σαυτόν). A tradução que ela propõe é: 'Se enxerga!'

Essa parece uma das maiores dificuldades do ser humano: ter a real medida de si próprio. Nós, humanos, sempre tivemos a nós mesmos em alta conta, a ponto de muitas vezes querermos nos medir com os próprios deuses! Novamente me vem à mente o mito de Narciso; de certo modo, ele também ilustra a tragicidade de quem se embevece demasiadamente consigo mesmo. Costumo, num tom de brincadeira a ser levada a sério, pedir a meus alunos, no início do curso, que repitam com vigor uma máxima à qual, inclusive, já aludi aqui. Platão faz com que ela seja mencionada por Sócrates quando apresenta sua própria defesa diante daqueles que o condenaram por não cultuar os deuses da *pólis*: 'Os deuses estão sempre certos!' Enquanto Sócrates tenta com isso, provar que a acusação de impiedade (entenda-se: não cultivar os deuses da *pólis*) a ele imputada era injusta, tento advertir meus alunos a não ousarem se medir com os deuses; ou por outra, a não caírem no conto do Narciso. Recomendo-lhes a leitura das tragédias gregas, para saberem que os castigos infligidos aos mortais por incorrerem em desmesura (*hybris*), são os piores possíveis. Exemplo disso é o que se passa em tragédias como 'Ájax', de Sófocles e 'Hipólito', de Eurípedes. Na primeira, o herói é castigado com a loucura por ter dito que sairia vitorioso da Guerra de Tróia sem a ajuda dos deuses; pois, que com tal ajuda, qualquer um venceria, não sendo propriamente sua a glória. Na outra, Hipólito ousa querer ser casto como a deusa que cultua Ártemis, afrontando ninguém menos que Afrodite, a deusa do amor sensual. Seu destino é morrer lançado às pedras por seus mais excelentes cavalos (costumo também diverti-los, advertindo-os quanto aos perigos de tomarem vinho falso, que só tem a cor de vinho, só por ser mais barato e, assim, poderem beber em excesso). Brinco, dizendo-lhes que se eles tivessem lido a tragédia "As Bacantes", de Eurípedes, e soubesse o que Dioniso faz com Penteu, - morrer despedaçado pela própria mãe -, eles não teriam coragem de ultrajar o deus do vinho tomando essa bebida barata que se passa por tal; fariam o devido sacrifício pagando mais caro para honrar o deus. Termino a brincadeira, lembrando que a ressaca terrível que eles têm no dia seguinte é o castigo por tal impiedade.

A felicidade como justa medida, é tematizada no primeiro livro da *República*, na conversa que Sócrates entabula com um velho personagem que só aparece nesse momento: Céfalos. Ele é, por assim dizer, um homem mediano em tudo, já que não buscou em sua vida exceder-se em nenhum aspecto. É ponderado, herdou a fortuna do pai, que já a havia diminuído em relação à de seu avô, conseguindo aumentá-la para deixar para os filhos, - porém, nada em excesso. Sempre foi um homem que respeitou o culto aos deuses. Então, a felicidade, mesmo pensada nessa perspectiva de um homem comum, que não é filósofo, está ligada ao autoconhecimento, ao nada em excesso e ao respeito ao divino.

Esse é um tema que provoca muita discussão, pois quando você se conhece, começa a perceber algumas coisas fundamentais sobre si em relação ao todo. Uma delas diz respeito à nossa finitude. Quem busca conhecer a si mesmo, tem plena consciência de que vamos todos morrer e isso já nos coloca muito aquém da condição divina, que é a de imortal. Não dá para nós pensarmos como grande coisa, pois a nossa finitude e nossa total ignorância sobre o que vai nos acontecer quando morreremos, já nos grita a verdade incontestável de nossa precariedade. Esse "Se enxerga!", vem lembrar-nos exatamente disso. Porém, também abre a possibilidade de nos tornarmos pessoas melhores, menos desmesuradas,

a partir do reconhecimento de nossa própria ignorância. Quando me dou conta de minha condição frágil, limitada, precária, posso me tornar alguém melhor.

Ser feliz, ou buscar ser alguém melhor, é, portanto, algo que a Filosofia dos antigos coloca na sua pauta. Não é a erudição. Vemos isso em Heráclito, que é um filósofo anterior ao século VI a.C., que diz: "Muita erudição [*polymathy*], pouca percepção." Às vezes, não se tem formação, mas apenas erudição. De que serve esse suposto conhecimento, essa vastidão de leitura, se não se faz nada com isso, se não serve para se tornar alguém melhor? Nessa perspectiva, o empenho humano em buscar essa vida contemplativa, (que não quer dizer o mesmo que ficar parado, a observar); a vida do pensamento, da reflexão, é uma vida que nos leva à ação. No caso da filosofia aristotélica, a vida política é a vida mais feliz, porque ela nos põe no campo da ação no coletivo. Portanto, não é suficiente ter erudição, mas fazer alguma coisa com essa erudição; usá-la para sopesar as próprias decisões e ações.

Aristóteles ressalta que, a sabedoria não implica só a dimensão teórica; há a sabedoria prática, a *phronesis* (φρόνησις). Essa noção já aparece desde Homero a partir do termo *sophronimus* (σοφρονίμυς), que se refere àquele homem ponderado, do tipo Céfalo. Céfalo é um *sophronimos* (σοφρονίμυς), é alguém que não exagera em nada: paga suas dívidas, honra os deuses, promove libações, participa das procissões, sabe a hora de se recolher; sabe também que já está perto de morrer. Ou seja, sabe exatamente o seu lugar no mundo. Ele é finito, limitado, frágil, precário - mas sabe que, apesar de tudo isso, pode melhorar -, no caso, intensificando seu culto aos deuses.

Nós sofremos, com o passar dos séculos, um distanciamento cada vez maior do político em relação ao ético. Poderíamos atribuí-lo à exacerbação do individualismo promovida pelo desmanche do político? Com efeito, o político se tornou outra coisa, sobre a qual eu, infelizmente, não tenho como discorrer aqui. O distanciamento da ética, da reflexão sobre como devemos viver uma bela vida, afasta a noção de felicidade de um cenário coletivo. Tal separação entre política e ética, é plenamente assumida no pensamento de Maquiavel e, com esses desmembramentos, talvez o trágico seja retomado.

O ditado segundo o qual "a felicidade está onde nós a pomos, mas, nós sempre a pomos onde nunca estamos", parece traduzir esse aspecto trágico que retorna à condição humana. Ao sermos encapsulados no nosso individualismo, somos como que condenados a colocarmos a felicidade no plano de um atendimento imaginário, ilusório, de plenificação, que nunca se realiza. A felicidade que a filosofia antiga propõe e nos deixa como legado a ser preservado, é uma felicidade reflexiva, que aposta no autoconhecimento como meio para compreender que ela reside na justa medida. Uma palavra cuja tradução não abrange a virtude que ela implica em grego é *sophrosyne* (σωφροσύνη); muitos traduzem por temperança, moderação dos apetites, das paixões, dos impulsos. Como faz falta hoje esta virtude no nosso mundo! Vivemos em um mundo de extremos, de polarizações forjadas justamente para nos dividir e, assim, nos manter ignorantes acerca de quem somos infelizes e manipuláveis.

Encerro aqui, reiterando o que falei na entrevista: a incidência da depressão nos dias de hoje, talvez possa se ligar a essa perda da nossa noção de pertencimento ao coletivo. Com isso, perdemos a noção de quem somos e qual o nosso papel no mundo. Pensamos que a nossa participação nas decisões sobre o bem coletivo não é importante. A incidência de jovens de classe média e médio-alta deixando nosso país porque acreditam que vão escapar, pois vão para um lugar onde não tem violência, não tem corrupção, reitera esse devaneio trágico de que a felicidade está sempre em outro lugar. Eles se sentem mais vítimas e menos responsáveis pela participação na construção de um país menos injusto. Essa lógica do individualismo nos deforma e, conseqüentemente, torna-nos alheios à natureza

coletiva, política, da condição humana; torna-nos, irremediavelmente, infelizes. Talvez, falte a nós, na nossa formação, esse sentimento de pertença ao todo como ingrediente imprescindível para a felicidade.

Com isso, encerro minha fala agradecendo a paciência e a presença de todos vocês.

## REFERÊNCIAS

ARISTOTLE. *Ethics*. Translated by J.A.K. Thomson. London: The Folio Society MMIII, 2005.

DIXAUT, M. *Métamorphose de la dialectique dans les dialogues de Platon*. Paris, Vrin, 2001.

EURÍPEDES. *As Bacantes*. Tradução e apresentação de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

EURÍPEDES. *Hipólito; Medéia; As Troianas*. Tradução e apresentação de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

FERMANI, A. *A vida feliz humana: diálogo com Platão e Aristóteles*. Tradução de Renato Ambrosio. São Paulo: Paulus, 2015.

HADOT, P. *O que é a Filosofia Antiga?* Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyloa, 1999.

HOMERO. *Ilíada*. Tradução de Haroldo de Campos. Edição Bilingue em 2 volumes. São Paulo: Editora Arx, 2008.

MCKIRAHAN, Richard D. *A Filosofia antes de Sócrates*. Tradução de Eduardo Wolf Pereira. São Paulo:Paulus, 2013.

PLATÃO. 'A República'. In: *Coleção Diálogos de Platão*. Edição revisada e bilíngue. Tradução de Carlos Alberto Nunes, Volume 4. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2016.

PLATÃO. 'O Banquete'. In: *Coleção Diálogos de Platão*. Edição revisada e bilíngue. Tradução de Carlos Alberto Nunes, Volume 1. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2011.

PLATÃO. *Górgias*. Tradução, ensaio introdutório e notas de Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2011.

SÓFOCLES. *Ájax*. Tradução e apresentação de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

SÓFOCLES. *A Trilogia Tebana: Édipo Rei; Édipo em Colono: Antígona*. Tradução e apresentação de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

VERNANT, J-P. *L'Individu, la mort, l'amour: Soi-même et l'autre en Grèce ancienne*. Paris, Folio, 1996.

## QUAIS AFETOS POLÍTICOS? IMAGINANDO OUTROS TERRITÓRIOS E NOVAS NARRATIVAS

Filipe Campello<sup>41</sup>

*“O sr. K. não achava necessário viver num determinado país. Ele dizia: “Posso passar fome em todo lugar”. Mas um dia passou por uma cidade que era ocupada pelo inimigo do país no qual vivia. Então cruzou com um oficial do inimigo, que o obrigou a descer da calçada. O sr. K. desceu, e notou que estava aborrecido com esse homem, e não apenas com ele, mas sobretudo com o país ao qual ele pertencia, de modo que desejou que esse país desaparecesse da face da Terra. “Por que me tornei um nacionalista por um minuto?”, perguntou o sr. K. “Por ter cruzado com um nacionalista. É por isso que se deve eliminar a estupidez, porque ela torna estúpido aquele com quem cruza.” (Bertolt Brecht. Histórias do sr. Keuner. Ed. 34, 2006, p. 19).*

Em 6 de abril de 1994, o avião que levava o presidente de Ruanda Juvénal Habyarimana, de etnia hutu, foi abatido próximo ao aeroporto da capital, Kigali. O episódio foi estopim de um dos mais sangrentos genocídios da história recente: os hutus colocaram em marcha práticas de extermínio contra os tutsis, minoria étnica, tendo sido estimada a morte de mais de 800.000 mil pessoas. O conflito chegou a um ponto aparentemente inimaginável: milhares de homens hutu largaram as esposas tutsi para se salvarem enquanto elas eram assassinadas, enquanto os hutus também passariam a matar membros mais moderados de sua própria etnia.

Durante o genocídio, Zura Karuhimbi, de etnia hutu, rapidamente converteu sua pequena casa de dois quartos na aldeia de Musano em um refúgio para os tutsis, burundianos e para três europeus. No relato de Zura, a diferença étnica não era obstáculo para acolhê-los. Foi assim que dezenas de pessoas ficaram embaixo da cama da matriarca e também em um esconderijo no teto da casa, enquanto outros contam que um poço cavado no quintal escondia ainda mais gente. Entre os sobreviventes que chegaram à sua casa havia bebês resgatados das mães que haviam morrido. Fingindo ser bruxa, ela conseguia sem nenhuma arma afugentar os hutus que chegavam a sua casa. “Eu costumava dizer: ‘Se eles (tutsis) tiverem de morrer, vou morrer também’”, lembra Zura.

Mas há um detalhe. Até a Uganda ter sido colonizada pela Bélgica, não havia qualquer acirramento identitário entre as duas etnias. Mais ainda: não havia hutus e tutsis. Entre eles não existem, de fato, diferenças significativas, seja linguística, culturais ou de aspecto físico. A separação identitária foi uma invenção belga, baseada naquilo que eles diferenciavam segundo padrões europeus. Para atender a interesses políticos, a colonização belga ficcionalmente criou uma rígida separação identitária, a ponto de os ruandeses passarem a usar carteira de identidade discriminando sua etnia.

O vocabulário disponível para se referir à população de Ruanda foi modificado a partir da dominação neocolonial. A postura heroica não causaria maiores surpresas quando a distinção étnica não tinha nome. Uma nova forma de se referir à população do que viria a se constituir como Estado-nação de Ruanda performa na forma de compartilha um espaço sensorial comum –no sentido do que Ian Hacking se referia como nominalismo dinâmico. Mas como essa nomeação performa? E ainda, por que essa identificação cria uma maneira de compartilharmos experiências que são diferentes de outros?

Narrativas sobre a identidade são sobretudo ambivalentes. Enquanto críticos sustentam que elas podem assumir um sentido violentamente excludente, perspectivas pós- e

<sup>41</sup> Doutor em Filosofia pela Universidade de Frankfurt, Professor Adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco e Coordenador do Núcleo de Estudos em Ética e Filosofia Política (NEFIPE / UFPE). Pesquisador do CNPq.

decolonias tentam mostrar como é possível defender noções identitárias que não sejam necessariamente associadas a uma conotação, digamos, metafísica, mas que seriam estratégicas para afirmar determinados grupos.

Um dos afetos políticos mais presentes na nossa constituição identitária como sujeitos é o do pertencimento. Há, aqui, um sentido que nos traz conforto, como um sentir-se em casa. Na língua inglesa encontramos a expressão "be at home with oneself", bem como o "zu Hause fühlen" no alemão, e que remete a uma expressão utilizada recorrentemente por Hegel, "Im-Anderen-bei-sich-selbst-sein" ("ser consigo mesmo no outro"). Também Novalis, compartilhando um sentimento comum aos românticos, fala que a modernidade teria provocado um sentimento de perda, em que o sujeito seria movido por um sentimento nostálgico de se sentir em casa. Sentir-se enquanto sujeito, enquanto pertencente, e não como estrangeiro. Quais são, então, as pré-condições de se sentir em casa? O que permite que não nos sintamos como estrangeiros? É possível, afinal, construir afetos de outras maneiras?<sup>42</sup>

Afetos políticos constituem-se primariamente como identidades articuladas a partir de vínculos de proximidade e pertencimento. Enquanto centralidade de um lugar, tendemos a enquadrar as identidades em um topos, cuja semântica encontrada em conceitos como fronteiras, limites e muros constitui uma topologia da identidade fortemente ligada a uma espécie de situacionalidade afetiva: uma geografia dos afetos, que demarca um dentro e um fora, quem pertence à uma comunidade do "nós" e quem é chamado de "eles".

Antes de avançarmos nesta questão, é necessária uma consideração prévia. Ao longo da tradição liberal, a resistência à tematização das paixões deveu-se sobretudo ao que seria tomado como perigoso para o modelo emergente de Estado moderno. Tanto do ponto de vista da política quanto das relações econômicas, as pretensões de racionalidade mostravam-se mais atraentes enquanto justificativa de ação política ou cálculos de interesse, uma vez que seriam mais previsíveis e eficientes para análises normativas.

A recente retomada das emoções políticas no debate filosófico apresenta-se como um contraponto a essa ampla tradição. Ainda que não necessariamente exclua tendências mais consolidadas em torno do conceito de racionalidade, a literatura recente tenta evidenciar o lugar que os afetos indispensavelmente ocupam nas práticas sociais<sup>43</sup>. Do ponto de vista metodológico, há ao menos três modos de tratar filosoficamente do tema dos afetos. Um primeiro modo, empírico, liga-se a um diálogo mais amplo no campo das ciências particulares – como por exemplo com a antropologia ou neurociência. Um segundo refere-se a uma reconstrução histórica com a intenção de compreender potenciais normativamente imbuídos nas práticas sociais. Exemplos desse sentido são as análises sociológicas de Norbert Elias ou Talcott Parsons, e, no campo da teoria crítica, de Jürgen Habermas e, mais recentemente, Axel Honneth. Um terceiro modo, mais estritamente normativo, refere-se a uma modelo de crítica dos afetos. Trata-se de tentar compreender quais afetos são justificáveis dentro de uma teoria normativa da sociedade, e qual o papel das instituições na formação ou circulação desses afetos. A minha proposta aproxima-se dessa terceira via metodológica, sem que, contudo, necessariamente exclua as outras duas. O modo com o qual eu entendo uma análise filosófica dos afetos políticos compreende mais especifica-

42 As distinções entre conceitos como emoções, afetos, paixões ou sentimentos são bastante controversas na literatura filosófica sobre o tema (Cf. p. ex. Hartmann 2010, Demmerling/Landweer 2007 e Rorty 1980). A minha preferência pelo termo afeto deve-se a um certo teor naturalista, mas que, ao mesmo tempo, seja flexível o suficiente para adequar-se a um conteúdo cognitivo. O termo distingue-se ainda de outros já mais carregados semanticamente – como em certos recursos ao termo emoções ou sentimento. Tais distinções conceituais deverão ser pormenorizadas durante a pesquisa. Em todo caso, entendo que mais relevante que a preferência pelo termo "afeto" é o significado que será atribuído ao longo da pesquisa a este conceito.

43 A literatura sobre esse leque amplo de questões é bastante extensa. Limito-me apenas a mencionar alguns trabalhos que tem uma influência mais direta com a motivação de minha pesquisa: Hall 2005; Hoggett/Thompson 2012; Kingston/Ferry (eds.) 2008; Krause 2008; Walzer 2006; Nussbaum 2013 e Prinz 2008 e Solomon 2003. Com um enfoque em variantes naturalistas, muitas dessas abordagens discutem mais especificamente o papel das emoções como contraponto a teorias de escolhas racionais e "agency", como Sousa 1987 e Frank 1988.

mente o alcance da filosofia em não apenas descrever a sociedade - o que, seja do ponto de vista empírico ou de uma reconstrução histórica, encontraria seus limites *qua* filosofia - mas de fornecer critérios de crítica e, com ela, a defesa de um modelo normativo de justiça.

No meu modo de compreender esse debate, pouco podemos avançar na discussão sobre o vínculo entre política e afetos sem analisar mais de perto as ambivalências da fixação identitária. Com efeito, um dos principais problemas no lugar que os afetos ocupam no seu tratamento pela filosofia liga-se ao que podemos entender como força catalisadora da identidade. Emoções políticas seriam, nesse sentido, movidos por um sentido primordial de pertencimento que, de maneira fortemente identitária, institui um "nós" e um "eles".

A questão que gostaria de discutir pode então ser assim resumida: Quais as consequências políticas de uma noção pós-identitária de subjetividade? Do ponto de vista normativo, afim de evitar reducionismos teóricos seja em um âmbito motivacional ou de psicologismo, cabe antes perguntarmos sobre o deslocamento de ênfase para a mediação política dos afetos que permitem essa desconstrução identitária. Trata-se, portanto, de refletir não somente sobre os pressupostos subjetivos, mas sobre como uma gramática social pode ser compreendida enquanto lugar de desconstruções identitárias.

## 1 IDENTIDADE E NARRATIVA

O sentido que Rousseau e depois dele Fichte e Hegel concedeu ao reconhecimento como base para a constituição da identidade individual encontrou recentemente lugar de destaque nos debates em filosofia política, em particular a partir dos trabalhos de Charles Taylor e Axel Honneth (1994). Já uma leitura mais dissonante do conceito de reconhecimento em sua relação com relatos que o sujeito de dá de si mesmo foi proposto por Judith Butler. Ao longo de seus trabalhos, Butler apresenta um sentido de reconhecimento desacoplado de uma noção rígida de identidade, deslocando o foco para um sentido mais flexível e contingente de narrativa de si. As práticas autorreferentes não dizem respeito somente a um sentido de autenticidade prévia às mediações do sujeito. Nesse sentido, autodeterminação corresponde àquelas práticas de referir a si mesmo de maneira menos rígida e menos fixada em uma identidade estática.

Aqui, entra em jogo o que Butler entende por interpelação. Trata-se de uma espécie de imperativo da narratividade: ao sujeito é imputada a tarefa de dar um relato de si para um outro. "O sujeito", escreve Butler, "sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente" (Butler, 2003, p. 33). Tal espaço de narração, portanto, não é de domínio do sujeito, mas, antes, a sua condição:

os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias "singulares são contadas" (Butler, 2003, p. 33).

Apesar de não serem vistas como determinantes para a subjetivação, as normas constituem o seu quadro - uma dimensão social da normatividade ou, como veremos, um "espaço social de razões". É nesse sentido que Butler situa o reconhecimento dentro de um horizonte de normatividade aberta à crítica. A ideia básica é a de que os critérios pelos quais eu reconheço o outro não somente meus, mas socialmente compartilhados.

Retomando o fio condutor hegeliano, cabe lembrar que a descrição proposta por Hegel em sua *Fenomenologia do Espírito* não se encerra na dialética do Senhor e do escravo,

mas justamente abre o espaço para a *Sittlichkeit* que subjaz a relações intersubjetivas de reconhecimento. É o que faz encontrarmos em Butler afirmações como “quer o outro seja ou não singular, ele é reconhecido e oferece reconhecimento através de um conjunto de normas que governam a reconhecibilidade” (Butler, 2003, p. 39). Este traço de *reconhecibilidade* é justamente o horizonte normativo que precede o reconhecimento: padrões que mapeiam aqueles desejos e práticas que se adequam a um conteúdo socialmente legítimo. Ou seja, as práticas que aparentemente representariam padrões intersubjetivos não são independentes de discursos normativos que legitimam ou não tais práticas.

Com uma proposta teórica que alia Hegel a Foucault e Lacan, Butler entende que o processo de subjetivação é indissociável de formas de sujeição (*assujétissement*). No limite, a fixação identitária coloca em questão os critérios de autonomia, uma vez que ao sujeito é inescapável a sujeição a padrões compartilhados. Se, por um lado, percebe-se uma tendência de sentir-se reconhecido enquanto pertencente a uma comunidade, isto não deve significar que a autonomia individual deva ser apenas balizada pelo reconhecimento. Em outras palavras, se não podemos criticar o nosso ponto de partida – como se houvesse uma espécie de eu originário – cabe tentar mostrar como a crítica dirige-se sobretudo às formas de assujeitamento.

A análise de Butler, portanto, refere-se sobretudo a essas mediações prévias da subjetividade, de modo que a determinação do sujeito permanece em um horizonte amplo de indeterminações. Em diálogo com Foucault, Butler escreve:

Não há criação de si (*poiesis*) fora de um modelo de subjetivação (*assujétissement*) e, portanto, não há criação de si fora das normas que orquestram as formas possíveis que o sujeito deve assumir. A prática da crítica, então, expõe os limites do esquema histórico das coisas, o horizonte epistemológico e ontológico dentro do qual os sujeitos podem surgir. (Butler, 2003, p. 29).

Compreendido sobretudo a partir de vulnerabilidade do sujeito, o conceito de liberdade mantém-se aqui sobretudo negativo, mas não somente enquanto não-coerção, mas enquanto estamos vulneráveis a interferência do outro. Pensada de maneira mais radical, a liberdade enquanto vulnerabilidade significa sermos livre para encontrar padrões de ação menos normativos, de não ser coagido não somente pelo outro ou pelo Estado, mas também por normas identitárias que circunscrevem a subjetividade de acordo com padrões afetivos específicos.

Como mostrou Foucault, o desenvolvimento das instituições na modernidade pode ser reconstruída enquanto disciplinarização dos corpos e controle da vida privada, enquanto ingerência normativa sobre modos de vida e produção. A dominação de um corpo, compreendido nesse sentido, refere-se a uma estrutura de circulação no qual ele se insere, aos modos de ser ou não afetado. Eu gostaria de propor que, se por um lado encontramos em Butler o deslocamento da questão do reconhecimento para o campo de uma narrativa pós-identitária, podemos também entrever a ideia de mediações que escrevem o próprio horizonte normativo da subjetivação. Aquilo que se refere a uma relação crítica com normas inescapáveis à subjetivação – ou o que Foucault chamaria de regime de verdade – é o que em tradições distintas podemos entender por gramática. Eu gostaria no que se segue, de mencionar um dos âmbitos em que esse sentido pode ser aplicado, qual seja, o da ideia de pertencimento a uma nação.

## 2 CONSTRUINDO AFETOS PÓS-IDENTITÁRIOS: DESTERRITORIALIZAÇÃO E RE-DESCRIÇÃO

Assim como outras fixações identitárias, o nacionalismo desenvolveu-se como principal estrutura afetiva útil à consolidação do Estado moderno. A sua desconstrução interna depende igualmente de uma crítica identitária. Enquanto descentramento, formas primárias de apegos identitários indicam um laço afetivo que encontrariam substitutos normativamente justificáveis. Estado e nação, enquanto formas modernas de identificação, representam estruturas fortes de pertencimento indispensáveis à subjetividade. Como estruturas que fortemente resistem a emoções com uma homogeneidade ética e nacional – ou seja, em última análise, a emoções identitárias – assumir uma postura de descentramento é sobretudo reconhecer uma singularidade intransponível.

Em contraposição a uma estratégia cosmopolita, a desconstrução da identidade nacional se faz aqui às avessas: ao invés de um universalismo abstrato, trata-se da percepção afetivamente construída da singularidade de cada indivíduo, independente de suas associações identitárias. Derrida chama essa desconstrução de “Nova internacional”, em uma relação intrínseca com uma espécie de novo cosmopolitismo e de uma democracia por vir – como um desejo político pela democracia. Para ele, a questão é se é possível pensar uma política da amizade democrática que não seja baseada da ameaça da homogeneização e de políticas de identidade étnico-nacionalista.

A peculiaridade de sentimentos como solidariedade ou empatia deve-se a um teor cognitivo da faculdade de sentirmos uma experiência que não é a nossa. Contudo, a partir dessa tendência identitária, não sem razão esses sentimentos são tomados com ressalvas. Se, por um lado, a empatia é vista por Adam Smith como pré-condição para a motivação de agir moralmente, ela se mostra ambígua justamente por seus pressupostos identitários: sentir-se como pertencente a um grupo, depende, em larga medida, do grau de experiências compartilhadas que permitem um laço identitário. Uma ação empática seria, nesse caso, não o *medium* de experiências de reconhecimento, mas exprime uma afeição a partir de formas de identificação previamente dados. É nesse sentido que Smith refere-se à empatia enquanto vinculado a uma ideia de *fellow-feeling* – p. ex. um compatriota ou membro de uma mesma comunidade (Smith, 2015). Esse sentido de pertencimento, que envolve um forte vínculo também através de símbolos compartilhados e memória afetiva, pode ser ainda mais estreito - meu país, minha região, meu estado, minha cidade, meu bairro.

Tal vínculo afetivo, em si, não representaria per se um problema para uma análise crítica. O problema identitário, portanto, é que uma análise mais ampliada, como se pressupõe no âmbito de uma teoria da justiça, não pode ser refém de um vínculo afetivo enquanto pré-condição para a ação moral. A partir dos dilemas impostos pela relação entre afetos e justiça, uma das saídas recorrentes foi prescindir de uma análise dos afetos. Uma outra saída, contudo, seria a de pensar em uma gramática que permita um alargamento dos afetos – por um lado, no sentido de uma espécie de empatia pós-identitária, e por outro, na expansão dos critérios de pertencimento. Eu gostaria de insistir nessa alternativa.

A questão normativa que normalmente se coloca é a de como pensar esse modelo de mediação de afetos. Para responder a este problema, eu tenho proposto uma distinção entre dois sentidos distintos de normatividade. Um primeiro seria propriamente institucional, como no debate sobre educação dos afetos<sup>44</sup>. Já um segundo se refere a uma normatividade imanente às práticas sociais: linguagem, hábitos e normas sociais fornecem os horizontes de compreensão nos quais os afetos são normativamente articulados. Com efeito, em comum entre as diferentes interpretações que remetem a Hegel, existe a recusa de tratar nossas escolhas como dissociadas de uma gramática mais amplas. De maneiras distintas,

44 Cf. Fraser, 2009, 2014. Nussbaum, 2013.

tradições como a que remetem a Marx, ao pragmatismo ou à teoria crítica encontram um elemento comum em uma ideia de uma crítica negativa de mediações imanentes da subjetividade – como no que procurei destacar no caso de Judith Butler.

A partir desse modelo imanente de circulação de afetos, gostaria então de responder ao problema que me propus inicialmente – qual seja, o das consequências de um modelo pós-identitária para a política – destacando dois aspectos que me parecem particularmente produtivos.

### a) Imaginando outros territórios

Uma das principais rupturas ambicionadas pelo romantismo foi a de suplantar a razão pela imaginação, cujo potencial de libertação manifestou-se sob noções como interioridade e autenticidade. Mas o expressivismo encontrado em Herder não se resume, no âmbito das emoções políticas, a uma comunidade imaginada enquanto nação, senão que é orientado precisamente pela ideia de pertencimento, em particular no vínculo criado através de uma linguagem compartilhada. É também no conceito de imaginação que Herder vê a possibilidade de compartilhar algo com outros povos distantes. Com isso, ele se opõe a duas concepções em voga à sua época: por um lado, a ideia de um retorno a um passado nostálgico, e, por outro, a um cosmopolitismo abstrato. Teríamos, então, que compreender em que medida é possível encontrar uma compatibilidade entre, por um lado, uma "situabilidade" local - no sentido de memórias afetivas ligadas ao expressivismo de Herder- e, por outro, no lugar de um subjetivismo ensimesmado, a participação em uma esfera pública alargada.

Tomemos duas interpretações distintas. Em um primeiro modelo, Derrida recorre ao conceito de hospitalidade em Kant para tratar de uma concepção de políticas da amizade<sup>45</sup>. Em contraposição a uma estratégia cosmopolita, a desconstrução da identidade nacional se faz aqui às avessas: ao invés de um universalismo abstrato, trata-se da percepção afetivamente construída da singularidade de cada indivíduo, independente de suas associações identitárias. Derrida chama essa desconstrução de "Nova internacional", em uma relação intrínseca com uma espécie de novo cosmopolitismo e de uma democracia por vir – como um desejo político pela democracia. Para ele, a questão é se é possível pensar uma política da amizade democrática que não seja baseada da ameaça da homogeneização e de políticas de identidade étnico-nacionalista.

Em um segundo modelo, Achille Mbembe propõe como tensão de políticas da inimizade, próximo ao que Butler discute sobre uma distinção entre corpos que importam e aquelas vidas que não são passíveis de luto. A partir de um sentido de encontro com alteridade, Mbembe propõe que:

mobilidade e circulação são experiências cruciais no mundo contemporâneo – experiências que nos fazem encontrar o outro, que nos permitem abraçar a diferença, abrir para outros modos de fazer o mundo que exigem o exercício pleno da empatia.<sup>46</sup>

As identidades mostram-se, aqui, como dependentes de uma práxis social mais abrangente mediada pela circulação e o encontro com a diferença. Já no episódio narrado por Brecht, mencionado mais acima, vemos a irrupção quase que plasmática do sentimento nacionalista enquanto reação. Vê-se repentinamente como o nacionalismo do personagem é resultado de um encontro não apenas com a diferença, mas, nesse caso, com uma diferença que se performa como violenta. A potência afetiva pode ser entendida tanto quanto

<sup>45</sup> Derrida, 1997.

<sup>46</sup> Mbembe, 2019.

um agarrar a uma estrutura identitária, mas também em uma dissolução de identidades – mais próximo ao que Espinosa entende no sentido de ser afetado. Longe de ser um selo que constitui uma identidade, os afetos são mobilizados como intersecções, semelhantes a uma imagem geométrica de um prisma. Pensados assim, o sentimento nacionalista ou uma reação momentânea de raiva são estados afetivos semelhantes que variam de intensidade. É nesse sentido que os afetos são formas cognitivas que se manifestam no corpo: o olhar, o ouvir, o tocar são perpassados por um entorno (Umwelt) fenomenologicamente sentido. A estrutura de manifestação pós-identitária dos afetos não deve indicar que eles não modulam cognitivamente nossos padrões de ação, mas que há uma circulação dinâmica. Perpassado por uma narratividade transitória, um indivíduo não é nacionalista ou racista, mas está. Significa uma identidade prática.

Uma primeira hipótese pode ser construída a partir de uma reformulação do que Boltanski entende por “sofrimento à distância”<sup>47</sup> e da configuração de uma “política da piedade” como contemplação desse sofrimento. Boltanski mostra que o engajamento no espaço público se faz pela irrupção de “comunidades de emoção” (a fórmula é de Rosanvallon) acerca de causas repentinas que surgem, não da deliberação no registro de justiça, mas da emoção e da simpatia no registro da piedade, no qual os indivíduos são apenas reconhecidos a partir das dimensões da felicidade e da infelicidade. É o que Boltanski chama de “pragmática do espectador”.

A partir desse esquema conceitual, vejo o potencial de um sentido normativo enquanto “re-territorialização” dos afetos. É nesse sentido que Hannah Arendt, em um pequeno artigo intitulado “Nós, os refugiados” defende a ideia de que a experiência do refúgio revela a fragilidade e violência de um sentido territorialmente situado de cidadania. Trata-se sobretudo da crítica a uma territorialidade que se tornara obsoleta. A ideia do ser humano como *zoon politikon* refere-se, nesse sentido, não mais a uma comunidade local, em que a migração passa a ser compreendida do ponto de vista do não-lugar. E é nesse sentido que a abertura à migração deve ser visto como direito constitutivo de uma construção subjetiva que não se deixa reduzir a uma espacialidade que antecede o próprio individual.

## **b) Redescrevendo nossas narrativas**

Nas diversas acepções relacionadas à ideia de gramática - do conceito de jogos de linguagem de Wittgenstein ao de redescritção em Rorty - encontramos uma ideia comum de que identidades são dinâmicas e conflituosas<sup>48</sup>. Deve-se sobretudo a Hegel, em contraposição à centralidade da filosofia prática de Kant na moralidade, o desdobramento de sua crítica social a partir do resgate do conceito grego de *ethos* como morada: costumes, linguagem e hábitos que perpassam a normatividade das práticas sociais. É, pois, sintomático que, além da menção ao diálogo *O sobrinho de Rameau*, de Diderot, o único exemplo literário que Hegel traz em sua *Fenomenologia do Espírito* seja o de *Antígona*. A sua alusão à tragédia de Sófocles refere-se precisamente a uma tensão entre o que Hegel entende por moralidade – enquanto esfera privada e afetiva representada por *Antígona* - e a eticidade, representada pelo público.

Mais recentemente, a distinção que Rorty propõe entre teoria pública e privada pode igualmente contribuir para se pensar as pretensões de ingerência da filosofia em torno dos âmbitos da moral e da ética. Para Rorty, enquanto demandas de autocriação seriam próprias de um vocabulário privado, a noção de solidariedade humana dependeria de um alar-

<sup>47</sup> Boltanski, 2007.

<sup>48</sup> Este vocabulário encontra um correspondente no debate epistemológico no conceito proposto por Wilfred Sellars de espaço de razões, e, em particular, nas suas derivações enquanto espaço social de razões. Cf. Brandom, *Making it Explicit*.

gamento no âmbito do público<sup>49</sup>. Numa leitura mais apressada, Rorty parece distinguir de maneira mais incisiva entre dois vocabulários distintos. O que se mostra, contudo, é que, ainda que o vocabulário privado seja situado contextualmente em uma dada comunidade linguística – naquilo que Wittgenstein observou em torno da linguagem privada – isso não quer dizer que demandas públicas como justiça e solidariedade sejam redutíveis a ele. O que se destaca de maneira particular na proposta de Rorty, portanto, é que há dimensões da identidade que são contingentes e irreduzíveis a uma normatividade própria da teoria social e política.

Autores como Rorty (2007) e Martha Nussbaum (2013) entendem a imaginação enquanto mediadora de uma maior solidariedade e sensibilidade entre sujeitos que não compartilham de antemão uma mesma identidade, abrindo a possibilidade de redescrição de um vocabulário com o qual dividimos experiências de humilhação e sofrimento. Ao contrário de um critério de racionalização, Rorty então propõe que “precisamos substituir a esperança de que todos troquem a ‘paixão’ ou a fantasia pela ‘razão’ pela esperança de que as oportunidades de realização das fantasias idiossincráticas sejam equiparadas” (p. 103-104). A sua conclusão é a de uma “conciliação – não a síntese” entre senso privado de identidade do ironista e as esperanças liberais: “Minha cultura ‘poetizada’ é uma cultura que desistiu da tentativa de unir as formas privadas de lidar com a própria finitude ao sentimento de obrigação para com outros seres humanos” (p. 127).

Contudo, diferente de Rorty, entendo que, para dar lugar a novas possibilidades de autodescrições, não precisamos recorrer a uma separação rígida entre público e privado, senão compreender como o horizonte privado de descrições sempre dependem do vocabulário socialmente disponível. Diante da escolha posta pela aposta liberal entre validade universal da razão pública e afetos como propriedade individual, proponho que, para disputarmos os critérios da crítica e dilatarmos nossa percepção para ouvir outros relatos, é preciso reconhecer os sujeitos não apenas como pessoas dotadas de dignidade e valor moral, mas que seus discursos possuem relevância epistêmica para a correção e ampliação do nosso vocabulário político. Para alargar nosso vocabulário em busca de outras categorias, outras formas de dizer o mundo, não precisamos jogar fora nossos afetos, mas também precisamos encontrar os meios para que a pluralidade desses afetos, dentro de todas as suas ambiguidades, não sejam catalisadores de injustiças. Significa reconhecer que não há régua possível para a pluralidade de visões de mundo particulares a não ser o próprio conflito insuperável de respostas no plural.

Mas o horizonte normativo no qual se inscrevem nossos afetos e as narrativas que damos de nós mesmos esbarra na contingência de nosso vocabulário. Os limites desse sentido de uma crítica dos afetos é o que precisamente faz necessário voltarmos ao que cabe à crítica estrutural: às causas e sintomas de sofrimento que estão ao alcance da teoria social.

São em momentos de esgotamento do vocabulário político que se faz mais visível a necessidade de ampliar narrativas, urgindo encontrar novas epistemologias que, de fato, estejam ao alcance de criar um outro vocabulário para nossas formas de estar no mundo, de desde a convivência num espaço público compartilhado até as constituições políticas vinculados no encontro entre visões de mundo(s) distintas. Por isso, sou esperançoso com nossa capacidade de nos reinventarmos, talvez por concordar com Hegel com a força do negativo enquanto que ele permite o novo. Pensar um futuro com categorias que não estão dadas certamente é uma tarefa bem mais árdua do que apenas olhar e querer repetir o passado. Novos vocabulários que permitam, enfim, a liberdade para sermos afetados de outras formas, para imaginarmos outros modos de ocuparmos espaços e para contar nossas histórias de novas e novas maneiras.

---

49 “O vocabulário da autocriação é necessariamente privado, não compartilhado e impróprio para a argumentação. O vocabulário da justiça é necessariamente público e compartilhado – um meio para o intercâmbio argumentativo” (Rorty, 2007, p. 17).

## REFERÊNCIAS

Blackburn, Simon (1998): *Ruling passions. A theory of practical reasoning*. Oxford / New York: Clarendon Press.

Butler, Judith (2015): *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. São Paulo: Autêntica.

Demmerling, Christoph; Landweer, Hilge (2007): *Philosophie der Gefühle: von Achtung bis Zorn*. Stuttgart [u.a.]: Metzler.

Derrida, Jacques (1997). *Politics of friendship*. London: Verso.

Frank, Robert H. (1988): *Passions within reason. The strategic role of the emotions*. New York: Norton.

Fraser, Nancy (2009): *Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World*. New York: Columbia University Press.

Fraser, Nancy (2014): *Transnationalizing the public sphere. On the legitimacy and efficacy of public opinion in a post-Westphalian world*. In: Nash, Kate (Ed.), *Transnationalizing the Public Sphere*. Cambridge: Polity Press.

Hartmann, Martin (2010): *Gefühle: Wie die Wissenschaften sie erklären*. Frankfurt a. M.: Campus.

Hoggett, Paul; Thompson, Simon (2012): *Politics and the emotions. The affective turn in contemporary political studies*. New York: Continuum.

Honneth, Axel (1994): *Kampf um Anerkennung. Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte: Mit einem neuen Nachwort*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp.

Krause, Sharon (2008): *Civil Passions: Moral Sentiment and Democratic Deliberation*, Princeton: Princeton University Press.

Mbembe, Achille (2019). A ideia de um mundo sem fronteiras. *Revista Serrote*, n. 05.

Nussbaum, Martha C. (2013): *Political Emotions: Why Love Matters for Justice*. Cambridge: Harvard University Press.

Prinz, Jesse (2008): *The Emotional Construction of Morals*. Oxford: Oxford University Press.

Robin, Corey (2004): *Fear: the History of a Political Idea*. New York: Oxford University Press.

Rorty, Amélie (org.) (1980): *Explaining Emotions*. Berkeley: University of California Press.

Rorty, Richard. (2007) *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes.

Smith, Adam (2015): *Teoria dos sentimentos morais*, 2ª. edição. São Paulo: Martins Fontes.

Solomon, Robert C. (2003): *Not Passion's Slave. Emotions and Choice*. Oxford / New York: Oxford University Press.

## A UTOPIA DA FELICIDADE

Valton de Miranda Leitão<sup>50</sup>

O tema da felicidade tem sido reiteradamente tratado por filósofos e intelectuais dos vários ramos do saber. Freud tratou mais especificamente dessa temática nos seus textos "O futuro de uma ilusão" e "O mal-estar na civilização". A correspondência entre o criador da psicanálise e seu fiel amigo e discípulo, o pastor protestante suíço Oskar Pfister, será o centro temático de "O futuro de uma ilusão". Veremos mais adiante como Freud, um judeu ateu, dialoga e combate respeitosamente as ideias do seu grande amigo crente. O criador da psicanálise nas suas cartas a Pfister começava sempre assim: "ao meu amigo, grande homem de Deus...". Nessa correspondência Freud argumentava que a religião era ilusão e superstição e Pfister retrucava dizendo que ele confundia religião com fé, e que é somente nesta onde é possível encontrar a verdadeira felicidade. A utopia de Thomas Morus é provavelmente o referencial mais importante a respeito do assunto no pensamento político sobre o tema da felicidade. Morus, no começo do século XVI, faz uma releitura de "A República" de Platão sem atribuir à filosofia papel fundamental na sua obra.

O Colégio de Altos Estudos da Universidade Federal do Ceará ao me convidar para falar sobre felicidade, colocou-me numa encruzilhada, ou melhor dizendo, labirinto de difícil saída. Assim, sendo o objetivo maior da prática política o bem de todos, como compreender que o registro histórico, desde Tucídides e Heródoto, mostre quase sempre a guerra que contradiz fundamentalmente a ideia de felicidade; além disso, a historiografia mundial que exhibe majoritariamente o governante despótico e tirano?

A saída difícil colocada por Platão entre tirania e democracia, usando o mito do anel de Gíges é resolvida na "Utopia", isolando do mundo a ilha da felicidade. Morus criou uma ilha imaginária de difícil acesso dentro da qual seus habitantes seriam felizes, tendo um governo inteiramente sintonizado com seu povo e um Estado absolutamente democrático. O termo utopia passou a ser equivalente de lugar inatingível, mas também de meta sempre buscada pelos pensadores políticos. A primeira grande questão sobre o conceito de felicidade é colocada resumidamente por filósofos e teólogos como dialética entre a virtude e o vício. O virtuoso, o homem justo seria feliz, enquanto o corrupto e degenerado, infeliz. A complexidade do tema é ainda maior quando perguntamos onde tal sentimento se expressa melhor: se na antropologia, na cultura ou na política. O pensamento político, prioritariamente, pensa o bem estar social e secundariamente, o individual.

Maquiavel colocará a necessidade de superar o teocentrismo religioso medieval, assumindo que o Príncipe (Estado) deve, por meio da força, impor a unidade nacional de um país para o bem de todos. A ética, no pensamento maquiaveliano, é secundarizada para que a lei possa prevalecer. O pensador italiano não está preocupado com a noção socioantropológica e psicológica de felicidade, e coloca o bem estar da população como resultado da obediência, ao que chama virtude do Soberano.

A ideia de felicidade está emaranhada no interior de sistemas conceituais que oscilam entre o idealismo e o realismo. A busca ativa do sentimento de felicidade somente se estabelecerá quando a moralidade estiver atrelada ao Estado Democrático regulado por leis constitucionais, como em John Locke.

O pensador holandês/português Baruch Spinoza estabelecerá a ética como princípio da democracia. O texto spinozano sobre a ética se aproxima do que Freud chamará de princípio do prazer/desprazer e sua discípula, Melaine Klein, designará como inveja/

---

<sup>50</sup> Valton de Miranda Leitão é médico psiquiatra, psicanalista. Doutor Honoris Causa pela UFC.

gratidão. Dessa forma, o invejoso seria carente de alegria e felicidade, enquanto o masoquista que cultiva o desprazer do sofrimento e não se ajusta à realidade tampouco poderia sentir-se feliz. As noções de vício e virtude impregnadas de religiosidade serão colocadas por Freud na dialética pulsão de morte e pulsão de vida.

Evidentemente que conceitos comportamentais, emocionais e religiosos se misturam, tentando dar conta do que seja felicidade. A religião de um modo geral pensa o conceito como sendo a ausência de culpa, com a possibilidade do perdão divino, afastando o pecado. A beatitude na aproximação máxima do crente a Deus seria o êxtase da alegria.

A psicanálise examina o tema tanto pelo vértice do comportamento quanto fundamentalmente pelo ângulo das emoções e/ou afetos inconscientes. O inconsciente produz permanentemente, desde o começo da vida, angústias persecutórias e depressivas que têm um papel importante na produção do pensamento e organização da personalidade. As angústias são também sinais de alerta, assinalando perigos com os quais o indivíduo deve se deter para um ajustamento ao mundo exterior. A felicidade seria um ajustamento harmonioso com a concretude da realidade social.

O fato é que a ideia de felicidade comporta os mais diversos pressupostos, chegando inclusive à proposição de uma felicidade total como aquelas do Shangrilá na literatura ou, repetindo Morus, como um lugar ideal como o Butão no Himalaia onde todos seriam felizes. A observação histórica desmente tais ideias romanescas, enquanto a psicanálise torna o conceito relativo à organização ou desorganização da personalidade, provocado por fatores inconscientes.

## II.

Há cerca de um milhão de anos o homem faz seu percurso no planeta terra, exibindo ao lado de grandes feitos uma impressionante capacidade para o mal. A disposição humana para a maldade conceitualizada na psicanálise como destrutividade oriunda da pulsão de morte foi debatida em cartas trocadas entre Freud e Einstein, nas quais os dois grandes pensadores ficam no impasse entre a paz e a guerra. Hanna Arendt (1999) tematiza o assunto mostrando que o mal banalizado está na intimidade do indivíduo comum exemplificado no monstro nazista Adolf Eichmann. Essa compreensão Freud (1974b) já mostrara no livro "O mal-estar na civilização", revelando que o homem é fundamentalmente hostil ao processo civilizatório e trata seus semelhantes muito mais como objeto de domínio e posse do que de amor. Os campos de concentração nazistas demonstraram de modo terrificante o acerto dessas conclusões. Meu artigo "A decadência do amor" (Leitão, 2019) utilizando referências do psiquiatra judeu Victor Frankl (2017) que viveu os horrores do campo de concentração de Auschwitz mostra como eram os próprios judeus colaboracionistas mais implacáveis do que os guardas da SS nazista. Tais indivíduos eram chamados kapos, usavam uma braçadeira especial e tinham toda sorte de regalias.

A especulação filosófica e a pesquisa sociológica tentam compreender as oscilações da coletividade humana entre o conflito e o consenso. O fato é que a evidência histórica não deixa dúvidas quanto à propensão bélica fundamental do ser humano. Historicamente, a criatura humana tem mostrado muito maior propensão para o confronto do que para o consenso, embora procurando a paz, está sempre fazendo a guerra.

A antropologia foi buscar no próprio habitat dos povos mais isolados do planeta, denominados indevidamente primitivos por estarem distantes da civilização ocidental, explicações da observação científica para as condutas sexuais e agressivas do ser humano. Os notáveis trabalhos de Wundt e Margareth Mead demonstraram que tanto no sexo quanto na agressão os comportamentos desses povos estavam sujeitos a rigorosas prescrições. A

vida social desses aborígenes nada tinha de anárquica e a lei emanada do Totem animal ou planta sagrados era rigorosamente aplicada pelo chefe do clã. No seu livro *Baudolino*, Umberto Eco, situa no século XII sua narrativa sobre um personagem mitomaníaco que viaja nas suas aventuras mentirosas entre o mítico e a realidade histórica. O texto fascina porque entrecruza o totemismo e a narrativa mitológica, o clã com seus tabus, o amor e a violência. As narrativas mentirosas de Baudolino, entretanto, mostram como a catapulta prenuncia o foguete, o sáurio voador que carrega passageiros anuncia o avião, enquanto o mundo da escuridão apresenta a beleza da música que apenas escutada conforta o coração. O herói mentiroso não é, porém, um perverso, mas apenas um viajante da imaginação que busca um pai totêmico ideal, um Prester João, enquanto defronta a realidade da guerra em Constantinopla, promovida pelos venezianos para conquistar o Mediterrâneo. Baudolino procura a felicidade na mentira, representando a criatura humana que tenta se afastar da realidade na ilusão, enquanto se depara sempre com o conflito e a guerra. A arte literária traz para o leitor a vida real através do poder imaginário e criativo do escritor genial. Já se disse de maneira um tanto simplista que a arte imita a vida, mas penso que é a concretude histórica que melhor coloca a relação humana entre a felicidade e a infelicidade.

Nesse movimento, se misturam lutas territoriais e batalhas pela conquista dos meios de sobrevivência. O homem constrói todo tipo de artefatos, desde aqueles para seu conforto e proteção até os outros para o assalto e destruição de outros homens. Habita as cavernas para se proteger das intempéries naturais e das feras, e constrói moradias cada vez mais sofisticadas, mostrando um poder inventivo extraordinário, que paradoxalmente passa a ser instrumento da sua permanente belicosidade. Nesse percurso criou ciência e cultura, colocando o conhecimento científico contraditoriamente para proteger a vida e construir armas mortíferas cada vez mais poderosas.

Freud (1974a) em "Totem e Tabu" formulou o mito da horda primeva, na qual um macho poderoso dominava o território e possuía todas as fêmeas. A primeira rebelião se deu quando os irmãos dessa tribo se uniram, mataram o todo poderoso pai; beberam seu sangue e comeram sua carne no festim totêmico. Inaugura-se aí a culpa e o remorso que será a origem do pecado. A expiação do seu desejo de morte e da constante matança do inimigo onipresente será a base do desenvolvimento das religiões. O pecado do sexo e do homicídio exigirá o bode expiatório e a comunhão totêmica.

O totemismo inerente ao clã terá na proibição de olhar, matar ou comer o animal ou planta totêmica, a morte como punição. O tabu surgirá como limite absoluto do que não deve ser imaginado, pensado, olhado ou tocado, dando origem às leis que aparecerão no Código de Hamurabi e nas Tábuas que Jeová entregará a Moisés. O encanto quase infantil da horda primeva com o sexo, com a guerra e com a natureza se perde juntamente com aquilo que se poderia chamar felicidade. Os socialistas utópicos como Fourier, Proudhon e Owen formularam sociedades ideais nas quais as pessoas conviveriam repartindo igualmente o produto do seu trabalho, prevalecendo a paz e a felicidade. O idealismo e o realismo sempre em oposição embasaram tanto a filosofia quanto a ideologia política.

Marx e Engels compreenderão todos os antagonismos da convivência humana como processo histórico dentro de uma permanente luta entre classes. A ideia utópica do comunismo somente seria atingida quando todas as classes fossem abolidas, o trabalho seria comum e os bens não seriam apropriados pelas minorias capitalistas. Assim, tomando como ponto de partida a ideia de felicidade, pretendo mostrar que este sentimento humano somente pode ser compreendido quando contextualizado historicamente. Além disso, como se trata de uma emoção, creio que é necessário acrescentar a todo esse complexo nocional, o funcionamento psicológico consciente e inconsciente.

A odisseia homérica traça o percurso da humanidade através do herói Ulisses que astuciosamente escapa da morte, mas antes precisa atravessar o rio Aqueronte, fazendo parada no inferno. Quando alcança seu reino em Ítaca está marcado no corpo pelas feridas dos inúmeros combates enfrentados. O Iluminismo dos séculos XVIII e XIX entroniza a Razão e a ciência. Marx formula então uma teoria científica da história, ancorando-a na economia política que se tornará a "utopia" socialista. As experiências levadas a cabo no Leste Europeu e, principalmente, na ex-União Soviética tendo como base a visão marxista, fracassaram, provocando o desencanto e a infelicidade daqueles que lutaram pela "utopia" marxiana. Isso não arrefeceu o ânimo dos socialistas dentro da nova arquitetura que sucedeu ao debacle da união soviética e partidos baseados nas ideias marxianas, inclusive cristãos, continuam a lutar pelos mesmos ideais.

O Iluminismo e a Ilustração que sucederam ao teocentrismo medieval com suas disputas religiosas e a tenebrosa noite da Inquisição acreditaram que a ciência era neutra e levaria os homens a uma convivência feliz. O fato é que ficou claro que a ciência não é neutra e quase sempre é usada visando à destruição do inimigo. O desenvolvimento histórico mostrou a extrema complexidade dos fatores que intervêm nas coletividades humanas como evidenciaram principalmente Marx (1968) em "O 18 brumário de Luis Bonaparte" e Freud em "Psicologia de grupo e análise do ego" (1972).

Dois linhagens dialeticamente complementares foram colocadas para os pensadores da política: a subjetal e a objetal. Freud tirou a Razão do seu trono, mostrando como as motivações inconscientes, sexuais e agressivas, determinam a conduta humana, enquanto caracterizou a religião como delírio coletivo. O marxismo mostrou que os homens fazem a história, mas não a fazem conforme sua vontade, mas através de fatores que estão previamente encravados na cultura. Tornou-se clara a importância do uso dos símbolos e da linguagem, tanto no comportamento guerreiro quanto pacífico da humanidade. Essa compreensão aproxima Marx e Freud e seus principais seguidores, evidenciando a necessidade de aproximar a linhagem objetal da subjetal para compreender a história.

A contenda filosófica entre idealismo e realismo pende para o lado deste último, mostrando que o romantismo utópico não se sustenta na realidade. É sabido que Freud colocou o título de "Infelicidade na cultura" na primeira versão daquilo que seria o seu livro "O mal-estar na civilização". A psicanálise mostrou que os instintos, os afetos, a linguagem e a capacidade para pensar são ingredientes fundamentais para compreender a história, evidenciando que o paraíso utópico era apenas um construto imaginário que somente o fervor religioso poderia atingir.

O século XX foi marcado por duas grandes guerras e centenas de outras de menor porte, dando origem à constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), com pretensão de, através da normatividade legal, instrumentalizar o convívio entre nações e impedir que o potencial bélico de países conflitantes fosse usado numa guerra nuclear.

O desenvolvimento científico e tecnológico, cognitivo-intelectual e cultural que tornou o homem um semideus capaz de atingir outros planetas do sistema solar não foi acompanhado por uma evolução moral capaz de conter a sua belicosidade destrutiva. O último quartel do século XX assistiu ao desenvolvimento da informática e da robótica, e do algoritmo, transformando a ficção orweliana do controle da humanidade pelas máquinas, uma realidade.

Diante dessa crua evidência, os seres humanos regridem ao passado mítico e buscam refúgio nas mitologias que as religiões reproduzem como decalques da era de ouro *in illo tempore*. A decantada felicidade que Fausto busca na Ilha das Mães é o retorno ao idílico momento de cada criatura com sua matriz materna.

### III.

O Ocidente, principalmente europeu e norte-americano, desenvolveu desde o período colonial a arrogante concepção de que era moral e cognitivamente superior a asiáticos e africanos. O neocolonialismo ocidental sofisticou esse ideário absurdo e ainda pretende, contra toda factualidade histórica, impor sua catequese, tanto no plano geopolítico quanto no interior de cada nação ocidental, através do racismo e do que hoje se evidencia como necropolítica. O algoritmo que a Matrix ficcional apresentou como pós-verdade subverteu a própria verdade e assumiu a mentira como padrão ético.

A Medusa moderna é o panóptico foucaultiano que disciplina corpos e mentes, enquanto olha e vigia do alto da sua torre a criatura humana paralisada e incapaz de pensar. O olho disciplinar não está mais simplesmente na escola, na igreja ou no hospital, mas se espalha horizontalmente por toda parte. O sistema informacional midiático sob a forma de entretenimento cria a enganosa aparência de que olhamos e fruímos as imagens visuais e auditivas, quando realmente somos olhados e contidos. Nesse ponto da minha exposição, trago o clássico de Voltaire, *Cândido* ou *O Otimismo*, para mostrar sua atualidade, pois seu herói que se imagina vivendo no Éden se desilude ao final do texto apesar dos reiterados discursos de seu mestre Pangloss, fazendo apologia da felicidade. É sabido que Voltaire, filósofo do Iluminismo, satirizava o também filósofo Leibniz que dizia: "tudo vai pelo melhor no melhor dos mundos possíveis". A realidade se impôs a *Cândido* com tal brutalidade que levou a desprezar totalmente seu mestre Pangloss. No século XX o nazifascismo produziu o dantesco horror do holocausto, fazendo emergir das funduras demoníacas do inconsciente do povo alemão e italiano a estupidez de uma raça branca supostamente superior moral e cognitivamente. É essa loucura paranoica produtora de infelicidade que ainda avassala setores populacionais de várias partes do mundo, como presenciamos atualmente nos EUA e no Brasil.

A raciologia branca, irmã gêmea do mercado capitalista, impõe a política da morte aos não eleitos que considera simplesmente como um resto a ser eliminado da face da terra. Isso não é simplesmente retórica, mas algo que salta à vista, como fica claro nas políticas europeias em relação aos imigrantes e, no Brasil e EUA, com claro desprezo pelas suas populações colocadas pelo mercado na base da pirâmide social. Essa é a infeliz constatação que filósofos, intelectuais orgânicos e pensadores políticos devem assumir no combate pela civilização. A mistificação e fetichização da realidade são tão extensas que se torna necessário identificar e combater o inimigo do processo civilizatório. A política do ódio e da inimizade está sendo praticada pelo neofascismo dentro da perspectiva de que uma parte da população considerada inferior deve ser eliminada, tanto pela doença quanto pela supressão do Estado.

O exercício da pensabilidade é atualmente necessidade básica na luta contra essa nova forma de nazifascismo. O pensar exige a construção de aparelhos mentais capazes de resistir à alienação imposta pelo algoritmo capitalista. O pensamento por reflexo condicionado e militarizado do tipo comando e obediência precisa ser superado pela pensabilidade que somente se desenvolve na relação existencial com a diversidade humana. Trata-se do pensamento pré-verbal multicêntrico oposto ao pensamento binário.

O egoísmo e a ganância do homem sem a continência do pensamento produzem toda sorte de crueldade e infelicidade. É necessário, entretanto, não esquecer que depois de espalhados todos os males contidos na caixa de Pandora, resta no fundo, a Esperança.

O objetivo dessa exposição é mostrar como a linguagem e a palavra podem ser enganosas, mas também retificadas pelo exercício do pensamento no amor do homem pelo seu semelhante.

A conclusão a que chegamos é que a ideia de felicidade é conexas a de otimismo e se inscreve na práxis política que objetiva a utopia. Portanto, trata-se de um ideal a ser alcançado. Finalizo, voltando a Voltaire: devemos cultivar nosso jardim!

## REFERÊNCIAS

ARENDETT, H. (1999). Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras.

ECO, H. Baudolino

FREUD, S. (1972). Psicologia de grupo e análise do ego. In: S. Freud, Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 18, pp. 91-168). Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1974a). Totem e tabu. In: S. Freud, Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 13, pp. 20-191). Rio de Janeiro: Imago.

FREUD, S. (1974b). O mal-estar na civilização. In: S. Freud, Edição Standart Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago.

LEITÃO, V. (2019). A decadência do amor. In: Jornal de Psicanálise "Durval Marcondes", Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. (Vol. 52, n. 96, pp. 23-32). São Paulo: S-BPS.

MARX, K. (s.d.). O 18 brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Editora Escrava.

# PARTE III

## MARCADORES TEMPORAIS DA VIDA E REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS



# OS EXTREMOS DA VIDA E AS METAMORFOSES DA INFÂNCIA

**Álvaro Jorge Madeiro Leite**

Professor Titular de Pediatria, Departamento de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente - Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará

## INTRODUÇÃO

O destino humano sempre à espreita! Mais uma vez, a comunidade científica e as sociedades em geral estão interessadas em desvendar como se constitui, como se desenvolve o ser humano. Conhecemos bem os fundamentos biológicos da fecundação ao nascimento, mas apenas recentemente as pesquisas trouxeram informações importantes acerca das relações entre as capacidades desenvolvidas na primeira infância e as denominadas "habilidades essenciais da vida adulta" (1).

Sabemos também que o desenvolvimento de cada criança ocorre no contexto de complexas interações entre a bagagem genética herdada dos pais - dimensão biológica -, a cultura em suas dimensões sociais, familiares e a ancestralidade, bem como o acervo de experiências oriundas das interações com seus pais ou cuidadores de referência. Para a psicanálise a ideia do nascimento da vida psíquica do ser humano ainda persiste com certo mistério. Quando e como um bebê desenvolve e articula pensamento e a linguagem; ampliar a vinculação com o outro, a entrar na vida de relação, captar os laços sociais; apresentar suas capacidades? (2)

As crianças ao nascimento apresentam dependência absoluta de cuidados, portanto, precisam ter suas necessidades essenciais atendidas por seus cuidadores de referência para que tenham mais chances de alcançar um desenvolvimento integrado. Para a neurociência e as ciências comportamentais isso significa desenvolver a arquitetura do cérebro, principal órgão do corpo humano, responsável por um conjunto de funções que regulam os pensamentos, as emoções e os comportamentos do ser humano, as denominadas funções executivas e de autorregulação que serão detalhadas a seguir.

Tais funções não estão inscritas nos genes, não nascem com as crianças; elas precisam ser, e efetivamente são desenvolvidas durante a primeira infância, adolescência e nos primórdios da idade adulta; elas são essenciais para a convivência e o desempenho escolar, para capacitação e adaptação para o trabalho, como também para evitar muitos problemas de saúde individual com impactos na saúde pública. Para a psicanálise, trata-se do nascimento psíquico do ser humano, numa dimensão que requer determinados tipos de cuidados que espelham interações intersubjetivas estruturantes.

Outra consequência direta desse campo de pesquisas foi expandir a compreensão dos nexos existentes entre a infância e o desenvolvimento humano ao longo da vida; sobre a importância de formar uma base sólida desde os primeiros meses de vida, fato que exerce efeitos duradouros na constituição do ser humano e tem impacto positivo sobre o desenvolvimento da sociedade. O que equivale também a perceber o impacto negativo para a criança e para a sociedade quando as necessidades essenciais das crianças não são atendidas e elas crescem em ambientes marcados por experiências adversas ou em lares com pais imprevisíveis nos cuidados que elas necessitam para crescer, aprender e se desenvolver.

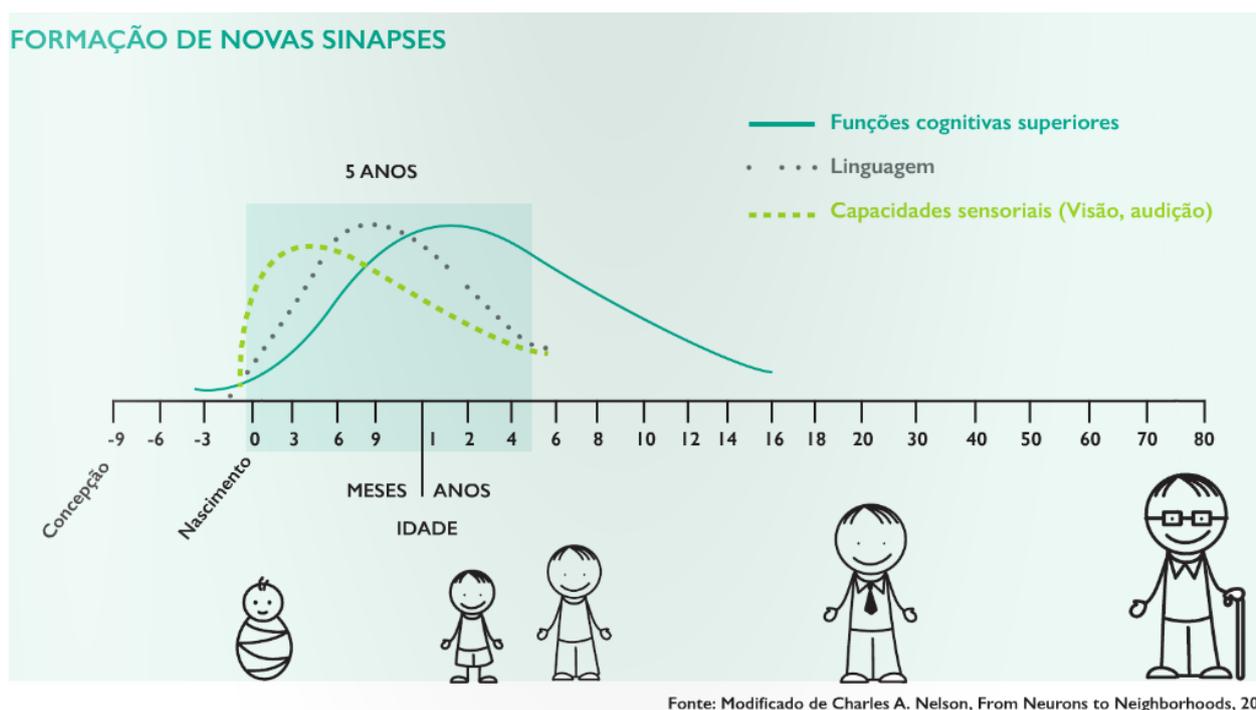
Por necessidades essenciais utilizamos aqui as conceituações desenvolvidas há cerca de 20 anos por T. Berry Brazelton e Stanley I. Greenspan (3), pediatra e psiquiatra infantil, respectivamente. Esses autores, preocupados com as necessidades não satisfeitas das crianças americanas, desenvolveram conceitos e intervenções práticas para ajudar as famílias a enfrentar as modificações na cultura, na sociedade e nos papéis parentais frente à instabilidade e incertezas do mundo contemporâneo. As necessidades são as seguintes:

- Relacionamentos afetivos amorosos;
- Proteção física, segurança e regras;
- Experiências que respeitem as diferenças individuais;
- Experiências adequadas de desenvolvimento;
- Estabelecimento de limites, organização e expectativas;
- Comunidades estáveis, amparadoras e de continuidade cultural.

Vem desse acúmulo de experiências a ênfase nos primeiros anos de vida, que são ao mesmo tempo o período mais crítico e o mais vulnerável no desenvolvimento de qualquer criança; essa etapa é constitutiva da vida humana e não apenas um rito de passagem. As pesquisas revelam que é nessa fase da vida que se encontram os ingredientes e as oportunidades mais valiosas para o desenvolvimento intelectual, emocional e moral do ser humano. Ainda que esses ingredientes possam ser adquiridos em outras fases da vida, o custo e as chances de sucesso diminuem a cada ano.

Na Figura 1 pode-se ver que a criança já nasce com seu sistema sensorial funcionando e se desenvolverá muito rapidamente na medida em que, com a chegada do primeiro ano de vida, tenha início a linguagem verbal, aquisição intimamente associada ao desenvolvimento do pensamento e da regulação do comportamento.

Figura 1: Desenvolvimento cerebral humano (4)



Pode-se ilustrar aqui uma das diferenças que começam precocemente entre crianças oriundas de famílias de renda alta, renda média e renda baixa. Os pesquisadores descobriram que mais de 86% das palavras utilizadas pelas crianças aos 3 anos de idade eram iguais àquelas ouvidas de seus pais ou cuidadores; crianças que viviam em lares de baixa renda e/ou baixo nível educacional, ouviam uma média de 616 palavras por hora. E as que viviam com famílias de classes sociais mais abastadas e/ou melhor nível educacional, ouviam pelo menos o dobro de palavras por hora (de 1250 a 2150 palavras por hora, aproximadamente).

Concluíram que, ao longo dos primeiros quatro anos de idade, as crianças pobres ouvem 30 milhões de palavras a menos que as crianças de famílias com melhores recursos (4). A repercussão desvantajosa é enorme! Todos nós pensamos por meio de palavras; qualquer pensamento humano é formulado em palavras. Assim, quanto melhor for o nosso vocabulário, mais complexo e articulado com outros referenciais será o nosso pensamento.

Foi identificada uma relação de defasagem relacionada com o número de palavras ouvidas na infância e o desempenho escolar do ensino médio, o que nos leva a pensar que diferenças no desenvolvimento infantil podem surgir precocemente na vida. Essas diferenças no crescimento do vocabulário também já foram identificadas a partir de 18 meses entre as crianças de diferentes estratos sociais; essas mesmas diferenças crescem com as crianças em direção à idade escolar e tendem a aumentar se nenhuma intervenção vier a ocorrer.

Entre os 3 e 5 anos de idade, com o desenvolvimento das denominadas "funções executivas e de autorregulação" inicia uma nova fase da vida da criança com repercussão direta nas "habilidades essenciais da vida adulta". Essas funções representam um conjunto de habilidades essenciais para gerenciar a vida, o trabalho e os relacionamentos. São recursos básicos e fundamentais para apoiar nossa capacidade de se concentrar, planejar e atingir objetivos, se adaptar às situações em mudança e resistir a comportamentos impulsivos (5). Ninguém nasce com essas habilidades. Elas são desenvolvidas ao longo do tempo através de nossas experiências de interação com os outros e com o ambiente, que por sua vez, se transmitem para as próximas gerações.

Funções executivas constituem um conjunto de habilidades fundamentais para o controle consciente e deliberado sobre pensamentos, emoções e comportamentos humanos. Essas funções possibilitam ao indivíduo gerenciar diferentes aspectos da vida com autonomia, isto é, tomar decisões com independência e responsabilidade. O cérebro necessita das duas primeiras décadas de vida para alcançar um patamar de desenvolvimento dessas funções que caracterizam a pessoa adulta.

É possível considerar três dimensões das funções executivas que, apesar de distintas, são interligadas. São elas a memória de trabalho, o controle inibitório (autocontrole) e a flexibilidade mental e cognitiva (5).

Memória de trabalho: essa habilidade permite armazenar, relacionar e pensar informações no curto prazo; ela é necessária para realizar tarefas cognitivas, tais como estabelecer uma relação entre dois assuntos, fazer cálculos apenas com a mente e estabelecer uma ordem de prioridade entre várias tarefas; também ajuda as crianças nas interações sociais, como planejar e atuar em uma cena, revezar em atividades de grupo ou juntar-se a um jogo depois de curta interrupção para se dedicar a alguma outra atividade.

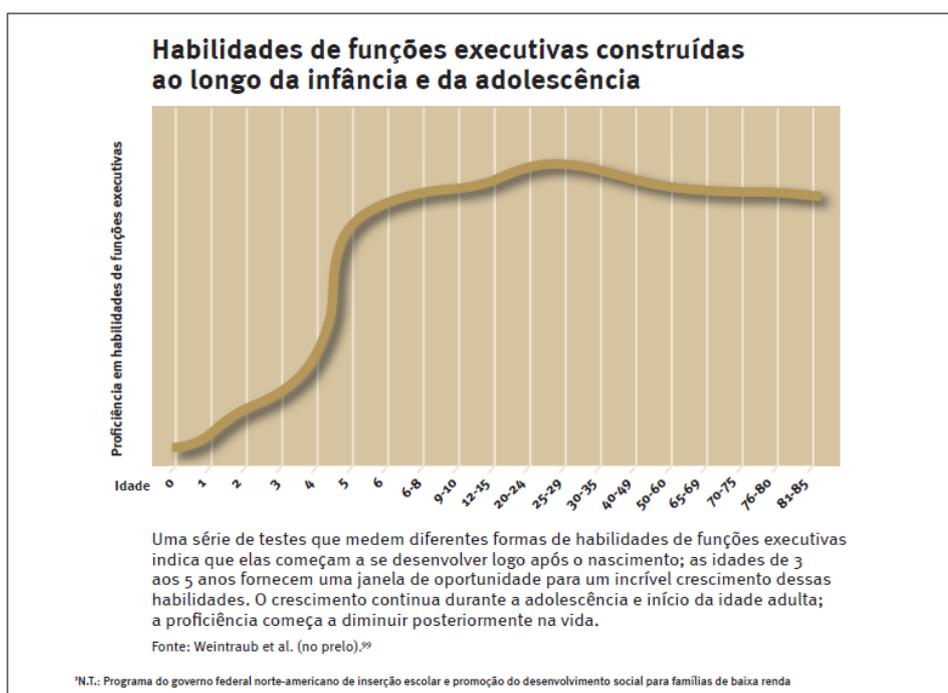
Controle inibitório: é a habilidade que usamos para controlar e filtrar nossos pensamentos; ter o domínio sobre a atenção e o comportamento; controlar os impulsos para resistir às tentações e poder fazer aquilo que é certo; parar e pensar antes de agir. Ainda,

possibilita uma atenção seletiva, focada e mantida. Essa capacidade impede-nos de agir como criaturas completamente impulsivas que fazem qualquer coisa que venha à cabeça. Essa capacidade ajuda as crianças a prestar atenção, agir menos impulsivamente e a manter a concentração numa tarefa.

**Flexibilidade mental e cognitiva:** é a capacidade de usar o pensamento criativo e de fazer ajustes flexíveis para se adaptar às mudanças; permite mudar de perspectiva no momento de pensar e agir, e considerar diferentes ângulos na tomada de decisão. É o que nos permite aplicar regras diferentes em diferentes contextos. Essa habilidade auxilia as crianças a utilizar sua imaginação e criatividade para resolver problemas, bem como perceber um erro e poder corrigi-lo.

As habilidades associadas às funções executivas são extremamente importantes para o desenvolvimento, tal como exemplificado pelo fato de que as diferenças iniciais nas funções executivas prognosticam, ao longo do tempo, resultados significativos no desenvolvimento, incluindo o desempenho escolar, os comportamentos relativos à saúde e o ajustamento social (5).

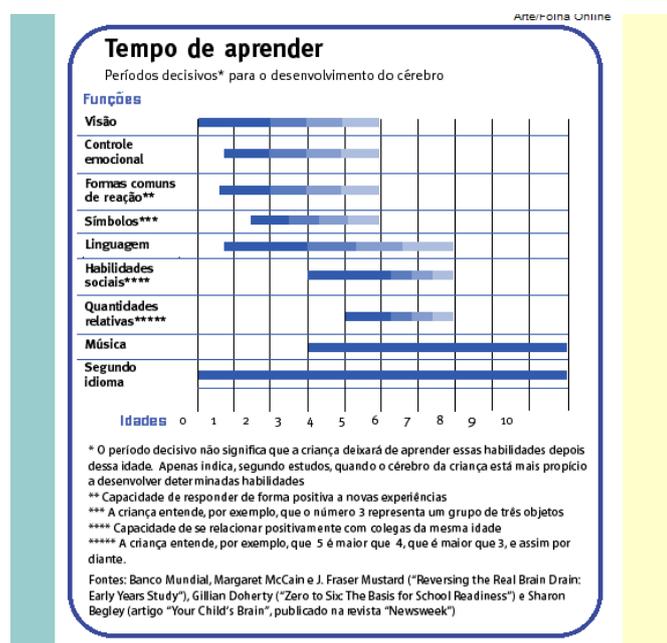
O desenvolvimento do potencial máximo das funções executivas é um processo que exige tempo e isso se explica, em parte, pela lentidão do amadurecimento do córtex pré-frontal (Figura 2).



Considera-se que um nível mais elevado de funcionamento executivo está vinculado a diversos aspectos positivos, tais como competência nos domínios social, emocional e escolar, como também com êxito nos primeiros anos de escolaridade, mais do que a inteligência, e a aprendizagem precoce de leitura e aritmética. As habilidades das funções executivas permitem que as crianças lidem melhor com seu ambiente em constante mudança, o que pode ser especialmente importante para aquelas em desenvolvimento em ambientes de alto risco. A eficiência das funções executivas prediz a saúde, a prosperidade econômica e um baixo número de atos criminosos posteriormente na vida (5).

**JANELAS DE OPORTUNIDADE:** a importância do momento oportuno

Em determinados períodos da vida o cérebro é especialmente receptivo às novas experiências e está especialmente capacitado para aproveitá-las. Se estes períodos de sensibilidade passam sem que o cérebro receba os estímulos para os quais ele está preparado pode ocorrer uma diminuição significativa das oportunidades específicas de aprendizagem. (Figura 3).



Sabemos que o cérebro humano é maleável e que sua capacidade de reorganização dura ao longo da vida e pode ser aprimorada por meio de intervenções. No entanto, existe um amplo consenso de que, durante a primeira infância, o cérebro é formado a uma velocidade que nunca se repetirá.

A maleabilidade do cérebro também pressupõe que, em certos momentos, as experiências negativas ou a falta de estímulos apropriados podem ocasionar sérios efeitos deletérios. Quando a criança não é o objeto do cuidado que necessita durante os períodos decisivos de desenvolvimento, ou quando está imersa em situações adversas tais como, fome, abuso ou abandono, é possível que o desenvolvimento do cérebro seja afetado. Muitas crianças que vivem em situações de emergência sofrem traumas graves e tensões extremas que se não podem ser resolvidas, enfraquecem o potencial de desenvolvimento delas.

Por exemplo, a pobreza na infância tem potencial para prejudicar o desenvolvimento das crianças, em parte, porque as expõe a ambientes estressantes. Crianças de baixa renda enfrentam uma série desconcertante de demandas psicossociais e físicas que colocam muita pressão sobre suas capacidades adaptativas e parecem ser lesivas para o cérebro em desenvolvimento.

Situações como as descritas acima frequentemente deixam as famílias sem ter à sua disposição todos os recursos (pessoais, sociais e econômicos) necessários a uma adequada adaptação da situação diante da maternidade e de tudo que esta condição implica. Assim, mulheres em condição de pobreza e com nível baixo de escolaridade vivem em condições de estresse crônico e têm uma rede social limitada de apoio. Além disso, algumas delas têm histórias de maus-tratos, tendendo a sofrer de depressão e a manifestar mais sintomas de distúrbios de conduta, o que representa fator de risco para maus-tratos de sua prole (6).

Muitas vezes, vulnerabilidade e pobreza se associam com experiências de fome e miséria, tornando a vida familiar um espaço de privação, de instabilidade e de esgarçamento dos laços afetivos e de solidariedade, com altos graus de estresse. Nessas condições,

muitas famílias têm dificuldade de oferecer aos filhos experiências e apoio para que os mesmos alcancem seus potenciais de desenvolvimento. Cada vez mais se reconhece a influência da qualidade dessas experiências no desenvolvimento integral das crianças. Esse problema assume maiores proporções quando considerarmos que tal situação ocorre nos primeiros anos e seus efeitos deletérios tendem a persistir com influências negativas por toda de vida.

O desenvolvimento da inteligência, das emoções, da capacidade de perceber os outros e de convivência empática são fortemente estruturados nesses anos iniciais. As condições estressantes a que muitas famílias estão submetidas – pobreza extrema, violência doméstica, problemas de saúde mental dos pais, dificuldade de acesso a serviços sociais e de saúde de qualidade – fazem com que muitas das estratégias de sobrevivência utilizadas pelas famílias dificultem o atendimento às necessidades essenciais dos filhos. No dizer da especialista em primeira infância do Banco Mundial, pediatra Mary Eming Young (7):

A pobreza reduz os recursos espirituais das pessoas, sua paz de espírito, sua dignidade e sua liberdade para viver de maneira plena. E, infelizmente, a pobreza é como um gene ruim – é herdada (Young; org. 2010).

Os adultos que enfrentam a pobreza diária têm menos tempo, dinheiro e recursos emocionais e cognitivos para atender às necessidades dos filhos. A pobreza é um fator mediador que coloca em risco a oportunidade das crianças de alcançar seu potencial de desenvolvimento. E há muitos milhões de crianças no mundo e em nosso país sob risco! A pobreza de renda limita a capacidade da família de atender necessidades como alimentação, saúde ou boa nutrição. A pobreza de tempo reduz a frequência e a qualidade das oportunidades de brincadeiras e interação entre adultos e crianças, essenciais para a aprendizagem na primeira infância. E essas oportunidades de interação são fundamentais para moldar a arquitetura do cérebro humano!

Além disso, a economia comportamental demonstrou um desafio adicional enfrentado pelos pais e mães pobres. Resolver os problemas diários de subsistência de uma pessoa que vive na pobreza não é tarefa fácil. Nesse processo, os pobres esgotam muitos dos escassos recursos cognitivos com os quais contam. Isso significa que eles têm menos recursos cognitivos que permitam tomar as melhores decisões em outras áreas, como o bem-estar de seus filhos. Infelizmente, isso também estabelece outra coisa: que os pais de baixa renda têm uma chance maior de fazer coisas que não deveriam ser feitas. Sabemos que os resultados das crianças nascidas em lares pobres são, em média, piores.

No livro *Escassez* (Mullainathan & Shafir, 2017) se demonstra que as pessoas que vivem na pobreza, tendo que ocupar grande parte de seus recursos psíquicos na solução dos problemas de sobrevivência associados às suas necessidades concretas de sobrevivência, terminam por dispor de menos recursos para usá-las em outras tarefas, por exemplo, tomar decisões sobre criar seus filhos (8). O desafio de criar filhos requer bons recursos psíquicos. É o próprio UNICEF que reitera: "ter um filho é um dos acontecimentos mais importantes de nossa vida, e pais que, por variadas motivações, não conseguem realizar a contento tais funções se sentem absolutamente frustrados".

No que diz respeito aos programas e serviços de desenvolvimento infantil, as reflexões da economia comportamental também nos levam a pensar em como os currículos e modelos pedagógicos utilizados para trabalhar com os pais podem fazer o melhor uso dos recursos psíquicos escassos com que eles contam. Ou seja, não se trata apenas de transmitir conhecimento e informação, entregar material e folhetos, demonstrar jogos, ler histórias e ensinar músicas.

É igualmente importante pensar cuidadosamente sobre como essas atividades são realizadas com as famílias e, em particular, considerar quais recursos (psíquicos e outros: tempo, dinheiro, deslocamento, trabalho etc.) exigem esses programas das famílias às quais são direcionados. No dizer do Prof. Shonkoff (9): é necessário "Construir as competências dos adultos para melhorar o desempenho das crianças", pois "a família é o lugar natural de desenvolvimento das crianças". (UNICEF, 2017).

Chegamos assim ao patamar de estudos desses últimos 30 anos, em especial, com famílias e crianças vivendo em situações de vulnerabilidade e adversidades precoces: como apoiar e fortalecer a sensibilidade e os comportamentos dos pais para que eles consigam corresponder às necessidades essenciais de seus filhos, atendimento sem os quais eles não poderiam adequadamente crescer, se desenvolver e aprender?

## **EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA**

Informações oriundas de pesquisas sobre a biologia do estresse durante a primeira infância revelam como grandes adversidades, tais como extrema pobreza, abuso ou negligência, podem debilitar a arquitetura do cérebro em desenvolvimento e colocar o sistema de resposta ao estresse em permanente alerta. Como contraponto, as pesquisas também mostram que proporcionar relações estáveis, responsivas e enriquecedoras durante os primeiros anos de vida pode impedir ou mesmo reverter os efeitos prejudiciais do estresse precoce, com benefícios duradouros sobre a aprendizagem, o comportamento e a saúde (10).

Aprender a lidar com a adversidade é uma parte importante do desenvolvimento saudável da criança. Quando somos ameaçados, nossos corpos nos preparam para reagir aumentando o ritmo cardíaco, a pressão arterial, a reatividade inflamatória e os níveis glicêmicos. Essas mudanças são provocadas pela rápida circulação de hormônios do estresse, como adrenalina e cortisol. Essa resposta de "lutar ou fugir" salva a vida diante de uma ameaça aguda, mas sua ativação contínua pode ter um efeito desgastante sobre uma série de funções biológicas importantes.

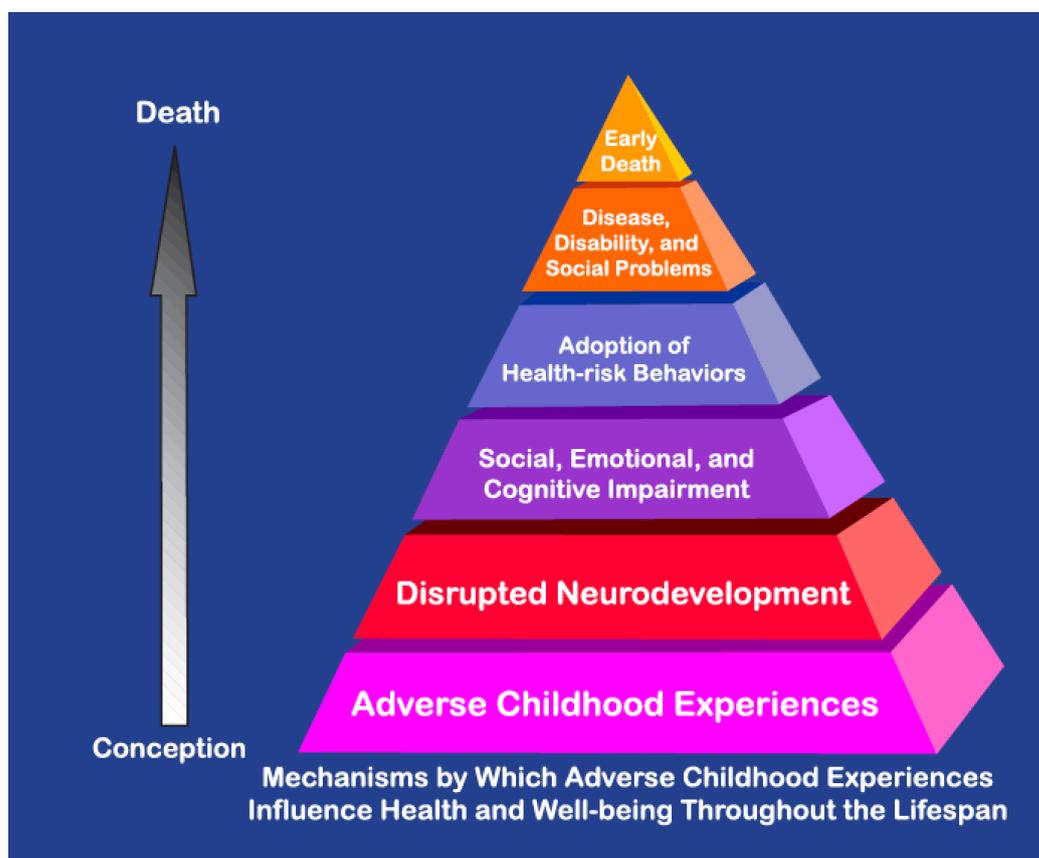
À medida que crescem, as crianças enfrentarão, inevitavelmente, muitos desafios previsíveis – por exemplo, o primeiro dia na escola – e imprevisíveis – por exemplo, a perda de um ente querido. Esses desafios dão à criança a oportunidade de aprender como gerenciar o estresse com eficácia, e como regular as emoções e desenvolver recursos sociais, comportamentais e cognitivos de adaptação, necessários para superar esses obstáculos. Esse processo é facilitado pela presença de cuidadores sensíveis e responsivos.

Quando os sistemas de resposta ao estresse de uma criança pequena são ativados dentro de um ambiente de relacionamentos afetivos e protetores, esses efeitos fisiológicos podem ser bloqueados pela presença do adulto ou restaurados rapidamente para o nível normal. O resultado é o desenvolvimento de um sistema de resposta ao estresse que funciona bem. No entanto, se a resposta ao estresse for excessiva e de longa duração, e a criança não receber a proteção de um adulto afetivo, o resultado pode ser um sistema configurado para aprender a sentir medo rapidamente, alterar para o modo defensivo com pouca provocação (agir agora, pensar depois), reagir fortemente mesmo quando não for necessário, ou até mesmo desligar completamente em função do desgaste constante. Isso pode ter repercussões negativas ao longo da vida, exigindo soluções intensivas e dispendiosas no futuro.

Um número crescente de estudos tem associado essas condições de estresse no início da vida ao precário desenvolvimento cognitivo-emocional e social em idades posteriores, inclusive alcançando a idade adulta. Pesquisas sugerem que eventos estressores graves e

precoces – por exemplo, maus-tratos, negligência – podem resultar em alterações importantes da arquitetura cerebral, tais como: redução do volume cerebral, desregulação do sistema neuroendócrino de resposta ao estresse, e disfunção límbica, envolvendo regiões como o hipocampo, o córtex pré-frontal medial e a amígdala. Os períodos sensíveis e as etapas de maior plasticidade do cérebro são particularmente vulneráveis aos efeitos de longo prazo causados por hormônios do estresse, e podem resultar em alteração das trajetórias normais e da organização do cérebro de crianças pequenas.

Investigações têm mostrado que a exposição precoce e repetida à adversidade pode gerar problemas emocionais, bem como comprometer a memória de trabalho, a flexibilidade cognitiva e o controle inibitório. Conhecimentos atuais revelam que o estresse tóxico pode ter consequências de ordem mental e física que se estendem da adolescência até a idade adulta, inclusive maior risco de depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, síndrome metabólica e doenças cardiovasculares. (Figura 4)



Problemas na saúde de pessoas adultas estão diretamente associados a adversidades vividas durante a infância (11). O estresse causado por uma situação adversa na infância é uma experiência subjetiva de experiências traumáticas, infelizes, desagradáveis ou dolorosas vividas na infância ou na vida presente, cuja repercussão depende de uma série de fatores de vulnerabilidade (trauma anterior, predisposição genética) bem como de fatores de resiliência (suporte social e emocional) (AAP, 2017).

As experiências adversas na infância costumam incluir: abuso físico, sexual ou emocional; negligência física e emocional; e a disfunção familiar: mãe tratada com violência; doença mental e abuso de substância em algum membro da família; separação parental ou divórcio litigioso; algum membro da família encarcerado, dentre outras. Essas situações podem ocorrer em famílias de todas as classes sociais, mas, claramente, há uma maior prevalência nas classes mais pobres (AAP, 2017). Uma das classificações mais utilizadas em relação às experiências adversas na infância pode ser vista na Figura 5.

Em relação às experiências adversas, as pesquisas têm revelado três tipos de resposta ao estresse:

- Resposta positiva ao estresse tal como a que se pode observar em estresse em crianças pequenas, tipo lidar com frustração, tomar uma vacina e a ansiedade causada pelo primeiro dia numa creche. Quando esse estresse é contrabalançado por um ambiente de relacionamentos estáveis e que deem apoio, respostas positivas ao estresse são um elemento que promove o desenvolvimento normal; são oportunidades para observar, aprender e praticar respostas saudáveis e de adaptação a experiências adversas.

- Resposta tolerável ao estresse, em contraste com o estresse positivo, está associada com exposição a experiências que apresentam uma maior magnitude de adversidade ou de ameaça. Agentes precipitantes podem incluir a morte de um membro da família, uma doença ou ferimento grave, um divórcio contencioso ou um desastre natural.

- Estresse tóxico: pode ocorrer quando uma criança passa por uma grande, frequente e/ou prolongada adversidade – como recorrentes abusos físicos ou emocionais, negligência crônica, uso de drogas ou doença mental do adulto de referência da criança, exposição repetida à violência e/ou carga acumulada de dificuldades econômicas da família – sem apoio adequado de adultos ou, pior, quando o adulto é ao mesmo tempo a fonte do apoio e do medo. A ativação excessiva e/ou prolongada dos sistemas de resposta ao estresse pode afetar negativamente o desenvolvimento da arquitetura do cérebro e de outros órgãos. Imagens cerebrais de crianças submetidas a estresse tóxico exibem claramente conexões neurais subdesenvolvidas ou uma arquitetura cerebral mais fraca. Essa carga acumulada aumenta o risco de doenças relacionadas ao estresse e de comprometimento cognitivo, incluindo doenças cardíacas, diabetes, uso de drogas e depressão, avançando pela idade adulta. As pesquisas também indicam que relações atenciosas e de apoio com adultos carinhosos, o mais cedo possível na vida da criança, podem evitar ou reverter os efeitos nocivos das respostas ao estresse tóxico.

## **DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA**

Novas descobertas da neurociência e das ciências comportamentais e sociais enfatizam a importância de dar às crianças uma oportunidade melhor no início de suas vidas. No entanto, muitas famílias vivem em situação de vulnerabilidade e diversos graus de dificuldades que não conseguem satisfazer as necessidades essenciais de seus filhos. Muitas

delas não conseguiriam enfrentar essas dificuldades sem algum tipo de apoio, seja de sua própria família ou apoio externo, seja da comunidade, dos serviços sociais e de saúde.

Para as crianças que vivem em situação de pauperização, educá-las em seus primeiros anos é vital para atacar os piores efeitos da pobreza e pode ser uma maneira eficaz de romper o ciclo implacável e vicioso da pobreza que, muito frequentemente, atravessa gerações. As crianças que vivem na pobreza enfrentam obstáculos para ir à escola e, quando lá estão, nem sempre encontram condições favoráveis ao aprendizado. Assim, terão dificuldade em encontrar emprego e terão pouca esperança para o seu futuro e o futuro de seus filhos.

As razões pelas quais a sociedade e as famílias devem se concentrar nas crianças vão além das preocupações tradicionais e humanitárias, ainda mais pertinentes com aqueles menos capazes de cuidar de si, e no início da vida totalmente dependentes do cuidado de pessoas adultas. O economista e pesquisador Ricardo Paes e Barros em aula recente (*Sobre a inexorável necessidade de garantir atenção integral de qualidade à primeira infância*), por ocasião do Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância, realizado na Harvard Medical School, inicia sua apresentação com a seguinte pergunta: "Existe sociedade próspera e justa sem pleno desenvolvimento na primeira infância"?

Na aula defende que: *"impactos da atenção e estimulação adequadas na primeira infância - fase da vida onde as respostas são rápidas, amplas e intensas -, persistem por todo o ciclo de vida, e que quanto mais equitativa for a atenção e a estimulação recebidas nessa etapa da vida, menor será a desigualdade de resultados e realizações entre adultos"*, como também *"melhor atenção e estímulos nessa fase da vida aumentam a capacidade de uma criança aproveitar oportunidades futuras ou reduz os custos das ações necessárias para que importantes realizações possam ser alcançadas"*.

Alguns estudos revelaram que o acesso da criança a cuidados que envolvem apoio, dedicação e sensibilidade por parte de adultos desempenha papel destacado para equilibrar a atividade do sistema HPA (hipotálamo-pituitário-adrenal), e para proteger o cérebro em desenvolvimento contra efeitos potencialmente danosos de fatores de estresse. Crianças que têm um relacionamento seguro com os pais aprendem que quando enfrentam um fator de estresse podem ficar angustiadas, comunicar suas emoções negativas e conseguir ajuda de seus cuidadores. É provável que esse sentimento de segurança evite a ativação do eixo HPA e de outros sistemas essenciais de mediação de estresse.

Uma pequena parte da literatura emergente sugere que os efeitos negativos do estresse nem sempre são irreversíveis. Intervenções que melhoram o apoio econômico e emocional à criança submetida a estresse importante mostraram-se capazes de melhorar a adaptação comportamental e emocional, assim como a regulação normativa do eixo HPA. Outras pesquisas constataram também que terapia comportamental, assim como terapia medicamentosa podem resultar em modificações neurobiológicas em indivíduos que sofrem de efeitos psicológicos causados por estresse.

Intervenções de desenvolvimento infantil de boa qualidade têm o potencial de mudar o futuro das crianças nascidas em lares desfavorecidos. Levando em conta as considerações apresentadas, uma conclusão se impõe: intervenções de boa qualidade no desenvolvimento infantil têm o potencial de mudar o futuro das crianças nascidas em lares desfavorecidos (12).

## REFERÊNCIAS:

1. Center on the Developing Child at Harvard University (2017). Three Principles to Improve Outcomes for Children and Families. <http://www.developingchild.harvard.edu>
2. Guerra V. Mistério do nascimento da vida psíquica do ser humano. In: Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre V.18, número 02 - novembro 2014.
3. Brazelton TB, Greenspan SI. As necessidades essenciais das crianças. Trad. Cristina Monteiro. Porto Alegre, Artmed, 2002. 213p.
4. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. O IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA SOBRE A APRENDIZAGEM: estudo I / 1. ed. -- São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, Núcleo Ciência pela Infância. 2016. 16p.
5. Funções executivas e desenvolvimento infantil : habilidades necessárias para a autonomia : estudo III / organização Comitê Científico do Núcleo Ciência pela Infância. Redação: Joana Simões de Melo Costa et al. 1. ed. -- São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - FMCSV, 2016. -- (Série Estudos do Comitê Científico – NCPI; 3.
6. National Scientific Council on the Developing Child (2007). O Período e a Qualidade das Experiências da Primeira Infância se Combinam para Moldar a Arquitetura do Cérebro: Documento de Trabalho nº 5. <http://www.developingchild.net>.
7. Young M (organizadora); Do Desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças / tradução Magda Lopes. São Paulo: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2010.
8. Mullainathan S, Shafir E. ESCASSEZ. Editora Best Business. 2016, 1a ed. 381p.
9. Construindo o sistema de "Controle do Tráfego Aéreo" do cérebro. Tradução para o português realizada pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. 20p. Disponível em: [www.developingchild.harvard.edu](http://www.developingchild.harvard.edu)
10. Shonkoff JP, Garner AS and THE COMMITTEE ON PSYCHOSOCIAL ASPECTS OF CHILD AND FAMILY HEALTH, COMMITTEE ON EARLY CHILDHOOD, ADOPTION, AND DEPENDENT CARE, AND SECTION ON DEVELOPMENTAL AND BEHAVIORAL PEDIATRICS. The Lifelong Effects of Early Childhood Adversity and Toxic Stress. [www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2011-2663](http://www.pediatrics.org/cgi/doi/10.1542/peds.2011-2663).
11. Shonkoff, Jack P. "Protecting Brains, Not Simply Stimulating Minds", Science, vol. 333, 19 de agosto de 2011
12. CORE CONCEPTS IN THE SCIENCE OF EARLY CHILDHOOD DEVELOPMENT. Healthy Development Builds a Strong Foundation – For Kids and For Society. [www.developingchild.harvard.edu](http://www.developingchild.harvard.edu). 7p.

## RESUMO

Com base na análise das imagens da velhice na mídia, o artigo discute os novos significados que as etapas mais avançadas da vida, ganham no contexto brasileiro contemporâneo. De uma situação de perdas físicas e sociais, expressões como "terceira idade" e "envelhecimento ativo", indicam uma nova fase percebida como um momento privilegiado, para o lazer e para a realização de atividades livres dos constrangimentos da vida profissional e familiar. Em oposição à ideia de aposentadoria como desengajamento passivo de uma vida ativa, um conjunto de instituições e agentes especializados, está empenhado na construção da velhice tal qual uma fase dinâmica, que pode ser conquistada com a adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados<sup>52</sup>.

## INTRODUÇÃO

Para tratar das metamorfoses da velhice, vale a pena justapor dois textos, de modo a explorar o caráter das transformações socioculturais em curso. O primeiro é um trecho do livro de Gabriel Garcia Márquez, *O Amor nos Tempos do Cólera*, no qual, gênero e idade ganham realce. Segundo Márquez (1985, p. 324):

Era uma época ruim para ser jovem: havia um modo de se vestir para cada idade, mas o modo da velhice começava logo após a adolescência, e durava até a tumba. Era mais que uma idade, uma dignidade social. Os jovens se vestiam como seus avós, se faziam mais respeitáveis com óculos prematuros, e a bengala era muito bem vista, a partir dos trinta anos. Para as mulheres só havia duas idades: a de casar. Que não ia além dos vinte e dois anos, e a idade de serem solteiras eternas: as esquecidas. As outras, as casadas, as mães, as viúvas, as avós, eram uma espécie diferente que não contava a idade em relação aos anos vividos, e, sim, em relação ao tempo que ainda faltava para morrerem.

O outro texto é de Isabella Rossellini, contando a sua experiência na Lancôme. Ela foi modelo da Lancôme durante 15 anos e quando tinha 42 anos foi demitida. Depois, com 65 anos, foi recontratada. Rossellini conta que, quando foi demitida, ouviu dizer, que ela "já estava muito velha e as mulheres sonham em ser jovens, e que ela já não poderia mais representar esse sonho". Ficou surpreendida quando, 23 anos depois, com 65 anos, foi recontratada, e ela pergunta "Será que o sonho das mulheres mudou?" Conta, então, que a *Chief Executive Officer* – CEO, da Lancôme lhe disse: "As mulheres se sentem excluídas, se sentem rejeitadas, nós queremos mudar a comunicação e incluir todas as mulheres"<sup>53</sup>.

Gabriel Garcia Márquez expõe o contexto colombiano, mas poderíamos dizer, com segurança, que não era muito diferente do que ocorria no passado recente brasileiro. Como mostra o historiador Nicolau Sevcenko (1998, p. 5), no início do século XX, era grande a demanda da juventude brasileira por um envelhecimento precoce.

51 Professora Titular do Departamento de Antropologia, IFCH/UNICAMP. Pesquisadora do PAGU-Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP, da FAPESP (pr. n. 201909742-6) e do CNPq (pr. n. 30342/2017-5).

52 Agradeço à Natália do Lago a preparação da conferência ministrada sobre o tema em artigo para essa coletânea.

53 Cf: <https://www.youtube.com/watch?v=Y-NveEhQEmI>

Tônicos para encorpar e ganhar peso, corantes para barbas e bigodes ralos, óculos e monóculos de vidros grossos e, até uma sinistra pomada para amarelar dentes e unhas! Isso, sem contar todo o repertório de recursos destinados a manifestar veneranda austeridade: suíças, cãs, casacas, cartolas, bengalas, cebolões, charutos, anéis de cabochão, polainas e comendas. Um vasto arsenal, cujo efeito cumulativo, deveria somar a mais avançada idade possível para o portador.

De acordo com esse autor, na sociedade de arrivistas da *belle époque*, a cena pública foi invadida por uma legião de "recém-enriquecidos" que, na pressa de substituir as elites senhoriais, disfarçava tanto a obscuridade da sua origem quanto o caráter repentino de sua ascensão social. Simular estirpe, tradição e autoridade na busca de um ar senhoril requeria a aquisição de pacotes de velhice instantânea, que o mercado se apressava em divulgar. Uma propaganda, citada pelo autor, retrata bem esse interesse: somente o creme Barbalho/ Tornará todo grisalho/ Vosso cabelo juvenil/ Garantindo-lhe o respeito/ De um ar sisudo e senil/ Em cargos de grande efeito!

O relato de Isabella Rossellini sobre sua experiência com a Lancôme, faz um retrato rápido das metamorfoses do envelhecimento e do processo de reinvenção da velhice que assistimos.

Sabemos que a velhice, assim como as outras etapas em que a vida se desdobra, são criações históricas e sociais. Da perspectiva antropológica, mas também do ponto de vista da pesquisa histórica, trata-se de ressaltar que as representações sobre a velhice, a posição social dos velhos e o tratamento que lhes é dado pelos mais jovens ganham significados particulares em contextos históricos, sociais e culturais distintos.

A velhice, nas sociedades ocidentais, era pensada como um problema próprio da esfera privada e familiar, uma questão de previdência individual ou de associações filantrópicas. Porém, sobretudo a partir do século XX, ela se transformou em uma questão pública. Um conjunto de orientações e intervenções foi definido e implementado pelo aparelho de Estado e outras organizações privadas. Um campo de saber específico, - a Gerontologia -, foi criada com profissionais e instituições encarregados da formação de especialistas. Como consequência, tentativas de homogeneização das representações sobre esse segmento populacional são acionadas, e uma nova categoria cultural foi produzida: a "pessoa idosa", como um conjunto autônomo e coerente que impõe outro recorte à geografia social, autorizando a colocação, em prática, de modos específicos de gestão, envolvendo diversas áreas de ação, que vão desde o direito à aposentadoria, as formas de lazer e os cuidados médicos específicos.

O argumento central desta exposição é que esse processo de transformação da velhice em uma preocupação social, que tornou o idoso um sujeito de direitos, um novo ator político fez, também, do envelhecimento um mercado de consumo específico, acompanhado de um processo de reprivatização das idades avançadas. Com essa expressão, o interesse deste artigo é chamar a atenção para a transformação dos dramas da velhice num problema de indivíduos, que foram incapazes de se envolver em atividades motivadoras e adotar formas de consumo e estilos de vida adequados, capazes de transformar avanço da idade numa experiência gratificante.

De modo a esclarecer esse argumento, de início, são apresentadas as mudanças no enfoque dado pela Gerontologia na caracterização da velhice e no conjunto de significados acionados pela expressão "terceira idade". Trata-se de mostrar como essas iniciativas acionam políticas de interesse público no contexto brasileiro. Na sequência, são exploradas mudanças sociais que ajudam na compreensão da metamorfose nas imagens das etapas da vida; como são as novas concepções do corpo e da saúde, particularmente, o que tem sido chamado de as doenças auto-infligidas e a maneira pela qual a transformação, na estrutura

dos empregos, empresta novos sentidos à aposentadoria. Interessa, ainda, problematizar o desdobramento das etapas mais avançadas do ciclo vital em novas categorias etárias e o que tem sido caracterizado como curso da vida pós-moderno. Por fim, nas considerações finais, são exploradas as formas de discriminação que marcam o processo de transformação da juventude, num valor a ser conquistado em qualquer idade e a velhice como uma espécie de doença, resultado da negligência com a saúde e o bem-estar.

## **AS NOVAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O ENVELHECIMENTO E A CONSTRUÇÃO DA TERCEIRA IDADE**

A representação do avanço da idade como um processo contínuo de perdas, - em que os indivíduos ficariam relegados a uma situação de abandono, de desprezo e de ausência de papéis sociais -, acompanha o processo de constituição da velhice numa preocupação social e política. Essa visão, de uma experiência homogênea de perdas, funda a Gerontologia e é um elemento fundamental para a legitimação de direitos sociais que levaram à universalização da aposentadoria, ao conjunto de leis protetivas dos idosos, às conferências e aos planos de ação internacionais para o envelhecimento.

Em outras palavras, os primeiros estudos em Gerontologia, consideravam que os problemas enfrentados pelos idosos eram tão prementes e semelhantes que minimizavam as diferenças em termos de etnicidade, classe, gênero e religião. A velhice era então pensada através da ideia de "roleless role" - a sociedade moderna não prevê um papel específico ou uma atividade para os velhos, abandonando-os a uma existência sem significado. Os velhos seriam uma minoria desprivilegiada, uma subcultura, com um estilo próprio de vida que se sobrepunha às outras diferenças sociais.

A partir dos anos de 1970, essa hipótese é revista e um interesse crescente pelas diferenças de classe social, etnicidade e gênero orienta as pesquisas sobre velhice. É parte de essa nova orientação substituir a ideia de perdas físicas e de papéis sociais pelo interesse crescente em realçar os ganhos que o envelhecimento traz.

O conjunto de significados associados ao modo como os estágios mais avançados passam então a ser redefinidos e podem ser sintetizada pela expressão "terceira idade". A expressão, de acordo com Laslett (1987), originou-se na França com a implantação, nos anos de 1970, das *Universités du Troisième Âge*, sendo incorporada ao vocabulário anglo-saxão com a criação das *Universities of the Third Age* em Cambridge, na Inglaterra, no verão de 1981.

A terceira idade mostra Guillemard (1986), exprime metaforicamente essa nova situação; não é sinônimo de decadência, pobreza e doença, mas um tempo privilegiado para atividades, livre dos constrangimentos do mundo profissional e familiar. Com o prolongamento da esperança de vida, a cada um é dado o direito de vivenciar uma nova etapa relativamente longa, um tempo de lazer em que se elaboram novos valores coletivos. Por isso, para autores como Dumazedier (1974), a aposentadoria permitiria vislumbrar o que seria civilização do lazer. Para Laslett (1987), a invenção da terceira idade indicaria uma experiência inusitada de envelhecimento, cuja compreensão não pode ser reduzida aos indicadores de prolongamento da vida nas sociedades contemporâneas. De acordo com este autor, essa invenção requer a existência de uma "comunidade de aposentados", com peso suficiente na sociedade, demonstrando dispor de saúde, independência financeira e outros meios apropriados para tornar reais as expectativas de que essa etapa da vida é propícia à realização e satisfação pessoal.

O uso corrente da expressão "terceira idade", não é explicado pela referência a uma idade cronológica precisa, mas, por ser essa uma forma de tratamento das pessoas de mais

idade, e que não adquiriu, ainda, uma conotação depreciativa. A expressão sinaliza, antes, mudanças no significado da velhice, a que passa a ser celebrada como um momento privilegiado para a realização de sonhos e elaboração de novos projetos, num momento em que os indivíduos se encontram livres das obrigações do trabalho, ou do cuidado com filhos pequenos.

Ativo em promover institucionalidades empenhadas em garantir direitos dos idosos, o Brasil assistiu à criação da Política Nacional do Idoso, do Estatuto do Idoso, das delegacias especiais de polícia para combater a violência contra os idosos, dos Conselhos de Idosos, das universidades e programas para a terceira idade, como centros de convivência e outras formas que, muitas vezes, se definem como sendo "da melhor idade". Essas novas institucionalidade propõem medidas e estabelecem direitos segundo uma concepção, inegavelmente, integradora de setores sociais tidos como vulneráveis, e envolvem, na sua elaboração, instituições governamentais, organismos da sociedade civil e movimentos sociais atuantes na área. No entanto, vivemos em meio a uma persistente desigualdade social no acesso aos direitos da cidadania, e esse é o intrincado paradoxo brasileiro: leis são promulgadas e contratos são assinados sem que se levem em conta os recursos e as condições necessárias para a implementação de compromissos assumidos.

A gerontologia brasileira mais recente reviu a posição inicial que acentuava os dramas próprios da velhice e se empenhou em mostrar os ganhos que ela proporciona aos indivíduos, realçando as vantagens auferidas nesse momento da vida.

Os programas brasileiros para a terceira idade, como os centros de convivência de idosos, as universidades para a terceira idade e os grupos da melhor idade, foram criados nos anos de 1960, mas proliferaram nas últimas décadas, marcando presença mesmo em municípios em que a população idosa é relativamente pequena. Por meio da promoção de atividades como bailes, excursões turísticas, cursos, conferências, teatro, coral, artesanato, esses programas procuram convencer o público mobilizado de que as idades mais avançadas da vida são momentos propícios para a busca do prazer, da realização pessoal e para o estabelecimento de relações profícuas entre os mais jovens e os mais velhos. Voltados para públicos distintos do ponto de vista socioeconômico e dispendo de recursos materiais mais ou menos sofisticados, todos esses programas, inspirados nas recomendações do Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, têm um tom geral de revisão dos estereótipos negativos com que a velhice é tratada.

Apesar das diferenças, no interior dos programas, a comunicação entre seus coordenadores é feita com relativa facilidade, e as experiências são reproduzidas em lugares bastante distantes. Da mesma forma, os participantes têm informações sobre atividades para a terceira idade, desenvolvidas em outros centros e, com frequência, incentivam reformulações das práticas propostas, sugerindo programações e atividades realizadas com sucesso em outros lugares.

Pode-se dizer que no Brasil, existe um *know-how* na criação de espaços recreativos para a terceira idade, os quais têm mobilizado com muito sucesso, sobretudo o público feminino de jovens idosas que, certamente, torna mais gratificante a experiência desse segmento da população.

Contudo, esse sucesso surpreendente é proporcional à precariedade dos mecanismos de que dispomos para lidar com os problemas da velhice avançada. A imagem do envelhecimento, associada à terceira idade, não oferece instrumentos capazes de enfrentar os problemas envolvidos na dependência. As perdas de habilidades cognitivas e de controles físicos e emocionais, que marcam o avanço da idade são elementos que abalam o reconhecimento do indivíduo, como um ser capaz do exercício pleno dos direitos de cidadania.

## NOVAS CONCEPÇÕES DO CORPO E A SAÚDE

A cultura do consumidor, de acordo com Featherstone (1992, p. 170):

Prende-se a uma concepção autopreservacionista do corpo, que encoraja os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deterioração e a decadência (aplaudida pela burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal) e agrega a essa concepção a noção de que o corpo é um veículo do prazer e da autoexpressão.

Disciplina e hedonismo combinam-se, na medida em que as qualidades do corpo são tidas como plásticas, e os indivíduos são convencidos a assumir a responsabilidade por sua própria aparência. A publicidade, os manuais de autoajuda e as receitas dos especialistas em saúde, estão empenhados em mostrar que as imperfeições do corpo não são naturais, nem imutáveis, e que com esforço e trabalho corporal disciplinado, pode-se conquistar a aparência desejada. Os indivíduos não são, apenas, monitorados para exercer uma vigilância constante do corpo, mas são responsabilizados por sua própria saúde, por meio da ideia de doenças auto-infligidas, resultantes de abusos corporais tal qual a bebida, o fumo e a falta de exercícios.

A suposição de que a boa aparência seja igual ao bem-estar, de que aqueles que conservam seus corpos com dietas, exercício e outros cuidados viverão mais, demanda de cada indivíduo uma boa quantidade de "hedonismo calculado", encorajando a autovigilância da saúde corporal e da boa aparência.

A recompensa pelo corpo ascético não é a salvação espiritual, mas a aparência embelezada, um *eu* mais disputado. No ideário místico e religioso, como mostra Turner (1992), as concepções sobre a vida sóbria e temperada, tinham como referência uma defesa contra as tentações da carne. Nesse novo ideário, a subjugação do corpo, por intermédio das rotinas de manutenção corporal, é a pré-condição para a conquista de uma aparência mais aceitável, para a liberação da capacidade expressiva do corpo. As rugas, ou a flacidez transformam-se em indícios de lassitude moral e devem ser tratadas com a ajuda dos cosméticos, da ginástica, das vitaminas, da indústria do rejuvenescimento.

Essas novas imagens que acompanham a construção da terceira idade são, também, elementos constitutivos no tratamento dado às etapas mais avançadas da vida, na mídia impressa e eletrônica, além de ocupar um espaço central na venda de produtos e serviços voltados para esse segmento<sup>54</sup>.

A oferta constante de oportunidades para a renovação do corpo, das identidades e autoimagens, encobre problemas como: o declínio inevitável do corpo, o corpo ingovernável que não responde às demandas da vontade individual, o qual é, antes, percebido como fruto de transgressões e negligência com a própria saúde, e, por isso, não merece piedade.

É, portanto, ilusório pensar que essas mudanças são acompanhadas de uma atitude mais tolerante em relação às idades. É marcante neste processo a juventude como valor, em que a promessa da eterna juventude é um mecanismo fundamental de constituição de mercados de consumo. Nele não há lugar para a velhice, que tende a ser percebida como o resultado da negligência corporal, do descuido com a saúde.

Em outras palavras, a juventude perde conexão com um grupo etário específico e passa a significar um valor que deve ser conquistado e mantido em qualquer idade, por meio da adoção de formas de consumo de bens e serviços apropriados. A velhice perde conexão

<sup>54</sup> Sobre os velhos na propaganda, ver Debert (2003).

com uma faixa etária específica e passa a expressar uma atitude de negligência com o corpo, de falta de motivação para a vida, uma espécie de doença autoinflingida, como são vistos hoje, por exemplo, o fumo, as bebidas alcoólicas, a falta de exercícios físicos, as drogas.

Os novos significados da aposentadoria compõem esse quadro de negação da velhice.

## **NOVOS SIGNIFICADOS DA APOSENTADORIA E AS MUDANÇAS NO APARELHO PRODUTIVO**

Os aposentados não podem ser considerados o setor mais desprivilegiado da sociedade, quer nos países de capitalismo avançado, quer em países como o Brasil. Até muito recentemente, tratar da velhice nas sociedades industrializadas era traçar um quadro dramático de perda de status social dos velhos; a industrialização, a modernização e a urbanização teriam destruído a segurança econômica e as relações estreitas entre as gerações na família, que vigoravam nas sociedades tradicionais. Dessa perspectiva, a situação atual, em que os velhos se transformam em um peso para a família e para o Estado, opunha-se a uma Idade de Ouro em que eles, dada sua sabedoria e experiência, eram membros respeitados na família e na comunidade. O empobrecimento, a perda de papéis sociais e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam os velhos a uma existência sem significado.

Pesquisas recentes sobre a velhice exigiram uma revisão dessas concepções. Hoje, há um acordo entre os historiadores, considerando-se que, dada a precariedade dos dados disponíveis, é muito limitado o conhecimento que se pode obter da situação dos velhos em períodos históricos distantes, ou mesmo em épocas relativamente próximas, de modo que a ideia de uma Idade de Ouro da velhice não se sustenta. As etnografias sobre a experiência de envelhecimento, em sociedades ditas primitivas, mostram que nelas a solidão não é um aspecto da experiência de envelhecimento; contudo, não se pode dizer que a velhice, nessas sociedades, seja uma experiência gratificante para todos os velhos, mas dependerá das posições de poder e prestígio ocupado pelas pessoas ao longo da vida. Da mesma forma, estudos comparativos sobre renda, grupos etários e ciclo de vida nas sociedades ocidentais contemporâneas rediscutem a ideia de que a pauperização caracteriza a experiência de aposentadoria, especialmente, nos momentos em que o desemprego ou o subemprego atingem proporções alarmantes. A universalização das aposentadorias e da pensão na velhice garantiria aos mais velhos direitos sociais dos quais é excluída a população em outras faixas etárias, sobretudo os jovens.

As mudanças no aparelho produtivo levaram a uma ampliação das camadas médias assalariadas, e os novos padrões de aposentadoria englobam, entre os aposentados, um contingente cada vez mais jovem da população, redefinindo as formas de consumo e o caráter das demandas políticas relacionadas com a aposentadoria. A aposentadoria deixa de ser um marco a indicar a passagem para a velhice, ou uma forma de garantir a subsistência daqueles que, por causa da idade, não estão mais em condições de realizar um trabalho produtivo.

Essa nova estrutura do mercado de empregos é, concomitante, a criação de uma série de etapas intermediárias entre a vida adulta e a velhice, como a "meia-idade", a "terceira idade", a "aposentadoria ativa". Essa nomenclatura não aponta para imagens da velhice como um momento de desengajamento da vida social e produtiva. Indica, antes, o que tem sido chamado de a "adolescentização" das etapas mais avançadas da vida, que seriam ocasiões propícias para a criação de projetos de vida e exploração de novas identidades.

## O ADULTO E O CURSO DA VIDA PÓS-MODERNO

Assistimos a um encurtamento da idade adulta, ou até mesmo sua dissolução, tal qual uma experiência de maturidade, responsabilidade e compromisso<sup>55</sup>.

Os dados sobre os setores jovens da população tendem a ampliar a faixa etária desse segmento, que nas pesquisas demográficas brasileiras, passa a englobar aqueles que têm até 24 anos e não mais apenas os que teriam até 18 anos. Da mesma forma, presenciamos a criação de novas etapas que separam o adulto dos velhos, semelhantes à meia-idade, terceira idade, aposentadoria ativa. Cada uma delas não é apresentada como interlúdios maduros entre a idade adulta e a velhice; indicam antes, como estágios propícios para a satisfação pessoal, o prazer, a realização de sonhos adiados em outras etapas da vida.

Se a modernidade, conforme mostrou Ariès (1981) em seu estudo sobre a *História Social da Família e da Criança*, assistiu à emergência de etapas intermediárias entre a infância e a idade adulta, assistimos, atualmente, a uma proliferação de etapas intermediárias de envelhecimento.

Essas mudanças, no curso da vida adulta, indicam transformações na maneira da vida como um todo é periodizado. Com a expressão "curso da vida pós-moderno", Moody (1993) descreve um contexto marcado pelo apagamento dos comportamentos tidos como adequados às diferentes categorias de idade. Esse autor propõe uma distinção entre o curso da vida pré-moderno, no qual a posição social dos indivíduos é mais importante do que a idade cronológica, na definição de direitos e deveres e o curso da vida moderno, em que a idade cronológica é um princípio de organização social e do estabelecimento de direitos e deveres, a exemplo da entrada na vida escolar, no mundo do trabalho e na aposentadoria.

No curso da vida pós-moderno, as diferenças etárias tendem a perder significado. Para Held (1986) a "descronologização da vida", caracterizaria a experiência contemporânea. Para Boutinet (1995) a ideia de "generation gap", perdeu sentido e deveria ser substituída pela de embaçamento das classes de idade, quando está em jogo o estudo das gerações.

Na introdução de seu livro, *Passagens - crises previsíveis da vida adulta*, Sheehy (1991, p. 14) faz as seguintes considerações, antes de tratar das várias etapas em que se desdobra a experiência dos adultos:

Os estudos de desenvolvimento infantil já descreveram todas as nuances do crescimento e nos proporcionaram rótulos convenientes, como "idade terrível", com referência aos dois anos, e "idade do barulho", com relação aos nove. A adolescência já foi decifrada a tal ponto, que perdeu a maior parte do encanto de ser um período difícil. Entretanto, depois de uma documentação meticulosa de nossos períodos de desenvolvimento da personalidade, até a idade de 18 ou 20 anos, não há mais nada. Passada a marca dos 21 anos, com exceção dos médicos, que se interessam, apenas, em nossa gradual decadência física, ficamos sem ter orientação na viagem declinante em direção à senectude, ponto esse em que passamos a ser acompanhados pelos gerontologistas.

A vida adulta é, então, segmentada em quatro períodos sucessivos: os vinte e "a penosa destruição das raízes"; os trinta, "o ardil-30"; os quarenta, "o enraizamento e a expansão"; e os cinquenta e "a década fatal". Com base em 115 entrevistas com indivíduos das classes médias americanas, problemas específicos a cada uma dessas etapas e formas inovadoras de resolvê-los são descritos. Publicado nos Estados Unidos, em 1976, depois de três anos de pesquisas, o livro transformou-se em *best seller*, abrindo espaço para um

<sup>55</sup> Sobre o tema ver Debert (1999). Para uma discussão mais detalhada da dissolução da vida adulta, ver Debert (2010).

número crescente de publicações, preocupadas em trazer para o grande público uma visão mais nuançada da vida adulta como um todo, ou de uma de suas etapas com seus problemas e soluções. Os horizontes do ser adulto, nessas publicações, já não são mais concebidos como envolvendo uma viagem declinante em direção à senectude. A "década fatal", pode ser um período "de renovação ou de resignação", uma época "ao mesmo tempo de perigo e de oportunidade", porque todos nós temos chance de moldar novamente a estreita unidade com a qual nos definimos na primeira metade da vida. (...) "Desfazendo o nosso eu, podemos vislumbrar a luz e juntar nossas partes de novo, construindo uma nova personalidade" (SHEEHY, p. 43).

A expressão "idade da loba", que Lemos (1995) consagrou, no Brasil, para descrever a mulher de 40 anos, não deixa dúvidas de que essa pode ser a melhor metade da vida. Traçando relatos de 96 mulheres, essa faixa etária é apresentada como um momento especial para a descoberta de novas potencialidades, para o exercício da sedução, para a estreia no papel de mãe ou de profissional, para a inauguração de novos projetos e realização de outros que tiveram de ser adiados.

Para autores como Boutinet (1995), em *L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle*, pensar nas características da vida adulta contemporânea, é pelo contrário, traçar um quadro sombrio. A ideia de autonomia que caracterizava essa etapa é substituída pela situação de precariedade e dependência, que marca, desde a formação profissional, que deve ser ininterruptamente continuada, até as crises pessoais envolvidas em um sem-número de escolhas sempre presentes. O mundo, de acordo com esse autor, assiste, por um lado, a uma liberação precoce dos indivíduos da situação infantil e adolescente (com a diminuição da idade de maioridade cívica, por exemplo) e, por outro, a uma infantilização da vida adulta. O adulto é ameaçado de dupla precariedade: de um lado, uma juventude interminável; de outro, a aposentadoria precoce. Por essa razão, o "adulto ativo é cada vez mais um ideal e cada vez menos uma realidade" (BOUTINET, 1995, p. 90). Quando as esferas ideológicas e religiosas, a família e a profissão não representam mais polos de identificação, conclui o autor, a desilusão pode assumir formas variadas que vão desde a indiferença até o famoso *burn out*, a exaustão do profissional num ativismo desenfreado.

Para Featherstone (1994), a "estetização da vida", própria da cultura pós-moderna, tem uma marca geracional precisa: a geração 45, os *baby boomers*, hoje na meia-idade. A visão do declínio da vida pública e da tirania da intimidade, que produz uma cultura em que impera o narcisismo, como querem Lasch (1991) e Sennett (1988); ou, pelo contrário, da alta modernidade, envolvendo um projeto reflexivo do eu em sintonia com uma sociedade mais democrática, como sugere Giddens (1992), é para Featherstone, uma expressão típica dos *baby boomers*. Esses foram ativos na recriação de valores e estilos, ao longo das etapas por que passaram e, hoje, não estão apenas empenhados na redefinição dos estágios mais avançados da vida, mas também ocupam posições-chave na produção, divulgação e no consumo de bens identificados com a pós-modernidade. A marca característica desses bens, que leva Giddens a enfatizar seu caráter libertário e afinado com uma sociedade mais justa, é a promessa de que é possível escapar de todo tipo de determinismos e, portanto, dos constrangimentos e dos estereótipos, das normas e dos padrões de comportamento baseados nas idades.

Pensar nessas questões, obviamente, requer estudos minuciosos sobre diferentes segmentos geracionais. Mas, sem dúvida, uma das marcas da cultura contemporânea é a criação de uma série de etapas no interior da vida adulta, ou no interior desse espaço que separa a juventude da velhice, como a "meia-idade", a "idade da loba", a "terceira idade", a "aposentadoria ativa". É próprio de cada uma dessas novas etapas desafiar comportamentos, convencionalmente, considerados expressão da maturidade, um estágio claramente

definido que deve ser conservado, ou ao qual, todos devem ascender. Trata-se, antes, de encorajar a variedade de experiências em um contexto, em que a idade cronológica é pura maleabilidade, receptáculo de um número praticamente ilimitado de significações e, por isso, um mecanismo extremamente eficiente na constituição de novos mercados de consumo e de atores políticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma nova linguagem pública, empenhada em alocar o tempo dos aposentados, é ativa na desconstrução das idades cronológicas como marcadores pertinentes de comportamentos e estilos de vida. Uma parafernália de receitas, envolvendo técnicas de manutenção corporal, comidas saudáveis, medicamentos, bailes e outras formas de lazer é proposta, desestabilizando expectativas e imagens tradicionais associadas aos homens e as mulheres em estágios mais avançados da vida.

O prolongamento da vida humana é, certamente, um ganho coletivo, mas também, uma ameaça à reprodução da vida social, num risco para o futuro da sociedade. As projeções sobre os custos da aposentadoria e da cobertura médica e assistencial do idoso são apresentados como um problema nacional, indicador da inviabilidade de um sistema que em futuro próximo não poderá arcar com os gastos de atendimento. Nas situações em que o desemprego e o subemprego atingem contingentes cada vez maiores da população mais jovem, os custos implicados na velhice, especialmente, aqueles envolvidos nas fases mais avançadas da vida, crescem na mesma proporção dos avanços tecnológicos postos em ação para prolongar a vida humana. A imaginação dos *experts* em contabilidade pública não vai além da sugestão de que quatro tipos de medidas devem ser tomadas, simultaneamente, para garantir a viabilidade do sistema: diminuição dos gastos públicos, aumento dos impostos, diminuição dos vencimentos dos aposentados e aumento da idade da aposentadoria. Conforme mostraram Mary Douglas e Aaron Wildavsky (1983), cada sociedade tem seu portfólio de riscos e estabelece uma combinação específica de confiança e medo, e na seleção dos perigos que merecem ser temidos está, sempre, envolvida uma estratégia de proteção e exclusão de valores e estilos de vida particulares.

Cabe, portanto, perguntar se a velhice permanecerá sendo um segredo desagradável que, como Norbert Elias mostrou, não quer conhecer e para a qual encontramos formas cada vez mais sofisticadas de negar a existência. É possível, também sugerir caminhos alternativos para enfrentá-la. O sonho que os avanços, na pesquisa científica, ofereçam soluções para o envelhecimento das células humanas, ou que a tecnologia encontre formas capazes de minimizar os problemas da dependência na velhice ganha cada vez mais concretude.

O crescimento do número de aposentados foi seguido do aumento do seu poder político, de sua capacidade de exigir mais e implementar demandas políticas. Mas trabalhar, ter trabalhado ao longo da vida, no momento em que desenvolvimento econômico não significa aumento da demanda por mão-de-obra e em que a engenharia empresarial impõe que racionalizar é reduzir empregos, pode se transformar num privilégio e não mais em um desgaste que merece compensação.

Serão os velhos vistos como seres sedentários e inativos que consomem de maneira avassaladora, tanto as heranças que poderiam ser alocadas para grupos mais jovens na família, quanto os recursos públicos que deveriam ser distribuídos para outros setores da sociedade? Transformar os problemas da velhice em responsabilidade individual e apontar a inviabilidade do sistema de financiamento dos custos da idade avançada é recusar a solidariedade entre gerações.

Certamente, o nosso leque de escolhas de como viver o envelhecimento foi ampliado com o conjunto de novas práticas que acompanham a invenção da terceira idade. É preciso reconhecer, no entanto, que se a responsabilidade individual pela escolha é igualmente distribuída, os meios para agir de acordo com essa responsabilidade não o são. A liberdade de escolha mostra o sociólogo Zygmunt Bauman (2001), com toda a razão, é um atributo graduado: acrescentar liberdade de ação à desigualdade fundamental da condição social, impondo o dever da liberdade sem os recursos que permitem uma escolha verdadeiramente livre é, numa sociedade altamente hierarquizada como a brasileira, uma receita para uma vida sem dignidade, repleta de humilhação e auto depreciação.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELL, J. In Search of a Discourse on Aging: The Elderly on Television. **The Gerontologist**, vol. 32, number 3, June: pp.305-311. 1992.

BOUTINET, J. P. «L'adulte en question(s) face aux défis d'une culture postindustrielle». **Dialogue- Recherches Cliniques et Sociologiques sur le Couple et la famille**. 127. 1995.

DEBERT, G. G.). "Família, classe social e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento". **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. 33. 1992.

DEBERT, G. G. "Gênero e envelhecimento: os programas para a terceira idade e o movimento dos aposentados". **Revista Estudos Feministas**, 2, 3: 33-51. 1994.

DEBERT, G. G. **A Reinvenção da Velhice**. São Paulo, Edusp-FAPESP. 1999.

DEBERT, G. G. "O Velho na Propaganda". **CADERNOS PAGU**, vol.2, no.21. 2003.

DEBERT, G. G. "A dissolução da vida adulta e a juventude como valor". **Horizontes Antropológicos**. vol.16, 34. 2010.

DEBERT, G. G. e SIMÕES, J. A. "A aposentadoria e a invenção da terceira idade". In G. G. Debert (org.), **Antropologia e velhice**, Campinas, UNICAMP-IFCH. 1994.

DOUGLAS, M.; e WILDAVSKY, A. **Risk and culture: an essay on the selection of technological and environmental dangers**. Berkeley, University of California Press. 1983.

DUNIAZEDIER, J. «Loisir et troisième âge»; in J. Dumazedier (org.), **Sociologie empirique du loisir**. Paris, Seuil. 1974.

ELIAS, N. **La soledad de los moribundos**. México, Fondo de Cultura Económica. 1987.

FEATHERSTONE, M. "The body in consumer culture", In M. Featherstone *et al.* (org.), **The body - social process and cultural theory**, London, Sage Publications. 1992.

FEATHERSTONE, M. "O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento", in G. G. Debert, (org), *Antropologia e velhice* (col. "Textos Didáticos" 13), UNICANIP-IFCH. 1994.

GIDDENS, A. **As transformações da intimidade. Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo, Editora da UNESP. 1992.

GREGORI, M. F. "Delegacias de defesa da mulher de São Paulo e as instituições: paradoxos e paralelismos". In G. G. Debert et. Al. (orgs) **Gênero e Distribuição da Justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças.** Coleção Encontros, Campinas, PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, 2006.

GUILLEMARD, A. M. *Le déclin du social: formation et crise des politiques de la vieillesse.* Paris, PUF. 1986.

HELD, T. (1986), "Institutionalization and deinstitutionalization of the life course". *Human Development*, 29. 1986.

LASCH, C. **Refúgio num mundo sem coração - a família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1991.

LASLETT, P. "The emergence of the third age". *Aging and Society*, 7. 1987.

LEMONS, R. **Quarenta - a idade da loba.** São Paulo, Globo. 1995.

MÁRQUEZ, G. G. **O amor nos tempos do cólera**". Rio de Janeiro: Editora Record.2009.

MOODY, H. R. "Overview: What is Critical Gerontology and Why is it Important?", in T. R. Cole et al. (orgs.), **Voices and Visions of Aging – Toward a Critical Gerontology.** New York, Springer Publishing Company, 1993.

SENNETT, R. **O declínio do homem público - as tiranias da intimidade.** São Paulo, Companhia das Letras. 1988.

SEVCENKO, N. **O grande motim.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 20 set. 1998. Caderno Mais.

SHEEHY, G. **Passagens - crises previsíveis da vida adulta.** Rio de Janeiro, Francisco Alves. 1991.

TURNER, B. "Recent developments in the theory of the body", In M. Featherstone et al. (org.). *The body- social process and cultural th.*

## CLARICE LISPECTOR: perto do coração de animais e plantas

Fernanda Coutinho<sup>56</sup>

Era o dia 15 de maio de 2016, e o bairro do Leme, zona sul carioca, incorporava à sua paisagem a estátua de Clarice Lispector e de seu último cachorro, Ulisses. De autoria do arquiteto Edgar Duvivier, a escritora à beira-mar foi o resultado da significativa iniciativa de Teresa Montero, autora de *Eu sou uma pergunta: uma biografia de Clarice Lispector* e ainda da atriz Beth Goulart, que encarnou a escritora em inúmeras apresentações teatrais. Essa foi uma forma encontrada para levar à cena urbana a célebre moradora, que durante 12 anos ali residiu, trazendo, muitas vezes, o bairro para a intimidade de sua escrita, no passar e repassar de folhas de suas crônicas.

Mais do que nos dar conta da presença do animal canino no cotidiano de Clarice, a estátua de Duvivier o eleva a elemento essencial em sua vida, uma vez que, no conjunto escultórico, ele faz par com o objeto que a identifica, de forma mais paradigmática: o livro. Como tal, o cão Ulisses poderia metaforizar todo o envolvimento da escritora com a natureza, animais e vegetais, incorporados que são à sua ficção como personagens das tramas de suas narrativas e, também, como oportunidade para a elucubração sobre os posicionamentos do indivíduo humano face ao mundo e aos demais seres que o habitam. Assim, é possível falar em uma Clarice inserida *lato sensu* na Ecoficção e, mais demoradamente, na Zooliteratura. Essa última modalidade da arte verbal representa, como se sabe, um de seus pontos de apoio mais categóricos, e radica no grego Esopo (sécs. VII-VI a. C.), que implantou o gênero fábula na ficção ocidental. Quanto a Clarice, a figura do animal povoa seu texto em diversas formas de escrita: romances, contos, crônicas, histórias infantis, *et pour cause*, correspondência pessoal.

Benedito Nunes, um dos primeiros críticos a experimentar o aturdimento com a linguagem dramática da romancista, – mergulho nas cenas interiores dos personagens –, compõe um script, que dá conta das marcantes pegadas dos bichos em sua ficção, colocando-os como um de seus temas obsedantes.

O leitor atento poderá constatar a importância crescente, que os animais adquirem de romance a romance da autora, até o *O livro dos prazeres*. Apenas incidental nos três primeiros, *Perto do coração selvagem*, *O lustre e A cidade sitiada*, a presença deles atinge significação maior no quarto, *A maçã no escuro*, e torna-se essencial em *A paixão segundo G.H.* Mas volta, em *O livro dos prazeres*, ao nível episódico, que tivera a princípio. Levando-se em conta que a perspectiva mística da concepção do mundo de Clarice Lispector, já nítida no quarto romance, adensa-se no quinto e começa a decair no último, é pouco provável que deixe de haver na obra da escritora, entre essa perspectiva e o tema da animalidade, um nexo de mútuo relacionamento. Quando isso não fosse, a repetida ocorrência desse tema quer nos romances, quer nos contos, já nos induziria a procurar a função que desempenha no conjunto de que faz parte. (NUNES, 1995, p. 129)

No artigo em questão, contudo, interessa mais o curso animal ligado às experiências domésticas da escritora, que confluem para o registro das “escritas do eu”, “escritas íntimas” ou “escritas de si”, registradas na correspondência pessoal, transcritas em suas crônicas de viés autobiográfico e, com frequência, agregadas ao balé lúdico da Literatura Infantil. Especula-se, ainda, como Clarice, tão atenta ao lugar dos animais não humanos e da natureza, de um modo geral, dentro de uma lógica do poder, seria tentada hoje a ocupar

<sup>56</sup> Professora do curso de graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFC. Organizadora, em colaboração com Vera Moraes, de *Clarices: uma homenagem* (90 anos de nascimento, 50 anos de *Laços de família*), 2012 e *Visões de Clarice: ensaios, entrevistas, leituras*, com Sávio Alencar, 2020, ambos publicados pela Imprensa Universitária UFC.

o espaço de suas crônicas para formular incisivas questões, que pudessem levar adultos e crianças a uma vivência mais solidária com o planeta Terra.

Voltando à mesa de trabalho da escritora, e à sua ambiência doméstica, vê-se que os leitores tomam conhecimento de uma de suas paixões caninas, na carta endereçada à irmã Elisa, datada de 13 de agosto de 1945, escrita em uma Nápoles, recém-liberta dos horrores da Segunda Guerra Mundial:

Dilermando, o cachorro, é uma delícia de cão e gosta de mim + do que a todos da casa. Me faz uma festa louca quando me vê de manhã, depois de uma noite de separação. Ele tem uma briga antiga com um gato das vizinhanças; mas o gato fica sentado olhando para ele com frieza, enquanto Dilermando fica rouco de latir com medo de se aproximar. Dilermando come pão com manteiga, carne, arroz, macarrão, biscoito, chocolate, uva, melão, sendo que despreza um pouco as frutas. Quanto a fruta cristalizada, detesta simplesmente. (LISPECTOR, 2020, e-book)

Atestando a importância do animal de companhia na existência da epistológrafa, a referência ao vira-lata Dilermando, nessa carta, está longe de ocorrer no sistema gato por brasas. Tem-se, ao contrário, uma radiografia afetiva e emocional do cão e, além das informações circunstanciadas, aqui transcritas, importa registrar o nexo de similaridades, construído a partir do parágrafo anterior que se inicia por "Maury vai bem." Em seguida à referência ao marido, a missivista informa estar igualmente bem e sem delongas dá a conhecer Dilermando à irmã Elisa, donde se depreende o relevo do cachorro em sua vida, sendo ele capaz de expressar-lhe a satisfação existencial. Ademais, o trânsito vida-obra acontece de forma natural, nesse particular, conforme explica Teresa Montero, nas notas bibliográficas de *Todas as cartas*.

As enormes dificuldades de transporte e a proibição de cachorros nos hotéis da Suíça impediram Clarice de levar consigo Dilermando, quando se mudou para Berna. Dilermando é um dos personagens de *A mulher que matou os peixes* (primeiramente editado pela Editora Sabiá, em 1968, e, hoje, pertencendo ao catálogo da Editora Rocco), na longa galeria de bichos que Clarice teve ao longo da vida. Foi, provavelmente, a fonte de inspiração para o conto "O crime" (1946), que em sua segunda versão foi intitulado: "O crime do professor de matemática." (LISPECTOR, 2020, e-book)<sup>57</sup>

---

57 Se, na carta, Clarice pinta um nítido retrato de seu cão italiano vira-lata, em *A mulher que matou os peixes*, compõe uma verdadeira memorabilia canina, a qual, no roteiro de afeição descrito, denota o lugar de eleição do animal em sua vida e ainda embaralha, propositalmente, as figuras do homem e do cão, realçando nossa animalidade, tantas vezes obscurecida em favor da presunção humana. "Os vira-latas são tão inteligentes, que aquele que eu vi, sentiu logo que eu era boa para os animais e ficou no mesmo minuto todo alvoroçado abanando o rabo".

Quanto a mim, foi só olhar, que logo me apaixonei pela cara dele. Apesar de ser italiano, tinha cara de brasileiro e cara de quem se chama Dilermando. Paguei um dinheiro para a dona dele e levei Dilermando para casa. Logo dei comida a ele.

Ele parecia tão feliz por eu ser dona dele, que passou o dia inteiro olhando para mim e abanando o rabo. Vai ver que a outra dona batia nele, de modo que Dilermando estava feliz em mudar de dona.

Dilermando era quase tão inteligente como uma criança de dois anos. Vivía atrás de mim para não se sentir sozinho. E comia tanto e de tudo, que logo engordou.

Passava o dia cheirando as coisas: cachorro cheira as coisas para compreendê-las; eles não raciocinam muito, são guiados pelo coração dos outros e deles mesmos.

Dilermando gostava tanto de mim, que quase endoidecia quando sentia pelo faro o meu cheiro de mulher-mãe e o cheiro do perfume que uso sempre. (...)

Bem, mas e o cheiro de Dilermando. Ele detestava tomar banho, pensava que a gente era ruim quando o obrigava a este sacrifício. Como dava muito trabalho dar banho todos os dias e como ele fugia da banheira todo ensaboado, terminei dando banho só duas vezes por semana. O resultado é claro, é que ele tinha um cheiro muito forte de cachorro e eu logo sentia como meu faro, porque gente, também tem faro. Vocês também têm faro? Aposto que sim, porque, além de sermos gente, somos também animais. (...)

Sabe como tive que me separar de Dilermando?

É que eu tinha de ir embora da Itália e ir para um país chamado Suíça. E nesse país os hotéis não deixam entrar cachorros. Então, escolhi uma moça muito boa para cuidar dele. Na hora de me despedir dele, fiquei tão triste que chorei. E Dilermando, também chorou" (LISPECTOR, 2014, 19-21).

Dilermando é ainda lembrado na carta escrita em Berna, em 12 de maio de 1946, dirigida às irmãs, Elisa Lispector e Tânia Kaufman: "Há um jardim zoológico e se há uma coisa que eu adoro é ver bicho. Só não tenho um cachorro aqui porque nunca mais terei cachorro, para não ter que abandonar depois. Seria infidelidade com Dilermando, o pobre napolitano." (LISPECTOR, 2020, e-book)

Cabe, ainda, lembrar que toda a literatura infantil de Clarice representa uma experiência de imersão no universo zôo, desde *O Mistério do coelho pensante* (1967), que veio ao mundo em decorrência de um por que, tendo em sua primeira certidão de nascimento o registro *The mystery of the thinking rabbit*, já que o livro-encomenda ou "pedido-ordem" de Paulo, seu caçula, seria, a princípio, uma produção de âmbito familiar, destinando-se, preferencialmente, a um garoto ainda não alfabetizado em Inglês, que teria acesso às aventuras do animalzinho enigmático, por meio da leitura feita por sua babá americana<sup>58</sup>. No ano seguinte, publica *A mulher que matou os peixes*, livro que, além de explicitar a imperiosidade do bem cuidar dos bichos, dialetiza a questão animal, por meio de uma taxonomia zoológica, inventada pela narradora da história: "os bichos naturais e os bichos convidados". Entre os primeiros, estaria o rato, animal francamente repulsivo. O livro, contudo, instila na sensibilidade da criança o refinamento do olhar compassivo, para os que, na ordem da interação, apenas conhecem o repúdio<sup>59</sup>.

Vocês têm pena de rato?

Eu tenho porque não é um bicho bom para a gente amar e fazer carinho. Vocês fariam carinho num rato? Vai ver vocês nem têm medo e em muitas coisas são mais corajosos do que eu. Tenho um amigo que, quando era menino, criou um rato branco. Fiquei com tanto nojo que só quero apertar a mão de meu amigo quando passar o susto. Seu rato era, na verdade, uma rata, e se chamava Maria de Fátima. Maria de Fátima morreu de um modo horrívelzinho (eu digo horrívelzinho porque no fundo estou bem contente): um gato comeu ela com a rapidez com que comemos um sanduíche. (LISPECTOR, 2017, p. 10)

Clarice extrai de acontecimentos de sua rotina com os filhos o argumento de *A mulher que matou os peixes*, tal como, já acontecera com as aventuras de Joãozinho, o coelho fujão. Seu filho mais velho, Pedro, que viajaria por um mês, a encarregara de alimentar seus peixes vermelhos, mas, durante três dias, ela se esquece de lhes dar comida e os animais morrem. A incorporação das narrativas genealógicas, agora na segunda geração, ao universo ficcional, somente reforça a significância da convivência com os bichos no âmbito doméstico. Essa mesma narrativa se dobra sobre si própria, à maneira das matrioskas, símbolos da fertilidade, e na crônica de 21 de novembro de 1970, publicada no *Jornal do Brasil*, com o título "Fui absolvida", a escritora acusa o recebimento de uma carta de uma senhorita de dez anos de idade, Inês Kopschitz Praxedes, que, após dar notícia de seu variado zoológico particular, presente e pretérito, incluindo, naturalmente, peixes vermelhos, fato que daria mais respaldo ainda a seu contundente veredicto, profere-lhe a sentença favorável: "Não é culpada não, pois os peixes morreram não por maldade, mas por esquecimento. Você não é culpada". (LISPECTOR, 2018, p. 345) Tal fato, aponta para o animal como fator de interação entre a escritora e os pequenos leitores, atitude pioneira, ensaio para uma era de comunicação mais ágil com as crianças, como nos sites e blogs literários de nossa contemporaneidade.

58 No fluxo animal entre o mundo da casa e o da página do livro, o coelho Joãozinho comparece a: "Hermética?", JB, 24/2/1968, "Uma experiência ao vivo", JB, 15/8/1970 e a já citada, "Fui absolvida", JB, 21/11/1970. Sobre o primeiro livro infantil de Clarice e sua arquitetura de casulo, ver ainda: "O Mistério do coelho pensante e outros contos em alemão: Entrevista com Marlen Eckl feita por Fernanda Coutinho", onde se destaca o item, a seguir: "FC – Você poderia sintetizar as palavras de Paulo Gurgel Valente no prefácio a, "Das Geheimnis des denkenden Hasen und andere Geschichten", ele que foi um dos destinatários preferenciais dessas narrativas e, particularmente, o da história de Joãozinho?

ME – No prefácio, Paulo Gurgel Valente se dirige aos leitores de *O Mistério do Coelho Pensante*, dizendo que, quando esta história foi escrita por sua mãe, ele era um menino de sete anos, possivelmente, com uma idade próxima da dos leitores. Embora, hoje, já adulto por fora, porém, com alma de criança por dentro, lembra perfeitamente da casa e dos Coelhos Pensantes. De fato, estes Coelhos Pensantes existiram e o Mistério continua. Isto é, o mistério da fuga, apesar de uma gaiola fechada. No prefácio, Paulo Gurgel Valente se lembra como os seus amigos, os demais vizinhos da rua gritavam: "Os coelhos fugiram outra vez!" E ele pergunta aos leitores se tiveram alguma ideia. Quem sabe, ajudam a resolver este Mistério?" In: COUTINHO, F.; ALENCAR, S. *Visões de Clarice Lispector: ensaios, entrevistas, leituras*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2020. p. 169.

59 Ver mais sobre a questão em: COUTINHO, F. Repúdio e compaixão: a vida do rato entre os seres humanos. In: WALTER, Roland; FERREIRA, Ermelinda. (Org.). *Narrações da violência biótica*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 98-105.

A partir das duas primeiras incursões de Clarice na Zooliteratura infantil, percebe-se que sua produção literária, face de esse público, marca-se pelo não didatismo, pelo trabalho com a linguagem e por perspectivas inusitadas do narrar. Em *A vida íntima de Laura* (1974), sua terceira publicação para crianças, desde o início estabelece-se um diálogo produtivo entre narrador e leitor, grifado por procedimentos que beiram a intimidade e encaminham a maneira de ler/entender a história. O narrador aciona, já na abertura textual, a possibilidade de revelar segredos e desvendar domesticidades e essências. Paralelamente, enfatiza a ligação afetiva com o leitor, por intermédio de aproximações "Dou-lhe um beijo na testa se adivinhar." (p. 5), "Peço a você o favor de gostar logo de Laura...", (p. 9). A protagonista Laura é uma galinha, apresentada sem auras de idealização: "Laura tem o pescoço mais feio que já vi no mundo" (p.10), "Laura é bastante burra" (p. 11), "Aliás, nunca vi ninguém mais sem jeito que essa galinha". (p. 31) Bicho doméstico, comum, comum, distante da heroicidade e próximo do afeto das crianças, Laura protagoniza a trama e lembra outras galinhas, e, também, pintinhos e ovos, constantes na ficção de Clarice Lispector, e, em muitos casos, motivos para reflexão sobre a humana condição. O enredo é feito de pequenos episódios, que articulam o nascimento de Hermany, filho de Laura e Luís, seu marido; a tentativa de roubo de Laura por um ladrão de galinhas; a quase morte da protagonista e, finalmente, seu encontro com Xext, habitante de Júpiter, que pergunta a Laura como "eram os humanos por dentro" (p. 42). Enfatize-se que Laura tem medo da morte, tema quase proibido à época na literatura para crianças, e que na narrativa aparece tratado de forma direta. Contudo, mais uma vez, no conjunto de obras para crianças da autora, não são os fatos que importam, mas a descrição e a reflexão propostas pelo narrador. Laura, por exemplo, cacareja a Xext que "os humanos são muito complicados por dentro. Eles até se sentem obrigados a mentir, imagine só! (p. 42) Nessa narrativa desordenada, o tom de brincadeira, contínuo, torna ainda mais estreita a ligação daquele que narra com o leitor. Não se faz uso de expedientes de desvalorização da criança leitora, diminuindo a ação de pensar, e, sim, ativa-se a possibilidade de explorar elementos comumente despercebidos no cotidiano e retirar deles observações. De maneira semelhante, traz-se a galinha "muito da simples" (p. 6), para o terreno do incógnito, do incognoscível, ao relacioná-la à noção de morte.

Na apresentação à coletânea, *Clarice Lispector, Crônicas para jovens de bichos e pessoas*, Pedro Karp Vasquez situa a galinha como um seu personagem amado e dileto, apesar da aparência anódina da ave. Nesse sentido, a cronista emularia com sua personagem de "*Uma história de tanto amor*": "Era uma vez uma menina que observava tanto as galinhas, que lhes conhecia a alma e os anseios íntimos." (LISPECTOR, 1984, p. 74)

Clarice não apreciava, apenas, os animais belos, como os cavalos, ou dóceis, como os cães, foi capaz também de valorizar, até mesmo, as desprestigiadas galinhas, que a maioria de nós aprecia apenas fritas ou cozidas... Galinhas são aves que não têm a força e a envergadura das águias e dos condores, não têm a esplendorosa beleza dos pavões ou das araras, não têm a imponência das emas e das avestruzes, não têm a delicadeza dos beija-flores e dos rouxinóis, não têm o canto enfeitiçante dos sabiás e dos canários belgas, assim como, não têm o mistério dos uirapurus e das aves do paraíso. Em resumo: galinhas não têm um pingão de glamour ou de prestígio. Desprezadas por todos, as galinhas encontraram, em Clarice Lispector a única verdadeira entusiasta, conforme comprovam aqui as séries de crônicas "A atualidade do ovo e da galinha" e "Princesa". Feiosas, desajeitadas, aflitas e morrinhentas, as galinhas são capazes de produzir uma verdadeira obra de arte, perfeita e irretocável: o ovo. Belo por fora e útil por dentro, o ovo gera pintinhos ou alimenta milhões de seres humanos, sem que nenhum animal seja sacrificado ou se produza qualquer dano ambiental. Para Clarice, a galinha funciona como metáfora do artista: um ser imperfeito, que produz uma obra superior a ele próprio, enquanto a magia da criação artística é vista como destino

de vida e, sobretudo, como uma forma de transcendência e de via de escape da banalidade e da mediocridade." (VASQUEZ, IN: LISPECTOR, 2015, E-BOOK)

Vasquez (2015) ressalta o fato de em Clarice, a galinha metaforizar o artista e a sua capacidade de transpor o banal e a insignificância da vida. Ideia assemelhada pode ser aplicada à narrativa, "O Ovo e a galinha", que eleva o ovo à radicalidade do paradoxo – forma simples e perfeita, no que possui de secreto ou indecifrável. Não à-toa, essa era uma narração-enigma para ela própria e, como tal, foi apresentada, à guisa de palestra, intitulada Literatura e Magia, no 1º Congresso Mundial de Bruxaria, em Bogotá, no ano de 1975.

Tenho pouco a dizer sobre magia, e acho que o contato com o sobrenatural é feito em silêncio e numa profunda meditação solitária. A inspiração para qualquer forma de arte tem um toque mágico, porque a criação é absolutamente inexplicável. Não creio que a inspiração venha do sobrenatural, suponho que emerge do mais profundo eu de cada pessoa, das profundezas do inconsciente individual, coletivo, cósmico. O que não deixa, de certa forma, de ser um pouco sobrenatural, mas acontece que tudo que vive e que chamamos de natural, é, em última instância, sobrenatural. Como só tenho a dar às pessoas aqui presentes minha literatura, uma pessoa vai ler por mim um conto meu chamado "O ovo e a galinha". Esse meu texto é misterioso até para mim mesma, e tem uma simbologia secreta. Peço que ouçam a leitura apenas com o raciocínio. Se não, tudo escapará ao entendimento. Se meia dúzia de pessoas, realmente, sentirem esse texto, já ficaria satisfeita. E agora, "O ovo e a galinha". (LISPECTOR, In: FELINTO, 1992)

A obra *Quase de verdade* data de 1978. A abertura usual em narrativas infantis é tensionada: "Era uma vez... Era uma vez: eu!", seja pelo pronome que explode, no lugar de personagens ou espaços, seja pelo inusitado do "eu" que corresponde ao cachorro Ulisses. Novamente, as fronteiras entre o doméstico e o miolo do livro se borram. O início prepara o enredo "para valer" que, como em algumas narrativas para adultos da autora, demora a chegar. A história do cachorro Ulisses e de sua dona Clarice, propõe questões simples e complexas, e torna deslizantes os conceitos de real e ficção, de mentira e verdade. Afinal, a estratégia de construção do texto mostra Ulisses como observador, enquanto Clarice, que entende seus latidos, escreve o que ele lhe conta. O quadro narrativo se desdobra ("Eu fico latindo para Clarice", "e ela escreve o que eu lhe conto"), enquanto o toque de oralidade, que perpassa as obras claricianas destinadas a crianças, revela-se mais intenso (2014, p. 5). Nessa história latida para Clarice – era uma vez, mais uma vez, Ulisses equiparado ao livro –, a narrativa é pontuada pelo canto de um passarinho, recurso libertador para a fantasia. A trama, que atinge foros de alegoria, gira em torno de uma figueira invejosa, que se empenha em escravizar as galinhas para obter lucro. Assim, com a ajuda de uma bruxa, a árvore acende-se durante a noite, levando as galinhas a pensarem que é dia, e, enganadas, botarem ovos. Há sempre espaço para a rebelião: as galinhas passam a se instalar nos galhos da figueira, e de lá botam os ovos, que se quebram. Ao fim, a figueira perde o auxílio da bruxa e suas luzes se apagam. E a paz volta a reinar no galinheiro. Se contextualizarmos a obra nos anos 1970, do século XX brasileiro, outros significados aparecem, – história sobre poder e dominação, em época de censura e uso de força. Na perspectiva da Ecologia, todo um processo de exploração do animal não-humano e o molestamento da natureza, num sentido mais lato, em favor do dono do mundo. Os livros de Clarice Lispector, destinados a crianças, tiveram importante papel na renovação da literatura infantil brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, ao abandonarem o pedagogismo e abraçarem o lirismo, junto a uma dimensão que procura unir a voz narrativa à do pequeno leitor. A construção textual parece refletir o modo de ver o mundo infantil, de tal forma, que o movimento de articulação de ideias reproduz a sequência do pensar da criança. O fascínio é obtido pela

capacidade de provocar a sensibilidade e a intuição infantil, principalmente, pelo recurso a estados emocionais (sem ser piegas), que tocam os leitores em formação. Em *Quase de verdade*, o leitor vai atravessando as páginas, de assombro em assombro, não apenas pelos fatos narrados, e sim, por perguntas e afirmações que surgem e se ampliam. Como exemplo, a indagação final da narrativa, que fica no ar, sem resposta: “engole-se ou não o caroço de jabuticaba?”. Investigação constante da linguagem literária, o texto de Clarice abre-se para a brincadeira com as palavras, marcada, especialmente, na obra pelo nomear das personagens Oníria, Ovídio, Oxalá, Odissea, Onofre, Oxelia, Oquequê, personagens que passam a ser bichos de estimação do pequeno leitor.

Não se pode esquecer que, em suas crônicas, a ficcionista se apresenta como regida pelo signo da pergunta, como, por exemplo, no quase tautológico “Eu sou uma pergunta”, bem como em “Escândalo inútil”: “É que fui adolescente confusa e perplexa que tinha uma pergunta muda e intensa: “como é o mundo? E por que esse mundo?” Fui depois aprendendo muita coisa. Mas a pergunta da adolescente continuou muda e insistente.” (LISPECTOR, 2015, p. 100)

Ainda no registro da indagação, ao folhear o *Jornal do Brasil*, de 29 de agosto de 1970, os muitos leitores de Clarice Lispector depararam com uma espécie de crônica-entrevista, com o seguinte título: “Perguntas e respostas para um caderno escolar”.

O último item desse questionário, que transitava por temáticas variadas, era o seguinte:

-Você sente e participa dos problemas da vida nacional?

- Como brasileira, seria de estranhar se eu não sentisse e não participasse da vida de meu país. Não escrevo sobre problemas sociais, mas, eu os vivo intensamente e, já em criança, me abalava inteira com os problemas que via ao vivo. (LISPECTOR, 2018, p. 322)

Trazendo a questão para o Brasil “ao vivo” de 2020, nosso país, certamente, seria motivo de fortes abalos para ela, bastando para isso lembrar, no terreno ecológico, o tristíssimo espetáculo das matas em fogo na floresta amazônica e no pantanal mato-grossense, com tudo o que isso representa de destrutivo, face a esses ecossistemas e a nosso planeta de um modo geral. Quase dá para ver, Ousado, a onça-pintada que teve as patas gravemente queimadas em Mato Grosso, tornando-se símbolo dos animais molestados do Pantanal, figurando como um dos personagens de uma crônica-denúncia, por ela assinada. Pior ainda seria sua indignação relativamente à visão obtusa das autoridades governamentais de nosso país, com relação ao meio-ambiente, o que vem cooperando para a exterminação e padecimento de espécies vegetais e animais, inclusive, o homem. Certamente, sua alma tão próxima dos animais não humanos, confrangida e doente ficaria com tantos bichos domésticos largados ao léu, por famílias para quem a sobrevivência tornou-se, mais do que nunca, uma luta renhida.

Todas essas projeções de textos imaginários acontecem, porque já se disse nesse ensaio que, mesmo antes de se falar tão cotidianamente em Ecologia, Clarice já preconizava uma relação empática do homem com a natureza. Nesse sentido, a memória leitora é transportada para “Bichos 1”, crônica de 13 de março de 1971, em que se lê: “Conheci uma mulher que humanizava os bichos, conversando com eles, emprestando-lhes suas próprias características. Mas eu não humanizo os bichos, acho que é uma ofensa – há de respeitar-lhes a natureza, eu é que me animalizo” (LISPECTOR, 2018, p. 375). Essas palavras, que para alguns poderiam ser lidas no registro do *nonsense*, colocam em xeque a noção de soberania do indivíduo humano face ao universo, questão candente para ela, que sempre revelou inquietação quanto à significação dos seres do e no mundo. Tanto assim que, em

"A descoberta do mundo", crônica que dá título a seu livro nesse gênero, afirma: "Embora eu saiba que de uma planta brota uma flor, continuo surpreendida com os caminhos secretos da natureza". (LISPECTOR, 2018, p. 125)

Nas duas afirmações aqui transcritas e, em tantas outras, dispersas ao longo de sua arte-pensamento, o que Clarice faz é deslocar o indivíduo humano do centro do universo, colocando-se, assim, em consonância com a visão céptica de Michel de Montaigne (1533-1592). Em seus *Ensaio*s, o filósofo francês relativiza acerbamente a vaidade humana, no sentido de se julgar um ser único no domínio do planeta em que vivemos. "Da crueldade", um de seus discursos em que o animal não-humano tem maior evidência, mostra a possibilidade de uma existência comunitária entre ambos, ao invés de uma relação de tal forma assimétrica, que considerasse inclusive a indigna possibilidade de maus-tratos aos primeiros. O que o filósofo propõe é a desconstrução da pretensa supremacia humana encontrando, pelo contrário, motivos de equiparação entre os dois.

Quando encontro em autores muito sensatos dissertações tendentes a provar certas semelhanças entre os animais e nós, quanto participam de nossos próprios privilégios e quanto temos em comum, torno-me muito menos presunçoso e abduco sem dificuldade essa *realeza imaginária* do homem sobre as demais criaturas. (MONTAIGNE, 1987, p. 172) (GRIFO NOSSO)

Inversamente à "realeza imaginária" ironizada por Montaigne, Clarice se confessa: "Não ter nascido bicho parece ser uma de minhas secretas nostalgias. Eles, às vezes, clamam do longe de muitas gerações e eu não posso responder senão ficando desassossegada. É o chamado". (LISPECTOR, 2018, p.379)

Refletindo sobre a relação intelecto x instinto, em Lispector, laço mediado pela animalidade, Nascimento (2011), afirma: "A afinidade eletiva com os bichos por vezes se traduz, estrategicamente, num anti-intelectualismo fingido: "ser intelectual é usar, sobretudo, a inteligência, o que eu não faço: uso é a intuição, o instinto." Não que transpareça a concepção ingênua de que é possível abrir mão do dado civilizador, retornando à natureza em estado puro. A nostalgia vem despida de toda utopia romântica. A ficção clariciana sinaliza uma experiência (no sentido etimológico de "risco" ou "perigo", cujo rastro o "*peri*" preserva), diferencial para o humano". (p. 131)

Os segredos da natureza dão ensejo ainda à escrita de "Um reino cheio de mistério", em que ela rememora as inexoráveis redações, do tempo da escola, uma das quais tinha como tema, "O Dia da Árvore", esforço de escrita torturante, a cada 21 de setembro. Fosse como fosse, as crianças – escritores improvisados – mesmo com a "alma bocejando", esse sintagma é a tradução da cronista para o enfado infantil, as crianças tinham que se desincumbir do encargo. Agora, na condição de adulta, Clarice estranha não se "comemorar o dia da planta ou da plantação". A justificativa é a de que: "esse dia é importante para a experiência humana das crianças e dos adultos". Na continuação do texto, vem a linguagem do axioma: "Plantar é criar na Natureza." "Criação insubstituível por qualquer outro tipo de criação." E ela conclui com o acento da palavra bíblica: "um dos gestos mais belos e largos e generosos do homem, andando vagarosamente pelo campo lavrado, é o de lançar na terra as sementes". (LISPECTOR, 1984, p. 211). Aqui, homem e natureza se irmanam numa atitude dadivosa mútua, que leva à plenitude da vida.

Clarice, como se pode perceber, não entregava à racionalidade o direito de tudo explicar, nem à explicação a qualidade de interpretação mais sábia do universo. Na mesma crônica, relata sua experiência de haver plantado um pé de tomate na Suíça. Plantou-o em uma lata grande, bonita, num ritual de encantamento e comunhão com o sumo vermelho de vida, existente no vegetal.

E quando os tomates ficaram redondos, grandes e vermelhos? Chegara a hora da colheita. Não foi sem alguma emoção que vi num prato da mesa os tomates, que eram mais meus que um livro meu. Só que não tive coragem de comê-los. Como "se comê-los fosse um sacrilégio, uma desobediência à lei natural". (LISPECTOR, 1984, p. 212)

Essa passagem da narrativa, esse gesto de abnegação, face aos pomos de ouro, pode metaforizar uma crença cósmica, que é a que defende um respeito entre tudo o que habita o universo. A essa altura, os leitores de "alma já formada", colocam a questão: Que princípios éticos balizam minha relação com o mundo? Em contraponto, alguém poderá retorquir: tudo isso a propósito de tomates? Tudo isso a propósito de delicadeza nas relações, sussurra em nossos ouvidos a voz poética da jardineira intimista.

Ainda no registro da crônica, numa outra circunstância, em "As Grandes indagações", ela transcreve uma pretensa carta, vinda de Belo Horizonte, uma carta que é só perguntas, girando em torno das inabaláveis certezas da ciência.

De que adianta ao homem a evolução da ciência? De que nos adianta conhecer outros planetas, se o nosso tem tantas coisas a serem conhecidas? É evidente que o progresso da ciência nos traz alívio para as dores físicas, conforto e descanso para o nosso corpo, divertimentos para a nossa família. Mas... à custa de quê? A descoberta do átomo, que tanto promete à humanidade, já custou quantas vidas? Quantas mais custarão? O progresso da engenharia moderna, da ciência em geral, a evolução, enfim, de toda a humanidade trouxeram-nos apenas coisas bonitas? Não. Para cada melhora, um instrumento de destruição. Nessa sequência de inventos e descobertas, muitas vezes, o resultado é, realmente, benéfico, mas, enquanto procuramos soluções para os problemas externos, criamos dentro de nós outro mundo onde o sofrimento é muito maior. (LISPECTOR, 2018, p. 323-324)

Esses são questionamentos que poderiam ilustrar os livros infantis da Clarice de hoje, se ela ainda pudesse estar encantando seu público leitor, ela que, em seu tempo, já fez deles pessoas indagadoras e sensíveis, e até ambientalistas, mesmo antes de as crianças terem voz para vir ao espaço público e gritar sua indignação contra um futuro cinzento e tóxico por elas entrevisto no céu de um amanhã, quase agora.

Adotando, portanto, uma postura de respeito ao verde, metáfora da vida, podemos dizer, avant *la lettre*, e aqui caberia referir ainda, entre outros, os comoventes relatos: "A matança de seres humanos: os índios" e "Morte de uma baleia", de *A descoberta do mundo*, Clarice traduziu ao pé da letra o sentido de oikós, palavra que, em Grego, significa casa, de onde vem a palavra Ecologia, tornando, assim, possível grifar, mais uma vez, a contemporaneidade de sua obra e a potência de seus escritos que ajudaram a entender o Brasil de outrora e nos ajudam na compreensão do de agora.

De fato, vemos, em muitas ocasiões, esses Brasis, ao correr das linhas de seus textos jornalísticos, e o vemos de uma forma cruel, uma forma que marca nossa resistência a um convívio harmônico com a alteridade. Em outras palavras, o nosso Brasil de desrespeito ao outro, aqui figurado em plantas e animais humanos e não humanos foi narrado por ela nas páginas de periódicos do século XX, e continua a nos dar lições de convívio, nesta casa em que o ser humano tem que se enxergar como apenas um de seus moradores. Se não, apelando para mais um dos títulos de uma crônica de Clarice: "A posteridade nos julgará!".

## REFERÊNCIAS

COUTINHO, F. Repúdio e compaixão: a vida do rato entre os seres humanos. In: WALTER, Roland; FERREIRA, Ermelinda. (Org.). **Narrações da violência biótica**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

COUTINHO, F.; ALENCAR, S. **Visões de Clarice Lispector**: ensaios, entrevistas, leituras. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 2020.

FELINTO, M. "Lispector foi a congresso de bruxaria", **Folha de S. Paulo**, 2 ago, 1992.

LISPECTOR, Clarice. **A Descoberta do mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LISPECTOR, Clarice. **A mulher que matou os peixes**. Ilustrações Mariana Valente. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2014. Box Três histórias de Clarice Lispector.

LISPECTOR, Clarice. **A vida íntima de Laura**. Ilustrações Odilon Moraes. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2014. Box Três histórias de Clarice Lispector.

LISPECTOR, Clarice. **Crônicas para jovens**: de bichos e pessoas. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2015. Organização e apresentação Pedro Karp Vasquez.

LISPECTOR, Clarice. **Quase de verdade**. Ilustrações de Carla Irusta. Rio de Janeiro: Rocco Pequenos Leitores, 2014. Box Três histórias de Clarice Lispector.

LISPECTOR, C. **Todas as cartas**. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2020. Prefácio e notas bibliográficas Teresa Montero. Posfácio Pedro Karp Vasquez. Pesquisa textual e transcrição das cartas Larissa Vaz.

LISPECTOR, C. **Todas as crônicas**. Organização de Pedro Karp Vasquez. Rio de Janeiro: Rocco, 2018. Prefácio Marina Colasanti.

MONTAIGNE, Michel de. Da Crueldade. In: \_\_\_\_\_. **Ensaaios**. Livro II. Tradução de Sérgio Milliet, precedido de Montaigne – o homem e a obra, de Pierre Moreau. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Hucitec, 1987. 3v. p. 162 - 173.

NASCIMENTO, Evando. Rastros do animal humano: a ficção de Clarice Lispector. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/Escrever o animal**. Ensaaios de zoopoética e biopolítica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. Anexo: Entrevista com Donna Haraway. p. 117-148.

NUNES, B. **O drama da linguagem**: uma leitura de Clarice Lispector. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

## EMPOEMAR, A CIÊNCIA

Francisco Silva Cavalcante Junior<sup>60</sup>

Poucos dias antes de pular do oitavo andar da sacada do seu apartamento, o jovem universitário Coruam escreveu a última postagem no seu perfil do facebook, com a seguinte questão: "O que é a vida sem poesia, não é mesmo?".

Não o conheci vivo, mas a sua pergunta tem-me acompanhado há vários anos, produzido livros<sup>61</sup>, gerado ações coletivas<sup>62</sup> e ampliado o meu compromisso com o empoeamento da universidade. *A Barca de Coruam*<sup>63</sup> foi a minha primeira ode à sua existência:

Uma barca sem destino fixo aportou na folha do caderno e pediu para fazer passagem sem ponto final;

a barca de Coruam avisou que está de passagem em tudo que é paisagem e nas ondas que são anjos que dormem no mar, pede carona em todo lugar;

Coruam segue errante na sua barca, de canto em canto, procurando um porto para se ancorar e seguir surfando nas ondas do mar;

sobre a prancha de surfe conecta-se ao pai morto num desastre de asa delta que mergulhou nas profundezas do mar, Coruam, no fôlego da onda, resiste para também não afundar;

belo Coruam banhado de luz sorri para tudo, mas da dor que carrega na alma não consegue se separar, sem antes mergulhar nas lágrimas da falta, sempre triste;

Coruam segue a água-viva trilha de seus dias, beleza e veneno, projetos humanos para os anjos do mar, fugindo das expectativas alheias, filho do mar segura firme o remo da barca, vestígios à vista;

em repouso flutuante, na barca do seu único domínio, Coruam respira aliviado ao sentir que suas mãos, seus olhos, seu corpo, seu todo ainda é o mesmo, apesar das muitas expectativas que o querem outro, esperando o sonho acontecer;

na barca, um dia colide a garrafa com o bilhete trazido pelo mar, enquanto seu corpo repousa da loucura que finge que todas as expectativas são normais, Coruam vive o tempo, sente que a vida é o instante e só quer um pouco mais de alma;

no tempo sem tempo, Coruam lê o bilhete da garrafa trazido pelo mar, "não se desespere, não deslize para a morte, os desafios existem e podemos superá-los, sei que as palavras doem mais que qualquer coisa, vista o colar dos vivos";

a barca de Coruam abeirou-se na praia, o mar secou, encalhou na areia, a morte assumiu o remo da travessia para uma vida prematuramente ceifada, "o que é a vida sem poesia, não é mesmo?", ninguém respondeu a sua última pergunta;

60 Professor do Instituto de Cultura e Arte (ICA) da Universidade Federal do Ceará.

61 **Travessias de cigano**: feitura e feitiços (Armazém da Cultura, 2017), **A existência em ruínas** (CRV, 2019) e **Taís Dorá** (Armazém da Cultura, 2020).

62 A exemplo da Comunidade de Ações para Redesenho dos Modos de Existência e Prevenção do Suicídio - CARMENS -, um projeto filantrópico feito por voluntários, do qual sou coordenador. Instagram: carmens\_comunidade.

63 Disponível no formato E-book para download gratuito nas plataformas de livros digitais.

"há no céu tantos sonhos que a poesia, embaraçada pelas velhas palavras, não conseguiu nomear!<sup>64</sup>", escreveram na lápide de Coruam, mas quando não se pode mais desejar, a violência recebida do mundo é praticada contra si mesmo;

nas despedidas de Coruam, ouviu-se, "hoje perdemos um menino-passarinho, um coração puro foi embora sem nem avisar e eles não avisam, mas mostram sinais do infundável desejo de voar".

O compromisso assumido com o empoemamento do fazer científico levou-me à proposição da ciência poética, a arte da escrita acadêmica ao modo dos poetas, contemplando o estético como outra forma do saber e a poesia como racionalidade científica.

Na proposição da ciência poética, juntei-me aos autores que concebem caminhos metodológicos múltiplos para uma pesquisa com base nas artes. Segundo os pioneiros do movimento da *arts based research*, originado, em 1993, na Universidade de Stanford (EUA), Barone e Eisner (2012, p. 11), este modo de fazer pesquisa qualitativa utiliza-se "das formas de pensamento e das formas de representação que as artes proporcionam, como meio através do qual o mundo pode ser mais bem compreendido e, através desse entendimento, dá-se a ampliação da mente".

A esses autores somei os meus esforços para a pluralização da palavra científica, partindo da constatação de que o investigador é, também, o sujeito que escreve os seus resultados, engajamento metodológico empreendido, desde 1994, quando ingressei no programa de Doutorado em Leitura e Escrita da Universidade de New Hampshire (EUA).

De todos os precursores de uma ciência poética, destaco as palavras precisas de Denzin (2010, p. 89), em seu importante *Manifesto Qualitativo* em prol da ampliação das formas de representação em pesquisas qualitativas, que asseveram que a poesia torna público o que muitos sociólogos e antropólogos mantiveram escondido: "os seus sentimentos privados, dúvidas e dilemas, incertezas que confrontam o pesquisador de campo". Ampliando e pluralizando as formas de letramentos na escrita de pesquisas qualitativas, quero colaborar, também, para "mudar o mundo através das formas que escrevemos sobre ele".

Com a utilização da escrita poética, na pesquisa qualitativa, passei a ampliar as possibilidades de uma ciência de feitura, utilizando-me das múltiplas formas de letramentos que estão disponíveis para vermos e sentirmos o mundo, em diferentes dimensões, visando à ampliação dos nossos sentidos. Por feitura em uma proposta de escrita científica, refiro-me à etimologia da palavra "poética" em sua acepção grega de fazer (*poíesis*), portanto, aquilo que fazemos com as linguagens do espírito.

Foi em Valéry (2011), um dos maiores expoentes do estudo e da prática da poética como método de conhecimento, que encontrei a melhor ressonância do que vislumbrei nessa tradição de produzir uma interinvenção científica:

O fazer, o *poiein*, do qual desejo me ocupar, é aquele que termina em alguma obra [...] que se convencionou chamar de *obras do espírito*. São aquelas que o espírito quer fazer para o seu próprio uso, empregando para esse fim todos os meios físicos (VALÉRY, 2011, p. 196).

Valéry (2011) enaltece o espírito criativo do qual somos dotados e convoca a nossa sensibilidade para o fato de que todo conhecimento, em qualquer campo do saber, é o resultado do que "podemos ou *observar* ou *fazer* nós mesmos".

Continuei estudando os poetas e os seus modos de criação. Em Tavares (2014, p. 180), filósofo e poeta português, encontrei a primeira assertiva: "Poesia é ciência individual".

---

64 Excerto de Gaston Bachelard.

Dois séculos antes, foi o filósofo e poeta americano Emerson (2006, p. 364) quem havia dito: "Tudo se torna poesia quando nós olhamos de dentro [...] porque a *poesia é ciência*, é o sopro do mesmo espírito, em virtude do qual a natureza vive. E jamais nenhuma ciência se originou senão por uma percepção poética". E ainda, para o filósofo e poeta brasileiro Cicero (2017, p. 28), "'poeta' vem de *poietes*, que quer dizer aquele que faz ou produz".

Anterior à concepção de uma ciência poética, caracterizei o perfil de uma ciência anárquica em vista dos seus instantes poéticos, rompendo com os padrões que enrijecem o potencial criativo daqueles escritores situado no domicílio técnico-acadêmico. Atrelados ao gênero abstrato de uma "escrita científica", cristalizamos o ofício daqueles que, operadores da linguagem na esfera da ciência, por isso mesmo não abdicaram do lugar inventivo nas suas escritas. Em sintonia com Tavares (2014, p. 182), "os gêneros literários [também] me parecem limitativos".

Ao discutir a anarquização da ciência, apresentei a feitura aos modos daquela escrita dos poetas, cujos métodos não convergem em padrões definidos de um campo. Afinal, "com o que uma pessoa escreve?", foi a pergunta provocativa que me apresentou M. Tavares nos seus escritos. A sua réplica foi bastante óbvia para todos nós, inclusive, para aqueles que fazemos ciência: "com o alfabeto", disse ele, uma pessoa escreve com a, b, c.... Flagrantemente correta, a ponto de não convocar a minha atenção. "Meu material de trabalho é o alfabeto", completou Tavares (2006).

Comunicar diz respeito à criação de perspectivas ou de cenários, de filiações aos mundos vislumbrados: para além de uma ferramenta acessória, a escritura é também o nosso material no trabalho científico. Escrevo essas palavras no trânsito entre o alfabeto, os conhecimentos e os vazios que se disponibilizam em mim, em uma composição que se desenha no suporte da tela, para os ecos na interação entre os dedos juntos ao teclado do meu computador.

Trata-se de um exercício performativo que administra essas convenções, aparentemente, gerais (da língua) que me permitem aglutinar signos, previamente, emprestados desse nosso campo linguístico, a ponto de constituir os meus significados, ou aqueles usos mais particulares nessa equação poética das estruturas portuguesas e brasileiras de afetos tão guaranis.

Posteriormente, me lancei à escrita poética como método arquígono, uma forma de escrita que produz intensidades de vida, que faz da escrita de quem escreve um movimento incessante de ser vida, e não somente processos de suspensão e impessoalidade linguísticos. A escrita arquígona é aquela que se propaga e p-r-o...l-o-n-g-a, que se prolifera e reinventa no próprio tempo da escrita, que nasce da experimentação da vida e por ela deixamo-nos ser tocados, "como se de dentro" (GUMBRECHT, 2014), dessa malha de textualidade que reclama a vitalidade de quem escreve, esteticamente, inspirada no fazer literário que se desprende do filósofo Nancy (2014), a quem, muitos de nós, os ditos contemporâneos ou pós-estruturalistas, somos tributários devedores na inspiração.

A exemplo de outro acadêmico, que também encontrou no ato de escrever profissionalmente, um meio "de dar uma resposta existencial ao mundo", passei a escrever com a liberdade de quem tem a "necessidade orgânica" de comunicar, de quem tem a fome das palavras encarnadas – essa forma de movimento para quem busca experienciar e compreender o que se vive, ciente de que a "poesia tem a ver com tudo o que não entendo", que "poesia é a descoberta das coisas que eu nunca vi", que "escrever o que não acontece é tarefa da poesia" e que "as coisas inúteis ficam para a poesia", afinal:

Tem muita gente se dedicando às coisas úteis  
eu optei pelas inúteis

as que passam despercebidas  
os dispensamentos da poesia  
do olhar, do cheirar, do tocar, do ouvir e do saborear  
prefiro o desenho verbal das palavras inocentes  
aquelas que me permitem ver o que ainda não vi  
afinal, o essencial não é mesmo invisível aos olhos?

Em sintonia com o escritor Queiros (2003, p. 23), que afirmou “ter horror da verdade” e preferem “as dúvidas”, eu também comecei a distar daquele modo de escrita tão valorizado por uma tipologia normativa de ciência, e tornei-me cúmplice das muitas gerações de polígrafos qualitativos que praticam uma poética como ciência:

penso, logo invento  
esculturas em palavras  
textos em tintas  
passos em cordas  
cantos em dobras  
invento, logo penso

Nessa utilização da *poiesis* como opção política, conceitual e metodológica em uma ética qualitativa, ampliei as possibilidades de uma ciência poética<sup>65</sup>, quando comecei a pensar as múltiplas formas de letramentos e de inteligências que estão disponíveis para vermos e sentirmos o mundo em diferentes dimensões. Desde a minha pesquisa de doutoramento, dialogo com um modo de pensar os corpos, enquanto poesia, sublinhando o próprio ato de feitura do corpo que somos, visando à ampliação de nossos sentidos para a integração transdisciplinar dos saberes, nessa experiência, antropologicamente, sincrética da palavra plural.

O estudo das obras de Bachelard (2008, p. 7), abriu-me a imaginação para uma poética como ciência. Segundo ele, “as imagens poéticas são *operações* do espírito humano na medida em que nos aliviam em que nos soerguem, em que nos elevam”.

Para esse filósofo francês, existe uma forma de escrita que se inquieta na tentativa de subordinação e com a qual fazemos uso da imagem e com ela escrevemos: “A imagem torna-se um ser novo da nossa linguagem, nos expressa tornando-nos aquilo que ela expressa – noutras palavras, ela é ao mesmo tempo um devir de expressão e um devir do nosso ser”.

No condão do mesmo pensamento, o cineasta Tarkovski (2010, p. 18), diz:

Quando falo de poesia, não penso nela como gênero. A poesia é uma consciência do mundo, uma forma específica de relacionamento com a realidade. Assim, a poesia torna-se uma filosofia que conduz o homem ao longo de toda a sua vida.

A Bachelard (2008, p. 8), como os meus esforços para “demonstrar que a poesia é uma força de síntese para a existência humana”. O conhecimento pessoal para o qual se abre a poesia, a ciência individual como disse Tavares (2006, p. 121), “é a maior potência da natureza humana, a sua própria imaginação”. Bachelard (2001, p. 42), chama atenção para a desvalorização dessa grande potência humana, em especial, o descrédito que uma tradição da psicologia a ela atribuiu:

<sup>65</sup> Ver, por exemplo: Stephen Banks, “Writing as theory: In defense of fiction”. In: J. Gary Knowles e Ardra L. Cole (Eds.), **Handbook of the arts in qualitative research**. Los Angeles: Sage, 2008, pp. 155-164.

A psicologia clássica, praticamente, não estuda a imagem poética, frequentemente, confundida com a simples metáfora. Aliás, em geral, a palavra imagem é um ponto de equívocos nas obras dos psicólogos: veem-se imagens, reproduzem-se imagens, guardam-se imagens na memória. A imagem é tudo, salvo um produto direto da imaginação.

Novamente, Valéry (2011, p. 213), sublinha que a poesia é o lugar das artes onde "certas combinações de palavras podem produzir uma emoção que outras não produzem, e que denominamos *poética*". Se o pensamento caracteriza-se pela ação cognitiva de buscar o que ainda não foi pensado e a poesia como o processo de se deixar afetado por aquilo que cresce em nós e está por vir, pensamento e poesia encontram-se no que Valéry nomeou de "infinito estético", qual seja um "desejo que permanece desejo" (NOVAES, 2005, p. 14), o desejo humano de transformar, confirmado pelo poeta Paz (2012, p. 29):

Sejam quais forem sua atividade e profissão, artista ou artesão, o homem transforma a matéria-prima: cores, pedras, metais, palavras. A operação transformadora consiste no seguinte: os materiais deixam o mundo cego da natureza para ingressar no mundo das obras, ou seja, no das significações. [...] O que ocorre com a linguagem nas mãos de prosadores e de poetas pode fazer-nos vislumbrar o sentido dessa diferença.

Não existem direções ocultas ou segundas intenções, no modo de se fazer uma ciência poética, uma ciência de feitura: uma produção de conhecimento que afeta enquanto afetada no sujeito agente da pesquisa, ou poderíamos denominá-lo de pesquisador-poeta. De maior relevância é saber que a ciência poética acomoda-se ao estudo de qualquer problema de pesquisa.

Quando alguém afirma, que "essa metodologia não é adequada a esse problema", aqui reside um "erro", constata Tavares (2006, p. 121). Para esse pesquisador-poeta "qualquer metodologia é sempre adequada a qualquer problema. As metodologias são ou não adequadas, sim, a determinados objetivos". Ainda, sugere ao seu leitor, como pretexto de responsabilizar uma metodologia como impedimento aos estudos vislumbrados: "Se queres retirar essas conclusões não deves utilizar essa metodologia (Esta frase é mais sensata)".

Com a ciência poética, aprendo a pensar quando adentro o devaneio que me possibilita ser, que me aflora as possibilidades de contemplar o que interessa estudar. Sou lembrado por Cícero (2012, p. 9), "que nem a filosofia nem a poesia têm grande (se é que têm alguma) utilidade".

A minha opção e de muitos como o poeta-filósofo Cícero (2012, p. 9), é viver com "a cabeça nas nuvens: quero admirar o horizonte celestial que vejo pela janela de casa, envolto do azul índigo a me intumescer de ideias e movido por intuições que me impulsionam a inventar em poesia".

Fazer ciência poética consiste em produzir conteúdo que seja capaz de curar as agruras e de valorizar os louros das travessias da vida. Trata-se de um trabalho de pesquisa destinado ao corpo cigano, aquele que vive em cigantias, zanzando pelo mundo e deixando-se ser impregnado de mundo, seguindo a ermo, a exemplo do filósofo Kierkegaard que escreveu: "Quando sair para uma caminhada deixe seus pensamentos perambularem a esmo, farejando aqui e ali, experimentando a primeira coisa vista e depois outra", caminhar como quem passa pelo mundo e deixa o mundo passar por si.

O propósito da pesquisa poética é o de produzir poesia "como exercício de divagação, como abertura ao devir". Não se trata de produzir autobiografia ou narrativa de uma vida, mas de criar feitura como experimentação da linguagem no uso de um pensamento

argumentativo. As feitura são escritas com todas as vozes que atravessam o escritor (dos poetas, dos cantores, dos cordelistas, dos cientistas, dos filósofos e de muitos outros).

A poesia é o lugar das artes que eclode nas transações da linguagem para as quais "certas combinações de palavras, podem produzir uma emoção que outras não produzem, e que denominamos *poética*", diz Valéry (2011, p. 213). No desenvolvimento da imaginação criadora reside o futuro que o pesquisador-poeta es-cre-verá. Ele crê na potência da linguagem da qual faz uso para produção das suas feitura. Ele vê com olhos de vidente. Seu hibridismo é a fusão de quem rebusca (*research*)<sup>66</sup>, a imagem psíquica percebida do mundo, com o mister dos poetas, aqueles que tentam "transformar a revolta e o desejo de uma comunidade humana mais natural [...] em forças de harmonia, de leveza e de amplitude".

A vidência do pesquisador-poeta não é a do tipo sobrenatural: é o vidente pensado por Rancière (2017), o vidente, como o amador de imagens, o iluminador, o fabricante de iluminuras. Ao construir esse conceito, Rancière (2017) foi, possivelmente, influenciado pelo poeta Rimbaud (2005) que, em 1871, na juventude dos seus 17 anos de idade, escreveu a "Carta do vidente", onde anuncia:

O primeiro estudo do homem que quer ser poeta [...] é seu próprio conhecimento, total; ele procura sua alma, inspeciona-a, tenta, aprende. A partir do homem que a sabe, precisa cultivá-la [...] Eu digo que é preciso ser vidente, fazer-se vidente. (RIMBAUD, 2005, p. 79)

A imaginação criadora apresenta-se, diretamente, à vida do pesquisador-poeta que produz as suas ideias e seus feitos com a energia psíquica da imaginação. Como anunciou Carl Jung, citado por Hillman (2010, p. 243): "A psique cria realidade todos os dias. A única expressão que posso usar para essa atividade é fantasia. [...] A fantasia, portanto, parece-me a expressão mais clara da atividade específica da psique".

A vida imunda do pesquisador-poeta, ou seja, a sua vida impregnada de mundo, tem fome de ideias. Alinhado à vertente neojunguiana do psicologizar, Hillman (2010, p. 243) explica que:

Para nós, ideias são meios de considerar as coisas (*modi res considerandi*), perspectivas. Ideias nos dão olhos, deixam-nos ver. A palavra ideia por si mesma, aponta para sua intimidade com a metáfora visual do conhecer, por estar relacionada com o latim *videre* (ver) e com o alemão *wissen* (conhecer). Ideias são meios de ver e de conhecer, ou de conhecer por meio de *insight*. Ideias nos permitem visionar, e através da visão podemos conhecer.

A nossa passagem pelo mundo e o mundo que nos atravessa, são as fontes de criação do pesquisador-poeta e o ofício da nossa escrita, ao modo dos poetas, "empoema o sentido das palavras". Com essa consciência de que somos seres impregnados de mundo, fazemos o verbo pegar carga poética na pesquisa acadêmica. Iluminados pelo poeta brasileiro Barros (2010, p. 31), seguimos construindo uma ciência capaz de ""voar fora da asa", a exemplo da sua poesia "que é a voz de fazer nascimentos"".

No coletivo de quem faz ciência com arte, aprendemos com o artista, que a sua missão é "desformar o mundo: tirar da natureza as naturalidades". Com palavras empoemadas, subtraímos o peso das interpretações e da necessidade de sentidos acumulados, para que a ciência seja tocada pela sabedoria dos poetas que nos ensinam a "transver o mundo".

---

66 Research: é o equivalente em inglês para o substantivo pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Oswald de. In: Manoel de Barros, **Menino do mato**. São Paulo: Leya, 2010, p. 23.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 17.
- BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, pp. 7-8.
- BACHELARD, Gaston. **O ar e os sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 42.
- BARONE, Tom; Elliot W. Eisner, **Arts based research**. Los Angeles, CA: Sage, 2012, p. 11.
- BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010, p. 265.
- BARROS, Manoel de. **Menino do mato**. São Paulo: Leya, 2010, p. 31.
- CICERO, Antonio. **A poesia e a crítica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 28.
- CICERO, Antonio. **Poesia e filosofia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 9.
- COVERLEY, Merlin. **A arte de caminhar: o escritor como caminhante**. Trad. Cristina Cupertino. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 28.
- DENZIN, Norman. **The qualitative manifesto: A call to arms**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2010, p. 89.
- EMERSON, Edward Waldo (Ed.), **The complete works of Ralph Waldo Emerson**. Vol. 8. Ann Harbor, MI: University of Michigan Library, 2006, pp. 364-365.
- GALLO, Sílvio. Em torno de uma de uma poética do/no pensamento. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, 23, nov/2014-abr/2015, p. 354.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, stimmung: sobre um potencial oculto da literatura**. Rio de Janeiro: EDPUC-Rio, 2014, p. 32.
- HILLMAN, James. **Re-vento a psicologia**. Trad. Gustavo Barcellos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010b, p. 243.
- HILST, Hilda. **Da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 565.
- JUNIOR, Francisco Silva Cavalcante. **Letramentos para um mundo melhor**. Campinas, SP: Alínea, 2009.
- JUNIOR, Francisco Silva Cavalcante. **Por uma escola do sujeito: o método (con)texto de letramentos múltiplos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001 e **Letramentos para um mundo melhor**. Campinas, SP: Alínea, 2009.

- JUNIOR, Francisco Silva Cavalcante, Anarquizando a ciência com instantes poéticos. In: Francisco Silva Cavalcante Junior (Org.), **Corpos anárquicos**. Curitiba: CRV, 2014.
- JUNIOR, Francisco Silva Cavalcante. **Travessias de cigano**: feitura e feitiços. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2017.
- LLANSOL, Maria Gabriela. **Onde vais drama-poesia?** Lisboa: Relógio D'Água, 2000, p. 46.
- NANCY, Jean-Luc. **Arquivada**: do senciante e do sentido. São Paulo: Iluminuras, 2014.
- NOVAES, Adauto (Org.). **Poetas que pensaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 14.
- PAZ, Octavio. **O arco e a lira**. Trad. Ari Roitman e Paulina Wacht. São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 29.
- QUEIROS, Bartolomeu Campos. **O piolho**. Belo Horizonte: RHJ, 2003. 23 p.
- RANCIÈRE, Jacques Rancière, **Políticas da escrita**. Trad. Laís Ramalhete, Lígia Vassalo e Eloísa Ribeiro. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2017.
- RIMBAUD, Arthur. **Uma estadia no inferno, Poemas escolhidos, A carta do vidente**. Trad. Daniel Fresnot. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 79.
- TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. Trad. Jefferson L. Camargo. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 18.
- TAVARES, Gonçalo M., **Breves notas sobre ciência**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 82.
- TAVARES, Gonçalo M. **Breves notas sobre ciência**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 121.
- TAVARES, Gonçalo M. **Ofício da palavra**. José Eduardo Gonçalves (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 182.
- TAVARES, Gonçalo M. **Ofício da palavra**. José Eduardo Gonçalves (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 180.
- TEZZA, Cristóvão. **Ofício da palavra**. José Eduardo Gonçalves (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 64.
- VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2011, pp. 196-197.
- VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 213.
- VALÉRY, Paul. **Variedades**. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 213.

## RIOBALDO, PROFESSOR

Gustavo Castro Silva<sup>67</sup>

*A gente deve de esperar o terceiro pensamento.*  
(Guimarães Rosa, *Primeiras Estórias*)

### 1.

Pretendo expor nessas poucas páginas, a postura intelectual de Riobaldo como professor. Riobaldo é o protagonista do livro *Grande sertão: veredas* (1956), de João Guimarães Rosa (1908-1967). No livro, ele conta sua história para um ouvinte atento, talvez um cientista, jornalista, antropólogo, ou mesmo o autor do livro. Este ouvinte anota as suas falas e tudo o que sabemos é mediado pela memória de Riobaldo.

Gostaria de começar com a percepção do narrador que admite sua condição de ignorância, permanentemente atualizada, e extensiva ao universo humano que o circunda. Tentarei seguir o mesmo método, o da presunção de ignorância e da incerteza ao tratar o 'percurso acadêmico' de Riobaldo.

Até onde ficamos sabendo pelas páginas do livro, foi em Currealinho (atual Cortinto - MG), que Mestre Lucas, seu primeiro professor, percebeu sua vocação:

Assim, Mestre Lucas me respondeu: — “É certo. Mas o mais certo de tudo é que um professor de mão-cheia você dava...” E, desde o começo do segundo ano, ele me determinou de ajudar no corrido da instrução, eu explicava aos meninos menores as letras e a tabuada (ROSA, 2019, 96).

Quando Mestre Lucas soube que na fazenda Nhanva, próxima do Rio Jequitaiá, um rico fazendeiro “estava encomendando um professor”, “para o ensino de todas as matérias”, “com urgência”, e que “garantia boa paga”, decidiu recomendar Riobaldo para o serviço.

— “O senhor acha que eu posso?” — perguntei; para principiar qualquer tarefa, quase que eu sozinho nunca tive coragem. — “Ei, pode!” — o Mestre Lucas declarou. Já que estava acondicionando numa bruaca os livros todos — geografia, aritmética, cartilha e gramática — e borracha, lápis, régua, tinteiro, tudo o que pudesse ter serventia. Aceitei. Um entusiasmo nosso me botava brioso. Melhor que era para logo, para o seguinte: dois camaradas do dito fazendeiro estavam ali no Currealim, esperando decisão, agora me levava. Dona Dindinha, mulher de Mestre Lucas, no despedir, me abraçou, me deu umas lágrimas de bondade: — “Tem tanta gente ruim neste mundo, meu filho... E você, assim tão moço, tão bonito...” (ROSA, 2019, 96)

Assim, Riobaldo se torna professor de Zé Bebelo, que o apresentará “com a honra de: professor Riobaldo, secretário sendo”. Por fim, Riobaldo será desencaminhado da educação, abandonando a vida de professor, para tornar-se um jagunço. Como observou Bolle (2004), um professor que virou as costas para a educação.

Entre o caminho e o descaminho no campo da Educação, ficou em Riobaldo um conjunto de experiências, aprendizados, reflexões e metodologias. Ao longo do romance, percebe-se a aparição desse conjunto de aprendizados, desde o entendimento de que “mes-

---

67 Jornalista, antropólogo, poeta e escritor. Professor de Estética da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Prepara uma biografia sobre João Guimarães Rosa.

tre" não é aquele que ensina, mas o que, verdadeiramente, sabe aprender até a aceitação da dúvida e da incerteza como métodos.

Embora Riobaldo tenha deixado a sala de aula, não deixou de reconhecer em si a vocação para o conhecimento. No entanto, convém observar que se trata de um conhecimento unido à consciência, já que, como se sabe, conhecimento sem a sua respectiva tomada de consciência é um déficit da aprendizagem crítica.

Ao que parece, Riobaldo foi um professor altamente criativo, que aprendeu a analisar e revisar seus pontos de vista, isso fica claro, devido à sua postura intelectual, à medida que conta sua história. Bolle (2004), dirá que sua fala é uma conversa analítica de jagunço semiletrado com um doutor que o escuta por mais de 500 páginas.

Ao falar a este "doutor", Riobaldo prefere não adotar uma linguagem politiqueira, a mesma utilizada por Zé Bebelo, mas uma especulativa e filosófica. Ele opta por fazer perguntas, supor, cogitar e duvidar. Sua postura dialógica, de chamamento à conversa profunda, vertical, temática, mesmo que não linear, se ajusta e vai se correlacionando *in res media*. Trata-se de uma conversação sensível, de cunho histórico, político e sociológico, mas também, poético, teológico, ético e filosófico.

## 2.

A leitura de *Grande sertão: veredas* exige atenção na dispersão. Exige pacto de leitura com um texto difícil. Para conseguir compreender e reunir o conjunto de fragmentos narrados, e entender o que eles querem realmente dizer, o leitor tem a dura tarefa de reunir e rejuntar as histórias de Riobaldo.

Ao adotar a metodologia da incerteza, ele vai tecendo e destecendo, como uma Penélope ou uma Sherazade, uma história atrás da outra, por interrupções, memórias, passagens, embaralhando, fazendo ligações de um assunto a outro, mudando de temas na frase, e suas reflexões possuem excesso de interrupções, provocadas pela farta profusão de pensamentos e experiências.

Sempre autocrítico, sua técnica de pontuação a cada frase aumenta a complexidade compreensiva. Trata-se de acumulação, sobreposição do prosaico e do mito poético, em circularidade e recursividade. Na dinâmica da frase, como se não seguisse o menor parâmetro gramatical, Riobaldo acumula ideias e imagens, umas sobre as outras, como módulos poéticos. Como observou Olea (2006, p. 9), "não é o desenho sequencial lógico da sucessão, mas a gestáltica acumulação de segmentos".

Trata-se de uma torrente de expressões casadas, que buscam magnetizar o leitor/ouvinte pelo efeito de enfeitiçamento, encantamento, sedução, verborragia sertaneja. "Entre vírgulas, esses módulos [poéticos] serviriam, como o próprio JGR explica, para a 'inserção de uma frase temática', são, noutras palavras, 'as fórmulas ultra-sucintas' do seu projeto artístico" (OLEA, 2006, p. 9).

As vírgulas são estratégias poéticas de separação e vinculação das histórias, imagens, alegorias, contos, dentro de lembranças, inserções temáticas dentro de grandes parágrafos, narrados em profusão, sem parada de capítulos, tentando induzir a sensação de infinito, mas também são sinais de meditação por fluxos e paradas, questionamentos e autoquestionamentos.

Tais módulos poéticos imbricados uns dentro dos outros, se remetem uns aos outros por analogias, numa visão sistêmica ou cósmica de texto, enquanto sistema de correspondências, produzindo assim, vínculos entre o todo e as partes no sentido hologramático. O entendimento que o professor Riobaldo utiliza é de natureza não linear, ficando à dispo-

sição do intérprete no processo de escuta/leitura, a busca por uma mentalidade *bricoleur*, "mais do que uma coerência de pensamento filosófico" (OLEA, 2006, p. 5).

### 3.

Com Diadorim aprende sobre os pássaros, a honra, a lealdade, a amizade e, talvez, o amor. Na sua experiência de vida, une pensamento mítico e pensamento racional em um estilo de abordagem do real que é momentâneo, e que se dá no "meio da travessia". A ideia de "travessia" surge sob a imagem da viagem, ou seja, aqui a viagem é uma metodologia de compreensão do aberto ("grande sertão"), assim como dos seus caminhos (as "veredas"). "À viajadamente eu ia, desconversei meu espírito. Até às aleluias" (ROSA, 2019, p. 368).

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – Só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto mais embaixo, bem diverso do que em primeiros se pensou. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (ROSA, 2019, p. 32).

Nesta citação, está claro que o professor Riobaldo quer indicar uma metodologia de apreensão "do real", que se dá no "meio". Como se sabe, a noção de "entre", serve para pensar a experiência, o pensamento, a comunicação e a própria aprendizagem. O espaço físico do "entre" surge sob as várias palavras: "vereda", "travessia", "passagem" e "viagem", todas elas contendo algum ensinamento moral e de sabedoria, geralmente, aprendizagem provocada por noções geográficas, espaciais, vivências dolorosas, encontros inesperados e situações absurdas.

Guimarães Rosa gostava de chamar atenção à noção de "meio" e de "entre". Além das imagens de "vereda" e "travessia", escreveu um conto chamado de "A terceira margem do rio" (1962), para falar deste meio-miolo, indefinido e não polarizado. No *Grande sertão: veredas*, essa ideia aparece até mesmo no subtítulo: "O diabo na rua no meio do redemoinho".

Além do conto e do romance, Rosa refletiu, explicitamente, sobre o "entre" em uma reportagem literária. No "*Entremeio – Com o Vaqueiro Mariano*", que se passa no Pantanal da Nhecolândia (MS), escrita em 1947, publicada primeiro na imprensa em 1952 e depois no livro póstumo *Estas Estórias* (2015), ficamos sabendo que "Entremeio" é: 1) "intermédio"; 2) "renda bordada em tira, entre espaços lisos; 3) "região do corpo da vaca entre as nádegas e as costas, atrás do úbere. "*Neste entremeio: neste meio tempo; entrementes*" (DICIONÁRIO MICHAELIS).

O entre é, portanto, "uma zona, limiar, espaço de mudança, passagem e flutuação. É justamente esse sentido de fronteira, típico das passagens parisienses" (BENJAMIN, 2018, p. 1417), dos umbrais, das portas e das janelas, que demarcam o interior e o exterior, o presente e o passado, o tempo e o espaço. O entre remete às viagens e aos desejos, a fluxos e contra fluxos, aponta para um lugar e um tempo intermediários. O tempo do entre relaciona-se aos processos educativos, significa expor-se ao desconhecido e enfrentar as vicissitudes da história.

Do ponto de vista pedagógico, o "entre" trata a aprendizagem como processo, a história pessoal e a história social são compreendidas como flutuação, entreposto que permite passagem, cruzamento e comunicação, nunca compreendida como posição polarizada. Pedagogicamente, o entremeio ou a aceitação do terceiro-incluído (e do princípio da contradição), requer um processo de aprendizado longo e difícil. A pedagogia do difícil,

somente pode ser enfrentada com os instrumentos da abertura sensível para a intuição e a criatividade, e para os ideais de alegria e liberdade, cuja realização passa pela potência do corpo aliada ao espírito.

#### 4.

O método do professor Riobaldo comportava, também, o fato dele não se imiscuir do papel da fantasia da narração, no seu caráter dialético e dialógico com a realidade. Como observou Olea (2006, p.14), ele vai se deslocando entre a poesia e a prosa, e vice-versa, visando "trazer à tona as tensões de uma *dicção contraditória*". Ele procura construir pontes entre o medo e a coragem; o temor e a esperança; o amor (o simbólico) e a guerra (o diabólico).

Em seu relato, Riobaldo desenvolve um trabalho incessante com a incerteza. Nas suas lições, o caminho da certeza, ou a escolha pelo acerto, não passa pela via racional, mas pela via do coração: "Isso, não pensei – mas meu coração pensava" (ROSA, 2019, p. 363). É o que ele diz, ao reconhecer que sua vida não pertenceu ao *certo*, mas sim, *a sina* (destino).

O ambíguo é o ângulo de visão e o plano geral proposto por Rosa para via da "definição indefinitiva" (OLEA, 2006, p. 26). O certo está no incerto e vice-versa. Riobaldo adota a aoristia, ou seja, o estado de ânimo em que não se pode afirmar nem negar nada de modo concreto. Trata-se de um estado de permanente vacilação e dúvida. Falando do sertão, diz: "O sertão é isto, o senhor sabe: tudo incerto, tudo certo" (ROSA, 2019 p. 117).

*Grande sertão: veredas* é uma viagem através dos inteligíveis e dos ininteligíveis, que remonta da mesma forma, à figura do paradoxo, buscando uma linguagem pertinente para veicular um pensamento cuja verdade é sempre a reunião de seus opostos.

No início do romance, dois bandos se enfrentam, o de Joca Ramiro e o de Zé Bebelo, que leva a pior, perde a batalha, é aprisionado e levado a julgamento numa fazenda. Quem preside o "júri" é o próprio Joca Ramiro, a defesa de Zé Bebelo é feita pelo próprio e a acusação pelos chefes jagunços, como Hermógenes, Ricardão, Titão Passos, entre outros. Todos os jagunços assistem a cena, que se desenvolve até a decisão de Ramiro em libertar Zé Bebelo. A decisão é, imediatamente, contestada por Hermógenes.

No julgamento quando decide abrir a boca para dizer algo, o professor Riobaldo delinea sua lição em três palavras: "falso, verdadeiro e inventado". Ele diz: "– Joca Ramiro quer esse homem vivo! Joca Ramiro quer este homem vivo! Joca Ramiro faz questão!... A que nem não sei como tive o repente de isso dizer - falso, verdadeiro, inventado..." (ROSA, 2019, p. 184).

Ou seja, Riobaldo ao rememorar suas palavras naquele momento, percebe que, elas saíram súbitas, de "repente", de modo que o seu "dizer", ele já não sabia se era "falso, verdadeiro e inventado". Trata-se, como sabemos de três formas de aproximação da realidade e três maneiras de lidar com o conhecimento e a consciência. O paradoxo poético e o fragmento intertextual compreendem uma ordem baseada na multiplicidade, que oscila entre o conteúdo (concomitantemente falso e verdadeiro) e a sua forma (sempre reinventada).

O professor Riobaldo põe na boca de Zé Bebelo os argumentos em que se exercitam as suas ideias sobre a incerteza: "Vim por ordem e por desordem. Este cá é meus exércitos" (ROSA, 2019, p. 70). Ao que parece, é a busca de uma "lógica do ilógico" e a crença nos domínios da incerteza, o que faz a aposta e intuição aparecerem aqui, como a única forma de se trabalhar na brecha aberta pelo indeterminado.

No espaço entre, não existe a possibilidade de adotar os conceitos, as categorias e as formas, intelectualmente, conhecidas e pré-estabelecidas de se analisar e conhecer uma realidade. Diante do indeterminado compreendido no limiar entre dois níveis de realidade, será preciso, portanto, adentrar o real como ele se apresenta, utilizando-se da aposta e da intuição como vias possíveis de apreensão do conhecimento desse indeterminado.

Essa poética da incerteza visa desconfiar da ordem, desencontrá-la, entender seu "Densenredo", título de um conto de *Tutameia* (1967), que indicava a sobreposição de sentenças prosaicas e poéticas como estratégia narrativa e visão de mundo. Segundo Olea (2006), quando Plotino, nas *Enéadas*, se refere ao método de Platão, cita a necessidade de uma "educação científica", propiciada pelos *Diálogos*. É provável que Rosa, fiel leitor de Plotino, tenha adotado o modelo dos *Diálogos platônicos* ao construir *Grande sertão: veredas*, como uma conversa inserida em situação de monólogo.

O professor Riobaldo definiu seu projeto poético, enquanto 'alegria em artes' e concluiu seu pensamento com uma conhecida definição platônica da dialética: "Tinham me dado em mão o brinquedo do mundo". Como Sócrates, o que Riobaldo parece querer é conflitar, ser "confrontante" em estratégia dialogante. Ele pede ao ouvinte/leitor a sua participação crítica, coautoria, tanto que diz a seu interlocutor: "no fim, o senhor me completa" (ROSA, 2019, p. 369).

## 5.

A incerteza, por fim, aparece sob a forma da ambiguidade. Está no fato da narrativa oscilar entre o fantástico e o metafísico, do personagem Diadorim atuar como "princípio geral da reversibilidade" (CANDIDO, 1971), de ser uma história de jagunços em que se reelabora um romance de cavalaria; uma história de amor dentro de uma narrativa de guerra, que ocorre "entre" os estados de Minas, Goiás e Bahia. No livro, segundo Candido (1971), há a impossibilidade de definir o que é e o que não é, se a esquerda é o lugar do mal e a direita do bem ou vice-versa. Coisas boas ocorrem à esquerda e coisas más à direita...

Há uma divisão teórica do mundo, mas tudo imediatamente se embaralha: Riobaldo é aclamado como libertário e o homem que acabou com a jaguagem no sertão, sendo ele mesmo um jagunço. O duplo, o paradoxo e o "deslizamento de sentido", tem em Diadorim seu símbolo máximo. Rosa elabora o jagunço como um drama ontológico. A incerteza/ambiguidade está na estrutura do romance, no enredo, nos personagens, na concepção metafísica e nos comentários marginais do narrador.

Em Riobaldo, duas humanidades se comunicam e se entrelaçam: o homem real e o imaginário/fantástico. Na batalha do Tamanduá-tão, ele vence sem sair do lugar; fica montado no cavalo, guerreira sem se mexer. O poder da vontade e o poder mágico (que adquiriu com o pacto) têm a capacidade de desviar balas.

## 6.

A postura intelectual de Riobaldo não está baseada no cartesianismo preconizado por René Descartes que, como se sabe, passou a organizar a estrutura e o pensamento científico nos séculos XIX e XX. Trata-se de uma postura disciplinar marcada pela simplificação, fragmentação e descontextualização. Tal postura organizou e direcionou o olhar científico, exclusivamente, para o que eram objetivo e racional, relegando, diminuindo ou desprezando aspectos como a emoção, a intuição e a sensibilidade.

Tal visão nos parece insuficiente para compreender a postura intelectual de Riobaldo. Ele não se satisfaz com o conhecimento isolado das "partes", meramente racional, desse modo, pode-se dizer que sua visão é mais complexa, holística ou sistêmica, já que busca a

capacidade de englobar e de relacionar os mais distintos saberes, desenvolvendo a criticidade e a pertinência.

Nesse sentido, pode-se pensar aqui a hipótese da transdisciplinaridade (NICOLESCU, 1999), que pode aqui, colaborar para a melhor compreensão do pensamento riobaldino, por representar a possibilidade de uma unidade do conhecimento e por almejar um saber comprometido com a vida. Aprender a conhecer é, para Nicolescu (2000, p.150), "ser capaz de estabelecer pontes entre os diversos saberes, entre esses saberes, seus significados e nossas capacidades interiores".

Nesse contexto, o papel da literatura, segundo Coelho (2000), é o de farol, situando-se como campo do saber, capaz de conduzir o indivíduo em tempos de "caos" e transição de paradigmas. A literatura já é uma prática complexa de integração entre linguagem, arte e pensamento, uma vez que os seres humanos, ainda, utilizam a palavra escrita, a imaginação e a leitura como mediadoras para a formação do pensamento.

Além disso, a literatura, – assim, como a Comunicação –, transita por saberes diversos, e pode servir como eixo organizador reflexivo. Percebe-se que Riobaldo passeia por saberes e áreas distintas (história, psicologia, botânica, geografia, filosofia, antropologia, teologia etc.), e que sua postura nunca se aproxima do racionalismo, no sentido da razão ser o único meio possível para se alcançar o verdadeiro conhecimento, mas que ele aproxima-se de um pensamento complexo, no sentido de religar e rejuntar os saberes.

A narração de Riobaldo reúne aquilo que Innerarity entende como sendo a função social da arte: a integração entre a multiplicidade dos saberes, a busca ética e a cosmovisão estética da vida. Para o filósofo espanhol, elas não podem seguir artificialmente separadas, devem, antes, reintroduzir o homem na complexidade do mundo. "O saber [artístico] ilumina e aclara a realidade, ao passo que coloca o homem em seu contexto vital" (INNERARITY, 1992, p. 63).

Em Riobaldo, a ética e a estética são disposições para a felicidade, a arte, a narrativa e a reflexão engajada, não podem ser independentes da moral nem deixarem de ser vistos como valores cognoscitivos. Ao que parece, para ele, o saber é, às vezes, uma tradição e, às vezes, uma renovação, mas na maioria dos casos são as duas ao mesmo tempo. Ao lidar com o resgate da memória, os saberes e a criação artística, a narração de Riobaldo permite vislumbrar situações, histórias, seres e mundos ideais só possíveis à imaginação humana.

Como se sabe, o entendimento da literatura como conhecimento e educação de grau e de qualidade insubstituível, é algo que faz parte da própria cosmovisão rosiana.

## 7.

A menção ao valor da instrução que Riobaldo faz constantemente ao homem da cidade, com quem conversa, aparece no texto com frequência. Que o ouve falar é feita por Riobaldo ao longo de todo o livro. "Mas, não diga que o senhor, assidado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia" (ROSA, 2019, p. 15).

Como Riobaldo é largamente conhecido, o apreço que Guimarães Rosa tinha pela educação e a instrução escolar, embora poucos trabalhos de pesquisa, nesse sentido, tenham sido desenvolvidos. Entre os muitos exemplos que poderiam ser citados, está o empenho do escritor na revisão do projeto para a criação do Instituto Rio Branco, em 1945, no Rio de Janeiro, como primeiro centro de formação para diplomatas do país, hoje reconhecido internacionalmente.

Outro exemplo está na promoção e criação de cátedras de Cultura Brasileira em universidades europeias e latino-americanas, durante os anos de 1950, por João Neves da Fontoura, Ministro das Relações Exteriores, de quem Rosa era chefe-de-gabinete. Na época, o Itamaraty decidiu enviar professores, escritores e intelectuais, para assumirem essas cátedras, como forma de divulgar a cultura e o pensamento do país.

Ao promover tais atividades educacionais, Rosa valorizava o espaço da educação como uma forma de colocar o pensamento, o estudo e a formação em uma dimensão, necessariamente, coletiva e plural. Bolle (2004), Starling (1999) e Roncari (2004), dizem cada um a seu modo, que *Grande sertão: veredas* é o livro de "formação nacional".

Para Heloísa Starling (1999, p. 18) é, "como se Guimarães Rosa desejasse indicar que continua truncada, na formação nacional brasileira, a oportunidade política da emancipação e o sentimento de comunidade". Para ela, a narrativa de Riobaldo não só torna alegóricos os problemas da formação do Brasil moderno, como acena com possibilidades esperançosas de superá-los.

Segundo Willi Bolle (2004, p. 17), o romance trata do "sério entrave para a plena emancipação do país" que é a "falta de diálogo social", ou seja: "A dificuldade da formação de uma cidadania para todos é expressa, também, através da forma de um texto difícil". Luiz Roncari (2004) vê na obra, uma visão de nossa formação político-social traçada a partir do "conservadorismo crítico", que propõe "a harmonização das forças contrárias, como modo de solução". No Brasil, não se superou a tensão e a contradição das formas de relações interpessoais e sociais.

Em longo estudo dedicado ao tema, Corpas (2008) observa a conjunção de cinco tipos de formação do Brasil que podem ser encontradas no livro: 1) Formação na medida do possível; 2) Formação na imaginação; 3) Formação pela harmonização conservadora; 4) Formação pelo diálogo entre classes; e, 5) Formação supressiva. Ela observa na trajetória de Riobaldo, marcas de uma "unificação infinitamente problemática" entre esses cinco tipos de formação, que se configuram nas sucessivas mudanças de condição e de posição do jagunço, que oscila entre movência e fixidez, metamorfose e repetição. "Ao longo de todo o relato, ele se faz outro, permanecendo o mesmo" (CORPAS, 2008, p. 286).

A postura intelectual, educacional e formativa de Riobaldo é amplamente complexa, difícil de compreender, por ser, a meu ver, transdisciplinar, pois requer primeiro, outra lógica, mais inclusiva, aberta, dialogante, incerta; por requerer uma visão que exige a necessidade de intensificar diálogos intercientíficos, das artes com as ciências, das engenharias com a imaginação, das matemáticas com a poesia, das geometrias com a pintura, e das imanências com a transcendência, por fim, daquilo que chamamos de realidade com aquilo que chamamos sonho, fantasia e imaginação.

Esse conjunto de questões, interesses, dúvidas e saberes mesclados apresentados, fazem de *Grande sertão: veredas*, um livro transdisciplinar, seja pela postura intelectual de Riobaldo diante a totalidade dos conhecimentos narrados, seja a postura literária do próprio Guimarães Rosa, que tinha uma formação que unia Medicina, Artes, estudo de línguas, Diplomacia, Teologia e Humanidades.

## REFERÊNCIAS

ARRIGUCCI JR., Davi. **O mundo misturado**: romance e experiência em Guimarães Rosa. *Novos estudos Cebrap*, no 40, p. 7-29, nov. 1994.

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Org. Willi Bolle. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018.

BOLLE, Willi. **Grandesertão.br**. São Paulo: Ed. 34; Duas Cidades, 2004.

CANDIDO, Antonio. "O homem dos avessos". In: **Tese e antítese: ensaios**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura: arte, conhecimento e vida**. São Paulo: Peirópolis, 2000.

CORPAS, Danielle. Grande sertão: veredas e a formação brasileira. **Revista da ANPOLL** (Impresso), v. 24, p. 261-288, 2008.

INNERARITY, Daniel. **Liberdad como passion**. Pamplona: Eunsa, 1992.

MICHAELIS. **Moderno dicionário** da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2014. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. Trad. Lúcia Pereira de Souza. São Paulo: Trion, 1999.

OLEA, Hector. **O professor Riobaldo**: um novo místico da poetagem. Cotia: São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.

RONCARI, Luiz. **O Brasil de Rosa**: mito e história no universo rosiano: o amor e o poder. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão: veredas**. 34<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Cia das Letras, 2019.

ROSA, João Guimarães. "A terceira margem do rio". In: **Primeiras estórias**. 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1962.

ROSA, João Guimarães. **Tutameia**. 1<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

ROSA, João Guimarães. **Estas estórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

STARLING, Heloísa. **Lembranças do Brasil**: teoria política, história e ficção em Grande sertão: veredas. Rio de Janeiro: Revam/UCAM/IUPERJ, 1999.



# PARTE IV

**DESAFIOS DA CIÊNCIA:  
POR UMA MODERNIDADE  
SUSTENTÁVEL**



## O CEARÁ QUATROCENTÃO

José Augusto Bezerra  
fevereiro de 2021

Contemplando o ano singular de 2019, em que o governo, a imprensa, as academias, os colégios e a sociedade deram destaque à simbólica data histórica dos quatrocentos anos de vida do Ceará, o **Colégio de Estudos Avançados – CEA, da Universidade Federal do Ceará - UFC**, presidido pelo eminente professor César Barreira, a par do estudo de outros temas viscerais para a nossa geração, promovidos pelo colegiado, decidiu, como não poderia deixar de ser, dar também a devida relevância ao memorável acontecimento. Providenciando, para o presente e para a posteridade, esse registro pormenorizado dos fatos, porquanto, tudo o mais nesta terra dele derivou-se, e cujo similar histórico só poderá ser comemorado daqui a cem anos, quando festejarmos os 500 anos (meio milênio de existência), da fundação da terra alencarina.

Em um dos meus pronunciamentos anteriores, fiz uma reflexão, que me acompanha até hoje, em que dizia:

*Não canso de procurar entender a alma dos primeiros colonizadores que chegaram ao Ceará, no longínquo início dos anos seiscentistas. Que força interior tinham esses bravos, que ideais sublimes e sonhos loucos puderam arrebatá-los da tranquilidade da corte, da possibilidade de uma boa vida em cidades prósperas, como a do Rio de Janeiro e trazê-los para cá, a fim de desafiarem o céu e a terra.*

*Terrenos pobres, esquecidos de Portugal e do mundo, inadequados para cultura. Sem cana de açúcar, sem café, sem ouro, sem pau brasil. Poucas provisões, um mar perigoso que engolia muitas embarcações e que não lhes permitia ir adiante por causa do vento e das correntes marítimas. Lutas cruéis com selvagens indomáveis e secas que devoravam tudo, inclusive, muitas vidas de adultos e crianças que por aqui chegaram.*

*As primeiras expedições fracassaram, mas outras e mais outras vieram e nesse solo que parecia nada ter a oferecer, surgiu uma das grandes metrópoles do mundo. E a maior lição que nos deixaram os primeiros que aqui chegaram, é a de que esta é uma terra que foi conquistada por heróis, que nunca aceitaram a palavra derrota e continuaram sempre em frente, até vencerem. Esse é o sentimento que nos legaram e que ainda hoje habita o espírito do povo cearense. Uma história feita de luta e superação.*

Podemos começar, imaginando como era o Ceará no início dos quatro séculos que se foram: praias virgens, espumas brancas, o agradável silêncio, a brisa, o sol e o céu azul, emoldurados por árvores tropicais, onde habitavam seus famosos pássaros coloridos, mencionados pelos raros flibusteiros que por aqui passaram, e que eram, por eles, tão disputados.

Tais coisas eram tão marcantes que Américo Vespúcio (1454-1512), ao ver este Brasil tropical, possivelmente na Bahia, disse mais ou menos assim: *Se houver em algum lugar da terra o paraíso perdido, não deve ser longe daqui*, conforme registrou Stefan Zweig, em seu livro *Brasil, o País do Futuro*. E o Ceará estava na mesma atual região brasileira que encantou o navegador florentino.

Mas, apesar daquelas belezas sublimes e de o Brasil ter sido descoberto, no ano de 1500, um século depois, essas ainda eram chamadas terras de ninguém.

A primeira expedição exploratória do Ceará, em 1603, foi comandada por Pero Coelho de Sousa (Açores - fins séc. XVI - Lisboa, meados séc. XVII). Tendo ela expulsado os franceses, em 1604, do seu enclave na Serra da Ibiapaba, iniciaram sua marcha para o

Maranhão, onde se dizia existir muito ouro, mas, ao chegarem ao rio Punaaré (hoje, Paraíba), seus homens não quiseram seguir adiante. *Haviam travado batalhas sangrentas e após seis meses de guerra, sem se poderem mais sustentar, voltaram todos para o Ceará, conforme disse Martim Soares Moreno, em sua autobiografia.*

Diz o historiador Raimundo Girão, sobre Pero Coelho, na *Pequena História do Ceará* (Fortaleza, 1962, p. 43): *"doeu-lhe ver, que a maioria dos seus homens se recusava a continuar a empresa, fato que o obrigou a retornar, fixando-se no Siará, ponto que julgou conveniente para instalar a sede de suas atividades na exploração das terras conquistadas. Batizou de Nova Lisboa, a sonhada capital e a região foi chamada de "Nova Lusitânia".*

Ali, Pero Coelho deixou por capitão Simão Nunes, com 45 soldados e partiu para Paraíba, de onde tencionava trazer auxílio. Na sua ausência, Simão Nunes fundou um fortim, em 25 de julho de 1604, a que deu o nome de São Tiago.

- Relata Girão (1962, p. 43): *"tão frágil esse reduto, que alguns historiadores, por exemplo, Antônio Bezerra, nega ter existido, fato hoje fora de dúvida".*

Pero Coelho, entretanto, tardou um ano e meio para voltar e ainda assim sem a ajuda e o socorro prometidos, informando apenas que eles logo viriam enviados pelo governador Diogo Botelho. Mas, após certo tempo, como a ajuda não chegava, os seus, em meio a dificuldades de toda ordem, estavam desesperados e os índios, outrora seus amigos, ficaram em revolta por causa das condutas hostis e desumanas de Pero Coelho para com eles.

As palavras de Martim Soares Moreno, em sua autobiografia, explicam os motivos e a tristeza dos membros da expedição por aqueles acontecimentos: *"Aí houve muitos desasossegos nos índios por algumas sem razões que lhe fizeram; assim foi forçoso despovoar-se aquele sítio, donde já fora feito uma cidade".*

De forma desoladora, convenceram-se os portugueses da necessidade urgente de retirada para o Rio Grande, via Jaguaribe, e nesse miserável retorno, após vários desencontros entre Pero Coelho e os seus, viu-se ele abandonado por quase todos e caminhando a pé, numa retirada de fome e de sede, pelas areias salinosas do Rio Grande, com perdas dramáticas, inclusive, a do seu filho mais velho, que morreu de inanição em seus braços, em meio à seca cruel (a primeira reportada no Nordeste brasileiro).

Tem-se como principal realização dessa entrada de Pero Coelho, haver se expulsado os franceses da Ibiapaba, embora tenha de lá saído às pressas, mas, creio que a glória maior dela, foi haver trazido entre os seus soldados um garoto com dezessete anos, Martim Soares Moreno. O único que se tornou amigo dos índios e que não tinha ambições de lucros.

Se colocarmos numa linha do tempo, os acontecimentos e as comemorações desta efeméride do ano de 2019 poderia iniciar pelos contatos do Prof. Dr. José Antônio Falcão, Presidente da Real Academia de Arqueologia Lusitana, ligado a UNESCO, um dos respeitáveis intelectuais da Europa e eminente estudioso da vida de Martim Soares Moreno, que contactou com pesquisadores brasileiros, incluindo o autor deste texto. Aventava a possibilidade de se fazer uma homenagem binacional, Brasil e Portugal, ao mencionado Martim, lendário guerreiro dos dois mundos e fundador do Ceará, especialmente, para rememorar a Carta Régia, de 26 de maio de 1619, do Rei Felipe II, de Portugal (1578-1621), que reconhecia a tomada de posse da Capitania cearense e a liderança de Martim, ao nomeá-lo seu primeiro Capitão-Mor, sob as expensas da Coroa Portuguesa.

O Rei Felipe II de Portugal, pela Carta Régia, reconhecia os feitos heroicos de Martim Soares Moreno, sobretudo o de haver tomado posse da Capitania do Ceará para Portugal, com a construção do Forte de São Sebastião, em 1612. Entrementes, também, demonstrava que a construção do forte por si só, não se tornara um fato consumado. Foi necessário

certo tempo para se comprovar que não era apenas mais uma aventura frustrada, como a do Fortim de São Tiago, erigido por Simão Nunes, em 1604, aliás, no mesmo local em que fora feito o de São Sebastião.

O período de sete anos decorrido, desde a construção do Forte de São Sebastião, em 1612, assegurou a Portugal que a posse da Capitania estava consolidada e a outorga da Carta Régia, em 26 de maio de 1619, representava uma decisão oficial. Colocava o Ceará sob o manto da Coroa Portuguesa e lhe designava um dirigente, por ela mantido.

Então, o ano de 1619, passou a ser o número um da fundação do Ceará, de fato e de direito.

Embora não tenha importância para o nosso tema, se Martim Soares Moreno, foi o primeiro ou o segundo capitão-mor do Ceará, mas em busca da verdade histórica e a guisa de esclarecimento, antes de continuar o relato, e antes que outros falem da primazia de Pero Coelho de Souza, como tendo sido o primeiro capitão-mor do Ceará, explicar-lhes-ei o seguinte: Pero Coelho de Souza era figura corajosa e ambicionava ganhos financeiros, pois sua expedição fora custeada por ele próprio, sem ajuda da Coroa Portuguesa. Após grandes perdas, em aventura anterior, na qual se associara ao cunhado, Francisco Frutuoso Barbosa, na tentativa de colonizar a Paraíba, agora precisava recuperar os prejuízos e estava embriagado pelos sonhos de um Éden chamado Ibiapaba, que Bouchamp chamou de Eldorado e pelas riquezas infinitas, incluindo a sede de ouro, que se pensava existir, no Maranhão, conforme diz o historiador João Brígido, sobre o tema: "*Há 300 Anos, Pero Coelho de Souza*, inserido na monumental obra "*Comemorando o Tricentenário da Vinda dos Primeiros Portugueses ao Ceará*", a qual contém uma coleção de inéditos trabalhos sobre temas diferentes, produzidos por quinze dos maiores historiadores da nossa terra, à época (Ceará, 1903 - pág. 39), e, na mesma página, ainda esclarece: - que o Governador *Diogo Botelho permitira a Pero Coelho fazer a entrada dando-lhe a costumada carta-patente, com a autoridade de capitão-mor das terras que conquistasse*".

Como nada conquistou, concretamente, nessa empreitada, infelizmente, o título desse homem audaz fica restrito ao de capitão-mor da entrada ou bandeira pioneira de 1603. Não capitão-mor do Ceará, que ainda não fora conquistado e nem fundado.

Sobre isso, observe-se Raimundo Girão (*Pequena História do Ceará*, 1962, p.40): "*Feita à proposta, ao Governador Geral do Brasil, Diogo Coelho, por este e seus conselheiros foi aceito: se fizesse uma jornada ao Maranhão (o grifo é nosso), e por terra se mandasse encarregado dela Pero Coelho, sem despesa alguma do Governo. Munido do competente regimento e com o título de Capitão-Mor, para melhor assegurar a obediência dos súditos...*"

Em razão dessa informação, depreende-se que o objetivo era o Maranhão, o regimento mencionado são as normas de conduta, o título de capitão-mor era para melhor assegurar a obediência dos comandados e que a Coroa Portuguesa não assumiria despesas com essa bandeira ou entrada.

Penosamente, para Pero Coelho, porém, tudo foi um grande pesadelo, porquanto, após os prejuízos anteriores com o cunhado Francisco Frutuoso Barbosa, teve privações e danos maiores nessa segunda tentativa. Além das suas posses, perdeu, também, o filho e foi muito desconsiderado pelos historiadores, podendo-se observar que o Barão de Studart (1856-1938, p. 55), na mesma riquíssima e raríssima obra, sobre o Tricentenário, diz que: o documento mais antigo existente sobre a história do Ceará era a carta do Padre Luiz Figueira (1574-1643), que lhe fora encaminhada pelo jesuíta Van Meurs, com a descrição da viagem de Figueira feita ao Ceará. Nela, mostra um diálogo entre o Padre Figueira e o índio Cobra Azul, em que fica patente o modo cruel com que Pero Coelho tratava os Índios. Continuando, na mesma obra, o Barão de Studart (1856-1938, p. 56), dá outros testemunhos: menciona o douto autor da história do Brasil, historiador Frei Vicente de Salvador

(1564-1636), o qual disse que o Pero Coelho dera preferência a Serra da Ibiapaba pelo fato de ser a mais povoada de índios para serem aprisionados e vendidos, como gado humano, que era um negócio lucrativo. Frei Vicente de Salvador, ainda, trouxe uma informação muito negativa sobre Pero Coelho, ao afirmar que o governador não lhe enviara a ajuda prometida por ter tomado conhecimento da captura injusta que ele fazia de índios e preferia reduzi-los pela pregação dos padres da Companhia, que procuravam conquistá-los pela paz e conciliação. Assim, também, Bernardo Pereira de Berredo, autor dos *Anais Históricos do Maranhão*, que vincula as atrocidades posteriores dos índios contra os portugueses a uma revanche das fatídicas lembranças deixadas pelo capitão-mor na expedição de 1603. Talvez, quisesse associar tais lembranças à morte, pelos índios, do missionário Francisco Pinto (1552-1608), durante a evangelização indígena na Chapada da Ibiapaba. Apenas o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen o defende e procura imputar seus problemas a tal de João Soromenho, que desviara a ajuda que o governador Diogo Botelho enviara para Pero Coelho, mas, mesmo assim, Varnhagen chama Martim Soares Moreno de *o fundador do Ceará*. O próprio Barão de Studart, de forma atenuada, diz que Varnhagen não tinha razão na defesa do Pero Coelho. Modernamente, entretanto, o julgamento não é mais tão contundente sobre as atitudes de Coelho. Considera-se que, embora agisse brutalmente, de certa forma, trabalhava dentro de costumes, um tanto selvagens, da época.

Faço esses reparos para poder chamar Martim Soares Moreno de o primeiro capitão-mor do Ceará. Pero Coelho foi um desbravador e trabalhou, obstinadamente, mas fracassou, tanto no seu intento maior, de chegar ao Maranhão, quanto no de fundar um povoado no Ceará. Ademais, reitero que só após ter sido fundado, o Ceará poderia ter um capitão-mor e o fundador do Ceará, como é aceito plenamente, foi Martim Soares Moreno.

Após esse parêntese esclarecedor e continuando as informações anteriores sobre as festividades do ano de 2019, diríamos que entre os contatados, estava o Presidente do Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico, Lúcio Alcântara, que viajou a Portugal e após visitar, juntamente com o Doutor José António Falcão, a cidade de Santiago de Cacém, presumido local de nascimento de Martim Soares Moreno, e as autoridades representativas da cidade, acertaram que o Instituto do Ceará abriria as comemorações oficiais referentes aos quatrocentos anos do Ceará, pela Carta Régia de 26-05-1619, e Portugal finalizaria as festividades, na Cidade de Santiago de Cacém. E assim foi feito, no dia 04-3-2019, 132º aniversário do Instituto do Ceará, em concorrida solenidade comemorativa, com grande participação da sociedade, incluindo as presenças do governador do Ceará quatrocentão, Camilo Santana e do então presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, José Sarto, o confrade José Augusto Bezerra, ex-presidente da entidade aniversariante, por designação do Presidente Lúcio Alcântara, falou em nome do Instituto do Ceará. Traçou um paralelo imaginário entre o fundador do Ceará, Martim Soares Moreno, exaltando sua figura única, visionária, corajosa e mítica, e tomando a liberdade de compará-lo, em certos aspectos, ao patriarca da nossa história, o escritor, médico e humanista Barão de Studart, um dos fundadores do Instituto do Ceará. Procurou demonstrar, primeiramente, que Martim foi um caso de amor à primeira vista com esta terra. Aprendeu, como ninguém, a língua e a cultura dos índios. Soube infiltrar-se no meio deles e conquistá-los. Tornou-se a alma dos primeiros habitantes que aqui vieram para fazer deste o seu lugar e nele viver ou morrer. Após construir em 1612, o Forte de São Sebastião, na Barra do Ceará, tido como a posse material da capitania para a Coroa Portuguesa, ainda era necessário a aceitação e o reconhecimento de direito daquela conquista pelo dono da terra, Portugal. Após a construção do forte e de ser um dos líderes da expulsão dos franceses do Maranhão, recebe, em 26 de maio de 1619, ou seja, há quatrocentos anos, uma Carta Régia do Rei Felipe II, de Portugal, nomeando-o capitão-mor da Capitania do Ceará. Era a consagração! Só agora era de fato e de direito, o fundador do Ceará! Após esse reconhecimento, ainda foram tantos os seus atos de bravura que, com justiça, teve seu nome inscrito no panteão

dos heróis da Pátria brasileira, pois embora sendo Português de nascimento, amou e defendeu nossa região e a soberania do Brasil com tal empenho, dedicação e coragem que a epopeia de sua vida o transformou em patrimônio da nossa Nação.

Compreendemos, portanto, surpresos, que todos nós somos o resultado dos sacrifícios, lutas e glórias daqueles primeiros homens, cujas almas, feitas de argila e de aço, eram mais fortes que as forças do destino.

A Carta Régia mencionada põe em evidência a figura lendária do guerreiro branco fundador do Ceará, iniciador do Maranhão e herói nas lutas pela manutenção da unidade nacional, Martim Soares Moreno.

Pelo livro *A Jornada do Maranhão*, 1614, de Diogo de Campos Moreno, tio de Martim, e primeira obra a falar sobre a conquista do Ceará, são dito que Diogo mandara o menino Martim com a missão de entender a língua e os costumes dos silvícolas. E aprendera Martim essas coisas com perfeição. Após a fatídica expedição mencionada, de Pero Coelho, o governador Diogo de Menezes designara Martim Soares Moreno como Tenente da Fortaleza do Rio Grande, hoje, o Forte dos Reis Magos. Estando ele lá, durante muitas noites solitárias, planejou em seus devaneios a tomada pacífica de toda a região do Ceará, num feito quase impossível: um homem, sozinho, fazer o que Portugal não conseguira, com todo o seu poderio.

Intuíra que, só com a amizade e o apoio dos índios, alguém poderia ter êxito naquela incrível jornada. Ainda morando no Rio Grande (do Norte), visitou, por três vezes, em Jaguaribe, Ceará, o importante chefe indígena Jacaúna, com quem fizera boas relações na primeira expedição de Pero Coelho. Consolidou uma amizade tão sincera, que Jacaúna o chamava de filho e os membros de muitas tribos o amavam. Convenceu Jacaúna a mandar com ele o próprio filho, para visitar o governador Diogo Menezes, a fim de pedir ajuda para tornarem-se cristãos.

O governador ficou tão impressionado com a façanha, que os mandou de volta, no ano de 1611, acompanhados do padre Baltazar e de seis soldados, além da autorização para fazer acordos com outros indígenas, a fim de também chegar ao alvo final da Coroa Portuguesa, que era o Maranhão, pois lá estavam assentados os franceses, com mais de mil homens, instalando a França Equinocial.

Decerto, foi uma tarefa difícil para Martim pacificar os índios locais mais rebeldes, ainda, revoltados com a missão anterior de Pero Coelho, bem como repelir os ataques de aventureiros. Na *Relação do Siará*, escrita por Martim Soares Moreno, ele fala das dificuldades, mostrando sua coragem e espírito aguerrido, quando liderando os indígenas degolou, nesse mesmo ano, mais de 200 piratas, franceses e flamengos. Para consegui-lo, liderava os nativos como se fora um deles e textualmente diz:

*“– Me despia nu e raspava a barba, tingido de negro, com um arco e flechas, ajudando-me dos índios, falando-lhes de contínuo a sua língua e incitando-lhes para o que já sabiam bem fazer”.*

Com a ajuda dos índios, levantou, em 20 de janeiro de 1612, o Forte de São Sebastião, uma paliçada com 14 metros de frente e 20 metros de fundo, tendo uma pequena ermida de taipa, ao lado, sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, para batizarem e doutrinarem os ditos índios. Tudo feito no mesmo local em que a expedição de Pero Coelho, anteriormente, alevantara o desafortunado Fortim de São Tiago.

Considerando-se o fervor da fé cristã, à época, deve ter escolhido o mesmo local, para provar que, pacificamente, transformando os índios em cristãos, poderia contar com o apoio de Deus, a boa vontade da Coroa Portuguesa e a obediência dos gentios, no senti-

do de manter a conquista, de forma harmônica e permanente. E enquanto foi vivo, nunca houve uma revolta de índios contra Martim.

Seu fiel amigo Jacaúna, para dar solidez ao fato, veio alojar-se, apenas, a meia légua do forte, com toda a sua aldeia indígena.

E, nas palavras do escritor Afrânio Peixoto, *estava fundado o Siará*.

Continuando, o orador argumentou que muitos vieram complementando a obra de Martim, fazendo com que o povo, que veio habitar àquela terra, tenha-se elevado tanto, espiritualmente, que transformou sua saga histórica numa lenda, pela pena de José de Alencar.

Elegeu, entre os muitos sábios e pesquisadores do passado, a figura do Barão de Studart para representar a todos, e para homenageá-lo tomou a fundação do Instituto do Ceará, em 1887, como um marco da nossa evolução histórica e literária. Contextualizou o que deve ter sido aquele momento inicial do Instituto, colocando-o dentro da imagem da própria capital do Ceará Grande, Fortaleza, que vestia o encanto de uma ainda pequena, mas bela cidade, cortada pelo rio Pajeú, povoando imaginações como a do poeta boêmio Paula Ney, que a chamava de loura desposada do sol.

Os luares iluminavam as suas noites, perolizadas, aqui e ali, pela luz pálida dos combustores de gás. Coisas tais, que dão um toque de saudade e magia nas mentes dos pesquisadores, que só podem recriá-las na imaginação.

Vinte e seis mil habitantes, com suas casas e sobrados derramados ao longo de pouco mais de quarenta ruas, tinham um orgulhoso serviço de bondes puxados a burros, da *Ferro-Carril*, uma vida cheia de sonhos e também de agitação, influenciada pelas novidades estrangeiras, pois o período áureo de exportação do algodão cearense levava-os a ingressar na *belle époque*, fase extraordinária da vida científica e intelectual europeia, entre os anos de 1871 e 1914, que promoveu uma revolução no mundo social, político e econômico mundial. Fortaleza, igualmente, expandiu-se e modernizou-se nos padrões das metrópoles europeias, especialmente, nos ares estéticos e comportamentais franceses. Tornou-se urbana e glamorosa, com telégrafos, telefones, praças e cafés. O Passeio Público, com árvores coloridas e visão do mar, transformou-se no local de encontro da alta sociedade.

A cultura acompanhou o esplendor daqueles momentos históricos. José de Alencar era famoso em todo o Brasil. No Clube Literário de Fortaleza abrigavam-se personagens como Rodolpho Théophile, Farias Brito, Justiniano de Serpa, Juvenal Galeno e Francisca Clotilde. A revista *A Quinzena* e o jornal *O Libertador* eram pomos de sabedoria e talento. A própria libertação pioneira dos escravos, no estado, em 1884, foi, em grande parte, fruto dos intelectuais, classe formadora de opinião.

Ilustres nomes de projeção nacional homenagearam o feito, como José do Patrocínio (1853-1905), que chamou o Ceará de *Terra da Luz*, pelo efeito moral de existir uma província livre no País, e Joaquim Nabuco (1849-1910), que escreveu o livro *Abolição*, em 1888, dedicando-o ao Ceará.

Concluindo, o tribuno em nome do Instituto do Ceará e perante as mais altas autoridades do estado presentes, declarou abertas as comemorações dos quatrocentos anos do Ceará, pela Carta Régia da Coroa Portuguesa, de 26 de maio de 1619, que oficialmente reconhecia que a Capitania estava fundada, ao lhe nomear um capitão-mor.

Em decorrência, a Assembleia Legislativa do Ceará, em sessão solene do dia 28/05/2019, presidida pelo Exmo. Sr. deputado Romeu Aldigheri, autor da propositura, sancionada pelo governador Camilo Santana, que determinou **o dia 26 de maio** como **o dia Martim Soares Moreno**, unanimemente, reconhecido como o fundador do Ceará. O mesmo deputado foi, também, autor da proposta de realização da sessão, para que a socie-

dade e as entidades formadoras de opinião da nossa terra pudessem celebrar a data histórica. A vice-consul de Portugal, Dra. Ana Cristina Pedroso, presente à reunião, representou a internacionalidade do evento. A Dra. Cristina, inclusive, deu valiosa contribuição ao ano Martim Soares Moreno, ao conseguir, com o seu prestígio em Portugal, cópia do original da Carta Régia, em foco naquela noitada, obtida no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Portugal.

Entre outras festividades que se seguiram, durante todo o ano de 2019, podemos destacar: solenidade promovida pela Academia Fortalezense de Letras, tendo à frente seu presidente, Seridião Montenegro e sua ex-presidente, Fernanda Quinderé, que, em conjunto com a Organização Farias Brito, promoveram, em 2019, o importante encontro anual, nominado Literar, no qual a abertura foi uma palestra para a sociedade e os estudantes, amplamente divulgada, sobre os quatrocentos anos do Ceará, feita pelo escritor e bibliófilo José Augusto Bezerra, especialmente convidado. Entre outras personalidades, dela participaram a Academia Cearense de Letras, por sua presidente, Angela Gutierrez, a Associação Brasileira de Bibliófilos, representada por sua diretora cultural, Regina Fiuza e muitas outras entidades culturais, no auditório Nadir Saboya, completamente tomado.

O Consulado Português e a Câmara Brasil-Portugal refizeram, nesse ano de 2019, o trajeto da viagem de Martim Soares Moreno na expedição ao Maranhão, feita em 1613. Produziram um libreto sobre o assunto e deram várias palestras sobre o tema, numa valiosa contribuição à memória do nosso herói. Registre-se, que a escritora e Acadêmica das Academias Cearense de Letras e Fortalezense de Letras, Beatriz Alcântara, foi a primeira recebedora, há anos, do Troféu Martim Soares Moreno, criado pela Câmara Brasil-Portugal, para homenagear pessoas que serviram aos dois países.

A gloriosa 10<sup>a</sup> Região Militar (10<sup>a</sup> RM) - Região Martim Soares Moreno, que está encravada no local onde nasceu a cidade de Fortaleza, porquanto as primeiras tentativas não tiveram continuidade, promoveu palestras e solenidades, produziu painéis, mapas e, finalmente, criou a bela medalha "*Martim Soares Moreno – 1º Capitão-Mor do Ceará*", além de participar de todos os eventos promovidos por outras entidades. Na viagem de encerramento das homenagens, ocorrida em Portugal, a 10<sup>a</sup> RM esteve representada pelo general Júlio Lima Verde, hoje presidente do Instituto do Ceará, Histórico, Geográfico e Antropológico que coordenou todos os detalhes logísticos dos membros da caravana que viajou para a cidade de Santiago de Cacém.

A imprensa, notadamente, por ícones do jornalismo cearense, como Lúcio Brasileiro, Pádua Lopes, Vicente Alencar e Reginaldo Vasconcelos, divulgaram e promoveram a memorável data secular.

A conclusão desse ano de festividades ocorreu, conforme planejado, na encantadora cidade de Santiago de Cacém, também, conhecida como *A Mítica*. O governador do Estado do Ceará, Camilo Santana, representado pelo ex-governador Lúcio Alcântara e o prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, representado pela Dr<sup>a</sup> Patrícia Macedo, também, se fizeram presentes ao encontro final, juntamente com o General Júlio Lima Verde, o bibliófilo José Augusto Bezerra, o genealogista Geová Lemos Cavalcante e outros convidados. Ocorreu entre 5 e 12 de novembro de 2019, na cidade de Santiago de Cacém, onde nasceu o fundador do Ceará, Martim Soares Moreno, um herói em vida e um mito depois da morte. Nela, se firmaram acordos literários e ocorreram importantes recepções, solenidades, discursos e visitas a locais históricos. Tudo concluído dentro do protocolo, com o descerramento de belíssima placa feita em um mármore especial, na qual estava encravada a figura de Martins Soares Moreno, com uma introdução que dizia: "*Ao Fundador do Ceará, Martins Soares Moreno, natural de Santiago de Cacém, no quarto centenário da sua nomeação como Capitão Mor do Ceará (1619-2019)*".

E terminava com as palavras que Martim pronunciou ao encontrar a virgem dos lábios de mel, no romance *Iracema*, quando falou:

“Meu nome é Martim, que na tua língua quer dizer filho de guerreiro; meu sangue, o do grande povo que primeiro viu as terras de tua pátria”.

Jose de Alencar, *Iracema* (1865)



Muito se poderia dizer de Martim Soares Moreno, mas basta lembrar que numa das últimas batalhas com corsários franceses, pouco antes do recebimento da Carta Régia, em apreço, recebeu 23 ferimentos sérios, uma terrível cutilada no rosto e ficou mutilado da mão esquerda. Martim foi preso em Dieppe, na França, como perigoso inimigo e condenado à morte, mas, após terrível cativeiro de dez meses, foi salvo pela intervenção da Espanha, que, à época, governava Portugal.

Seria valioso, também falar sobre outros fatos da vida de Martim Soares Moreno, como a sua administração e a sua luta contra os franceses, no Maranhão, e os holandeses, em Pernambuco. Mas essas coisas estão fora do tema *O Ceará Quatrocentão*.

Isso tudo lhes contei para que saibam o que esteve por trás dessa, aparentemente comum Carta Régia, a qual, para muitos, é apenas uma simples folha de papel.

É, de fato, uma folha de papel, e foi a fundação do Ceará. É, realmente, uma folha de papel e foi uma vida de esforços, bravura, feridas, mutilações, e até de invalidez, doada ao Brasil e ao Ceará.

Muito gostaria, também, de falar sobre a lenda em que se transformou Martim Soares Moreno, mas ela está séculos além do tema que estamos tangenciando, mas não se pode deixar de registrar que esse garoto, que aqui chegou aos dezessete anos, amou e foi amado pela mais bela filha de Tupã, Iracema, e que na essência da lenda tiveram uma existência de sonhos, lutas e desafios, deixando um filho que daria início a uma nova raça chamada de brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Álvaro Gurgel de. **Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Ceará**. Fortaleza: Louis C. Cholowiecki, 1903. 2. ed. Fortaleza: Tip. Minerva, 1939.
- AMORA, Manuel Albano. **Crônicas da província do Ceará**. Fortaleza: Imp. Universitária da UFC, 1990. (Coleção Alagadiço novo, 24).
- ARARIPE, Tristão de Alencar. **História da província do Ceará**. Fortaleza: Tip. Gadelha, 1958. (1. ed. 1867).
- BARROSO, Natalício. **Martim Soares Moreno**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.
- BEZERRA, Antonio, 1841-1921, **O Ceará e os cearenses**. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.
- BEZERRA, Antonio. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1918.
- BEZERRA, Antonio. **Notas de viagem: parte norte**. Fortaleza: Typ. Economica, 1889.
- BRAGA, Renato. **História da Comissão Científica de Exploração**. Fortaleza: Imp. Universitária, s.d. 406 p.
- BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa, (1852-1929), org. **O Ceará no Centenário da Independência do Brasil**. Fortaleza: Minerva, 1922. v.1; v. 2(1926).
- BRASIL (org). **O Ceará no começo do século XX**. Fortaleza: Typo-Lithographia a vapor, 1909.
- BRÍGIDO, João (... dos Santos, 1829-1921). **Ephemerides do Ceará**; contendo memória sobre o povoamento da região e estudo sobre o litoral. Fortaleza: Studart, 1900.
- BRÍGIDO, João (... dos Santos, 1829-1921). **Resumo chronologico para a história do Ceará**. Fortaleza: Brasileira, 1887.
- CÂMARA, José Aurélio Saraiva (Org.). **Correspondência do Senador Pompeo**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1960. Coleção História e Cultura. v. 3.
- CATUNDA, Joaquim. **História do Ceará**. Fortaleza: Gadelha, 1919. 149 p.
- CAVALCANTI, José Pompeu de A. **Chorographia da Provincia do Ceará**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.
- CRUZ FILHO, José. **História do Ceará: resumo didático**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1931.
- FIGUEIRA, Pe. Luis. A Relação do Maranhão, 1608, pelo jesuíta Padre Luiz Figueira enviada a Cláudio Aquaviva. **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, T.17, p.97-140, 1903.
- GIRÃO, Raimundo. **1900-1988. História Econômica do Ceará**. Fortaleza: Ed. Instituto do Ceará, 1947. 460 p. (Coleção do Instituto do Ceará).

GIRÃO, Raimundo. **Pequena História do Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1962.

FREIRE, António de Abreu, **O Roteiro de Martim Soares Moreno na Guerra da Restauração do Brasil**. Lisboa: Debat Evolution, 2013.

KOSTER, Henry, 1793-1820. **Travels in Brazil**. London: Longman, Hurst, Rees, Orme And Brown, Paternoster-row, 1816.

LEITE, Serafim. **1890-1969. História da Companhia de Jesus no Brasil**. Lisboa; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Liv. Portugália, 1938-1950. 10 v.

MARÇAL, Heitor. **Martim Soares Moreno: o guerreiro branco de Iracema**. Rio de Janeiro: Ed. Vecchi, 1943.

MENDES, Candido... de Almeida, 1818-1881. **Memórias para a história do extinto estado do Maranhão cujo território compreende hoje as províncias do Maranhão, Piauí, Grão-Pará e Amazonas, coligidas e anotadas por...** Rio de Janeiro: Typ. do commercio, : de Brito e Braga,, 1860-74.. MORENO, Diogo de Campos, 1566-1617. Livro que dá razão do estado do Brasil – 1612. Recife: Arquivo público estadual, 1955 [i.e. 1958].

MENDES, Candido... de Almeida. **Jornada do Maranhão: por ordem de Sua Majestade feita o ano de 1614**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

PEIXOTO, Afrânio. **Martim Soares Moreno, fundador do Seara, iniciador do Maranhão e do Pará, herói da restauração do Brasil, contra franceses e holandeses**. Portugal: Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1940.

POMPEU, Thomaz de Sousa Brasil. Senador, 1818-1877. **Compêndio elementar de geografia geral e especial do Brasil**. Rio de Janeiro: Brandão e Irmãos, 1864.

POMPEU, Thomaz de Sousa Brasil. **Ensaio estatístico da província do Ceará**. Fortaleza: Typ. de B. de Matos, 1863-1864. 2 t.

POMPEU, Valter. **Ceará Colônia**. Fortaleza: Typ. Urania, 1929.

**REVISTA do Instituto do Ceará: (Histórico, Geográfico e Antropológico)**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1887 – 2020, v. 1 – 133.

SILVA, Rafael Ricarte da. A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720). 2016. 264f. – **Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História Social, Fortaleza (CE)**, 2016.

STUDART FILHO, Carlos. A Revolução de 1817 no Ceará & outros estudos. Fortaleza, 1961. (Coleção História e cultura, n. 4)

STUDART FILHO, Carlos. **Estudos de história seiscentista**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1959.

STUDART FILHO, Carlos. **O antigo estado do Maranhão e suas capitanias feudais**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

STUDART, Guilherme, Barão de. **1856-1938. Datas e fatos para a história do Ceará:** Ceará colônia. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. v.1.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Datas e fatos para a história do Ceará:** Ceará província. Fortaleza: Typ. Studart, 1896. v.2.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Documento para a biografia do fundador do Ceará. Fortaleza:** Typ. Studart, 1905.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Dicionário Bibliográfico Cearense.** Fortaleza: Tip. Studart, 1910-1915. 3 v.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Documentos para a história do Brasil e especialmente do Ceará.** Fortaleza: Tip. Studart, 1904. v.1.

STUDART, Guilherme, Barão de. Martim Soares Moreno, o fundador do Ceará. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza: Tip. Minerva, 1905.

STUDART, Guilherme, Barão de. **Notas para a história do Ceará.** Lisboa: Tip. do Recreio, 1892. 507 p.

THÉBERGE, Pedro, 1811-1864. **Esboço histórico sobre a província do Ceará.** Fortaleza: Typ. Brasileira, 1869-1895. 3 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. **História geral do Brasil, isto é, do descobrimento, colonização, legislação e desenvolvimento deste estado, hoje império independente, escrita em presença de muitos documentos autênticos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda.** Por um sócio do Instituto Histórico do Brasil, natural de Sorocaba. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1854. T.1.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, 1816-1878. **História geral do Brasil, isto é, colonização, legislação, desenvolvimento, e do império, escrita em presença de muitos documentos inéditos recolhidos nos arquivos do Brasil, de Portugal, da Espanha e da Holanda, e dedicada a sua majestade imperial o senhor D. Pedro II.** Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert. Madrid: Imprensa de J. del Rio, 1857. T. 2.

VICENTE, do Salvador, Frei, 1564-1639?. História do **Brasil:** 1500-1627. 4. ed. rev. por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. São Paulo: Melhoramentos, 1954.

Minha exposição fundamenta-se em um percurso de pesquisa, na área de sociologia urbana que originou algumas publicações e trabalhos apresentados em congressos e seminários. O presente texto constitui um extrato dessas reflexões, organizadas em torno dos desafios da convivência coletiva na cidade, tratando mais especificamente de Fortaleza<sup>69</sup>.

Inicialmente, é importante considerar que as cidades acolhem parte significativa das interações sociais, constituindo o modelo de uma experiência complexa com efeitos impactantes sobre as interações sociais. A título de exemplo, registra-se que 34% da população da América Latina moram em ambientes urbanos, com mais de um milhão de habitantes<sup>70</sup>.

A situação de preponderante urbanidade suscita os seguintes desafios: quais as condições de assegurar uma vida em comum na cidade? As formas efetivas de convivência que experimentamos, atualmente, são compatíveis com qual sentido de espaço público? O professor Ricardo Bezerra<sup>71</sup> lembrava que um dos significados originais da palavra urbano se refere a afável, civilizado, cortês. É possível, também, associar o urbano ao tema do pertencimento à cidade. Em síntese, é importante destacar a relação intrínseca entre ser morador da urbe e portador de formas de comportamento, que são típicas de uma condição espacial e histórica.

A sociabilidade urbana pode ser concebida observando-se o modo como as pessoas, efetivamente, se encontram no ambiente em que moram e expressam, nessa condição, distintas maneiras de comunicação. O conceito de sociabilidade trabalhado por Simmel (1998; 2006), traz aportes originais à análise do comportamento de moradores na cidade, atentando para os sentimentos e suas expressões no âmbito macro e micro das relações sociais.

O estudioso da vida urbana analisou as possibilidades de convivência do cidadão, criando a expressão *atitude blasé*, para caracterizar o indivíduo protegido dos inúmeros estímulos que a cidade o provocava. O termo *blasé*, concernente às atitudes do morador citadino, atenta para a especificidade das interações sociais em uma escala ampla de convivência, em oposição ao mundo rural. A intensidade de contatos, na cidade, torna necessária a relativa indiferença do morador urbano, ao mesmo tempo em que aumenta as condições de troca e cortesia. As regras explicitadas nas expressões de proximidade e distância, também, presentes na vida cotidiana, exemplificam os rituais de convivência na cidade.

*É importante lembrar que o conceito de cidade, pressupõe o encontro entre diferentes, sendo o espaço público a expressão dessa convivência diversa e nem sempre harmoniosa. O conceito de conflito trabalhado por Simmel, também, um componente da sociabilidade, considera as diferentes formas ritualizadas de expressar antagonismos. A amizade, os afetos, os estranhamentos e as mediações foram analisados pelo autor, em sua expressão variada e atuante em situações específicas.*

68 Professora titular aposentada do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, pesquisadora do CNPq. Email: Irllys.firmo@gmail.com

69 O presente texto foi apresentado no Painel Interdisciplinar organizado pelo CEA, com título "Cidades: Desafios da Convivência Coletiva", realizado em 30 de novembro de 2017, na UFC. Para esta publicação readaptei a forma coloquial de exposição para uma linguagem mais apropriada à escrita.

70 Ver BÓGUS Lúcia e RIBEIRO, Luiz César, "Apresentação" Caderno *Metrópole* 31, São Paulo, PUC 2013.

71 Professor da faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará e membro do Colégio de Altos Estudos da UFC.

Outros aportes teóricos associam a convivência de moradores às dificuldades de distribuir os bens urbanos de consumo, tendo em vista as diferenças econômicas, políticas e culturais, que fazem parte da constituição histórica das urbes (CASTELLS, 1980).

Tratadas, atualmente, não apenas de modo restrito à disciplina "sociologia urbana", é fato que as cidades abrigam expressões de violência, desigualdade, segregação, controle, conflitos e sociabilidades emergentes, influenciando pesquisas que abordam processos sociais no campo da sociologia e da antropologia.

Na perspectiva da sociologia contemporânea, é possível encontrar uma chave genérica de leitura, para pensar o mundo urbano contemporâneo alusivo a dois significantes: a *falta* e o *excesso*<sup>72</sup>.

São designadas no cômputo das faltas, a perda crescente do sentido de cidadania e a diminuição de sociabilidade. Tais atributos, típicos do mundo moderno, encontram-se acompanhados de relações efêmeras e evitação de relações sociais mais amplas (BAUMANN, 2001). Outros sentimentos coadunam-se nessa direção: isolamento espacial, solidão e medo<sup>73</sup>.

A falta associa-se, também, a pouca oferta de bens coletivos de consumo (CASTELLS, 1980; 2002) na cidade, incluindo as restrições impostas ao uso do espaço público. Refiro-me aos dispositivos da disciplina e outras formas de confinamento e segregação desenhadas na espacialidade urbana (KOWARICK, 2000).

A outra chave de leitura para pensar o mundo urbano na contemporaneidade, refere-se, ao "excesso", destacando-se a superurbanidade e seus efeitos sobre a vida do morador cidadão. São exemplos: o aumento crescente de tráfego, com as estratégias de defesa para enfrentar a mobilidade, o adensamento de pessoas em locais específicos, volume de sons no espaço público, enfim a intensidade urbanística vigente nas grandes metrópoles (SÁSKIA, 2006).

Considerando-se que a cidade é o local por excelência de acontecimentos sociais, comportando tensões e criações que são cotidianamente repostas, o espaço público indica o local a partir do qual se torna possível verificar as pulsações e os acontecimentos em sua dinâmica complexa, agregando os temas da *falta* e do *excesso*.

Trata-se de categorias metafóricas que podem ser encontradas conjuntamente em várias cidades. Como as demais metrópoles, Fortaleza apresenta características da superurbanidade, exemplificadas no trânsito e nas formas de adensamento, presentes tanto em situações de sub moradias, como nas formas verticalizadas de uso dos espaços. As características de ocupação são expressivas de uma cidade espacialmente estratificada.

## ESTRATIFICAÇÃO ESPACIAL

Conflitos provenientes de desigualdades espaciais remetem às possibilidades efetivas de assegurar o convívio coletivo. Fortaleza, conhecida como cidade portadora de uma estratificação espacialmente revelada, apresenta dificuldades de ampliação de convivência urbana, tendo em vista a carência de espaços públicos inclusivos.

Dentre as várias expressões de desigualdade urbana, a moradia foi tornando-se uma das mais evidentes. A diferenciação entre a zona leste e oeste da cidade tem sido um indicador da estratificação espacial, destacando-se nessas localidades, diversas situações de ilegalidade a respeito da posse da moradia. Enquanto as elites econômicas ocuparam a

72 Desenvolvi as categorias de "falta" e "excesso" em artigo publicado em coletânea (BARREIRA, 2016)

73 Para uma reflexão sobre a relação entre medo e violência e seus efeitos na política urbana ver ZANOTTA, BORGES E MOURA (orgs), *A cidade e o medo* (2014); SOUZA, Marcelo *Fobópole* (2008) e ADORNO, S. "Medo, violência e inseguranças" (2006).

região da Aldeota e expandiram-se lentamente para o litoral leste, via Meireles e Mucuripe, chegando mais tarde à Praia do Futuro, a partir da década de 1950, a dinâmica urbana transformou-se gradual e significativamente<sup>74</sup>.

As desigualdades mantiveram-se nessa forma de ocupação espacial, associada às condições de classe. Tratando-se das marcas diferenciadas do espaço público, é válido indagar quem efetivamente frequenta o espaço denominado público. Nesse sentido, é importante registrar tradições de locais seletivos de interdição de frequência ampliada que se revelam, historicamente, na existência de clubes e outros locais elitizados, sendo uma das marcas significativas da capital cearense. As estratificações estão, também, fortemente presentes no comércio e em outras cotidianas apartações sociais que tensionam o próprio sentido de público.

Uma breve atenção ao conceito de esfera pública torna-se relevante no âmbito das questões aqui pontuadas. Habermas (1984), preocupado com as condições de comunicação na vida moderna, analisou a esfera pública desenvolvida nos séculos XVII, XVIII e XIX, como um complexo relacional, implicando na construção de uma ruptura com o mundo privado. O debate público representou, historicamente, a vigência de um sentido de opinião desvinculada da lógica personalizada dos atores. Não referida, exclusivamente, a um lugar físico especial, mas a uma transcendência do mundo privado, a esfera pública induzia outras formas de construção e vivência da espacialidade. Materializavam-se nos salões, cafés, clube literários, foros de representação, clubes musicais e sociedades artísticas, incluindo o importante papel da imprensa como veículo de uma opinião pública.

É viável pensar que a esfera pública se conforma, também, com certa noção de espacialidade que se constitui pela presença hegemônica de um coletivo. Um lugar citadino que se materializa em praças, espaços de lazer, compondo várias centralidades urbanas, capazes de permitir o encontro entre "estranhos".

Gostaria, na reflexão sobre Fortaleza, de observar o espaço público em duplo aspecto: as políticas de intervenção e as formas efetivas de apropriação de áreas urbanas. Trata-se de identificar os usos referentes às ruas, praças e aos bairros com seus praticantes específicos do cotidiano<sup>75</sup>.

Tomarei como referência, para essa discussão, alguns exemplos baseados em pesquisas diretas<sup>76</sup> e indiretas sobre o espaço público em Fortaleza, explorando os temas da sociabilidade e dos investimentos em torno da preservação da cidade.

## ESPAÇO PÚBLICO E PATRIMÔNIO

Renovação, requalificação, preservação, revitalização, memória e criatividade, são vocábulos que hoje integram as agendas políticas de diferentes cidades. Destaca-se, nessa direção, o princípio de "revitalização" dos centros históricos e a instauração de pontos turísticos presentes em considerável maioria das metrópoles brasileiras, incluindo Fortaleza. O crescimento urbano da capital cearense, hoje com mais de 2,6 milhões de habitantes, é permeado de tentativas de preservação de áreas e equipamentos designados como públicos e em processo de desgaste.

Observa-se, no intento das reformas e definição de zonas históricas, práticas e intervenções variadas observadas em muitas situações. As experiências de reabilitação do cen-

74 Para uma análise sobre as transformações urbanas em Fortaleza nos últimos decênios ver (Dantas et alii, 2009)

75 Ver AMIM, Ash, (s.d). *The politics of urban public space*. Disponível em: [http://es.scribd.com/maria\\_zarate\\_1/d40469568-Ash-Amin-politics-of-Urban-Space](http://es.scribd.com/maria_zarate_1/d40469568-Ash-Amin-politics-of-Urban-Space).

76 Refiro-me, particularmente, a pesquisas feitas em cidades do Nordeste do Brasil, especificamente Fortaleza. Ver BARREIRA I. (2010). "Pulsões no coração da cidade". *Caderno CRH* v.23, n.59, Salvador: UFBA.

tro histórico de Recife<sup>77</sup>, Salvador, Fortaleza e outras cidades do Nordeste do Brasil, vêm trazendo, por exemplo, a marca da associação entre planos estratégicos de valorização, incluindo disciplina de usos e busca de conexão entre passado e presente.

No caso de Fortaleza, discursos fundamentados em políticas de turismo apresentaram, desde o início do século passado, o bairro Praia de Iracema como um dos lugares propícios à implementação de reformas urbanas, devido à sua localização geográfica<sup>78</sup> e sua história permeada de representações simbólicas.

A construção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, em 1999, constituiu uma espécie de coroamento dessa forma de percepção do bairro, que reforçou a instituição de um espaço turístico baseado no binômio lazer e cultura (GONDIM, 2000). Representou uma estratégia mais ampla extensiva à cidade que previa, também, a recuperação de museus, a reforma de monumentos históricos e edificações, incluindo restaurações que integraram as políticas de patrimônio estadual e municipal no último decênio.

Seguindo esse modelo de intervenção urbana, as apropriações espaciais de cunho privado, na Praia de Iracema, foram voltadas ao consumo sob a forma de práticas de lazer, como bares, restaurantes, exposições culturais e discotecas, ensejando a convivência entre moradores e visitantes.

A perspectiva de intervenção vigente na Praia de Iracema em Fortaleza apontou para a complexidade dos sentidos de "revitalização" e "requalificação", que integraram o vocabulário de gestores. Na prática, as mudanças ensejam a repetição de modelos com as dificuldades de resolver questões estruturais que não se atêm a intervenções específicas. Uma das grandes dificuldades de reforma, no local, tem sido a de agregar os moradores situados no entorno do bairro e tornar a frequência expressiva de um espaço público inclusivo e não segregador. Destacam-se, também, os espaços renovados como polarizadores de novas formas de apartação, sobretudo, em situações de proximidade física entre áreas renovadas e moradias precárias. Em Fortaleza, o Poço da Draga, situado próximo ao Centro Dragão do Mar, cria tensões e críticas sobre o tema da discriminação e acessibilidade (GONDIM, 2011).

Situações de reforma, visando à valorização de locais, considerados públicos e históricos, repetem-se em várias cidades, não só brasileiras. O modelo denominado enobrecimento<sup>79</sup>, pode também ser observado, na requalificação feita em Puerto Madera, Buenos Aires, que foi área de importância econômica posteriormente marginalizada, tornando-se, a partir de 1990, patrimônio considerado expressivo da cultura local.

Os projetos de revitalização de centros históricos, de modo geral, não obstante a singularidade de sua aplicação, em cada cidade repetiu uma tendência que se proliferou, nas últimas décadas, caracterizada pela alteração de zonas citadinas, baseadas na transformação de áreas marginais em complexos centros de lazer e visitação.

Observa-se, que a equação moradia versus investimentos em áreas de comércio, turismo e lazer, explicita-se com nitidez, pontuando conflitos simbólicos que põem em questão o tema do espaço público em uma cidade desigual como Fortaleza. Moradores, turistas e visitantes ocasionais expressam, não só, frequências diversificadas, mas modos diferenciados de conceber e atuar no espaço público.

---

77 As informações sobre a experiência de Recife estão baseadas fundamentalmente no livro de Proença Leite (2007), *Contra-usos da cidade*.

78 / O bairro Praia de Iracema está situado entre as ruas João Cordeiro, Monsenhor Tabosa, Almirante Jaceguai, Almirante Tamandaré e a avenida Beira-Mar. Localizado junto ao mar, esse bairro, um dos menores da cidade de Fortaleza.

79 Ver a esse respeito o texto de Rogério Proença Leite (2010), "A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea", *Dados*, vol 53 Rio de Janeiro.

## CONVIVÊNCIA E DESAFIOS

A construção de um lugar marcado pelo "direito de todos", apresenta-se marcado por tensões e conflitos: a cidade como bem público, suas formas de comercialização e consumo, marcam a fragmentação e privatização próprias do mundo contemporâneo.

Ocupar os espaços públicos supõe refletir sobre as formas de estar e conviver que não se efetivam, apenas, a partir de regulações urbanas. A reflexão sobre os investimentos, em áreas públicas, remete à existência das formas efetivas e potenciais de convivialidade no espaço público. Observa-se, recentemente, uma volta da sociologia urbana aos temas clássicos, entre os quais se inclui a construção de laços sociais em espaços citadinos.

Sennet (1999), em livro polêmico intitulado *O declínio do homem público*, chama atenção para o desaparecimento gradativo de experiências compartilhadas em espaços urbanos, configurados pela lógica da evitação e reforço ao individualismo. Argumenta o autor, a prioridade, atualmente, conferida à visão íntima da sociedade, sendo o mundo impessoal dos encontros anônimos, considerado decepcionante e vazio. A lógica da diversidade permitiria o fortalecimento de experiências coletivas, dimensionadas pela teatralidade do espaço público, onde atores e seus papéis ensaiariam as regras do viver citadino.

Os sentidos criativos de experiência urbana acionam formas de convivência emergentes, no espaço público, evocando a percepção do movimento da cidade no âmbito do que Lefebvre (1992) designou como ritmoanálise. Para além de um ideal de unidade, considera o autor que a cidade representa a conjunção de dinâmicas sociais. O risco de essencialização ou substantivação do espaço urbano existe quando pensamos a metrópole de modo estático e uniforme, senso contrário à sua dimensão plástica, moldada por práticas e interações permanentes.

As apropriações privadas do espaço público produzem riscos de novas formas de segregação. As idéias desenvolvidas por Jacobs (2011), são relevantes para se pensar o espaço público e as formas de vitalidade pautadas, justamente, na diversidade, em oposição à perspectiva homogenizadora do planejamento.

Analisando os processos de planejamento urbano instituídos desde a modernidade, constata a autora que as cidades são imenso laboratório de ensaio e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção do desenho urbano. O imaginário perfeito da cidade parece distanciar-se de um real pleno de contradições e usos diversificados. Em defesa da manutenção da vitalidade, por meio do incentivo de usos do espaço público, a autora critica a idéia de planejamento baseado em segregação e discriminação de usos, que ao contrário do proposto, torna as ruas inseguras porque estão permeadas de vazios.

A rua, palco por excelência da diversidade, deveria estar preparada para lidar com estranhos, por meio de uma demarcação boa e eficaz de áreas privadas e públicas. Nesse contexto de interatividade, os olhos constituem o sentido dessa regulação, não baseada no sentido de território separado, mas de rua com suas possibilidades de partilha. A maioria das personagens de rua está estabelecida em locais públicos, argumenta a autora. São pessoas que cuidam de lojas, ou bares; pessoas públicas fundamentais, funcionando como figuras públicas das ruas. As janelas de residências, o pequeno comércio, as formas diferenciadas de sociabilidade e os controles usuais, feitos pelos próprios moradores, promovem uma espécie de "regulação cotidiana que o planejamento utópico não consegue alcançar", segundo as palavras da autora.

A diversidade supõe uma percepção positiva de espaço público não movido pelo sentido de segregação. É a presença difusa de usuários que assegura a reprodução de espaços atrativos, detectando a presença do "perigo" ou da "insegurança", sendo a frequência diferenciada de classes, a comprovação evidente da vitalidade de espaços citadinos.

A experiência, em rota contrária ao pensamento da autora, tem em Fortaleza um campo de exemplos significativos. Na capital cearense, a palavra "mistura" tem um sentido negativo, referindo-se a uma não seletividade considerada importante no cultivo do prestígio de locais. Trata-se de sinais de diferenciação que se baseiam em marcadores de cor, classe e gênero.

Não seria exagerado afirmar que a "mistura" de classes funciona, também, na mentalidade de muitos como sintoma de "degradação". A presença, em determinados locais, de um público indefinido promove insegurança e sentimento de não identificação. A sociabilidade considerada adequada à reputação de um local funciona, na maioria das vezes, a partir de uma linguagem que se opera entre iguais.

A "mistura" opõe-se ao lugar seletivo, evocando também os temas da diversidade e sua relação com o espaço público. Referir-se a um lugar "misturado", quer dizer que ele deve ser evitado, pois submete os presentes a uma situação de perda de identificação de códigos de conduta e reconhecimento: mal-estar e medo diante do supostamente inferior. Evidente que o sentimento de insegurança não se deve, apenas ao imaginário, considerando-se o incremento de episódios de violência e roubo nos últimos anos, na maioria das cidades brasileiras. A evitação de frequência das classes média e alta ao Centro de Fortaleza é também expressão de um processo de evitação das "misturas". Essas, também, materializadas no uso restrito de transportes coletivos por determinados segmentos sociais.

O bairro Centro exemplifica um lugar paradigmático para pensar a questão. Visto como imprevisível e sujo, com frequência estratificada, confunde-se com a rua ou o oposto da casa na perspectiva pensada por Da Matta (1991). Segundo informação da secretária do Centro, 90% das pessoas que frequentam o centro, é classe C e D, havendo parte significativa de moradores, sobretudo, da nova geração século XXI, que sequer conhece o bairro.

A proposta de requalificação feita no Passeio Público de Fortaleza constituiu uma das obras que incorporou novos usos associados aos sentidos de preservação, enquadrando-se no conjunto de medidas de restauro da área do Centro histórico<sup>80</sup>.

O Passeio Público realizou modificações paisagísticas, desde 2007, sendo considerada uma experiência bem-sucedida de intervenção, não obstante apresentar tensões sobre a busca de disciplinar os usos considerados indevidos, a exemplo da presença de prostitutas. O Passeio Público reconstruiu quiosques com venda de comidas típicas, organizou guias de turismo e sediou eventos artísticos para crianças, além de outras atividades recreativas, visando atrair a classe média. Percebe-se, nas experiências mencionadas de "revitalização", a tentativa de preencher "vazios" que, de fato, são sintomáticos de pouca proeminência de espaço público.

Projetos, instituições e entidades coletivas (ONG Mediação dos Saberes e Fórum amigos do Passeio Público), vêm buscando promover eventos, tendo em vista assegurar o dinamismo do Centro. Nesse sentido, feijoadas, apresentações musicais e jogos infantis compõem ações de intervenção que constituem o passo seguinte após a reforma do espaço físico. O Passeio público, também, apresenta problemas de gestão das "misturas" referentes, sobretudo, à frequência imprevista que interfere na busca de recuperação do prestígio de outrora.

Jacobs (2000) tem razão quando argumenta que as cidades necessitam de uma diversidade de usos mais complexa e densa, capaz de produzir sustentação econômica e social. Os componentes dessa diversidade podem variar, mas se complementam. São geradores da diversidade as pequenas empresas e serviços, pois "onde quer que existam locais cheios de vida e atraentes nas cidades os pequenos são muito mais numerosos que os grandes" (JACOBS, 2000, p. 161). Em síntese, diz Jacobs que as cidades monótonas contêm o germe

80 Ver LOPES RIBEIRO, Francisco Willams (2013).

de sua destruição, mas as vivas, diversificadas e intensas contêm a semente de sua regeneração.

Não obstante, os processos de segregação e tensões que permeiam as práticas e os usos do espaço público, sinais de inquietação emergem de diferentes lugares. Para além de intervenções de natureza institucional, propostas que exigem investimentos de ordem pessoal, reforçam o que vem sendo designado sob a rubrica do princípio de coletividade. Percebe-se, atualmente, um estímulo para que as pessoas reconheçam a cidade. Na Praça do Ferreira, que constitui um dos ícones do centro da cidade, placas espalhadas em pontos considerados históricos, "até o sobrado José Lourenço são quatro minutos", incentivam a prática de andar a pé e reconhecer a cidade considerada transitada, principalmente, por carros.

Mais recentemente, experiências de ocupação de praças para atividades de lazer, grupos organizados que fazem performances e, inclusive, a construção de ciclovias podem ser exemplos de tentativas de acionamento de fluxos de sociabilidade que vem se constituindo, gradativamente, dentro e fora dos espaços institucionais. Em uma cidade praiana como Fortaleza, essa questão é, particularmente, interessante e chama atenção para certo sentido de redescoberta. Fortaleza é, no entanto, conhecida como a cidade na qual não se caminha e é necessário pontuar o modo de ocupação de espaços públicos.

Se a cidade é sentida e percebida como palco fundamental da violência, segregação e injustiça social são, também, nela que paradoxalmente podem surgir possibilidades de ações criativas. Os desafios do novo urbanismo supõem levar em consideração experiências concretas e cotidianas de relacionamento "inventadas", no sentido formulado por Cer-teau (2003) e vividas não apenas em sua funcionalidade.

As possibilidades e esperanças de uma vida em comum, retomam os temas do amor, felicidade e reciprocidade, como desafios temáticos das ciências sociais, tendo em vista sair do conformismo da segregação acionado sob o argumento da segurança.

Trata-se de pensar sobre as "virtudes" e suas conexões, produzidas no hiato entre práticas sociais vigentes, para aludir ao futuro, dessacralizando o passado como destino<sup>81</sup>.

A percepção do outro e o cuidado de si como condição de possibilidade de escuta e convívio, convocam outra abordagem sobre o lugar dos desejos e das falas comuns. No espaço urbano, é importante ressaltar, mais recentemente e sob o prisma de uma observação visual, o registro em cidades brasileiras de práticas de sociabilidade que alteram rotinas, tais quais: o fechamento de ruas para caminhadas a pé, circuitos de bicicleta, apresentação de músicas e teatros infantis. Essa transformação dos espaços, mesmo que pontuais, ocupam atualmente a condição de passagem, em locais de convivência, explicitando a criação de ritmos em contrafluxo, talvez, um antídoto contra o medo do "outro".

Para além da planificação, as relações de troca que se efetivam no cotidiano, podem acionar valorização de sentidos urbanísticos que prevejam, nos usos do espaço, o privilégio da noção de público e a participação nas decisões que dizem respeito ao viver coletivo. No âmbito da arquitetura, implica que sejam considerados projetos que priorizem zonas de convivência coletivas e usos de estéticas criativas. Os registros de formas criativas de convivialidade repõem o tema da "questão urbana" e do espaço público, como bases de uma construção permanente da vida social.

---

81 Sobre as possibilidades de experimentar novos sentimentos na cidade ver (SCRIBANO, 2015).

## REFERÊNCIAS

AMIM, Ash, (s.d). *The politics of urban public space*. Disponível em [http://es.scribd.com/maria\\_zarate\\_1/d40469568-Ash-Amin-politics-of-Urban-Space](http://es.scribd.com/maria_zarate_1/d40469568-Ash-Amin-politics-of-Urban-Space).

BARREIRA, Irllys Alencar F. (2016). "Bens comuns, espaço público e convivialidade: pensando cidades no Brasil e América Latina, In: MARTINS, Paulo Henrique (org) **Democracia, pós-desenvolvimento e gestão de bens comuns, perspectivas da América latina e do Caribe**, São Paulo: AnnaBlume.

BARREIRA Irllys Alencar F. (2010). **Pulsões no coração da cidade**. Caderno CRH v.23, n.59, Salvador: UFBA.

BAUMAN, Zygmunt (2001). **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BAUMAN, Z. **Vida líquida** (2005), Rio de Janeiro: J. Zahar,.

BÓGUS Lúcia e RIBEIRO, Luiz César (2013). **Apresentação**. Caderno MetrÓpole 31, São Paulo: PUC.

CASTELLS, Manuel (1980). **Cidade democracia e socialismo**, São Paulo: Paz e Terra.

CASTELLS, Manuel ( 2002). **A Sociedade em Rede** , vol 1, São Paulo: Paz e Terra.

CERTEAU, Michel de (1994). **Artes de fazer: a invenção do cotidiano**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.

DAMATTA, Roberto. "Sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Rocco, 1997 (pp. 183-248).

DANTAS, EustÓgio, LUSTOSA COSTA Clélia, Da SILVA Borzacciello ( 2009).**De cidade a metrÓpole, transformações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC.

GONDIM, Linda Maria Pontes (2007). **O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna**. São Paulo: Annablume.

GONDIM, Linda Maria Pontes (2011) **Espaço Público, requalificação urbana e consumo cultural: o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e seu entorno**. O Público e Privado n. 17 Fortaleza: UECE, Jan/Jun. P.59-68.

HABERMAS, Jürgen. (1984), **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Traduction de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

JACOBS, Jane (2000). **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes.

KOWARICK, Lucio (2000). **Escritos urbanos**. São Paulo, Editora 34.

LEFEBVRE, Henri (1992). *Éléments de rythmanalyse, introduction a la connaissance des rythmes*, Paris: Éditions Syllepse.

LEITE, Rogério Proença (2007). **Contra-Usos da Cidade, lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. São Paulo: editora Unicamp.

LEITE, Rogério Proença. A inversão do cotidiano: práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea. **Revista Dados**, vol. 53, Rio de Janeiro: UFRJ. 2010.

LOPES RIBEIRO, Francisco Willams (2013). **A requalificação do patrimônio**: intervenções, estratégias e práticas na praça dos Mártires (Passeio Público) de Fortaleza. Dissertação, Programa de Pósgraduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

SENNETT, R. (1999) **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras.

SCRIBANO, Adrian (2015). Esperanzas, virtudes y vida em común. In: MARTINS, Paulo Henrique, FREIRE et al., (2015), **Democracia Pós-desenvolvimento e gestão de bens comuns, perspectivas da América latina e do Caribe**. São Paulo: AnnaBlume.

SIMMEL, G (2006). **Questões fundamentais de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar.

SIMMEL, Georg. Parte I – sobre a sociedade e a cultura. In: Jessé Souza e Berthold Oëlze (Orgs). **Simmel e a modernidade**, Brasília, EdUNB, 21-117. 1998.

SIMMEL, Georg. (1967) A metrópole e a vida mental. In: Otávio G. Velho (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 4<sup>a</sup> ed.

SOUZA Marcelo (2008). **Fobópole, o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SASSEN, S. (2006). *Urban Sociology in the 21st Century*. In C. D. Bryant, & D. L. Peck (Eds.), *21st Century Sociology: A Reference Handbook* (pp. 476-486). Alabama: University of Alabama.

ZANOTTA Lia, BORGES, Antonádia e MOURA, Cristina (orgs) (2014). **A cidade e o medo**, Brasília: Editora Francis.

# FORTALEZA COMO UMA MATRIZ DE INTERCÂMBIO SUSTENTÁVEL, ACESSÍVEL E JUSTA.

**Fausto Nilo**

Arquiteto e urbanista, coordenador do Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040

## 1 FORTALEZA, O CRESCIMENTO URBANO DISPERSIVO E AS DESVANTAGENS DO ZONEAMENTO SEPARADOR

Na técnica urbanística, o crescimento urbano dispersivo é caracterizado pela expansão extremamente rápida das cidades, efetuada por áreas de urbanização não contíguas ao tecido urbano existente. Normalmente, o processo é favorecido pela não demarcação de fronteiras de urbanização e dá-se com base em *zoneamento* de áreas separadas por usos únicos, criando zonas especializadas, com frágil conectividade entre si. A dispersão incrementa a dependência de transportes motorizados e abandona estruturas em áreas pioneiras. Este *crescimento frouxo* resulta em um padrão, popularmente, reconhecido por a *cidade que anda*, ou *inchaço* urbano, processo relacionado com altos custos aliados à separação social, resultado oposto aos propósitos de mistura e intercâmbio, razão fundadora e universal da vida em cidades.

A dispersão urbana sempre ocorre apoiada em usos do solo com baixas densidades, estimulados pela criação de vias, resultando em novas urbanizações, em áreas periféricas com baixo valor do solo, culminando em um formato excluído e, altamente, dependente do uso de transporte motorizado. O padrão aproveitou dos propósitos de controle e da ordem, à maneira do zoneamento, cuja aplicação incompleta, no entanto, secundarizou o papel das cidades como matrizes que se afirmam pela oferta de oportunidades de intercâmbio em mistura diversificada de atividades. Sua prática traduziu os interesses segregadores, incrementando, ao mesmo tempo, as viagens urbanas, notadamente, a partir do surgimento dos veículos motorizados.

A dispersão urbana é capaz de inviabilizar uma cidade e termina sempre em incremento do uso de energia, dependência do uso de combustíveis fósseis, poluição do ar, congestionamentos de tráfego, expansão dos trajetos, destruição de aspectos naturais, sendo tudo isso relacionado com a perda de caráter das vizinhanças e o notável declínio da coesão comunitária. Na prática, esse padrão de estruturação urbana "frouxa", termina por apoiar a localização assistêmica e dispersa de matrizes habitacionais, em relação aos centros de trabalho, ao comércio e às escolas, obrigando os residentes a abandonarem a família, nas horas de jornada e a ter maiores custos com viagens. A extensão da planta resultante é sempre maior do que aquela que deveria ter sido ao mesmo tempo, em que seu parcelamento, baseado em baixas densidades, promove a especulação e não oferece habitação para todos.

Em 70 anos de planejamento incompleto e assistêmico, a cidade de Fortaleza se apoiou no *zoneamento* com crescimento urbano dispersivo, consolidando sua densidade média bruta atual, em 87 habitantes por hectare, e densidade líquida média, em torno de 115 habitantes por hectare, ocupando uma área de 313 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 31.300 hectares, onde hoje estão vivendo 2,6 milhões de residentes. Essa não é uma configuração de usos do solo satisfatória em sua relação com o território, no momento em que inúmeras cidades do mundo já demonstraram razoável eficiência com o uso de densidades líquidas médias, entre 300 e 500 habitantes por hectare. Toda esta ineficiência planejada resulta na baixa qualidade da vida comunitária, na injustiça e no desperdício.

Se a elite fortalezense não tivesse aplicado, em grande parte do século XX, modelos de zoneamento para atender a sua vontade de viver distante dos pobres, e a Cidade tivesse adotado um caminho sustentável econômica e socialmente apoiado, haveria mais coesão social e essa mesma população não estaria tão tensa por conta da crescente insalubridade, custos de investimento e quantidade de homicídios. Com a adoção de uma intensidade líquida média de usos do solo, em torno de 250 habitantes por hectare, Fortaleza poderia estar instalada em uma área urbanizada três vezes menor que a atual. Isso teria ocorrido com provável excelência, na manutenção de sua vida comunitária, com menores custos de manutenção, viabilizando a proteção de sua paisagem natural e de sua herança cultural edificada, em âmbito pacífico, com base na vitalidade e no intercâmbio diversificado.

Hoje, decorrido quase um século de aplicação dos planos burocráticos para Fortaleza, aprendemos a perceber que o desenvolvimento urbano em densidades adequadamente distribuídas, poderia ter originado inúmeras vantagens infraestruturais, com baixa dependência do transporte motorizado, com apoio ao uso de bicicletas em solo plano que a Cidade propicia e trajetos máximos de oito quilômetros em um tempo de 20 minutos. São fatores que viabilizam a caminhada universal em cenário de alta conectividade pedestre, calibrada em distâncias de 400 metros. Evidentemente, os efeitos desses procedimentos, somente poderão ser obtidos com perfeita harmonização entre eles e os usos do solo para o futuro crescimento, redesenhados e estruturados em vizinhanças urbanas.

Foi bendita a herança dos desenhos de plantas elaboradas por Silva Paulet e Adolfo Herbster, que teve continuidade de aplicação em grande parte do século XX, e terminou por consagrar o desenho da maioria das quadras da cidade, com as dimensões predominantes de 100x100 metros. Hoje, o urbanismo contemporâneo reconhece a vantagem de cidades com este padrão de parcelamento, porque ele viabiliza a máxima eficiência, em termos de conectividade pedestre, grande valor estratégico da nossa era, capaz de originar ainda um excelente volume de troca para criar economias locais e servir à vida urbana segura, próspera e pacífica.

Para a obtenção de grande parte dos resultados de uma *cidade compacta* nos dias atuais, existem meios que poderemos aplicar de forma complementar a estruturação da cidade existente, a partir de processos de adaptação urbana às novas demandas traduzidas pelos futuros estoques habitacionais demandados. A estratégia corresponde a uma mudança na maneira de crescer, considerando a importância dos principais nós de atividades como focos convergentes, apoiando as principais rotas de movimentação das pessoas e ancorando, nesses corredores, uma sequência de vizinhanças urbanas em base nuclear e vida completa. Essas unidades promoverão a mistura de oportunidades, de maneira a eliminar a dispersão, viabilizando o transporte público e neutralizando, gradativamente, os efeitos dispersores do tradicional zoneamento por classes de atividades.

Entendendo que esses padrões qualificadores, ainda, podem ser adaptados numa cidade já existente e do porte de Fortaleza, teríamos que aderir ao modelo da *cidade compacta*, onde todos estes critérios e propósitos, com vista aos efeitos da coesão comunitária, podem ser adaptados em sistemas de vizinhanças urbanas diversificadas e conectadas por Corredores de Urbanização Orientada pelo Transporte Público, onde o transporte em seu trajeto é o ordenador do mesmo desenvolvimento que lhe dará viabilidade e vice-versa.

Nas áreas de Corredores, as futuras residências em maior intensidade de uso, formarão uma vizinhança urbana com 400 metros de raio, medidos a partir da estação do transporte público, identificada como foco central e equidistante de todo o redesenvolvimento da comunidade. A intensificação complementar dos usos do solo teria a sua implementação atualizada, a partir de reurbanizações de trechos construídos, a partir de novas inserções de edificações que seriam inseridas em harmonização com outras estruturas permanentes,

e onde o processo se demonstra viável e mais vantajoso que a cidade dispersa, em todos os aspectos. O novo tecido urbano para abrigar o crescimento demográfico estaria situado nessa faixa de desenvolvimento resultante, base de residências apoiadas por acessos pedestres ao trabalho, à educação, ao varejo, à saúde e ao lazer.

Esses Corredores de Urbanização serão bases de redesenvolvimento, com usos mistos, abrigados em prédios residenciais com altura predominante de seis pavimentos, incluindo térreos com usos comerciais e de serviços sóciocomunitários, podendo ter áreas livres comuns com usos compartilhados. Esse tipo de arranjo espacial oferece a possibilidade de ser aplicado, ainda, para atender o crescimento que venha a ocorrer além do ano de 2040. Essa estruturação poderá atender a residentes que não têm carros, que não pretendem ter carro, que não precisarão de carros, juntos com casais jovens, trabalhadores locais e idosos que não dirigem mais. A vida local em vizinhança articular-se-ia com acessos a outras áreas urbanas por meio de transporte eficiente, por ônibus rápido em faixa exclusiva, e que poderiam funcionar com base em energia solar.

A escala do desenvolvimento dispersivo tem consequências sobre a qualidade da vida urbana, distribuída de forma desigual em Fortaleza e terminam por incrementar seus custos, resumindo, aqueles sintomas claros da crise metropolitana com a qual inúmeras cidades do mundo vêm lidando. O assunto interessa ao urbanismo e às pessoas, uma vez que a cidade é um lugar especial, cujo equilíbrio sistêmico entre o atendimento a requisitos das atividades humanas e os controles adequados de seus efeitos são decisivos para fundar o acesso igualitário, chave mestra da vida urbana digna, com os meios justos de distribuição de benefícios a todos os cidadãos residentes.

A forma de uma cidade que, infelizmente, ainda é ignorada por planos diretores assistêmicos, que não lidam com ela, mesmo sendo ela um sistema, é o cenário da vida compartilhada. A vida de todos, pode ser amparada pela forma urbana e pode ter muita influência na implantação de meios físicos, capazes de influir na fundação da cidadania em situação contemporânea.

## **2 AS CIDADES PODEM MUDAR SEM ADERIR AO DESPERDÍCIO**

Tudo está a indicar, que as cidades terão que mudar no decorrer deste milênio, uma vez que o choque gerado pela inauguração da sociedade industrial, com sua economia baseada no consumo atrelado ao desperdício, tem apontado para a necessidade de mudanças. Os nascidos no novo milênio não querem mais automóveis nem consomem em *shopping centers*, o meio ambiente não suporta mais e pede socorro, e o desenho utópico tende a se tornar real com o amadurecimento pela compreensão do autêntico progresso humano, situado e compartilhado em áreas comunitárias. O novo desenvolvimento urbano tende a se coordenar com os requisitos da economia circular e na natureza preservada. Tudo indica que as cidades poderão apoiar uma sociedade de inovação, que respeita a história com justiça e sem lixo.

O progresso industrial que entusiasmou nossos antepassados se implantou de forma rápida, e não deixou tempo para antecipações convenientes com a realidade que viria a ser enfrentada. Como sempre ocorre, o deslumbramento tecnológico produziu muito mais perplexidade que proposições concretas de benefícios aos humanos e a seu planeta. Se aprofundarmos, agora, a visão integrada dos componentes desse desafio, de maneira articulada com a aplicação dos indispensáveis critérios de sustentabilidade, encontraremos daqui por diante, inúmeras demandas de soluções antecipadoras para Fortaleza, em um prazo para iniciar mudanças que já está por expirar. A relação equilibrada entre artefatos e natureza com vistas a obter uma terceira forma eficiente para o uso humano, harmonizada

com os aspectos naturais, precisa ser obtida em um arranjo que possa resultar numa cidade sustentável, significativa, eficiente, justa e viável.

Fortaleza obriga-se a assumir as perspectivas de mudanças, obrigadas pelo crescimento demográfico e pelo acesso aos meios tecnológicos atualizados, mas para isso necessitará tratar as questões por meio de novos padrões de urbanismo, capacitados a apoiar, da melhor maneira, o incremento inevitável em suas estruturas, infraestruturas e economias, espacialmente, descentralizadas. Antecipações necessárias sobre as cidades apontam para novos programas de atividades comunitárias, onde se destacam as ações relacionadas à agricultura urbana, às possibilidades gradativas de trabalho, em casa, combinadas com retroadequação de arquiteturas, para arquitetura residencial em padrões diversificados, de maneira que a resultante dessas mudanças possa ser visualizada com antecipação.

### **3 AMEAÇAS PARA O FUTURO URBANO DE CIDADES EM CONDIÇÕES DE EXTREMA DESIGUALDADE**

Estudos realizados, no âmbito do Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040, parte do Plano Estratégico elaborado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor demonstraram, que Fortaleza precisa se antecipar a respeito das previsões contemporâneas para cidades que não se orientam por planejamento abrangente e sistêmico. Aparecem, então, os indícios de uma tendência de transformação de cidades pobres e desiguais, em *megacidades*, ou seja, concentrações urbanas superpopulosas, com cerca de dez milhões de habitantes, implantadas sobre um cenário de precariedade extrema e sequestradas pelo crime.

Esse alerta às regiões mais pobres do planeta, consta do relatório realizado pelas Nações Unidas e publicada no ano de 2018. O documento revela que a quantidade atual de humanos residindo em cidades, corresponde a 45% de seu total e que se pode prever para 2050, um total aproximado de 70% dos habitantes planetários vivendo em cidades. Caso permaneça a persistente indiferença fortalezense com respeito às antecipações sistêmicas inadiáveis, isso poderá se traduzir em crises insuperáveis nos sistemas estruturais, infraestruturais e de atividades da Cidade. Tudo isso indica, também, que, há muito tempo já justificaria, por conta de sua situação e escala, as buscas de soluções de reestruturação dela e de seu contexto metropolitano.

No âmbito da Região Metropolitana de Fortaleza, inexistente, até hoje, uma visão coordenada dos problemas enfrentados por cada uma de suas cidades componentes, no que tange aos aspectos socioeconômicos integrados com problemas referentes às economias locais, aos recursos naturais, às fronteiras de urbanização, às estruturas habitacionais, às redes de serviços públicos, à proteção da herança cultural edificada, às conectividades, ao compartilhamento entre municípios e aos fluxos de bens e pessoas.

### **4 A CIDADE, AS PESSOAS, AS DEMANDAS DE MOVIMENTAÇÃO E OS VEÍCULOS MOTORIZADOS**

A popularizada designação Mobilidade Urbana, tem engordado os argumentos sobre intervenções assistêmicas que, na verdade, são materializadas como tradicionais soluções de tráfego. Na realidade, a Mobilidade Urbana, quando utilizada para o conforto das pessoas, no âmbito urbano, é uma técnica que se relaciona com planos integrados de modos de movimentação, incluindo também a caminhada, as bicicletas e os usos do solo que, afinal, são os provocadores do movimento. Ela aplica-se como uma preciosa técnica urbanística de melhoria das cidades, provocada pela supermotorização gerada no século XX.

A mobilidade urbana realiza-se com propósitos de garantir que as pessoas viagem menos, principalmente, aqueles que mais tempo dedicam ao trabalho e sofrem seu desconforto com a inviabilidade e os custos do transporte público. Para essas pessoas que, injustamente, são aquelas que mais viajam no cotidiano urbano, uma vez que grande parte dos lugares do trabalho está situada na zona de seus contratantes, resta abandonar, em todos os dias úteis, os seus filhos e torcer para que não se tornem cidadãos recrutados pelo crime.

A maioria das vizinhanças em situação periférica ao atual desenvolvimento, ainda, permanecem sem lugares sócios comunitários acessíveis a todos e com perversa dependência de transporte motorizado para ir ao trabalho, à creche, à escola, ao lazer, ao atendimento de saúde e aos lugares de varejo diversificado e viável. Para resolver tais problemas, os urbanistas, em coordenação com especialistas de tráfego, sugerem estratégias que englobam, de forma relacionada, a geração de fluxos e a complementaridade dos usos do solo que os originam. Com vistas às situações de crescimento urbano, essa tarefa se ampara, também, no equilíbrio com respeito à distribuição das densidades habitacionais e na mistura de usos do solo, meios para obter comunidades viáveis, com acessos distribuídos em forma igualitária e agregações solidárias.

As vizinhanças urbanas serão implantadas com suas bases de usos do solo e suas misturas convenientes, para reduzir a dependência dos veículos de uso individual e criar sistemas de espaços públicos, onde os pedestres serão espacialmente priorizados. Nos intervalos espaciais entre os Corredores, designados como Zonas Secundárias, implantar-se-ão os usos com maior dependência de veículos, incluindo moradias para pessoas com maior dependência de automóveis, usos de baixas densidades, os centros comerciais, as habitações mais dependentes de uso do carro individual, além de reserva de espaços para futuros usos, hoje, indeterminados, cujas rotas de movimentação não produzirão congestionamento nos corredores dedicados ao transporte público.

## **5 FORTALEZA E OS EFEITOS DA DISPERSÃO URBANA**

Fortaleza é uma cidade que cresceu e cresce até os dias de hoje, por meio do processo caracterizado como *dispersão urbana*, onde a densidade medida pela relação entre a quantidade de pessoas por hectare é baixíssima, chegando a uma média de 87 habitantes por hectare, como já foi demonstrado no início deste texto. A urbanização da Cidade aplicou-se por processos de loteamentos implantados, sem critérios de conectividade, suportando constante expansão e espraiamento das funções urbanas e que terminaram por reduzir, drasticamente, o verde urbano acessível e o montante de áreas livres.

Fortaleza é uma cidade que chegou à escala de metrópole, e há mais de 50 anos, não se apoia nos benefícios do conhecimento técnico do urbanismo atualizado. Suas regras de uso e ocupação são, predominantemente, ditadas pelos empreendedores imobiliários que diante da inépcia municipal em apresentar campos adequados de oportunidades infraestruturadas para construir, terminam por querer manter os mesmos resultados de negócios, em zonas em que eles próprios contribuíram para elevar o valor do solo. Ela cresce por esse processo assistêmico, termina por se tornar refém do uso do transporte motorizado, em forma caótica e inviável, uma vez que o transporte público, com rotas tradicionais para atender à forma urbana atual, com seu arranjo de usos do solo, não conseguirá deixar todos os cidadãos a 400 metros de seu destino.

O isolamento de crianças, idosos, portadores de deficiências e pessoas que não dirigem automóveis é crescente. As áreas naturais estão sendo destruídas sem critério, por conta de um processo perverso de urbanização desordenada e sem capacidade de orientar corretamente o desenvolvimento. As formas universais de controle em sua gestão do cres-

cimento urbano padecem de atualidade em seus critérios e integralidade, de forma tal, que não encontram nem o interesse da maioria, nem as viabilidades atrativas no conjunto do território, para alcançar o desenvolvimento urbano sustentável ancorado ao empreendedorismo imobiliário saudável.

A cada dia, torna-se inadiável a resposta técnica eficiente e desenhada com abrangência, de forma a demonstrar a qualquer cidadão o que a municipalidade preparou, como base, para a implantação de projetos que venham a colaborar com a forma urbana que atenda todos os cidadãos, com diversidade de níveis de renda, faixa etária e estilo de vida.

## **6 A CIDADE QUE SE PRETENDE TURÍSTICA, MAS NÃO SE PREPARA PARA OS IMPACTOS URBANOS DECORRENTES**

A orla de Fortaleza sofre os efeitos de um vazio de projeto e de uma legislação urbana antiquada, que não balanceia as oportunidades de intensificação de uso com as proteções das excelências paisagísticas, ali existentes. O primeiro equívoco de planejamento cometido a esse respeito foi o mesmo da maioria das cidades do mundo, quando o padrão de ocupação se implantava orientado por implantação de avenidas, em excessiva proximidade da orla. A essa escolha corresponde um choque ambiental, onde se associam a zona de águas subterrâneas do mar e da Cidade, a partir de construções em subsolo, normalmente, dedicadas às garagens e cujos efeitos futuros teremos que considerar.

A cidade nunca demonstrou a mínima preocupação em preservar os marcos legíveis de sua identidade urbana, nem com a proteção dos elementos da memorabilidade, indispensáveis a uma boa estratégia de competitividade no mundo atual. Esta competitividade, quando pretende alcançar o turismo saudável, normalmente exige que a cidade se apresente com os atrativos de um lugar único, e mantenha cautela com respeito aos atrativos artificializados como espetaculares, com padrões de satisfação passageira. Junto a isso, se faz necessário zelar e realçar os elementos da paisagem natural e criar meios com que as bases do convívio, entre visitantes e residentes, seja um cenário autêntico do caráter da comunidade local, como única forma de evitar o turismo predador com seus prejuízos inevitáveis.

A metrópole fortalezense, em pleno século XXI, não consegue decidir de forma adequada, sobre a inadiável remoção de um imenso depósito de combustíveis fósseis com suas cargas perigosas instalados em um lugar histórico. A transferência da Área da Tancagem para o Porto do Pecém, considerada de maneira criteriosa, é inadiável. A relação entre o velho Porto do Mucuripe, com suas comunidades históricas, em proximidade, das novas e futuras comunidades indispensáveis à cidade de hoje, poderão dar origem a um padrão de ocupação urbana capaz de financiar as atividades do Porto, com um potente foco de atividades turísticas, sem dependência da receita produzida pelo armazenamento dos combustíveis fósseis.

É curioso ver como a cidade assiste à manutenção desse cenário depressivo em sua paisagem de excelência, exatamente, em um lugar onde dois desastres explosivos já aconteceram e suas decorrências, em termos de impactos de transporte de cargas, impõe-se sobre o espaço que deveria servir às pessoas com conforto e segurança. Enquanto persistir a localização atual da Área da Tancagem, a Praia do Futuro não terá acesso a sua integração, urbanisticamente, conectada com a cidade e nem com o desenvolvimento qualificado e socialmente acessível.

Curiosamente, Fortaleza mantém no zoneamento de uso do solo constante de sucessivos planos diretores, a esquina litorânea entre Mucuripe e Praia do Futuro com a classificação de zona industrial. Isso traduz a indiferença com respeito a uma zona com carga

histórica significativa, paisagisticamente, privilegiada e que poderia apoiar o desenvolvimento urbano, em situação invejável de dezenas de milhares de moradias e equipamentos hoteleiros em vizinhança de um porto turístico.

Ainda, a respeito dos aspectos ligados ao turismo, a cidade de Fortaleza comemorou uma conquista de grande importância traduzida na transformação do Aeroporto Pinto Martins em um *Hub* Aeroviário, gerando expectativas positivas sobre nossa conectividade global. Isso poderá dinamizar viagens de passageiros e transporte de cargas, onde se incluem os peixes ornamentais, os produtos que a agricultura de frutas já produz e aqueles da indústria cearense, incluindo, ainda, parte que a região Nordeste pode produzir. Quando ocorre esse êxito indispensável e viabilizador de um equipamento desse tipo, ocorre também, a necessidade de que o novo aeroporto, na condição de um *hub* exitoso, se transforme num foco convergente que compartilha 50% de transporte de carga, com 50% de passageiros por necessidades de negócios e turismo, conforme registra a literatura técnica sobre o assunto.

As informações da técnica e da literatura urbanística, atualizada, demonstram que esta posição focal, produz numa primeira etapa do funcionamento, uma transformação radical dos usos do solo, no contexto direto do aeroporto e que se estende num raio de quatro quilômetros, medidos, a partir do terminal. Se o êxito for muito grande, esse impacto chega a ocorrer num raio de dez quilômetros. Infelizmente torcer pelo sucesso do equipamento, na atual localização, impõe também aceitar a manutenção do equipamento na atual localização. Se ele se mantém nessa localização e o sucesso se concretiza, temos que aceitar que uma quantidade gigantesca de bairros históricos, com residências e seus usos complementares, sejam reconstruídos como armazéns.

Essa transformação programática não encontra soluções de conciliação com a vida urbana desejável e exige uma posição de antecipação, confirmando o resultado de que a implantação da última versão do terminal, há 20 anos, já deveria ter se efetuado na Região Metropolitana. Somente, assim, teríamos um aeroporto componente, juntamente com o Porto do Pecém e a Rodovia Transnordestina, do bloco de apoio universal ao *hub*, ainda mais vitorioso. Por sua vez, com a remoção do atual aeroporto para a Região Metropolitana, a Cidade resgataria uma área decisiva para a qualificação radical de seu desenvolvimento acessível. Esta área de Fortaleza, situada numa posição focal equidistante de todos os bairros, permitiria libertá-la do papel de bloqueio de conectividade geral da Metrópole, hoje existente e poderia apoiar a implementação de um padrão urbanístico exemplar.

O bairro Aerolândia Cidade Verde, manteria em sua composição a Lagoa do Opaia, como elemento de natureza, apoiaria sua comunidade histórica e seria implementado com capacidade habitacional de 170.000 habitantes, em uma forma inovadora pela baixa dependência de bloqueios à urbanização, deixados pelo uso anterior. Ele poderia configurar-se como um lugar de habitar e trabalhar, conforme as exigências deste milênio, incluindo desde agricultura urbana até comunidades de inovação e de se efetuar como atração de visitantes por sua implementação, baseada em sustentabilidade, diversidade de serviços, conforto e segurança para visitantes e residentes locais. Não é por acaso, que a cidade de Frankfurt mantém uma enorme floresta situada entre ela e a área de seu aeroporto. Esses projetos, tratados de maneira articulada, poderiam trazer benefícios para a Região Metropolitana e para a cidade de Fortaleza.

Na atualidade, e muito recentemente, a Cidade tem se preocupado muito mais com questões de regras permissivas com respeito à altura das edificações, com base em procedimentos de análise, carentes da informação técnica adequada sobre as consequências sócio comunitárias dessa decisão. Ela inclui, entre outros resultados indesejáveis, a deformação radical de uma paisagem equatorial marinha e a replicação de um erro, que inúmer-

ras cidades já incorreram e aceitam as críticas atuais sobre ele: os impactos potentes sobre o tráfego local em escala intolerável e a decomposição gradativa da vida comunitária, onde o caráter individualista ganha importância maior que o espírito de vizinhança.

A criação recente desta regra, que não incluiu a opinião dos cidadãos é uma ampliação radical dos efeitos negativos, já identificados na estruturação final do conjunto das habitações situadas na Avenida Beira Mar, que nunca se configurou como uma comunidade. Lá não existem escolas, comércio local ou centros de trabalho, além daqueles da hotelaria e das vendas na rua, cujos trabalhadores não são originários de residências locais. Seus habitantes trabalham, em outras zonas urbanas acessíveis por transporte motorizado individual, seus filhos se educam em colégios situados em zonas acessíveis por transporte motorizado individual, suas famílias consomem em centros de comércio situados em outras zonas da cidade, e também acessíveis por transporte motorizado individual. A população de cada unidade aí situada usará espaços de estacionamentos para 10 automóveis, que atendendo a 50 habitações resultarão numa movimentação de entrada e saída correspondente aos movimentos de 500 automóveis ao dia.

Se imaginarmos várias dessas estruturas no mesmo local e somarmos os resultados, veremos o tamanho do desastre transferido para o espaço público. Esse impacto não foi algo solicitado pela população que usa o espaço público e que terá de suportar seus efeitos. O Parque Litorâneo da Avenida Beira Mar, devidamente reordenado, com custos justos para o uso coletivo previsto, começará a se tornar inacessível por ter que favorecer as realizações das manobras privadas. Se mudanças não forem concretizadas sobre esses assuntos, não há de se esperar que exista garantia futura de franca e saudável acessibilidade de todo e qualquer cidadão, em pleno gozo de seu direito, ter acesso confortável às praias fortalezenses. É como se os responsáveis olhassem somente para o alto e esquecessem que muita coisa negativa está ocorrendo, no nível do chão, na expectativa de que não percebamos com clareza.

## **7 UM PROJETO ABRANGENTE E SISTÊMICO PARA COMBATER AS SEQUELAS DA DESIGUALDADE**

Apesar das previsões da hiperurbanização das regiões mais pobres do planeta, nestes próximos 30 anos, é claro que Fortaleza poderá mudar sua rota de evolução. Ela poderá muito bem, não se transformar numa *megacidade* miserável, violenta e injusta, habitada por 10 milhões de habitantes, montada sobre um cenário de extrema precariedade e refém da violência. Técnicas urbanísticas de antecipações compartilhadas com a população, aplicadas em um planejamento socialmente abrangente e ecologicamente sistêmico, podem conduzir um estabelecimento humano ao padrão de cidade próspera, em ambiente de paz, sem que necessite incrementar seus custos de investimentos e manutenção.

Nesse projeto inadiável, Fortaleza necessitará incluir variadas camadas de intervenções urbanas, entre as quais devemos destacar: uma geografia metropolitana de oportunidades integradas; o Porto do Pecém, espacialmente, coordenado com um Aeroporto Internacional Metropolitano, evitando os impactos típicos de um *hub* aeroviário sobre o coração geométrico da cidade; um foco de desenvolvimento urbano verde, favorecendo as conectividades radiais na área do atual aeroporto; a zona do Centro Urbano-Praia de Iracema reabilitada, com vistas a habitações diversificadas, inovação, conferências, cultura e turismo; zona do Porto do Mucuripe livre das cargas perigosas na Área da Tancagem; Praia do Futuro apoiada pelo turismo saudável, conectada à Cidade com realce da paisagem natural; preservação das lagoas, das dunas da Sabiaguaba e da Lagoa da Precabura; complementação dos sistemas sanitários e infraestruturas; educação, lazer e saúde acessíveis a todas as vizinhanças; base natural com preservação dos serviços ambientais; movimen-

tação de pessoas e bens em composição modal equilibrada e harmonizada com o sistema de usos do solo; espaço público confortável e seguro como base para a diversidade de intercâmbio; herança cultural edificada e rigorosamente reabilitada; reduzida dependência do transporte motorizado individual; todas as áreas urbanas conectadas por transporte público viável e eficiente, movido a partir de energia do sol; forma urbana de vizinhanças, favorecendo a coesão social, à governança e ao controle natural comunitário; antecipações gradativas sobre as mudanças relacionadas ao uso de combustível fóssil; eliminação da poluição aérea; resgate de grande parte dos espaços públicos cedidos aos veículos no intervalo de um século; uso de caminhada, bicicleta e ecotaxi,<sup>1</sup> em ambiente verde; rede hierárquica de parques e espaços públicos como estímulo ao lazer comunitário e à redução do sedentarismo; uma cadeia de distritos de agricultura urbana em bases comunitárias; forma digna para as habitações precárias e solução do déficit habitacional; novas formas de habitar, de maneira compartilhada e, socialmente, criativa em bairros de inovação; desconcentração dos lugares de trabalho, tornando-os acessíveis a todos; criação de focos de economias locais nas comunidades; rede de infraestruturas sócio-comunitárias acessíveis para uma caminhada. Tudo isso é para alcançar o que todos desejamos: uma cidade resiliente com capacidade de compartilhar solidariedade, nos casos de desastres, pandemias e sequelas da desigualdade. Assim, se resumem parte das propostas do Plano Urbanístico e de Mobilidade Fortaleza 2040.

## CONCLUSÃO

Esse texto resume algumas das questões identificadas, durante a elaboração do Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade, Fortaleza 2040, parte do Plano Estratégico Fortaleza 2040 e que teve sua execução coordenada pela Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura e Coordenação Geral do Instituto de Planejamento de Fortaleza - Iplanfor.

Ao realizar a Coordenação Urbanística do Plano Mestre, tive a oportunidade de identificar uma grande quantidade de temas relacionados com a estruturação espacial da Cidade e aqui estão destacados. Aqui, não estão todos, mas apenas alguns dos temas mais influentes e que demandaram inevitáveis respostas técnicas coordenadas e sistêmicas, da maneira que o planejamento de cidades tende a exigir. São frutos de reflexões ocorridas de forma compartilhada, com cerca de 50 parceiros, técnicos, especialistas e criadores, que convergiram com equilíbrio sobre os problemas estruturantes da Cidade. O processo de planejamento desenvolveu-se num período de quatro anos de trabalho, sendo concluído em 2016.

A forma de exposição do conteúdo, aqui resumido, opera como um caderno de anotações sobre alguns dos mais importantes problemas urbanos da cidade e tomadas de decisões correspondentes às suas soluções. Para realizar o Plano Mestre por completo, utilizamos várias fontes da literatura especializada, e parte delas, apoiam as reflexões aqui registradas, que por essa razão, estão citadas ao final deste texto. Apoiamo-nos, também, na oportuna inclusão de padrões urbanísticos, não só aqueles universais e permanentes, mas também, em outros de reconhecida eficiência por conta de sua capacidade de inovação.

No âmbito do Plano Mestre, também, verificamos a herança tipológica da cultura urbanística local, analisamos inúmeras teses e trabalhos acadêmicos sobre o assunto, obtivemos resultados significativos com análises de casos, consideramos exemplos de boas práticas e realizamos uma síntese holística com os resultados de análises estratégicas sobre a Cidade, levando em conta a sua história, sua atualidade e seu futuro cheio de oportunidades e incertezas.

## REFERÊNCIAS

BERTOLD, Alain. **Order Without Design** (How Market Shape Cities. The MIT Press, 2018)

BROWER, SIDNEY. **GOOD NEIGHBORHOODS**. PRAEGER PUBLISHERS, 1996

CALTHORPE, Peter e VAN DER RYN, Sim. **Sustainable Communities**. Sierra Club Books, 1991

CALTHORPE, Peter; VAN DER RYN, Sim. **Sustainable Communities**. [S.l.]. Sierra Club Books, 1991.

CALTHORPE, Peter. **Pedestrian Pocket Book**. Princeton Architectural Press, 1989

CARR, Stephen. - FRANCIS, Mark. **Public Space**. Cambridge University Press, 1992

CASTRO, José Liberal, **Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza**. Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará - UFC. 1978.

CERVERO, ROBERT; Guerra, ERIK; Al, Stefan. **Beyond Mobility: Planning Cities For People And Place**. Island Press, 2017

CROWE, Timothy. **Crime Prevention Through Environmental Design**. Boston: Butterworth- Heinemann, 2000.

DANIELS, P. W. **Movimento en Ciudades**. Instituto de Estudios de Administracion Local, 1983

Dodson, JAGO; Sipe NEIL; Nelson ANITRA. **Planning After Petroleum**. Routledge, 2017

EISNER, Simon. GALLION Arthur, **Urban Pattern**. Van Nostrand Reinhold, 1993

Fainstein, SUSAN S. **The Just City**. Cornell University Press, 2010

FALK, Nicholas, **Sustainable Urban Neighbourhood**, Architectural Press, 1999

GRAVA, Sigurd. **Urban Transportation Systems-Choices for Communities**. [S.l.]. Mac-Graw- Hill, 2003.

GREENBERG, Mike. **The Poetics of Cities**. Columbus: Ohio State University Press, 1995.

HALL, Peter. JACOBS, Jane. **The Death and Life of Great American Cities**. New York: Vintage Books, 1989.

JACOBS, Jane. **The death and Life of American City**. Vintage Books, 1992

Kemp, ROGER. **Cities Going Green: a Handbook of Best Practices**. Jefferson: McFarland, 2011.

LYLE, John. **Design for Human Ecosystems**. Washington, DC: Island Press, 1999.

- MITCHEL, William. **E-topia**. Massachusetts: The MIT Press, 1999.
- Moretti, ENRICO. **The New Geography of Jobs**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.
- NEWMAN, Peter; KENWORTHY, Jeffrey. **Sustainability and Cities: Overcoming Automobile Dependence**. [S.l.]. Island Press, 2009.
- OLALQUIAGA, Celeste. **Megalopolis: Contemporary Cultural Sensibilities**. [S.l.]. [s.n.], 2001.
- RAMBLETON, Robin. **Cities and Communities Beyond Covid 19: How Local Lead**, Bristol University Press, 2020
- SHORT, John. **The Urban Order**, Blackwell Publishers, 1996
- SOUTHWORTH, Michael. and **Streets and the Shapping of Towns Cities**. Mc Graw Hill, 1997
- TCHUMI, Bernard. **Architecture and Disjunction**. The Mit Press, 1994
- W.Soja, EDWARD. **Seeking Spatial Justice**. University of Minnesota Press, 2010
- WHYTE, William H. **City**. Anchor Books, 1988
- Yescombe, E.S. **Public Private Paternships: Principe of Police and Finance**. Elsevier Ltd.,2018

## MODERNIDADE MESTIÇA E NOVOS CONFLITOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

**Roberto Briceño-León**

Universidade Federal de Ceará, Fortaleza, Brasil

Universidad Central de Venezuela, Caracas, Venezuela

A modernidade da América Latina não pode ser explicada com as categorias simples e binárias de atraso e progresso, tradição ou modernidade que utilizaram boa parte da teoria sociológica. A América Latina oferece uma singularidade que é o resultado de uma mistura repetida, ao longo do tempo, de diferentes influências e resistências, consumos externos e retrabalhos internos, que têm causado uma miscigenação, uma nova dimensão social, cheia de sobreposições e assincronias, que é preciso rever e reconstruir permanentemente.

Compreender essa estranha singularidade que representa a modernidade latino-americana é importante e atual, porque enquanto nos chamados países ricos ou desenvolvidos, a intelectualidade anuncia majestosamente e até sofre de crises epilépticas pós-modernas, nos países do sul, pobres, subdesenvolvidos ou tradicionais, a modernidade continua sendo uma aspiração, uma ambição e uma meta importante, pois, está associada ao bem-estar que seus frutos prometem. É por isso que os indivíduos buscam impulsionar a modernidade onde vivem, outros emigram para o Norte, por quaisquer meios, mesmo correndo sérios riscos, buscando uma modernidade que não encontram em suas terras.

Para entender essa modernidade heterogênea e confusa em que vivemos, é preciso entender o processo social e econômico que a precedeu ou acompanhou. Ou seja, devemos conhecer e descrever como foram às condições materiais e culturais, as raízes das árvores que produziram frutos tão diversificados e misturados.

Vamos vê-los, a partir de diferentes ângulos, na tentativa de compreender sua singularidade mestiça. Tentando identificar os traços que as correntes teóricas do pensamento social atribuíram à modernidade durante dois séculos, e confrontá-los com os processos sociais reais, com as transformações vividas na América Latina. Talvez, por esse caminho, possamos saber o quanto é universal e o quão único é nossa aventura rumo à modernidade.

### MODERNIDADE E MODERNIZAÇÃO

Quando ponderamos que, em 1950, somando a população da América Central e do Sul com a do Caribe, havia 69 milhões de pessoas morando nas cidades e que meio século depois, em 2000, essa população urbana chegaria a 394 milhões (NAÇÕES UNIDAS, 2004), pode-se tentar medir a magnitude da grande mudança vivida. Em cinquenta anos, a população das cidades latino-americanas multiplicou-se quase cinco vezes, as cidades receberam um aumento de 325 milhões de novos colonos.

E se pensarmos no campo e nas transformações vividas pelos camponeses das montanhas andinas do Equador, Colômbia ou Venezuela; nas populações indígenas da selva Peten na Guatemala ou Oaxaca no México; nos pescadores de Fortaleza, no Brasil ou de Barranquilla na Colômbia... pode-se ver que na América Latina houve um processo de modernização, mas não necessariamente modernidade.

Modernidade como realidade e modernização como processo se misturam e se confundem no pensamento social e na linguagem cotidiana nas últimas décadas. A modernidade representa um sonho, uma esperança que reúne muitas formas de declarar o contemporâneo, o imediato ou o recente. Também o bom e o valioso, em comparação com o

atrasado, com o velho, o antigo ou fora de moda. Ser moderno é uma forma de definir objetos, sociedade e comportamentos, e até poucos anos atrás, também era sinônimo indiscutível de benefícios que podiam ser evidentes ou subjacentes, mas sempre bem valorizados.

Um objeto moderno: um vestido, um aparelho de som ou um veículo moderno, sempre foi uma forma de anunciar novidade e inovação, sua premissa deixava para trás os demais objetos que, outrora, foram igualmente descritos como modernos, mas que a nova temporada da moda ou o novo design, devido à aceleração do tempo, tornou-os antiguidades recentes. A aceleração das inovações transformou primeiro o *long play*, o disco de vinil e depois a fita cassete em antiguidades. A grande inovação em comunicação dos anos oitenta, como o fax, foi esquecida com e-mails e PDFs, as majestosas máquinas esféricas de escrever da IBM são expostas em museus e as crianças, maravilhadas, questionam qual fora a utilidade daquele objeto.

A modernização tem sido uma forma de descrever uma multiplicidade de processos que permitiram às sociedades chegarem à atualidade, à contemporaneidade de um presente sempre efêmero. Fala-se em "modernização da indústria ou dos serviços públicos", como forma de denominar a atualização dos procedimentos ou da tecnologia, e a modernização da sociedade seria a soma desses processos como um todo.

A modernidade é então interpretada sob algumas dicotomias. A primeira é aquela que contrasta o velho com o novo, sendo o moderno o que é novo. Mas, como vivemos em uma época onde sempre há algo novo, então o moderno passa a ser o atual, em oposição ao passado ou anterior. Por mais recente que seja um objeto, uma tecnologia ou uma prática, o surgimento de algo mais recente torna-o não moderno, passando o recém-chegado a ocupar aquela posição privilegiada do "moderno". E, como aponta Latour (1994), a designação do moderno é assimétrica, porque se refere a uma quebra na passagem regular do tempo e a um combate em que há vencedores e vencidos, o bom e o belo é o moderno e o velho é o que o precede, que foi derrotado pela força da inovação que a modernidade emana.

Para a sociologia, a modernidade refere-se a duas dimensões distintas, por um lado, a uma época delimitada, que corresponde a vários séculos de história europeia. E, por outro lado, a um tipo de organização social, econômica e política, cujas características surgiram e se consolidaram naquele período da história europeia, e que com o passar dos anos e do desenvolvimento político, tornou-se uma proposta de modelo universal de mudança social.

## MODERNIDADE COMO ÉPOCA

O período conhecido como "tempos modernos" em português, ou como *Les Temps Modernes* o *The Modern Times* (ano) em francês ou inglês, já existe há vários séculos. A modernidade vista em uma perspectiva temporal, foi um longo período histórico que decorreu após o século XV.

No final da vida, Hegel modificou a periodização em quatro etapas que havia desenvolvido em suas *Lecciones de Filosofía de la Historia* (2004) e dividiu a história em três grandes épocas, que deram origem ao que, hoje, conhecemos como etapas antigas, medievais e a Moderna (HEGEL, 2004).

Essa nova fase da história moderna teve sua origem, segundo Habermas (1996), em três grandes acontecimentos que demoveram a ênfase da vida social, desde Deus e a tradição, para o ser humano e a razão. Esses três eventos foram a descoberta da América, o Renascimento e a Reforma. A descoberta do Novo Mundo ofereceu uma dimensão diferente do universo, pois não só permitiu que as economias expandissem o comércio mundial, com

a incorporação de novos produtos e novas rotas marítimas, mas também, deu às pessoas um sentido diferente de nosso lugar no cosmos, a partir disso, nem a terra nem os humanos eram o centro do universo. Não apenas a economia mundial mudou, mas ofereceu uma ideia, completamente diferente do mundo, da terra. A Reforma Protestante quebrou o monopólio religioso do clero católico e tornou o homem livre para se comunicar, diretamente, com Deus. Os intermediários não eram mais necessários, pois a palavra e a mensagem de Deus podiam ser lidas em sua própria língua. Por outro lado, introduziu a ideia da salvação da alma pelo trabalho e enriquecimento, não apenas pela oração e pela vida religiosa; não era preciso separar-se do "barulho mundano", pelo contrário, você poderia ganhar o céu envolvendo-se nos assuntos terrenos (WEBER, 1969). E, por fim, o Renascimento, que ofereceu uma concepção de vida e natureza centrada na razão e na ciência, e voltou seu olhar para o ser humano e para a fruição da beleza.

O momento específico em que se situam os primórdios da modernidade é motivo de controvérsia entre os estudiosos, e dependerá do tipo de acontecimento ou processo social privilegiado. Para Giddens (1990), o início da modernidade pode ser apontado nos modos de vida e organização que surgiram na Europa, por volta do século XVII. Por outro lado, Ashton (1948), interpreta de forma mais restrita e considera que ela poderia estar situada em um lugar, um momento e um acontecimento específico: na Inglaterra, com a Revolução Industrial de 1760, e com o surgimento das máquinas fiandeiras. Para Hobsbawn (2005), o período iniciaria a partir de 1780, pois toma como referência as mudanças introduzidas na produção de energia com a máquina a vapor e não com as máquinas de fiar.

Pode-se, também, estabelecer pensando com critérios políticos, a modernidade como o período que surgiu na França, a partir de agosto de 1789, quando com a Revolução Francesa ocorreu a abolição dos privilégios feudais do *Ancien Régime* e a declaração dos direitos dos homens. Como se vê, não há muita diferença entre as datas propostas por Ashton ou Hobsbawn, com referencial tecnológico e econômico, aquela que se refere à mudança política na França, ou aquela ocorrida nos Estados Unidos, em 1783, com a independência. A inter-relação entre as transformações econômicas e o regime político tem sido, desde então, um tema central nas teorias de mudança social.

Este é um período de múltiplas mudanças, o comércio monopolista entre a Espanha e as colônias americanas, cujos documentos oficiais chamavam de Índias, foi liberalizado e a partir do novo Regulamento de Livre Comércio de 1778, foi permitido que não só Cádiz, mas vários portos espanhóis pudessem comercializar com as cidades da América Latina, levando mercadorias para a Europa e ideias para a América. É o momento do impulso do capitalismo na Europa, com sua base industrial e liberdades individuais, consagradas como direitos à liberdade, igual acesso aos cargos, às posições e à justiça; e, também de igualdade na contribuição tributária e na manutenção do estado e das instituições públicas e comuns, o que Parsons denomina como, "primera cristalización del sistema moderno". (PARSONS, 1974, 67).

Nessa perspectiva, somos modernos há trezentos anos. Embora autores como Latour (1994), incitantemente, afirmem que na verdade "nunca fomos modernos", nem na Europa nem na América. A verdade, é que a marca de civilização que se desenvolve a partir desses acontecimentos na Europa, consegue constituir uma espécie de sociedade nova que marcou, em maior ou menor grau, a vida social do planeta e que é essencialmente "ocidental".

Quais desses traços e atributos, de origem limitada a um lugar e a um tempo, são exclusivos da modernidade europeia? É possível generalizá-los para outros lugares e outros momentos? Se assumirmos que a modernidade é, apenas, um período da história europeia, ela deve receber uma espécie de tratamento, na análise sociológica, qual um evento social. Em contrapartida, será muito diferente se for considerada uma forma mais abstrata e

universal de organização social. Também, será muito diferente se o considerarmos não um fato do passado, mas um modelo de sociedade, cujo exemplo deve ser imitado, e seguido no futuro. Dedicar-nos-emos a isso agora.

## **MODERNIDADE COMO MODELO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

A chamada sociedade moderna apresenta algumas particularidades, que permitem caracterizá-la uma organização social específica, em termos econômicos, políticos e sociais. Foi classificada como uma sociedade racional, capitalista, tecnológica, científica, burocrática e também democrática.

De todas essas qualificações, três características foram, marcadamente, atribuídas à modernidade. Conforme Taylor os resume, são eles: o surgimento de uma economia industrial de mercado, o surgimento de um estado burocrático e o surgimento de um governo popular (TAYLOR, 1998, 1991-218). Claro, pode-se argumentar que muitas dessas três características existiram, desde os tempos antigos, uma vez que mercados, burocracias e formas populares de governo sempre existiram. Mas, o que é único na modernidade é que esses fatores adquirem relevância e dimensões diferentes e, acima de tudo, que há mudanças no modo de pensar das pessoas, na sua ideia de mundo e de vida. O racionalismo ocidental, embora se baseie na tecnologia, no cálculo do retorno econômico e na existência de um sistema de leis, afinal seus resultados dependem, como sustenta Weber (1969), da capacidade e aptidão das pessoas para assumir certos tipos de comportamento racional. É por isso que Eisenstad (2002) considera que a modernidade não é apenas economia e política, mas um "programa cultural" muito mais amplo que se espalhou de maneiras múltiplas e diferenciadas (EISENSTAD, 2002, p. 2).

São três dimensões nas quais podemos observar a modernidade como modelo econômico, político e cultural.

A modernidade como modelo econômico significou algumas mudanças importantes na organização do trabalho, ocorreram processos tecnológicos que permitiram modificar as relações entre a economia doméstica e a indústria, e entre os diversos fatores de produção que possibilitaram o surgimento do trabalho livre. O trabalhador deixou a servidão e passou a ter, apenas, o controle de sua força de trabalho a venda por um salário. Enquanto isso, seu empregador controlava o uso do tempo e dos processos de produção, dos instrumentos de trabalho, das matérias-primas e do produto final. Weber, também, insiste que essa organização capitalista, formalmente, livre do trabalho, que Marx reconhece como uma expansão da liberdade individual foi uma inovação exclusiva do Ocidente, o que não ocorreu em nenhum outro lugar do planeta. Essa singularidade, talvez, seja à base da grande admiração que o próprio Marx expressa pelo capitalismo: "la sociedad burguesa es la más compleja y desarrollada organización histórica de la producción" (MARX, 1971, p. 26), e atribui uma grande força ao capital "revolucionário", porque "derriba todas las barreras que obstaculizan el desarrollo de las fuerzas productivas" e modifica os padrões de trabalho, consumo e necessidades, e cria uma nova sociedade, daí "su gran influencia civilizadora" (MARX, 1971, p. 362).

A modernidade como modelo político, foi marcada pelo domínio do liberalismo político como ideologia, o surgimento de estados-nação, a criação de uma ampla burocracia, a divisão de poderes que criou contrapesos no Estado e a legitimidade de origem dos governantes, como fundada e consagrada pela vontade do povo e não pela graça de Deus. Não era mais necessário que o Papa, desse legitimidade coroando reis e imperadores. A Constituição da Filadélfia, de 1787, nos Estados Unidos e a Declaração dos Direitos do Homem

e do Cidadão, de 1789, na França lançaram as bases, em pauta, do que hoje conhecemos como modernidade política.

E, por fim, a modernidade como proposta cultural que implicou uma grande mudança na orientação da perspectiva social, pois transformou sociedades que olhavam para o passado e se baseavam na tradição, em sociedades que olhavam para o futuro e era obrigado a construir o inédito, o novo. A modernidade dissolve tudo o que foi construído no passado, todas as tradições sagradas são profanadas, diz Bauman (2000). Pois, o processo de "*melting of solids*", é a marca permanente da modernidade (BAUMAN, 2000, 4-15). Essa orientação para o futuro tem sido reconhecida como uma das grandes mudanças culturais da modernidade, somado à orientação racional de comportamento. Embora exista controvérsia sobre o significado desse comportamento voltado para um propósito, baseado no modelo de cálculo de probabilidades e custos e benefícios que definiu o empresário capitalista (De LA VEGA, 2004), Habermas, por sua vez, sustenta que por racional não deve ser entendido, exclusivamente, o comportamento orientado para a obtenção de benefícios egocêntricos, mas sim, pela ação orientada por uma vontade de entendimento entre seres humanos livres que a modernidade desenvolve (HABERMAS, 1987, I-197 e seguintes).

## MODERNIDADE COMO MODELO UNIVERSAL

Essa perspectiva de modernidade sofre uma modificação, em meados do século XX. A ideia de que a modernidade é um processo histórico que foi circunscrito a um espaço específico e, portanto, é uma singularidade, transforma-se em modelo universal de sociedade.

Em seus livros, Herbert Spencer (2014), estuda as mudanças sociais e descobre que há muitas semelhanças nas transformações que estavam ocorrendo no mundo, a partir da extinção do feudalismo e da ascensão da sociedade capitalista industrial: diferenciavam-se cada vez mais, as funções de trabalho, novos tipos de comércio foram produzidos, foram regulamentadas as diferenças entre governantes e governados, as funções de liderança religiosa e política foram diferenciadas e a vida nas cidades foi encrementada. Esse processo, que foi denominado de mudança do "homogêneo para o heterogêneo", Spencer considera que ocorre "de igual modo en el progreso de la civilización como un todo en el progreso de cada tribu o nación". E então, ele considera que é razoável sustentar que existe "una ley del cambio que puede explicar esta transformación universal" (SPENCER, 2014, p. 12-15).

Essa mudança de perspectiva acarreta duas mutações. A primeira refere-se à mudança de um processo particular de um lugar e momento histórico, em um processo geral e a-histórico. Nesse processo, o caráter, especificamente "ocidental" da modernidade, é substituído por um padrão que passa a ser universal, à medida que se espalha pelo mundo. Não apenas os mesmos traços econômicos, políticos ou culturais se manifestam no Ocidente, mas são encontrados em toda parte, na Ásia, África e América. Os padrões de produção e consumo tornam-se semelhantes e, embora a industrialização possa ter expressões diferentes em lugares como a Rússia ou o Japão, estima-se que seus fundamentos sejam semelhantes e típicos da evolução da sociedade e, portanto, a modernidade torna-se um processo universal.

A segunda mutação refere-se ao caráter normativo que é dado às características da modernidade. Dessa forma, a modernidade deixa de ser o resultado de um processo social específico, que *pode* ocorrer e se torna um modelo universal que *deve* ocorrer. E se somam, além disso, resultados inevitavelmente positivos: se você percorrer esse caminho, ao final do percurso, poderá superar o "atraso" em que estiveram os países não modernos e encontrar o bem-estar. A modernidade passa a ser o estereótipo da boa sociedade, da qual conquistou riqueza e liberdade, e daí surge uma nova dicotomia, em que o moderno

é a antítese da sociedade rural, da pobreza e do atraso. Posteriormente, essa dicotomia se amplia, e a modernidade é homologada com a ideia de progresso e desenvolvimento e, portanto, a noção de não moderno é constituída por atraso e subdesenvolvimento.

Quando essas mudanças ocorreram, surgiu um novo conceito denominado modernização, por meio do qual foi descrito o processo que levou certos países à modernização, bem como as mudanças que deveriam ser promovidas na economia e na política, para permitir que aquelas outras sociedades tradicionais, atrasadas e subdesenvolvidas pudessem se tornar modernas. A modernização estava associada à teoria dos estágios de desenvolvimento econômico, que Rostow postulou, nos anos 50, e em que o estágio nodal era *take-off*, de decolagem econômica, em que, tomando a metáfora do voo de um avião, o momento crítico é considerado quando a aeronave se levanta do solo, do atraso e do subdesenvolvimento, para chegar ao céu de desenvolvimento, pois uma vez atingida a altura exigida, ela requer menos esforço para se sustentar. A modernização equivale ao processo, tanto antes quanto depois da decolagem. A modernização deixou de ser um acontecimento específico, e passou a ser primeiro um padrão explicativo de um processo histórico, e depois um padrão normativo, que estabelecia como as sociedades evoluem, ou deveriam evoluir para passar do atraso rural ou feudal a outro de progresso urbano e industrial.

Em geral, o processo de modernização sempre exigiu a decolagem, a existência de um excedente econômico e de certas condições culturais ou institucionais. Com um nível de poupança interna e financiamento externo, foi possível investir para dar início à industrialização, o que, por sua vez, gerou mais renda nacional, o que também promoveu a urbanização, permitindo ter mais mão de obra para a indústria, e um maior mercado para os produtos.

A sociologia viu esses processos associados a outras mudanças; a educação da população, a alfabetização e a escolarização que oferecia às pessoas habilidades para o trabalho, e também uma prontidão psicológica para aceitar a mudança e se adaptar às novas condições de vida e trabalho e, por fim, o surgimento de mecanismos políticos que permitiram maior participação na formação do poder e da resistência ao autoritarismo. (LERNER, 1979, p. 169-176).

É surpreendente que, embora a linguagem e os objetivos possam ser muito diferentes, as características dos processos sociais da modernidade descritos por Parsons (1974) e Bourdieu (1977) são semelhantes. A modernidade requer para Parsons, condições materiais de poupança e investimento que levem à industrialização, para expandir o estado de direito para a democratização e para educar e promover a ciência, a fim de alcançar a secularização. Para Bourdieu, essas são as mesmas mudanças que levam a garantir tanto a reprodução do capital econômico, quanto à reprodução do capital cultural e a diferença o autor argumenta, que "nas sociedades pré-capitalistas (ou pré-modernas), essa reprodução era garantida pelo "habitus", enquanto na sociedade capitalista, os "objetivos" são garantidos, mecanicamente, pela organização do trabalho, pelas leis e pelas práticas contábeis" (BOURDIEU, 1997, p. 256).

## **MODERNIDADE COMO DESENVOLVIMENTO**

A partir do final da Segunda Guerra Mundial, com o surgimento do sistema de nações, o processo de independência das ex-colônias e o estabelecimento da Guerra Fria, o conceito de modernização entrou em voga. Foi uma resposta que se deu aos países não industrializados, uma forma de apontar um caminho, ainda, não percorrido e que deve ser explorado. Era ao mesmo tempo uma explicação para as carências do passado e uma esperança para o futuro, e foi nesse contexto que autores como Germani (1971) interpretaram a modernização da América Latina.

A difusão política do conceito foi oferecida como uma alternativa à explicação marxista do imperialismo e à proposta comunista da revolução proletária. Foi uma resposta às políticas que a União Soviética avançava para o mundo não europeu: Ásia, África e América Latina. Uma mensagem que dizia que a sociedade rural, tradicional ou atrasada, poderia ser modernizada, em vez de comunista. E é essa a memória, boa ou má, que se tem do conceito em muitas partes da América Latina, e que levou Quijano (1988) a qualificar a modernidade como ideologizada e fracassada, ou deficiente.

Por isso, é apropriado afirmar, como Alexander, que a teoria da modernização não é apenas uma teoria científica, não é apenas uma sociologia da mudança social, da economia do crescimento ou da explicação da história, mas é uma ideologia que permitiu não só compreender o que se passava no mundo de forma racional, mas interpretá-lo de forma a dar sentido e motivação às pessoas. A modernização tem sido um sistema simbólico que funciona como uma metalinguagem que diz às pessoas, empresas e governos como agir e o que fazer (ALEXANDER, 1994, p. 170).

No entanto, as teorias da modernização, nas ciências sociais, são muito mais complexas e ricas do que simplificações ou apelidos ideológicos. Além disso, permanecem válidas, uma vez que aconteceu parte do que foi prometido pela modernização, mas talvez nem tanto, nem o suficiente para esquecer que persistem a pobreza, o atraso ou o subdesenvolvimento. Por isso, permanece a ilusão de desenvolvimento ou modernização, mesmo com diferentes nomes ideológicos ou vestimentas, ora interpretadas como capitalismo, ora postuladas como socialismo. A modernização continua sendo uma ambição não realizada.

O problema da proposta normativa é que é muito difícil, do ponto de vista histórico, aceitar a existência de um modelo único no processo de transformação social. Na América Latina, os processos de modernização têm sido como afirma Larraín (2011), imitativos e efêmeros, e talvez deva ser dito que foram efêmeros porque foram imitativos. Não há caminho que possa ser descrito, com algum suporte, como normal. Não se pode dizer que haja um processo universal de modernização, nem como modelo recorrente, nem como recomendações a seguir, pois, além do que aconteceu no Reino Unido e na França, as variações são notáveis, mesmo entre os países da Europa Ocidental. Nem é possível pensar que possa haver uma receita, ou um mapa do caminho que uma sociedade deve seguir para chegar à modernidade. O processo de industrialização aconteceu de uma maneira na Inglaterra e de uma maneira muito diferente no Japão, e ambos diferem do que aconteceu com Taiwan ou Coreia do Sul. E, por sua vez, esses quatro processos de industrialização são diferentes da maneira que o processo de industrialização acelerado da China pós-comunista se desenvolveu. Não há nenhuma regra que possa ser formulada. Mas, algo comum acontece no mundo contemporâneo.

## **MODERNIDADE MESTIÇA**

Será que as características acima descritas de modernidade e modernização estão presentes na América Latina?

De imediato, a resposta é ambígua. Por um lado, sim, porque em certa medida a modernidade existe na América Latina. E, por outro lado, não, ou porque não é inteiramente, ou porque é de uma forma diferente. Alguns dirão que estava incompleto, porque ainda está faltando; outros argumentarão que é assim, porque apesar dos esforços, "o Ocidente" ou o capitalismo não conseguiu se estabelecer ou se impor. Alguns se alegram com essa ambiguidade; outros se entristecem.

Embora o capitalismo seja o sistema dominante em toda a América Latina, até meados do século XX, em muitas áreas rurais a produção ocorreu sob as relações de produção

feudais ou semifeudais. Por outro lado, a qualificação que a sociologia latino-americana cunhou para esse capitalismo, ao afirmar que era "dependente" (CARDOZO E FALETTI, 1969; QUIJANO, 1977), enfatizavam que não era total e igualmente capitalista. Apesar disso, a economia de mercado foi imposta e o trabalho livre e assalariado expandido.

A industrialização aconteceu, embora não em toda parte, nem da mesma maneira. No início, foi para substituir as importações, seja para economizar divisas, seja para compensar a falta de tais bens, devido aos conflitos bélicos na Europa, como aconteceu no Cone Sul; seja para gastar moeda estrangeira, conforme aconteceram na Venezuela e em outros países exportadores de petróleo algumas décadas depois (BRICEÑO-LEÓN, 2015). Posteriormente, a industrialização assumiu a forma de maquila, como local de busca de mão de obra barata e uma peça na realocação da indústria mundial. E embora alguns países como Brasil ou México tenham conseguido sustentar seus processos industriais, a entrada da China, na economia mundial como a grande fábrica do mundo, empurrou a região para seu papel de produtora de matérias-primas, e o extrativismo predatório consolidou-se em vez de diminuir, e a industrialização não é a característica dominante na sociedade.

Certamente, na América Latina tem havido um movimento muito grande de pessoas, de forma a ter mais de 80% da população campesina vivendo nas cidades. O processo de urbanização foi rápido e extenso, e as cidades passaram a fazer parte da representação da modernidade. No entanto, nessas cidades, surgiram espaços de convivência de setores de baixa renda que muitos consideram o desafio da modernidade (BOLÍVAR, 1995). A pobreza e o desemprego urbano estão presentes desde o início do processo de urbanização, pois na América Latina, ao contrário do que aconteceu na Europa, a urbanização antecedeu a industrialização, e pouco se fez pelo proletariado. A sociologia da América Latina tentou encontrar uma explicação para essa singularidade e nomeou-a como marginalidade. (VEKEMANS & SILVA FUENZALIDA, 1969); em seguida, ele retomou e aplicou forçosamente os conceitos marxistas de superpopulação em relação ao mercado de reserva industrial (NUN, 1969; MURMIS, 1969). É evidente que os camponeses foram para as cidades e não encontraram trabalho na indústria, mas sim, nos serviços públicos e oficinas, e tiveram que produzir o seu próprio afazer, empregarem a si mesmos, trabalhar por conta própria e criar seu próprio labor, chegando a representar um terço, ou mais, dos ofícios em vários países da região (CEPAL, 2019: 170). A interpretação dessa forma de ocupação é polêmica devido à sua ambiguidade, para alguns autores é uma forma de trabalho precário e para outros é expressão da sua capacidade empreendedora e germe do desenvolvimento capitalista (DE SOTO, 1986).

A meritocracia é exaltada em campanhas políticas, ou em cursos de gestão e administração em toda a América Latina, mas na realidade, as atribuições em cargos públicos, ou empresariais, ainda, estão vinculadas aos laços familiares ou de amizade. Alguns os defendem como uma forma singular de gestão, baseada em uma confiança que tem nome e sobrenome, e que não é a confiança abstrata que a sociedade anônima moderna requer: confiança (*trust*) nas instituições e nas regras do jogo (LUHMANN, 1993). Por isso, o modelo dominante continua sendo a empresa familiar, e o mercado de capitais e de ações tiveram pouco crescimento e aceitação por parte da população.

Na América Latina, existe um setor da população que apresenta um comportamento racional condizente com o tipo ideal de modernidade, com forte orientação para a realização. Mas, outra parte importante da população tem um componente motivacional diferente (DA MATTA, 1983). Em seus estudos, McClelland (1978), constatou que, aplicando os mesmos instrumentos de medida, as orientações para a afetividade ou poder eram mais fortes na América Latina do que a busca por realizações. Da mesma forma, o sentido de trabalho que a população apresenta está segmentado em um setor, não pequeno, mas não majoritário, que possui uma racionalidade instrumental voltada para o sucesso, em qual-

quer de suas formas; e outro setor que, dificilmente, deseja satisfazer, suas necessidades e receber o reconhecimento emocional dos outros (BRICEÑO-LEÓN, 1996).

E quanto à secularização, na região, a presença religiosa continua a ter uma relevância fundamental na vida privada e pública. Desde o final do século XIX, iniciou-se um processo de transferência das funções relacionadas com a vida pessoal e familiar da Igreja para o Estado, o registro de três momentos centrais da vida: nascimento, casamento e morte, deixaram de registrar-se nos livros dos conventos e passaram a serem obrigação e exclusividade do Estado. No entanto, por quase um século, o divórcio tornou-se fonte de controvérsia entre o Estado e a Igreja, ou grupos religiosos, e é por isso que o intervalo de tempo entre quando alguns países latino-americanos autorizaram o divórcio legal e quando outros países o fizeram recentemente, pode ser de aproximadamente cem anos.

A tensão entre a Igreja e o Estado foi transferida, nas últimas décadas, para a questão da legalização do aborto, uma vez que, em vários países, grupos religiosos têm exercido muita pressão para evitá-lo e têm conseguido. Porém, também não se pode afirmar que a religião controla a vida da população católica, visto que há distância e autonomia da população, e o exemplo óbvio é a resposta às proibições das autoridades eclesiais ao uso de anticoncepcionais: a grande maioria dos católicos usa todos os métodos contraceptivos proibidos pelo Vaticano e os defende como a postura correta (PEW RESEARCH CENTER, 2014, p. 25).

No mundo político, declarações pomposas são feitas contra a interferência da Igreja na política. No entanto, o imaginário religioso e o ativismo das diferentes denominações religiosas tornaram um componente central na política, nas eleições presidenciais e parlamentares na América Latina. O uso explícito de símbolos religiosos por políticos e governos, aponta para o completo oposto da secularização. Mesmo governos de orientação marxista e supostamente ateísta, como o da Nicarágua, qualificam sua revolução como socialista e "cristã". E na Venezuela, as autoridades da indústria do petróleo realizam missas como "rogatória" para pedir aos céus que aumente a produção decrescente de hidrocarbonetos (TAL CUAL, 2018).

Como interpretar essas ambiguidades e singularidades?

Parece-nos errado afirmar, que a modernidade na América Latina, foi um fiasco ou uma simples fachada de ouro, uma pura coreografia de teatro. Não, não é assim, a modernidade ocorreu e existe, porque o capitalismo é a forma dominante de produção e de relação social, a industrialização foi implantada em várias áreas, houve mobilização, diferenciação e secularização e a racionalização existe, com todo o seu sopro de magia e família.

O que acontece é que não é idêntico ao europeu. E, assim, a modernidade latino-americana tem sido mais resultado de forças externas, do que de processos de evolução de forças internas. Tem estado mais ligado ao consumo do que à produção e, ao contrário da Europa, não tem estado ligada ao processo de construção dos estados nacionais, de construção da Nação, mas sim, à construção como um todo.

Como então é possível qualificar a singularidade da Modernidade na América Latina?

A afirmação de Eisenstadt (2002), de que não existe uma modernidade, mas que existem múltiplas formas de modernidade que não seguem o padrão "ocidental" é adequada e tem grande valor heurístico. Mas, como caracterizar, positivamente, essa modernidade latino-americana? Quais características podem diferenciá-la do padrão da Europa Ocidental, ou do japonês, do russo ou da modernidade dos países do Leste Europeu, que foram formadas a partir da extinta União Soviética?

As avaliações que podem ser atribuídas variam de acordo com os autores. Se alguém pegar R. Bastide pode-se caracterizá-lo como uma *bricolagem*. Carrega-se o reflexo de Huntington, dir-se-ia que é ambíguo, e com Bauman é possível afirmar que é muito líqui-

do. Com Latour, seu perfil híbrido se destacaria e, talvez seja por isso que Therborn pensa nele sendo um tecido com fios emaranhados. Para Whitehead, tem um caráter imposto e mutante, e por isso, é um grande mausoléu das modernidades. Acreditamos que ela seja mestiça.

Em artigo pioneiro, da década de 1950, Roger Bastide (1970), refere-se à necessidade de uma *sociologie du bricolage*, para compreender o que acontece com a memória coletiva e as tradições da América Latina. Valendo-se de sua extensa experiência de campo, no Brasil, ele usa a metáfora da bricolagem, não tanto como a atividade de reparos domésticos, mas como a prática artística de montar uma obra, a partir da união de fragmentos de outros objetos, criando uma nova imagem, a partir de elementos anteriores que são reutilizados para finalidades diferentes daquelas para as quais foram criadas (BASTIDE, 1970).

Para Laurence Whitehead (2006), o distintivo da modernidade, na América, foi que os projetos sempre foram impostos de cima e sem participação local, embora não houvesse forte resistência, como havia, por exemplo, em outros continentes controlados. Por causa do Islã, os projetos nunca foram totalmente assimilados ou digeridos, portanto, os resultados foram diferentes do esperado. Desse modo, a modernização da América Latina ocorreu de forma desigual e incompleta, o que tem levado os países a buscarem, de vez em quando, um novo projeto de modernização sem ter concluído o anterior, deixando-os incompletos, pela metade, e então produzindo modernidades fragmentárias que como um todo, tornaram-se um imenso mausoléu das modernidades.

Em texto mais recente, Björn Wittrock (2002), propõe que para compreender as singularidades das múltiplas modernidades, é importante aceitar que se tornou uma condição global que se expressa em uma mudança de conjuntos, cultural, institucional e institucional. "Conjunções" cosmológicas. Que não existem características específicas, uma vez que não era verdadeiramente secular, e que as suas características são promessas, um conjunto de princípios estruturantes que permitem definir essa condição global.

Boa parte das dificuldades com as teorias da modernização, é que como afirma Alexandre, elas foram pensadas em um código binário, como dois polos opostos ou dois lugares extremos, em um caminho que vai do feudal ao capitalista, ou desde o tradicional até o moderno. Na Tabela 1, coloquei uma lista dessas categorias binárias encontradas na literatura. Alguns são amplos e referem-se a longos períodos históricos, outros são mais limitados em seu campo analítico.

**Tabela 1** – Códigos Binário da Conceptualização das características das sociedades pré-modernas e modernas

Tradicional	Moderna
feudal	capitalista
rentismo	produção
posse	propiedade
gregário	individualista
conformista	maximizador
particularismo	universalismo
afetiva	racional
satisfazer necessidades	Acumular
amigocracia	Meritocracia

Fonte: elaborada pelo autor

O problema com esses códigos binários é que, quando você pensa sobre sua aplicação na América Latina, descobre que não está totalmente em nenhum dos lados. E está em ambos os lados. Alguns países podem ser considerados mais modernos e outros mais tradicionais. Dentro dos países, existem regiões que podem ter mais características de produção capitalista e outras mantêm relações de produção semifeudais. Em algumas áreas das cidades, a propriedade da terra domina, enquanto em outras dessas mesmas cidades há apenas posse. Algumas pessoas podem ter uma personalidade conformista e buscar, apenas, com seu trabalho ou empresa, a satisfação de suas necessidades, enquanto outras desejarão maximizar lucros e acumular capital e riqueza. Alguns setores sociais têm atitudes individualistas, enquanto outros grupos étnicos ou sociais privilegiam o caráter gregário de sua ação. Existem atores econômicos, que organizam sua atividade com critérios de rentabilidade e produtividade, incluindo sustentabilidade financeira e ambiental, enquanto outros atores atuam como predadores com visão de curto prazo em sua ação rentista e extrativista.

Três elementos podem ser concluídos sobre esse processo de modernização na América Latina. A primeira é que não é binário, não é preto nem branco, é algo diferente, tem uma cor diferente. A segunda é que não é um *continuum*, que se move entre um polo e outro. Foi assim, que Germani (1968) interpretou o processo de modernização da América Latina ao falar do "período de transição"; e foi também a forma como algumas décadas antes, Redfield (1944) interpretou o que se passava na província de Yucatan, no México, na passagem do *folk* ao urbano. Essas interpretações do *continuum* foram um dos motivos importantes para a crítica sociológica, que nos anos de 1960 e 1970, foi feita à teoria do subdesenvolvimento, visto que, se afirmava, e com razão, que tal situação não era consequência do facto de a região não está mais atrasada na autópsia do tempo rumo ao desenvolvimento, mas ambas as realidades, subdesenvolvimento e desenvolvimento, foram contemporâneas e produziram-se mutuamente.

O terceiro elemento, é que também não é apenas uma justaposição de processos sociais. No cemitério das modernidades de Whitehead, o desperdício acumula-se, mas também se integram, os aspectos do passado misturam-se com os novos, talvez, também, impostos transplantados, mas que se amalgamam. A descrição feita por Sol Tax (1972) dos hábitos e festas dos camponeses de Panajachel, na Guatemala, que de forma muito sutil forçam a distribuição da fortuna dos mais ricos, evitando, assim, a acumulação e garantindo a redistribuição. É muito semelhante ao que acontece com o igualitarismo dos pobres urbanos nas favelas do continente, que retarda, afetuosamente, a ascensão social e o afastamento da zona pobre de quem tem maior renda, e representa uma mistura de diferentes processos sociais. Tax chamou-o de *Penny Capitalism*, e embora use a referência ao capitalismo, ele adiciona o centavo para mostrar a singularidade, algo diferente da economia tradicional e capitalista.

É por isso que Göran Therborn (2003) prefere falar de realidades *entangled*, entrelaçadas; de modernidades emaranhadas nas quais existem diferentes realidades sociais, com níveis, ou tipos de modernidade desiguais, mas que não são, nem podem ser interpretadas como realidades separadas, mas ao contrário, eles precisam e exige uns dos outros, o que deve procurar ser interpretado como um todo.

Todas essas conceituações apontam para os elementos que devemos incluir, integrar e preservar, mas parece-nos que também mantêm a separação e deixam de nomear a nova síntese que ocorre no nível social, o novo que surge, pois estão mais conscientes das origens do que dos resultados. Os fios que se entrelaçam na expressão de Therborn têm cores diferentes, embora o tecido resultante visto de longe, como em uma pintura impressionista, se combine e pareça o mesmo, mas separado. A metáfora não dá conta da nova realida-

de que é a miscigenação social e cultural, oferecida pela modernidade na América Latina. Café e leite não são separados no café com leite.

Afirmamos que a ideia da miscigenação como fato cultural e processo sociopolítico, é muito mais apropriada para descrever o que há de novo na América Latina, e que não pode ser reduzida ao tradicional com o que foi contribuído pela modernização (BRICEÑO-LEÓN, 2018). Assim, como o mestiço é uma nova realidade racial que não se reduz a pais negros e brancos, o café com leite é uma novidade que não se restringe ao café ou ao leite que o originou. É uma realidade nova, é um café com a modernidade do leite.

A modernidade mestiça é uma realidade presente, mas, além disso, deve ser projetada como uma promessa para o futuro. Em vez de continuar a nos flagelar por não termos chegado à modernidade de tipo europeu, devemos, orgulhosamente, assumir a nossa miscigenação, exaltá-la e transformá-la em programa cultural e político.

Não fazer assim, corre-se o risco de nos colocar na conhecida rota dicotômica de exaltar o passado rural, indígena ou feudal, com falsidade e saudosismo, já que é uma realidade que não existe mais; ou exaltar o modelo modernizador universal do progresso e das forças civilizadoras, que também não funcionaram. O caminho do futuro não pode exaltar o bom selvagem, nem pode exaltar o bom civilizador.

Em sua proposta de reconstrução da modernidade, Alain Touraine (1992) argumenta que a modernidade é o resultado de complementaridades e oposições, do diálogo entre racionalização e subjetivação. Mas esse diálogo deve ser traduzido em uma síntese, em algo novo que não pode responder, exclusivamente, a angústia da identidade perdida que, como afirma Touraine, é vivida "no sul", mas há uma síntese das consequências do passado e das exigências do futuro.

A modernidade mestiça é uma proposta que busca conciliar as demandas da racionalidade instrumental da modernidade capitalista, com as especificidades culturais que a tradição nos deixou. A modernidade mestiça é, portanto, uma sincronia onde os processos sociais não coincidem com os tempos históricos passados, mas procuram integrá-los a uma perspectiva futura.

É possível não fazer assim, mas seria repetir a experiência de programas de desenvolvimento econômico, ou fórmulas políticas importadas de democracia ou revolução. Receitas, planos e programas que são aplicados e descartados com grande custo e frustração. Ou, ainda, obrigaria a repetir o antigo rito de desprezo que se aplicava durante o período colonial, quando as lideranças locais, antes das inaplicáveis portarias procedentes do Rei da Espanha, colocavam o documento contendo a ordem (hoje seria o pen drive) sobre sua cabeça e declarou solenemente: "é obedecido, mas não é cumprido".

Muitos fatores atuam como determinantes no processo de miscigenação bem-sucedida. Há hibridizações que devem ser admitidas, no desenho econômico e observar como é possível promover algumas realidades estranhas da terceirização do mercado de trabalho que, em alguns casos, é de emprego precário e em outros de empregos supermodernos, ligados à informática e de alta rentabilidade tecnológica (WELLER, 2004). Em programas políticos, governos e partidos ou forças sociais devem se acostumar a atuar em uma área cinzenta, o que não é totalmente legal nem ilegal, mas funciona (O'DONNELL, 2006); ou talvez, apontando para o fato de que na região, como escreveu Epstein, as melhores chances não são nem autoritarismo nem democracia liberal, mas "democracias parciais" (EPSTEIN, GOLDSTONE, KRISTENSEN, & O'HALLORAN, 2006). Além disso, há outro aspecto que ele considerou fundamental e que está ligado à institucionalidade, com o ajuste de um pacto social, que tem se baseado em leis e normas sociais importadas e que não simpatiza, ou tem capacidade de regular a vida quotidiana da maioria da população, por serem estranhos ou inaplicáveis, e por pouco servirem, quando muito, há algumas elites

para preservar o seu poder. A dinâmica que se tem aplicado é tentar forçar a realidade e enquadrá-la nas leis que a modernidade do capitalismo, ou a modernidade de um suposto socialismo pretende impor. Uma modernidade mestiça deve ir à direção oposta: adaptar as leis à realidade existente, para evitar que murche como já ocorreu, e, em vez disso, dê-lhe uma chance de florescer.

Uma forma mestiça de promover a modernidade é aceitar e embarcar no caminho do ecletismo, resgatar a solidariedade tradicional que persistiu na América Latina e lançar-nos à construção de uma modernidade capitalista e democrática contemporânea. Formular uma relação diferente com os recursos naturais e uma forma inovadora de interpretar as ligações, entre o passado e o futuro, entre o privado e o público, entre a economia de mercado e a intervenção governamental, entre a racionalidade individual e a solidariedade, entre a força da lei e tolerância, buscando um caminho próprio. E aceitar, com orgulho, como patrimônio e como projeto, a modernidade mestiça.

A modernidade mestiça deve ser uma promessa e uma oportunidade. Os graves problemas que atravessa a América Latina, as dificuldades de crescimento econômico, a pobreza e a desigualdade, não são consequência de muita modernidade, mas, ao contrário, de uma falta de modernidade mestiça. Embora alguns dos protestos, ou movimentos políticos na região possam ter um sinal antimoderno, como teve o governo de Hugo Chávez com as dramáticas consequências do empobrecimento brutal e da crise humanitária na Venezuela, a maioria da população não clama por menos modernidade, mas, pelo contrário, para mais e melhor modernidade. A maioria da população da América Latina não rejeita a modernidade, nem quer sair do trem da modernidade; ao contrário, seu aborrecimento e sua reclamação são porque não puderam, mas querem embarcar no trem da modernidade.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, J.C. Modern, Anti, Post, and Neo: How social theories have tried to understand the "New World" of "Our Time". *Zeitschrift für Soziologie*, Vol.23, N° 3, June, 1994, p. 170.

ARON, R. **Las etapas del pensamiento sociológico**, Buenos Aires, Siglo XX. 1976.

ASHTON, Thomas. **The Industrial Revolution (1760-1830)**, Oxford University Press. 1948.

BASTIDE, R. Mémoire collective et sociologie du bricolage *L'Année Sociologique*, vol. 21, pp 65-108 1970.

BAUMAN, Z. **Liquid Modernity**. Cambridge, Polity Press. 2000.

BOLÍVAR, T. Urbanizadores, constructores y ciudadanos. In: **Revista Mexicana de Sociología**. Enero-marzo Año LVII/ Num.1 pp.71-87. 1995.

BOUDON, R. et F. Bourricaud. **Dictionnaire Critique de la Sociologie**, Paris, PUF. 1990.

BOURDIEU, P. **Méditations pascaliennes**. Paris, Seuil. 1997.

BRICEÑO-LÉON, R. **Venezuela: Clases Sociales e Individuos**. Caracas, Acta Científica Venezolana-Ediciones Capriles. 1992.

- BRICEÑO-LEÓN, R. "Ética de la riqueza en Venezuela" **Espacio Abierto**, Vol.3,N.5, pp. 399-422. 1995.
- BRICEÑO-LEÓN, R. **Los Efectos perversos del petróleo**. Caracas. Ediciones El Nacional. 2015.
- BRICEÑO-LEÓN, R. **La Modernidad Mestiza**. Estudios de sociología venezolana. Barcelona Editorial Alfa. 2018.
- CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependencia y desarrollo en América Latina**, México, DF: Siglo XXI. 1969.
- CEPAL (2019) **Panorama Social de América Latina 2018**. Santiago de Chile. 2019.
- DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis. Para una sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1983.
- DE SOTO, H. **El Otro Sendero: La Revolución Informal**. Lima, instituto Libertad y Democracia. 1986.
- DE LA VEGA VISBAL, M. **Modernización y Democracia en América Latina desde la perspectiva de la "Razón Comunicativa" de Habermas**. Caracas, UCAB. 2004.
- DEUTSCH, K. W. Social Mobilization and Political Development. **American Political Science Review** (3), 493-514. 1961.
- DURKHEIM, E. **De la division du travail social**, París, PUF. 1967.
- EISENSTADT, S.N. Multiple Modernities, en **Multiple Modernities**, S.N. Eisenstadt (ed) New Brunswick, Transaction Publisher. Pp.1-30. 2002.
- EPSTEIN, D. L., Goldstone,, J., Kristensen, I., & O'Halloran, S. Democratic Transitions, **American Journal of Political Science**, Vol. 50, No. 3 (Jul), pp. 551-569. 2006.
- GERMANI, G. **Política y Sociedad en una época en transición: de la sociedad tradicional a la sociedad de masas**. Buenos Aires: Paidós. 1968.
- GERMANI, G. **Sociología de la Modernización**. Buenos Aires, Paidós. 1971.
- GIDDENS, A. **The Consequences of Modernity**. Standford, Stanford University Press. 1990.
- HABERMAS, J. **The Philosophical Discourse of Modernity**. Cambridge: The MIT Press. 1996.
- HEGEL, G.W.F. **Lecciones de Filosofía de la Historial Universal**, Madrid, Alianza, 2004.
- HOBSBAWN, Eric. **La Era de la Revolución: 1789-1848**, Barcelona, Crítica, 2005.
- LARRAÍN, J. ¿América Latina moderna?. Globalización e Identidad. Santiago de Chile, LOM Ediciones, 2011.

- LATOURET, B. **Nous n'avons jamais été modernes. Essai d'Anthropologie Symétrique**, París, La Découverte, 1994.
- LEE, R.L.M. Modernization, Postmodernism and the Third World, **Current Sociology**, Vol.42. 1994.
- LERNER, D. **The Passing of Traditional Society. Modernizing the Middle East**. New York: The Free Press. 1964.
- LERNER, D. Modernización. En D. L. Sills, **Enciclopedia Internacional de Ciencias Sociales** (Vol. 7, págs. 169-176). Madrid: Aguilar. 1979.
- LUHMANN, N. **Risk: a sociological theory**, Berlin, De Gruyter, 1993.
- MARX, K. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (borrador) 1857-1858 (Vol. I)**. Buenos Aires: Siglo XXI Argentina. 1971.
- MARX, K. **El Capital. Crítica de la Economía Política**. México, FCE, 1968. Tomo I, pp. XV, 608. 1968.
- MCCLELLAND, D. C. **The Achieving Society**. Princeton: Von Nostrand. 1961.
- MCCLELLAND, D.C. **Informe sobre el perfil motivacional observado en Venezuela en los años 1930, 1950 y 1970**, Caracas, Fundación Venezolana para el Desarrollo de las Actividades Socioeconómicas. 1982.
- MURMIS, M. Tipos de Marginalidad y posición en el proceso productivo en **Revista Latinoamericana de Sociología**, N° 2, pp.413-421. 1969.
- NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal, en **Revista Latinoamericana de Sociología**, N° 2. Pp.178-236. 1969.
- OBSERVATORIO VENEZOLANO DE VIOLENCIA - OVV, **Informe Anual 2018**, Caracas, OVV. 2018.
- O'DONNELL, G. On informal Institutions, once again. En G. Helmke, & S. Levitsky, **Informal Institutions & Democracy. Lesson from Latin America** (págs. 285-289). Baltimore: The John Hopkins University Press. 2006.
- PAHO - Pan American Health Organization – PAHO. **Epidemiological Alert: Increase in cases of malaria**. Washington, D.C., PAHO. 2017.
- PARSONS, T. **El Sistema de las Sociedades Modernas**, México, Trillas. 1974.
- PARSONS, T., & SHILLS, E. **Hacia una teoría general de la acción**. Buenos Aires: Kapeluz. 1968.
- PEW RESEARCH CENTER. **Religion in Latin America: Widespread Change in a Historically Catholic Region**. Washington DC: Pew Research Center. 2014.
- QUIJANO, A. **Dependencia, urbanización y cambio social en Latinoamérica**, Lima: Mosca Azul. 1977.

- QUIJANO, A., **Modernidad , Identidad y Utopía en América Latina**. Lima, Ediciones Sociedad y Política, 1988.
- Redfield, R. **Yucatán. Una cultura en Transición**. México: Fondo de Cultura Económica. 1944.
- RIBEIRO , D. **Las Américas y la civilización**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1969.
- ROSTOW, W. W. **Las etapas del desarrollo económico**. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1961.
- SPENCER, H. **Illustrations of Universal Progress. A Series of Discussions**. Whitefish, Literary Licencing, 2014. pp.12-15. 2014.
- TAL CUAL. (2018 de Julio de 2018). **Tal Cual**. Obtenido de Tal Cual: <http://talcualdigital.com/index.php/2018/07/08/en-pdvsa-rezan-para-aumentar-la-produccion/>.
- TAX, S. **Penny Capitalism. A Guatemalan Indian Economy**. London: Octagon Press Limited. 1972.
- TAYLOR, C. Nationalism and Modernity. En J. Hall, **The State of the Nation: Ernest Gellner and the theory Nationalism** (págs. 191-218). Cambridge: Cambridge University Press. 1998.
- THERBORN, G. Entangled Modernities. **European Journal of Social Theory**. Volume: 6 (3), pp. 293-305, August, 2003.
- TOURAINÉ, A. **Critique de la Modernité**. París, Fayard, 1992.
- UNITED NATIONS POPULATION. (2004) **The State of World Population**, New York. 2004.
- VEKEMANS, R., & SILVA FUENZALIDA, I. El Concepto de Marginalidad. En DESAL, **Marginalidad en América Latina: un ensayo de diagnóstico**. Barcelona: Herder. 1969.
- WEBER, M. **La ética protestante y el espíritu del capitalismo**. Barcelona: Peninsula. 1969.
- Weber, M. **Economía y Sociedad**, México, FCE, 1977.
- WELLER, J. El empleo terciario en América Latina: entre la modernidad y la sobrevivencia. **Revista de la CEPAL**, 159-176. 2004.
- WHITEHEAD, L. **Latin America. A New Interpretation**. New York, Palgrave Macmillan, 2006.
- WITTRICK, B. Modernity: One, None, or Many? European Origins and Modernity as a Global Condition. en **Multiple Modernities**, S.N. Einsestadt (ed), New Brunswick, Transaction Publisher, 2002, pp.31-60

## A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E OS NOVOS CONFLITOS URBANOS

**Prof. Dr. Wellington Sousa Aguiar**  
Centro Universitário Estácio do Ceará

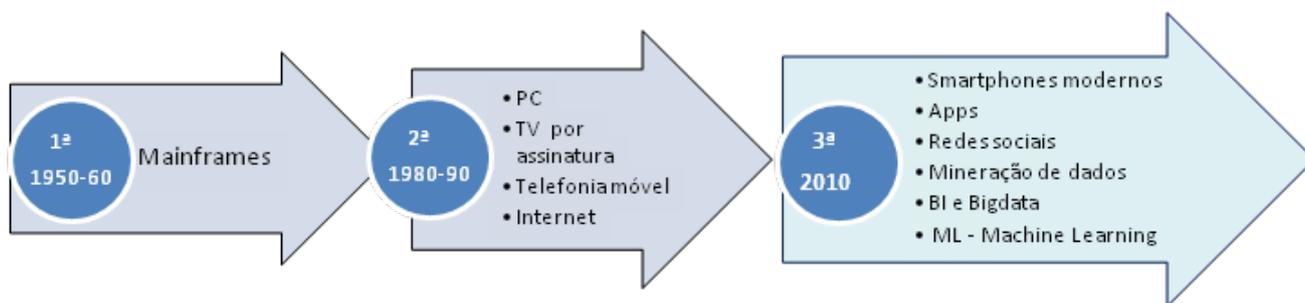
A Tecnologia da Informação evolui, constantemente, em vários sentidos e direções, na redução dos custos de desenvolvimento de softwares e equipamentos, no armazenamento e processamento de dados e na utilização de aplicativos móveis, que facilitam o contato rápido com a população, tudo isso, permitindo a utilização em larga escala, de recursos como: Mineração de Dados, Data Mart, BI (*Business Intelligence*), Inteligência Artificial, entre outros, capazes de gerar inteligência e conhecimento que apoiem a tomada de decisão estratégica das organizações públicas e privadas. Mas, tudo isso tem um preço, a população fica a cada dia, mais refém do controle eletrônico de suas ações, perdendo de alguma forma a sua privacidade.

Os recursos tecnológicos e de comunicações estão disponíveis na maioria das comunidades brasileiras, principalmente, nas regiões metropolitanas, com boa qualidade técnica e altos níveis de disponibilidade. Estes recursos tecnológicos já são utilizados em larga escala pelas organizações privadas, para obter maior qualidade nos serviços prestados aos seus clientes, baixos custos de operação e extração de conhecimento estratégico para a tomada de decisão. As organizações públicas também já utilizam esses recursos em benefício da população, mas carecem de maior investimento e mais pesquisas para ampliar essas aplicações.

Segundo Aguiar (2019), a evolução tecnológica computacional tem origem nas décadas de 1950 e 1960, com os Mainframes, que eram disponíveis só para grandes organizações públicas e privadas. Somente na década de 80, chega à democratização da tecnologia com os *Personal Computers* - PCs e a TV por assinatura. Na década de 1990, chega a internet, a telefonia móvel e a privatização das telecomunicações no Brasil. Todo esse caminho foi necessário para que, a partir de 2010, pudéssemos assistir à popularização das tecnologias com a chegada da computação em nuvem, smartphones modernos, mobilidade, e, assim, criar um ambiente tecnologicamente adequado para processar grandes volumes de dados com capacidade para manipular textos, fotos, vídeos, TVs, links, tudo em alta velocidade e disponibilidade. É neste contexto, que a Inteligência Artificial – IA, se desenvolve, possibilitando que qualquer instituição possa se beneficiar dos seus poderosos recursos de geração de conhecimento estratégico, a partir de grandes volumes de dados.

A evolução tecnológica computacional, normalmente, é apresentada em três, ou quatro plataformas, distribuídas, cronologicamente, conforme a Figura 1 apresenta. Não são fases rígidas, mas que formam um acontecimento tecnológico, ou uma nova técnica influenciou esse período, mudando o comportamento humano em suas atividades no trabalho, ou na vida pessoal, transformando suas vidas e das organizações públicas e privadas para sempre (AGUIAR, 2019).

**Figura 1** – A evolução tecnológica computacional.



Fonte: Tese UFC (AGUIAR, 2019).

## PRIMEIRA PLATAFORMA

Identificada no final dos anos de 1950 e na década de 1960, foi marcada pelo uso dos Mainframes (grandes computadores que ocupavam grandes salas), mas de uso restrito das grandes corporações e empresas públicas, devido a seus altos custos de operação. Esses equipamentos se destacavam pela possibilidade de processamento de grandes volumes de dados e foi nessa época que foi desenvolvido o "Processamento em paralelo", quando um computador executa várias tarefas computacionais ao mesmo tempo, uma inovação para a época e tão comum hoje em dia nos *Gadgets* (relógios, leitores de músicas MP3, smartphones etc.).

## SEGUNDA PLATAFORMA

Esta fase é marcada pela democratização da tecnologia com a chegada dos PCs *Personal Computers* – PCs, no início dos anos de 1980, possibilitando o uso pessoal dos computadores nas escolas, universidades, residências e pequenas empresas. Esses computadores (PCs), ainda, tinham pouca capacidade de armazenamento e processamento, bem inferior aos smartphones utilizados hoje.

Ainda no final dos anos de 1980, chega ao Brasil a primeira TV por assinatura, transmitida pela empresa TV SHOW BRASIL, em Fortaleza-CE, via sinal *Multichannel Multi-point Distribution Service* - MMDS, a segunda empresa a transmitir TV por assinatura, no Brasil, foi a TV FILME em Brasília-DF usando a mesma tecnologia.

A década de 1990 foi marcada, também, por grandes revoluções tecnológicas como a chegada da internet, ainda com baixas velocidades, até cem vezes menores que as utilizadas hoje pelos smartphones 4G. A telefonia móvel chega aos estados brasileiros: Rio de Janeiro (fev/1990), Paraíba, São Paulo (1992), Ceará (nov/1993), Alagoas e Pernambuco (mar/1994), Maranhão (jun/1994), Pará e Amazonas (jul/1994). Até o final de 1994, chegava a outros estados do Brasil, como: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Amapá e Rondônia, todos usando a 1ª geração da tecnologia: *Advanced Mobile Phone Service* – AMPS.

Um grande marco dessa fase foi a privatização das telecomunicações no Brasil, nos anos de 1997 e 1998, com a entrada do capital estrangeiro financiando uma revolução na telefonia móvel, telefonia fixa, comunicação de dados e internet, acabando com os monopólios, criando ofertas e disputas pelo mercado, antes monopólio estatal, através de empresas de economia mista (público-privada).

## TERCEIRA PLATAFORMA

Todo esse caminho foi necessário para que, a partir de 2010, pudéssemos assistir à popularização das tecnologias com a chegada da computação em nuvem, revolução dos smartphones e os Aplicativos móveis (Apps), conectividade e mobilidade, e assim criar um ambiente, tecnologicamente, adequado para difundir as redes sociais, com capacidade para manipular textos, fotos, vídeos, TVs, links, tudo em alta velocidade e disponibilidade.

Novas tecnologias começam a ganhar força com a disponibilidade e o baixo custo dos equipamentos (servidores, computadores, notebooks, componentes de redes, smartphones etc.), e da computação em nuvem, surge assim, o ambiente propício para a Mineração de dados, Bigdata (busca, agrupamento e análise de dados), Algoritmos de Inteligência Artificial - IA, Aprendizado de máquina (*Machine Learning*) e Aprendizagem profunda (*Deep Learning*), tecnologias que já são usadas, ou estão sendo implantadas em várias organizações no Brasil e no mundo, mas que ainda são incipientes nas organizações públicas, especialmente, na segurança e saúde pública do Brasil.

Outras tecnologias, também vieram para ficar, como: Iot (Internet das Coisas), Realidade Virtual (3D), Realidade aumentada, Ensino a Distância - EAD, os livros digitais (E-books), impressão 3D, BI (*Business Intelligence*), e-commerce e redes sociais (facebook, whatsapp, instagram, twitter e etc). Temos, ainda, a revolução nos softwares e linguagens de programação que agora se aproveitam de todo o potencial dos novos hardwares disponíveis, podemos citar: Java, Python, C#, PHP, Javascript, Ruby, R etc.

## QUARTA PLATAFORMA

Provavelmente, estamos vivendo nos últimos anos essa transição da terceira para a quarta plataforma, com algumas tecnologias novas surgindo e iniciando o processo de popularização e redução dos custos, como: a nanotecnologia, a próxima geração de baterias, *blockchain* (repositório público de transações), computação quântica, carros autônomos, revolução da robótica, moedas digitais, entre outras tecnologias que, a cada dia, estarão mais presentes no nosso cotidiano.

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL – IA

A Inteligência Artificial – IA, começou a ser estudada no pós-guerra, na década de 1950, mas ficou adormecida por várias décadas à espera das condições ideais para o seu desenvolvimento, que encontramos, agora, com a computação em nuvem, os algoritmos complexos, big data e o alto poder dos computadores atuais em armazenar e processar grandes volumes de dados, em curto espaço de tempo e com alta disponibilidade.

A partir da segunda grande guerra mundial, a IA começou seu desenvolvimento, embora as máquinas não estivessem preparadas para o seu potencial. Segue abaixo a cronologia dos principais passos da IA:

- 1943: McCulloch e Pitts desenvolvem as Redes Neurais, um modelo booleano do cérebro humano;
- 1950: Turing publica "Computing Machinery and Intelligence", onde descreve um teste interessante para determinar se um computador exibe um comportamento inteligente. De acordo com o teste de Turing, um computador só poderia ser considerado "inteligente" quando um entrevistador humano, conversando tanto com um humano invisível

como com um computador invisível, não consegue determinar quem é quem (TURBAN et. al., 2010).

- 1956: o termo "Inteligência Artificial" foi usado pela primeira vez por John McCarthy em uma conferência no *Dartmouth College em Hanover, New Hampshire*;
- 1950: surgem os primeiros programas de IA, o jogador de damas de Samuel, o *Logic Theorist* de Newell E Simon e o *Geometry Theorem Prover* de Gelernter;
- 1965: Robinson descobre um método de raciocínio lógico completo;
- 1965: Lotfi Zadeth (1921-2017) propõe a Teoria dos conjuntos Difusos (Fuzzy Sets);
- 1969-1979: Desenvolvimento de Sistemas Especialistas;
- 1986: Redes Neurais ganham força com a maior capacidade dos computadores;
- 1987: IA torna-se uma ciência;
- 1995: surgem os agentes inteligentes.

Agora que a IA já se desenvolveu e pode ser aplicada em vários problemas do nosso cotidiano e em várias áreas do conhecimento, podemos observar que na sua formação e evolução, foram necessários conhecimentos multidisciplinares e complementares, como: Filosofia, Matemática, Estatística, Psicologia, Linguística e Engenharia da Computação.

A inteligência artificial tem como objetivo principal, entender e aplicar técnicas inteligentes na solução de problemas complexos, para as mais variadas aplicações que usam computadores ou máquinas inteligentes. Seguem algumas definições de maior destaque na literatura:

"IA é a parte da Ciência da Computação que se preocupa em desenvolver sistemas computacionais inteligentes, isto é, sistemas que exibem características, as quais nós associamos com a inteligência no comportamento humano - por exemplo: Compreensão da linguagem, aprendizado, raciocínio, resolução de problemas etc." (BARR; FEIGENBAUM, 1981).

"IA é o estudo de faculdades mentais através do uso de modelos computacionais" (CHARNIAK; McDERMOTT, 1987).

"IA é a arte de criar máquinas que executam funções que requerem inteligência quando executadas por pessoas" (KURZWEIL, 1990).

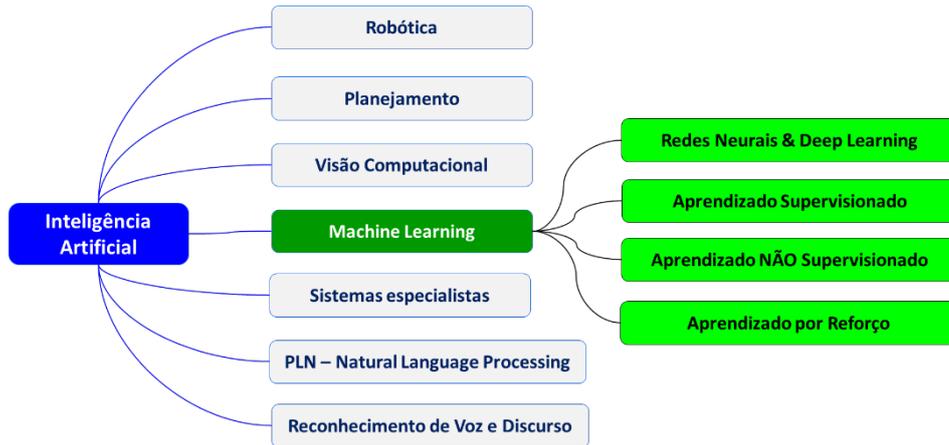
"IA é o estudo de como fazer os computadores realizarem coisas que, no momento, as pessoas fazem melhor" (RICH; KNIGHT, 1990).

Combinando todos os conceitos acima, chegamos ao conceito mais usado na academia: "IA é o campo da Ciência da Computação que está preocupado com a automação do comportamento inteligente" (AGUIAR, 2019).

Embora um computador não possa ter experiências, estudar e aprender, como um ser humano, consegue ele poder utilizar os conhecimentos dos especialistas humanos. Esses conhecimentos podem ser fatos, conceitos, teorias, métodos heurísticos, procedimentos e relacionamentos. O conhecimento, também é informação organizada e analisada para torná-la compreensível e aplicável à solução de problemas, ou à tomada de decisão (TURBAN et al., 2010).

A Figura 2, abaixo, apresenta os principais recursos da IA, embora o mais famoso seja o *Machine Learning*. Outros recursos, também já apresentam grandes impactos na sociedade e podem ser observados em vários momentos do nosso cotidiano. Nesse capítulo, daremos maior visibilidade para o *Machine Learning*.

**Figura 2 – Aplicações de Inteligência Artificial.**

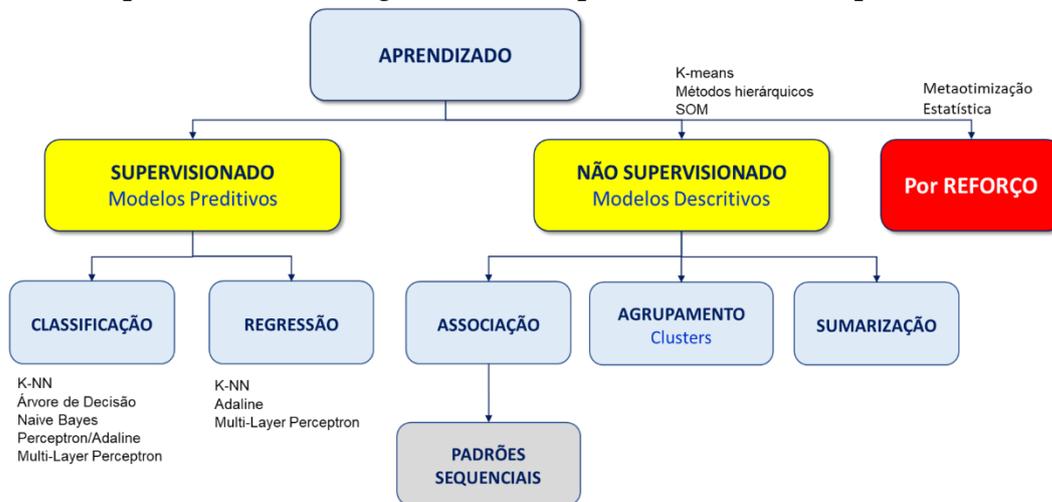


Fonte: elaborada pelo autor.

Aprendizado de máquina é quando um programa aprende a partir da experiência E, em relação a uma classe de tarefas T, com medida de desempenho P, se seu desempenho em T, medido por P, melhora com E, isto é, melhorar a realização de uma tarefa a partir da experiência (MITCHELL, 1997).

O Aprendizado de Máquina ou *Machine Learning* – ML pode ser detalhado, conforme a Figura 3 abaixo, que destaca os tipos de aprendizado e seus principais algoritmos.

**Figura 3 – Principais técnicas e algoritmos de aprendizado de máquina.**



Fonte: elaborada pelo autor.

O aprendizado de máquina pode ser supervisionado, não supervisionado ou por reforço. Existem algoritmos específicos para cada tipo de aprendizado, os principais algoritmos de aprendizado supervisionado são: K-NN, Árvore de decisão, Naive Bayes, Perceptron/Adaline e MLP (Multi-Layer Perceptron), já os principais algoritmos de aprendizado não supervisionado são: K-means, Métodos hierárquicos e SOM. O aprendizado por reforço, também conhecido como semissupervisionado, utiliza algoritmos como: Q-learning, Sarsa e Q(1) (AGUIAR, 2019).

Diz-se que, um algoritmo usa aprendizado supervisionado, quando ele utiliza características prévias para prever o futuro. O modelo mais conhecido é a regressão linear, que minimiza os erros quadráticos entre a variável predita e o valor real da variável. Já o aprendizado não supervisionado, busca agrupar objetos ou fatos com características semelhantes, ou próximas. A técnica mais conhecida é a clusterização ou agrupamento. O

aprendizado, por reforço, também conhecido como semissupervisionado, usa técnicas de tentativas e erros, o algoritmo recebe recompensas ou penalidades pelas ações que executa e o objetivo é maximizar os acertos (AGUIAR, 2019).

São muitas as técnicas de IA e as grandes organizações espalhadas pelo mundo, já utilizam essas técnicas com várias finalidades: reconhecimento facial, predição de comportamento do cliente, prevenção de fraudes, identificação de ataques de hackers, agrupamento de clientes por características e comportamentos, entre outras. Mas, para as grandes organizações com grandes faturamentos e grandes equipes de tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, podemos inferir que é relativamente fácil, ou factível aplicar essas tecnologias, nessas organizações, mas como poderemos utilizar esses recursos para beneficiar nossas comunidades no Brasil, apoiando ações dos poderes públicos, nas áreas da saúde, segurança e educação por meio de pesquisas e desenvolvimento acadêmico.

A partir daqui, vamos mostrar como já aplicamos e como poderemos, ainda, aplicar as tecnologias modernas de IA e Computação com baixo custo, em problemas da nossa sociedade, transformando a tecnologia em aliada, nas nossas grandes batalhas social e novos conflitos urbanos.

- **Clusterização dos feminicídios em Pernambuco, em 2018:** o feminicídio é um crime hediondo, cada vez mais presente em nossa sociedade. A partir da base de dados dos feminicídios, ocorridos em Pernambuco, em 2018, disponibilizados no site [www.umaporuma.com.br](http://www.umaporuma.com.br), foi possível gerar conhecimentos novos, a partir do algoritmo de clusterização (agrupamento) por características dos crimes, relacionamentos e situação sociopolítica das vítimas, gerando, assim, novas informações sobre as características desses crimes contra as mulheres.
- **Predição do feminicídio no Ceará:** essa é uma proposta de pesquisa a ser realizada na Região Metropolitana de Fortaleza, onde crimes de violência contra a mulher e feminicídios fazem parte de uma triste rotina. A proposta é usar aprendizado supervisionado, a partir dos dados históricos das violências sofridas por mulheres e seus desfechos (feminicídio e não feminicídio). Dessa forma, as informações históricas ajudar-nos-ão a prever casos de feminicídios futuros, auxiliando na prevenção desses crimes, isto é, o algoritmo detecta quando uma sequência de fatos, características e violências contra uma mulher têm um padrão semelhante aos crimes já ocorridos que tiveram desfecho de feminicídio.
- **O reconhecimento de pessoas na UPA:** nessa aplicação, utilizamos a técnica de Rede Neural Convolucional, para identificar as características das pessoas que procuram uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA, registrando características como: data; hora; sexo; faixa etária e acompanhantes, possibilitando uma gestão mais adequada da UPA, quanto ao público que procura atendimento, por dia da semana e horário, facilitando, assim, a gestão das equipes de atendimentos na UPA.
- **Comportamento suicida nas redes sociais:** os transtornos psicológicos de jovens e adolescentes fazem parte dos novos conflitos urbanos vivenciados pela sociedade moderna. A partir das técnicas de Mineração de Dados, foi possível coletar dados em uma rede social, selecionando frases que continham palavras "gatilhos" de comportamento suicida, ou depressivo. Após a coleta dos dados, foi feito o tratamento das informações, usando técnicas estatísticas e de nuvem de palavras, para que psicólogos pudessem interpretar as "mensagens" publicadas e inferir sobre aqueles comportamentos.
- **Mineração de dados nas redes sociais sobre Fake News Antivacinação:** a partir das técnicas de Mineração de Dados, foi possível coletar dados em várias redes sociais, selecionando frases que continham palavras alusivas à vacinação ou antivacinação, em 2018. Após a coleta dos dados, foi feito o tratamento das informações, usando técnicas estatísticas e de nuvem de palavras, para que pudéssemos avaliar os impactos na saúde pública. Essa pesquisa será apresentada em março/2021, no Congresso Nacional da

ABRASCO, em São Paulo-SP. Nesses tempos de pandemia da Covid-19, estamos revivendo em 2020/2021 uma onda criminosa de *fake news* contra a vacinação, agora contra as vacinas que combatem a Covid-19.

- **Predição de acidentes de trânsito:** essa pesquisa, já concluída e apresentada em congresso científico, consiste em usar o aprendizado supervisionado para, a partir dos dados históricos dos acidentes de trânsito em uma localidade específica, predizer onde ocorrerão os próximos acidentes, a partir da identificação dos padrões e características dos acidentes e de seus atores. Os acidentes de trânsito, principalmente, os acidentes de motos, afetam diretamente jovens em idade produtiva, tirando vidas ou deixando sequelas, abalando famílias e sobrecarregando as unidades públicas de saúde.
- **Predição da Mortalidade infantil no estado do Ceará:** Essa pesquisa já concluída e publicada é o objeto central da tese de doutorado do autor deste capítulo. O doutorado foi realizado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará – UFC, e defendida em maio/2019. O projeto utilizou os dados do Sistema de Informações de Mortalidade - SIM e Sistema de Informações de Nascidos Vivos – Sinasc, do Ministério da Saúde em algoritmos de modelo supervisionado, para aprender as características e padrões da Mortalidade Infantil no Ceará em três momentos: durante a gravidez (aos seis meses), nas primeiras 48 horas de nascidos e ao completar 30 dias do nascimento, predizendo o risco de óbito do nascimento até o primeiro ano de vida, com acurácia (acerto) média de 97,4%. Essa pesquisa nos mostra, que podemos fazer mais para evitar a mortalidade infantil no nosso estado, ou em qualquer outro estado da nossa região.
- **Predição de assaltos a bancos no estado do Ceará:** essa pesquisa já está concluída e publicada em congresso internacional. O projeto utilizou os dados dos assaltos ocorridos em bancos, em 2018, no Estado do Ceará, disponíveis no site do Sindicato dos Bancários do Estado do Ceará (essa foi a única fonte disponível). A partir das características dos assaltos já ocorridos, utilizamos aprendizado supervisionado para predizer onde ocorreriam os próximos assaltos a bancos. Nesse projeto, utilizamos, também, inferência estatística para completar as informações preditoras. Nesse projeto, atingimos acurácia média de 85,43% de acertos. Esse é um dos exemplos de aplicação da IA na segurança pública que, a partir dos dados de assaltos a bancos, foi possível predizer novos assaltos. Isso nos remete a possibilidade de predizer assaltos aos pedestres, pois os volumes e características são maiores e mais conhecidas, possibilitando, assim, combater um problema urbano no nosso cotidiano.
- **Predição da qualidade do sono infantil:** essa é uma pesquisa em planejamento, para ser implementada em uma instituição filantrópica, em Fortaleza, em 2021, onde as características e informações sobre as crianças de até cinco anos serão coletadas via app mobile e, no dia seguinte, será registrada a qualidade do sono dessas crianças. Dessa forma, coletaremos dados para o algoritmo supervisionado aprender qual é o padrão de uma boa noite de sono infantil, para gerar conhecimento aos pais e responsáveis sobre o tema, além de permitir inferir como será a noite de sono antes do fato. A relevância dessa pesquisa é que a qualidade do sono infantil é considerada por médicos e terapeutas, tão importante quanto à alimentação e a higiene, pois é durante o sono que as crianças absorvem os conhecimentos e experiências vivenciadas durante o dia.

São muitas as aplicações possíveis e de baixo custo de uso da tecnologia. Aqui foram relatadas apenas nove iniciativas para dar uma ideia das possibilidades, como forma de incentivo para novas iniciativas. Os projetos aqui descritos, exceto a tese de doutorado, fazem parte do portfólio de projetos de pesquisa científica desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Bigdata e IA do Centro Universitário Estácio do Ceará, sob a coordenação do Prof. Dr. Wellington Aguiar, autor deste capítulo.

Estamos vivendo uma pandemia sem precedentes na sociedade moderna. O ano de 2020 começou diferente. Uma onda de pavor espalhou-se pelo mundo, causada por um vírus, o SARS-CoV-2, também chamado, de Corona Vírus. De repente, fomos bombardeados por informações sobre cenários epidemiológicos, curvas de contaminação, propagação espaço-temporal, correlação, projeção, entre tantas outras variáveis estatísticas e jargões sanitárias, que não faziam parte do cotidiano do brasileiro. Tudo isso porque a Covid-19, que em janeiro de 2020, estava tão distante, causando terror do outro lado mundo, era observada daqui "para só chegar" depois do Carnaval, como se pudesse determinar a sua chegada. Já completamos um ano de pandemia, em fevereiro de 2021, e, infelizmente, o futuro é incerto.

A grande vilã das redes sociais modernas, as "Fake News", também ganhou espaço importante na pandemia de Covid-19. As divulgações de notícias falsas ou dados deturpados geram desinformação e riscos para a população, além de dificultar as pesquisas científicas. As "Fake News" podem divulgar "simplificação do problema", quando o interesse é minimizar a situação e podem divulgar "altos níveis de crise", quando o interesse é assustar e causar pânico na população. A perigosa propagação de "Fake News" contra a vacinação pode desencorajar pessoas, deixando parte da população mais suscetível à contaminação de Covid-19.

Durante a pandemia do Covid-19, o trabalhador teve que ficar em casa, muitos perderam os empregos e muitos passaram a trabalhar em "Home Office", uma forma de trabalhar que chegou para ficar, quebrando o paradigma que exigia a presença física de vários profissionais em seus locais de trabalho, mas, rapidamente, foram se adaptando com o uso de tecnologias, sistemas, internet rápida e videoconferências, mas tudo tem um preço a pagar, que chamaremos aqui de "Panóptico eletrônico". O termo "Panóptico" foi criado, em 1785, pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham para definir uma penitenciária "ideal", uma prisão onde todos os presos podem ser vigiados o tempo todo por um único carcereiro, mas esses presos não sabem se estão, ou não, sendo observados, causando uma sensação de vigilância contínua que traumatiza o observado.

O modelo "Home Office", que significa "Trabalho de casa", ou "Escritório em casa", nos remete a novos conflitos urbanos: "Estou trabalhando em casa, mas não posso dar atenção aos meus filhos ou a minha companheira". Será que eles vão entender essa nova formação da família? Em casas pequenas, esse trabalhador divide e negocia o pouco espaço, com todos da casa que estão em isolamento, também querendo assistir TV, ouvir música ou fazer qualquer outra atividade. Quantos conflitos e negociações serão necessários?

O trabalhador em "Home Office", ainda, se adapta a essa mudança, pois é difícil separar a vida particular e a profissional que agora habitam o mesmo ambiente, causando transtornos para a vida pessoal e profissional. Vários profissionais relataram que: "agora o café da manhã e o almoço são na mesa da sala com o computador ligado e resolvendo problemas"; "As reuniões por videoconferência são marcadas em qualquer horário, ou dia da semana, não tem limites"; "Eu sou acionado por telefone, e-mail, whatsapp e softwares de videoconferência a qualquer momento do dia ou da noite" e alguns comentaram: "estou exausto, hoje eu trabalho muito mais do que na época do escritório".

Alguns trabalhadores, ainda enfrentam o "Panóptico eletrônico", pois tudo que ele "faz" ou "não faz" no seu computador, pode ser observado e registrado por programas "carcereiros", que vigiam o trabalhador sem ser vigiado. Esses programas podem registrar e gerenciar quantos toques no teclado foram dados e o horário, quantos cliques no mouse e o horário, quanto tempo uma tela do computador ficou parada, que sites foram visitados, que horas o computador foi ligado e que horas foi desligado. Concluindo, o "Home Office" foi a saída tecnológica para o trabalhador durante a pandemia, mas o "Home Office" e os

programas "Carcereiros" sugam e vigiam a vida do trabalhador, prejudicando a sua saúde mental nas dimensões: afetiva, social e física.

Neste capítulo, pudemos ver que a tecnologia nos ajuda a resolver muitos conflitos e problemas urbanos da sociedade moderna, mas em contrapartida, essa mesma tecnologia cria um ambiente propício para novos problemas que precisam de regulamentação e atenção das autoridades, para que essa ferramenta, capaz de gerar tantas facilidades para a vida moderna, não se torne a grande vilã dos tempos modernos por usos inadequados.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wellington S. **Desenvolvimento de modelos preditivos de mortalidade infantil com base em inteligência Artificial no estado do Ceará: Aplicação de Inteligência Artificial na Saúde Pública**. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, Fortaleza, 2019.

BARR A; FEIGENBAUM E. A. **The Handbook of Artificial Intelligence**, volume I-II. Wilian Kaufmann Inc., Los Altos, California, 1981.

CHARNIAK, Eugene; McDERMOTT, Drew. **Introduction to artificial intelligence**. Addison-Wesley Logman Publishing Co., Boston, USA, 1987.

KURZWEIL, Raymond. **The age of Intelligent Machines**. MIT Press, USA, 1990.

MITCHELL, T. M. **Machine Learning**. New York: Ed. McGraw-Hill Science, 1997.

RICH, Elaine; KNIGHT, Kavin. **Artificial Intelligence**. McGraw-Hill Higher Education, USA, 1990.

TURBAN, Efraim; LEIDNER Dorothy.; MCLEAN Ephraim.; WETHERBE James. et al. **Tecnologia da informação para a gestão**, 6ª ed. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2010.

# PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DE LONGO PRAZO DO ESTADO DO CEARÁ: plataforma Ceará 2050

José de Paula Barros Neto  
José Welliton Silva do Nascimento  
Exedito José de Sá Parente Júnior

## 1 INTRODUÇÃO

Os primeiros planos estratégicos, aplicados em territórios, surgiram em cidades norte-americanas no início do século XX. Esses visavam aliviar os efeitos da crise econômica da década anterior, por meio de iniciativas de incentivar o crescimento e desenvolvimento econômico (RUANO, 2019). Da mesma forma, as primeiras experiências de planejamento estratégico territorial, no Brasil, começaram no início da década de 1950, com a preparação dos primeiros planos diretores de Porto Alegre e São Paulo. Os planos diretores começaram a ser implantados, em larga escala, durante a ditadura militar, na década de 1970, num ambiente exclusivamente urbano das grandes cidades brasileiras (BRASIL, 2001; KRAMBECK, 2007; GRAZIANO, 2007).

O planejamento estratégico, nos últimos anos do século XX e início do século XXI, sofreu uma transformação nos modelos metodológicos aplicados, uma vez que os governos locais buscaram se adaptar aos atuais contextos sociais e econômicos, pois esses estão cada vez mais complexos e em constante mudança. O novo cenário de globalização, cada vez mais desenvolvido, fez com que o planejamento tradicional, baseado no planejamento físico e espacial, não fosse suficiente para a promoção de políticas públicas de desenvolvimento territorial (SPINK; TEIXEIRA; CLEMENTE, 2009).

Assim, a gestão dos territórios, no século XXI, deve ser diferente para se adaptar à rapidez das mudanças (tecnológicas, sociais, consumo, tendências demográficas e culturais), uma vez que essas mudanças vertiginosas geram incerteza política e empresarial na tomada de decisões. No contexto atual, em que os problemas que são apresentados aos municípios estão aumentando em qualidade e quantidade (social, econômica, desemprego, problemas de mobilidade etc.), para aqueles que devem responder, a partir de uma situação orçamentária muito limitada devido à insuficiência financeira local e, ao mesmo tempo, satisfazer as demandas sociais, é mais necessário do que nunca o plano estratégico territorial (ALISEDA; VELARDE; MORA, 2018).

Nesse contexto, as demandas sociais evidenciam-se como uma linha panorâmica do desenvolvimento territorial. Essas ficam ressaltadas no próprio território e são constituídas pelas capacidades, sinergias e limitações prévias, com as quais o planejamento precisará se deparar. Atribuindo, também, as expectativas e os objetivos coletivos que remetem a uma visão de futuro para sanar essas demandas da sociedade. Nesse sentido, em resposta aos desafios, desponta o campo do planejamento territorial, bem como os arranjos de governança que lhe são correspondentes (PINTO; MONZONI NETO; ANG, 2018).

No entanto, o planejamento de longo prazo para territórios no Brasil, ainda não está consolidado, e, apesar de largamente adotado nas cidades de médio e grande porte, ainda não está disseminado no interior do Brasil, principalmente, nos pequenos municípios. Desta forma, vários são os problemas que impedem sua aplicação abrangente: falta de compreensão conceitual, visões ideológicas dissonantes, homogeneizações arbitrárias, falta de vontade política, falta de recursos humanos e financeiros (BRASIL, 2001; KRAMBECK, 2007; GRAZIANO, 2007).

Atualmente, é necessário pensar um novo projeto para o país, que considere o conjunto do território, uma teoria de planejamento integral que inclua as áreas urbanas e rurais. Assim, a busca desse caminho deve considerar os erros do passado, que teve na ocupação indiscriminada do território e na pulverização de minúsculos povoados, como seus principais expoentes, e as necessidades atuais de interiorização de forma planejada (BRASIL, 2001; GRAZIANO, 2007; KRAMBECK, 2007; CEARÁ, 2017).

Não se tem, hoje, um sistema brasileiro de planejamento territorial como instrumento de desenvolvimento nacional, uma agregação de ideias, diretrizes, programas, investimentos e ações integradas. O Brasil é complexo, seu território vasto e multifacetado. Para compreender essa realidade, é preciso uma mudança de paradigma em relação à visão predominante de planejamento territorial, exclusivamente, urbano ou centrado nos maiores centros urbanizados do país (KRAMBECK, 2007; CARGNIN; RÜCKERT, 2013; GRANDO, 2014).

O planejamento estadual no Brasil caracteriza-se, em geral, pela falta de visão de longo prazo. O horizonte dos planos, normalmente, cinge-se à próxima eleição e mesmo o que ultrapassa esse período, como é o caso do Plano Plurianual, tem uma característica mais orçamentária do que de planejamento propriamente dito. Sem falar na visão comumente fragmentária, que faz da integração o recurso mais escasso da administração pública.

Assim, a herança dessa cultura do curto prazo é a inexistência de uma visão estratégica do Estado, numa perspectiva de 20 ou 30 anos à frente, que oriente as formulações de políticas públicas de curtos e médios prazos, possibilitando promover os avanços necessários para se reposicionar o Estado no novo patamar de desenvolvimento desejável em longo prazo. Portanto, é fundamental estabelecer estratégias de futuro para o Estado e, principalmente, viabilizá-las, por meio de um plano de longo prazo, apoiado na definição de uma arquitetura de concertação político-institucional, que lhe garanta a sobrevivência em vários governos.

Portanto, a atual gestão estadual abre expectativas que renovam a esperança em um futuro melhor para a sociedade cearense. O fundamento desse sentimento reside, principalmente, nos pressupostos básicos da gestão democrática, participativa, de amplo protagonismo social, cujo foco principal se encontra no alcance de resultados transformadores para a sociedade cearense. Tem, ademais, como substrato, a busca de um novo padrão de requalificação distributiva da riqueza produzida, com o objetivo de se construir uma sociedade menos desigual e socialmente justa.

Ou seja, no horizonte das transformações requeridas pela sociedade, emerge uma efetiva e sistemática necessidade de superação das ações fragmentadas das gestões, nas últimas décadas, representadas por planos de governos limitados, apenas, para um mandato. Daí, a necessidade da afirmação de um padrão político e administrativo "de Estado" na formulação e continuidade das políticas públicas, enfatizando-se a concepção de uma nova abordagem, que privilegie a análise integrada e o resgate do que se realizou ao longo do tempo, selecionando o que pode e o que se deve realizar.

Destarte, que tivemos casos de continuidade das gestões anteriores e, portanto, de sucesso – educação, recursos hídricos, gestão fiscal. Como também houve casos de descontinuidade. Nos casos de sucesso, alguns elementos puderam ser observados para este êxito: continuidade de políticas, inovações, gestão participativa (não apenas governo).

Por fim, além disso, apesar do Ceará vir crescendo nos últimos 30 anos, se projetarmos alguns indicadores sociais nos próximos 30 anos, ainda estará com grandes lacunas em 2050. Tais como, expectativa de vida, índice de Gini e PIB per capita. Observa-se, portanto, que se precisa acelerar o processo de desenvolvimento do Estado. Essa é a principal motivação para a implantação, execução e monitoramento do Projeto Ceará 2050.

## 2 PLATAFORMA CEARÁ 2050

A Plataforma Estratégica de Desenvolvimento de Longo Prazo – Ceará 2050, tem o objetivo de traçar estratégias para acelerar o crescimento econômico estadual nas próximas três décadas e atender, de forma mais eficiente, às expectativas da sociedade pela oferta de serviços essenciais – saúde, educação, abastecimento de água, segurança pública e geração de emprego e renda. Pensar o futuro do Ceará em curto, médio e longo prazo.

Nesse sentido, governos, entidades privadas, academia, movimentos sociais e sociedade civil se uniram, para um pacto pelo planejamento do estado que queremos ter até 2050. A missão é discutir os próximos 30 anos numa perspectiva de promover o desenvolvimento econômico, social, territorial, institucional e ambiental.

Por conseguinte, o Plano Ceará 2050, é produto de muitos estudos e reflexões. É uma plataforma colaborativa de planejamento estratégico, de longo prazo, desenvolvida a partir do diálogo, da liberdade de opinião e da responsabilidade pública, a qual objetiva com o engajamento de todos, construir uma plataforma de desenvolvimento sustentável ideal para transformar o futuro do nosso Ceará (PLATAFORMA CEARÁ 2050, 2019).

Desta forma, o porquê do participativo: maior qualidade nas proposições, evitar enviesamento, convergência de opiniões heterogêneas, oferecendo robustez ao plano, geração de sentimento de engajamento, tão importante para a pretensão do Ceará 2050. E que este seja um referencial estratégico para as ações, os planos e a gestão das diversas instituições, empresas e pessoas que compõem nosso Estado. Ou seja, se todos estiverem orientados, seus esforços para atender às principais prioridades do Estado, os ganhos serão acelerados e mais eficazes.

Neste sentido, o processo do plano se resume em cinco fases, conforme descrito na Figura 1.

**Figura 1** - Processo da Plataforma Ceará 2050



Fonte: Plataforma Ceará 2050 (<http://www.ceara2050.ce.gov.br/>) (2019).

Diante do exposto, na Figura 1, faz-se necessário aprofundar em cada uma das etapas do Plano, como conforme vê a seguir.

### 3 DIAGNÓSTICO

A primeira fase do projeto foi um minucioso diagnóstico abrangendo os últimos 30 anos de desenvolvimento do Ceará – ou seja, de 1987 a 2017. O diagnóstico apontou lacunas, identificou fraquezas e, também, pontos fortes, além das influências que ajudaram a alavancar o desenvolvimento do estado.

Neste interim, o período considerado pelo Diagnóstico do Projeto Ceará 2050, abrange os últimos 30 anos do desenvolvimento do estado do Ceará. Esse corte seguiu o critério temporal de trinta anos, semelhante àquele adotado pela coordenação do referido Projeto para planejar o desenvolvimento do Ceará para os próximos trinta anos, prazo que vai até 2050. Entretanto, o corte dado na trajetória passada, também se orientou pelo fato de que a base do período inicial, 1985-1987, foi aquela que ficou marcada pelo declínio e pela emergência de sistemas e estruturas econômicas, políticas e institucionais no Brasil e no Ceará.

Destarte, que essa etapa, divide-se em dois documentos: o Diagnóstico Quantitativo e Qualitativo.

O Diagnóstico Quantitativo reuniu e analisou uma ampla coletânea de dados, estudos, planos, estatísticas, textos e qualquer outra documentação que descreva e caracterize a situação histórica dos últimos 30 anos e atual do Ceará, em suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais, ambientais, regionais, institucionais e de ambiente de negócios, enfatizando os pontos de inflexão e mudanças; os fatores de inércia; os ativos estratégicos; e as debilidades estruturais do Estado. Ou seja, elaborou uma análise situacional do Ceará, focada no momento presente, com o mapeamento de suas potencialidades e disfunções.

Por conseguinte, o Diagnóstico Qualitativo reuniu 22 relatórios de estudos macro e setoriais, produzidos por inúmeros pesquisadores – (ad hoc) - na tentativa de gerar um diagnóstico do desenvolvimento do Ceará, no período de 1987 - 2017, para várias áreas do conhecimento: educação; saúde; ciência, tecnologia e inovação; infraestrutura de transporte e logística; energias; recursos hídricos e saneamento; segurança pública e justiça; recursos naturais e ecologia; agropecuária; serviços; indústria; *sistema político-institucional*; *redes e coesão social*; *rede espacial-urbana e território rural*; cultura e turismo.

Cabe ressaltar, no entanto, que devido ao fato de esses estudos terem sido desenvolvidos, entre novembro de 2017 e março de 2018, não foi possível conseguir dados para o período completo, de trinta anos. Por essa razão, inclusive, o período político-administrativo do governo do Ceará, compreendido entre 2015-2018, não foi objeto de análise completa. Esses estudos foram desenvolvidos no âmbito da Plataforma Ceará 2050, sob a coordenação conjunta da Fundação de Apoio a Serviços Técnicos, Ensino e Fomento a Pesquisas – Astef, e do governo estadual do Ceará, com vistas a planejar o desenvolvimento do estado do Ceará para os próximos trinta anos.

Por seu turno, o relatório consolidado (a junção do diagnóstico quantitativo e qualitativo), dividiu-se em cinco grandes partes, representando cinco visões, ou perspectivas, a saber: (1) político-institucional; (2) econômica; (3) social; (4) regional e (5) ambiental. O interesse do diagnóstico é de identificar e analisar, primeiramente, o ambiente político-institucional que condicionou o desenvolvimento do Estado no período em questão. Em seguida, verificar os padrões apresentados pelo crescimento econômico, associados aos fatores propulsores e restritivos.

E, posteriormente, examinar em que medida o crescimento econômico proporcionou desenvolvimento social, no tocante à distribuição de renda e bem-estar social. Na sequência, verificar se o desenvolvimento econômico e social do Ceará foi compartilhado, de forma equânime, entre as várias regiões (macrorregiões de planejamento) que compõem

o Estado. Finalmente, o trabalho também examina o custo ambiental pago pelo estado do Ceará para promover o seu desenvolvimento econômico no período.

Destarte, os principais resultados do Diagnóstico: a) Industrialização e saúde fiscal como promotores do desenvolvimento; b) Novo consenso: desenvolvimento regional e sustentável; c) Ceará com economia de baixa produtividade e com eficiência geral estagnada há 30 anos (baixa inovação e empreendedorismo); d) Participação dos serviços na geração de emprego e renda; e) Predominância do capital humano no desenvolvimento estadual; f) Demografia em processo de urbanização e envelhecimento, mas usufrui do Bônus Demográfico; g) Destaque para a educação, saúde e recursos hídricos; e, h) Desigualdade social e segurança são os principais entraves atuais.

Por conseguinte, veio a fase da Análise Externa e Construção de Cenários.

### **3.1 Análise Externa e Construção de Cenários**

O processo de elaboração desse instrumento de apoio ao desenvolvimento do Ceará tem, na participação da sociedade, uma ferramenta indispensável para seu êxito. Na medida em que a disrupção se torna uma ocorrência diária, exploramos suas principais causas e as tendências que estão moldando nosso futuro. O futuro não é "dado", mas construído. É uma construção coletiva e imprevisível, moldada por diversos atores, variáveis, tendências e vetores da economia, política, tecnologia, psicologia social e da natureza, entre tantos fatores. Visto com otimismo ou pessimismo, apreensão ou esperança, o futuro projeta fortalezas e fraquezas em um contexto de oportunidades e de ameaças.

Nesse sentido, é fundamental ter consciência das tendências atuais, incertezas, estratégias dos principais atores de todas as questões postas para construir visões a respeito do futuro, que ajudem a fazer as apostas estratégicas corretas, corrigindo fraquezas para enfrentar ameaças e investindo nas fortalezas, com o objetivo de aproveitar, plenamente as oportunidades. A falta de visão de futuro e de pensamento estratégico pode se tornar um gargalo ao desenvolvimento.

Pois, construir o futuro e a confiança da sociedade requer estabilidade no crescimento da renda, por habitante e no emprego. No entanto, a chave desse processo é a confiança dos investidores e da sociedade, em geral, em relação às políticas de desenvolvimento. Para tanto, em curto prazo, as bases dessas premissas dependem do equilíbrio fiscal das contas públicas, da eficiência dos gastos públicos e da consolidação das reformas trabalhista, tributária e da previdência social. Essas reformas resgatarão a confiança, na segurança social, no que tange ao seu futuro, e com a inflação se mantendo estável, efeitos negativos de choques de preços internos ou externos poderão ser administráveis pela política monetária.

A Plataforma Ceará 2050, tem o objetivo de traçar estratégias para acelerar o crescimento econômico estadual nas próximas três décadas e atender, de forma mais eficiente, às expectativas da sociedade pela oferta de serviços essenciais: saúde; educação; abastecimento de água; segurança pública e geração de emprego e renda.

Assim, o processo de elaboração desse instrumento de apoio ao desenvolvimento do Ceará, tem na participação da sociedade uma ferramenta indispensável para seu êxito.

Ou seja, o ponto de partida atual difere do passado. Ele requer estratégias de desenvolvimento que promovam a produtividade de todos os segmentos econômicos e sociais; eficiência do capital e do trabalho; desenvolvimento e absorção de novas tecnologias; investimentos nacional e internacional; um novo direcionamento das funções do Estado e do governo; um ambiente de negócios que possibilite emprego da mão de obra, considerando

sua nova realidade e os investimentos, e a interatividade econômica e científica entre o Brasil e as outras nações.

Os principais pontos fracos apontados no Diagnóstico, orientaram os estudos de *benchmarking*. Olhou-se, com atenção, para as áreas em que o Ceará precisa dar um salto de qualidade e buscou-se inspiração na experiência de territórios que responderam bem aos entraves parecidos.

Assim, com a utilização de análise comparativa (*benchmarking*), para auxiliar a elaboração de diretrizes estratégicas, é uma metodologia, amplamente, utilizada ao redor do mundo, seja por governos locais, regionais ou nacionais. Ela permite uma visão privilegiada (*a posteriori*) de um processo de transformação análogo ao que se pretende implementar, com a revelação dos principais erros e acertos, decorrentes da estratégia selecionada, e alertando para os eventuais riscos associados ao processo.

Um bom estudo de *benchmarking* deve inspirar os planejadores com boas ideias, além de contribuir para o aprendizado e para não repetição de erros, com dicas sobre os melhores caminhos a seguir em determinadas temáticas (Figura 2).

**Figura 2 - Benchmark - temas e casos escolhidos**



Fonte: Plataforma Ceará 2050.

Quando utilizado em projetos de planejamento, de longo prazo, como o CEARÁ 2050, sempre se deve tomar o cuidado de não tratar os casos estudados como soluções prontas e integralmente replicáveis. Cada experiência carrega, em seu contexto, aspectos econômicos, sociais e culturais distintos, que devem de ser considerados. Uma solução adotada em determinada região, em um dado momento histórico, dificilmente, poderá ser integralmente replicada em outra da mesma forma, exigindo adequações na sua concepção e estratégia de execução.

Sendo assim, quando o Diagnóstico mostrou que o Ceará é um Estado com uma economia baseada em serviços, mas que esses são serviços de baixa produtividade, o estudo de benchmarking foi buscar territórios cuja economia se baseia em serviços de altíssima produtividade, como Israel e o Vale do Silício. Analisar, comparar e medir cada passo foi uma lição importante dessa fase dos estudos.

Observou-se que, outro ponto que nos prejudica e atrasa é a desigualdade de renda. Assim, a equidade social foi escolhida como tema de análise. Da mesma forma, a característica macrocefálica do Estado, que tem na capital grande concentração de riqueza,

enquanto a maior parte dos municípios permanece imersa em problemas socioeconômicos, levou à escolha de locais que conseguiram resolver as desigualdades regionais com políticas de distribuição em sua pauta.

Destarte, os principais achados do benchmark: a) Participação cidadã na gestão pública transparente, ativa e voltada a resultados; b) Convergência nos níveis de educação e infraestrutura entre as regiões; c) Planejamento de longo prazo e políticas continuadas; d) Boa gestão dos recursos hídricos: cultura, planejamento de secas, uso de mananciais não convencionais e de tecnologias eficientes; e) Ambiente de negócios favorecidos; f) Alta qualificação profissional; g) Regime fiscal responsável e saudável; h) Aproveitamento das vocações locais; i) Fomento à inovação e integração universidade-mercado; e, j) Democracia forte.

Adiante, tendo em mãos o estudo do passado, assim como as inspirações fornecidas por diferentes lugares do mundo, foi preciso projetar o futuro e observar as mudanças que já se mostram no presente. Para onde o mundo está caminhando? Que transformações estão por vir? Quais oportunidades e ameaças podem impactar o desenvolvimento do Ceará?

Logo após, destacaram-se as megatendências do futuro que apontaram para questões que já estamos vivenciando. O surgimento de regiões, cada vez mais urbanas, impacta um Estado, que ainda tem grande apoio da produção agropecuária. Mas de que forma? Estamos nos organizando, como sociedade, para assimilar a reinvenção do trabalho já iniciada, por exemplo, pelos aplicativos de transporte e hospedagem? Como aproveitaremos as oportunidades surgidas nesse formato de sociedade, que cada vez mais mergulha na economia digital? O estudo de tendências e incertezas buscou identificar como nos prepararemos para minimizar as ameaças que as mudanças trazem.

Destarte, os principais as principais megatendências identificadas: a) Surgimento de regiões do futuro num mundo cada vez mais urbano; b) Expansão da economia digital; c) Redefinição dos macrossetores da economia; d) Reinvenção do trabalho; e) Transformação comportamental; f) Intensificação das mudanças climáticas; g) Aumento da pressão por recursos hídricos; h) Crescimento da demanda mundial por alimentos; i) Busca por fontes alternativas de recursos energéticos; e, j) Reinvenção das instituições públicas e da relação com a sociedade.

Por fim, as forças motrizes (tendências ou incertezas críticas), são os elementos que acionam o mapa dos cenários que determinam o desenrolar da história. Sem essas forças, não há forma de começar a pensar em um cenário. Elas funcionam como um dispositivo para aguçar o julgamento inicial, para ajudar a decidir quais fatores será mais significativo. Conforme se observa na Elaboração da Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos.

### **3.2 Elaboração da Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos**

Essa etapa começou com a reunião das informações fornecidas pelos estudos do diagnóstico e ambiência externa (benchmarking e tendências e incertezas), que foram apresentadas em eventos de construção da visão de futuro. Com ampla participação popular, os eventos aconteceram em Fortaleza e nas 14 Regiões de Planejamento do estado. São elas: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste/Vale do Curu, Maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe.

Destarte, que o percurso se iniciou, em outubro de 2017, quando do lançamento da Plataforma Ceará 2050, pelo Governador Camilo Santana, no Centro de Eventos do Ceará. Por meio da administração do tempo e dos recursos, considerando os diversos interesses

e as demandas da sociedade civil, do poder público, da iniciativa privada e da academia. Este foi um dos grandes desafios: harmonizar a participação popular com o prazo do projeto.

Cite-se, que aconteceram também inúmeros encontros institucionais. No início, para apresentar os objetivos da plataforma e buscar o engajamento e no final, para apresentar os resultados (proposições) e ouvir as críticas e contribuições. Também, foram feitas duas rodadas de visitas ao interior. A primeira foi para ouvir e debater os anseios da população local, de forma a dar suporte à definição da visão de futuro e dos objetivos estratégicos. A segunda foi para apresentar as ações preliminares propostas para alcançar os objetivos, com o intuito de legitimá-los junto aos territórios. Nesse processo, contou-se com a participação direta de representantes de mais de 120 municípios.

Avançou-se, também, na interlocução com a mídia. Aconteceram inúmeras participações em diversos programas de rádio e TV's, matérias em jornais de grande circulação. Vários artigos foram publicados sobre o tema. Um programa na TVC e outro na Rádio Universitária, também, aconteceram uma dissertação de mestrado versando sobre o tema Ceará 2050. A nossa proposta era "estar na boca do povo". As redes sociais, também receberam nossas informações para a mais ampla divulgação. E assim, nasceu a Visão de Futuro.

Por conseguinte, a Visão de Futuro do estado do Ceará, englobando os esforços de formulação estratégica, que foram desenvolvidos a partir de um conjunto extenso de eventos e oficinas de trabalho. Essa foi elaborada com o propósito de indicar um rumo e os caminhos para a construção do futuro desejado, que promova um novo padrão de desenvolvimento orientado para o bem-estar da população.

As etapas de formulação da Visão de Futuro envolveram a realização de importantes eventos e pesquisas de consulta aos atores representativos do Ceará, em busca de conhecer os contextos externos e internos específicos do Estado, com a finalidade de gerar engajamento e mobilização, assim como buscar fundamentar um processo plural e participativo de pensar o futuro. Esse processo de planejamento foi pautado pela necessidade de mapear as principais expectativas e os anseios da sociedade, consideradas como insumos para a criação de um ambiente coordenado de construção de convergências.

Ou seja, esse processo de diálogo envolveu os diversos segmentos da sociedade cearense, por meio dos eventos regionais, consultas a especialistas e pesquisa na internet sobre expectativas e demandas da população. Além disso, foi elaborada de forma integrada com outras iniciativas de planejamento em curso no estado (Rotas Estratégicas setoriais 2025/FIEC, Fortaleza 2040, 7 Ceará's, Fórum Ceará 2027, Modelo de Gestão para Resultados do governo do estado e várias outras ações de planejamento estratégico institucional em curso no Estado), sob a coordenação de especialistas que constituem a Plataforma Ceará 2050 e validada, preliminarmente, em reunião, com o Chefe de Gabinete e o Secretário de Planejamento do Estado do Ceará.

Ressalta-se, que a definição dos conteúdos da Visão incluiu a proposição de uma Visão desdobrada em objetivos (sob a forma de um mapa da estratégia), organizados em cinco áreas de resultados (valor para a sociedade, cadeias produtivas, capital humano, serviços ao cidadão, e governança). Incluiu, também, o estabelecimento de uma proposta de indicadores e estabelecimento de metas.

Por conseguinte, depois das discussões realizadas, e com informações de uma consulta pública *on line*, foi arquitetado um pensamento estratégico organizado em cinco grandes áreas de resultado: valor para a sociedade, cadeias produtivas, capital humano, serviços aos cidadãos e governança (Figura 3).

**Figura 3 - Arquitetura do Pensamento Estratégico**



Fonte: Plataforma Ceará 2050.

Cada uma dessas áreas agrupa objetivos, que na medida em que forem alcançados, trarão o desenvolvimento disruptivo que fará do Ceará, até 2050, um “Estado justo e sustentável. Forte em conhecimento e oportunidades” (Figura 4).

**Figura 4 - Mapa Estratégico**



Fonte: Plataforma Ceará 2050.

Neste sentido, a Visão é a declaração da intenção estratégica mais relevante, pois estabelece o rumo, numa perspectiva de longo prazo, e sustenta o modelo de gestão estratégica. É o reflexo-síntese das aspirações da sociedade, para um futuro legado à geração e às futuras gerações.

Portanto, a visão busca representar o sonho, o que uma organização ou Estado deseja ser no futuro. Trata-se de uma construção racional, que se utiliza de dados e análises objetivas e, ao mesmo tempo, imaginativa, porque tem a ver com a capacidade visionária dos líderes e dos demais envolvidos. O propósito maior da visão é gerar convergência e

fornecer um ideal (de superação, de transformação), para o direcionamento dos resultados, esforços e das capacidades.

Inicialmente, foram propostos dois enunciados de visão provenientes da oficina de Aquiraz (dias 22 e 23 de 2018), para o Ceará 2050, a saber:

Ceará, terra para viver, empreender e visitar, onde o sol brilha para todos. Estado criativo, competitivo e sustentável.

Ceará globalmente competitivo, sustentável, inovador, com equidade social e desenvolvimento humano.

Após a finalização dos 15 eventos das regionais e da consulta pública, uma nova proposta de enunciados de visão foi elaborada:

Ceará, terra para recriar (ou reinventar) a sua história, uma nova forma de nascer, crescer, trabalhar, empreender, viver, visitar e ser feliz, onde sol brilha para todos.

A 'esquina' para o (do) mundo, liderança global do futuro, competitiva, sustentável, inovadora, com equidade social, territorial e alto desenvolvimento humano.

No final, em busca de tornar a visão mais próxima do público, que é a sociedade cearense, a equipe de comunicação do Ceará 2050, formulou uma nova proposta: "mosaico de oportunidades, riquezas de detalhes, mistura de sorrisos: um Estado que brilha para todos que desejam crescer, reinventar percursos, escrever novas histórias, encontrar a felicidade".

Diante da visão exposta, novos estudos técnicos estabeleceram as metas e os indicadores para acompanhá-las, em médio e longo prazo, lançando medições esperadas para 2025, 2030, 2040 e 2050. São propostas ousadas, mas necessárias, para a elevação do patamar de qualidade de vida dos cearenses.

E, concluindo, para efeitos de fortalecimento da capacidade de implementação da visão de futuro e seus objetivos, estão previstas atividades de contratualização dos projetos do Plano Estratégico de Longo Prazo, para terem sua implementação compromissada em rede com diversos atores da sociedade, que buscam tangibilizar uma nova realidade para o Estado, por meio da concepção de projetos estratégicos.

### **3.3 Concepção de programas estratégicos**

Segurança hídrica, energia solar, modernização industrial, serviços de saúde, cuidados com a infância, exploração sustentável de minérios, novas perspectivas para o produtor rural, ativos ambientais nas cadeias de negócios de economia circular, ações estratégicas para a segurança pública, fomento à inovação e investimentos em PD&I.

São muitos os caminhos para o desenvolvimento, e os principais deles se transformaram em programas que nos levarão ao futuro almejado. Os muitos passos a serem empreendidos se amparam na transversalidade dos programas pensados, discutidos, detalhados e consolidados neste documento.

Os objetivos estratégicos nortearam a elaboração de grandes eixos temáticos de atuação. Os 20 programas estratégicos: ativos ambientais, Ceará seguro, ciência e futuro, economia e inovação em saúde, educação empreendedora, educação transformadora, energia e negócios, festivais de cultura e rotas turísticas, futuro no esporte, indústria 4.0, infância

transformadora, inova governo, logística do atlântico, mais valor no campo, mineração sustentável, municípios fortes, orla do entretenimento, renda do sol, riquezas do mar e segurança hídrica no semiárido. Esses darão respostas, de forma ampla, aos anseios dos cearenses para o futuro.

Um futuro que não é determinado, mas sim, planejado. A partir de um processo de construção coletiva da sociedade cearense, empoderada e protagonista, a Plataforma Ceará 2050, busca um processo de planejamento permanente, a partir de uma lente regionalizada, capaz de formular os resultados disruptivos, esperados em diversas dimensões (social, econômica, ambiental, territorial e institucional).

Contudo, uma governança compartilhada de forma tripartite, entre governo, academia e iniciativa privada prevista em lei estadual, fará o acompanhamento, proporá ajustes, atualizações e novos estudos, que se façam necessários para que o Ceará alcance excelência, em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões. Esses, aliás, é o principal objetivo do mapa da estratégia.

Eles serão concretizados por meio do Modelo de Gestão Participativa.

### 3.4 Modelo de gestão Participativa

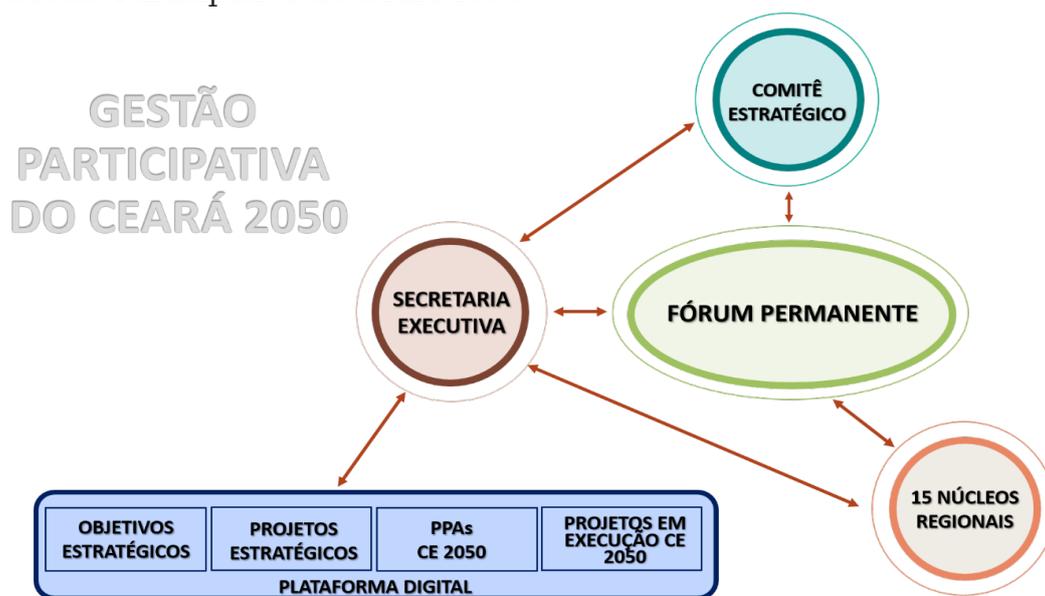
Essa etapa indagou: como chegaremos nesse futuro?

Os objetivos estratégicos, amparados por todo o material de pesquisa prévia, nortearam a elaboração de grandes eixos temáticos de atuação. Os 20 programas resultantes dão respostas, de forma ampla, aos anseios dos cearenses para o futuro. E, para garantir com que tudo isso aconteça, uma governança compartilhada de forma tripartite, entre governo, academia e iniciativa privada, fará o acompanhamento de todo o processo, readequando rotas, conforme a necessidade. Tudo para que o Ceará alcance excelência em qualidade de vida e bem-estar em todas as dimensões.

Desta maneira, a escolha da **gestão compartilhada** é entendida como um **processo de cooperação** de agentes institucionais e de indivíduos, os quais, **mantendo as suas autonomias**, se integram, colaboram e se corresponsabilizam pelo alcance de objetivos convergentes e colimados. No caso, unem-se para a gestão de um Plano Estratégico inscrito na Plataforma Ceará 2050.

Assim, o desafio de construir, com o envolvimento de agentes sociais diversos, uma proposta de visão de futuro para o Ceará e definir iniciativas capazes de concretizá-la, requereu, também, a proposta clara de um modelo de governança e gestão multi-institucional, cujos principais fundamentos conceituais orientadores e contextualização, integram instituições e pessoas para protagonizem o desenvolvimento sustentável contínuo do estado do Ceará, no horizonte de 2050, num ambiente de cooperação sistêmica e de corresponsabilidade, para fazer acontecer, promovendo sistematicamente a elevação da cultura de ação coletiva, por meio da participação e engajamento da sociedade nas decisões sobre políticas de desenvolvimento (Figura 5).

**Figura 5 - Gestão Participativa do Ceará 2050**



Fonte: Plataforma Ceará 2050.

Desta forma, “o Modelo de Governança Compartilhada, enquanto uma proposição de um esquema de governança e gerenciamento do Plano, sob o formato de redes multi- institucionais com arquitetura dinâmica ao longo do tempo”.

Expressões como governança e gestão compartilhada estão na pauta das instituições públicas e privadas, dando origem à formação de vários modelos que se difundem intensa e rapidamente, embora ainda em dimensão insuficiente para enfrentar os problemas da sociedade atual.

Assim, o desafio de construir em conjunto com agentes sociais diversos, uma proposta de visão de futuro para o Ceará e definir iniciativas capazes de concretizá-la, requereu também em seu cerne, um modelo de governança e gestão multi-institucional.

Nesse sentido, é preciso, no entanto, que se esclareça que os modelos institucionais adquirem dimensões, composições e formatos quase sempre singulares. Não há um padrão a ser adotado para os diversos casos em que surgem as necessidades da governança, ou gestão compartilhada. Tudo depende da realidade em que se atua, e da cultura predominante, do objeto de atuação estabelecido e dos objetivos a serem compartilhados pelos integrantes dos arranjos interinstitucionais. Esses arranjos, também recebem denominações distintas, e muitas vezes iguais para arranjos de natureza diferentes. Assim, propagam-se os conselhos, comitês, câmaras, cadeias produtivas, Arranjos Produtivos Locais - APLs, redes, pactos etc.

No Ceará, os esforços de melhoria da governança vêm ocorrendo, tanto no nível governamental, quanto estadual e municipal; no meio empresarial e no âmbito da sociedade civil. Construiu-se uma trajetória de experiências de governança avançada, que permite ousar quando se propõe um plano de longo prazo, mesmo quando o Brasil patina imerso em uma conjuntura de crise, e a maioria de suas lideranças públicas e privadas está refém das emergências e foca no curto prazo.

Desta forma, destaca-se aqui, a governança para a condução de planos e políticas de interesse público, ou seja, de dispositivos institucionais que propiciam o desenvolvimento de políticas públicas que, por sua vez, estão calcadas no desejo apontado pelos cidadãos e que têm como finalidade, que esses objetivos sejam de fato alcançados. Estamos falando de Governança Pública.

Cabe também destacar, que modelos de governança pública multi-institucional, que implicam, necessariamente, em enfrentar o desafio do compartilhamento, são hoje, no mundo e no Brasil, utilizados por instituições dos vários poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como por instituições governamentais que atuam em uma área específica de interesse público: saúde, educação, segurança pública, entre outras; e são as bases conceituais e os resultados dessas experiências, que referendam a decisão do governo cearense de adotá-los na governança do Ceará 2050.

Por fim, esses 20 programas estratégicos foram aqui propostos, numa perspectiva de crescente avanço do Estado na adoção de um modelo de governança cada vez mais inovador e atualizado em relação às necessidades da sociedade cearense do presente e do futuro, cuja identidade pode ser sintetizada na missão destacada abaixo: governança para integrar instituições e pessoas para protagonizarem o desenvolvimento sustentável contínuo do estado do Ceará, no horizonte de 2050, num ambiente de cooperação sistêmica e de corresponsabilidade para fazer acontecer, promovendo, sistematicamente, a elevação da cultura de ação coletiva, por meio da participação e do engajamento da sociedade, nas decisões sobre políticas de desenvolvimento.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Trata-se, portanto, de um novo planejamento que olha para o significado da gestão e de sua natureza estratégica, tendo como um dos seus pilares, o fortalecimento das relações entre a gestão pública, o setor produtivo, a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada. Com especial cuidado em relação à participação da iniciativa privada, em todos os setores previstos na lei e, principalmente, naqueles em que a pujança do empreendedorismo cearense já se mostra presente.

Na nobre e difícil tarefa de planejar o futuro do estado do Ceará, optou-se pelo processo de construção coletiva. Um percurso mais longo e trabalhoso, mas que garante a multidisciplinaridade necessária para a busca de soluções transversais, a legitimidade do conteúdo gerado, a neutralização de vieses ideológicos, o sentimento de pertencimento e o engajamento pela expectativa de continuidade da implementação do plano.

Os insumos para a construção coletiva foi um conjunto de estudos elaborado por especialistas reconhecidos. Desses estudos, procuramos identificar, na análise retrospectiva do estado do Ceará: quais foram nossas principais conquistas e que elementos se pode extrair que justificam essas conquistas? Quais os principais entraves ao desenvolvimento de nosso Estado estamos amargando? Quais nossos principais desafios que encaramos à frente?

Buscaram-se, ainda, no mundo inteiro, estados, países ou regiões que se caracterizam como referência de estratégias, políticas públicas, programas e projetos vencedores que pudessem nos inspirar para o impulso do desenvolvimento do Ceará.

Identificaram-se, então, quais as principais tendências de futuro com potencial para trazerem transformações relevantes ao nosso estado. Em que o mundo, a sociedade, a econômica, o meio ambiente está se transformando nossos próximos anos? Que riscos e oportunidades nos avizinham por isso?

Peregrinou-se por nossas instituições, por nossas regiões, por nossos cidadãos, disseminando os achados desses estudos e perguntando: diante de tudo isso, onde queremos estar em 30 anos? O que queremos ser como estado, economia, sociedade e território? O que queremos ter em 2050? Quais desafios têm que nos impor? Quão ousados podemos

ser? O que devemos fazer para superá-los? Como devemos nos organizar e trabalhar para acelerar a conquista dos resultados esperados?

Como coordenação, tivemos o desafio de traduzir, decodificar, extrair do pensamento coletivo, estruturas que materializassem as opiniões e os desejos das mais de 6.000 participações, de mais de 120 municípios de nosso Estado. Assim, nasceu uma visão de futuro, com 29 objetivos estratégicos com mais de 100 indicadores de desempenho e metas para 2025, 2030, 2040 e 2050, um portfólio de quase 400 ações e projetos estruturados em 20 programas estratégicos transversais.

Temos, ainda, o desafio de sintetizar esse vasto conteúdo em focos que representam as escolhas claras, que uma boa estratégia exige. É pretensão do Ceará 2050, que as instituições, gozando de suas prerrogativas, liberdade e autonomia nas tomadas de decisão em seus planejamentos ou exercícios de suas funções, tenham um referencial estratégico claro e comum, alinhados e integrados em prol do desenvolvimento de nosso Estado, e, conseqüentemente, sejam beneficiadas pelo maior sucesso de seus serviços à sociedade. Algo de fácil compreensão e engajamento. Ampla para cobrir os principais desafios que encararemos, assim como robusta para enfrentar as transformações que se aproximam. O desafio de focar a estratégia sem excluir e incluir para engajar.

Posto isso, pudemos eleger como principais debilidades de nosso Estado: a) Elevada pobreza de nossa população: o Ceará possui cerca de 4% da população nacional, mas 6% da população abaixo da linha de pobreza no Brasil; b) Elevada desigualdade social: Ceará é um dos estados mais desiguais do Brasil. Índice de Gini maior que muitos países da África; c) Baixa produtividade da economia: um cearense produz, em média, a metade da riqueza que a média do Brasil; e, e) Território, predominantemente, semiárido com população dispersa. Por razões históricas, o Ceará possui um dos semiáridos mais povoados do mundo, o que traz desafios extras ao acesso a serviços, infraestrutura e oferta hídrica para o desenvolvimento de sua economia.

Ao confrontar essas debilidades com o conjunto de objetivos, programas e projetos estratégicos da Plataforma, podem-se observar quatro escolhas estratégicas pelas quais o Ceará deverá orientar suas ações prioritariamente e empreender seus melhores esforços.

- 1. Melhoria expressiva dos serviços públicos aos cidadãos:** um estado seguro em que a vida e patrimônio das pessoas são preservados e a natureza conservada é a condição básica para a dignidade e o bem-estar, para a atração de visitantes, de talentos e de oportunidades. O nível de excelência no atendimento aos serviços de saneamento, educação e saúde, não pode depender do quanto se tem condições de pagar. A convergência no padrão e na amplitude, na prestação de serviços públicos a todos os cidadãos, garante a equidade tão importante para o combate à pobreza e à desigualdade.
- 2. Melhoria expressiva na ambiência de negócios:** o empreendedor, cearense ou não, grande ou pequeno porte, tem que ser seduzido a investir em nosso Estado. O Ceará tem que produzir facilidades comparativas, ofertar oportunidades, capital humano, infraestrutura, agilidade, eficiência burocrática e segurança jurídica àqueles que tenham a nobre tarefa de apostar seus recursos em favor da geração de empregos e riqueza.
- 3. Fomento massivo e contínuo à inovação:** a economia do Ceará precisa crescer de forma acelerada, para produzir a riqueza de que necessitamos para cumprir com as metas ousadas, que nos estabelecemos na Plataforma. Somos um Estado com abundância em poucos recursos materiais, quando comparados a outros da Federação. A boa notícia, é que o mundo de desenvolvimento acelerado, é aquele que aprendeu a industrializar o conhecimento, um ativo imaterial, intangível e inesgotável.
- 4. Garantia de qualidade do Investimento Público:** o mundo vive o desafio de continuar crescendo com oferta de recursos públicos para investimentos, relativamente, cada vez

menores. Em um cenário de menor volume de investimento, tem-se que aumentar a qualidade desse investimento. Uma gestão pública baseada em decisões focadas na avaliação de resultados, transparente à sociedade e participativa, permitirá que os recursos arrecadados dos seus pagamentos de impostos pela sociedade, sejam aplicados onde essa mesma sociedade mais demanda e anseia, onde se pode gerar mais benefício socioeconômico ambiental, numa visão de curto, médio e longo prazo.

**5. Soluções de convivência com o semiárido:** somos um território com grande variabilidade na oferta de água, um bem essencial para o desenvolvimento de uma sociedade saudável e de uma economia pujante. Não à toa, a pobreza de nosso Estado está fortemente associada à ocupação do semiárido. Soluções tecnológicas e gerenciais já resolveram esse problema. Temos que capacitar nossa população a assimilá-las e melhorá-las. Devemos aumentar a produtividade do uso de nossa água disponível, ampliar nossa infraestrutura e desenvolver mecanismos inovadores de geração e acumulação.

Por fim, nessa nova concepção de planejamento, busca-se, também sistematizar os avanços já observados em gestões anteriores, utilizando-os como insumo para se alcançar o objetivo central de fomentar o desenvolvimento inclusivo e sustentável do Estado, colocando como prioridade, a aproximação e o diálogo com os mais diferentes agentes de transformação econômica, social, ambiental, territorial e institucional.

## REFERÊNCIAS

ALISEDA, J. M.; BEDÓN, R. Gobernanza Territorial., En Márquez, J.A. **Planificación Territorial, Desarrollo Sustentable y Geodiversidad** (Ed.) Universidad de Huelva, p. 141 – 156, 2016.

ALISEDA, J. M.; VELARDE, J. G.; ALISEDA, M. J.; VELARDE, G. J. Governança e planejamento territorial em áreas metropolitanas. Análise comparativa de experiências recentes na Alemanha e seu interesse pela prática na Espanha. *Obs. Medioambient*, v. 21, p. 345-348, 2018a.

ALISEDA, J. M.; MORA, C. Urban Planning: Methodology for the preparation of a Strategic Plan. **International Journal of Economics and Management Systems**, v. 3, 2018b.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**: guia para implantação pelos municípios e cidadãos: Lei nº 10257/01, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana – 2 ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

CARGNIN, A. P.; RÜCKERT, A. A. O planejamento territorial no Brasil: efeitos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Estado do Rio Grande do Sul. *Confins* [Online], v. 19, 2013. Posto online no dia 16 novembro 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8519>. Acessado em: 23 jul. de 2019.

CARMOUZE, L.; HERNANDEZ, S.; SERVAL, S. Through the Looking-Glass: What Does Strategic Planning Reveal in French Local Governments? **Strategic Planning in Local Communities, Governance and Public Management**. v. janeiro, 9-44p, 2019.

CEARÁ. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ (SEPLAG). **Termo de referência para contratação de instituição de notória especialidade para a elaboração**

**do plano estratégico de desenvolvimento de longo prazo do estado do Ceará – Ceará 2050.** Fortaleza, 2017.

CEARÁ. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO CEARÁ (SEPLAG). **Relatório Ceará 2050.** Fortaleza, 2020.

CONSÓRCIO CEPLAN-PERSONAL. **Governança para a Plataforma Ceará 2050.** Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br/api/wp-content/uploads/2018/10/ceara-2050-apresentacao-2050-governanca-tania-bacelar-ceplan-personal.pdf>. Acessado em: 28 de jan. 2019

GRANDO, R. L. S. C. **Território em construção:** desenvolvimento territorial, organização social e políticas públicas no Território Portal da Amazônia, Mato Grosso (MT). Tese de Doutorado - Política e Gestão Ambiental. (UnB-CDS, Brasília, 2014).

GRAZIANO, J. S. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST**, 11 a 15 de jun. 2007. Nova Agenda para a Reforma Agrária, 2007.

KRAMBECK, C. Planejamento Territorial Rural: Análise do Processo de Elaboração de Planos Diretores em Municípios Rurais, o Caso de Papanduva - Santa Catarina' 01/12/2007 186 f. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - Instituição de Ensino: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PINTO, D. G.; MONZONI NETO, M. P.; ANG, H. G. **Grandes obras na Amazônia:** aprendizados e diretrizes [recurso eletrônico] / organizadores: Daniela Gomes Pinto, Mario Prestes Monzoni Neto, Hector Gomez Ang. – 2.ed. – São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 302 p. 2018.

**PLATAFORMA CEARÁ 2050.** Disponível em: <http://www.ceara2050.ce.gov.br>. Acessado em: 28 de jan. 2019.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ceará 2050: Estado lança plataforma para debater desenvolvimento sustentável dos próximos 30 anos.** Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/2017/10/02/ceara-2050-estado-lanca-plataforma-para-debater-desenvolvimento-dos-proximos-30-anos/>. Acessado em 20 de abr. de 2018.

RUANO, J. M. Objetivos e Desafios do Planejamento Estratégico Local na Espanha. **Strategic Planning in Local Communities, Governance and Public Management.** v. janeiro, 157-177p., 2019.

SPINK, P.; TEIXEIRA, M. A. C.; CLEMENTE, R. Governança, governo ou gestão: o caminho das ações metropolitanas. **Cadernos Metrópole**, v. 11, n. 22, p. 453-476, jul./dez. 2009.

## INTRODUÇÃO

A segurança hídrica é imperativa para promoção do desenvolvimento sustentável. A garantia de água em quantidade e qualidade adequadas para os usos humanos, econômicos, ecossistêmico, e a prevenção e a resposta a eventos hidrológicos extremos, secas e cheias, são condições básicas para o desenvolvimento da sociedade, sendo as mesmas, também, dimensões intrínsecas à segurança hídrica.

As crises devido à escassez hídrica associada às secas marcaram os ciclos de desenvolvimento do Ceará, essas produziram colapsos na produção, na economia, nos sistemas urbanos, na saúde, entre outros setores, produzindo migrações e grande sofrimento para as populações. Esses fatos encontram-se amplamente documentados nos relatos sobre as secas de 1877-78, 1887-90, 1915, 1919, 1932, 1958, 1970, 1981-83, 1998, 2012-2017. Esses impactos tornaram o risco hidrológico em risco sistêmico, por sua abrangência multissetorial, por sua severidade, potencialmente, catastrófico para a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico das populações humanas.

Mitigar os impactos desses eventos tem sido um desafio intergeracional aos cearenses. A redução desses impactos requer o reconhecimento de que os processos associados aos recursos hídricos têm características sócionaturais. Compreender a ocorrência da água na natureza, em sua variabilidade espacial e temporal, reconhecer os riscos oriundos desses padrões de ocorrência, para reduzir as vulnerabilidades sociais advindas dos riscos, deve ser o caminho a ser trilhado. Grosso modo, essa tem sido a trajetória do último século.

O Ceará é um Estado com baixa disponibilidade hídrica, devido à combinação de uma série de fatores, sobretudo: baixos índices de precipitação (inferiores a 900 mm); altas taxas de evaporação (superiores a 2.000mm); irregularidade do regime de precipitação (secas frequentes e por vezes plurianuais); e um contexto hidrogeológico desfavorável (80% do território sobre rocha cristalina, com camada de solo raso e poucos recursos hídricos subterrâneos). Por isso, a maior parte dos rios é naturalmente intermitente, ou seja, são corpos d'água que secam durante a estação seca, se não forem perenizados por reservatórios de regularização. Os eventos de secas plurianuais impõem que os reservatórios transportem a água dos anos chuvosos para anos secos subsequentes, cujo processo caracteriza a regularização plurianual dos reservatórios estratégicos no Estado. A evaporação dos lagos dos reservatórios impõe perdas de água relevantes, nesse transporte temporal de água realizado pelos reservatórios, limitando, na prática, o horizonte da capacidade de regularização.

Infraestrutura física de armazenamento e transferência hídrica, sistema de gestão dos recursos hídricos e proteção aos mais vulneráveis por meio de políticas de assistência social (segurança alimentar), têm aumentado a resiliência da sociedade às secas.

A segurança hídrica da população do Estado (8,95 milhões de habitantes) e das atividades econômicas durante os períodos de escassez são, portanto, fortemente, dependente de sofisticada infraestrutura hídrica, com reservatórios, interligação de bacias, canais e adutoras, entre outros. No Ceará, além de milhares de reservatórios de menor porte (mais de 15.000), 153 reservatórios são considerados estratégicos por concentrarem a capacidade de reserva plurianual (18,93 bilhões de m<sup>3</sup>), distribuídos nas 12 regiões hidrográficas do Estado. A infraestrutura hídrica compreende ainda 408 km de canais, 1.784 km de adutoras e redes de distribuição e 32 estações de bombeamento. No total, são 2.582 km de rios perenizados, envolvendo 81 corpos d'água.

O problema da água, no Ceará, não se encerra em ser tão pouca nas secas; há a poluição que degrada a qualidade da água, notadamente, em anos secos onde eutrofização e salinidade comprometem mananciais; há o problema das cheias urbanas e nos baixos vales dos grandes rios intermitentes; há o problema do elevado custo econômico e financeiro de disponibilização e há os conflitos associados a apropriação desse recurso escasso, conflitos esses entre regiões, entre usos da água e entre visões sociais e interesses contraditórios.

Sistema especializado na questão dos recursos hídricos, com arcabouço político-jurídico-institucional bem definido, foi criado no estado do Ceará, integrado e autônomo ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

Até os anos de 1990, a política e gestão de recursos hídricos, no território do Ceará e no Nordeste semiárido, em geral, – eram essencialmente federais, conduzidas por instituições do governo federal, que tinham como missão principal o combate contra as secas. Destaca-se aqui o papel do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs. Este contexto político-institucional foi fortemente modificado com a implementação do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, em nível estadual, no contexto das reformas da área de águas no Brasil, iniciado com a Constituição de 1988 e plasmado na Lei Federal das Águas (Lei 9433-97).

O Sistema Nacional de Recursos Hídricos que surge da reforma da água no Brasil, possui instâncias de participação social (Conselho Nacional de Recursos Hídricos e Comitês de Bacia de Rios Federais) e organização executiva e regulatória na Agência Nacional de Água - ANA. Esse sistema tem como objeto primário de ação, as águas de domínio da União (rios que cruzam fronteiras dos estados fazem fronteira com outros países, ou águas oriundas de obras da União). As águas nos lagos dos reservatórios construídos pelo Dnocs e as bacias hidrográficas dos rios Poti e Longar, no oeste do Ceará, estão sob o domínio da União, requerendo que o sistema estadual se articule com o federal para a gestão dessas águas. As demais regiões hidrográficas são de domínio estadual, assim como, as águas subterrâneas.

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos de forma similar ao Nacional possui organizações de caráter executivo e instâncias de participação social, e prevê a articulação com outros setores e sistemas. As instâncias de participação social são: o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, Comitês de Bacia Hidrográfica, Comissões de Alocação de Água dos Vales Perenizados e Comissões de Açudes. As organizações de caráter executivo são a Secretária de Recursos Hídricos - SRH, Companhia de Gestão de Recursos Hídricos - Cogerh, Superintendência de Obras Hídricas - Sohidra e a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - Funceme.

A formulação e coordenação política, articulação com outras políticas públicas e entre as instituições do sistema, assim como, o planejamento da política estadual e outorga de uso da água cabem a SRH. A Cogerh tem como foco a operação da complexa infraestrutura de gestão e toda a operacionalização da gestão da demanda e da gestão de conflitos pelo uso da água. A alocação de água realizada pelas instâncias de participação social é intensamente apoiada pela Cogerh, assim como, é essa instituição que desenvolve os planos de bacia hidrográfica.

As ações de gestão dos recursos hídricos podem ocorrer em três dimensões: gestão da oferta (construção, operação e manutenção da infraestrutura de oferta de água superficial e subterrânea, assim como, de mananciais não convencionais), gestão da demanda (ex. outorga de uso água e cobrança pelo uso da água) e gestão de conflitos (mediação de conflitos na alocação de água).

O sistema de gerenciamento de recursos hídricos construiu instâncias, que procuram realizar a mediação de conflitos de forma administrativa. Os conflitos têm as mais diversas

fontes. Destacam-se, os conflitos associados à alocação de água e que definem quem (uso, usuário ou região) se apropriará da água para a produção de benefícios de caráter público ou privado. O debate sobre acesso e democratização do uso da água tem nesse ponto um de seus focos. Aqui, a questão não é, exclusivamente, quais usos (abastecimento urbano, industrial, irrigação...) irão se apropriar da água, mas quem (pequeno, médio ou grande irrigante, que tipo de indústria...) se apropriará, e se a apropriação produzirá equidade e justiça social. Frequentemente, esse debate tratará do tema de equidade e eficiência do ponto de vista econômico e social. Esses conflitos têm nas alocações entre usos de transposições de bacia, momentos de grande intensidade, devido às disputas envolvendo desenvolvimento regional, bem como, certa visão que identifica a água pertencente a seu lugar geográfico de origem, e não um bem público, impondo relevante contexto simbólico e de disputa por recursos escassos que constituem o processo de alocação da água de transposição de bacia. Exemplo dessa assertiva pode ser encontrado na transposição de bacia do Rio Jaguaribe para a Região Metropolitana de Fortaleza e o complexo portuário do Pecém.

Como, anteriormente, observado, foram relevantes os avanços na direção de tornar a sociedade mais resiliente às secas, os mecanismos de mediação de conflitos construídos, assim como mecanismos de financiamento da gestão do sistema foram desenvolvidos. A cobrança pelo uso da água é instrumento essencial da política de águas no Ceará, possuindo função econômica (incentivar a conservação de água através do sinal do preço) e função financeira (mecanismo de arrecadação de recursos extrafiscais para financiar o sistema de recursos hídricos).

O sistema de recursos hídricos possui, no entanto, desafios e fragilidades que necessitam ser superados, são oriundos de problemas que necessitam de abordagem intersetorial como é o caso, por exemplo:

- Abastecimento de populações rurais que vivem em pequenas comunidades, o que requer ações de planejamento, construção de infraestrutura e gestão, coordenação do setor de recursos e saneamento, para tornar possível a universalização do acesso à água que demanda;
- Gestão da qualidade da água, que demanda ações de controle de fontes poluidoras e ações do setor de recursos hídricos, meio ambientes e do setor específico a cada uso poluidor;
- Melhoria da eficiência no uso da água, que demanda ações do setor de recursos hídricos e do setor específico que deseja promover maior eficiência (ex. irrigação e cidades); e,
- Elaboração de modelo de gestão de águas urbanas, que requer a articulação entre diversos setores e diversas esferas de poder.
- Fragilidades inerentes ao setor de recursos hídricos:
- Elevadas perdas no transporte de água bruta em calha dos rios;
- Gestão de Secas que requer planejamentos mais proativos;
- A não incorporação de estratégias adaptativas as mudanças climáticas no planejamento dos recursos hídricos estaduais;
- Elaboração de mecanismos de compensação financeira e seguro para as secas.

Os modelos de gerenciamento e de tecnologias desenvolvidas na construção do modelo de gestão de águas do Ceará são inovadores, e é considerada uma experiência de sucesso no Brasil, por órgãos gestores de água e por organismos multilaterais. O Ceará tornou-se uma marca reconhecida em gestão de recursos hídricos. Essa marca pode tornar-se oportunidade de produção de riqueza para o Ceará, de possuir a capacidade de construir infraestrutura de Ciência e Tecnologia, capazes de produzir de forma continuada, inova-

ção no setor público, conforme pretendido pelo programa Cientista Chefe, da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Funcap.

A democratização do acesso à água e o processo participativo na gestão, necessitam ser fortalecidos e aprofundados, pois é o mecanismo de viabilização da apropriação da água com equidade, eficiência e sustentabilidade para os ecossistemas.

## **CONTEXTO: geografia física, clima e recursos hídricos**

A escassez hídrica, no Ceará, está associada à semiaridez do clima e à grande variabilidade a ele associada. Os fatores que condicionam tais características climáticas são geofísicos, de escala planetária, não sendo definidos por processos na escala local.

O clima no Estado não pode ser modificado, localmente, conforme pretendeu nos anos 1970 e início dos anos 1980, com o programa de Chuvas Artificiais da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos - Funceme. Cabe entender e procurar prever a dinâmica climática para reconhecer os seus padrões de ocorrência, com vistas a avaliar os riscos e mitigar vulnerabilidades da sociedade. A estratégia atual é gerenciar o risco climático nos recursos hídricos. O Ceará tem atualmente na Funceme, uma instituição de excelência, responsável em liderar esse processo.

A relação do cearense com a seca é profunda. Os relatos históricos dos efeitos desse fenômeno, em épocas de populações com baixa densidade demográfica e de reduzidas demandas hídricas, demonstram a vulnerabilidade da região ao seu clima.

Os semiáridos cearenses são regiões onde predomina o bioma da caatinga. A precipitação média anual no Estado é de 806 milímetros e a evaporação média anual é de 2.000 a 2.500 mm/ano. A relação entre a precipitação e a elevada evaporação é que caracteriza a semiaridez. A elevada evaporação impõe, adicionalmente, grande ineficiência à regularização plurianual dos reservatórios.

Os semiáridos ocorrem, no Ceará, de forma heterogênea, constituindo-se de um grande número de paisagens com diferenças na ocorrência de sua fauna, flora e tipos de solo. A diversidade das paisagens é traduzida em aptidões e vulnerabilidades diferentes. A utilização sustentável dos recursos naturais exige o reconhecimento da diversidade dos geoambientes do Ceará. Entre essas paisagens, encontra-se a depressão sertaneja; feição mais frequente que se caracteriza por suas diferentes ocorrências por solos rasos, altitude, em torno de 200m e pertencentes ao domínio geológico cristalino.

Ao comportamento médio do clima, caracterizado pela semiaridez, superpõe-se a significativa variabilidade climática, uma das maiores do planeta. A amplitude do total anual médio de precipitação no Ceará para o período de 1911-2017 foi de 249 mm em 1919 a 1708 mm, em 1985.

O clima no Ceará possui modos de variação em múltiplas escalas temporais (sazonal, interanual, multidecadal, centenária).

Os riscos de extremos hidrológicos (cheias e secas) para um local ou região, estão associados aos modos de variação. Identificar e entender os modos de variação do clima torna-se decisivo para quantificar os riscos hidrológicos e, conseqüentemente, a definição dos mecanismos de gerenciá-los.

As precipitações ocorridas na cidade de Fortaleza ilustram esses modos de variação. Observa-se, que a *variação interanual* dos totais de precipitação anual, varia de 500 mm a 2800 mm, ou seja, o máximo é mais de cinco vezes o mínimo anual no período de 1849 a 2006. Essa variabilidade superpõe-se a uma pronunciada *variabilidade sazonal*, onde

70% do total das precipitações ocorrem em três meses (fevereiro, março e abril) e 90% no primeiro semestre do ano. E é sobreposta por uma *variabilidade multidecadal*, onde a precipitação média, em uma década, pode variar em torno de 1000 mm a 1800 mm. Esses modos de variação traduziram-se em impactos socioeconômicos de grande vulto, que condicionaram os ciclos econômicos e marcaram a cultura da região.

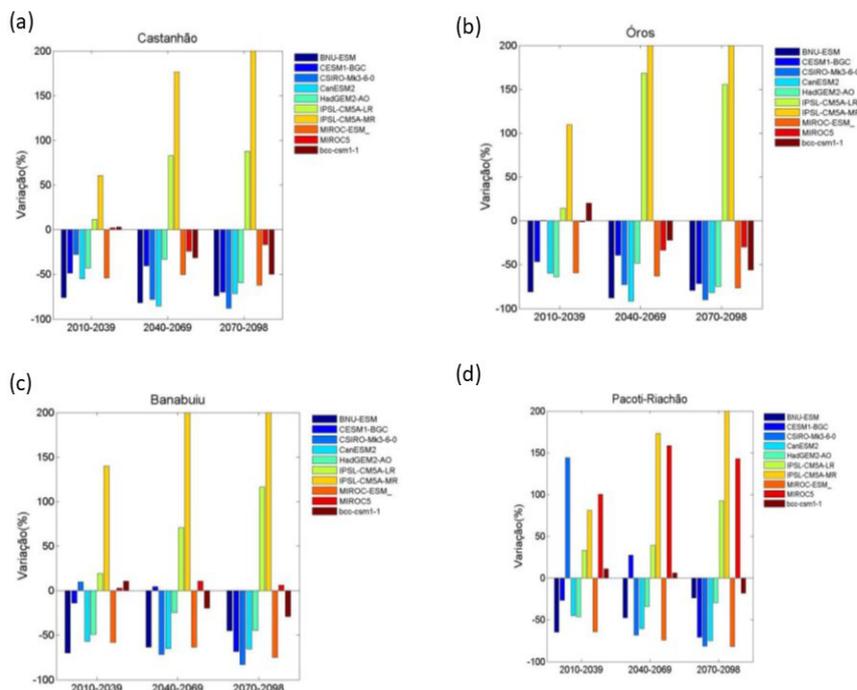
A mudança climática para o setor de recursos hídricos tem sua relevância, na medida de quanto pode modificar o padrão médio de ocorrência dos processos hidrológicos (precipitação, vazão, evaporação...) e de seus modos de variação. Desafio atual é quantificar o impacto das potenciais mudanças do clima no regime de precipitação e vazão de uma bacia hidrográfica, amplificando-se essa dificuldade na razão inversa ao tamanho da bacia.

Os modelos de cenarização da mudança do clima convergem, consistentemente, na indicação do aumento de temperatura e de sua amplitude para todas as regiões do planeta. Esse fato não se reproduz quando avaliada as precipitações produzidas pelos diferentes modelos, havendo nesse caso discrepância, não apenas na intensidade da mudança, bem como em sua direção. Isso se amplifica, quando se analisam as vazões.

Exemplificando a afirmação supracitada a Figura 1, apresenta o cenário de aflúências para o reservatório Pacoti-Riachão no estado do Ceará, para dez modelos de mudança climática para o **Representative Concentration Pathway - RCP 4.5**, no **Coupled Model Intercomparison Project Phase 5 - MIP5**, utilizados no **Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC**. Observa-se, que quatro modelos apresentam sinal de aumento de vazões e seis de redução, resultado similar é também observado para as aflúências aos reservatórios Orós, Banabuiú e Castanhão.

Os modelos de mudança climática com algumas poucas exceções traduzem futuros possíveis, futuros verossímeis. Dessa forma, não considerar tais futuros no gerenciamento de recursos hídricos é desconsiderar as incertezas associadas ao clima e, conseqüente, as variáveis de oferta (ex. vazões), e demanda (evapotranspiração de culturas irrigadas, temperatura nas demandas urbanas), associadas a ele. Isso pode nos levar a se investir em ações que se mostrarão inadequadas no futuro e associadas ao alto nível de arrependimento.

**Figura 1** - Desvios percentuais das vazões com relação às vazões médias do século XX, para as aflúências aos reservatórios: (a) Castanhão, (b) Orós, (c) Banabuiú e (d) Pacoti-Riachão.

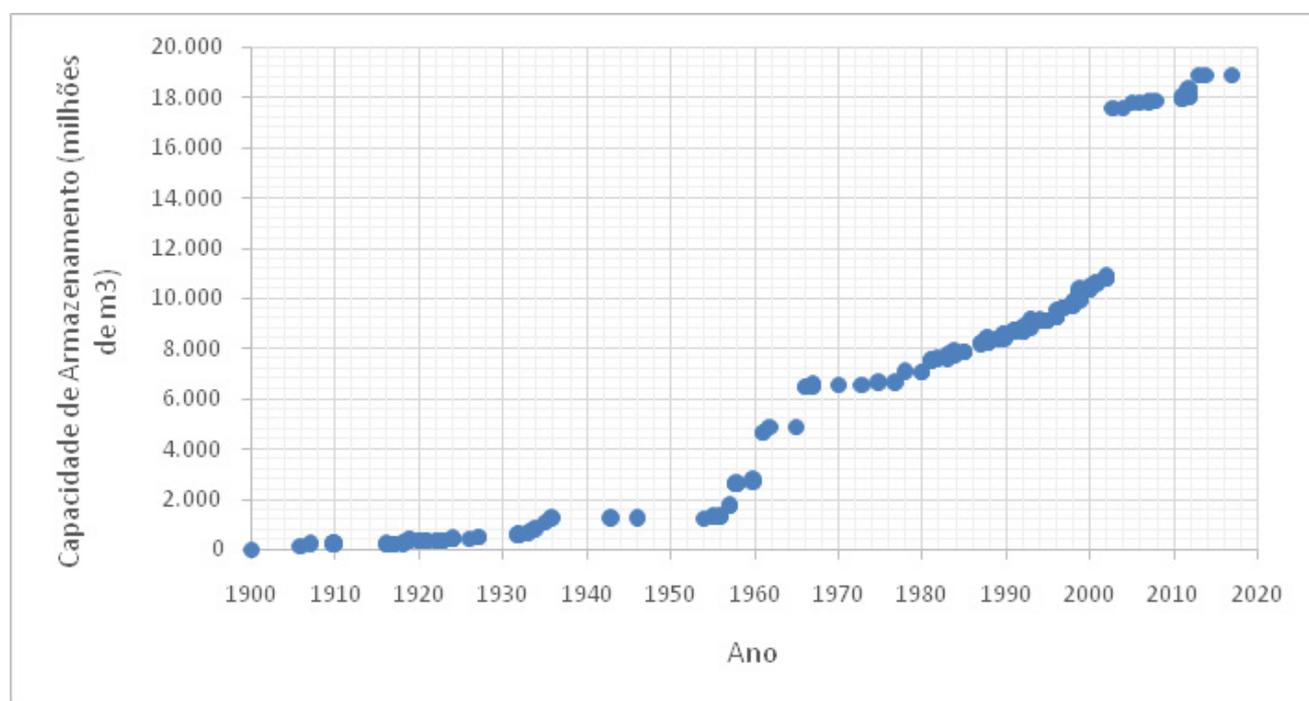


## INFRAESTRUTURA DE RECURSOS HÍDRICOS: OFERTA E DEMANDA

A infraestrutura de recursos hídricos modificou-se de forma significativa nas últimas três décadas. A capacidade de armazenamento (FIGURA 2) teve um aumento relevante, em função da construção de reservatórios pelo estado do Ceará e, principalmente, pela construção do reservatório Castanhão. O reservatório reconfigurou o controle de cheias do baixo vale do Jaguaribe e a oferta hídrica do baixo e médio Jaguaribe, assim como do abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, da Indústria isolada e do Complexo Portuário e Industrial do Pecém.

A construção dessa rede de açudagem permitiu a perenização de um total de 2.582 km de rios perenizados, envolvendo 81 corpos d'água no ano de 2012. O período seco atual (2012-2020) conduziu a construção, mostrou os problemas associados a essa política de ampliação de comprimento de trechos de rios perenizados, em função das perdas em transporte de água, usava-se água para transportar água.

**Figura 2** - Evolução Temporal da capacidade de armazenamento de águas superficiais do Ceará em milhões de metros cúbicos



Rede de adutoras para o abastecimento de cidades foi construída no Ceará. A infraestrutura hídrica compreende 1.784 km de adução, com capacidade de transportar uma vazão total de 4.807 l/s. Havendo crescimento significativo em meados dos anos 1990, associado aos Programas Adutora do Sertão, Prourb e Proágua.

A principal transposição de bacia no Ceará é a que transporta água da bacia do Jaguaribe para as bacias metropolitanas, composta por adutoras, estações elevatórias, reservatórios, aquedutos e canais com extensão total de 256 km. O projeto do Eixo da Integração Jaguaribe-Metropolitano (denominação dessa transposição), foi dimensionado para uma vazão máxima de 22 m<sup>3</sup>/s, para ser construído em duas fases. O custo total dessa infraestrutura foi de, aproximadamente, um bilhão de reais.

Essa transferência de bacia é complexa tecnicamente e politicamente. A complexidade técnica advém da operação de sistema de reservatórios estratégicos de duas regiões hidrográficas (reservatórios Orós, Castanhão, Banabuiu, Aracoiaba, Pacajus, Pacoti, Ria-

chão, Gavião e Sítios Novos) e da operação da infraestrutura hidráulica que realiza a transposição. Corpo técnico especializado é requerido para tratar desse tema. A operação dessa infraestrutura impõe custos elevados de energia elétrica, nas estações de bombeamento e recursos de custeio para a manutenção e reposição de máquinas, equipamentos e infraestrutura civil. Atualmente, a cobrança pelo uso da água bruta financia a operação, manutenção e recuperação de sua infraestrutura.

A complexidade política da transposição reside no fato da água ser um recurso escasso, principalmente, no semiárido, e transpor água de uma bacia para outra pode restringir o desenvolvimento e produzir impactos negativos na região doadora de água. A bacia receptora requer água para resolver problemas crônicos de desenvolvimento econômico e qualidade de vida para suas populações. A escassez hídrica traduz-se em conflitos sociais pela apropriação desse bem. Estratégia de mediação de conflito e em compensação as bacias doadoras necessitam ser implementadas. Mediação de conflitos entre a bacia do Jaguaribe e Metropolitana, vem sendo realizada nas reuniões de Alocação Negociada de Água.

O Projeto de Integração do São Francisco – PIF, às bacias do Nordeste Setentrional, que iniciou sua operação para o Ceará, em 2021, é parte relevante do portfólio de mananciais que reduzam o risco hidrológico para diversos hidrossistemas estaduais. Como toda transposição, ela apresentou conflitos intensos para a sua construção e deverá apresentar conflitos, no processo de alocação, entre bacia doadora e receptora e entre os Estados receptores pela água transposta. O segundo conflito pode ser mitigado frente a potencial associação entre custos e a água alocada para cada um dos Estados.

Como reguladora do uso de recursos hídricos, a Agência Nacional de Águas - ANA, emitiu outorga de direito de uso ao Ministério da Integração Nacional (construtor da obra), no rio São Francisco, para a execução do PISF, com garantia de uma vazão de 26,4 m<sup>3</sup>/s para consumo humano e dessedentação animal, mesmo em caso de secas na região. Essa vazão pode chegar a alcançar a máxima instantânea de 127 m<sup>3</sup>/s, quando a situação hídrica na bacia do São Francisco estiver em melhores condições.

A Secretaria de Recursos Hídricos está desenvolvendo projeto de infraestrutura, denominado de Malha D'Água. Esse projeto objetiva suprir água para todas as sedes municipais e principais distritos de todos os municípios cearenses, através da construção de uma ampla rede de adutoras. Os mananciais que suprirão essa rede são os que consigam proporcionar maior segurança hídrica aos sistemas de abastecimento. A rede terá capilaridade que permitirá abastecer, praticamente, todos os distritos do Estado com adutoras complementares à rede principal. Economias de escala importantes na rede de estações de tratamento de água serão alcançadas com esse projeto. A redução nas perdas de transporte em rios será alcançada por transportar-se água em ductos e não em rios, essa água não perdida, transforma-se em maior segurança hídrica para as populações. Esse projeto tem como grande desafio a operação desse sistema e o aumento do custo da água de suprimento das populações.

O Projeto Malha D'Água, é relevante semente de futuro que pode modificar, significativamente, a estrutura da oferta hídrica, renovando os desafios para a alocação negociada de água.

A matriz de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza e do Complexo Portuário do Pecém encontra-se em processo de modificação, com a incorporação de novos mananciais não convencionais, como o reuso de águas domésticas para a indústria e a dessalinização de água do mar.

A exploração dos mananciais subterrâneos foi significativa em diversas regiões do Ceará. A Sohida perfurou no período de 1987-2017, um total de 10.743 poços. As de-

mandas por recursos hídricos cresceram de forma importante nas últimas décadas. Esse crescimento está associado ao aumento das populações humanas e ao desenvolvimento econômico, notadamente, da irrigação e da indústria.

A população do Ceará cresceu de 4,36 milhões de habitantes, no ano de 1970, para 8,45 milhões de habitantes, no ano de 2010 (IBGE) e 9,02 estimado para 2017. A distribuição espacial da população é muito concentrada, aproximadamente, 45% estão na Região Metropolitana de Fortaleza (19 municípios), estando 30% na capital. O suprimento de água dessa população e a economia requerem a construção de complexo sistema de abastecimento de água, com contribuição importante do abastecimento vinda de águas de transposição de bacias. Essa região realiza pressão sobre os recursos hídricos de outras regiões, impondo externalidade negativa as econômicas dessas outras regiões, conforme comentado anteriormente. Duas novas regiões metropolitanas do Estado foram criadas recentemente: Cariri (9 municípios) e Sobral (18 municípios). Essas regiões metropolitanas configuram-se em centros de demandas que necessitam de análise especial, no que tange ao abastecimento de água e disposição final de esgotos (ex. Rio Batateiras no Cariri).

A migração das populações para os centros urbanos está associada ao crescimento do setor de serviços, que aumenta o consumo, per capita, dos centros urbanos e, em algumas cidades o turismo impõe demandas de águas sazonais expressivas. A industrialização de algumas áreas metropolitanas é outro fator relevante no crescimento da demanda dos centros urbanos e, respectivos consumos por habitante.

Atualmente, 81% da população urbana e 64% da população total, possuem serviço de abastecimento de água. Constata-se, aqui, a dimensão do problema do saneamento rural, onde o grande número de comunidades rurais não possui sistema de abastecimento de água regular. A universalização do abastecimento de água persiste como desafio. A construção de organizações e políticas para o saneamento rural deve ser perseguida, experiências importantes como o Sistema Integrado de Saneamento Rural – SISAR devem ser aprofundadas, no sentido da construção de estratégia da gestão sustentável para o saneamento rural. Experiência como o do Plano de Águas, específico para o abastecimento das populações rurais, segundo o realizado em Milhã, deve ser considerada como instrumento de operacionalização das diferentes políticas públicas de construção de infraestruturas, para as populações rurais (cisternas, poço com chafariz, pequenos sistemas de distribuição de água...) e adequado modelo de gestão.

A Agência Nacional de Águas - ANA (2010) elaborou o Atlas de Abastecimento do Brasil, que avaliou o sistema de abastecimento de todas as localidades com população superior a cinco mil habitantes. O estudo propôs a ação em 56 sistemas de abastecimento, com orçamento estimado em R\$ 441.782.179,00 (valores de 2005).

As perdas nos sistemas de tratamento e distribuição de água, em regiões urbanas, ainda, são significativas, o balanço hídrico da Cagece, apresenta uma perda de 42%, considerando-se perdas físicas, valores não faturados, retiradas não autorizadas, a perda real é de 20%.

A coleta e o tratamento de esgoto é outro problema relevante. Atualmente, 33% do esgoto urbano é coletado no Ceará. Há municípios, onde há coleta e não é realizado tratamento adequado do efluente.

O estado do Ceará tem cerca de 71.000 hectares com infraestrutura de irrigação, sendo a maior demanda por água no Estado. O Ceará apresenta algumas vantagens comparativas com relação à irrigação, em função das características climáticas, como o maior número de horas de sol e a baixa umidade relativa do ar, que auxilia no controle fitossanitário. Esses fatores estimulam o acréscimo da demanda para irrigação e a chegada de grandes empresas, voltadas ao agronegócio.

A indústria tem sua demanda de água, suprida através das redes de distribuição de água dos centros urbanos. Os distritos industriais têm sistema de oferta de água bruta, separada da de água tratada. O Distrito Industrial de Maracanaú, primeiro do Ceará planejado no governo Virgílio Távora, em 1964, e que teve sua primeira indústria, em 1967, é um exemplo dessa configuração. A ocorrência de duas redes de distribuição (água bruta e água tratada) permitiu arranjo institucional, em que a Cogerh assumisse a operação da rede de água bruta e a Cagece a rede de água tratada. Essa configuração teve impactos relevantes na viabilização financeira nos primeiros anos da Cogerh.

As demandas industriais, nos distritos industriais e na região do complexo portuário do Pecém, assim como de indústrias com captação de água própria (indústrias isoladas) cresceram, significativamente, nas duas últimas décadas.

A aquicultura associada, principalmente, ao camarão e a tilápia é uma demanda expressiva no baixo vale dos rios e em lagos dos reservatórios. O camarão é produzido em cinco reservatórios, polos localizados em 23 municípios cearenses. A tilápia é produzida em seis polos em 55 municípios.

## **EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS, INSTITUIÇÕES E MARCOS REGULATÓRIOS PARA O SETOR**

A Secretária de Recursos Hídricos do Estado do Ceará – SRH foi criada em abril de 1987, pela Lei nº 11.306. No mesmo ano, foi criada a Superintendência de Obras Hídricas – Sohida, como órgão executor das obras hidráulicas, vinculada à SRH. Essas duas novas instituições somaram-se à Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos – Funceme, fundada em 1972 e, anteriormente, vinculada à Secretaria de Agricultura, responsável pelo monitoramento climático e, por estudos aplicados em recursos hídrico e meio ambiente.

Em 1993, foi criada a Companhia de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - Cogerh, responsável pela implementação do sistema de gerenciamento da água que executa a manutenção, o monitoramento, e a operação dos sistemas hídricos, e vitaliza o processo de constituição e funcionamento de organismos de bacias.

O Ceará instituiu pela Lei nº 11.996/1992, a Política de Gestão dos Recursos e o Sistema Integrado de Gestão dos Recursos Hídricos. Esse documento legal é anterior à Lei Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9433/1997), sendo o Ceará, o segundo Estado brasileiro a promulgar uma lei específica no tema de recursos hídricos.

O Sistema Estadual de Recursos Hídricos - Sigerh, gerencia os recursos hídricos de forma integrada ao Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - Singreh. O Singreh tem sua existência prevista na Constituição Federal de 1988 e foi constituído, juntamente, com a Política Nacional de Recursos Hídricos, por meio da Lei nº 9433 de 1997.

A Agência Nacional de Água – ANA foi criada pela Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000. A ANA tem funções de regulação e de operação do sistema.

A estas organizações responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, se junta o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS. A relevância do DNOCS, neste contexto, localiza-se no fato de que são patrimônio dessa instituição, os principais reservatórios no Ceará (Castanhão, Orós, Banabuiu, Figueredo, Araras, General Sampaio, Pentecoste, Caxitoré, Frios, Arneiroz, entre outros). O poder de outorga das águas desses reservatórios é da ANA, não obstante ser esse fato, a grande relevância da instituição que opera e mantém esta infraestrutura. O Departamento Nacional de Obras Contra as Se-

cas – DNOCS possui outro papel no sistema de recursos hídricos, usuário de água, esta continua a ter papel na administração dos perímetros de irrigação pública federais por ele construídos, porém, perímetros ainda não foram emancipados. A dupla função de ofertar água e ser demandador de água coloca, algumas vezes, essa instituição em posição delicada para arbitrar conflitos de água em que participem outros usuários.

## **PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO**

O setor de recursos hídricos do Ceará tem mantido ao longo das últimas três décadas, a tradição de planejamento, e essa ação tem oportunizado acesso aos recursos importantes para o seu desenvolvimento.

O planejamento tem ocorrido, em nível estratégico, onde se definem as principais intervenções do sistema (Plano Estadual, Plano de Bacia, Estudos de Hierarquização) e operacional, a exemplo da operação de reservatórios e alocação negociada de água.

Os principais documentos de planejamento do Estado são:

- Planos de Recursos Hídricos na Escala do Estado;
- Plano Estadual de Recursos Hídricos (1991 e 2005)
- Pacto das Águas (2009)
- Plano de Bacia Hidrográfica;
- Banco de Projetos de Obras Hídricas;
- Alocação Negociada de Água.

O planejamento proativo de secas, ainda não foi incorporado ao processo de planejamento do Estado. Atualmente, as decisões sobre as ações a serem tomadas em uma seca ocorrem no curso das mesmas.

A Secretaria de Recursos Hídricos desenvolveu o Plano de Ações Estratégicas de Recursos Hídricos – Paerh, com horizonte de planejamento 2017-2026. O Paerh contempla seis programas de ação:

- Planejamento dos recursos hídricos;
- Água, tempo e clima;
- Infraestrutura hídrica;
- Gerenciamento das águas;
- Governança das águas;
- Água e outras políticas públicas.

Cada um desses programas, compostos pelos subprogramas conforme apresentado, esquematicamente, na Figura 3. Os investimentos previstos totalizavam 6,67 bilhões de reais, até 2026. Parcela importante desses recursos será destinada ao projeto Malha D'água que tem por objetivo, garantir água para todas as sedes municipais e maiores distritos de água do Ceará. Esse deverá ser o principal projeto de infraestrutura de recursos hídricos, no Ceará, na próxima década.

**Figura 3 - Programas e subprogramas**



## DESAFIOS E OPORTUNIDADE DO SISTEMA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO CEARÁ

Os avanços realizados pela política estadual de recursos hídricos, para aumentar a resiliência da sociedade cearense às secas foram significativos. Pode identificar alguns pontos fortes e oportunidades que devem ser potencializados, assim como fraquezas e ameaças que devem ser mitigadas. Identificação exploratória de pontos fortes, oportunidades, fraquezas e ameaças do sistema de recursos hídricos no Ceará, são apresentadas a seguir.

Alguns **pontos fortes** identificados no sistema de recursos do Ceará:

- Capacidade de financiamento das ações de operação do sistema por meio da cobrança pelo uso da água;
- Planejamento do sistema, não obstante ter ocorrido um lapso temporal significativo de fragilidade do mesmo;
- Gestão participativa nos organismos de bacia consolidados;
- Processo de Alocação de Água Negociada;
- Relação entre órgão de gestão Estadual (SRH e Cogerh) e o órgão Federal ANA, que mitigam o conflito da dupla dominialidade;
- Infraestrutura de estocagem de água (reservatórios);
- Capacidade organizacional da Cogerh na operação do sistema hidráulico;
- Sistema de monitoramento da Cogerh;
- Sistema de Segurança de barragens da Cogerh;
- Descentralização operacional da gestão dos recursos hídricos (gerências regionais da Cogerh);
- Capacidade técnica da Funceme em fornecer conhecimentos e informações sobre o clima (previsão climática probabilística), meio ambiente e recursos hídricos;
- Capacidade técnica da Sohidra na construção de infraestrutura hidráulica.

Algumas **fraquezas** identificadas no sistema de recursos do Ceará:

- Altas perdas no transporte de água bruta em calhas do rio;

- Baixa qualidade da água nos reservatórios, principalmente, em períodos secos (eutrofização e salinização);
- Ausência de planejamento proativo de secas;
- Ausência de planejamento de cheias;
- Muito baixa eficiência do uso da água em diversos perímetros irrigados;
- Baixa eficiência do uso da água em cidades;
- Envelhecimento do quadro técnico da Sohidra e Funceme;
- Insuficiência de quadros técnicos na SRH;
- Relação com o DNOCS (detentor do patrimônio das infraestruturas), que flua entre momentos de ampla colaboração e momentos de tensão, notadamente, em torno do tema da cobrança.

Algumas **oportunidades** identificadas no sistema de recursos do Ceará:

- nacional e internacional das conquistas do Sistema Estadual de Recursos Hídricos;
- Utilização da marca que o Ceará tem no tema água para promover negócios e riqueza para o estado;
- Inovações tecnológicas disruptivas, associadas à quarta revolução industrial, que possibilitara ciclo de desenvolvimento que o Ceará poderá ser produtor de tecnologias da água.

Algumas **ameaças** identificadas no sistema de recursos do Ceará:

- Aumento das incertezas na oferta hídrica devido às mudanças do clima (tendência de redução da disponibilidade hídrica);
- Empresas intensivas no uso da água vulnerável as secas mais prolongadas;
- Mudanças institucionais que tentam a entender que a Cogerh deva ser uma comercializadora de água, levando o sistema de gestão de conflito e a equidade à ruína;
- Mudanças políticas de caráter tecnocráticas, que procurem retornar a gestão de água em mecanismos de comando e controle;
- Processo de urbanização que requer gestão de água em ambiente urbano, com vistas ao controle de cheia, maior eficiência no uso de águas locais (*intra urbis*) e serviço de água e esgoto.
- Ampliação dos conflitos sociais relativos à água, em função do aumento da escassez.

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, J.N.B. e NÉRIS, L.F.A. Mudanças Climáticas e Disponibilidades Hídricas no Semiárido: Resultados Preliminares. In: SERVAIN, J. CAMPOS, J.N.B., MARTINS, E.S.P.P. **Clima do Atlântico Tropical e Impactos Sobre o Nordeste.**

IPCC. WGII AR5: ***Climate Change 2014: Impacts, Adaptation, and Vulnerability: Technical Summary***, 2014.

IPCC. WGII AR5. ***Final draft: Point of departure chapter 1***, 2014.

IPCC. WGII AR5. ***Final draft. Adaptation Needs and Options. Chapter 14***, 2014.

- IPCC. *Climate Change 2007: Synthesis Report*. 2007b.
- IPCC. *Climate Change 2007: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*, M.L. Parry, O.F. Canziani, J.P. Palutikof, P.J. van der Linden and C.E. Hanson, Eds., Cambridge University Press, Cambridge, UK, 976 pp.2007a.
- IPCC. *Summary for Policymakers. In: Managing the Risks of Extreme Events and Disasters to Advance Climate Change Adaptation* [Field, C.B., V. Barros, T.F. Stocker, D. Qin, D.J. Dokken, K.L. Ebi, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, G.-K. Plattner, S.K. Allen, M. Tignor, and P.M. Midgley (eds.)]. **A Special Report of Working Groups I and II of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press, Cambridge, UK, and New York, NY, USA, pp. 1-19, 2012.
- IPCC. *Climate change . Impacts, adaptation, and vulnerability. In MCCARTHY, J.J. Contribution of Working Group II to the Third Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p.1.032, 2001.
- PORTO, M. *The Brazilian Water Law: A New Level of Participation and Decision Making.* *International Journal of Water Resources Development* 14(2): 175-182,1998.
- SILVA, U. P. (2004). **Análise da Importância da Gestão Participativa dos Recursos Hídricos no Ceará**: Um estudo de caso. FORTALEZA: Dissertação de Mestrado. PRODEMA, Universidade Federal do Ceará (UFC).
- SOUZA FILHO, F.A. **PROJETO CEARÁ 2050**: Diagnósticos dos Recursos Hídricos. Fortaleza: PROJETO CEARÁ 2050.
- SOUZA FILHO, F.A. **Variabilidade e Mudança Climática nos Semi-Áridos Brasileiros**. Em *Clima e Recursos Hídricos*. . Ed. C.E.M Tucci e B. Braga, pp. 77-11. (Coleção ABRH, Porto Alegre, RS) 2003.
- SOUZA FILHO, F.A.;MOURA,A.D. **Memórias do Seminário Natureza e Sociedade nos Semi-Áridos**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil; Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos, 332p.,2006
- SOUZA FILHO, Francisco de Assis de. A política nacional de recursos hídricos: desafios para a implantação no semiárido brasileiro In: **Recursos Hídricos em regiões áridas e semiáridas**. Instituto Nacional do semiárido, Campina Grande-PB, 2011.
- SRH. (2006). **Planejamento Estratégico dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado do Ceará**. Fortaleza: Secretaria de Recursos Hídricos.
- STUDART, Ticiania Marinho de Carvalho. A Outorga do Direito de Uso da Água em um Cenário de Incertezas: o Caso do Nordeste Semiárido. In: HERMANS, K. (Org.). *Água e Desenvolvimento Sustentável no Semiárido*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002.
- VIEIRA, V.P. P. B. Sustentabilidade do Semiárido Brasileiro: Desafios e Perspectivas. **Revista Brasileira de Recursos Hídricos**. v. 7. n..4. outubro/dezembro, 2002.
- VIEIRA, V. P. P. B. "GT II - **RECURSOS HÍDRICOS 2.0** - Recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável do semiárido nordestino". Projeto ARIDAS. 1995.



# HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva  
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas  
De um povo heróico o brado retumbante,  
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,  
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade  
Conseguimos conquistar com braço forte,  
Em teu seio, ó Liberdade,  
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido  
De amor e de esperança à terra desce,  
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,  
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,  
És belo, és forte, impávido colosso,  
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,  
Ao som do mar e à luz do céu profundo,  
Fulguras, ó Brasil, florão da América,  
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida  
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;  
“Nossos bosques têm mais vida”,  
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,  
Idolatrada,  
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo  
O lábaro que ostentas estrelado,  
E diga o verde-louro desta flâmula  
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada  
Entre outras mil,  
És tu, Brasil,  
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,  
Pátria amada,  
Brasil!

# HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!  
Soa o clarim que a tua glória conta!  
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta  
Em clarão que seduz!  
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro  
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!  
Chuvas de prata rolem das estrelas...  
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,  
Ressoe a voz dos ninhos...  
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos  
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,  
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!  
Ruja teu peito em luta contra a morte,  
Acordando a amplidão.  
Peito que deu alívio a quem sofria  
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!  
Vento feliz conduza a vela ousada;  
Que importa que teu barco seja um nada,  
Na vastidão do oceano,  
Se, à proa, vão heróis e marinheiros  
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!  
Porque esse chão que embebe a água dos rios  
Há de florar em messes, nos estios  
Em bosques, pelas águas!  
Selvas e rios, serras e florestas  
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,  
Sobre as revoltas águas dos teus mares!  
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares  
A vitória imortal!  
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,  
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!



## **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

### **Mesa Diretora**

Biênio 2021-2022

Deputado Evandro Leitão  
Presidente

Deputado Fernando Santana  
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira  
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja  
1º Secretário

Deputado Audic Mota  
2º Secretário

Deputada Érika Amorim  
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique  
4º Secretário

# INESP

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE  
O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

João Milton Cunha de Miranda  
Diretor Executivo

## EDIÇÕES INESP

Ernandes do Carmo  
Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,  
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo  
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal  
Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni  
Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)  
Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo  
Redação

Valquiria Moreira  
Secretária Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante  
Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim  
Assessoria de Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha, Vânia Monteiro Soares Rios e Sandra Bastos Mesquita  
Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira  
Equipe Auxiliar de Revisão

Site: [http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/  
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

E-mail: [presidenciainesp@al.ce.gov.br](mailto:presidenciainesp@al.ce.gov.br)

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará  
Av. Desembargador Moreira 2807,  
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900  
Site: [www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)  
Fone: (85) 3277-2500



**Assembleia Legislativa  
do Estado do Ceará**

**Mesa Diretora  
2021-2022**

**Deputado Evandro Leitão**  
Presidente

**Deputado Fernando Santana**  
1º Vice-Presidente

**Deputado Dannel Oliveira**  
2º Vice-Presidente

**Deputado Antônio Granja**  
1º Secretário

**Deputado Audic Mota**  
2º Secretário

**Deputada Érika Amorim**  
3ª Secretária

**Deputado Apóstolo Luiz Henrique**  
4º Secretário



Escaneie o QR CODE  
e acesse nossas  
publicações

**Apoio institucional:**



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ**